UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Natalia Negretti

Veia arada: Velhices e Situações de Rua, uma etnografia

Volume I



Campinas

2023

Natalia Negretti

Veia arada: Velhices e Situações de Rua, uma etnografia

Volume I

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Isadora Lins França

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA NATALIA NEGRETTI E ORIENTADA PELA PROF(A). DR(A). ISADORA LINS FRANÇA.

Campinas

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Negretti, Natalia, 1987-
N312v Veia arada: velhices e situações de rua, uma etnografia / Natalia Negretti. – Campinas, SP: [s.n.], 2023.
2v.
Orientador: Isadora Lins França.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Centro de Acolhida Especial para Idosos. 2. Velhice. 3. Pessoas em situação de rua. 4. Prisões. 5. Antropologia urbana. I. França, Isadora Lins, 1978-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Plowed vein: old age and street Situations, an ethnography
Palavras-chave em inglês:
Old age
Homeless persons
Prisons
Urban anthropology
Área de concentração: Ciências Sociais
Titulação: Doutora em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Nashieli Cecilia Rangel Loera
Anelise dos Santos Gutterres
Guita Grin Debert
Simone Miziara Frangella
Taniele Cristina Rui
Data de defesa: 02-06-2023
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-8446-4851
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/6152333283821272

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 02/06/2023 considerou a candidata Natalia Negretti aprovada.

Prof(a). Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera

Prof(a). Dra. Anelise dos Santos Gutterres

Prof(a). Dra. Guita Grin Debert

Prof(a). Dra. Simone Miziara Frangella

Prof(a). Dra. Taniele Cristina Rui

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

A quem abriu a porta e trouxe vida e todo o presente à Estação Sentinela.
Para Açucena, Amanda, Amarílis, Brígida, Ester, Íris, Junquilho, Líria, Luara, Minerva, Salgueiro, Sofia e Valquíria.
Para demais interlocutores que contaram sobre suas vidas, Marina, Libéria, Daniel, Lázaro, Carina, Veda e Ramira.
Para aquelas e aqueles que partilharam interlocução de outras formas, como Alice.
Às manhãs e às tardes que me ensinaram e ao que também não aprendi. Ao tempo em que se perdeu, onde se esqueceu. A uma preciosidade que com vocês pude viver: despedir-se pôde ser provisório. A uma sentida companhia de vocês que agradeço: não se despedir não impede querer bem para sempre.
Para aquelas e aqueles que passaram a ser habitantes e que conheci depois do fim do período de campo.
Para todas e todos os habitantes de uma
estação em que andares alastraram, flores voaram e pássaros brotaram.
Para a Estação Sentinela, suas paragens, suas passagens e seus tempos.
Para Piá, Cravínia e Helicônia, que entre trânsitos e visitas, também compartilharam períodos e movimentos de vida.

Para Carlos e Silvia, pulsos e perfumes, meus lá e aqui, meu pai e minha mãe.
Para Idalina, Virgínia, Aristides e Zacarias, minhas avós e meus avôs.
Para Zenaide, minha tia, narradora de histórias e colecionadora de importâncias que também amo querer lembrar.
Para Ana, a senhora que não conheci, mas desde criança amei, e quem também me educou e criou.
Para Maria Generosa, que me ensinou, ao recusar sua despedida como tia, a não me desenlaçar como sobrinha.

Em memória de Adão, cuja presença seguiu em caminhos e paisagens dessa tese.

Em memória de Marcelo Silva Salvador,
quem pouco conheci e com a travessia desse trabalho não esqueci.

Agradecimentos

Grande parte dos caminhos desse trabalho veio das velhices e envelhecimentos dos primeiros mais velhos em minha vida, que são também meus mais velhos. Impossível não lembrar em como Idalina, Virgínia, Aristides e Zacarias e minha relação com elas e eles estiveram nesse trajeto e começar esses agradecimentos no entorno delas e deles. Minhas avós e meus avôs foram com quem, e por quem, desenvolvi primeiramente o desejo de longevidade, em âmbito afetivo e coletivo, que, junto de sentimentos em torno de dinâmica e mudança, contempla um não ignorar também das possibilidades e dificuldades em torno de envelhecer.

Em 2003 li e escrevi pela primeira vez sobre o tema velhices. A disciplina chamada Projetos, na escola em que estudei, solicitava e permitia a realização de uma monografia a partir de uma lista de temas. A escolha pelo tema "terceira idade" mesclou os acontecimentos nas vidas de meus avós e suas famílias assim como minha juventude em início. Compreendo hoje que naquele período me posicionava afetivamente em termos de geração. Geracionalmente, familiar e socialmente, em grande medida aquela monografia configurava uma reação múltipla em torno de mudanças que assistia e vivenciava, micro e macropoliticamente.

As diferenças nos envelhecimentos e velhices de meus avós – Aristides Negretti, Idalina Fulas Negretti, Virgínia Mariano de Almeida e Zacarias Bicudo de Almeida-, que tanto se identificaram quanto foram identificados como brancos durante suas vidas e que nasceram no interior paulista entre 1911 e 1927, foram significativas, no que concerne aos marcadores sociais da diferença e suas articulações, em termos de gênero e classe - se considerada a contar de renda e habitus – bem como, no sentido também de processos identitários, de religiosidade, ancestralidade, memória e noção de uma história familiar.

Dezesseis anos mais velho que Virgínia, minha avó materna, com quinze anos a mais que Aristides, meu avô paterno, e contando catorze anos de diferença de Idalina, minha avó paterna, Zacarias, meu avô materno, nasceu em 1911 e fez sua passagem aos 78 anos enquanto eu era criança. Sua trajetória foi um presente estimulado ao longo de minha vida ao ser contada e rememorada, junto de relacionadas histórias, por minha tia Zenaide. Zacarias nasceu em Angatuba, no interior paulista. Não sei ao certo quando chegou à Cerqueira César, cidade em que morou, conforme foi-me contato, por um longo período. Sei que morou também em Avaré. Antes de transitar para a capital paulista, trabalhou como lavrador em Itaporanga e em Itararé. Em 1968, mudou com sua família para São Paulo e passou a trabalhar como vendedor de bilhetes de loteria. Sete anos antes da vinda para a capital paulista, quando teve sua sétima e última filha, estava com cinquenta anos. Minha avó Virgínia nasceu em Cerqueira César e casou-se em torno de seus dezesseis anos, período também de sua primeira gravidez, com seu

cunhado quando viúvo. Do que sempre ouvi, Virgínia trabalhou ao longo de sua vida em casa, nos cuidados da mesma, assim como de e para seus familiares.

A vinda familiar de Virgínia e Zacarias para São Paulo foi processual; a segunda filha de Zacarias e primeira de Virgínia os reencontrou já na capital do estado, o segundo filho e a filha caçula de ambos vieram separados de meu avô, minha avó e dois de seus filhos. Um dos filhos, o mais velho, estava sem comunicação com a família. A filha mais velha de Zacarias, sobrinha e enteada de Virgínia, já não morava mais com meus avós e continuou a residir na região de Cerqueira junto do marido e os filhos. A última mudança de Virgínia e Zacarias juntos foi em 1986, de São Paulo para São Bernardo do Campo.

Minha avó Idalina nasceu em Itu, São Paulo. Veio para a capital paulista quando em torno de seus 18 anos e trabalhou como costureira até se casar. Meu avô Aristides nasceu em Piracicaba, São Paulo, e se mudou para a capital paulista aos sete anos. Sobre os seus trabalhos que antecederam o mais duradouro, pouco ouvi de meu avô. Embora tenha trabalhado na produção de chapéus e com o que é denominado joia, seu fazer remunerado que ele mais recordava e contava, com orgulho, assim como o que eu recordo, era o raio-x. Formou-se no primeiro curso técnico de radiologia do Hospital das Clínicas em São Paulo e trabalhou, até se aposentar, nesse hospital. Quando se aposentou continuou a trabalhar nessa área.

Minhas avós e avôs moraram, durante o curso da vida, na cidade de São Paulo, mas nela chegaram em idades distintas assim como em épocas diferentes no que tange ao cenário do que é historicizado e memorado no que concerne à cidade e ao país. Enquanto Aristides chegou no município em torno de seus sete anos durante a primeira metade dos anos 1930, Idalina se mudou quando mais próximos estavam seus vinte anos, durante a década de 1940. Se a vinda de Virgínia e de Zacarias ocorreu junto e durante o fim dos anos 60, na ocasião ela estava com mais ou menos seus quarenta anos e ele com idade mais próxima à faixa de sessenta anos.

Virgínia e Zacarias se tornaram avós mais ou menos nas idades 54 e 70 anos respectivamente. Um dos dois primos que tenho por parte de mãe, o primeiro neto deles (e filho do primeiro filho juntos) morou com ambos e seus filhos, com exceção de seu pai, durante alguns anos de sua infância. Nenhuma e nenhum das filhas e filhos de Zacarias e Virgínia conheceu o avô paterno, Joaquim, a avó paterna, Francisca, e avó materna, Delfina e nem todas e todos conheceram – do que me fora contado, talvez apenas a primeira filha de Zacarias, e sobrinha e enteada de Virgínia, e o primeiro filho de ambos - o avô materno, Alfredo. Durante minha infância, não ouvia falar sobre Joaquim e Francisca. Ouvia, ainda que pouco, somente sobre Alfredo e Delfina. Se a essa diferença de informações podem ser elencadas distintas vontades de lembrar e até lembrar ou não, assim como o quão Zacarias sabia e queria que soubessem acerca de seu pai e sua mãe - se ele falava ou não a respeito disso, por exemplo -,

entre outras questões, relaciono de forma enfática o não encontro entre netos e avós no que eu não ouvia e por vezes ouvia falar sobre todas elas e eles geracionalmente em âmbito familiar durante minha infância. O não conhecimento de meus bisavôs e bisavós por parte de minha mãe, tias e tios conferiu a elas e eles não terem tido ao longo de suas vidas relações como netos com avós e avôs consanguíneos; não terem, nesses termos, sido netas e netos nem tido avós e avôs.

Idalina e Aristides criaram duas filhas e um filho. Se tornaram avós na faixa de seus 50 anos – estimo que Ida aos 53 e Tide aos 52 - e criaram a primeira neta até que ela atingisse quinze anos. Depois da mudança de minha única prima para a casa de sua mãe, a primeira filha deles, a casa que Tide e Ida moravam foi reformada. Depois dessa reforma, por um mais ou menos um ano, com eles moraram a segunda filha, seus dois filhos, meus primos por parte de pai, e seu marido. Algum tempo depois, no segundo semestre de 2001, Aristides e Idalina receberam em sua casa o filho deles, meu pai, com sua esposa, suas duas filhas e uma cachorra. Moramos com minha avó e meu avô por seis meses.

Sobre minha bisavó e bisavô por parte Tide e Ida eu ouvi falar com frequência enquanto criança, embora com mais ênfase do pai e da mãe de minha avó. João e Thereza moraram, já com mais idade, por alguns anos numa casa no mesmo terreno da casa de minha avó e avô em tal época e em seus últimos anos não moraram juntos; passaram a morar separados na casa das filhas por períodos distintos e variáveis. Quando viúva, Thereza continuou a permanecer por temporadas nas casas de suas filhas e então também na do filho. Luiz, o pai de meu avô faleceu muito antes de sua esposa, Assumpta, e de João e Thereza. Meu avô e minha avó moraram numa mesma casa com Luiz e Assumpta e seus demais filhos ao se casarem. Luiz faleceu durante o período da primeira gravidez de Ida. Depois de alguns meses que a primeira filha dela e de Tide nasceu, mudaram-se os três para outra casa. Assumpta nessa fase passou a morar em casas distintas, de filhas e de filhos, e depois residiu por um longo período na casa de um dos filhos. Em seus últimos anos, transitou novamente entre as casas de um filho, meu avô, e de uma filha.

Em 2003, como referido, o trabalho que realizei na escola durante o Ensino Médio se mesclou aos envelhecimentos e velhices de minhas avós materna e paterna e de meu avô paterno. Eu convivia bastante com os três. No início daquele ano, minha avó Idalina tinha 77 anos, era “dona de casa” e não mais fazia as atividades domésticas sozinha. Meu avô, Aristides, seu esposo, tinha 76 anos e trabalhava após sua aposentadoria. Já minha avó Virgínia, à época com 75 anos, tinha não mais seis, mas cinco filhos, e dois destes ainda moravam com ela - e ela com eles, posto que o cuidado se fazia em via de mão dupla- numa casa que alguns anos depois viria a ser esvaziada.

Os favores de meu avô, como os de buscar e levar netas e netos na escola e em outros espaços de atividades, continuaram, mas algumas mudanças se tornariam enfáticas na relação de Ida e Tide com os filhos nos decorreres da década de 2000. As ligações não eram mais primordialmente sobre almoços e encontros; passaram a incluir notícias sobre, como ele e seus filhos a chamavam, a mãe. As crises de asma de Ida estavam mais frequentes. Na maioria das vezes meu avô a acompanhava e dava notícias para seus filhos. Sua bombinha era um objeto que ela tinha no quarto. No ano de 2003 suas saídas eram poucas. Uma queda sofrida na única escada de sua casa, que deixou uma cicatriz na canela, também era narrada como motivo de sua vontade de fazer uma cirurgia que deixasse mais agradável para si aquela parte de seu corpo. Foi, infelizmente, 2004 o ano que marcou sua finitude e trouxe sua passagem.

Também em 2003 os primeiros esquecimentos de Virgínia passaram a dar sinais, e aos poucos, direcionaram mudanças de presença na sua casa e em sua rotina. Ela, que seguiu resistente, assim como Idalina, à ideia da presença de uma trabalhadora doméstica em sua casa, conviveria com a decisão dos filhos e filhas. Posteriormente, passou a morar por alguns períodos na casa de cada uma e cada um dos filhos, passando então a viver em Diadema, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, Rio Claro e Taboão da Serra. Quando morou na casa de sua filha caçula, dividíamos o quarto. Coetâneo ao rodízio entre as casas, foi seu diagnóstico de Alzheimer. Se mudou quando mais próximo de seus últimos anos de vida e velhice, de forma fixa, para a casa de um deles, um dos filhos que morou com ela até se casar. Em 2012, quando morava em Mogi das Cruzes, minha avó fez sua passagem.

Algumas narrativas sobre velhice que ouvi naqueles períodos se embaralharam com conteúdos de envelhecimentos que acompanhei na etnografia. Naqueles momentos tais narrativas eram compostas pela família e médicos. Na etnografia, as narrativas foram oriundas de habitantes da Estação Sentinela e funcionários da instituição.

Silêncios de uma não nomeada depressão de Idalina se amarram a explicações vindas de médicos que apresentavam o Alzheimer de Virgínia como falta de atividade e exercício neurológico, assim como aos sucessos de sociabilidade e de saúde de Aristides. Ser ativo e trabalhar por anos mesmo após sua aposentadoria se alinhava a compreensões de que bons hábitos constroem uma velhice saudável, objetiva e subjetivamente, e elucidam como ideias e ideais de apoio, companhia, atividade e família são elementos que conformam velhices com chances de serem com “qualidade de vida”, assim como “boas” e “duradouras”. Nesse sentido, devo acrescentar também que era sociabilidade de meu avô a mágica, apontada por diferentes pessoas, de sua longevidade, infelizmente em 2022 findada.

Meu avô viveu até os 95 anos. Quando viúvo, em 2004, morou por um longo período na casa de sua filha do meio e somente em 2015 passou a viver de forma rodiziada também pelas

casas das filhas e do filho. Pouco tempo antes de tal ano, de quando em quando, ele passava algumas temporadas na casa do filho e da primeira filha, mas não de forma fixa. O trânsito iniciado no respectivo ano fez com que ele passasse a viver, dessa forma, em uma casa em Taboão da Serra e em duas casas diferentes em São Paulo. A partir de 2015 Aristides passou a ser beneficiário também de cuidado remunerado. Havia, simultaneamente, rodízios e trânsitos; de meu avô pelas casas e de cuidadoras e um cuidador remunerados também entre as casas de suas filhas e de seu filho. Essa dinâmica fez parte de uma rotina periódica a todas e todos envolvidos; ele, sua família e trabalhadores do cuidado remunerado. Em 2018, Tide se mudou para um apartamento em São Paulo. Ali, enquanto cuidadoras remuneradas passavam o dia com ele, na maioria das vezes eram as filhas e o filho, assim como seus dois netos, que passavam as noites com ele. O rodízio dele nas diferentes casas de seus familiares transformou-se em um em que diferentes familiares dormiam com ele. Durante seu último ano de vida e de velhice, meu avô se mudou para uma Instituição de Longa Permanência para Idosos particular, onde viveu por alguns meses até sua passagem.

Em seus últimos anos de vida, conflitos em torno de cuidado e na família também tiveram trajetos marcantes e marcados. Apesar das diferenças em termos de conflitos generificados e outra composição familiar, além de uma mudança para uma instituição de longa permanência particular, como referido, os compassos e descompassos da família de Aristides podem ser postos como próximos aos dos existentes na família de Virgínia nos seus últimos anos de vida e de velhice. Nesse sentido, ambos podem ser percebidos com certa distância dos conflitos familiares em torno dos últimos anos de vida e de velhice de Idalina, que não transitou de sua casa; nem para outra, nem entre casas e nem para uma instituição de longa permanência. Ademais, Idalina teve o curso da vida e uma velhice mais curtos que Aristides e Virgínia.

É importante destacar também que, se o período em me interessei pelo tema velhice foi a contar de Idalina, Virgínia e Aristides, de afetos e cotidianos com elas e ele, o mesmo foi de grande importância para visibilidade e consolidação de direitos de Pessoas Idosas no Brasil e para a discussão do envelhecimento no país. 2003 foi o ano da promulgação do Estatuto da Pessoa Idosa, à época chamado Estatuto do Idoso. No início daquele ano, a novela Mulheres Apaixonadas, da Rede Globo, abordava a temática da "violência contra o idoso". Na novela, um casal de pessoas idosas, composto por Flora e Leopoldo, que era maltratado pela neta, Dóris, tornou-se famoso. As tramas às quais a terceira idade se configurou, embora anteriores, foram difundidas fortemente no Brasil a partir de meios de comunicação como as novelas.

O primeiro texto com que tive contato sobre envelhecimento foi *Terceira Idade e Envelhecimento* (DEBERT,1997) no livro *Discutindo a assistência social no Brasil* (1997), sugerido por Celinha Nascimento, minha orientadora da monografia referida no segundo ano do Ensino

Médio, a quem agradeço. Agradeço por, além de ter me ajudado com o tema e desenvolvimento do texto, ter me indicado uma publicação que me apresentou Guita Grin Debert, quem continuou a ser referência para mim tanto no tema quanto na antropologia durante meu curso da vida.

Num momento no Brasil em que a terceira idade era uma categoria nova, como apontava Guita Debert (1997, p. 139) no referido texto, o artigo apresentava as novidades, oriundas daquela nova categoria, em que novas imagens abriam campo para que fosse possível viver então "uma experiência inédita na história" e de novas dinâmicas de visibilidade acerca de velhices. A autora abordava a necessidade de "diferenciar terceira idade e velhice", pois existia "a tendência de que os problemas da velhice – solidão, abandono, estado físico próprio do envelhecimento" fossem "encobertos pela ideia da terceira idade ativa e bem-vinda" (DEBERT, 1997, p. 139). O artigo de Guita Debert contempla grande parte dos arranjos de visibilidade e de hierarquias em torno de velhices e envelhecimentos que acompanhei na interlocução em campo.

Em continuidade dessa memória que tanto agradece quanto que é agradecida, ambiguamente, aquele trabalho de escola, seu contexto, seus motivos, seus afetos, desdobraram-se como perguntas sobre a vida em curso e o curso de vida. Se hoje falo a partir de determinadas referências, me parece importante apresentar os primeiros flautins que conheci sobre velhice, envelhecimento e curso da vida; vindos desde sopros a referências, presenças e memórias que seguem entre "já e ainda" de distintos modos. Se outras tramas se costuraram aos flautins da Estação Sentinela, minhas avós e avôs, além de primeiros afetos e lembranças sobre envelhecer que guardo e carrego, partilharam um mundo e sentidos distintos geracionalmente do meu dos quais me aproximei durante nossa convivência e me reaproximei durante a etnografia.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço à CAPES pelo financiamento que possibilitou a realização da pesquisa.

Agradeço às interlocutoras e aos interlocutores de pesquisa.

Agradeço à instituição primordial da pesquisa, a Estação Sentinela, a todas e a todos seus habitantes e à Avença da Compaixão, organização não governamental responsável, durante o período de campo, pela Estação e que autorizou a realização formal da pesquisa. A Avença da Compaixão formalizou seu aceite para que a pesquisa fosse submetida ao comitê de ética da Unicamp. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Unicamp.

Agradeço ao PAGU, Núcleo de Estudos de Gênero, e ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais (PPG-Ciências Sociais) da Universidade Estadual de Campinas. Agradeço ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp. Agradeço à Unicamp.

Agradeço minha querida orientadora, Isadora Lins França, pela leitura atenta de todas as partes dessa tese. Sou grata pelo estímulo de pensar outras possibilidades para o que na tese não cabe e por sua companhia durante os anos que atravessaram o período de campo, de escrita, de reescrita, de edição e de despedidas de texto. Agradeço também por sua orientação entre textos. Junto de sua atenção às versões, entrelinhas e conversas são memórias também de sua orientação. Agradeço pelas reuniões no início do doutorado e pelo seu caminhar, pelo estágio docente na disciplina de métodos qualitativos no período noturno da graduação na Unicamp, pela disciplina que ministrou, a primeira que assisti no curso do doutorado, pelas reuniões na sua sala na Unicamp e na de sua casa. Agradeço pelas duas, assim como pelos períodos em outros momentos e cômodos, como os também de pouso.

Agradeço à banca de defesa da tese. Agradeço à Nashieli Rangel Loera, por presidir a banca e por ter compartilhado ajuda e gentileza com sua generosidade. Agradeço à Guita Grin Debert, pelos estímulos anteriores ao ingresso no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp/Área Temática Estudos de Gênero; desde as leituras, as primeiras em termos de antropologia e de velhice que realizei, até o encontro presencial quando assisti como ouvinte uma disciplina que ministrou. Agradeço, em continuidade do tempo e de sua persistência, seu pioneirismo, seu interesse e seu estudo inconfundível acerca de velhices. Agradeço por ter sido sua aluna também de maneira formal e por sua presença, teórica e política nesse trabalho e nas bancas de qualificação e de defesa. Agradeço também pelo contato e interesse pela área antropológica que se deu fortemente tanto pela temática velhice quanto por essa autora, conforme narrado há pouco e que é também pesquisadora e professora a quem muito estimo. Agradeço à Anelise dos Santos Gutterres pela inspiração que o exalar de seus trabalhos teve no meu desde que os conheci. Pela sensibilidade de sua leitura e escrita e por sua atenção aos detalhes entre linhas e entre textos que conformam tantos levares a sério. Agradeço à Taniele Cristina Rui, com estima e respeito por suas pesquisas, agradeço pela leitura, incentivo e ajuda no Seminário de Tese de 2017, por sua participação na banca de qualificação e por sua estimada presença na banca de defesa da tese. Agradeço à Simone Miziara Frangella, pela presença na banca de defesa da tese e por seus trabalhos que deram caminho também à grande vontade de aproximação.

Agradeço também aos membros suplentes da banca. À Natália Corazza Padovani, obrigada por seu aceite e disponibilidade. Assim como a estima profissional, é longa e afetuosa a vontade de sua presença e leitura. Ao Carlos Eduardo Henning, obrigada por ter aceitado a

suplência, também desejada nos termos de longa estima profissional com afeto. Agradeço a vocês dois também juntos, cujas pesquisas e trajetórias respeito desde que conheci. Em continuidade dessa estima e com boa lembrança, agradeço a ambos pelas ajudas e incentivos enquanto eu estava na graduação interessada pelo encontro entre prisões e velhices. No trânsito entre duas áreas que eu ainda não havia percorrido, vocês, pesquisadores de doutorado naquele mesmo ano, foram generosos também em termos de geração nas relações acadêmicas. Essa é uma lembrança política de vocês pela qual tenho afeto e apreço também por não esquecer. Nesse sentido, impossível não agradecer a Guita Debert também por ter me apresentado à Natália Corazza Padovani e ao Carlos Eduardo Henning. Agradeço ao Roberto Marques pela disponibilidade na suplência da banca também a contar da estima por sua presença. Me aproximar dos debates acerca de etnobiografias fez mais de um caminho durante a escrita desse trabalho; foi uma forma também bem-vinda em torno de minha relação com o tempo, afeto e política nas diferentes relações tecidas ao longo dos anos.

Agradeço à Lena. Agradeço à Madá. Agradeço à Madá e Lena, juntas e a cada uma, pela interlocução na pesquisa de mestrado, parte e caminho da de doutorado e de outras trilhas. Obrigada por suas partilhas e pelo revirar de vocês da ideia de dentro e fora e de isto ou aquilo.

Agradeço à Rosemary Segurado, querida orientadora da pesquisa de mestrado.

Agradeço ao Julio Assis Simões, com estima, por seu trabalho e por sua presença na banca de mestrado como também por ter me contado sobre a abertura do processo seletivo para o doutorado na Unicamp. Foi sua fala que me fez olhar a página e começar a planejar a tentativa daquele ingresso numa universidade pela qual eu tinha uma longa vontade de me institucionalizar como estudante.

Agradeço às pesquisadoras permanentes do PAGU: Adriana Piscitelli, Natália Corazza Padovani, Iara Beleli, Karla Bessa e Regina Fachini. Às pesquisadoras e aos pesquisadores colaboradores e às aos colegas discentes do PAGU. Às funcionárias Carolina Canabarra e Luciana Camargo Bueno. À Biblioteca Beth Lobo. Às professoras e professores do PPG-Ciências Sociais da Área Temática de Estudos de Gênero. Agradeço, com afeto, à Beatriz Tiemi Suyama, secretária do PPG-Ciências Sociais. Agradeço por seu trabalho, pela forma que o exerce e pela comunicação, mantida durante os anos e muito importante em todas as etapas dessa pesquisa e na trajetória discente no PPG-Ciências Sociais. Às professoras e professores das demais áreas temáticas. Agradeço também às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp.

À Regina Fachini agradeço também pelo grupo de orientação, coordenado em conjunto com minha orientadora Isadora Lins França e que foi um espaço importante de partilha tanto de e sobre pesquisar quanto dessa pesquisa.

Agradeço a colegas de orientação e integrantes do respectivo grupo de orientação durante os anos que participei: Alexandre Oviedo, Brume Iazzetti, Bruno Cesar Barbosa, Bruno Nzinga Ribeiro, Bruno Puccinelli, Clara Coelho, Eros Sester Prado Guimarães, Fernanda Kalianny, Fernando Ramírez, Gleicy Silva, Homero Dantas Ragnan, Íris do Carmo, Lilythi Grove, Marcella Betti, Mariana Azevedo, Mayana Nunes, Marcelo Perillo, Mateus Oliveira dos Santos, Maurício de Oliveira, Michelle Escoura, Roberto Efrem, Ruby Mascarenhas, Sarah Rossetti, Stephanie Lima, Thiago Falcão e Vinicius Zanoli. Agradeço à Ruby também pela revisão da qualificação e da tese, como também por sua companhia e partilhas em torno de temáticas, exercício de escrita e de antropologia.

Agradeço pelas disciplinas e às Professoras que as ministraram na Unicamp: Adriana Piscitelli, Carolina Branco, Guita Grin Debert, Isabel Georges, Isadora Lins França, Natália Corazza Padovani e Regina Fachini. Agradeço à disciplina Seminário de Teoria Metodológica e ao Professor que a ministrou, José Maurício Arruti, pelos encontros com colegas do PPG-Ciências Sociais e pelas aulas ministradas, pelas quais também agradeço, por demais docentes. Agradeço às e aos docentes Angela Araujo, Antonio Augusto Arantes, Carlos Rodrigues Brandão, Gabriel Feltran, Isadora Lins França e Nashieli Rangel Loera. Agradeço também à docente Maria Filomena Gregori e por ter assistido defesas, de dissertação e de tese, com sua participação. Agradeço ao corpo docente e ao discente, de diferentes programas do IFCH, pelos eventos entre as disciplinas cursadas, atividades sem uma matrícula, digamos assim – sem RA -, como seminários, workshops, mesas e defesas de trabalho, entre outras, que compuseram, em continuidade de formação e a partir de trocas temáticas, reflexões importantes para essa tese.

Agradeço ao Programa de Mobilidade de Estudantes de Pós-graduação da Unicamp e à Rede Macro de Universidades Públicas da América Latina e Caribe pelo estágio doutoral e financiamento para tal formação. Agradeço à Cora Gamarnik pela supervisão do período sanduíche. À Universidade de Buenos Aires. Ao Instituto Gino Germani. À Professora Adriana Piscitelli, desde e com seus trajetos de pesquisa e produção teórica, por sua prática de ajuda, rede e afeto. Obrigada por ter me dado apoio e ajuda em tal período, possibilitando interlocuções, como a com o referido instituto em tal universidade, assim como por uma conversa em setembro que guardo com carinho. À Anelise Gutterres pelas dicas e memórias que compartilhou comigo sobre Buenos Aires enquanto planejava o período por lá. À Paula Venaruzzo e à Ariela Delahaye pelos três meses de convívio numa casa e num novo que carrego afetuosamente em lembrança e comigo.

Agradeço às e aos organizadores de Congressos, Simpósios, Workshops, Mesas e demais encontros, bem como debatedores da pesquisa. À Taniele Rui, à Sonia Hotimsky, à Carolina Parreiras, à Jacqueline Moraes Teixeira, ao Gustavo Saggese, Raphael Bispo, à Palloma Menezes,

à Anelise Gutterres, ao Daniel de Lucca, ao Sergio Carrara, à Juliana Mello, ao Marcus André de Souza Cardoso, à Anna Uzziel, à Natália Corazza Padovani, ao Martinho Braga, à Antonia Pedroso de Lima, à Alda Britto da Motta, à Isolda Belo da Fonte, à Eugenia Brage, à Marcia Longh, à Ana Beatriz Dominguez, à Pía Leavy, ao Pedro Rodrigues Lopes, à Anahí Guedes de Mello, à Camila Pierobon, à Bibiana Graeff, à Priscila Riscado, à Valeria Aydos .

Agradeço à Naiara Siqueira, amiga antes, durante e depois de tantas idas e voltas de Campinas. Obrigada pela acolhida em sua casa, uma das que mais frequentei e com certeza a que mais adormeci e acordei em Barão Geraldo. Obrigada por seu carinho, por suas comidas. Obrigada por sua gentileza e ajuda em me acolher no seu canto lindo e em sua vida em Campinas. Foi essa ajuda e partilha que me fez me sentir bem a quilômetros e períodos longe de minha casa.

Agradeço ao Massa Crítica, sistema de ônibus fretado, que me transportou para a Unicamp e para perto de casa por anos. Agradeço, com boas lembranças, à Fabiana Ramos e ao José Antonio Ramos, pelos bem cedinho antes de pegar o ônibus, e ao Marcos Antonio da Silva, pelas tantas idas e vindas de manhã e de tarde, guiadas e dirigidas muito bem por ele.

Agradeço a colegas na Unicamp; do PPG-Ciências Sociais da Unicamp e PAGU ao PPGAS e outros Programas de Pós-Graduação da Unicamp. À Ana Cláudia Muniz, Anna Paula Moreira de Araujo, Brunela Succi, Carolina Bonomi, Cilmara Veiga, Daniela Feriani, Gustavo Córdoba, Jéssica Mello, José Douglas dos Santos Silva, Julian Simões, Jullyane Ribeiro, Letícia Valentin, Marcela Vasco, Mariana Marques, Paula Luna Sales, Rafael Nascimento, Thais Lassali e Tiago Vaz.

Agradeço, diretamente de 2016, com memórias e apreço por elas, às Divas, desde nossos Contras (“Ah, se tudo tivesse sido gravado, não é? Quem sabe ainda ri”) a tudo que juntas fomos a favor. Muito obrigada a cada uma e reunidas: Carolina Thomson, Domila Pazzini, Lauren Zeytounlian, Lorena Caminhas, Stephanie Lima, Vanessa Paula Ponte e Vanessa Sander. Lau, obrigada também por sua risada e boa companhia, além de pelo Clube de Leitura NUMAS que eu deveria ter ido prestigiar antes. Sté, obrigada também pelo primeiro encontro antes de nossas entrevistas na seleção do doutorado, pelas primeiras dormidas em Campinas, assim como saidelas e não tão dormidas assim, pelo bilhete que deixei na geladeira para duas maridas que agradeço ter conhecido, por sua companhia no Grupo de Orientação e por encontros com pessoas também queridas que seu Vivás apresentou. Vande, obrigada Gerais também pelos nossos encontros e partilhas; desde as temáticas às de risos e não risos, assim como dois encontros com máscara e álcool gel. Vanp, obrigada também por sua querida e sagaz delicadeza, por seu se sentir à vontade comigo e por ter me permitido também assim. Obrigada por sua

companhia, desde as conversas ao torcer tão necessário por dias melhores, no período da pandemia.

Agradeço à Domila Pazzini e ao José Douglas dos Santos Silva por quando trocamos textos durante o período da pandemia, única ocasião, em tal período, que partilhei uma parte do texto em feitura com colegas.

Agradeço ao Nathanael Araujo desde o bilhete na geladeira na primeira casa que dormi em Campinas. Obrigada daquela casa a outras, desde 2016, desde Campinas e Unicamp, cidade e universidade do nosso encontro, que transitou. Obrigada pelos silêncios e pelas balbúrdias, formulação de passado recente vinculada a perigos recorrentes, que alguns anos depois de nos conhecermos, encontrariam universidades e quem nela estivesse no referido período. Obrigada pelos e-mails, pdfs, autoras e autores, pelos assuntos que não cessaram, pelos encontros de madrugada, tarde, manhã, por trabalho, por saudade, por consulta, por ajuda, por músicas, por memórias, por filmes, por novelas. Agradeço por sua companhia e por ter me apresentado e estimulado, entre muito, também a participar da Proa.

À Proa: Revista de Antropologia e Arte – IFCH, vinculada ao PPGAS da Unicamp, pelos aprendizados de 2019 a 2022 e a todas, todes e todos que a integram.

Ao Jefferson Dantas, com quem tinha bons papos desde 2016, cuja primeira mexida, nos seus termos anteriormente e que, desde então, com contento, também utilizo, e que talvez tenha sido o amigo secreto daquele mesmo ano. “Não sabia se ia prestar não depois de tanto tempo” é ainda uma frase tão boa anos depois por se emaranhar também a muito prestado. Prestê querido, obrigada por seu afeto e por sua companhia, assim como por nossas prestês.

Ao Pedro Lopes, cuja delícia de companhia, embora eu já ouvisse falar, se apresentou (e mostrou que o falar não tinha exagero) na Praia de Bessa, em João Pessoa, em 2016. Com o tempo, caronas com ele para Campinas. E então encontros a partir de em comum e diferenças, nossas e de temas. Agradeço pela companhia de Pedro, pelos seus textos, por nossos diálogos, do período de campo ao de escrita, assim como pelos momentos no necessário cessar escrita e pré-defesa, com conselhos, carinhos e toques cheios de charme. Obrigada por sua generosidade marcantemente bela e por seu jeito que faz e traz bem querer estar perto de você.

Agradeço à Carolina Branco pelos papos em torno de temas e áreas de interesse desde as disciplinas que ministrou na Unicamp, assim como pontualmente um reencontro que foi também como um encontro pelo pós-pandemia e pelo depois de tanto tempo, no fim de 2022. Obrigada pelos trânsitos de cuidados e subjetividades em conversas e companhia pós-escrita da tese e pré-defesa.

Agradeço ao João Custódio pelas vontades de encontrar desde que nos conhecemos nas Jornadas de Antropologia John Monteiro em 2020 e por um convite que aceitei. Agradeço,

assim, à Fabiana Bruno, João Henrique Custódio e à Amanda Serafim pela pesquisa relacionada à comemoração dos 50 anos do PPGAS da Unicamp. Ao João e à Amanda, bem-vindos encontros da Unicamp durante o segundo ano da Pandemia, agradeço também por nosso tempo com entrevistas, aprendizados e curiosidades e por terem sido companhias que me ajudaram.

Agradeço à Professora Heloisa Pontes e ao Professor Christiano Tambascia pela permissão de minha participação em algumas das reuniões do Ateliê de Produção Simbólica e Antropologia (APSA) em 2021.

Agradeço ao Programa UniversIDADE da Unicamp, programa pelo qual me interessei em conhecer ainda antes da Pandemia, mas com e pelo qual me afetei a partir de tal período.

Agradeço às professoras e aos professores com quem tive aula nos períodos anteriores ao doutorado e em outras formações.

Agradeço à Caroline Cotta de Mello Freitas, minha orientadora na graduação.

Agradeço à Silvana Tótora, minha orientadora na pós-graduação em Gerontologia.

Nos vais e vens de tempo e de trabalho, que contam e guardam o que escapa a qualquer rigidez, agradeço ao Durvalino Nascimento Peco, e em sua memória, assim como pelos tempos de Leiturativa, projeto em que foi meu chefe e que impulsionou tanta parte da trilha desse trabalho. Agradeço também à Claudia Raulino por tal período e em continuidade de afeto por aquele tempo.

Agradeço à Maria Cinelia Teixeira Durval e à Letícia Canonico de Souza, com lembrança de suas companhias no trabalho como entrevistadora do Censo de População em Situação de Rua de São Paulo de 2015. À Carmen Lúcia Albuquerque de Santana, agradeço por um curso, que, embora eu não tenha podido assistir até o final, não deixou de ser lembrado durante essa pesquisa. Agradeço também pelo reencontro durante o período da primeira fase do Censo de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua – 2022 – de São Paulo, pois entre algumas contatos e reuniões em torno da pesquisa censitária, conversamos também sobre essa pesquisa. Agradeço também à Neide Vita, e em sua memória. Apesar de pouco termos conversado, carrego como parte dessa pesquisa também em verso de poesia, registrado em sua voz e numa declamação que vi por vídeo após sua partida. Sua menção a “Filhos dessa cidade” é ecoar polifônico nessa pesquisa.

Agradeço também à Maria Díaz-Benítez, ao Everton Rangel, ao Jorge Leite Jr, à Laís Miwa, à Letizia Patriarca, ao Lucas Freire, à Juliana Farias, à Silvia Aguião, ao Felipe Horta, à Sandra Regina Gomes, à Glaucia Destro, à Lia Deborah Sztulman, à Marcia Perrone, à Isabel Almeida, à Sueli Chohfe, ao Rodrigo Cardoso Bonicenha, ao Nivaldo Carneiro Junior, ao Renato Cintra, à Olga Quiroga e ao Francisco Nunes.

Agradeço desde antes também desse período de minha trajetória com presença nele. Ao Jorge Tateishi, por seu afeto e por seu incentivo, longevos, e por impulsos específicos em torno desse trabalho. Ao José Adão Pinto, e em sua memória, por seu afeto e incentivos, por sua política incentivadora e memorável, importante para tantas pessoas que tiveram sorte em cruzar com a boina e sorriso de passarinho de Adão. Obrigada pelas incompetências. O agradeço, ademais, pela presença de um livro na pesquisa, que me trouxe sua forte lembrança. Tal livro, como outros - sobre velhice e de Clarice, ele já me oferecia -, foi mostrado por Adão a mim nos tempos ainda de uma linda livraria que ele teve, além da consigo, primordialmente, independente da expressão e forma da venda de livros. Agradeço à Fernanda Rodrigues Lopes, por suas companhias e pelas conversas em torno desse trabalho que couberam nos nossos amores e beirinhas. À Ana Luisa Pastor dos Santos, pela tradução, ajuda e presente, dum artigo, cuja escrita me auxiliou a continuar a tentar a escrever mesmo que não especificamente o que não conseguia, em 2020, primeiro ano da pandemia da covid-19. À Karen Cristina e à Elisa Carvalho pela companhia que foi uma conversa com cada uma, algum período depois e durante a escrita, sobre um dos capítulos da tese. Ao Rodrigo Estramanho de Almeida, por muito assunto em torno da pesquisa e por me indicar a necessidade de um subtítulo mais curto para a tese e me ajudar, junto de Tô, a então diminuir. À Marta Bergamin, pela leitura-ajuda do projeto de doutorado.

Agradeço também em tempo e com o tempo à Thelma Torrecilha, à Iara Chaimsohn, ao Edson Gonçalves, à Nanci Shinsato, à Marcia Eiko, à Beatriz de Paula Barros, à Angelita Faustina de Paula Barros, ao Manoel Barros da Silva, à Tathiana Senne Chicarino, à Mariana Mas de Camargo, à Camila Mas de Camargo, à Denise Neves, à Valéria Donato, à Juliana de Paula Appezzato, ao Rodrigo Pereira, à Gabriela Tinguely, à Paula Tinguely, à Cecília Turatti, À Ana Coutinho, à Giovana Mocelin, ao Leandro Carneiro da Cunha, à Luciana Penna Morgado, à Silvana Craveiro, ao Derick Casagrande, ao André Luís Patrício, à Maria Aparecida Henriques, à Ana Maria Bezerra de Lira Amorim e ao Denis Canal Mendes.

Às xarás amadas, Natália Bouças do Lago e Natália Corazza Padovani. Agradeço a cada uma, e juntas, por muito e há muito nessa mais de uma década que felizmente as encontrei. Nesse tempo, nas suas dimensões voadoras e borradoras, agradeço pela continuidade de sentimentos que tenho quando lembro e penso em nós. Obrigada por nossas trocas e companhias em três desde o Prisões em Gênero ao No Xadrez: ciclo de cinema sobre prisões.

No que tange mais ao período do doutorado, à Cina agradeço pelas acolhidas e carinhos na Unicamp e em Campinas, pelo pouso em sua casa, sua polenta e seu jeito bom. Por sua voz linda e por diferentes cantos que pratica que estimo. Entre suas ajudas, torcidas e estímulos

agradeço também uma frase sincera que me interessou e pulsou a pensar e um verso que, desde que me apresentou, também ficou, musical e afetivamente, para a vida.

Ainda em torno de 2016 em diante, à Estrela Amarela, agradeço, entre também estímulos e torcidas, a companhia de seus escritos num tentar seguir adiante durante tantos encontros não desejados que a pandemia e seu período trouxeram. E obrigada por dois dias, anos antes; um em que me pegou na mão com seu ouvido e um outro em que me levou para um encontro abençoado.

Agradeço à Iyá Batia de Oxum pela comunicação, múltipla, de seu amor abençoado e abençoador, que amo e peço a benção, nas também conversas e trocas em torno de afetos, política, interlocução e pesquisa. Obrigada pelos trânsitos dos e nos nossos encontros.

Agradeço à minha amada tia Zenaide de Almeida Pereira que me foi companhia, desde o início dessa pesquisa, em muitos dias e noites, em sensação e em lembrança mesmo que não tenhamos conversado sobre. Obrigada também justamente por isso não ser necessário. Agradeço ainda, no sentido de lembranças e lembretes que atravessaram a pesquisa, também às minhas tias Dalva Negretti Ruiz e Neusa Maria Negretti e à minha prima Juliana Negretti.

De amor e amores tanto atravessamentos quanto atravessantes e de muito do que entendo sobre tempo, ao redor, trajetos, bem como sobre mim, agradeço ao Carlos Negretti, meu pai, à Silvia Regina Bicudo de Almeida Negretti, minha mãe, e à Letícia Negretti, minha irmã.

Carlos Negretti e Silvia Regina Bicudo de Almeida Negretti, entre tanto e fundo, com e sem palavras - pois não há vetor que retribua de forma suficiente e ou como eu gostaria -, lhes agradeço por, além de pela vida que me concederam e deram, assim como pela que criaram e possibilitaram – de diversos e não fáceis modos -, carinharam, cuidaram e amaram, saber que com ambos eu teria sentido vontade de me emaranhar se não fosse nosso amor como foi; de onde e com quem vim.

Por fim, em seus tantos trajetos em mim, agradeço ao Antonio D'Agostino Filho. Agradeço ao Tô desde a vontade de me inscrever na seleção do doutorado. Agradeço por sua torcida e ajuda no rumo, durante e no início da travessia e entrega dessa pesquisa. Obrigada por sua presença nos diferentes períodos e momentos, tanto longos quanto curtos, durante esse trabalho. Companheiro amado e amor companheiro, para quem e com quem agradeço poder ter voltado e ter podido voltar, de muitos modos, durante esses anos. Agradeço também à Quindim, companheira que nos alegrou e bagunçou legal. Quem em mim se deitou e em quem encostei em muitos dias e tantas noites, antes de sair para campo e ao voltar, assim como durante as escritas, entre computador, livros, sentar e deitar, com o dela, o meu e o nosso bom ou mal humor. Agradeço por tudo que a amada doce de ovo anim

Parti de minha rua
Num voo até a lua
No meu foguete particular
Agora sou patente
De um mundo diferente
E tenho coisas pra contar
Nesse trajeto de aventuras
Em desafio à emoção
Eu vi o medo e vi a cor do frio
E a beleza da escuridão
E quando à Terra eu voltar
Sei que estão me esperando
Numa prova de alegria
Eu vou chegar sambando
- Foguete Particular, Batatinha.

[…] *El tiempo no cesa de fluir,*
el tiempo
no cesa de inventar,
no cesa el timpo
de borrar sus invenciones,
no cesa
el manar de las apariciones.
Las bocas del río
dicen nubes,
las bocas humanas
dicen ríos.
La realidade tiene siempre otra cara,
la cara de todos los días,
la que nunca vemos,
la otra cara del tiempo […]
- Cara al tiempo, Octavio Paz.

O silêncio é de todos os rumores
O mais próximo da nascente
[...]
É no ardor dos cardos
que o vento faz a casa.
- As nascentes da Ternura, Eugénio de Andrade.

"*O desenraizamento é condição desagregadora da memória*"
- Ecléa Bosi (2003, p. 28).

tudo –
Palavra atrevida e enfunada de soberba.
Deveria escrever-se entre aspas.
Aparenta nada omitir,
tudo reunir, abarcar, conter e ter.
Porém, não é mais
do que um farrapo do caos.
- Tudo, Wislawa Szymborska.

Resumo

Nesta pesquisa busquei compreender governamentalidades na articulação de políticas em torno de envelhecimento e situação de rua, tendo como foco os processos de institucionalização e os trânsitos envolvendo espaços de acolhida e pessoas idosas em situação de rua. Seu objetivo geral é compreender como a "população idosa em situação de rua" ganha sentido nas políticas públicas contemporâneas e as formas pelas quais essas políticas imprimem marcas nas trajetórias de pessoas atendidas como "pessoas idosas em situação de rua" em equipamentos públicos, trajetórias as quais também estão para além da categorização administrativa. A estratégia metodológica primordial foi a realização de uma etnografia em um Centro de Acolhida Especial para Idosos (CAEI), denominada nesta tese como Estação Sentinela, gerido por uma instituição não governamental em convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) da cidade de São Paulo. Com atenção a formas de gestão na Estação Sentinela a partir das regras internas e moralidades, envoltas em convenções em torno de gênero, idade, classe, raça e sexualidade no cotidiano, na etnografia, conferiu-se especial atenção ao exercício de reconstrução das trajetórias dos interlocutores, dos seus trânsitos entre diferentes instituições e das relações entre cuidado e controle que se desenhavam nesses percursos. Em meio à etnografia, emaranharam-se também as políticas de assistência social e outras políticas municipais, como também de outras instâncias federativas, sugerindo diferentes sentidos e memórias acerca de velhices e situações de rua no âmbito da atuação do Estado. Tais emaranhamentos conduziram a uma estratégia metodológica adicional, a investigação dos processos socio-históricos que relacionaram velhices, ruas e prisões desde a escravização, de modo a problematizar a ideia de que o encontro entre velhices e situações de rua trata-se de um fenômeno social absolutamente novo. É desta forma que o estudo, ao tratar da simultaneidade de processos de "acolhida" e "recolhida" em termos políticas de Estado, aponta, em seu trajeto, que se o problema não é novo, o tratamento dado a ele sim. Como binômio, acolhida-recolhida, alude, entre outras questões nos relacionais atos de acolher e recolher, que se o primeiro processo é predominante no reconhecimento que estabelece um equipamento público e transforma em um sujeito de direitos a "Pessoa Idosa em situação de rua", o segundo continua a produzir também situações de rua. Organizada em dois diferentes volumes, a tese apresenta no seu segundo volume um material visual constituído ao longo do trabalho de campo, partilhas e interlocução, de modo a oferecer outras maneiras de aproximação aos interlocutores e ao seu cotidiano compartilhado com a pesquisadora.

Palavras-chave: Centro de Acolhida Especial para Idosos; Velhice; Pessoas em situação de rua; Prisões; Antropologia urbana.

Abstract

In this research, I sought to understand governmentality in the articulation of policies around ageing and homelessness, focusing on institutionalization processes and transits involving spaces for welcoming older people and homelessness. Its general objective is to understand how the "seniors living on the streets" is signified in contemporary public policies and how these policies imprint on the trajectories of people assisted as "elderly people living on the streets" in public facilities, trajectories which are also beyond administrative categorization. The primary methodological strategy was to carry out an ethnography in a reception center for elderly people living on the streets (CAEI), named in this thesis as Sentinela Station and managed by a non-governmental institution in partnership with the Municipal Secretariat for Development and Social Assistance (SMADS) in the city of São Paulo. With attention to forms of management at the Sentinela Station based on internal rules and moralities, wrapped in conventions around gender, age, class, race and sexuality in everyday life, special attention was given in ethnography to the exercise of reconstructing the trajectories of the interlocutors, of their transits between different institutions and of the relations between care and control that were outlined in these paths. In the ethnography it became noticeable that social assistance policies, other city policies, and those of other federative instances, were intertwined, suggesting different meanings and memories about old age and situations of homelessness within the scope of State action. Such entanglements led to an additional methodological strategy, which was the investigation of the socio-historical processes that linked old age, streets, and prisons since the days of slavery, to problematize the idea that the encounter between old age and street situations is an absolutely new social phenomenon. In this way, when dealing with the simultaneity of processes of "welcoming" and "withdrawal" in terms of State policies, the study points out that if the problem is not new, the treatment given to it is. As a binomial, welcoming-receiving, alludes, among other issues in the relational acts of welcoming and recalling, that if the first process is preponderant in the recognition that establishes a public equipment and transforms the "elderly person in a street situation" into a subject of rights, the second, continues to produce situations of homelessness. Organized in two different volumes, the thesis presents in its second volume a visual material constituted throughout the fieldwork, exchanges and interlocution to offer other forms of approaching the interlocutors and their daily life shared with the researcher.

Keywords: Special Shelters for older homeless People; Old age; Homeless; Prisons; Urban anthropology.

Resumen

En esta investigación, busqué comprender la gubernamentalidad en lo que se refiere a la articulación de políticas en torno al envejecimiento y el sinhogarismo, con foco en los procesos de institucionalización y tránsitos que involucran espacios de acogida y personas mayores en situación de calle. Su objetivo general es comprender cómo la "población anciana en la calle" cobra sentido en las políticas públicas contemporáneas y las formas en que estas políticas imprimen sus huellas en las trayectorias de las personas atendidas como "ancianas en la calle" en equipamientos públicos, trayectorias que también escapan a la categorización administrativa. La estrategia metodológica primaria fue realizar una etnografía en un centro de acogida de personas mayores en situación de calle (CAEI), denominado en esta tesis como Estación Sentinela, administrado por una institución no gubernamental en alianza con la Secretaría Municipal de Desarrollo y Desarrollo Social. Asistencia (SMADS) en la ciudad de São Paulo. Con atención a las formas de gestión en la Estación Sentinela basadas en normas y morales internas, envueltas en convenciones en torno al género, la edad, la clase, la raza y la sexualidad en la vida cotidiana, en la etnografía se prestó especial atención al ejercicio de reconstrucción de las trayectorias de los interlocutores, de sus tránsitos entre diferentes instituciones y de las relaciones entre cuidado y control que se perfilaron en estos caminos. En medio de la etnografía, las políticas de asistencia social y otras políticas municipales, así como las de otras instancias federativas, también se entrecruzaron, sugiriendo diferentes significados y memorias sobre la vejez y las situaciones de calle en el ámbito de la acción del Estado. Tales enredos llevaron a una estrategia metodológica adicional, que fue la investigación de los procesos sociohistóricos que vincularon la vejez, las calles y las cárceles desde la época de la esclavitud, con el fin de problematizar la idea de que el encuentro entre la vejez y las situaciones de la calle es se trata de un fenómeno social absolutamente nuevo. Es así que el estudio, al abordar la simultaneidad de procesos de "acogida" y "retirada" en materia de políticas de Estado, señala que si el problema no es nuevo, el tratamiento que se le da lo es. Como binomio acoger-recibir alude, entre otras cuestiones en los actos relacionales de acoger y recoger, que si el primer proceso es predominante en el reconocimiento que instaura un equipamiento público y transforma al "anciano en situación de calle" en sujeto de derechos, el segundo sigue produciendo también situaciones de calle. Organizada en dos volúmenes diferentes, la tesis presenta en su segundo volumen un material visual constituido a lo largo del trabajo de campo, el compartir y la interlocución, con el fin de ofrecer otras formas de acercarse a los interlocutores y su cotidianidad compartida con el investigador.

Palabras-clave: Centro de Acogida para Adultos Mayores; Vejez; Personas en situación de calle; Prisiones; Antropología urbana.

Lista de Siglas

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Centro de Acolhida Especial para Idosos (CAEI)

Centro de Acolhida Especial (CAE)

Centro de Acolhida (CA)

Constituição Federal (CF)

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Centro de Referência Especializado de Assistência Social de População de Rua (CREAS POP RUA)

Comissão Regional de Assistência Social (CORAS)

Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE)

Institutuição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Legião Brasileira da Assistência (LBA)

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)

Núcleo de Convivência de idosos (NCI)

Organização das Nações Unidas (ONU)

Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Organizações não Governamentais (ONGs)

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (FABES)

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS)

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Sistema de Informação da Situação de Rua (SISRUA)

Sumário

INTRODUÇÃO 27
Vinculares – Campo, Interlocução e Trajetos: Metodologia *..... 46*
Entre Aradas e Veias: Organização da tese *..... 52*

PARTE 1 - ARAGEM 54

CAPÍTULO I - PAISAGENS DE VELHICES: ENTRE VINCOS E VÍNCULOS 54
PAISAGENS DE VELHICES 58
VELHICES ESCRAVIZADAS E A LEI SARAIVA-COTEGIPE 66
VELHICES NAS RUAS, OS *ASILOS DA MENDICIDADE* E A FILANTROPIA 81
Os asilos da mendicidade *82*
As entidades filantrópicas *84*
VELHICES NAS PRISÕES E CATEGORIAS ETÁRIAS 87
AS DIVERSAS EXISTÊNCIAS DE VELHICES E ENCONTROS DE PAISAGENS 96

CAPÍTULO II- VEIAS DAS PAISAGENS DE VELHICES: CAEIS, UM RE(CONHECIMENTO) E VERSÃO DE ENTRONCAMENTOS 99
Uma ressignificação: a Assistência Social como Política Pública *99*
Uma Instituição Híbrida e Resquícios *103*
Trajetórias e Projetos: institucionais e profissionais *110*
Impressões da Casa-Lar: Um jogo de memória entre pesos, pessoas e medidas *114*
A Estação Sentinela num parecer sobre Massificação *118*
Um espelho da Casa-Lar e a tipificação de moradas *130*
Um parecer sobre Implantar Serviço e Centros de Sala *132*

CAPÍTULO III- GERAÇÕES INSTITUCIONAIS: CUIDADO E CONTROLE COMO PERMUTAS E TRÂNSITOS PÚBLICOS 140
DEMANDAS E PERMUTAS - ENTRE SMADS, SAP E ASSISTÊNCIA SOCIAL 144
Entre a prisão e o abrigo: a trajetória profissional de Calêndula *148*
Portas de um só corpo *151*
Da engrenagem *153*
CENSOS DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO 157
Trânsitos entre instituições de distintas idades *172*

PARTE II - NERVURA 176

CAPÍTULO IV – *P(Ô)R ENTRE GUARIDAS E PORTARIAS: A ESTAÇÃO SENTINELA* 176
De ventanias e Prumo: convivendo em conflito *186*
"Todo mundo deveria ter dois caixões, um pro corpo, um pra língua": as correntes de informação na Estação Sentinela *191*
Rumores de Exploração *194*
Categorias acusatórias *194*
Exploração e denúncia *198*
Cestas, Coisas e Trecos *200*
Ajuda e exploração *205*
PASSARAM, PASSARÃO E MUITOS PASSARINHOS 208

CAPÍTULO V – ENTRE VEIAS E REDES: A ESTAÇÃO SENTINELA E TRÂNSITOS 211
DAS PERMUTAS E TRÂNSITOS 213
O desencontro e novo trânsito *220*
Uma convivência compulsória *222*
Uma carta. Põe no correio *226*
Cuidado – Corda de expectativa e de Básico *232*

PARTE III – ARADAS VEIAS.....237

CAPÍTULO VI - ARTÉRIAS QUE SE ABREM: TRAJETÓRIAS ETNOBIOGRAFADAS 237

UM TRAJETO VOLTADO A TRAJETÓRIAS: UMA MEMÓRIA ATRAVESSANTE 239

ÍRIS 249

A abertura da Porteira *251*

AMARÍLIS 259

O caminho de Canindé *261*

Conta e Carcaça.....*264*

AMANDA 267

Canindé é perto demais.....*269*

BRÍGIDA.....275

VALQUÍRIA 280

LUARA.....286

SALGUEIRO.....291

JUNQUILHO 293

LÍRIA 297

AÇUCENA.....307

ESTER.....313

MINERVA.....321

SOFIA 325

Trajetos possíveis e impossíveis; diante de Trajetórias.....*328*

CONSIDERAÇÕES FINAIS 329

PÓS-ESCRITO 335

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....338

Introdução

Luz do sol no chão molhado,
acerolas temporãs,
som de vento no telhado,
cores mortas nas manhãs.
Fogem nuvens, passa o rio,
vão-se as cores do verão,
passa um tudo um calafrio
que me aperta o coração.
Tudo um dia vai-se embora
Tudo existe de passagem.
Mais que nunca sinto agora
que sou parte da viagem.
"Outono", Fernando de Oliveira e Rosa Passos

"É com toda a nossa pessoa que nos plantamos diante da paisagem, seja ela natural ou artística, e o ato que a cria para nós é simultaneamente um ver e um sentir, cindido em instâncias isoladas pela reflexão" (SIMMEL, 1996, p. 24).

Ao chegar perto dela, era possível sentir um cheiro de combustível e ver pessoas que também saíam e chegavam. O olor era compartilhado por quem, além de ali trabalhasse, estivesse no carro para abastecer ou passasse então mais longe dela e mais perto de tal posto de gasolina. Podia também ser partilhado por quem aguardasse, em uma fila, a próxima viagem ou por quem chegasse. Malas, abundantes nela, de quando em quando eram levadas ou entregues ali no posto também. Antes de chegar nele, já conseguia vê-la. Nele também. Tanto a partir dele quanto em diferentes pontos do trajeto, já conseguia visualizá-la, mas o que via dela mudava. Do terminal de ônibus e da praça a via de longe. Da avenida, se estivesse na beira da esquina do posto, conseguia visualizar cores próximas a algumas de suas janelas. Azul, branco e laranja conviviam naquela fachada. Dali do posto, já precisava esticar o pescoço; para que eu visse sua ponta longe, assim como as janelas do meio. Quanto mais próxima eu estivesse, mais precisava tentar acompanhar.

De frente a ela, não conseguia olhá-la sem me mexer. Vê-la em uma imagem única não era possível. Para tentar seguir o seu cumprimento, era necessário movimento de quem a olhava, ali passava, ali chegava e ali entrava. Acessar algumas de suas partes, na condição de movimentar-se, passava por outras. Até as janelas mais próximas da entrada. Ao olhá-las, se via a entrada dela, mesmo que rápido. Só de lá de dentro que, ver, não mais uma janela, mas a partir de uma janela, era possível e impedia ver a outra. Lá dentro, os andares faziam acesso também a sacadas, indesejadas por alguns habitantes. Embaixo dessas sacadas, café, linguiça, coxinha, salsicha, cerveja e leite lançavam outros cheiros e ecoavam horários.

Diferentes refeições pagas eram feitas ali embaixo ou ainda levadas para cima para completar e ou mesclar as oferecidas, como o almoço. Televisão e som ligados no mesmo bar e

nas casas e comércio da frente. A entrada era coordenada por homens na função de segurança durante vinte e quatro horas, mas os retornos dos habitantes dos quartos, embora muitas vezes negociados, eram possíveis até as 21:30. Ao entrar e sair, passava-se também por, além de ferro, vidro. Os dois então davam contorno ao vão de estar dentro e fora. As não retas dessa composição se diferenciavam de um portão com linhas horizontais e verticais, mas a largura do vão entre suas fechaduras e aberturas também se diferenciava de uma porta de uma tábua só. Do lado direito havia uma mesa e um banco para o segurança que estivesse de plantão[1]. Do lado esquerdo - se na entrada - e do direito - se na saída -, comumente havia duas cadeiras de plástico, às vezes ocupadas e em outros momentos vazias. Apesar de lembrar do caminho e de momentos anteriores aos de passar pelo portão para ali entrar, assim como dos instantes posteriores aos de por ele sair, somente no período entre entrada e saída, antes de passar novamente por ele, que a captura de sua imagem e de seu entorno era mais praticável. Ele direcionava os fazeres de registros imagéticos. Era ele também um pórtico de fotografar.

Quando dentro, havia duas opções: seguir reto e chegar até o elevador ou subir as escadas à direita. A escada dobrava pra esquerda. Já no primeiro andar, à direita, ficava o corredor que findava e abria o refeitório. Antes desse, havia dois quartos espelhados e depois uma área coberta com telhas transparentes, a estufa. Em frente dela, havia uma área aberta com churrasqueira. Na parede direita, depois do primeiro quarto sentido refeitório, havia uma pia, sabonetes, papel, bebedouro e um mural com fotos e avisos. Na parede oposta, existia uma pequena cabine com computadores. Do lado esquerdo do quadrado deste andar, que formava o primeiro piso, circulado e circunscrito por uma escada para cima – diferente, outra, daquela que levava para baixo -, havia o elevador e duas entradas. Passantes tinham a opção de continuar seguindo por escadarias que levariam até o último dos andares. Se espiasse à esquerda da escada usada para subir ali, encontravam-se dois banheiros: um “feminino” e outro “masculino”.

Entre eles ficavam três salas. Da esquerda para a direita, havia a sala dos educadores e funcionários; ao meio, a sala de gerência da unidade e então depois a sala de assistência social e de psicologia. Rumo a andares, flores e pássaros, no segundo andar, ao fundo, de início havia primeiro uma, e, depois de uma reforma – não arquitetônica, mas de convivência ou de evitar conflitos -, duas salas para assistir televisão, lavanderia e área de estender roupas. A frente deste andar era composta por três quartos. Todos os quartos tinham um banheiro. Os demais andares continham seis quartos cada um e a mesma arquitetura: camas, armários e banheiros. Em alguns quartos, as redes de proteção tramavam várias pequenas molduras da janela ou da sacada. Em ambas podiam ser vistos pregadores a contar dos horários de sol. Dois quartos de dormir eram

[1] Este serviço era terceirizado; contratado pela instituição que fazia a gestão do equipamento público.

substituídos por sala de artes e sala de computadores. Era mencionado que um dos quartos no último andar era um guarda-roupas; que nele se armazenava doações entregues à instituição gestora daquela Estação.

Em 2009, sete anos antes de visitar a Estação Sentinela, a instituição primordial nessa etnografia, a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social do município de São Paulo (SMADS) publicou uma notícia que contava sobre uma inauguração:

> *Um novo modelo de moradia que se destina aos idosos albergados* foi inaugurado nesta segunda-feira. É o primeiro equipamento adaptado para esta finalidade e vai atender *pessoas auto-suficientes*, *ou seja, que possam se locomover, se alimentar e cuidar de sua higiene sem necessitar do auxílio de terceiros.*[2]
>
> *[...]*
>
> *A Morada tem como objetivo proporcionar a cada morador, o máximo possível, um ambiente favorável à sua condição e à sua idade. Os moradores serão acomodados em 35 apartamentos, para duas ou três pessoas, distribuídos nos oito andares do prédio. Além disso, terão à disposição uma sala de estar e TV em cada pavimento. Para alegrar o ambiente e facilitar a identificação dos apartamentos e respectivos donos, cada andar terá um nome de flor (pavimentos femininos) e de pássaros (masculinos). O espaço fica próximo à Sala São Paulo, ao Museu da Língua Portuguesa, à Pinacoteca do Estado e ao Parque da Luz.*[3]

Localizado no Centro de São Paulo[4], o primeiro[5] *centro de acolhida especial para idosos do município*[6], o qual chamo de Estação Sentinela, foi apresentado como um serviço com capacidade para receber 100 pessoas a partir de sessenta anos de idade, idade conforme

---

[2] Fonte: Site da Secretaria municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Notícias Prefeito inaugura Centro de Acolhida para Idosos 01.07.2009. Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=121400> (acesso em 30 de maio 2017).

[3] Fonte: Site da Secretaria municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Notícias 01.07.2009. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=272> (acesso em 30 de maio 2017).

[4] Todos os nomes nesse trabalho, de interlocutores e de instituições visitadas na etnografia são pseudônimos. Embora pseudônimos sejam utilizados para os interlocutores e instituições, o logradouro da Estação Sentinela, pertencente à região conhecida como Cracolândia, já a localiza também em variados sentidos. Desse modo, embora o pseudônimo institucional possa ter uma limitação, optei por esse formato. Os links das notícias, material importante da narrativa da SMADS no que concerne à descrição da instituição, foram mantidos por serem materiais públicos.

[5] A SMADS informa como início e parte de um projeto de transferência de "720 idosos", "usuários dos Centros de Acolhida da Prefeitura" "para moradias próprias" a inauguração da Estação Sentinela. Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/noticias/?p=32631> (Acesso em 30 de maio de 2017).

[6] Um *centro de acolhida especial para idosos* que "abriga homens" foi inaugurado antes, em torno de 2000. Já um outro espaço, inaugurado também anteriormente, em 2003, cita em sua descrição constantemente "ex-moradores de rua".

determinação da Organização Mundial da Saúde (OMS) para indicar "Pessoas Idosas". A instituição foi caracterizada pela Prefeitura como "espaço de atendimento integral a idosos "auto-suficientes" e *centro de acolhida especial para idosos* (CAEI) desde sua inauguração. Importante já anunciar que a Avença de Compaixão, instituição que fazia a gestão durante o período de campo da pesquisa e que administrou a Estação Sentinela por uma década desde sua abertura, definia de forma específica a situação de rua. Tal especicifidade era nomeada pelo contrato de serviço, *Centro de Acolhida Especial Para Idosos em Situação de Rua – Estação Sentinela*, e também referida cotidianamente na instituição[7].

O período de pesquisa de campo[8] na Estação Sentinela está circunscrito, em âmbitos cronológicos, ao período 2016 a 2019. Em 2019, a Avença de Compaixão, instituição religiosa que fez a gestão do CAEI por dez anos, foi substituída por uma outra Organização não governamental. A etnografia não contemplou a gestão posterior, cujo contato que tive à época incluiu solicitação de informações para a nova gerente e uma entrevista com um dos técnicos. Relações e contatos com interlocutores e com a instituição desde então não estão contemplados por esse trabalho, com exceção de imagens presentes no volume II da tese, que contém o material fotoetnográfico. É preciso mencionar que a ideia de "finalizar" o campo da pesquisa de forma coletiva, sugerida pela nova gerente ainda em 2019, previa a "finalização formal de campo" em 2020. Essa finalização não foi realizada, devido à Pandemia da Covid-19, e tais desdobramentos e não fechamentos também não são contemplados neste texto.

O interesse por pesquisar um *Centro de Acolhida Especial para Idosos* e as trajetórias que ali se encontravam surgiu após a defesa do mestrado, em que trabalhei com as trajetórias de vida de duas mulheres, Lena, sobrevivente do sistema prisional paulista, e Madá, agente de segurança do mesmo sistema. As *entradas e saídas entre instituições e rua* desde a infância na trajetória de Lena foram direções para a continuidade de investigações no que concerne aos trânsitos. Trabalhar com a trajetória de uma agente do sistema prisional me permitiu apreender trânsitos de funcionários também. Desse modo, as duas trajetórias, juntas e separadas, me permitiram acesso e atenção aos trânsitos. A pesquisa em torno das duas trajetórias junto da etnografia em uma unidade prisional localizou meu olhar também para dois

[7] Dessa forma, por vezes, nas menções à Estação Sentinela especificamente durante a tese, é utilizado o termo *Centro de Acolhida Especial Para Idosos em Situação de Rua*, uma vez que era a contar deste nome e suas significâncias que se desenrolavam conflitos e moralidades acompanhados durante a na pesquisa de campo. Vale dizer também que a Portaria 28/08 – SMADS, de 29/08/2008, também utilizou formalmente a nomenclatura *Centro de Acolhida Especial para Idosos em situação de rua*.

[8] O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Unicamp. CAAE: 78775417.3.0000.5404.

grupos. Naquela ocasião, agentes prisionais e mulheres em privação de liberdade, em seus cotidianos, pouco se vinculam de forma direta à pesquisa atual. Embora nesta pesquisa de doutorado fossem agentes do cotidiano da instituição, tanto habitantes, quanto funcionários da Estação Sentinela, minha interlocução se deu majoritariamente com habitantes. Vale ressaltar que, na tese, as entrevistas com não habitantes apresentadas foram as realizadas com assistentes sociais envolvidas com as políticas governamentais acerca dos centros de acolhida.

Ao interesse pelo tema, vindo do mestrado, juntou-se ainda uma outra experiência profissional. Em março de 2015, paralelo à minha participação, pela terceira vez, no Censo da População em Situação de Rua na cidade de São Paulo, na Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo da Prefeitura de São Paulo. Ali, o contato com o Programa Operação Trabalho, que selecionava beneficiários a partir de critérios de renda familiar e contemplava, mesmo que não prioritariamente, *pessoas em situação de rua,* expandiu muitas de minhas perguntas.

Foi neste período que passei a ter mais contato com beneficiários de programas sociais voltados a situações de *vulnerabilidade* conforme as justificativas e relatórios feitos pela secretaria. Em julho do mesmo ano, fui transferida para o Programa Diversidade, cujo propósito era auxiliar nos treinamentos destinados a funcionários dos Centros de Atendimento ao Trabalho (CATes) na relação com o público em situação de *vulnerabilidade* que procurava o serviço*.* Até fevereiro do ano seguinte trabalhei no CATe Luz, que funcionava como referência deste Programa. Nesse período, observei que a impossibilidade de entrada no mercado de trabalho formal ou reinserção por conta dos endereços declarados serem de centros de acolhida compunham queixas e narrativas de trabalhadores a gestores na prefeitura, o que chamou minha atenção. Fora nesse período que também integrei, como representante suplente da respectiva secretaria, as reuniões do Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI). Na ocasião, atuei como representante da mesma secretaria em atividades e eventos municipais no que concernia à discussão intersetorial acerca de Pessoas Idosas, tais como O Seminário Políticas Públicas para a Pessoa Idosa no Centro de São Paulo e a 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Entre junho e setembro de 2015, assisti a um curso ministrado na Escola do Parlamento Paulistano voltado a políticas públicas para população em situação de rua. Passei então a contatar alguns *centros de acolhida especial para idosos* (CAEI). Alguns recusaram a solicitação para iniciar um trabalho de campo preliminar para o projeto de doutorado. Dois deles, entretanto, autorizaram. Um deles me pareceu muito interessante por sua localização, o bairro da Luz. Atraída talvez por uma região de grande perambulação e que constitui, em boa parte, um imaginário do centro de São Paulo: a Cracolândia, uma “fonte inesgotável de notícias,

de histórias e, não sem contradição, de pânico" como informa Taniele Rui (2012, p. 189). Durante o período de trabalho de campo, a Cracolândia esteve presente na instituição que com ela partilhava endereço. Era naquele contexto e, por sua presença no cotidiano, também fonte de formulação de alteridade, de sentimentos e emoções de habitantes da Estação Sentinela: "Lugar que se deve evitar, lugar de perigo, lugar degradado. Também de degredo. E, por isso mesmo, em muitos aspectos, lugar de grande atração" (RUI, 2012, p. 189).

A circunvizinhança da instituição foi um ponto de investigação na pesquisa ao compor o vai-e-vem da Estação Sentinela. De evitação a compaixão pelos que ali circulavam, essa territorialidade compunha o cotidiano desta Instituição em alguma medida, bem como as disposições e opiniões também em torno de quem era ou estava vulnerável, marginal, assistido e quem deveria ser acolhido e recolhido. A Cracolândia fomentava diferenciações em torno da população em situação de rua por parte dos habitantes da Estação e evidenciava sentidos e ações de acolhimento e recolhimento simultâneas na cidade. A territorialidade da Cracolândia se articulou a impressões que a Estação Sentinela permitiu acessar.

A tomada da Estação Sentinela como *lugar-chave* (FRANÇA, 2010)[9] e sua escolha como local de realização da etnografia permitiu que eu me atentasse a um espaço de atendimento a duas populações vistas anteriormente como separadas, mas que ao se constituir pelos seus entrelaçamentos cotidianos, começavam a ser vistas como um sujeito específico, em torno do qual também se constituíam moralidades particulares. Após a perspectiva da junção das políticas públicas em torno de população em *situação de rua* e *população idosa* como processo da SMADS, a ideia de envelhecimento da população em situação de rua, como desenvolvimento dessa secretaria, pareceu oportuna para a investigação. No decorrer da tese, contudo, esse entrelaçamento mostrou-se uma novidade apenas no modo como era constituído contemporaneamente no âmbito das políticas públicas. A articulação entre *população idosa* e em *situação de rua* como preocupação pública ou uma espécie de "problema social" era muito mais antiga.

Essa percepção me levou a uma pesquisa documental e bibliográfica, que confirmou que velhices e situações de rua estiveram, desde o século XIX, articuladas em distintos períodos da história e marcadas por projetos voltados para a mendicância. Seu

[9] Isadora Lins França (2010, p. 5) escolheu para sua observação etnográfica lugares-chave, que articularam a um só tempo aproximação com seus interlocutores que indiquem "quais sentidos atribuem a esses lugares" e consideração de que lugares e pessoas mutuamente se constituem; "os lugares ganham bastante importância, não só porque permitem o acesso a esses homens, mas também porque considero que esses sujeitos os constituem e são constituídos por eles". A estratégia combinada da autora, "seguir os itinerários percorridos pelos meus interlocutores e os lugares tidos como referenciais para eles" (FRANÇA, 2010, p. 5), foi um direcionamento no doutorado.

entrelaçamento compunha, em grande medida, uma relação mais próxima entre recolhida e acolhida. A contar de distintos termos, se aproximavam, entretanto, de compreensões contemporâneas entre assistência social e segurança pública.

Em dimensão populacional a situação de rua seria considerada e reconhecida somente no século seguinte. Conforme aponta Daniel de Lucca (2007; 2011), a "população em situação de rua", como constituição histórica, política e institucional nasce como questão social, no fim do século XX. Como De Lucca também demonstrou, o nascimento dessa população gerou também reconhecimento de vidas em situação de rua como dilema público e conexões discursivas.

> Assim, para que as vidas de rua fossem reconhecidas como um dilema público e não mais somente do âmbito privado; para que não mais figurassem como problema individual e emergissem como um fenômeno coletivo e de massa; para que deixassem de ser unicamente alvo de violência e repressão estatal tornando-se também objeto de assistência e proteção formalizada; para que não fossem apenas objeto de intervenção e gestão política e se transformassem também em sujeito político de um discurso e de uma prática sobre si; para que essas e outras coisas se transformassem, foi necessária a tessitura de uma rede de inteligibilidade capaz de tomar a experiência das ruas, suas misérias e infortúnios, sob outra forma (DE LUCCA, 2011, p. 33).

Diante de criações de equipamentos da assistência social já como política pública, assim como a população em situação de rua reconhecida - nomeada, "nascida"-, os *Centros de Acolhida especial para idosos* (CAEI) podem também ser lidos conforme a abordagem de Robert Castel (2006), a partir da lógica dos serviços sociais, que

> provém, freqüentemente, de recortes das populações-alvo às quais atribuem-se meios específicos para protegê-las socialmente, ou seja, significa que para essas populações são mobilizados recursos, especialistas e instituições especiais para atender seus problemas particulares. Assim foram distinguidos os indigentes, os inválidos, as crianças abandonadas, as viúvas e a *velhice desamparada*, os doentes mentais, os delinqüentes, os toxicômanos, etc. (CASTEL, 2006, p. 21).

Partindo da governamentalidade, como aquela que considera ponto de contato e articulação e que refere, ainda nos termos de Michel Foucault (2022, p. 31), à "maneira como os indivíduos são dirigidos e a maneira como eles se conduzem a si mesmos" torna-se possível compreender as misturas entre trajetórias de interlocutores e de instituições trazidas a essa tese. Aqui, procuro me aproximar das dimensões descritas por De Lucca (2011) como "público de assistência" e "proteção formalizada" a contar da ampliação da rede da assistência social como política pública e das velhices como tema social e moral, em distintas modalidades e direções. Parto da vinculação entre escravização e rua como semente das primeiras gerações de velhices em situações de rua. Composição esta que esteve presente em enredos separados, mas que, espiralada, vinculou-se também a transformações até o "nascimento da população em situação

de rua", nos termos de De Lucca, compreendendo, de tal modo, esses vincos como fenômenos consequentes e coletivos, tecidos também por outros que a tese visa atentar.

Há nesse trabalho também diálogo com a problematização proposta por Camila Giorgetti (2006) em torno da definição de "situação de rua" em sua pesquisa comparativa entre São Paulo e Paris. Giorgetti, ao tratar da terminologia "situação de rua" proposta pelo "serviço social de São Paulo" atentou para a intenção política do termo em "delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a ideia predominante (e pejorativa)" de uma única e cristalizada característica em comum: "o fato de pertencer às ruas da cidade" (2006, p.20). Essa homogeneização que oculta diferenças e outras semelhanças, estaria articulada, segundo a autora, a um problema que a própria definição coloca: a dúvida sobre se estamos nos referindo a "situações concretamente reversíveis".

> A meu ver, não há pesquisas suficientes nas duas cidades que comprovem que as situações nas quais se encontram os moradores de rua são reversíveis. Não estamos aqui discutindo o potencial transformados dessas pessoas, pois acreditamos que tal característica é inerente à condição humana. Estamos nos referindo às chances reais de sair da rua. Nesse sentido, as pessoas que estão realmente em 'situação de rua' são poucas, constituindo talvez uma exceção (GIORGETTI, 2006, p. 20-21).

Me atentarei, portanto, e também com referência ao trabalho de De Lucca (2007, 2011), no que concerne ao reconhecimento público, à produção da especificidade dos *Centros de Acolhida especial para Idosos* (CAEI)[10] a contar da Estação Sentinela, *Centro de Acolhida Especial Para Idosos em Situação de Rua*. Nesse sentido, vale dizer que esse trabalho parte da aproximação com "experiências das histórias coloniais" (MIGNOLO, 2017), no que concerne os séculos que separam o reconhecimento das existências de grupos não considerados como população e nem como em situação de rua. Essas existências não contabilizadas, não consideradas coletivas ou quantitativamente importantes se encontram, em constância, desde o período colonial e, em continuidade, nos censos de população em situação de rua paulistanos a contar dos anos 2000. Trata-se, portanto, de uma disputa de narrativas e formas de contar tanto sobre velhices quanto sobre situações de rua.

Perceber a Estação Sentinela como paisagem que, com movimento, forma e é formada, nos termos de Milton Santos (1988, p.21), por um "mosaico de relações, de formas, funções e sentidos" possibilitou indagar essa instituição e sua modalidade como uma configuração articuladora de realizações – atuais e do passado. Esse ritmo de percepção configurou também um alargamento da ideia de presente, ao mesmo tempo que presentificou heranças coloniais em relação à articulação entre velhice e situações de rua. Santos (2006, p. 91), fazendo

[10] Também nomeado como CAE.

referência a “formas herdadas, provenientes de momentos anteriores”, assevera que “O que na paisagem atual, representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo” e propôs que “chamemos Rugosidade ao que fica do passado” (p. 92). O autor propõe ainda que tomemos

> como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2006, p. 92).

Entender a Estação Sentinela como paisagem também me transportava a Tim Ingold, para quem as formas das paisagens, assim como suas identidades são vinculadas a um campo de relações; “condensações ou cristalizações de atividade dentro de um campo relacional” (2015, p. 90). O mesmo autor sugere que: “caminhos, texturas e contornos, variáveis através da estação do ano, são incorporadas” por quem os caminha; “em suas próprias capacidades corporificadas de movimento” (INGOLD, 2015, p. 90).

Ainda no que concerne à paisagem[11], em diálogo com Cristopher Tilley, Ingold discute a relação entre habitável e habitante. Para Ingold, os movimentos de pés “costuraram uma malha emaranhada de trilhas personalizadas pela própria paisagem” (INGOLD, 2015, p. 90), indicando que: “através do andar, em suma, as paisagens são tecidas em vida, e vidas são tecidas na paisagem, em um processo contínuo e interminável [TILLEY, 1994:29-30]” (INGOLD, 2015, p. 90).

Em torno do mundo habitável e habitante, ainda nos termos de Ingold (2015), da Estação Sentinela é preciso dizer que essa instituição atravessava e era atravessada por ações disciplinares e biopolíticas, tal como apresenta Michel Foucault articula processos de gestão da vida(1988)[12]; “as disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em tornos dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (p. 131). Em termos históricos, um ponto de partida para a emergência da “pessoa idosa em situação de rua” como

[11] Retomo *Paisagem* a partir do capítulo 1, que contempla uma abordagem construída nesse trabalho: *Paisagens de Velhices*. No referido capítulo, o diálogo empreendido até aqui tem continuidade e está articulado a demais definições de ordem teórica acerca de *Paisagem*. A contar do capítulo 1, tanto *paisagens* quanto *paisagens de velhices* são presenças no trajeto da tese, que as atravessa.

[12] Michel Foucault, ao tratar da gestão da vida adverte que o poder sobre a vida fora desenvolvido a partir do século XVII a contar de duas formas principais interligadas. A primeira, que concerne ao corpo como máquina, seu adestramento e ampliação de suas aptidões. A segunda, entendida pelo autor como produto da metade do século XVIII, “centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população” (FOUCAULT, 1988, p 130).

uma questão social pode ser localizado na década de 1880 e de forma mais geral no século XIX, no qual

> também se inventaram, a partir de problemas jurídicos, judiciários, penais, formas de análise bem curiosas que chamaria de exame (examen) e não mais de inquérito. Tais formas de análise deram origem à Sociologia, à Psicologia, à Psicopatologia, à Criminologia, à Psicanálise (FOUCAULT, 2005, p. 12).

Como elucida o trajeto desse trabalho, entre a disciplina e a biopolítica, a articulação entre velhices e situações de rua são longevas composições na história nacional, que receberam diversas terminologias até serem legitimadas como problema público e objeto de instituições de assistência social. Essa articulação nasce como "questão" pública, como "problema social" pelo menos desde o período colonial.

Se a repressão, herança anterior ao reconhecimento da população em situação de rua como população, continua a ser recomposta, a consequente homogeneização como força política da população em situação de rua também nesses anos se deu em torno de um campo das diferenças, em movimento. Nesse sentido, cabe dizer que observar os *centros de acolhida especial* elucida também um campo de reconhecimento, ao qual estão articulados o direito à Assistência Social como política pública e a velhice como questão moral. Portanto, falar sobre "arranjos de hoje" no que concerne às situações de rua e velhices envolve pensar também em processo e criação social: "Um enunciado que não nomeia uma entidade existente, mas que a inventa" (MIGNOLO, 2017, p. 18).

Realizada primordialmente em e a partir de tal *Centro de Acolhida Especial Para Idosos em Situação de Rua*, Estação Sentinela, essa pesquisa etnográfica procurou se aproximar de processos sócio-históricos. As disputas de visibilidade dos mesmos se coadunam com outra: a da noção de "Pessoa Idosa em situação de rua" como uma novidade na construção e reconhecimento social em torno de um "sujeito jurídico" (FRANÇA, 2021).

"Veia arada", título dessa tese, referencia e reverencia a fala de Brígida, uma interlocutora da pesquisa, ainda no primeiro ano de visitas à Estação Sentinela. Num caderno de campo, a escrita registrou o questionamento que ela fazia sobre, e em torno de, como o termo "idoso" aparecia na Estação Sentinela: "Que idoso? Essa veiarada aqui". Tanto a pergunta quanto a afirmação de Brígida formulavam uma afrontosa fala aos sentidos de "terceira idade" e aos processos de *reprivatização da velhice* (DEBERT, 1999)[13] e ainda, nesse sentido, ao "cuidado de si na direção de tornar-se velho" (FOUCAULT, 2006, p. 148).

[13] Guita Grin Debert (1999, p. 13-14) atentou que "pensar na visibilidade alcançada pela velhice é atentar para o duplo movimento que acompanha sua transformação em uma preocupação social". A autora nos apresenta assim uma socialização progressiva da gestão da velhice e processos de *reprivatização da velhice*. O primeiro movimento faz referência à transformação da velhice em uma questão pública; "socialização progressiva da gestão da velhice; durante muito tempo considerada como própria da esfera

A “Veiarada”, na sua pronúncia aclamava a ‘”Velharada” que outro interlocutor, Junquilho, referiu como o público habitante da Estação e dos CAEI quando focava tanto a existência não modelar da velhice quanto a abundância de velhices num mesmo lugar. Era desse modo que “Veiarada” e “Velharada” insinuavam uma falta de “saber tratar” pessoas ali. Nessa insinuação, a denúncia dissertava também sobre o que fazer com tais pessoas.

A “Veiarada” de Brígida, que formulava que na Estação Sentinela não existia(m) idoso(s), ecoava de forma precisa o que Clarice Ehlers Peixoto (2006) evidenciara quase dez anos antes: “velho e idoso podem se confundir, mas idoso marca um tratamento mais respeitoso” (PEIXOTO, 2006, p. 78). A menção a essa diferenciação em nomenclaturas de residencias para pessoas mais velhas, apontada também por Peixoto, localizava de forma precisa também o tratamento dispensado às diversas camadas sociais e suas respectivas instalações: “o ‘lar’ para os velhos e pobres, a ‘residência’ para os idosos pertencentes às camadas mais favorecidas” (PEIXOTO, 2006, p. 78).

“Veiarada”, nos termos de Brígida, e tais ecos, dava um assoalho que permitia *Veia arada*, a interlocução que faço com “Veiarada” nesse trabalho. De vaso através do qual há retorno de sangue ao coração e movimento interior de corpos que se movimentam, arar é uma ação que revira camadas de solo e possibilita cultivo de via e por meio delas. São ambos, veias e arados, vinculados às vidas dos interlocutores e aos campos da assistência social e velhices, que compõem e recompõem processos, mobilidades, agência e solos de existências-chave nesse trabalho; dos habitantes e das instituições.

Nessa veia arada, acolhimento, casa, albergue e centro de acolhida são termos apresentados conforme referências ouvidas e tal apresentação não intenciona uma diferenciação rígida entre eles, visto que definições e diferenças precisas não foram presentes na etnografia. Entre estratégias cotidianas e afetos partilhados, incoerências e inconclusões desses termos e de sentidos atribuídos a eles estão no solo em movimento acompanhado e no assoalho desse trabalho; movimentações também em torno de diferentes ações de acolhida e recolhida relacionadas a tais espaços, existências e agendas públicas.

No que concerne ao pseudônimo da instituição primordial dessa etnografia, enquanto o termo *Estação* se assemelha à passagem, *Sentinela* faz menção à vigia numa perspectiva de compreensão do equipamento público no que refere as dinâmicas entre os residentes, funcionários e entorno – a vizinhança, alvo de distintas formulações, de reclamações

---

privada e familiar […] “Por outro lado, nesse movimento de socialização não está ausente o que venho chamando de processos de reprivatização, que transformam a velhice numa responsabilidade individual – e, nesses termos, ela poderia então desaparecer do nosso leque de preocupações sociais”.

à compaixão – a partir da *corrente de informações,* como espaço e tempo agregador de moralidades. Coetaneamente, procura delinear passagem e partilha compartilhadas, desde emoções relacionadas à e na Estação no que concerne também a mim [Senti-Nela], algo iniciado, talvez, antes mesmo de uma reflexividade a respeito, em torno do que rapidamente passei a nomear de estufa, que será apresentada adiante.

Cabe atentar que o [Senti-Nela], mesmo em suas transformações, ecoou e reteve, durante o período de campo e para além dele, limitações e sensações, assim como sentimentos, compreendidos como expressões coletivas e linguagem (MAUSS,1979). Sentimentos compunham e recompunham tensão de entrelaçamento na Estação Sentinela ao mesmo tempo que compuseram e recompuseram tal conflito também no encontro de obrigatoriedade e espontaneidade na minha passagem pela Estação Sentinela. De forma espessa, o limitado prestar atenção, assim como tentar prestar atenção (em) e ouvir sentimentos de com quem me relacionava – muitas vezes relacionados também a alguém de quem se falava -, entre e nos cotidianos daquela instituição, foi o que me fez tentar reparar, posteriormente, na grande névoa que se tornou lidar com sensações em relações de interlocução e lidar com expressar sentimentos em termos exogâmicos. Digo exogâmicos porque em campo expressar sentimentos não foi um esforço ou uma sensibilidade minha. A estação sentinela explodia, vasava, ventava e plantava sentimento, contido e expresso. Se expressar e ouvir sentimentos compuseram distintas relações afetivas e deram assoalho determinante à própria pesquisa de campo, durante muito tempo não fora possível compreender a dificuldade em expressar sentimentos que, como referi, deram arado à própria pesquisa, em ocasiões que não o próprio campo, ou seja, na escrita durante o período de campo e em ocasiões acadêmicas. Considero que eu estava guiada por um termômetro em torno da, conforme Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho (2010, p.9) “etnopsicologia ocidental moderna”, regida e regente também no ambiente científico. Na “etnopsicologia ocidental moderna”, conforme as autoras:

> a expressão dos sentimentos é vista como um domínio sujeito às regras sociais que regulam quando, como e para quem manifestar emoções. Em contrapartida, o sentimento em si seria uma reação da ordem do natural ou mesmo do biológico que pode ser distinguida das normas sociais. Seria, portanto, um fenômeno ao mesmo tempo individual, no sentido de particular a cada um, e comum a todos como seres humanos (REZENDE; COELHO, 2010, p. 50).

Foi, entretanto, assistindo outras prescrições, não de sentimentos, mas de suas expressões na própria Estação Sentinela que me deparava com a “ideia de uma distinção entre o sentimento sentido e o sentimento expresso” (REZENDE; COELHO, 2010, p. 51), diferenciação esta que, além de reproduzir a (também pressuposta) separação entre esferas privada e pública,

trazia mais uma conexão com a abordagem reflexiva de Rezende e Coelho (2010, p.51.): “o que é sentido e pensado no privado é verdadeiro enquanto o que é apresentado em público pode ser falso. Cria-se, portanto, uma tensão entre sentir e expressar os sentimentos”. Ainda que parte dos sentimentos expressados nessa tese - meus, delas e deles, nossos e daquele tempo - tragam receios, eles contam não só sobre; contam a pesquisa.

Na névoa, convivendo com o conjunto de expressões de sentimentos evitadas e receadas em torno de tantas expressões de sentimentos na Estação Sentinela e nas relações, houve, entretanto, também sentimentos que durante a pesquisa de campo tentei não expressar, aí sim também na Estação Sentinela – e que não fora sempre possível – e cujas expressõs de outrem também me atravessaram. Algo próximo do que Neide Vita (2018, p. 25) chamou de “sentimentos ambivalentes” ao referenciar a situação de rua como e quando a de outrem e presença da população em situação de rua, referenciando também uma variação entre “ignorar a realidade” e “negar a própria impotência diante da situação degradante”:

> Na cidade de São Paulo podemos observar diariamente os prédios altos, o trânsito quase sempre carregado, os habitantes, que entre o trajeto de casa para o trabalho, cruzam o caminho com pessoas em situação de rua. Pessoas essas que não têm lar e ficam abrigadas nas beiradas desses grandes prédios, embaixo de sacadas, viadutos, esquinas, praças, encostas de marginais, dentre outros espaços públicos. Diante desse cenário confuso e agitado, a presença das pessoas em situação de rua gera sentimentos ambivalentes, que variam entre ignorar a realidade, negar a própria impotência diante da situação degradante ou apenas notar essa realidade a fim de entender melhor através de pesquisa, articulação e mobilização para criar caminhos estratégicos por meio de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua no acesso integral a rede de serviços. Tenta-se compreender como esses atores desenvolvem sua própria estratégia de vida a fim de minimamente assegurar seus direitos básicos para sobrevivência.

Entre essa variação que Vita (2018) atentou, muitas sensações e sentimentos, expressos ou não, foram acompanhados na etnografia; de interlocutores em torno de si e de outrem, em relação à Cracolândia. Meus sentimentos, por mais que ali pudessem e ou precisassem ser expressados também estavam envoltos em prescrições. O ouvir e ver expressões de sentimentos as vezes informavam também meus, em comum, agradável ou não, e de tal, forma, assoalhava outros sentimentos. Outras vezes as minhas sensações na ocasião de ouvir o que interlocutoras e interlocutores expressavam sentir vinham ambivalentes. Se ouvir sentimentos não co-sentidos, não presentes em mim, além de requerer pontualmente uma não expressão de tal não partilha, minhas sensações se compunham também frente a diferenças e desigualdades entre nós. Assim como negociações, também emotivas, regem e são regidas nos afetos, nesse trabalho a relação requerida e desejada na pesquisa antropológica, a interlocução, articulou, além de receios e dúvidas, tramados a sentimentos e expressões, tanto de interlocutores quanto meus, também moralidades. Por fim, com essa espessa referência de Vita

(2018) cabe dizer que grande parte dos sentimentos, expressos, contidos e ambivalentes, se encontravam também com os próprios rumos da pesquisa. Todas e todos ali buscavam "se compreender" diante de suas próprias estratégias de vida e tempo numa convivência e cotidiano. Seus sentimentos e suas expressões também passavam por compreensão, reflexão e transformação.

Tendo em vista situações observadas na Estação Sentinela, a noção de *direitos perante a idade* foi uma aparição em torno das escutas e observações que permitiam analisar conflitos, anseios e diferenciações atribuídas por interlocutores em alguns enredos que se mesclavam às suas noções de justiça. Desta maneira, a discussão almejada envolve a relação entre ideias e noções de direitos e moralidades. No campo de pesquisa as moralidades apareciam em torno das velhices boas e ruins, dos velhos bons e velhos maus. Eram articuladas a frases proferidas e ouvidas em cenas de campo, como "todo canalha envelhece" e ainda "todo tipo envelhece", além de "tudo ex que não é ex"[14] e nas narrativas de comportamento e condutas na Estação Sentinela. A relação entre moral e cristianismo também tinha eco na Estação Sentinela a partir de uma dupla dimensão: o curso histórico da assistência social e a gestão do centro de acolhida, promovida por uma instituição católica. A personificação de bem e mal é interessante também por relacionar certos impasses da antropologia relacionadas ao juízo de valor e evitações em olhar para a moral, como nos lembra Roberto Cardoso de Oliveira (1996)

> O tema moralidade é freqüentemente tratado no âmbito da filosofia; só muito raramente ele tem sido abordado pelos antropólogos. Estes parecem haver delegado o problema moral àqueles (talvez os filósofos) que se sintam mais à vontade para enfrentá-lo, sobretudo quando o desenvolvimento do tema pode conduzir o antropólogo para caminhos imprevistos e de difícil saída no âmbito de nossa disciplina. Refiro-me especificamente à questão do valor e, conseqüentemente, do juízo de valor – desde que a moral sempre o pressupõe –, tão ameaçador para quem (certamente, e acima de tudo, o antropólogo) foi treinado para exorcizar o fantasma do preconceito em qualquer de suas manifestações (CARDOSO de OLIVEIRA, 1996, p. 52)

Didier Fassin (2012), ao propor uma antropologia moral crítica, discute o olhar antropológico em torno da moral, dividindo a nomenclatura de forma a relacionar moral a adjetivo – antropologia moral - e a substantivo – moralidade. Para o autor, o uso do substantivo configuraria particularidade. Segundo Fassin, não há necessidade de limitar morais como entidades separadas das outras esferas das atividades humanas. A partir do pressuposto de que as questões morais estão embebidas na substância do social, para Fassin, analisar códigos

[14] Oportuno destacar que em termos das três frases, duas delas, as primeiras, foram proferidas por um mesmo interlocutor, sendo que a terceira frase, trecho de uma fala de outra interlocutora, fazia menção a ele.

morais isoladamente de questões políticas, religiosas, econômicas ou sociais é uma perda. O autor confere ao adjetivo a possibilidade de relacionar e principalmente de conformar um espaço para a implicação moral do cientista social. O adjetivo seria então tanto reflexivo quanto descritivo.

> A antropologia moral trata de como as questões morais são colocadas e abordadas ou, simetricamente, como as questões não-morais são reformuladas como morais. Explora as categorias morais pelas quais apreendemos o mundo e identifica as comunidades morais que construímos, examina a significação moral da ação e o trabalho moral dos agentes, analisa questões morais e debates morais em nível individual ou coletivo (FASSIN, 2012, p. 4, tradução minha)

Em outro texto, Fassin (2018) considera moral, a partir de uma abordagem em estudos antropológicos contemporâneos, como produto da subjetividade, elaborações da mesma e com um cunho histórico e político. Além disso, o lembrete do autor de que "a antropologia se viu confrontada desde sempre com problemas morais por sua própria prática" (FASSIN, 2018, p. 17) ecoa nas relações que podem ser tecidas entre moralidades e emoções na prática antropológica.

Menos capaz de optar por algum uso específico, acredito que, para a pesquisa, seja interessante a associação da categoria moralidade e de moral como adjetivo. Agregar os usos pode ser uma maneira de: abordar percepções e representações em torno de condutas e sentimentos; situar analiticamente as tensões das políticas, tanto aquelas em torno de população em situação de rua e em envelhecimento, quanto as assistidas e relatadas na Estação Sentinela permeada por distintas trajetórias e reflexividades que se juntam no cotidiano; e abranger o diálogo com o campo do serviço social. Destarte, moral e moralidades podem constituir um campo conjunto. Adjetivo e substantivo se evocam. Como propõe Adriana Vianna (2005), a moral

> não pode ser tomada como um conjunto claramente definido e estanque de comportamentos e valores. Falar em moral implica falar em produção, veiculação e embate de significados; implica retraçar dinâmicas entre representações, bem como entre os agentes sociais que produzem ou se apropriam de tais representações e das estratégias ou contextos nos quais elas são postas em ação. Nesse sentido, à moral como uma forma de organizar certo conjunto de percepções e atitudes corresponderiam moralidades, entendidas como campos dinâmicos de construção e veiculação das representações morais, nunca totalmente fechadas de antemão e dependentes das experiências concretas nas quais são invocadas e explicitadas (VIANNA, 2005, p. 24).

Parte dos encontros entre moral, moralidades e velhices na etnografia pode ser compreendida também a partir de um "sistema hierárquico de valoração da velhice" (HENNING, 2014). Carlos Eduardo Henning (2014) formulou a "pirâmide da boa velhice". Aos estratos

superiores dela, o autor conferiu, entre outros, “performances de gênero próximas das tidas como dominantes” p. 107) ao passo que:

> figurando abaixo do topo da pirâmide e prosseguindo até a base, conformando “não-tão-boas-velhices” ou mesmo “más-velhices” (e ordenados de maneira não necessariamente vertical, nem consecutiva), poderiam ser citados: velhos frequentemente adoentados, com práticas sexuais homoeróticas e/ou identidades homossexuais, assim como transgêneros e transexuais, os que não se aposentaram ou não recebem pensões, pobres ou de classes populares, os solteiros, sem filhos, que não controlam as emoções, com relações distantes ou inexistentes com a família de origem, sem fontes de apoio social sólidas na velhice, dementados, altamente dependentes, sem controle sobre as funções corporais, com mobilidade reduzida, baixa escolaridade, que não se envolvem nos programas voltados a idosos, que concebem a sexualidade como um âmbito encerrado (assim como os que experimentam a sexualidade de uma maneira vista como indiscreta, desordenada, inconveniente ou excessiva), que não mantêm um estilo de vida jovial ou ativo, que são vistos como incapazes de gerir individualmente os desafios do envelhecimento, entre outros fatores (HENNING, 2014, p. 107).

A contar de uma distância em relação à *norma mítica*[15] (LORDE, 2019), apesar de em muitos aspectos interlocutores estarem próximos, na perspectiva da pirâmide, às “não-tão-boas-velhices” e “más-velhices”, é necessário dizer que no que concerne a performances de gênero elas e eles estão relacionados a teias hegemônicas.

Velhices, seja nos estereótipos e revisão destes, configuram e elucidam moralidades em campos relacionais que na tese são atravessados por precariedades e vulnerabilidades. Sobre estas, Laura Lowenkron (2015) traça uma conceituação importante ao caracterizar vulnerabilidade também como relação e a produção de alteridade. A autora nos mostra que esta categoria também conforma um outro autônomo e aponta sua extensa possibilidade de uso como

> Elemento privilegiado para a produção do Outro do sujeito autônomo do pensamento liberal, a *vulnerabilidade* é construída de diferentes maneiras, sendo entendida ora como atributo individual relacionado à incapacidade “natural” de discernimento/ racionalidade, ora como categoria relacional que evoca as noções de assimetria ou desigualdade de poder, articuladas à impossibilidade de oferecer resistência, e ora como constructo moral associado ao ideal de passividade e inocência em oposição às ideias de agência, responsabilidade e culpa (LOWENKRON, 2015, p. 252).

---

[15] *Norma mítica*, nomeada por Audre Lorde (2019, p. 143) “é normalmente definida como branco, magro, homem, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente seguro”. Ainda que Lorde se refira a essa norma nos Estados Unidos, é importante reconhecer que a *norma mítica* pode ser estendida a outros contextos, como o brasileiro, mediante lógicas ocidentais, também referenciadas por Lorde: “Boa parte da história europeia/ocidental nos condiciona para que vejamos as diferenças humanas como oposições simplistas: dominante/dominado, bom/mau, cima/embaixo, superior/inferior. Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não em necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar de inferior desumanizado”.

A respeito da *terceira idade*, Guita Debert (1997) destacou que, além de tal invenção ser compreendida como fruto de um processo de socialização da gestão da velhice, "seu uso corrente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que não adquiriu ainda uma conotação depreciativa" (p. 39). "Pejorativo" e "depreciativo", como tons e objetos de combates sociais operacionalizados em mudanças de categorias por parte de políticas públicas, configuram a possibilidade de compreendermos mudanças de terminologias enquanto linguagens políticas.

Se o entroncamento das populações alvo de tais políticas é trazido à tona na Estação Sentinela e aos poucos se constitui pela SMADS, outros encontros passaram a configurar e a ganhar sentido na pesquisa. A etnografia, os acompanhamentos, entrevistas, levantamento de trajetórias e conversas com funcionários apresentaram encontros institucionais que não estavam presentes nas descrições institucionais formais. Estas passagens e outros vínculos institucionais ganharam espaço no fluxo da pesquisa e na sua feitura. Nas tentativas de reconstruir as trajetórias sociais dos interlocutores da pesquisa, os silêncios e falares baixos ou ofensas escancaradas dos dizeres sobre outrem e seu passado construíram duas especiais atenções: à *corrente de informações* que inclui, em grande medida, os passados ali, e a como estes se fazem presentes aos trânsitos entre instituições.

A construção do problema de pesquisa mobiliza campos de intensa produção nas Ciências Sociais, como Estudos de Gênero, Envelhecimento e Estudos Urbanos ao tratar do trânsito social daquelas populações construídas como vulneráveis por diferentes políticas públicas e que se concentram hoje num abrigo para pessoas idosas. Seus interlocutores podem, assim, a depender da situação, ser descritos como população de rua, sem-teto, egressos do sistema prisional, trabalhadores informais, idosos, velhos, abandonados, dependentes químicos, entre tantas nomenclaturas relacionadas pela categoria *vulnerabilidade* no campo do serviço social.

Entendi os Estudos sobre Envelhecimento como uma gama de trabalhos que inclui as Ciências Sociais, com ênfase na perspectiva antropológica sobre envelhecimento, bem como vinculação aos estudos de gênero, com forte presença das autoras Guita Debert, Alda Britto da Motta, Clarice Peixoto e Myriam Lins de Barros. A discussão em torno do *cuidado,* que inclui outras perspectivas*,* mais abrangentes, é importante pelo diálogo com tais estudos. Dessa forma, importante mencionar a categoria cuidado como emergente, conforme Isabel Georges (2017) e que se relaciona de maneira interessante *à emergência da categoria terceira idade* anos atrás, já atentada por Debert (1997). Georges chama atenção para como o cuidado é *uma categoria que circula*

> entre universos distintos, tanto como categoria analítica do mundo acadêmico como no mundo do(a)s trabalhadore(a)s "do social". Mas ele também circula no mundo político (...) E "cuidado é "moral do Estado" no sentido de que se pode alegar que as recentes políticas sociais mais "voluntaristas" de um conjunto de Estados Latino-americanos- que manifestam uma preocupação com a função do cuidado -, podem ser interpretadas como um dos pilares centrais do "governo moral dos pobres (GEORGES, 2017, p. 126).

Ainda em torno de governamentalidades, com a aproximação de um conjunto bibliográfico em torno de uma Antropologia do Estado, é possível situar pesquisas brasileiras que tem compreendido a análise das instancias estatais como processos. Pensar nas temporalidades *presentificadas* na Estação Sentinela é uma maneira pela qual compreendo ser possível questionar o modo pelo qual a formação de populações é atualizada conforme saberes, contagens e normativas internacionais, entrelaçadas a convergências em torno de gestão. Acerca da Antropologia do Estado, Leirner (2003) sugere que

> Antes de pensar que os processos sociais começam e/ou terminam nesse objeto específico, trata-se de conceber o Estado como algo em formação e constante atualização, e não como um "dado". Assim, o Estado não se coloca somente como um agente da política (e esta, como fruto dele), e sim como a convergência de formas simbólicas, estruturas de apreensão do mundo e modalidades de efetivação deste a partir da ação. E um Estado que, ao mesmo tempo que se forma, se impõe: gesta e gerencia, mas é gestado e gerido. (LEIRNER, 2003, p. 195)

A partir do entendimento das políticas públicas como parte da administração pública, "uma das possíveis entradas para o estudo dos fenômenos reunidos sob o termo Estado" (SOUZA LIMA, 2015, p. 37), é possível acessar *dimensões não oficiais* destas políticas, uma maneira de compreender o Estado a partir de subjetividades que informam prescrições, valores e controle. Uma análise que se atenta a diferenciações dessa administração, "nos permite ultrapassar a sensação de completude e totalização que a ideia de Estado carrega". (SOUZA LIMA, 2015, p. 37). A compreensão de "Estado", conforme Silvia Aguião (2018, p. 32), "não como uma dada unidade coesa", mas "como ideia e ideal totalizante e sempre inconcluso" (AGUIÃO, 2018, p. 34) permite também considerar, além de "processos de criação e recriação" (AGUIÃO, 2018, p. 32), que "o estado pode significar e estar significado em múltiplos lugares, objetos e pessoas" (AGUIÃO, 2018, p. 32). Na perspectiva de não totalização, margens também são importantes para a perspectiva de *processos de Estado;* por incidirem numa não estabilidade na combinação de *"*elementos variados que se combinam na configuração de arranjos para governamentalidades específicas" (FARIAS, 2014, p. 35).

A relação entre gênero e Estado é destacada por Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017) a partir da ideia de *generificação do Estado*:

> O que é ou deixa de ser o Estado, como este produz, afeta e confecciona relações, representações e performances de gênero, por exemplo, longe de

> ser apenas uma questão estritamente conceitual, é parte importante dos processos sociais que compõem e materializam o próprio Estado, concebido ora como institucionalidade complexa, ora como entidade capaz de encarnar a instância última de regulação social. De modo semelhante, as dinâmicas, práticas e imaginações generificadas que nos atravessam e à vida social como um todo não circulam ou existem "fora do Estado", mas nele e por ele se tornam viáveis e compreensíveis. (VIANNA; LOWENKRON, 2017, epub).

A Estação Sentinela, pertencente a uma gama de instituições específicas da SMADS, está inserida no campo dos serviços sociais e ecoa também ao que Clarice Peixoto (2011) atentou sobre o envelhecimento institucional e as condições de asilamento; um não atendimento às necessidades básicas e cotidianas de pessoas asiladas. Além disso, a partir de sua pesquisa em torno de instituições asilares, Peixoto nos mostra que uma resistência ao ingresso nesse tipo de equipamento, entre outros motivos como medo de perda de liberdade, existe pela reputação negativa dessas instituições: "São herdeiras das representações sociais dos antigos asilos e abrigos para velhos: lugares repugnantes, ambientes mórbidos, abusos de poder e maus-tratos" (PEIXOTO, 2011, p. 346).

A pesquisa almejou atentar e relacionar a discussão dessas medidas a processos relacionados à *população em situação de rua*. Fernando Pereira (2013, p. 18) partiu "do pressuposto de que os moradores de rua que são transformados em 'usuários' dos serviços de Assistência Social não necessariamente deixam a situação de rua". Uma circulação por equipamentos, anteriormente, fora apontada por Ronaldo Almeida, Tiarajú D' Andrea e Daniel De Lucca: "sabe-se que há uma intensa e contínua circulação entre diferentes instituições" (ALMEIDA; D'ANDREA; DE LUCCA, 2008, p.119).

Relacionar *institucionalização* às categorias etárias também tem força na escolha do termo. Como destaca Guita Debert (1999), falar da periodização da vida é também mostrar como um processo biológico é investido culturalmente. Nesse sentido, é possível adentrar "ao próprio caráter do curso da vida como instituição social" (DEBERT, 1999, p. 50). Conforme essa abordagem, "a institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos específicos". (DEBERT, 1999, p. 51).

Nesta pesquisa, portanto, busquei compreender processos de governamentalidade no que concerne à articulação de políticas em torno de envelhecimento e situação de rua no campo do serviço social, tendo como foco os processos de institucionalização e os trânsitos envolvendo espaços de acolhida e pessoas idosas em situação de rua. Para tanto, lancei mão de: 1) descrição e análise de formas de gestão na Estação Sentinela a partir das regras internas e moralidades, envoltas em convenções em torno de gênero, idade, classe, raça e sexualidade no

cotidiano; 2) levantamento de trajetórias dos de residentes interlocutores deste equipamento público; 3) abordagem de trajetórias das instituições de acolhimento acompanhadas na etnografia a partir de paradigmas de políticas e programas sociais que informam outras presenças por meio de trânsitos institucionais.

A seguir me atentarei a uma apresentação metodológica da pesquisa na Estação Sentinela.

Vinculares – Campo, Interlocução e Trajetos: Metodologia

> Estufa- 1. Recinto envidraçado e aquecido para o cultivo de certas plantas e flores; 2. Esterilizador; 3. Aquecedor para recintos fechados (Minidicionário HOUAISS, 2001)
>
> estufa f. Braseira, em forma de caixa, para aquecer as casas. Forno de fogão. Galeria envidraçada, em que a temperatura se eleva artificialmente para cultura de plantas exóticas. Qualquer recinto fechado, em que se eleva a temperatura artificialmente, para enxugar roupa ou para outros fins. Fig. Casa ou quarto fechado e muito quente. * Pequena carruagem antiga. Cf. Diário de Not., de 5-IX-900. (Do b. lat. stuba) (FIGUEIREDO, 1913, p. 831).

Após autorização, ainda em 2015, para um pré-campo na Estação Sentinela, a pesquisa de campo foi iniciada em maio de 2016. A primeira atividade em que participei foi a oficina de pintura. Naquela ocasião conheci Amarílis e Íris, bem como Jackson, ex-monitor socioeducativo, que coordenava a atividade.

O primeiro lugar de conversa que estabeleci com os interlocutores era um recinto retangular, com mais ou menos 3x2 metros, entre o refeitório e um quarto. Algumas vezes, as e os interlocutores não gostavam muito de ficar no que, com o tempo, passei a referir como *estufa* – pela presença de plantas e por ser muito abafado - por conta das interrupções de outros "moradores da casa"[16]. Entretanto, por uma série de questões – desde regras da Estação Sentinela no que diz respeito à entrada em quartos, até fofocas e questionamentos sobre limites de intimidade que eu deveria ter e conceder nas conversas - tendi a permanecer com certa frequência neste espaço.

Dessa maneira, o termo *estufa* pareceu-me interessante por dar conta tanto da prática, mas principalmente pela relação de interlocução construída ali. A *estufa* modificou a experiência de campo (FAVRET-SAADA, 2005). Além da temperatura ser elevada artificialmente por nossa presença em decorrência da pesquisa, ao admitir que o cultivo de interlocução ali seja diferente em outros tempos e espaços de conversa, o termo possibilita também mencionar a própria relação com os interlocutores como necessidade de cuidado na *estufa*. Os bilhetes, as

[16] Termo que existia, entre outros, que serão expostos, com e sem alusão à casa, como "moradores".

não idas, as culpas, muitas medidas de cuidado entre nossos assuntos, os limites de campo, os limites dessa temperatura eram manejados o tempo todo por nós nas nossas interlocuções e na nossa relação.

Neste sentido, admitida pela discussão em torno de *ser afetado* de Jeanne Favret-Saada, a estufa foi ambiente para a etnografia principalmente no que concerne à indagação e receios, bem como limites que, ora eram informados, ora eu negociava. Como refere Goldman, ao comentar criticamente algumas consequências do texto de Favret-Saada, tomar a estufa aqui está longe de "apresentar as pessoas e suas ações (inclusive o que elas dizem e, às vezes, até mesmo o que elas supostamente pensam) como um antigo naturalista descrevia, sobre um mesmo plano, fauna, flora e geografia" (GOLDMAN, 2005, p. 150).

Pelo contrário, a *estufa* aqui diz respeito ao espaço de reflexão sobre o fazer etnográfico e conversas com interlocutores num ambiente, protegido e vigiado, de que eu fazia parte. Nessa perspectiva, outras formas de expressão, como suor, choro, marejos e rostos corados, durante as conversas, que, na temperatura impulsionada por estas, também refutavam distintas ideias de explicação pelos fenômenos sociais. Nesta estufa, em que não só ouvi sobre memória, mas também pensava sobre ela, as emoções destes interlocutores ganharam grande espaço.

O fato de algumas conversas na e*stufa* não serem confortáveis para algumas interlocutoras fez com que eu passasse a me deslocar pela Estação e também a encontrar interlocutoras fora de lá para conversarmos. Somente em 2017 passei a frequentar com mais frequência os quartos de algumas interlocutoras e desta maneira a conversa com outras colegas de quarto parecia ser possível. Com a regra da Estação, que proibia homens e mulheres de se visitarem nos quartos, havia uma abertura para que eu entrasse em quarto de moradoras e uma prescrição para que eu não entrasse em quarto de moradores. Após alguns encontros, algumas interlocuções passaram a incluir passeios e acompanhamentos externos. A etnografia passou por essa transformação a partir dos acompanhamentos e saídas dali, assim como pelo vínculo estabelecido com cada uma e cada um dos interlocutores. Foi a partir deste espaço da *estufa* que outros lugares foram acessados.

Já em junho de 2016, durante o almoço no refeitório, anunciei formalmente a pesquisa aos residentes da Estação Sentinela, conforme sugestão de Jackson. Desde então com cada um dos interlocutores construí uma agenda conforme a periodicidade de nossa conversa e vontade de cada uma e cada um. As conversas duraram em média entre 40 e 60 minutos quando eu ficava na Estufa. É necessário dizer que estabeleci esse *limite* de conversa conforme a adesão à pesquisa e crescimento de nossa convivência. Com isso, me deparei com uma dupla situação: embora fosse muito interessante perceber que alguma interlocutora não gostasse da outra, era

difícil dinamizar qualquer tempo a mais com uma e menos com a outra e fazer o meio de campo em algumas discussões.

Esse período de uma hora de conversa, no início, configurou para alguns, naquele espaço, uma ligação entre mim e a profissão de psicóloga; para outros, de funcionária da instituição coordenadora da casa, chamada aqui de Avença da Compaixão, e ainda para outros de estudante de serviço social, devido ao número de estágios feitos por essa área na Estação Sentinela. O ato de atribuir ao ouvir como profissão de psicóloga, assistente social ou funcionária se mesclava à borração desses papeis e das relações ali, assim como as intersubjetividades. Se usar o serviço de psicologia na Estação permitia falar sobre problemas, brigas e conflitos, cotidianos de si e da instituição, o confundir-me ou não como psicóloga não era o mais importante. A importância percebida era que o falar com a psicóloga, principalmente ali, produzia significação; atribuía a um encontro um momento de colheita de emoções. Conversar nesses termos podia se referir tanto a retirar más sensações ao falar e ao partilhar problemas, quanto apanhar tempo de escuta, de privacidade, de singularidade. Do mesmo modo, conversar com assistente social como parte do rito de entrada de Centros de Acolhida, inclusive institucional por meio do Plano Individual de Acolhimento (PIA) conferia colheita de trajetos e de trajetórias a serem continuadas.

Em grande medida, Clúsia[17], psicóloga da Estação Sentinela durante todo o período de campo, era procurada como psicóloga e assistente social. Com outros funcionários essas conversas se davam mais de acordo com os afetos interpessoais entre habitantes e equipe. Quero com isso dizer que mesmo que papeis, ações e expectativas em torno de psicologia e assistência social e outros serviços, estes podiam ser borrados entre si e com outras instâncias e ainda outras presenças, como a minha. Ainda que de forma específica, fosse pela referência à atividade de psicóloga e ou assistente social conforme a transformação da interlocução e de partilhas em que a palavra pesquisa passava ou não, ou fosse apenas por Natalia, no sentido de que muitas indefinições fizeram parte de minha relação com habitantes e interlocutores, estar em meio a essa colheita significou, durante a etnografia, primordialmente colher emoções de interlocutores e minhas. Com grande parte de laços que passavam por noções de família, de pessoa mais nova, trabalhadora relacionada a um tipo de "ajuda" ou "cuidado", mas certamente alguém que "ouvia", essa colheita e cultivo de relações se conectaria, mais tarde, à própria mudança do pseudônimo da instituição-primordial dessa etnografia, a Estação Sentinela.

[17] A presença de Clúsia na Estação Sentinela e na etnografia é exposta de forma mais espessa na tese a partir do capítulo 4. Nele, há uma nota também acerca de seu pseudônimo.

Quanto ao uso do gravador em conversas, esse foi o último recurso de registro, tendo sido feito em poucas conversas, e somente com algumas das pessoas interlocutoras durante o período de campo. O intervalo significativo de tempo entre o que muitas vezes é referenciado como “fim de campo” e período de escrita pode ter impactado a relação com o material desse trabalho. Há a anotação de uma pergunta que Junquilho, uma presença forte nesse trabalho, fez para mim e minha resposta. Sem mais nenhuma menção a não ser a data e as informações seguintes, não há como saber o motivo de ter anotado: “você tem Miopia?”. Em seguida: “ainda não”.

O que entendo é que esse pequeno diálogo conta bastante ao tornar-se maior por conter mudanças no próprio trabalho e fenda sobre parte de minhas memórias de períodos. Todas as trajetórias e enredos nesse trabalho estão limitados a uma distância do longo período da pandemia de Covid-19. Simultaneamente a essas questões, o “ainda não” teve ênfase quando li a indagação anos depois da pergunta quando comecei a ter miopia. De formas diferentes, as interlocuções foram, criaram, mantiveram e contemplaram afetos que eram embaçados diante das dinâmicas da instituição de várias formas, como as expostas há pouco. “Laços”, nome que refere centralidade e é referido em conjunto com outras palavras nas narrativas de assistência social ao referir família e situações de vulnerabilidade - ainda nos termos dessa área estatal- foram embaçados também nessa etnografia, que incluiu inclusive até um “rompimento” dentro dessa mesma perspectiva. Sentimentos, emoções, mudanças no meu corpo vinculado ao curso da vida e deter-se à visão como um dos sentidos empreendidos, mas não único, são lembretes oriundos da pergunta de Junquilho. Ambos, nessa etnografia, também tiveram muita mudança. Isto porque até determinado período da pesquisa alguns capítulos mencionavam “sob os olhos da Estação Sentinela”, algo que por mais óbvia que fosse tal impossibilidade a outrem, a mim não era ainda. A etnografia jamais foi sob ou sobre os olhos da Estação, mas sob os meus – e outros órgãos sensitivos – durante a passagem por ela. A memória etnográfica, durante a escrita, passou por esses reencontros; a memória ativava e era ativada pelo ato também da escrita.

Nesse sentido cabe dizer que diante de uma interlocução e escritos anteriores, parte do processo longo até uma versão de qualificação e de tese, as músicas foram uma abundante companhia em torno do campo e das colheitas da Estação. Um cd que conheci logo no primeiro semestre de campo, cuja segunda faixa é a abertura do capítulo 4, poderia ser vinculado a inúmeras partes dessa versão de tese. Havia muitas músicas em inícios de capítulos, subcapítulos, trechos em epígrafes das trajetórias de interlocutores. Foi difícil retirar todas essas referências e memórias que coproduziram uma série de relações a contar das de interlocução. Mantive apenas algumas músicas. Sobre “Outono”, música que abre esa introdução, importante

destacar que, assim como “Quarto Minguante”, que faz parte do álbum que referi há pouco e abre o quarto capítulo, e “Foguete Particular”, epígrafe da tese, é canção companhia desde 2016. Essas três canções especificamente estiveram desde o início da pesquisa. Memórias e relações com “Foguete Particular”e “Quarto Minguante” mais permacerem que mudaram se comparadas às com “Outono”, que é abertura aqui não à toa. Se durante o período de pesquisa transformação teve mais ênfase, concomitante com o final do período de campo, na mudança da própria Avença da Compaixão na gestão da Estação Sentinela, mudanças temidas durante os três anos chegaram com muita força somente anos depois. Posteriormente a esses processos, tornaram essa música indissociável de medos que também transformaram-se; impalpáveis mas presentes receios, se tornaram e se vincularam com outros sentimentos e sensações. Os sentidos dessa música se especificaram e se aprofundaram em meu campo afetivo ao atingirem também memórias. Vincularam-se a uma só vez à própria mudança do pseudônimo da instituição primordial da pesquisa que em sua transformação passou a reconhecer em palavras um assoalho de Senti(r) Nela.

Mais alguns pontos vinculares entre campo, interlocução e trajetos da pesquisa precisam ser apresentados antes da descrição dos capítulos. Entre as interlocuções dessa etnografia há mais mulheres do que homens. É nessa circunscrição também que está um de seus marcos: as interdições que permeiam uma instituição generificada. Considerando gênero a contar de sua dimensão relacional, vale dizer que as relações entre mulheres ali poderiam ser conflituosas, mas precisavam de menos mediações para acontecer do que com homens. Era esperado de minha parte uma série de condutas a contar de uma das primeiras expectativas relacionadas à primeira regra na minha presença ali: não entrar no quarto de homens.

Entre as narrativas e relações na Estação Sentinela era comum ouvir acusações em torno de alguém que eu encontraria no dia seguinte. Minha preocupação em não perguntar sobre especificamente o que me fora contado se dava em dois sentidos. Diferentemente de fazer entrevistas separadas de nossa convivência, que passava por atividades coletivas e conversas em dupla, estas por sua vez marcadas também pelo fato de apenas no primeiro encontro ser informado que a pesquisa tratava de trajetórias de vida, eu não tinha um roteiro de entrevista. Era por meio de cada narrador e narradora que eu sabia sobre suas relações ao longo da vida, mas também através de muitas outras pessoas sobre cada uma e cada um ali, sendo que muitas vezes se falava também sobre seus passados.

Nesses contares a dimensão relacional de gênero foi perspectivada a partir dos termos das e dos interlocutores. Tais termos e tais narrativas eram muitas vezes um hiato em minha rotina; era muito diferente ouvir e conversar sobre casamentos, namoros, antigos e atuais, das e dos interlocutores, em relação às maneiras pelas quais ouvia a partir de outras

relações. Essa diferença me foi percebida como uma circunscrição geracional de letramento e compreensão de raça, sexualidade e gênero sem, entretanto, que eu desconsiderasse tais eixos e suas intersecções. A pesquisa que, em suma, se referiu a trânsitos e trajetórias de residentes em centros de acolhida para pessoas idosas em situação de rua, transitou em torno de identidades a partir das convivências e em torno de narrações mescladas à heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2017).

Entre as e os interlocutores, embora todas e todos fossem cisgênero, nós não conversamos sobre suas identidades de gênero e orientação sexual de forma explícita, nem sobre o termo cis, por exemplo, uma atribuição não feita por por eles. Judith Butler (2017, p. 44), ao retomar a ironia de Michel Foucault frente a uma "verdade" do sexo, trata das práticas reguladoras e geradoras "de identidades coerentes por meio de uma matriz de normas de gênero coerentes". Gêneros inteligíveis são abordados por Butler (2017, p. 43) como aqueles que, em certo sentido, "instituem e mantém relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo".

Suas autodeclarações em termos raciais também não foram apresentadas por elas e eles. Aproximações que considero como possíveis exceções da interlocução partilhada em termos de autodeclaração racial se deram, mesmo que não de maneira direta, apenas com Luara e Salgueiro, assim como de orientação sexual por parte de Junquilho. Valquíria, por exemplo, foi uma interlocutora que teve um trajeto longo em narrações sobre racismo na Estação Sentinela e embora sua narrativa apontasse para experiências de racismo, sua autoidentificação em termos raciais nunca me fora referenciada e eu também nunca conversei sobre isso em termos de pergunta, assim como não perguntei a nenhuma e nenhum dos demais interlocutores.

Eu conversava sobre tais temas a partir das vinculações trazidas por elas e eles. Em suma, relações entre gênero, raça e sexualidade - e suas articulações - acompanhadas na etnografia e na escrita das trajetórias, foram trabalhadas por meio das situações e narrativas em que foram empregadas pelos interlocutores. Isso não significa que essas relações não estivessem em campo, isso simplesmente não seria possível, mas foi por meio dos trajetos de seus aparecimentos e tensões nos enredos etnográficos, nas conversas em dupla, e em *correntes de informação*, assim como rumores, que foram perspectivados. E ali, de forma muito específica, concernia também a regras da casa. Naquele assoalho, muito do verniz era composto de regras, como "não ofender" e "não discriminar", e embora não partilhasse um espaço convencional de "debates sobre", formava enredos, incômodos, chateações, assim como também embates.

Considero essas questões como brechas de interlocução que, embora possam ser lidas como "faltas" na pesquisa, contaram muito sobre moralidades e sobre gerações a partir de

temas tanto evitados quanto rotineiros entre as pessoas mais velhas com as quais me relacionei, não podendo, entretanto, ser generalizada, a circunscrição geracional de compreensão e letramento em termos de gênero, sexualidade e raça que refiro.

Por fim, vale atentar que foi possível apresentar trajetórias etnobiografadas, para que dessem seu parecer, aos seguintes interlocutores: Açucena, Amarílis, Líria, Junquilho e Salgueiro. A seguir me atenho à organização da tese.

Entre Aradas e Veias: Organização da tese

O volume I da tese está dividido em três partes e seis capítulos. A primeira parte traz como encontro rememorações em torno de velhices e situações de rua em outras paisagens com a da Estação Sentinela, assim como seus vínculos e vincos, corroborando com a perspectiva de rugosidade (SANTOS, 2006). Já a segunda apresenta velhices e situações de rua numa composição da Assistência Social contemporânea. Contempla a Estação Sentinela, trânsitos entre diferentes instituições e relações entre cuidado e controle que se desenhavam nesses percursos. A terceira, por fim, contempla trajetórias de vida perspectivadas por meio de etnobiografias de grande parte dos interlocutores da pesquisa.

O primeiro capítulo intenciona selar outros períodos memoriais e históricos acerca de entroncamentos entre velhices e situações de rua também com instituições e história nacional como interface de discussão desse encontro. Apresenta três paisagens de velhices longevas no que concerne à discussão da Estação Sentinela, em termos da temporalidade e de seus antecedentes, amplamente vinculados com noções em torno de construção de "meio" nas configurações de Colônia e formação de Estado e Nação. É essa lembrança atravessante que elucida os vincos da Estação Sentinela e dos sentidos de acolher e recolher que envolvem a população em situação de rua já reconhecida como tal. Voltar no tempo, portanto, às existências de velhices escravizadas e em rua desde o período colonial, com aporte principalmente de estudos historiográficos e midiáticos também frente ao chamado período republicano, visa inverter a perspectiva de que o problema das velhices em situação de rua é novo, para atentar que foi seu reconhecimento que se deu séculos depois. Ademais, tal problema é pensado ainda numa perspectiva de desenvolvimento também em enredo, vinculada à agenda pública e de Direitos Humanos. Em suma, o capítulo propõe a mistura dessas paisagens e a desconstrução de sua separação, que constitui o trajeto desse trabalho. Seu objetivo é a própria mistura das paisagens, impureza que um trajeto em torno de direitos democráticos cria almejo em separar, mas que foi criado coetaneamente.

No segundo capítulo são abordadas narrativas anteriores e coetâneas à Estação Sentinela no que concerne à moradia pública, velhices e moralidades a contar da interlocução com quatro assistentes sociais envolvidas com a agenda de velhices no município de São Paulo a partir, enfaticamente, dos anos 1990. Uma instituição que foi compreendida nessa pesquisa como um anteprojeto do que veio a se constituir como CAEI é apresentada. Noções como autonomia de pessoas idosas e de pessoas em situação de rua, constituidoras também de conflitos da instituição com modalidade não mais existente como tal na cidade são primordiais para a compreensão também de fios, de continuidade e de desafios, em e de outros equipamentos edificados posteriormente, como a Estação Sentinela.

O terceiro capítulo tem foco em trânsitos institucionais a contar de duas das paisagens de velhices - prisões e situações de rua -, referenciadas no primeiro capítulo, cuja composição se entrelaça à paisagem de velhices primordial dessa etnografia: os centros de acolhida para idosos (CAEI). Nele então a relação entre prisões, situações de rua e velhices é retomada a partir de diferentes interlocuções e de uma leitura com tal foco dos censos de população em situação de rua da cidade de São Paulo

O quarto capítulo, também de orientação etnográfica e focado na Estação Sentinela, tem como intenção apresentar moralidades em torno de velhices e modelos de velhices. São apresentadas as *correntes de informação* na Estação Sentinela composta em grande medida por rumores nessa e dessa instituição, assim como modelos de velhices e suas subversões. A partir das regras internas e moralidades, envoltas em convenções em torno de gênero, idade, classe, raça e sexualidade no cotidiano da instituição, me atento também à rede ajuda na Estação Sentinela e um evento primordial, estruturador e contemplado por rumores, dessa instituição durante a pesquisa de campo.

O quinto capítulo traz como caminho trânsitos pela rede socioassistencial paulistana acompanhados pela etnografia. Ao se atentar ainda a conflitos de convivência na Estação Sentinela, busca frisar a densidade das emoções, formas de lidar com elas, bem como de avaliá-las. Na primeira parte, o caminho da abordagem se refere a um híbrido de saída e de expulsão na Estação Sentinela. Já a segunda parte apresenta parte dessa discussão a contar de uma cena em um outro equipamento assistencial. Nessa parte, conjunturas acerca de expectativa de cuidado em atribuições observadas em campo são apresentadas.

Por fim, o sexto capítulo apresenta trajetórias de interlocutoras e interlocutores da pesquisa, habitantes da Estação Sentinela que passaram também por outros CAEI e ou CAE e ou CA no município. A expressão desse capítulo enfatiza um não afastamento entre trajetórias e relações de interlocução e é antecedida pela exposição de uma abordagem teórico-metodológica em torno de etnobiografia, história de vida, trajetória e instituições. Longe de uma

perspectiva conclusiva acerca de trajetórias, esse capítulo empreende foco nas inconclusões acerca de trajetos e existências, considerando interlocutores como um universo em que semelhanças, apesar de possíveis de serem apontadas, atentam a um contorno de artificialidade quando não miradas a contar da unicidade de cada uma e cada um.

PARTE 1 - Aragem

Nessa parte procuro apresentar as paisagens de velhices relacionadas à Estação Sentinela. Enquanto o primeiro capítulo traz as dificuldades de uma abordagem histórica, único com uma característica historiográfica, o segundo e o terceiro estão a ele vinculados a contar de outras abordagens. Em conjunto essa parte da tese confere o exercício de relacionar a consideração de velhices, prisões e situações de rua como não novos fenômenos aos arranjos contemporâneos dessas relações. Realizo o esforço de situar o momento em que a velhice na rua passa a ocupar a atenção dos dispositivos de gestão da população. Aqui, entendo dispositivo a partir do trabalho de Michel Foucault (1979), que o define como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas, administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (p. 244). Se o objeto desta tese gira em torno de uma instituição para pessoas idosas em situação de rua, a noção de dispositivo nos ajuda a compreender a instituição específica como parte desse emaranhado heterogêneo de que trata Foucault. É nesse sentido que me parece importante compreender como a ideia de uma população idosa em situação de rua emerge publicamente, ou seja, quando e como essas relações começam a ser narradas e retratadas.

Capítulo I - Paisagens de Velhices: entre vincos e vínculos

"A palavra rua vem do latim ruga" (VOGEL, 1981, p. 24).

Esse capítulo tem como objetivo apresentar um percurso sócio-histórico da Pessoa Idosa em Situação de Rua a contar do que nomeio de três paisagens de velhices: velhices escravizadas e ex-escravizadas, velhices nas ruas e velhices na prisão. Por meio da revisão de trabalhos que exploraram esses temas, o capítulo está dividido em três paisagens, que se relacionam. A primeira paisagem de Velhice apresentada se centra nos trajetos de articulação entre rua e velhice desde a Lei dos Sexagenários. Com uma releitura da bibliografia sobre velhice e escravização, a paisagem delineada, de velhices escravizadas, atenta como essa articulação colocava no centro do debate público a velhice – nas ruas ou na detenção – como um problema

social e político. Compõem o capítulo notícias e discursos públicos sobre o assunto. Cabe então dizer que a segunda paisagem apresentada, Velhices na Rua, tem início com uma notícia de inauguração de um Abrigo que dissertou sobre ex-escravizados velhos. A terceira paisagem de velhices delineada centra atenção na relação entre velhice e prisão a partir de um livro de geronto-criminologia. Por fim, apresento um curto balanço em torno desses diálogos como fomento à noção de trânsitos institucionais.

Desde o início desta pesquisa de doutorado, algumas perguntas que eu recebia levavam-me de volta à pesquisa de mestrado. A questão "mas os idosos sobrevivem na rua?" e a afirmação "é quase uma contradição a velhice na rua" se amalgamavam às minhas percepções do período em que trabalhei com prisões femininas e trajetórias de vida. No tempo em que fiz trabalho de campo com prisões, as falas para referir mulheres mais velhas em privação de liberdade produziam um lugar para o envelhecimento e a velhice na prisão, por meio dos termos êmicos *tia* e *avó*, categorias que entrecruzavam experiência e tempo de prisão com a idade dessas *tias* e *avós* de uma forma afetiva. Entretanto, se na prisão a velhice tinha um lugar possível, na rua não parecia ser possível envelhecer.

Ao longo desta pesquisa, percebi que os envelhecimentos na prisão e na rua, contudo, se conectavam por suscitarem narrativas em que ambientes e situações são interpretados como "feitores de envelhecer". A leitura mais habitual sobre a velhice nas ruas oscilava entre duas ideias: de "conquista", relacionada à dificuldade dessa experiência de envelhecer na rua, e de "fora da curva", relacionada ao seu caráter supostamente excepcional, ao impensável de haver velhos vivendo na rua. Ambas as ideias procuravam dar conta das peculiaridades em que certos envelhecimentos se desenrolavam e produziam tanto certa invisibilidade quanto surpresa. Os documentos públicos sobre envelhecimento na prisão e na rua, como os censos penitenciários e de população em situação de rua avaliavam como "baixa" a quantidade de pessoas consideradas idosas em relação a pessoas consideradas adultas e ou jovens, a partir das divisões por faixas etárias. Nestes documentos, era como se certas imagens da velhice fossem atreladas a determinados regimes de visibilidade de acordo com distintos enquadramentos. As definições do que era uma "baixa" quantidade remetiam também aos regulamentos do "que será e o que não será capaz de aparecer como um efeito da violência" (BUTLER, 1998, p. 26). A contar das formulações de Judith Butler (2011, 2015) em torno de precariedades e de corpos que importam, nessas narrativas o questionamento que eu tinha era: "que número é suficiente para uma dignidade de políticas?". Os números funcionavam como um operador de visibilidade dessas pessoas e de políticas públicas. Utilizados pelas instâncias estatais, os números eram também produzidos por elas. Não eram, portanto, somente "dados

neutros", mas atuavam na própria constituição dos lugares possíveis de habitar para esses envelheceres.

Talvez a questão fosse em grande medida o conflito entre visibilidade e reconhecimento tal como colocado por Butler. Ademais, ambos os movimentos, e seu conflito, se relacionam com apreensão: "Afirmar que uma vida é precária exige não apenas que a vida seja apreendida como uma vida, mas também que a precariedade seja um aspecto do que é apreendido no que está vivo" (BUTLER, 2015, p. 30).

Atentar-se a alguns "modos públicos de ver e ouvir" (BUTLER, 2011, p. 29) a rua, as instituições e a velhice demanda uma atenção aos mecanismos de humanização e desumanização que geram enquadramentos que operam "nem dentro, nem fora da imagem, mas através da própria moldura que contém a imagem" (BUTLER, 2011, p. 30). Essas questões em entroncamento conformavam, deste modo, uma articulação entre vulnerabilidade, precariedade, instituições e envelhecimento, aproximando-se de uma paisagem. Utilizo aqui uma noção de paisagem como "condensações ou cristalizações dentro de um campo relacional", tal como informa Tim Ingold (2015, p. 90), bem como conjunto de sucessivas relações e heranças que determinam um território no presente, a contar da formulação de Milton Santos (1994, p. 34): "Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado". O tempo também é primordial para a conformação de paisagens conforme o autor:

> paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos (SANTOS, 1988, p. 26).

Os mecanismos de governo também conformam e criam paisagem com o atravessamento da temporalidade. Tomo, assim, a velhice na rua e a velhice na prisão enquanto paisagens que remetem às narrativas sobre os ambientes que *fazem envelhecer* (prisões e ruas), à ideia *da conquista* que é envelhecer em situações adversas, e ao mesmo tempo *do fora da curva* que significa a velhice nas ruas. São imagens que giram em torno de "modos socialmente facilitados de morrer e de morte quanto a outros modos socialmente condicionados de sobreviver e crescer" (BUTLER, 2015, p. 32).

Os *Centros de Acolhida especial para Idosos* (CAEI) se amalgamavam a esses modos de morrer, sobreviver e crescer: eram narrativas que falavam sobre vulnerabilidade, precariedade, instituições e envelhecimento de uma forma particular. Para compreender essas narrativas que circulavam pelo campo, me parecia importante recuar a um momento histórico situado na emergência de uma narrativa pública sobre velhice, situação de rua e assistência

social. Embora pareça distante do contexto abordado na tese, sustento que é a partir da lei dos sexagenários, em torno dos sexagenários escravizados, que tem origem uma primeira articulação frente e sobre velhices e tutela em território nacional. Tais velhices como um "problema social" vinculada à escravização coetaneamente também tinham vinco e vinculações entre situações de rua e cárcere.

Após o contato com contos, textos literários, poesias e artes plásticas em torno de velhices, busquei uma série de recursos em jornais, discursos políticos e referências bibliográficas sobre velhice e escravização. Tais escritos esboçam, quase ao modo de uma gravura, algo sobre a emergência das velhices desamparadas como uma narrativa pública ou mesmo como um problema social[18]. Menos que criar relevo, esse trajeto parte de um ato de reparar relevos em uma pista não lisa. Não mencionar essa primeira demanda poderia compor e reiterar, por sinal, uma lisura memorial e cuja fluidez se fez em grande medida pela noção de desenvolvimento nacional como um dos narradores hegemônicos do campo de memória nesse país. Recordar nesse sentido é um ato contra uma lisura de memória.

Com a proposta de inserir outras paisagens à discussão de e sobre velhices e recordar a presença de velhices nas três paisagens que serão apresentadas, o trajeto desse capítulo encontra com memórias nacionais – e seus enquadramentos -, cujas visibilidades também são disputadas[19]. Ao veicular um elo da perspectiva social entre velhices e paisagens, em consonância com a perspectiva de Myrian Sepúlveda dos Santos (2012, p. 101), em que a memória "está presente nas construções do passado"e que "ao mesmo tempo em que construímos o passado, ele também nos constrói", busco atentar nesse vínculo um vinco: um fluxo entre memórias e esquecimentos acerca de velhices e acerca de paisagens que pode ser compreendido como mútuo.

---

[18] A leitura analítica de dois contos especificamente, O enfermeiro, de Machado de Assis, e O Jardineiro Timóteo, de Monteiro Lobato, foram o início desse capítulo, continuado com obras de Almeida Junior e Oscar Pereira. Muito embora na edição do capítulo, o número de páginas tenha precisado eleger um foco que dialogasse de maneira mais incisiva com os demais elementos da tese, é preciso dizer que foram os primeiros materiais referenciais para a inspiração desse trajeto.

[19] Myrian Sepúlveda dos Santos (2013, p. 64) informou que "A denominação de "memória" à transmissão de experiências entre gerações, ainda que na ausência de tradução, expande-se para fenômenos que são transmitidos por longos períodos a partir da cultura. Nesse caso, não são os conceitos psicanalíticos que dão base teórica ao termo memória, mas aqueles que se vinculam à ideia de estrutura. A partir da noção de que a cultura pode transmitir aspectos mnemônicos por até milhares de anos, alguns autores passaram a fazer uma distinção entre a memória que é transmitida oralmente entre gerações, denominada memória comunicativa, e a memória que é transmitida ao longo de séculos através de símbolos ou pontos fixos, a memória cultural". Esta, conforme a mesma autora é "mais ampla que as diversas memórias construídas, como memória familiar, memória de um grupo social, memória nacional e assim por diante. Ela está presente em paisagens, objetos, livros, emblemas e monumentos" (SANTOS, 2013, p. 64-65).

Paisagens de Velhices

Javier Maderuelo (2006) frisou paisagem como uma “palavra moderna” e “uma construção” ao tratar esse conceito como modos de entender, ver e representar o mundo. Partindo de variedade europeia em termos das palavras em torno do ato de perspectivar ao mesmo tempo que uma não necessidade de diferenciar entorno e representação que ligava os distintos idiomas, a abordagem do autor fornece um assoalho teórico para uma condução desse debate; a consideração de elementos-parte deste, como as colonizações.

Considero importante o enfoque de Paisagem tramado pelo autor pelo reconhecimento de vínculos. A aplicação com precisão desse nome requer, em tal definição, contemplação de um conjunto de elementos, geração de sentimento e interpretação emocional. A palavra paisagem reinvindica “uma interpretação, a busca de um personagem e a presença de uma emotividade” (MADERUELO, 2006, p. 38, tradução minha) e “não é, portanto, o que está aí diante de nós, é um conceito inventado ou, melhor dito, uma construção cultural. A paisagem não é um mero lugar físico, mas o conjunto de ideias, sensações e sentimentos que elaboramos a partir de um lugar e seus elementos constituintes” (MADERUELO, 2006, p. 38, tradução minha). Maderuelo (2006, p. 29) destaca o vínculo entre prazer e imagem na relação de definir enquadramento; “a ideia mais geral de paisagem está ligada à sensação de prazer na apreciação da imagem de um território”. Eis aqui um dos pontos de confluência de paisagens e velhices atentadas pela tese. Ambas e juntas empreendem, “na apreciação de imagens e de territórios”, outros focos, tanto nas imagens quanto de sensações, relacionando a importância do foco além da pressuposição do enquadramento nas apreciações. Uma possível entre outras sensações, o desprazer, que pode articular-se com velhices, com paisagens e com seus vínculos confluentes, também se faz por meio de imagens. Dessa forma, o enquadramento pode procurar, evitar e distanciar justamente focos, em imagens e de sensações.

A demarcação, na abordagem de Georg Simmel (2009, p. 6) é essencial para a paisagem: “ser-abarcada num horizonte momentâneo ou duradouro”. Paisagem foi considerada por Augustin Berque (1998, p. 86) como Plurimodal: “(passiva-ativa-potencial etc.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe”. A co-integração da paisagem e sujeito também fora perspectivada pelo autor ao considerar que “a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se auto-produz e se auto-reproduz (e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências com o exterior” (BERQUE, 1998, p. 86). Além de ter frisado sujeito como coletivo, Berque elencou duas dimensões de paisagem; marca e matriz.

A dimensão de paisagem como marca, conforme perspectiva de Augustin Berque (1998, p. 85) “dever ser inventariada”. Nesse sentido, pode ser aproximada da noção de herança

(SANTOS, 1988). Ademais, no que concente às duas dimensões trazidas pelo autor, sendo a outra nomeada matriz, para Berque (1998, p. 86):

> É preciso ver a paisagem de dois modos: por um lado, ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc.

Denis Cosgrove (1998, p. 98) definiu paisagem como "uma maneira de ver" surgida no Renascimento "para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente" (COSGROVE, 1998, p. p.98). Ao contemplar "a vastidão de territórios coloniais além-mar" numa então "nova ordem de ver o mundo", Cosgrove relaciona de forma importante a ideia de intervenção humana. Dessa forma, conforme o autor, paisagem é um "conceito unicamente valioso para uma geografia efetivamente humana" (COSGROVE, 1998, p. 100).

O autor considera que "Paisagem, ao contrário do conceito de lugar, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza" (COSGROVE, 1998, p. 100). A paisagem, ao contrário de meio ambiente ou espaço, lembra também, conforme Cosgrove o conhecimento do esquema e a participação humana. O terceiro lembrete dessa concepção é que "Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda" (COSGROVE, 1998, p. 100).

A noção de paisagem pública de Cosgrove faz debate com a relação entre gênero e simbolismo. Conforme o autor, "a organização e o uso do espaço pelas mulheres pressupõem um conjunto muito diferente de significados simbólicos que aquele dos homens" COSGROVE, 1998, p. 120). Cosgrove também relaciona estudos acerca do significado das "diferenças do sexo na atribuição e na reprodução do simbolismo" (COSGROVE, 1998, p. 120) à antropologia.

"A masculinidade e feminilidade da paisagem pública" como assunto excluído na geografia, vinculada está, nessa perspectiva do autor, a outras exclusões, como "outras culturas excluídas, a não ser um estudo ocasional, geralmente tratado como de interesse marginal ou levemente suspeito [...] a paisagem humana está repleta de símbolos de grupos excluídos e de seu significado simbólico" (COSGROVE, 1998, p. 120). É aqui que Cosgrove trata de paisagem da vida cotidiana e atenta também significados oficiais de paisagens; 'É fascinante comparar os significados oficiais de paisagens do parque público discutidos anteriormente com sua geografia simbólica de várias culturas excluídas". Longe de uma vinculação com a ideia e com o debate acerca de cultura excluída, a perspectiva de Cosgrove, assim como a de enquadramento de Judith Butler, é importante na noção de Paisagens de Velhices. Ambas nos atentam a arranjos de

visibilidade como aqueles ângulos que inauguram, legitimam, dão contínuo, recompõem, se transformam, que se vinculam a regimes de verdade.

Enfoque e ângulo estão também na formulação de Paisagem de Euler Sandeville Junior (2004, p. 3), que a destaca como "realidade relacional": "depende da escala da observação, depende do enfoque privilegiado, depende das relações reconhecidas não só entre os objetos, mas entre as escalas em que são investigados". Ao tramar o reconhecimento como elemento de interação com e na paisagem, o autor apontou a partilha das paisagens; uma dimensão pela qual o autor concebe seu "sentido dependente de experiências partilhadas": "As paisagens existem em uma constante tensão entre os objetos geográficos enquanto fatos materiais e as representações que, a partir da percepção e da experiência deles, construímos". Paisagem, para o autor, como "uma experiência e não apenas um objeto material ou apenas uma representação" (SANDEVILLE-JR, 2004, p. 4), requer a partilha. Dessa forma,

> Paisagens são experiências partilhadas pelas pessoas que têm nela sua vida, na qual o pesquisador, freqüentemente um estranho ao lugar, se insere de modo muito específico e por tempo limitado, partilhando dessas experiências e partilhando as suas: usufruindo de um uma realidade essencialmente coletiva e de uma herança de gerações. Ou seja, o sentido da paisagem não pode ser dado apenas pelo universo teórico e existencial do observador, sob o risco de um estereótipo. Na verdade, a paisagem é mais intensamente revelada a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum (comum em dois sentidos: de corriqueiro e de coletivo). São as pessoas que nos ajudam a ver a paisagem, nos ensinam a entendê-la e percebê-la; sem elas não atinaremos o conteúdo específico de cada paisagem (SANDEVILLE-JR, 2004, p. 4).

É no conjunto do diálogo entre essas referências que concebo Paisagens de Velhices como um campo relacional entre paisagens, velhices e envelhecimento juntamente de visibilidades e sensibilidades destas e deste e frente a estas e este. A perspectiva de enquadramento, maneira de apreender e sensibilidade se vinculam nessas relações sob perspectivas, direta e indiretamente, vinculadas tanto a/por pessoas e aos/por seus cotidianos como aos/por campos do saber. Por Paisagens de Velhices viso atentar que a. na discussão pública acerca de velhices e envelhecimento certas paisagens não aparecem e ou tem uma profunda diferença de visibilidade; b. como nessas paisagens referências de, sobre e a velhices também são postas para apresentação com menor frequência e c. como na discussão pública acerca de violência e urbanidade, principalmente nessas paisagens, a velhice é justamente posta como pouca. Essas processuais maneiras de perspectivar se relacionam e nos lembram que se se envelhece em um lugar e tempo específicos, a perspectiva frente a envelheceres também; na maneira de perspectivar velhices e envelhecimento, valorá-los, legitimá-los e viabilizá-los. Paisagens de Velhices, vinculadas a percepção por meio de sentidos e não só a visão, trata das maneiras interdependentes de subjetividade, emotividade e sensibilidade social.

Consequentemente, seja na disputa de visibilidades seja na simultaneidade, Paisagens de Velhices podem ser reparadas como oficiais, desejadas e indesejadas, assim como hegemônicas e contra hegemônicas.

Paisagens de Velhices, ao entrelaçarem dimensões públicas e privadas se emaranham às governamentalidades conforme a proposta de Michel Foucault ao referir como indivíduos são dirigidos e como se conduzem. É dessa forma que Paisagens de Velhices dialoga também com o que Guita Grin Debert (1999, p.23) atentou sobre sobre a reinvenção da velhice em contexto brasileiro - "a visibilidade alcançada pela velhice, é, antes, um compromisso com um tipo de envelhecimento positivo" - e com a "pirâmide da boa velhice" (HENNING, 2014).

As três Paisagens de Velhices apresentadas nesse capítulo estão mais próximas de sua dimensão vinculada aos campos do saber, tais quais Memórias e História e sem conexão direta, portanto, com uma experiência partilhada, nos termos de Sandeville Junior (2004). Perspectivas direta e indiretamente vinculadas a e por pessoas e aos e por seus cotidianos, nessa tese, estão presentes em uma outra Paisagem de Velhices, a primordial dessa pesquisa e na qual se desenrolou a etnografia; a Estação Sentinela. Esta e outros Centros de Acolhida especial , um CAE e um outro CAEI, foram perspectivados a partir da dimensão de paisagem partilhada, nos termos de Sandeville Junior (2004). Embora essas Paisagens de Velhices sejam abordadas apenas mais adiante, fora a partir delas que as três Paisagens de Velhices abordadas nesse capítulo tiveram trajeto nessa pesquisa. Os *Centros de Acolhida especial para Idosos* (CAEI) foram Paisagens de Velhices que direcionaram, na etnografia, trajetos com as Paisagens de Velhices Rua e Prisões. Ao trajetar por estas no campo historiográfico para o adensamento de paisagens direta e indiretamente evocados na e a contar da Estação Sentinela, a paisagem de velhices escravizadas apresentou-se simultaneamente como vínculo e vinco. A seguir apresento, de forma breve, esse percurso.

Gravura e gravador nos recordam da relação entre guardar e gravar como gestos de memória. Lembrando ainda de vínculos entre ação e agência, quem faz gravuras pode levar o mesmo nome do gravador artefato, ora bem-quisto, ora mal-quisto na pesquisa antropológica, mas sempre problematizado. Gravar e guardar remetem à necessidade de ter em conta toda a hierarquização e a subjetividade dos relevos tecidos pelas mãos e ouvidos. Como considerou Gaston Bachelard (1994, p. 56-7), "toda gravura dá testemunho de uma força. Toda gravura é um Gravura devaneio da vontade, uma impaciência da vontade construtiva. Essa força íntima, descoberta nas coisas, é que confere ao objeto gravado, à paisagem gravada, seu relevo".

Tomando em conta o construtivo dos relevos, aproximo-me de uma xilogravura

que dialoga com gravuras e relevos presentes neste capítulo. Avizinho-me da bengala anônima da xilogravura sem data de Oswaldo Goeldi, com o nome *Paisagem Urbana* na medida em que a gravura sem data conforma imprecisão de um evento datado.



Imagem 1. Paisagem urbana, sem data. Oswaldo Goeldi. Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional [20].

[20] GOELDI, Oswaldo. **Paisagem urbana.** [S.l.: s.n.]. 1 grav., p&b, 30 x 22,5cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon457256.jpg. Acesso em: 12 set. 2020.

Imagens como a *Paisagem Urbana*, de Goeldi, estão na posição de referenciar certas capturas de momento sobre estes temas. Como atenta Hernán Ulm (2017) nas disputas de território, de verdade e de fé, da moral e da política, durante o período conhecido como modernidade, "palavras e imagens organizam também o estatuto das representações do Sujeito" (ULM, 2017, p. 25). O alto relevo que busco marcar com palavras e imagens que compõem este capítulo é o emaranhado entre velhice, rua e agenda assistencial, sendo que, se os dois primeiros objetos são mais escorregadios, a agenda assistencial permite que se acompanhe os processos históricos que caracterizam as relações entre velhice e rua por meio da sua história mais documentada como política pública. É tal fenda que demarca, considerando a limitação da ocasião, uma anterioridade ao status político dessa área como política pública e seu trajeto desde então, perspectivado a contar, conforme narrativas institucionais da área do serviço social, de virada, a constituição de 1988.[21] A escolha de arbitrar por um ponto de partida tão distante para a discussão sobre população em situação de rua envelhecida se deve por uma perspectiva frente à velhice na rua marcada pelo meu olhar diante das prisões e pelas *moradias da velhice* nos estudos urbanos.

Sobretudo, deve-se pela busca de uma alternativa em relação ao modo como usualmente se estabelece na literatura de estudos sobre envelhecimento uma narrativa histórica da conexão entre os *temas velhice e serviço social.* Nos estudos sobre envelhecimento, o crescimento demográfico, o termo terceira idade e a menção ao pós-segunda guerra mundial muitas vezes iniciam a discussão e são utilizados como "índices comuns" (BOSI, 2003)[22] nos relatos (ou no estabelecimento) de suas origens e desenvolvimento. É possível perceber uma semelhança entre esses índices e aqueles que dão sentido a uma narrativa histórica do serviço social no Brasil; um *como se* houvesse uma narrativa longeva, talvez por isso também oficial, sobre o envelhecimento e não separada das oficialidades que contam sobre o o campo da assistência social no país, já enviesada também em termos de desenvolvimento nacional.

No entanto, os temas rua e envelhecimento tocam em distintos estereótipos e remetem a historicidades múltiplas, sendo que as categorias "população em situação de rua" e "população idosa" também dissertam sobre instituições e sobre imaginários. A perspectiva de que tais populações, nas agendas públicas, configuram ao mesmo tempo antigos e novos

---

[21] Essa vinculação é acompanhada, com a composição possível para a tese, no capítulo 2.

[22] "A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente mas porque se relacionam através de índices comuns" (BOSI, 2003, p. 31).

problemas sociais pede um olhar para o convívio entre essas categorias em distintos períodos, que também enfatizam diferentes facetas da relação cuidado-controle.

Pela noção "Pessoa Idosa em Situação de Rua", procuro me atentar ao significado empreendido às velhices por meio das políticas públicas voltadas às pessoas em situação de rua e velhas. É a partir da observação de que se trata da articulação entre pelo menos duas marcas distintas, a velhice e a vida nas ruas, que um olhar sobre esse tema tem emergido e produzido a própria figura da pessoa idosa que é também integrante da população de rua. Este capítulo trata desse trânsito da velhice na rua pelas agendas de políticas sociais, numa tentativa de situar o momento em que a velhice na rua passa a ocupar a atenção dos dispositivos de gestão da população de forma mais específica.

É nesse sentido que me parece importante compreender como a ideia de uma população idosa em situação de rua emerge publicamente, ou seja, quando e como essas relações começam a ser narradas e retratadas. Mary Douglas, refletindo sobre instituições e memória, ressaltou que "para que qualquer sistema cognitivo possa operar, certas coisas precisam ser esquecidas. Não há como se prestar completa atenção a tudo" (1998, p.90). Contar sobre os usos da velhice nesses contextos é uma maneira de fazer memória, sem o objetivo de reconstituir detalhadamente determinado processo histórico, mas muito mais de compreender alguns dos nós que são significativos para as formas pelas quais a "pessoa idosa em situação de rua" é hoje mobilizada e mesmo segue sendo constituída como população merecedora de intervenção pública.

Antes de passarmos propriamente às Paisagens de Velhices referenciadas nesse capítulo, é importante, porém, fazer uma nota metodológica. Este capítulo foi construído a partir da releitura de trabalhos de cunho historiográfico sobre as velhices no século XIX. Também acionei diferentes documentos para a construção da análise, advindos da pesquisa em arquivos históricos digitais em jornais do início do século XX, a partir dos termos "velhice", "velhos", "mendigos", "asylos". Esses elementos conformam diferentes paisagens no contexto de formação da própria nação, entre o século XIX e o século XX, em que as velhices escravizadas, bem como as velhices na rua e as velhices na prisão se entrecruzam em emaranhados discursivos não possíveis de uma apreensão total e menos ainda totalizante, mas sim transitiva e que sugerem conexões entre esses aspectos na emergência da imagem do velho em situação de rua como um "problema social". Como já exposto, minha intenção não é reconstituir minuciosamente os processos aqui tratados, pois isso demandaria outra tese[23].

[23] Reitero também, no reconhecimento de não condição, que não há uma pretensão nesse trabalhado de debater tais disputas ou ainda qualificar debates acerca dos estudos historiográficos e dos temas abordados pela área historiográfica. Longe de um diálogo, o campo da História nessa tese configurou um

É muito mais meu objetivo aqui evidenciar a partir do material trabalhado – e de sua própria dimensão rarefeita –, como emergem essas conexões entre velhice e situação de rua em determinado momento histórico. Apresentar tais paisagens de velhices me parece primordial para o entendimento de velhices precarizadas constituídas também por trânsitos entre paisagens que se configuraram em relação. Além disso, tais paisagens evidenciam a aproximação entre as agendas da assistência social e da segurança pública. Se por meio de gerações de políticas sociais e de direitos, anos depois essas agendas se separaram, os trânsitos entre elas remetem às sobreposições historicamente sedimentadas entre assistência e segurança.



Imagem 2. Velhice. Oswaldo Goeldi. Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional. [24].

material de busca em que se procurou conteúdos acerca de velhices. Assim como nenhuma das referências bibliográficas e documentais na abordagem trazida ao trabalho tem outro objetivo que não o mapeamento, rarefeito e limitado, de conteúdos acerca de velhices, não é uma opção aqui dialogar sobre agências e estereóripos em tais estudos e em diálogo com estes. Para uma abordagem acerca desses diálogos ver, entre outras autoras e autores, Myrian Sepúlveda dos Santos (2012), para quem "As relações traçadas entre memória e sociedade intensificaram-se ao longo do tempo" (SANTOS, 2012, p. 16). Santos (2012, p. 17) também atrelou que o conceito de "memórias coletivas" também confunde-se com "o de representação ou identidade coletiva". Quanto aos estudos históricos e escravização, a autora (2013, p. 65), ao abordar a crítica à associação de subordinação e vitimização de escravizados, atentou que "A construção de memórias coletivas em torno de feridas históricas é sempre muito complexa".

[24] Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon309765/icon309765.jpg>.

Velhices escravizadas e a lei Saraiva-Cotegipe

Conhecida como “Lei dos Sexagenários” ou “Lei Saraiva-Cotegipe”, a lei n. 3.270 de 28 de setembro de 1885 decretava a “libertação dos escravos com 60 anos ou mais” e, como demonstrou Joseli Maria Nunes Mendonça (2008),

> fora resultado de um longo e conturbado processo de discussão no parlamento: desde a data em que a discussão foi introduzida na Câmara dos Deputados na Assembléia Geral, até a decretação da lei, decorreram 440 dias, nos quais a extinção da escravidão e a construção da “sociedade livre” foram temas centrais de debate (MENDONÇA, 2008, p. 21).

Longe de poder debater a Lei dos Sexagenários e afastada de um pressuposto de que velhices escravizadas tiveram início com tal instrumento político, a proposta de configuração dessa paisagem de velhice é atentar como essa lei tornou pública e jurídica a tutela de velhices escravizadas como demanda social. Se os sessenta anos continuaram a compor, em termos jurídicos-etários, o demarcador de início da velhice no país, a velhice articulada à escravização fincou nas terras brasileiras parâmetros que não a idade em si, mas sim contextos e situações relacionados ao curso da vida. Reparar em pretéritos a respeito de velhices escravizadas possibilita atentar ainda que diferentes significações e possibilidades de velhices também não são novas e que velhices, há muito, se formam e se conformam em e a contar dos assoalhos em que estão circunscritas. Estes também conformam ideias de velhice.

Vale enfatizar que o fio condutor que a paisagem velhices escravizadas delineia na tese e que é delineado pela historiografia - velhices, rua, escravização - é antecedido pela própria escravização. Esta antecede e baseia tal relação. Da mesma forma, raça e rua foram articulações estruturais multietárias e, portanto, mais amplas que o encontro entre raça, rua e velhice; a escravização perpassou por cursos da vida e cursos da vida perpassaram a escravização secularmente. Conforme a necessária admissão de limitação de diálogos nessa ocasião, evidencio que uma aproximação com ângulos acerca de velhice e escravização nesse trabalho tem intenção de abordar trânsitos acerca de paisagens de velhices longevas e que se encontram. O trânsito possível da tese parte da noção de raça como fator primordial da própria escravização em território brasileiro e o foco diante de velhices escravizadas é que estas conformam uma

primeira paisagem e primordial para as outras paisagens de velhices que desde com ela se alinhavaram a contar do longo período colonial e da escravização; rua e prisões.

Velhices escravizadas podem ser perspectivadas desde debates acerca do baixo número de pessoas escravizadas em idade avançada, tempo médio de vida escravizada e falsificações de informações etárias (González, 2020; Bento, 2023; Alonso, 2015; Oliveira, 2017; Nunes, 2018)[25] , delineando a própria falácia de uma efetividade e ou ainda de uma afetividade na Lei dos Sexagenários, bem como a partir da múltipla temporalidade vinculada à ancestralidade através de antigos escravizados, destacada por estudos e presentes em religiosidades afro-brasileiras[26]. Esse arcabouço aponta e atenta que diante da escravização a velhice tinha arranjos específicos, delineados centralmente por raça. Nesse sentido, a paisagem velhices escravizadas, marcada pelo que Lélia González (2020) atentou como "invalidez precocemente adquirida" articula velhices, envelhecimento e escravização:

> Vale notar que a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos. Depois disso, os senhores dele se livravam mediante a concessão da alforria, que significava um tipo especial de "liberdade": a de morrer de fome, em função da invalidez precocemente

[25] Bento (2023, s.p.) destacou que: "Era uma raridade ter pessoas escravizadas que alcançassem essa idade, uma vez que a expectativa de vida de uma pessoa escravizada era de 19 anos (e de uma pessoa livre 27 anos)". González (2020, p. 48) destacou que "a vida média de um escravo produtivo não ultrapassava os dez anos". Alonso (2015, p. 241) mencionou, acerca da falsificação etária de pessoas escravizadas por parte de seus proprietários no regime escravocrata "idosos de fato e falsos idosos". Conforme ainda Oliveira (2017, p. 66): "A Lei no 3.270 de 1885, também conhecida como Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários foi uma legislação de pouca utilidade prática, vez que libertava os pouquíssimos escravos que chegaram aos sessenta anos de vida". Nunes (2018, p. 9) destacou a Lei dos Sexagenários como aquela que "desincumbência da escravidão aos anciãos. Por esta razão ela também foi conhecida com "Lei da Gargalhada Nacional", houvesse a vista a diminuta quantidade de escravos que atingiam os sessenta anos, e principalmente, o nível de produtividade que uma pessoa nesta idade teria".

[26] Lélia González (2020, p. 54), em nota ao referenciar variações em formas de resistência conferiu que "as figuras dos pretos velhos na umbanda representam exatamente toda uma sabedoria marcada pela astúcia, adquirida no decorrer de suas longas vidas, e que se constitui como uma resposta às diferentes formas de manifestação do racismo em nosso país". Eufrázia Cristina Menezes Santos (1999, p. 9), ao destacar ter visto por diversas vezes um quadro desde em residências e estabelecimentos comerciais a instituições religiosas, o descreveu: "Nele registra-se a figura de um negro idoso sentado num toco de árvore em meio a uma rica vegetação, fumando cachimbo, ostentando uma guia em volta de seu dorso nu, em contraste com suas calças brancas de algodão. No mesmo quadro ainda é possível distinguir a figura de uma pequena casa de sapé, trazendo ao seu observador lembranças de alguns aspectos comuns a certas zonas rurais. O registro visual deste quadro, e o uso social do mesmo, até hoje, é possível de ser encontrado em várias regiões brasileiras. Olhando-o sente-se a impressão de estar diante de algo familiar, seu conjunto sugere de forma direta ou indireta uma associação com o período escravista". Vale atentar o friso que Santos (1999, p. 9) dá ao uso do termo familiar; a autora em nota informa que este tem sentido conotativo e não, em seus termos "como categoria antropológica que se opõe à noção de exótico". Sergio Henrique Nunes-Pereira (2006, p. 60-61) destacou entre os "Os pretos-velhos representam os antigos escravos das senzalas. Tornam-se presentes sob a forma de velhos alquebrados, cansados com o peso da idade e dos inúmeros trabalhos".

> adquirida (sendo este o sentido da "Lei" dos Sexagenários) (González, 2020, p. 48).

A formulação de Berenice Bento (2023) em torno da, em seus termos, "construção da figura abjeta do 'ser escravo'" considera que:

> As mulheres e os homens escravizados estavam alienados e alienadas da condição de gênero. A aparência de gênero não nos autoriza a dizer que eram homens e mulheres, quando todo o sistema vivia, se nutria e se reproduzia exatamente pela negação da condição humana. Se a entrada no gênero é o primeiro ato de humanização, essa porta estava fechada para as pessoas escravizadas (BENTO, 2023, s.p).

A porta fechada em torno da humanização nos termos de Bento (2023) atravessava diretamente tais velhices. É nessa perspectiva que podemos também compreender a circulação durante a escravização, apontada pela historiografia, da idade como fator preponderante de disputas. As existências de idade formal e informal documentadas na escravização foram destacadas por Angela Alonso (2015). Ao abordar a falsificação de idades a contar da Lei do Ventre Livre, a autora traçou as consequências de tal ilegalidade por parte dos senhores proprietários nas disputas acerca da Lei dos Sexagenários. Os chamados por Alonso de "sexagenários de araque" foram forjados diante do contexto da emulação de limites biológicos pela Lei do Ventre Livre:

> A Lei do Ventre Livre emulara uma ponta do modelo de limites biológicos (liberdade aos nascituros), Dantas emulava a outra: libertar sexagenários, 10% da população escrava ou 110 mil pessoas acrescidas de 95 mil, que se libertariam conforme atingissem a idade, até 1894. Nesse passo, a escravidão acabaria em 27 de setembro de 1931, quando os nascidos no ano anterior à promulgação da Lei do Ventre Livre completariam sessenta anos. Acontece que havia sexagenários de araque. O registro de escravos instituído em 1871 efetivou-se em 1872, com todo o gênero de macete (ALONSO, 2015, p. 241).

A pretérita medida de burlar os registros, conforme Alonso (2015) pode ser compreendida também como um dos pontos de entrave da Lei dos Sexagenários em sua versão conhecida como Projeto Dantas, parte do processo na Câmara dos Deputados da promulgação da Lei Saraiva-Cotegipe em 1885:

> Temerosos de registrar a idade certa, burlaram o registro, aumentando a idade formal de seus cativos. Assim, por exemplo, um escravo que entrara com quinze anos no país em 1845 teria, de fato, 54 anos em 1884, mas podia ter sido registrado 1830 como o ano de seu ingresso, o que lhe daria legalmente a idade de 69 anos, isto é, o registro de 1872 transformou muitos escravos de meia-idade em idosos do ponto de vista legal. Os perpetradores da falsificação reconheciam que escravos com registro de idade superior a sessenta anos corresponderiam a mais de metade da população cativa. Fato

> jurídico impossível do ponto de vista demográfico, resumiu Rui Barbosa. O Projeto Dantas previa nova matrícula, em que os proprietários ou reiterariam o atestado em 1872, com a consequência de libertar muitos em idade produtiva, ou declarariam a idade correta, admitindo o artifício anterior, o que poderia redundar em contestação legal do título de propriedade. Assim, o critério de idade do Projeto Dantas libertava idosos de fato e falsos idosos, imediatamente e sem indenização (ALONSO, 2015, p. 241).

As dinâmicas de tutela em torno de escravizados sexagenários se aproximam também da formulação de Roberto Saba (2008, p. 26). O autor, ao tratar dos inícios formais do que veio a ser a Lei Saraiva-Cotegipe - conhecida também como Lei dos Sexagenários e na historiografia considerada uma entre as leis abolicionistas - datados em 1884 com um debate político até o ano seguinte destacou que: "Há que se atentar, porém, para o fato de que o problema mais pujante daquele ano de 1885 não era o que iria fazer a reforma, mas quem a faria".

Pouco menos de um ano antes da promulgação da lei, o Jornal Paíz em 18/10/1884, noticiava uma parte do debate sobre o envelhecimento escravizado a partir desta lei:

> Vendo esses sexagenarios recolhidos à detenção, que fugira a máos tratamentos e que serão reconduzidos ao logar de onde fugiram, não nos parece fóra de propósito responder ligeiramente, em tom desdenhoso, aos que perguntam para que ainda servem os escravos de 60 annos, que o projeto do governo quer libertar: Servem para ir à detenção.

O jornal falava dos escravizados sexagenários, que, uma vez nas ruas, alegavam maus-tratos como justificativa de sua fuga, sendo então enviados à detenção. A justiça preconizava enviá-los novamente à casa dos senhores, mas a contradição apontada pelo jornal é que não havia quem lhes reclamasse. Colocava-se o problema do abandono de escravizados pelos seus proprietários, desenhando um percurso que ia das ruas à detenção e que resultava uma população para a qual não havia destino certo. Estavam em pauta naquele momento tanto as questões relativas à passagem dos velhos pelas ruas e pela detenção, como as que envolviam a gestão e tutela dessa população velha abandonada.

Diferentemente de discutir a eficácia da lei dos sexagenários, discutir os lugares que a velhice teve no processo de abolição implica também uma abordagem em torno da velhice nas noções de humanidade e liberdade. Na lei, a velhice teve um papel relacionado à marcação discursiva em torno de um reconhecimento de vulnerabilidade etária dentro de outras negações, condições e precariedades não reconhecidas consensualmente acerca da escravização. Tal vulnerabilidade etária se tornava um argumento da tutela entre senhores escravizados e senhores proprietários. As noções morais e emocionais se alinhavavam aos argumentos em torno do público sexagenário escravizado.

Essas noções configuravam o grande conflito posto na imprensa e em relação ao destino dos sexagenários, envoltas de várias ambiguidades nas opiniões que dividiam os

parlamentares e a opinião pública. A tramitação em torno dos sexagenários como parte de um processo de fim de escravização está sobreposta ao papel que a velhice teve na hierarquia entre o humano e o não humano, como a dicotomia central da modernidade colonial (LUGONES, 2014).

Jacob Gorender (2011, p. 196) destaca que "os escravos velhos constituíam peso morto no orçamento do plantador. Consumiam alimentos e já não produziam". O autor traz a recomendação do Barão de Pati de Alferes em meados do século XIX: "fosse confiadas tarefas leves como a criação de aves aos negros inválidos" (idem), mas destaca que:

> A maioria dos plantadores agia de maneira mais simples: alforriava os escravos velhos e já imprestáveis, os quais ao *mesmo tempo se tornavam homens livres e mendigos.* Os testemunhos de Vilhena, Koster, Saint-Hilaire, Cunha Mattos, Maria Graham, Debret e Correa Júnior revelam o quanto constituía prática generalizada, desde o Nordeste a Minas Gerais e Goiás, na Corte do Império e no *Vale do Paraíba da época do café, a de libertar escravos velhos e inválidos, jogando-os na rua e eliminando custos do engenho, da fazenda ou da casa residencial, os gastos com homens inutilizados* (GORENDER, 2011, p. 196, grifo meu).

Priscila D'Almeida Ferreira (2017), em sua tese de doutorado sobre saúde e doença da população escravizada, abordou a velhice e a alforria, entre 1814 e 1885, antes da promulgação da antes da lei dos sexagenários. Ferreira (2017, p. 129) atentou que "Não existe um parâmetro de idade para os cativos no século XIX" e que "Dos 124 escravos velhos localizados nos inventários, 14 deles não tinham indicação de idade, mas eram descritos como escravo velho". Ao referenciar "enfermidade neurológica" a partir de documentos acessados, a autora mencionou, após aludir à demência, que: "o escravo que carregava essa moléstia vinha descrito nos inventários como "vazio do juízo" ou com "falta de juízo". O tratamento consistia em exercícios, trabalhos manuais, banhos e isolamento, caso fosse necessário" (FERREIRA, 2017, p. 77).

Os trabalhos de Ferreira (2017), Gorender (2011) e Mendonça (2008) evidenciam a composição do emaranhado da lei dos sexagenários: as questões propriedade e trabalho se amalgamavam ao conhecimento e desafios quanto à velhice no curso da vida escravizado como propriedade, no curso da vida de pessoas escravizadas e no curso da escravização para senhores proprietários. Articulações em torno de conflitos com a Lei dos Sexagenários foram evidenciadas por Peixoto de Brito já em 1870, pelo que este pautou por discurso da modernidade e humanismo. Tal documento elucida a longevidade da discussão sobre a referida lei e como seu debate não foi rápido, elucidando também como conectado com o curso da escravização o percurso da lei estava. Conforme o relatório feito pelo então deputado geral:

> Há porém pessoas, que na manifestação dos seus desejos de verem extincta a escravidão no Brasil, são inspiradas pelos *princípios de humanidade e egualdade*, e *caridade christã*; ellas são induzidas a pensar, talvez por

> informações falsas, que o escravo no Brasil é um ente inteiramente desgraçado, cercado de privações, e vergado sob o peso do trabalho, e de rigorosos castigos. Uma simples narração da verdade os fará mudar de opinião. Comparemos o escravo com o trabalhador livre. O escravo presta ao senhor o seu trabalho, e não recebe por elle salário, o trabalhador livre presta o seu serviço ao patrão, e recebe um salário. O escravo tem *o alimento, a habitação, o vestuário, o curativo em suas enfermidades*, quando tem filhos são elles igualmente alimentados pelos senhores, *quando o escravo não trabalha por enfermidade ou velhice, continua a ter quanto é necessário á vida*. (BRITO, 1870, p. 11)

A comparação de trabalhadores livres e de pessoas escravizadas no argumento de Brito, no que concerne às velhices, empreendia noção de mendicidade.

> O trabalhador livre recebe o salário que deve inverter em odos os objectos necessários á sua subsistência; quando tem mulher e filhos, é obrigado a sustenta-los e educá-los; no dia em que não trabalha não recebe salário, portanto tem de alimentar-se, ou com alguma pequena economia que tenha reservado, ou recorrer a algum adiantamento, compromettendo os salários futuros, e muitas vezes vae entregar as suas próprias roupas a uma caixa de piedade, e se essa enfermidade se prolonga recorre a um hospital de caridade; pode-se bem imaginar qual será a sorte de sua familia durante aquele tempo; se chega ao estado de velhice, e se impossibilita para o trabalho, passa para o estado de miséria e mendicidade de; terá de implorar a caridade publica —o escravo ignora todas as calamidades humanas, o escravo desconhece inteiramente as amarguras da miséria e mendicidade; o senhor nunca abandona o seu escravo por seu estado de enfermidade ou velhice (BRITO, 1870, p. 11-2).

Destaco os princípios de igualdade, humanidade e caridade cristã como disseminações de argumento da escravização envelhecida, uma coda dessa relação sobre senhores escravizados e senhores proprietários nas produções daquele período, como as de Brito. Os debates em torno da libertação dos sexagenários passavam também pela noção de tutela e paisagens de velhices. A velhice, no processo da lei dos sexagenários, tornava-se uma questão problemática por uma série de motivos, mas, particularmente, no que nos interessa nesta tese, por conta da possibilidade de que esses libertos tivessem as ruas por habitação, instaurando outras Paisagens para tais Velhices, fora da tutela dos senhores proprietários. Nesse jogo entre diferentes e complementares instituições, a paisagem das velhices escravizadas se constituía de modo indissociável da paisagem de velhices nas ruas e da paisagem das velhices consideradas criminosas, tal como publicado por Brito (1870, p. 120-1):

> A transformação não seria a do homem escravo para o homem livre, seria a transformação de uma população que vive acommodada, e satisfeita para uma população fluctuando infeliz no terreno da miséria, e mendicidade, e fluctuando desgarrada da sociedade no terreno dos crimes. O que seriam a familia, a industria, e a agricultura do paiz? Para que serviria esse capital indemnisado nas mãos dos proprietários? Seria o signo de sua completa desgraça; que valor teriam esses terrenos, sem braços para os cultivar?

O termo *massa de escravos*, segundo Brito (1870), se dividiria em menor idade e velhice. Esta última, segundo o político, *ficaria reduzida à miséria e à mendicidade e necessitaria de caridade pública.* Importante notar a vinculação de massa com a prospecção de população tecida por Brito.

Mendonça (2008) contribui para esse tema a partir de sua pesquisa com documentos da Câmara sobre o projeto da referida medida legislativa. A partir de falas do deputado Zama na sessão de 21 de julho de 1884, ao tratar das cidades, a autora demonstra como o perigo de uma massa dispersa de libertos nas ruas assombrava o debate político à época:

> E, contrariando a tese de que os libertos partiriam das fazendas para as cidades, concluía: "*o homem criado no campo*, *habituado à lavora, não pode suportar a vida das ruas, nos centros populosos"*. Mas os perigos de lançarem-se no estado de liberdade uma *"massa" de sexagenários avaliada*, segundo os dados oficiais, *em 90.713 indivíduos*, *atrelava-se, em grande medida, à certeza de dispersão desses libertos* (MENDONÇA, 2008, p. 163).

A dispersão de tal "massa" pelas cidades era também vista como a entrega à "ociosidade e a possibilidade de abandonarem as casas dos antigos senhores pondo-se a vagar e a andar" (MENDONÇA, 2008, p. 163). A discussão sobre uma massa, multietária, indisciplinada e ociosa nas ruas colocada diante da velhice desde o debate sobre os sexagenários escravizados, tornava-se desde então um problema social a merecer a atenção – ou caridade pública.

Entretanto, Mendonça (2008, p. 64) nos mostra como o imaginário em torno da massa dos sexagenários escravizados operava em mais de uma ordem no sentido da "definição de liberto como incapaz ou inadequado para o exercício do trabalho livre". Ademais, era em relação à defesa de interesses "da grande lavoura", "dos proprietários de escravos" as expectativas o manejo do argumento de inadequação[27].

Ainda no que refere a década de 1870, Marilene Rosa Nogueira da Silva (1988) refere as ruas não como um espaço de "abandono" ou "vadiagem", mas como um espaço que ameaçava o domínio senhorial, pois era primordial para a circulação de informações entre os

[27] No projeto Saraiva-Cotejipe, a Lei dos Sexagenários, a preocupação com a indenização por prestação de serviços aos senhores proprietários poderia "estar representando também uma tentativa no sentido de cuidar-se para que uma massa de escravos, postos de chofre no estado de liberdade, não provocasse naqueles que deveriam continuar em cativeiro esperanças, expectativas e impaciência em relação à proximidade da liberdade" (MENDONÇA, 2008, p. 166). Nesse sentido ainda, a autora destaca que o próprio termo alforria foi ocultado em tal projeto. Assim, diferentes argumentos evidenciavam que "a liberdade dos sexagenários tinha outras implicações, e não se limitavam somente à libertação de alguns "velhos escravos" (MENDONÇA, 2008, p. 169).

ainda não alforriados, onde, ao trabalhar, os escravizados mantinham-se informados dos acontecimentos e passavam a ter contato mais frequente com processos, como os relacionados à compra da alforria. A lei dos sexagenários foi debatida num período em que a escravização era socialmente manejada, "amigavelmente ou através da autoridade" (SILVA, 1988, p. 81), gerando uma "conjuntura econômica de contestação" que se refletia na queda de preço do corpo escravizado e no aumento das alforrias. Comprava-se a liberdade e se recebia só no final da vida, quando os proprietários alforriavam ou abandonavam seus escravos, de modo a não ter gastos com seu sustento. Nesse sentido, Silva aborda o Parágrafo 4º do 6º artigo da Lei do Ventre Livre, 2.040, de 1871[28], pois evidenciava abandono por invalidez e a respectiva prescrição: "A legislação de 1871 denunciava isso"(SILVA, 1988, p. 83). Essa denúncia pela legislação pode ser compreendida como uma configuração de prescrição quanto a uma não responsabilidade e tutela de velhices escravizadas por parte de proprietários.

Conforme Silva (1988, p. 83) "Era comum ver na cidade negros inválidos, ou incapazes para o trabalho pela velhice, vivendo de esmolas". Tal paisagem era comum, conforme a autora até o final da escravização; "A lei denunciava esse fato que continuaria ocorrendo até os últimos momentos da estrutura que desmoronava", sendo a cidade já paisagem também contemplada por tais velhices desamparadas, as de pessoas escravizadas que já não constituíam força de trabalho. Na perspectiva trazida por Silva (1988), as cidades possibilitavam também anonimato, relacionando as fugas aos gastos de senhores proprietários, o que justificaria que não reclamassem aqueles que estavam na detenção:

> os anúncios de jornais do século XIX demonstram os gastos que eram obrigados os proprietários a reembolsar para capturar seus escravos fujões – *recompensas, salários de policiais, dos caçadores de escravos, dos juízes e, especialmente nas cidades, os honorários pagos pelos castigos e a cura ou alojamento na prisão local* (SILVA, 1988, p. 84, grifo meu).

Pela leitura da pesquisa de Silva (1988), se relacionarmos os discursos da época trazidos por Mendonça (2008) à questão da tutela de Estado, articulada a determinadas assistências, torna-se evidente uma conjuntura de políticas oscilantes entre segurança pública e assistência que passam a constituir as convivências urbanas:

> *Na cidade, um escravo doente não era responsabilidade apenas do proprietário, pois ele convivia nas ruas, era um perigo para a população que por sua vez pressionava o Estado*. Dessa maneira, existia na cidade a S*anta Casa de Misericórdia*, que *através da arrecadação da receita* de prédios de sua propriedade, de forros, de contribuições, de loterias, de legados, de atas da renda pública, de taxas de doentes abastados e do serviço funerário,

[28] "Art. 6º Serão declarados libertos [...] § 4º Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por invalidos, serão obrigados a alimental-os, salvo o caso de penuria, sendo os alimentos taxados pelo Juiz de Orphãos" (BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871).

> *prestava serviços médicos aos escravos e à população pobre de modo geral*" (SILVA, 1988, p. 127, grifo meu).

Se a Santa Casa prestava assistência aos escravizados doentes na rua, a prisão, por sua vez, primordial na constelação institucional de processos de Estado-Nação, é apresentada por Albuquerque Neto (2015) como um modelo que no Brasil foi adaptado às demandas de uma sociedade escravista, que influenciou o próprio "aparato disciplinar das prisões". No Brasil oitocentista, conforme o autor, a prisão capturava não apenas escravos em custódia, aos quais se reservava penas de açoite ou correção, mas em sua maioria homens livres, para os quais a "crença na correção moral do delinquente" se dirigia (2015, p. 80)[29]. Clarissa Nunes Maia (1996), por sua vez, descreve algumas formas de controle exercidas sobre pessoas escravizadas em Pernambuco na segunda metade do século XIX através das posturas municipais. Uma tendência dessa legislação percebida por Maia foi substituir castigos físicos destinados a pessoas escravizadas em "dias de prisão" (MAIA, 1996, p. 66) até a completude de eliminação de castigos físicos por legislação nacional em 1886:

> Ao mesmo tempo estendia-se o controle do escravo ao homem livre, enquadrando-os nas mesmas proibições e gradativamente aplicando-lhes as mesmas penalidades, até que em um grande número delas já não se fazia distinção entre um e outro, referindo-se as posturas, agora, genericamente, "infratores", "pessoas" e "indivíduos" (idem).

Essa homogeneização de infratores se aproxima ao que Paterniani (2019) refere sobre a categoria trabalhador[30]. Segundo a autora, na narrativa da industrialização, os referentes múltiplos relacionados aos corpos brancos e aos corpos negros nas cidades são subsumidos à noção universalista de "trabalhadores humanos", invisibilizando socialmente os processos de racialização que permeiam as relações de trabalho na cidade. Esse processo está vinculado às maneiras pelas quais foram permutadas classificações específicas realizadas pelas instituições que homogeneizaram sujeitos que eram brancos e negros, operários e burgueses,

[29] "No Brasil oitocentista, a população carcerária era composta não somente de escravos em custódia (enviados para serem açoitados ou para correção), mas, majoritariamente, de homens livres, pois era neles que se centrava a crença na correção moral do delinquente, já que, para os escravos, eram reservadas as penas de açoite, galés e morte, as únicas, segundo alguns deputados, que poderiam provocar medo na escravaria e dissuadi-la da ideia de se voltarem para práticas criminosas"(ALBUQUERQUE NETO, 2015, p. 80-1).

[30] Ao dialogar e se basear no método da equivocação controlada de Eduardo Viveiros de Castro, a autora se debruça sobre o "diagnóstico da equivocação presente na ideia de "trabalhadores" na produção dos estudos urbanos paulistas sobre a cidade de São Paulo" (PATERNIANI, 2019, p. 62): "é por meio da narrativa da industrialização que se criam operários e burgueses incolores e, portanto, trabalhadores humanos – as diferenças entre os corpos ficam subsumidas à ontologia-trabalhador. *O equívoco reside, aqui, em produzir o conhecimento da seguinte maneira: mesmos significados (trabalhador) para referentes múltiplos* (corpo branco, corpo negro)" (PATERNIANI, 2019, p. 66, grifo meu).

numa única categoria, invisibilizando as desigualdades que permeavam o mundo do trabalho. Os processos de construção de populações "homogêneas" fazem parte também, portanto, dos trajetos institucionais tanto de classificação de sujeitos quanto de difusão de moralidades em torno dessas homogeneizações, que ora visibilizam, ora apagam as desigualdades presentes nos processos históricos brasileiros[31].

Na passagem entre diferentes regimes de produção, por meio da escravização ao trabalho remunerado, e do escravizado ao homem livre, a lei dos Sexagenários dependia de um acordo político que não prejudicasse os proprietários de escravos, como destaca Mendonça (2008). A lei, como argumenta a autora, só se tornou possível depois da ideia de processo gradual de extinção do que na época era denominado como elemento servil, prevendo, no caso das pessoas escravizadas que completassem 60 anos, uma indenização de três anos por prestação de serviço do sexagenário escravizado ao senhor proprietário. Já os senhores escravizados a partir de 65 anos não tinham de prestar serviço de indenização. A crítica dos abolicionistas, por sua vez, se alinhava a outras narrativas em torno dessa paisagem da velhice, da velhice escravizada, ao questionar a possibilidade de e como seria garantido o sustento aos velhos escravizados.

[31] Importante frisar o destaque que as cidades e a figura de trabalhador terão na área do serviço social e na Lei das Contravenções, conforme artigo 59 do decreto-lei 3.688 de 1941. Vale, nesse sentido, relacionar continuidades, desdobramentos e reformulações dessa prescrição em torno do tempo e governamentalidades a contar de então continuidade do artigo, memória em torno dele e da história nacional no pleiteamento de revogação do artigo, conforme o Projeto de Lei 3158/21 e tecnologias que posteriormente a tal Lei tanto continuaram a marcar quanto marcaram de forma transformada as cidades e a trajetória da população em situação de rua. Ou seja, uma fluidez entre noções que continuam a se misturar e se confundir em âmbito de política social e governamentalidades, ao passo que uma noção pode informar a outra. O Projeto de Lei 3158/21 tem o objetivo de revogar o trecho da Lei de Contravenções Penais no que concerne à Vadiagem; "o artigo 59, caput e parágrafo único do Decreto-Lei nº. 3.688/1941 –Lei de Contravenções Penais" (BRASIL. Projeto de Lei 3158/21). O Projeto de Lei 3158/21 atenta que "Previsto em decreto de 1941, conforme visto, a criminalização da chamada "vadiagem" remonta ainda ao período de colonização do país [...]"(BRASIL, Projeto de Lei 3158/21) e também apresenta uma vinculação de memória: "O fato é que a tipificação da chamada "vadiagem" reflete a perseguição histórica e institucional às camadas mais pobres e marginalizadas da classe trabalhadora, a exemplo das pessoas escravizadas que, após libertas não conseguiam encontrar qualquer forma de trabalho para o seu sustento, e apoia-se em uma sociedade estruturalmente desigual, racista, segregada e discriminatória. Dessa forma, a pretensão punitiva da "vadiagem" configure senão um deboche, uma dupla punição a milhares de brasileiras e brasileiros até hoje vitimados pelo desemprego, fome e descaso de um Estado que desde a sua formação não foi capaz de superar a exclusão socioeconômica que se apresenta em benefício de uma pequena elite por vezes ostentadora de bandeiras higienistas como representa o dispositivo ora questionado" (BRASIL. Projeto de Lei 3158/21). Quanto às referidas Tecnologias, refiro-me às que Simone Frangella (2005, p. 201) atentou como *de expulsão*, a contar de vários "mecanismos de interferência no cotidiano dos moradores de rua".

José Flavio Motta (2010), por exemplo, voltou sua atenção para "o comércio de cativos velhos, assim entendidas as pessoas com 50 ou mais anos de idade" (p. 71) que, envolvidos em negociações conjuntas, "estivessem ou não alquebrados pelos muitos anos de trabalho forçado [...] continuaram sendo transacionados até data relativamente próxima da abolição" (idem). Ao atentar ainda sobre "as poucas obrigações impostas aos ex-senhores dos escravos sexagenários libertados, explicitadas no § 13 da Lei n.o 3.270" (Idem, p. 45), o autor mostra o enquadramento político da Lei dos Sexagenários em relação aos destinos de senhores e senhoras escravizados, bem como os desdobramentos de tal aparato jurídico.



Imagem 3. Mendigas, Oswaldo Goeldi. Fonte: Acervo digital da Biblioteca Nacional.[32]

No que diz respeito às mulheres, Katia Mytilineou de Queirós Mattoso (2016), ao trazer a questão de envelhecimento e gênero informa que "no sistema de trabalho escravista, a

[32] Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon382978/icon382978.jpg>.

mulher sempre era considerada como menos produtiva, fisicamente mais vulnerável, envelhecendo mais rapidamente" (p. 107). Um outro apontamento da abordagem da autora que bagunça a certeza determinista de passividade dos velhos escravizados se refere à relação entre habilidade e curso da vida: "desejavam vender os escravos velhos que se tornavam improdutivos ou, ao contrário, cediam a uma oferta tentadora feita por um escravo habilidoso" (Idem, 2016, p. 97). Quanto à noção de classificações etárias, Mattoso apresenta que:

> Os documentos mencionavam um velho ou uma velha, uma criança (molequinho, molequinha) ou um adolescente (molecão, molecona), um negro ou uma negra adulta. A seguinte pirâmide pôde ser construída:
> Velho (velho, velha)
> O a 7 anos Criança (molequinho, molequinha)
> 8 a 14 anos Criança (moleque, moleca)
> l 5 a 18 anos Adolescente (molecão, molecona)
> 19 a 35 anos Adulto (negro, negra)
> Acima de 35 anos Velho (velho, velha) (MATTOSO, 2016, p.109).

Esses pontos elencados no texto de Mattoso, além de demonstrarem encontros com concepções de velhices na historiografia brasileira, se aproximam dos vínculos mais uma vez entre as três paisagens, na ideia de que em determinadas paisagens se envelhece antes. O que fica em questão é que em determinadas paisagens de velhices a expectativa de vida e do curso da velhice é mais baixo.

Vale destacar dois apontamentos de Teresa Raquel Coimbra Magalhães (2018); de que a velhice escravizada é pouco estudada e de que se trata de uma fissura, ainda e já colonial, em torno de prolongação da vida da mão de obra. Além disso, a autora destaca que: "A Lei dos Sexagenários tem por público-alvo os escravos de 60 anos. Essa definição do inicio da velhice para a segunda metade do XIX, parece, na verdade, uma tentativa de prolongar a utilização da mão de obra cativa" (MAGALHÃES, 2018, p. 27).

Retornando à abordagem de Mattoso, eram concedidas mais alforrias às mulheres, às crianças e aos escravos idosos e as concessões não ultrapassavam os 10% do total: "a maioria dos senhores não abandonava nas ruas os escravos inúteis; por outro lado, vivia-se pouco no Brasil de outrora e menos ainda quando se trabalhava como escravo" (MATTOSO, 2016, p. 209). Sobre a lei dos Sexagenários em São Paulo, destaca que:

> A lei de 28 de setembro de 1885, "Lei do Sexagenário", que libertava os adultos com mais de 60 anos, previa também que o escravo alforriado devia indenizar seu senhor e que, se fosse incapaz de fazê-lo em dinheiro, deveria servi-lo por mais três anos se tivesse entre 60 e 62 anos, os outros, até 65 anos. Sabe-se que em 1887, *na Província de São Paulo, 2.553 escravos foram libertados em aplicação da lei e, entre eles, 2.503 obtiveram a liberdade com cláusulas que impunham um tempo de serviço muito mais longo do que aquele estipulado pela lei.* [...] (MATTOSO, 2016, p. 202, grifo meu)

Mattoso (2016, p. 202) atenta ainda que, “gratuita ou onerosa, a alforria podia ser revogada, mostrando a ambiguidade tanto da legislação como da prática”. As ambiguidades, se esticadas nos estudos historiográficos, se referem também às relações interpessoais. Rastro dessas negociações pode ser encontrado no *Jornal de Recife* de 11 de setembro de 1869[33], que trazia a história de duas mulheres velhas: Rosa Maria e Silvana, senhora proprietária e senhora escravizada. Descrita no jornal, a carta de alforria dizia:

> Digo eu, abaixo assinada, Rosa Maria da Annunciação, que entre os mais bens que possuo de mansa e pacífica posse livres de hipoteca penhoras e constrangimento de pessoa alguma, bem assim, como uma escrava velha de nação crioula, de nome Silvana, de idade de setenta e dois anos, a qual coube-me no inventário como meeira que sou dos bens do finado, meu marido Lauriano Ferreira de Carvalho, como escrava forro como de fato forrado *tenho*, por esta presente carta, ficará ela gozando de plena liberdade, pois por muito meu gosto, e espontânea vontade mandei passar a presente pelo amor de Deus, com a condição de morar comigo, me servir de companhia até meu falecimento, peço e rogo à justiça de S. M. Imperial, e a todos os meus herdeiros ascendentes e descendentes deem por firme e valioso este papel de liberdade, e se no dito papel faltar alguma clausula ou clausulas ei por mencionada como se escrito estivesse e delas fizesse especial menção, e por eu não saber ler nem escrever pedi ao meu filho Laurindo Teixeira de Carvalho Junior que este por mim passasse e assinasse a meu rogo na presença de testemunhas abaixo assinadas.
> Camurupim de baixo 21 de janeiro de 1861.

Apesar da carta de alforria concedida por Rosa Maria, Silvana continuava escravizada em outra família de proprietários; “pertencendo à viúva de Francisco Ferreira Guedes”. Embora outras buscas envolvendo os nomes contidos na notícia e na carta não tenham sido encontrados em outros periódicos, a carta e a notícia elencadas como documentos introduzem dois envelhecimentos relacionados na perspectiva de paisagens de velhices escravizadas. Enquanto Rosa Maria, com idade não declarada, mas viúva e que aciona ascendentes e descendentes, apresenta elementos relacionados à velhice, a gênero e não alfabetização, Silvana, escravizada cuja posse foi herdada por Rosa Maria, ainda tinha esta carta quando fora encontrada dezoito anos depois. A notícia demonstra que, a contar do provável falecimento de Rosa Maria, a alforria concedida a Silvana foi desconsiderada.

Na pesquisa bibliográfica foi encontrado também um artigo, de Maria Beatriz Nizza da Silva (1995), focado nas mulheres brancas e trabalho no período colonial. Nele, Silva (1995 , p. 77) tratou também do curso da vida de mulheres brancas, bem como velhice e viuvez e acompanhamento de doença. Me debruço brevemente no recorte dessas temáticas no referido artigo antes de me finalizar essa parte do capítulo.

---

[33] Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=4650

Para Silva (p. 95) “a imagem branca no Brasil, no fim do período colonial, é multifacetada”. A autora faz sua análise a partir de jornais, mas principalmente em arquivos históricos. Conclui que, apesar de algumas senhoras viverem na ociosidade e no lar, a documentação revela uma ampla esfera de atividades realizadas por essas mulheres no século XIX, “desde a gestão do patrimônio, à agricultura de subsistência, ao trato mercantil, ao artesanato, à "arte de partejar” (SILVA, 1995, p. 96). Já ao tratar de trabalhadoras brancas na cidade, Silva (1995, p. 81) articula essa questão a dois fatores no Rio de Janeiro: aumento da população e presença de muitos estrangeiros. A lavagem de roupas teria sido uma nova atividade lucrativa em que mulheres brancas passaram a se dedicar “com suas escravas, ou então alugando-as quando as não possuíam”. Conforme a autora, a procura por criadas e amas de leite brancas aumentou, “pois os estrangeiros não gostavam de ter escravas em suas casas e preferiam serviçais brancas” (idem). Silva também informa que a maior parte das parteiras aprovadas, após o Fisicatura-mor na mesma cidade, também era branca. Ao rebater a noção de que a mulher branca nada fazia, em relação às mudanças coloniais e hierarquia social no fim do período colonial especificamente a autora destaca que: “tal comportamento seria aliás impossível no fim do período colonial, quando a mulher branca deixara de ser privilegiada como nos séculos anteriores, compartilhando muitas vezes a pobreza com as demais etnias” (SILVA, 1995, p. 82).

O empobrecimento das mulheres brancas é destacado pela autora a partir do envelhecimento:

> O empobrecimento das mulheres brancas quando começavam a envelhecer pode ser detectado na documentação do fim do período colonial, principalmente nas listas de população, que indicam os fogos chefiados por mulheres e esclarecem quanto à suas atividades. Também em seus testamentos as testadoras incluem expressões de gratidão pela ajuda recebida na velhice da parte de filhas, genros ou outros parentes [...]
>
> Nas famílias da elite, quando os bens da meação da viúva eram valiosos e abundantes, tais problemas de sobrevivência não se colocavam, mas mesmo nesta camada mais rica notamos por vezes a preocupação dos filhos de senhores de engenho de não executarem as partilhas logo após a morte do pai a fim de não prejudicar uma propriedade que só era rentável quando mantida sua integridade (SILVA, 1995, p. 86)

Já nas camadas menos favorecidas economicamente

> irmãs idosas se reuniam num mesmo fogo com objetivo de diminuirem suas despesas; mães sem rendimentos suficientes iam morar em casa de um dos filhos, aí vivendo como agregadas ou dependentes, ou então preferiam ficar na sua própria casa mas pediam escravos emprestados aos filhos; solteironas destituidas de recursos eram acolhidas por irmãos padres.

> A dependência econômica das velhas em relação aos seus familiares transparece nos testamentos e nas escrituras de doação. Num testamento escrito numa vila da Capitania de São Paulo em 1797, uma viúva conta que 4 dos seus sete filhos tinham contribuído para a sua subsistência, dando-lhe alimentos e roupa e emprestando-lhe escravos para a sua casa. Em 1798 uma outra viúva doou uma criança escrava de 3 anos à sua filha casada em recompensa de esta e seu marido lhe terem feito companhia e lhe terem fornecido as refeições diárias. Lucrécia de Almeida beneficiou na sua terça uma das filhas deixando-lhe uma chácara em agradecimento da "fiel companhia" que lhe tinha feito e da forma como cuidara dela nas suas enfermidades, "desprezando casamentos de sua igualha" só para não abandonar a mãe (SILVA, 1995, p. 94).

O papel de proteção de mulheres idosas na ausência de filhos era desempenhado por, nos termos da autora, parentes, que por vezes herdavam bens em reconhecimento ao cuidado oferecido (SILVA, 1995).

Em toda a discussão sobre a responsabilidade sobre os velhos vivendo nas ruas após libertos, alternavam-se discursos sobre a quem deveria ser atribuída a responsabilidade diante daquelas pessoas desamparadas, a depender, primordialmente, do marcador escravização na paisagem colonial, que conferia, além de escravização, leis em torno da gestão da mesma; aos senhores, senhoras e famílias propeitários.

Nesse sentido, é possível considerar velhices escravizadas e ex-escravizadas como primeira demanda pública de velhices em território nacional. Essa primeira demanda informa historicamente uma disputa de responsabilidade e de tutela em torno de velhices escravizadas e ex-escravizadas, que, ademais, informava outras velhices, as não escravizadas. Com velhices escravizadas, para as quais foi prescrita idade, podem ser percebidos: o forte vínculo entre velhice e situação, processos percebidos como feitores de envelhecer - tornando-se marcadores - e tentativa de uma referência de criação de idade e institucionalização do curso da vida. A primeira demanda de velhices vincula-se, dessa forma, a situações de, além de envelhecer, também de enquadrar velhices e envelhecimentos. Vinculada a um campo relacional acerca de cursos da vida livres, não livres, escravizados, não escravizados, a primeira demanda relacionada à tutela e responsabilidade "privada" sobre velhices no país - específica a velhices escravizadas e ex-escravizadas -, pode ser perspectivada no emaranhado de um oficial e geracionalmente transmitido passado. Dessa maneira é que nos faz focar na percepção de que tanto tais velhices edificaram o que passou a ser chamado de desenvolvimento nacional quanto foram presença nos espaços edificados nele.

A seguir, é exposta uma aproximação com estudos com foco na mendicidade, vista sob diferentes perspectivas, articulada à rua, caridade e asilos.

Velhices nas ruas, os *asilos da mendicidade* e a filantropia

No que refere à mendicidade, como já demonstrara Simone Frangella (2004), a "errância" acompanhou a própria cidade como forma de organização, correspondendo em cada período a categorias diferentes. Desde pelo menos a Idade Média, alternam-se visões distintas sobre aqueles que estão na "condição de homeless": "*vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo*. Eram classificados diversamente como *perigosos, maus-caracters, merecedores de caridade, os que trabalham* etc. Cada categoria possuía uma forma diferenciada de circular e de estar nas ruas" (FRANGELLA, 2004, p.37, grifos meus). Como vemos, as qualificações morais que provocam da rejeição à caridade são constitutivas da forma como historicamente as pessoas que vivem nas ruas das cidades são significadas. Frangella ainda adiciona que "com o passar dos séculos, esses personagens diversos foram se somando nos espaços das cidades, constituindo um conjunto dinâmico a cada experiência urbana" (Idem).

Essa ambiguidade entre rejeição e caridade também foi notada por Walter Fraga Filho (1994), ao abordar essa experiência urbana na cidade de Salvador no século XIX. O autor afirma que, por longos períodos daquele século, os mendigos desfrutavam de "certa tolerância social" no cotidiano de uma cidade marcada pelo catolicismo, pois também justificavam de certa maneira os "atos de caridade dos paroquianos", como uma expressão da devoção religiosa. Segundo o autor, "ao longo dos séculos, incluindo boa parte do século XIX, os mendigos, mesmo quando objeto de repulsa e desprezo, não eram vistos como marginais" (Fraga Filho, 1994, p. 33). Essa perspectiva nos importa aqui porque permite compreender não apenas as disputas políticas e materiais relacionadas ao problema das velhices mendicantes – podendo entre elas indagar velhices anteriormente escravizadas ou cursos da vida escravizados antes de se chegar a tal etapa da vida -, mas também possibilita acessar o modo pelo qual esse debate estava relacionado a concepções morais mais abrangentes, que sempre estiveram no limiar entre a repressão e a caridade como abordagens da população que vivesse nas ruas.

Segundo Fraga Filho, atribuía-se certa legitimidade cristã à figura do mendicante, desde que a pessoa se visse de alguma maneira impossibilitada de trabalhar e manter seu sustento:

> "O doente ou portador de alguma deficiência física, o velho, a criança orfã e as viúvas eram os pobres reconhecidamente legítimos, e portanto aptos a sobreviver da caridade. Eram pobres amparados pelos fiéis e de certa maneira protegidos pelas autoridades, que lhes concediam licenças para mendigar [...]" (FRAGA FILHO, 1994, p. 38-9).

Além disso, o autor também destaca que a tolerância em torno da mendicância dependia também do próprio mendicante e de seu comportamento, que deveria adequar-se à imagem de humildade e resignação: "A atitude de generosidade nas esmolas era a mesma que

exigia dos mendigos um comportamento condizente com sua posição social" (FRAGA FILHO, 1994, p. 39). O autor informa que os níveis de tolerância em relação aos mendigos, oscilavam a depender do contexto social:

> A oscilação entre piedade e repulsa, tolerância e intolerância advinha da própria relação ambígua que a sociedade mantinha com os pobres pedintes. Em período de empobrecimento a presença de uma multidão de pedintes pelas ruas sempre foi vista como uma ameaça à ordem social. O século XIX, produziu diversos momentos em que mendigos foram vistos como verdadeiros vilões. Nestes instantes a piedade cedia lugar à repulsa e à intolerância (FRAGA FILHO, 1994, p. 40).

A tolerância e intolerância indicadas por Fraga Filho a contar do contexto social são chaves que possibilitam pensar esses termos em outros arranjos; nos modos, então, de rearticulação dos moldes de assistência e de diferenciações produzidas em torno dos públicos de instituições voltadas às pessoas nas ruas. A emergência dos asilos e das entidades filantrópicas, entre o século XIX e XX, faz parte desse movimento ambíguo em relação aos velhos que viviam nas ruas, como veremos a seguir.

Os asilos da mendicidade

Um pouco antes da promulgação da Lei dos Sexagenários, foi inaugurado o Asylo da Mendicidade no Rio de Janeiro. Segundo o capítulo que o institui, o asilo era voltado para "mendigos de ambos os sexos". No que concerne à idade, o documento de inauguração prescrevia os menores de 14 anos e "Os que, por seu estado physico ou idade avançada, não podendo pelo trabalho prover ás primeiras necessidades da vida, tiverem o habito de esmolar" (BRASIL, DECRETO Nº 9.274, DE 6 DE SETEMBRO DE 1884)[34].

De acordo com mapa da memória da Administração Pública brasileira, a finalidade da instituição era abrigar "os inúmeros mendigos, valetudinários e maltrapilhos que vagueiam ociosos pelas ruas da cidade importunando os transeuntes e até alguns especulando fingidamente com a caridade pública" (Brasil, 1883, p. 145)[35]. Promulgado em 06 de setembro de 1884, o Asylo da Mendicidade no Rio de Janeiro afirmou o regulamento ao apontar o asilo como destino para aqueles que pela idade avançada ou estado físico não podiam trabalhar para prover seu sustento, dedicando-se a "esmolar". A velhice articulada à mendicância colocava-se como um "problema" a ser manejado pelo poder público, portanto, desde antes da lei dos sexagenários. O manejo desse "problema" se dava, contudo, na articulação entre assistência e

[34] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9274-6-setembro-1884-544017-publicacaooriginal-54827-pe.html
[35] Disponível no site http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/255-asilo-de-mendicidade

controle de uma população que, ao esmolar ou perambular pelas ruas, mostrava-se ameaçadora da ordem pública.

Tratava-se, ainda, de um período de reformas urbanas que buscavam estabelecer uma nova ordem no espaço público, com tendência a políticas de higienização e disciplinação de corpos e comportamentos, para o que as instituições como hospitais, asilos e escolas desempenhavam papel fundamental. De acordo com Eliara Souza e a Ana Maria Amora (2014), a instauração do Asylo da Mendicidade do Rio de Janeiro é significativo de um momento histórico em que o Estado passa a ser considerado interventor legítimo nos problemas relacionados à cidade, deslocando a lógica desses problemas, e particularmente daqueles relacionados à escravização, como questões de ordem privada e de gestão dos senhores e proprietários de escravos. Souza e Amora demonstram também a importância da epidemia de cólera do século XIX no Rio de Janeiro para a atribuição da gestão da mendicidade ao Estado em 1855 e a concretização dessa atribuição na construção do Asylo – e no seu próprio projeto arquitetônico - em 1875, onde antes havia um matadouro, visto como pernicioso à saúde pública (SOUZA; AMORA, 2014).

No século XIX, a cidade do Rio de Janeiro desempenhava o lugar de centro do Império, e depois da República, sentindo-se ali com força as reformas urbanas que marcam aquele momento histórico. Não se tratava, contudo, de algo particular à cidade do Rio. No século XIX outros "asilos da mendicidade" passaram a compor a paisagem de cidades tais como Salvador (BERNARDO, 2010) e Recife (MORAIS, 2016). Em São Paulo, o asilo da Mendicidade foi fundado em 1885 pela Santa Casa em parceria com o governo provincial. De acordo com a página da Santa Casa de São Paulo, em 1891, as Santas Casas de Misericórdia tornaram-se empresas privadas e sem fins lucrativos e em 1911, o asilo da Mendicidade foi transferido para o bairro do Jaçanã: "Seu nome passa por inúmeras mudanças como: Asilo dos Inválidos, Departamento de Geriatria Dom Pedro II e atualmente Hospital Geriátrico e de Convalescentes Dom Pedro II"[36].

As mudanças não se restringiam, contudo, apenas ao espaço da cidade. Na virada do século XIX, na esteira do surgimento dos asilos, inauguravam-se também sociedades filantrópicas e, décadas depois, cursos de serviço social – e, em ambos, as mulheres tinham um papel significativo, associadas à dimensão da compaixão, do cuidado e da caridade. Essa temática é contemplada na próxima seção.

[36] Disponível em: https://www.santacasasp.org.br/portal/site/quemsomos/historico

As entidades filantrópicas

Em 1904, o Jornal O Baluarte, da cidade de Campinas, publicava uma notícia sobre a inauguração de albergues noturnos e da Sociedade Amiga dos Pobres:

> Atravessa a nação brasileira um dos períodos mais agudos de sua vida financial e de franca desorganização de seus creditos. A crise medonha que assoberba o paiz, a manifestação magistral do pensamento raccionario, *a vida agitada do mecanismo social, o enfraquecimento organico da atividade comercial e dos desvarios inqualificáveis da nossa administração política, tudo isso e o pronuncio terrível do negro futuro que nos espera.*
> *O povo no auge do desespero e na eminencia duma grande desgraça, percorre desorientado todo este vasto Brasil procurando anciosamente aquella Patria Livre doutr'ora, onde a Justiça não era uma simples ficção e onde a lei tinha a supremacia de imperar nas consciências com dignidade sem violências.*
> Mas, em toda parte procuramos lenitivo aos nossos males, onde esperamos encontrar tranquilidade espiritual, o repouso do nosso organismo depouperado que cada dia se aniquila, só encontramos o clamor uníssono da nação que agonisa presa de medonhas convulsões. A miséria invadio todos âmbitos, habita em todos os recantos, germina a dor, a fome, a morte, em todos os recônditos deste infeliz pedaço da América Latina.
> *Turbilhões de mendigos, falanges de maltrapilhos pedintes nos assaltam a todo momento, a qualquer hora quer seja nas praças públicas quer seja nos corredores das nossas residências.*
> *E, quem são esses míseros que assim estendem as mãos apelando para nosso sentimento caritativo? Quem são? Dividem-se em três classes destinctas: 1* servidos da Patria, veteranos do paraguay, voluntarios de hontem e desgraçados de hoje; 2* pretos alquebrados sobre o peso de mil sofrimentos, desformes pelos hediondos castigos physicos que soffreram, martyres de hontem e desgraçados de hoje; 3* finalmente, pobres estrangeiros que deixando o céu poético e límpido de seu paiz amado*, deixando filhos e esposas, parentes e amigos, vieram até este Paiz a procura da sua subsistencia afim de *minorar a precária situação* que os definhava. Estes são os felizes em sua terra natalícia e miseráveis no paiz adoptivo porque vivem nelle, quando não perseguidos, mutilados pela língua nogenta, dos idiotas jacobinos.
> Mas, *apezar de tamanha aflição ainda há caridade no nosso povo*, *ainda há sentimentos nobres e elevados em pról desses infelizes*. Assim é que assistímos á inauguração dos Albergues Nocturnos e da Sociedade Amiga dos Pobres.
> Esse exemplo edificante d'um grupo de *moços gloriosos iniciadores de tão bela idea, nos fortifica e nos anima, a prosseguirmos na jornada santa do Bem, empenhando todo o nosso esforço e boa vontade para auxiliar eficazmente aquelles que velhos e sem recursos morrem por ahi atirados como se fossem seres desprezíveis e eliminados do convívio social (...)* (O Baluarte, 15/01/1904)

A ideia de um *Brasil procurando anciosamente aquella Patria Livre doutr'ora* ao jogar com noções de tempo frente à sensação de ansiedade e *aquella Patria* como algo antigo possibilita um trocadilho entre ansiedade e ancião relacionada à República recém instaurada: procura ansiosa a anciãs promessas. O "exemplo edificante dum grupo de moços gloriosos iniciadores de tão bella idea" articula as noções de mecanismo social, administração política, sentimento caritativo, pobreza, velhice e mendicância. O "turbilhão de mendigos" descrito pela

notícia é informado a partir de três categorias: “servidos da Patria, veteranos do paraguay, voluntarios de hontem e desgraçados de hoje”; “pretos alquebrados sobre o peso de mil sofrimentos, desformes pelos hediondos castigos physicos que soffreram, martyres de hontem e desgraçados de hoje”; “pobres estrangeiros que deixando o céu poético e límpido de seu paiz amado deixando filhos e esposas, parentes e amigos, vieram até este Paiz a procura da sua subsistencia afim de minorar a precária situação que os definhava”.

Foram os “veteranos da guerra do Paraguai”, “pretos alquebrados” e “pobres estrangeiros”, que compuseram, no contexto paulista e conforme tal notícia, o público a ser amparado pelo albergamento e que vinculou também sentimento caritativo. A própria nação, portanto, e os “outros” que a constituíam estavam no centro do sentimento de compaixão e das ações de caridade – e de intervenção – dos “gloriosos moços cristãos”. A inauguração do Albergue noturno é referenciada na notícia como *um exemplo edificante d’um grupo de moços gloriosos iniciadores de tão bela idea* remete também ao surgimento associações na *jornada santa do Bem:* a instituição Sociedade dos Pobres*,* chamada de *uma grande empresa puramente christã*, marca um ponto de encontro entre regimes econômicos e caridade.

A ideia de excesso, de desordem, de corpos inapropriados para determinados espaços, junto com a necessidade de intervenção, é comum aos discursos na imprensa na virada do século XIX para o século XX, aparecendo agora articulados a uma ideia de filantropia. Em 1908, por exemplo, o artigo “Uma impressão”, de Alberto Seabra, relata a visita ao “Asylo de Velhice e Mendicidade” fundado em 1904 na cidade Piracicaba. O artigo chama a atenção para a existência de “velhos e mendigos por toda a parte, na capital e no interior”. Essa “exposição” e “desordem” é associada à “incompetência filantrópica” da sociedade à época, já que não basta mais “reunir um punhado de moedas, edificar um asilo, inventar uma administração, e mandar que a polícia recolha velhos e mendigos, pois eles não se dão bem na clausura e fogem dessa benificencia que lhes dá o alimento e abrigo, mas lhes nega o ar e a luz, o contacto da natureza e um rudimento de sociedade” . Defende que “não basta desatar a bolsa, é preciso desatar o coração”. Entre a bolsa e o coração estavam situados os regimes de caridade do momento, instituindo também moralidades associadas à “compaixão”. Finaliza o artigo conferindo uma expectativa de que as “possam estas impressões escriptas rapidamente interpretar o sentimento desses velhos pretos africanos que, naquelle asylo, ao menos, estão isentos de morte por embriaguez ou por miséria nesta terra que lhes serviu de captiveiro, lhes sugou as forças viris e lhes bebeu as lágrimas”.

A afirmação de que “Velhos e mendigos existem por toda a parte na capital e no interior” demonstra a relação entre municípios e mobilidade das populações em situação de mendicância como um fator também longevo. Ao referir “incompetência filantrópica”, também

nos é um documento para adensar a esteira temporal acerca das discussões de serviços públicos. Ademais, a própria menção a tal incompetência como fantasma aproxima as paisagens de velhices das prisões e das ruas como uma herança, nos termos de Milton Santos (1994), da paisagem de velhices das escravizadas. A "alegria do viver" empreendida como necessária pela notícia em contrapartida à não apenas "desatar a bolsa" também aponta uma discussão interessante acerca das questões de convivência entre necessidades e subjetividades, como também a própria questão conflituosa, necessidade versus subjetividades, na arena de assistência social.

O artigo entrelaça a discussão filantrópica e moral à paisagem de velhices na rua, marcada por *asilos já edificados*. Por *asilos já edificados* busco compreender o histórico de atenção à velhice nas instituições de caridade e filantrópicas antes da institucionalização do serviço social. Como informam os estudos asilares, com a institucionalização desse serviço, a velhice passou a ser separada de outras categorias sociais como motivos de atenção, tais como mendigos, crianças e loucos, a partir da passagem do século XIX para o seguinte.

Nas primeiras décadas do século XX, articuladas aos efeitos da urbanização as oportunidades profissionais para mulheres marcariam entidades filantrópicas distintas das associações de caridade de meados do século XIX. Se as associações do século XIX eram administradas por religiosos com pouco contato com os assistidos, as associações do século XX passariam a ser fundadas e dirigidas por mulheres, provenientes de uma ou de várias denominações religiosas (MOTT, 2001, p. 212). Esse novo ímpeto dialogava com a perspectiva dos asilos e da assistência aos velhos, indicando uma aproximação da assistência enquanto cuidado e público.

A última notícia que trago a essa parte é também do Correio Paulistano. Vinculada à cidade de Pirassununga, em 1914, o conteúdo jornalístico elucida o entrelaçamento entre asilos, filantropia e gênero: a notícia refere-se à associação "A Protetora dos Pobres", descrita como aquela que na cidade "protege os mendigos e velhos desamparados", sendo gerida apenas por mulheres. Segundo a notícia, a associação contaria com renda para a construção de uma vila com dez casas para abrigamento dos "pobres sem lar" da cidade. A notícia seguinte, vinculada à primeira, informava que a "vila dos pobres" viria a ser o "Asylo de Mendicidade e Velhice Desamparada" de Pirassununga. Em conjunto, as duas notícias ilustram bem o entendimento de Maria Lúcia de Barros Mott (2001), sobre as mudanças nos asilos e entidades filantrópicas, que passam a ser organizadas por mulheres no século XX, e o "discurso

maternalista" [37]. Para Mott (2001, p. 228, grifo meu), no discurso maternalista, há um entrelaçamento entre a participação social e política de mulheres de camadas médias e de elites, na primeira metade do século XX, com entidades: "*No período, a maternidade deixava de ser uma função individual, restrita à família, para ser uma função social*. Era considerada como o papel primordial das mulheres que, em sua maioria, viam-na como um valor positivo".

Na seção seguinte, a terceira paisagem desse capítulo é apresentada.

Velhices nas prisões e categorias etárias

Em relação às duas últimas *paisagens de velhices* apresentadas, há uma paisagem que constitui e se relaciona com esse emaranhado: velhos "egressos" e "reincidentes". Atualmente, uma formação de debate público de velhice no campo prisional aparece como uma demanda, cujo fio enfático está em torno do respeito às suas especificidades de "idosos e idosas"dentro da instituição prisional[38] e no tratamento diferencial de pessoas idosas no direito penal. Muitas vezes essa narrativa sobre "a velhice na prisão" opera a partir do aumento de pessoas acima de sessenta anos em situação de privação de liberdade e se articula a outras narrativas, como aquelas da "velhice na rua". Entretanto, como procuro demonstrar nesse trabalho, de forma longeva essas paisagens se constituíram de forma articulada a outras paisagens, como a das velhices escravizadas e das ex-escravizadas, que modularam a forma como a rua e a prisão se constituíram como polos constantes para tal população que pôde ser vista ora na rua ora na prisão, além de em asilos, abrigos e albergues, que foram a um só tempo destinados a resolver o "problema" dessa população que se constiuía. Nesses trânsitos, ao mesmo tempo que velhices escravizadas e pós-escravizacão fizeram emergir grupos de velhos específicos, estes puderam estar também, em tais instituições – abrigos, asilos e albergues, com coetâneos etários que não tivessem sido escravizados. A dinâmica de quantidade e legitimidade como reconhecíveis para caracterização de populações e especificidades são formas de

[37] A inauguração anunciada na notícia do Asylo de Mendicidade e Velhice Desamparada traz elementos interessantes também no que refere a um projeto de moradia assistencial distinto de abrigos trazidos em momentos anteriores a este texto. Em tal projeto foram idealizadas casas, cada uma com dois quartos. Ao passo que arborizado e murado constituam fortes caracterizações de instituições asilares, a referência a casas e vila se aproxima a arranjos mais específicos as ideias de indivíduo e acolhimentos pessoais. Essa notícia me chamou atenção por conta de tal arquitetura ter sido um dos pontos da trajetória dos CAEI em São Paulo.

[38] Refiro como debate público, em suma, documentos da Secretaria de Adminastração Penitenciária (SAP) e Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e discussões da área do Direito. Em termos de velhice focada nas prisões, vale destacar Silveira (d.t) – e nesse sentido também uma instituição, a Pastoral Carcerária do Estado de São Paulo, assim como os trabalhos de Ghiggi (2018; 2019) e Wacheleski; Gershenson (2018).

governamentalidade. Aciono tal eco como parte de viabilizar gerações de velhices em situação de rua e de privação de liberdade.

Tendo em vista as próprias gramáticas de construção dessas populações específicas, apresento separadamente as três paisagens de velhices deste trabalho - *em situação de rua, em situação de prisão* e *de escravização* –para potencializar o entendimento de tais categorias. Entretanto, essas paisagens interagiram desde suas conformações e continuaram a interagir nos seus entendimentos e tensões, por meio de sua gestão por instituições atreladas à institucionalização do curso da vida e por onde sujeitos que por elas passaram e passam.

Tomo aqui por pressuposto que o próprio curso da vida é institucionalizado nesses processos. Uma mudança no Código Penal de 1940 elucida os parâmetros desse planejamento nos termos etários da correção institucional no modo como atualiza o código penal de 1890. Segundo este último, "não são criminosos", os menores de 9 anos completos e os que, estando entre 9 e 14 anos, "obrarem sem discernimento", bem como aqueles inimputáveis por "imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil". Esses indivíduos que sofrem tais "afecções mentais" seriam "entregues a suas famílias, ou recolhidos a hospitais de alienados" (BRASIL, Código Penal, 1890). O Código de 1940 caracteriza como "inimputáveis", por sua vez, os menores de 18 anos, sendo atenuantes da pena a idade menor de 21 anos na data do fato ou maior de 70 anos na data da sentença.

Foquemos brevemente nos recortes etários ao caracterizarem mais que distintos direitos, paisagens e em sua composição também enquadramentos e focos. Rumo à prisão, a velhice, desde 1940, conforme o código, atenta como marcador diferencial, 70 anos. Em prisões, como também nas paisagens de rua e ainda, longevamente, na escravização, velhices são informadas, coetaneamente a legislações e de forma duradoura, por outros marcadores que não exclusivamente 60 anos, mesmo na consideração desse recorte jurídico, pois configuram, como vimos feituras de envelhecer, dando um outro contono a velhices. O que é possível compreender é que não apenas tais paisagens informam outras significações para delimitação de velhices e envelhecimento, como há um tensionamento com idades nas e entre as legislações, que também variam o demarcar etário – a depender do enquadramento e foco na paisagem.

Retomando por fim ao Código Penal, aquele que "por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado" era "inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento" (BRASIL, Código Penal, 1940). Enquanto a mudança de atenuantes em torno da infância passa a caracterizar *Menor* em 1940 aquele abaixo de 18 anos, determinando uma legislação especial até os 21 anos, a *Imbecilidade nativa ou enfraquecimento senil* mencionadas no código de 1890 permanecem

no código de 1940 como demarcação institucional para a insanidade, dessa vez dissociada da ideia de "senilidade" que também indicava o envelhecimento. Assim, mudando-se as faixas etárias, as mesmas categorias permaneciam próximas daquelas relacionadas à "incapacidade mental", o que de certa forma pode ser entendido também no modo como os asilos por algum tempo reuniram os velhos, mendigos e incapazes.

Ainda, uma novidade do Código Penal de 1940 diz respeito a como a velhice e a infância passaram a fazer parte de uma atenção especial quando violadas, estando novamente no mesmo grupo de preocupações, atuando como agravantes do crime pela ideia de impossibilidade de defesa. Assim, eram vistas como "circunstâncias que sempre agravam a pena", além da reincidência, o crime ter sido cometido contra criança, velho ou enfermo[39] (Código Penal, 1940).

A menção às idades no código penal de 1940 aparece quando estamos tratando da posição de infração e de quando se trata de vítimas. O fenômeno de políticas penais conformarem idade enquanto réu e influenciarem enquanto vítima traz uma articulação em torno da cronologização, que será crescente na própria prática punitiva, ao mesmo tempo que demonstra a imputação de crime à violação dos significados de infância e velhice de maneira simbólica e moral também em *instituições em família* que se desenhavam. Retomo a abordagem de Guita Grin Debert (1999) frente ao "caráter do curso da vida como instituição social" à "institucionalização do curso da vida", que "não significou apenas a regulamentação das sequências, mas também a constituição de perspectivas e projetos, por meio das quais os indivíduos orientam-se e planejam suas ações individual e coletivamente" (DEBERT, 1999, p. 52). Este processo de institucionalização curso da vida, como demonstrou a mesma autora (1999), é realizado política e juridicamente; não se restringe à família.

Enquanto pontas da instituição social curso da vida, infância e velhice [40], ao serem institucionalizadas e permeabilizarem-se com o curso de vida das organizações estatais - criadas e organizadas geracionalmente -, passarão a configurar gerações de instituições do Estado. A infância e velhice, parte e categorias do curso da vida como instituição, no acontecimento de serem institucionalizados conferiam cuidado e proteção, bem como legislação especial e punição não somente em torno de infratores e violados localizados nessas etapas do curso da

[39] Essa redação fora alterada posteriormente para "contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida; (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)".

[40] Relembro a abordagem de Guita Debert acerca de institucionalização do curso da vida; "a institucionalização crescente do curso da vida envolveu praticamente todas as dimensões do mundo familiar e do trabalho e está presente na organização do sistema produtivo, nas instituições educativas, no mercado de consumo e nas políticas públicas que, cada vez mais, têm como alvo grupos específicos" (DEBERT, 1999, p. 51).

vida, mas também para quem as violasse ou não respeitasse a infância e velhice como categorias e seus significados.

No entendimento de *velhice como identidade inconstante* (Simões, 2000), duas paisagens que seguem coetâneas– na rua e na prisão – têm elementos de heterotopia entrelaçados: a de crise e a de desvio. Para Foucault, a heterotopia relacionada à crise define os "lugares privilegiados, ou sagrados, ou proibidos, reservados aos indivíduos que, em relação ao meio humano no interior do qual vivem, se encontram em estado de crise: os adolescentes, as mulheres na época dos ciclos menstruais, as parturientes, os idosos, etc" (FOUCAULT, 2013, p. 116). Ainda, há os estados de crise que se articulam ao desvio, conformando heterotopias em que se alocam aqueles de comportamento tidos como desviante: são as casas de repouso e clínicas psiquiátricas, asilos e prisões. Para Foucault (2013, p. 117) "a velhice é uma crise, mas igualmente um desvio, já que em nossa sociedade, onde o lazer é a regra, a ociosidade constitui uma espécie".

A crise da velhice, apresentada pelo autor, nestas paisagens é acrescida pela significante terceira idade (BIRMAN, 2015) e reprivatização (DEBERT, 1999); está um discurso positivado assentado ao lazer e aposentadoria, quando, juntamente disso, estar e passar pela rua e pela prisão vão contra estas duas categorias edificadoras da moralidade da Terceira Idade. Junto e diante da heterotopia de desvio, já marcada pelo autor pelas instituições-chão dessas paisagens, prisões e asilos, as paisagens de velhices 'na rua' e as paisagens de velhices 'na prisão' não somente são heterotópicas como rearticulam seus significados simultaneamente.

No fim dos anos 70[41], o médico Heber Soares Vargas (1978, p. 103), no livro *Geronto-Criminologia: a anti-socialidade na velhice,* tratou do "elemento novo" que poderia ser indicado nas políticas penitenciárias: o "delinquente geriátrico" aparecia não como uma

[41] Vale lembrar também a menção de Manoel Pedro Pimentel (1977), durante a Conferência de abertura do II Seminário Paulista de Administração Penitenciária, em fevereiro de 1977, ao *homem velho* em unidades prisionais. Ao atentar que "Quanto ao problema carcerário, vamos dizer, desde logo, que a situação no Estado de São Paulo é aflitiva. Isso não é novidade para ninguém" (PIMENTEL, 1977, p. 379), o então secretário da Justiça de São Paulo abordou o "problema carcerário" a partir de "vagas em cárceres dos presídios de São Paulo". Prosseguiu na sua exposição que dissertava sobre estratégias de recolhimento via prisões: "Adotou-se, então, uma solução de cooperação da Secretaria da Segurança Pública com a Corregedoria dos Presídios, para o uso de alguns distritos policiais, melhor aparelhados, para recolher os presos em flagrante, sem nenhuma ou de escassa periculosidade. A sistemática está funcionando, mas é, de qualquer forma, uma solução precária, e não comporta muita demora, dado que, dentro de alguns meses, os Distritos também estarão superlotados. Não teremos condição, então, de recorrer a mais nada. Na Grande São Paulo, o fenômeno do desenvolvimento, com todas as suas conseqüências, tem ocasionado um crescimento proporcional da criminalidade. É esta, na verdade, a maior área de concentração populacional do Brasil, quiçá da América do Sul, e aqui todos os problemas sociais estão aparecendo em maior escala. *É o menor abandonado ou carenciado, em número que só se pode pensar em São Paulo; é o problema do marginal e dos marginalizados; é o problema do homem velho, é o problema do desempregado* [...]" (PIMENTEL, 1977, p. 383, grifo meu).

categoria minoritária, mas de proporções avantajadas quando pensada em termos populacionais. O autor, ao apresentar a criminalidade geriátrica, parte de bibliografias e pesquisas dos Estados Unidos e de uma pesquisa cujo campo informado foram os Estados da Paraíba, Guanabara e o Distrito Federal. Ao sinalizar o surgimento desse "elemento novo", o autor também dava contornos a essa população de "delinquentes geriátricos", como vemos a seguir.

O recorte etário das distintas delinquências geriátricas definidas pelo autor – primária e reincidente – é 50 anos. Tanto o meio como envelhecedor da paisagem prisional quanto um recorte etário específico de tal paisagem está nessa formulação. Importante recordar que as classificações etárias, como nos estudos historiográficos em torno das *paisagens de velhices escravizadas*, também consideram o meio e a expectativa de vida, outro elemento que pode ter balizado a escolha de Vargas. O criminologista definiu dois grupos entre os internos idosos, sendo o primeiro, A, "composto por criminosos ocasionais. Suas características básicas são: medo e depressão" (VARGAS, 1978, p. 105). Já o segundo, B, foi descrito por Vargas como um grupo "formado por criminosos que envelheceram na prisão, cumprindo sentenças longas. Suas características são: as de informantes e bajuladores" (VARGAS, 1978, p. 105)

O perfil delineado por Vargas (1978, p. 106) parte do entendimento da noção da pessoa idosa com as dimensões psicoemocional, familiar, sociocultural e econômica. Conforme o autor, é possível estabelecer dois grupos, os "idosos criminosos ocasionais" e os "idosos que envelheceram na prisão/reincidentes", que se diferenciam segundo aspectos "psico-emocionais", "familiares" e "sócio-culturais e econômicos", tal como se pode perceber a na proposta pelo autor (1978, p. 106). Os aspectos Psico-emocial, Familiar e Sócio-cultural e econômico foram destacados por Vargas. Nessa relação e classificação, em termos do primeiro aspecto, o autor caracterizou o grupo A como aquele composto por "Medrosos; tímidos; calados" e B por "Valentões; desembaraçados; tagarelas". Quanto à dimensão familiar, caracterizou integrantes do grupo A como "Dependentes; de grande afetividade" e do grupo B como "Independentes; de pouca afetividade". Por fim, no último aspecto definido pelo autor, o grupo A foi descrito como "De classe média; com profissão definida; regular círculo de amigos; instrução igual ou superior ao 1^{O} grau; com tendência ao isolamento" e o B, "De classe baixa; sem profissão definida; sem amigos ou com amizade com ex-detentos; sem ou com pouca instrução; sociável".

Vargas diferencia a *passividade e a agressividade* da conduta do interno idoso a partir de seu tempo de reclusão e ou reincidência. Enquanto os pacíficos são definidos como o grupo idoso preso pela primeira vez, a agressividade surge nessa narrativa como uma resposta ao tempo na prisão. Relacionado a ambos os grupos o desafio era grande, conforme o autor:

> De modo geral, todavia, esses criminosos idosos oferecem à administração carcerária um vasto subsídio para problemas diversos e específicos, entre os quais pode citar:
> deteriorização intelectual e emocional que são aceleradas durante o aprisionamento;
> regressão psicológica a níveis infantis;
> ausência de motivação ao estudo, à leitura ou outra forma de recreação;
> resistência física deficitária;
> ausência de estímulos para a reabilitação social (VARGAS, 1978, p. 107-08)

Apesar destas definições se apresentarem, nos termos dos estudos prisionais, como uma perspectiva que realça a noção de Instituição Total, chama a atenção as preocupações de Vargas (1978, p. 108) no que concerne ao tempo de vida da Pessoa Idosa sob regime penitenciário, mas também a relação que o autor traz do "lugar para o homem idoso em geral" (p. 108). Segundo o autor, a sociedade tem poucos lugares para o homem idoso, e menos ainda para o "velho prisioneiro ou ex-detento", dificultando as chances de "adaptação" ao "ex-interno". Esse seria um dos fatores para a reincidência do velho criminoso. Outro fator seria a ausência de amigos ou famílias, bem como de "alojamento" e condições econômicas. Para Vargas: "nestes casos, o ex-interno idoso pode tornar-se um dependente permanente da sociedade". Conclui, ainda, que "o *criminoso idoso, fora ou dentro das prisões*, apresenta um sério problema para a comunidade social, problema este que poderá se tornar mais evidente com o aumento progressivo da vida média e da criminalidade geriátrica (VARGAS, 1978, p. 108, grifo meu)

Vargas anuncia a possibilidade de um discurso político em torno de gerações e política a partir do dinamismo que a expectativa de vida traz. Os *centros de acolhida especial para idosos* (CAEI) são ponto de encontro de acontecimento tecidos por relações também com essas subalternidades. A questão evidenciada pela análise dessas temáticas nos censos de população em situação de rua e na etnografia, primordialmente pela *Estação Sentinela* e na entrevista com uma assistente social, foi justamente o entroncamento dessas instituições nas trajetórias que ali se encontram.

Além disso, embora em políticas públicas as populações *em situação de rua* e *idosa* sejam separadas, *uma separação difícil entre elas*, em outros momentos históricos, já foi pontuada por pesquisadores. Groisman (1999) ao tratar da história do Asilo São Luiz para a *Velhice Desamparada,* que funcionou entre 1890 até meados da década de 1920, destacou a necessidade de definição pública de quem realmente merecia e deveria ser assistido "segundo critérios que visassem a preservação da ordem e combatessem a ociosidade e os "vícios" que caracterizavam a vadiagem" (GROISMAN, 1999, p. 73). O amparo e a repressão como dicotomia eram presentes e influenciaram a formação das imagens da velhice asilada. Importante também veicular a referência do autor quanto à posição da Assistência Social em tal contexto: "A

assistência social, no início do século, era um terreno bastante complicado. Ao mesmo tempo em que as instituições filantrópicas floresciam, a população nutria sentimentos bastante ambivalentes em relação à pobreza urbana" (GROISMAN, 1999, p. 73).

Em outro texto, o autor retratou a velhice institucionalizada como aquela que opera "de modo a encobrir uma série de categorias – moribundos, alienados, indigentes, pobres, inválidos e outros" (GROISMAN, 1999, p. 169). Por fim, no artigo Velhice e história: perspectivas teóricas, de 2001, Groisman aborda os asilos de velhos como uma tecnologia de diferenciação que "parece ter operado para moldar a velhice" (2001, p. 53). A fundação de asilos de velhos, na perspectiva do autor, representa o reconhecimento da velhice como alvo de prática institucional, fundada, na virada do século XIX para o XX, na caridade:

> Funcionando como elementos de separação e demarcação da velhice – uma separação espacial, o asilo contribui para a criação de novas imagens da velhice. Contidos pelos muros do asilo, aqueles que lá ingressavam tornavam-se homegêneos (por sua velhice) e ganhavam visibilidade social simplesmente para a velhice desamparada (GROISMAN, 2001, p. 54).

Deste modo, relacionar os temas instituições, rua e envelhecimento na *Estação Sentinela* toca em estereótipos e remete a historicidades múltiplas. Nas agendas públicas, *a situação de rua* e *velhice* aparecem como antigos e novos problemas sociais, seguindo atualmente os marcos regulatórios dos Direitos Humanos. Por outro lado, a passagem por outras instituições, tal como a *prisão*, tem aparecido nos censos de população em situação de rua e em trajetórias presentes em equipamentos públicos como aqueles destinados a "pessoas idosas em situação de rua". Desta maneira, analisar as agendas públicas em torno desses temas foi não somente um esforço para relacioná-los, como também um trajeto pelas estratégias distintas voltadas para a gestão de determinadas populações - que se diferenciam também no curso da vida. A noção de governamentalidade de Michel Foucault, como forma de poder, permite a análise de um

> conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que pretendem exercer esta forma bastante específica de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber, a economia política e, por instrumentos técnicos essenciais, os dispositivos de segurança" (FOUCAULT, 1979, p.291).

Em 2015, o CENSO da População em Situação de Rua do Município de São Paulo incluiu uma atenção mais densa ao "idosos":

> Os idosos acolhidos correspondem a 16% do total dos que se encontram abrigados. Pouco mais da metade deles se encontra em serviços destinados especialmente a idosos. Uma parcela significativa (38%) está abrigada nos CAs, que abrigam a população de rua em geral não possuindo, portanto, serviços que possam responder às demandas específicas desse grupo. Estar nos centros de acolhida não significa não ter passado pela rua.

> Estima-se que a maior parte dos idosos (69%) já tenha dormido na rua. O grupo de idosos que vive na rua é menor. Estima-se que eles correspondam a 7% dos moradores de rua (FIPE, 2015, p. 106).

O documento censitário reitera o crescimento populacional de pessoas idosas ao informar que no período de 2000 a 2015 a taxa média de crescimento dos idosos tanto na cidade de São Paulo (3,2%) como no país (3,3%) superou o da população adulta. O perfil foi caracterizado da seguinte forma:

> O perfil demográfico dos idosos acolhidos e dos que estão na rua é muito semelhante. Eles têm em média 65 anos, sendo que a maioria tem de 60 a 64 anos. Um pequeno grupo tem 70 anos ou mais. São em grande parte não brancos. Os homens são a grande maioria entre os idosos, principalmente entre os que estão na rua. A escolaridade do grupo é mais
> baixa, especialmente na rua onde se estima que 20% não sabem ler ou escrever. Em relação à origem a situação dos idosos da rua é muito semelhante à dos acolhidos. Nos dois casos, ainda que a grande maioria seja migrante, a maior parte (90%) vive em São Paulo há mais de 5 anos ou nasceu aqui (FIPE, 2015, p. 107).

A pesquisa censitária de tal ano informou que 84% do grupo “idosos aolhidos”era formada por homens e 16% por mulheres. 90% do “Idosos na rua” era composto por homens e 10% por mulheres. A idade média foi Idade média informada foi 65 anos no grupo “idosos acolhidos” e 64,7 anos, no grupo “idosos na rua”. Entre “idosos acolhidos” 59% das pessoas idosas estavam na faixa etária 60 a 64 anos e entre o grupo de “idosos na rua”, 69%. Já a faixa 70 anos e mais tinha representação de 13% no grupo “idosos acolhidos”e 8% no grupo “idosos na rua”. Divididos pelo censo em brancos e não brancos, nos dois grupos o percentual informado foi 34% de brancos e 66% de não brancos.

Sobre os trânsitos institucionais dos idosos quantificados durante o curso da vida, a pesquisa revela, pela tabela “Histórico institucional - idosos acolhidos e na rua” que 29% de “idosos acolhidos” e 29% de “idosos na rua” passaram por “Internação em alguma instituição”; 10% dos “idosos acolhidos” e 13% “dos idosos na rua” passaram pelo “sistema prisional”; 12% dos “idosos acolhidos” e 11% dos “idosos na rua” passaram por “instituição psiquiátrica”; e 10% dos “idosos acolhidos” e 12% dos “idosos na rua” passaram por “Clínicas de recuperação de álcool/drogas”.

Chama atenção a ideia de que, conforme o documento, “idosos não possuiriam um histórico institucional relevante”:

> Os idosos em situação de rua não possuem um histórico institucional relevante. Estima-se que a proporção dos que passaram por instituições de internação seja de 29%, o que contrasta com o que ocorre em outras faixas

> etárias da população de rua (FIPE, CENSO da População em situação de rua de 2015 do Município de São Paulo p. 112)

Sete anos antes, a Política Nacional para inclusão da População em situação de rua (2008) informava os índices de passagens institucionais do público entrevistado em 2007. Naquele documento, percentuais menores ao considerado não relevante no CENSO paulistano, eram considerados um quantitativo relevante: "Grande parte dos entrevistados apresentou histórico de internação em instituições" (BRASIL, 2008, p. 11), como perspectiva essa tese.

> Grande parte dos entrevistados apresentou histórico de internação em instituições. 28,1% afirmaram já ter passado por casa de recuperação de dependentes químicos; 27,0% já estiveram em algum abrigo institucional; 17,0% admitiram já ter passado por alguma casa de detenção; 16,7% afirmaram já ter passado por hospital psiquiátrico; 15,0% dos entrevistados já estiveram em orfanato; 12,2% já estiveram na FEBEM ou instituição equivalente. Cerca de 60% das pessoas em situação de rua entrevistadas afirmaram já ter passado por pelo menos uma das instituições citadas e 0,7% afirmaram ter passado por todas estas instituições (BRASIL, 2008, p. 11).

Trago essas qualificações e importâncias atribuídas em descrições e análises quantitivativas porque assim como a ato de atribuir importância a percentuais se dá a partir de enquadramentos, percentuais e narrações registrados em documentos como revelantes ou não também constroem enquadramentos.

Luiz Fernando de Paula Pereira (2016, p. 94) ao atentar a inclusão de sujeitos caracterizados como " 'excluídos'- sem vínculos familiares e sem vínculos comunitários" (idem p. 93) – em referência à PNAS e ao SUAS - em políticas sociais, nos mostra uma transformação de "moradores de rua" em "usuários" de serviços de redes socioassistenciais e uma regulação integrada. Para o autor, "a constituição de dispositivos [...] além de definirem o que seria 'morador de rua', tentam regular suas ações dentro e fora das instituições de acolhimento" (PEREIRA, 2016, p. 93-4).

Fábio Mallart e Taniele Rui (2017, p. 9), ao focarem na circulação entre centros de detenção provisória e a Cracolândia, trazem a hipótese de que "como dispositivo de circulação – indutor de fluxos – a prisão provisória contemporaneamente opera como motor de aceleração e máquina de pulverização" de um repertório prisional "que atravessa tantos outros lugares e tempos, pelo tecido social e urbano".

A longeva relação entre assistência social e segurança pública, nos seus trajetos também de nomenclatura e relacionais faz encontro com esses tantos outros tempos. Nas diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, a Constituição de 1988 é referência para tratamentos e normativas da *população em situação de rua* e *população idosa*, muito embora a historicidade da criminalização como rede entre instituição e rua remeta a

outros marcos regulatórios e à categoria trabalho. O Código Penal Brasileiro de 1890 é nesse sentido uma referência para historicizar esta criminalização. Ele prescrevia anulação de direitos políticos daquelas e daqueles condenados por vadiagem e mendicância. Contemporâneos a tal código, são também as instituições conhecidas como Patronatos, que idealmente serviriam como espaço de "assistência a egressos"[42].

Os Patronatos**,** embora mantidos pela Lei de Execução Penal 61, são ausentes em grande parte dos Estados Federativos conforme consulta ao relatório de 2008 do Ministério da Justiça. O período da trajetória de Junquilho - que será apresentada posteriormente nesta tese - entre a prisão e o centro de acolhida para idosos indica a ausência de instituições de Patronato nesses moldes prescritos. Se os trânsitos entre prisão e rua são velhos e longevos também no que concerne às pessoas mais velhas, as velhices desde há muito tempo traçam a rua, a prisão e o trânsito entre elas, bem como podem ser atravessadas pelos mesmos. A seguir apresento de forma breve uma abordagem sobre encontros das três paisagens de velhices delineadas.

As diversas existências de velhices e encontros de paisagens

> Existe na sociedade uma lepra contagiosa, que invade toda a classe de indivíduos, é a *Mendicidade*; todo aquelle em que se não acharem desenvolvidos os orgãos da actividade, da moralidade, do amor proprio, do amor da approvação, tem em si *causas organicas,* que tendem a fazel-o abraçar o *officio de mendigo*: entretanto muitos são irresistivelmente *arrastados a este estado*, que se é digno de *compaixão* em muitos casos, na maior parte é *vil* e *degradante* (VALLE, 1846, p. 2, grifo meu).

Essas são as palavras que abrem a tese de doutorado[43] *Algumas considerações sobre a mendicidade no Rio de Janeiro*, de Manoel Maria de Moraes e Valle, defendida em dezembro de 1846 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A tese foi o trabalho acadêmico mais antigo encontrado no território brasileiro sobre esse tema e é encarado, desse modo, como um primeiro saber acadêmico relacionado à população em situação de rua. Inserida tanto no campo da medicina social e higiene, bem como a produção do vínculo entre mendicidade e campo moral, a referida tese documenta alguns encontros também em torno de mendicidade e instituições. A separação em torno do *ofício mendigo* feita pelo autor é investida de um valor

[42] Devido aos limites desse trabalho, não é apresentado um trajeto específico dessas instituições. Vale destacar, entretanto, no que concerne aos Patronatos e os seus vínculos com essa tese, sua compreensão a partir das "utopias penitenciárias", projetos, nas palavras de Regina Célia Pedroso (1997, p. 21) "idealizados por juristas nos séculos XIX e XX com o intuito de sanear o problema da superlotação carcerária".

[43] No site do acervo digital da Universidade Federal do Rio de Janeiro há a informação "tese (livre docência)".

moral em torno de uma noção bifurcadora como a de sanidade. O empreendimento desta noção divide e marca as três paisagens de velhices, bem como se vincula a modelos de velhice.

Ao promover uma aliança entre regime penitenciário, trabalho e trânsito de pessoas em asilos de mendicidade, a tese de Valle fala sobre escravização, educação e outros temas que serão debatidos no que se configurou como salubridade e saúde pública: "*O cuidado mais urgente do governo* é desenvolver os princípios fecundos da moralidade" (VALLE, 1846, p. 15). Algumas de suas observações são importantes também para o encontro de paisagens: das velhices nas ruas e das escravizadas:

> 1." Os mendigos no município neutro não poderão exceder a 500: o maior numero, que temos visto reunido, monta a 110.
> *2. Ha maior abundancia de gente de côr mendiga: esta pela maior parte foi escrava.*
> *3. Entre os brancos a maior parte são estrangeiros, especialmente Porttuguezes.*
> 4. *As mulheres formão os dois terços da mendicidade: entre elas é que se encontrão bastantes filhas do paiz* [...]
> *A verdade da segunda observação se explica parte pela alforria, que costumão dar certos senhores aos seos escravos mais ou menos impossibililitados de trabalhar, parte pela-passagem súbita do estado de captiveiro ao de liberdade, que, obrando sobre homens grosseiros, os deixa entrega rem-se a vicios, que os conduzem á penúria.* (VALLE, 1846, p. 17).

O apontamento de *"maior abundância de gente de côr"* entre "mendigos*"* traçado por Valle e o friso do autor no fato de que "a *maior parte foi escrava"* são indícios de que o médico elucida sua perspectiva em torno das alforrias como um fator gerador de uma parte da população caracterizada como mendiga. Ao caracterizar parte da população branca mendiga, o autor a alude como maior parte composta por estrangeiros, especialmente portugueses.

O tatear as velhices nos estudos historiográficos foi uma maneira pela qual procurei localizá-las junto dos asilos e instituições voltadas às precariedades como maneira de pensar os próprios trânsitos de visibilidade. No que refere aos estudos asilares, Daniel Groisman (1999) pontuou que: "os asilos deixaram de ser uma novidade e passaram a configurar cada vez menos nas notícias de jornal. A fama conferida à velhice asilada paulatinamente foi substituída por uma invisibilidade" (GROISMAN, 1999, p. 83).

Essa trajetória acompanha a própria existência da velhice no Brasil, como argumenta Kátia Bernardo (2010), com base em pesquisa sobre envelhecimento em Salvador entre 1850-1900, na qual a autora localizou 10.195 pessoas entre 60 e 120 anos. Diante desse número que qualifica como "de modo geral alto", particularmente diante das más condições de vida à época, a autora argumenta que "a conquista da longevidade, ao contrário do que se costuma pensar, não é um fenômeno recente, mas vem ocorrendo paulatinamente, desde a

segunda metade do século XIX, quando um importante contingente de pessoas se tornou longevo" (BERNARDO, 2010, p. 185).

Em conjunto, os trabalhos voltados às velhices de Bernardo (2010) e Groisman (1999), bem como demais estudos de abordagem histórica aqui mobilizados, permitem uma interrupção de narrativas que se constroem sobre uma suposta homogeneidade da velhice no país, como a ideia da existência de poucas velhices antes do aumento de expectativa de vida e aumento da salubridade, temas estes difundidos oficialmente e que originam um imaginário em torno da velhice como conquista do Estado brasileiro em seu progresso. A existência de uma paisagem de velhices escravizadas, tal como procuro apontar aqui, nos permite afirmar que velhices estiveram presentes em diferentes momentos e períodos da história nacional. Vinco de velhices a partir de outros marcadores que não etários, relacionados à escravização e vinculada com não apenas outras idades, mas com feituras de idades – como foi refenciado a partir da leitura e diálogos dos trabalhos expostos -, a paisagem de velhices escravizadas conta também sobre velhices, idades e curso da vida de modo a desnaturalizar determinismos quanto a estas. Se atentar às paisagens de velhices ruas e prisões, como fora anteriormente exposto, também redimensiona a importância e a especificidade dos chãos de velhice. Estas paisagens de velhices atentam, de forma vincular com a paisagem de velhices escravizadas, concepções de feitura de envelhecer e de velhices contextualmente específicas. Deste modo, estes trabalhos são essenciais para a compreensão de que as paisagens de velhices em âmbito nacional não podem desconsiderar a importância de uma atenção frente às paisagens de velhices escravizadas, de velhices nas ruas e de velhices nas prisões. Se atentar a essas existências de velhices não somente é importante no que refere à memória como dinamiza discursos, marcados pela ideia de avanços dos direitos no país, sobre velhice como uma conquista concedida.

A Assistência Social tem um papel imenso no que refere à importância prática e ideológica dos direitos no que a escritora Cora Coralina chamou de *Tarde da Vida*[44]. Entretanto, a situação envolve muito mais precariedades e demanda, tanto local, quanto de local, do que a atribuição mais comum e difundida socialmente, a ideia contínua de *poucas velhices*. As *poucas velhices* em contextos que costumam ser retirados de narrações acerca de envelhecimento no país foram temas de distintas áreas e momentos de formação nacional por estarem vinculadas a determinadas paisagens. Toda a economia financeira e moral que as velhices geraram neste país já a firmam como construtoras e permite relacioná-las com intergeracionalidade de

[44] Em "Ressalva", Cora Coralina aciona o tarde da vida: "Este livro foi escrito por uma mulher que no tarde da Vida recria a poetiza sua própria Vida. Este livro foi escrito por uma mulher que fez a escalada da Montanha da Vida removendo pedras e plantando flores. Este livro: Versos... Não. Poesia... Não. Um modo diferente de contar velhas estórias" (2012, p. 17).

distintas maneiras. Enquanto velhices escravizadas, ex-escravizadas, em rua e em prisão, já antigas e compositoras de Paisagens, um outro tipo de instituição passará a compor essas paisagens a partir da área da assistência social de modo específico no município de São Paulo. Se os asilos já edificados também tinham bastante tempo de vida, a assistência social, até então vinculada a projetos e expectativas de mobilidades interinstitucional, com o campo de reconhecimento do serviço social em termos profissionais e de saber, se transformaria, mais adiante em termos cronológicos, como política pública. Na transformada conjuntura buscava-se, dentro de tal campo profissional, também recomposições. Em grande medida, tal recomposição relacionou novas instituições e novos paradigmas direcionados aos público-alvo, mas não se desvinculou da institucionalização do curso da vida (DEBERT, 1999), presente e feitora não somente dessa, mas de várias governamentalidades.

O trajeto desse capítulo foi reunir trânsitos entre paisagens de velhices sob a atenção de mobilidade entre instituições e contextos sociais, bem como de circulação institucional de pessoas mais velhas a contar do período colonial. Ainda na primeira parte da tese, o próximo capítulo se aproxima da discussão entre velhices e situações de rua numa temporalidade mais próxima à da simultânea formação e ocupação de paisagens como a Estação Sentinela.

CAPÍTULO II- Veias das paisagens de velhices: CAEIS, um re(conhecimento) e versão de entroncamentos

Nesse capítulo, a contar de processos de consolidação da assistência social como política pública, me atenho a uma instituição do final da década de 90, chamada Casa-Lar, no município de São Paulo, por meio da apresentação do trabalho de Roberta Boaretto (2005) e da interlocução com quatro profissionais da Secretaria de Assistência Social de São Paulo. O fio condutor está circunscrito à tese de tal projeto como propulsor de instituições específicas para pessoas idosas em situação de rua e como um projeto-piloto do que vieram a se tornar tais instituições, a saber os CAEI. O referido projeto, além de alinhavar os *Centros de Acolhida especial para Idosos*, em movimentos de continuidade e antítese, também se emaranha direta e indiretamente à memória de trajetos da assistência social no município na narrativa de quatro interlocutoras que serão apresentadas adiante.

Uma ressignificação: a Assistência Social como Política Pública

Os anos 90 se emaranham de forma macro e micropolítica ao que veio se desdobrar como CAEI. Thais Marin (2012), que se debruçou em sua dissertação de mestrado na política de

assistência social em São Paulo a contar da Constituição Federal de 1988, abordou a ênfase do processo de redemocratização do país e de tal constituição na consolidação da assistência social como política pública[45]: "sob o ponto de vista da assistência social, o início do processo de reforma rumo a um sistema de proteção social efetivo se deu somente com a Constituição Federal de 1988 (CF)"(MARIN, 2012, p. 47).

Embora tenha sido fundada em 1942 por Darcy Vargas, a Legião Brasileira da Assistência (LBA) se vincula com a década de 1930, a contar do Serviço Social, e com os anos 1920, a partir de relações entre trabalho, educação e gênero em âmbitos nacionais que ganhavam contorno[46]. Desde sua criação, a LBA foi presidida por primeiras damas e seu paradigma em torno de um fazer assistencial se refere também como solo firmador de gênero, família e Estado. Como apontou Marin (2012, p. 45) a LBA[47]

> fundou um paradigma do fazer assistencial que persistiu, pelo menos, até a década de 1990. A instituição veio para firmar a assistência social não como um dever público, mas como fruto da solidariedade da família brasileira, sobretudo das mulheres. Os diversos empreendimentos estaduais e municipais encabeçados pelas primeiras-damas dos governos e pelas da iniciativa privada, aliados ao voluntarismo civil, ajudaram a compor o cenário dessa assistência despolitizada.30 Vê-se, portanto, que o primeiro modelo estatal para a assistência social, o modelo da Era Vargas, se consolidou tendo por base a centralização de ações, as subvenções e a filantropia.

[45] "A década de 1980 foi marcada pelas articulações em torno da redemocratização do país e da reforma da constituição brasileira e, por conseguinte, do debate sobre o papel da assistência social enquanto política pública. Nesses termos, em 1986, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) instalou a Comissão de Apoio à Reestruturação da Assistência Social, da qual faziam parte técnicos do órgão, e que tinha por objetivo preparar um levantamento que subsidiasse as proposições do setor. Desse movimento inicial de rediscussão, que foi o embrião da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), também fizeram parte a LBA, por meio da Associação Nacional dos Trabalhadores da LBA (Anasselba), universidades, em especial a PUC-SP, órgãos de classe, gestores públicos e profissionais ligados ao setor" (MARIN, 2012, p. 47).

[46] Embora o curso de nível superior Serviço Social tenha sido oficializado no Brasil através da Lei n° 1.989/53, o Centro de Estudos e Ação Social, conhecido como a primeira escola de Serviço Social na historiografia dessa aéra profissional, foi criada em 1936. Importante notar também que a lei menciona diplomatura a "Assistentes Socias" e "Agentes Sociais". Cabe destacar, ainda, que em termos dos anos 30 e antes da regulação da profissão, em 1935, no estado de São Paulo, foi criado, pela Lei nº 2.497, de 24/12/1935, o Departamento de Assistencia Social.

[47] Para uma leitura acerca da LBA em torno de gênero e trabalho voluntário, ver Barbosa (2017), para quem a LBA, com "o ideário de "[...] amparar os soldados brasileiros e seus familiares" pelos "[...] brasileiros de boa vontade" […] teve, desde o início, parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino" (BARBOSA, 2017, p. 18).

No fim da década de 60, esse extinto órgão publico brasileiro passou a ser vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social. No fim da de 70, ao Ministério da Previdência e Assistência e no primeiro ano da de 90, ao Ministério de Ação Social.

Em tal gestão, a de Fernando Collor, junto da presidente da LBA, a primeira dama Rosane Collor, a instância compôs objeto de investigação por desvio de verba. Se somente em 1995 a LBA foi extinta pela então gestão de presidência de Fernando Henrique Cardoso, em 1993, seus contrapontos em torno da assistência social do país, por meio de espelhamento, estiveram presentes em um marco também referência da área assistencial. Em 1993, "no auge da desmoralização da LBA", nas palavras de Thais Rodrigues Marin (2012, p. 48), foi instituída a A Lei nº 8.742, - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Tal aparato, que dispôs sobre a organização da Assistência no Brasil, dispunha também sobre o fim da LBA. A relação da Lei com o termo *Menina* feita por Aldaísa Sposati (2004) nos é interessante pela atribuição à infância como operadora de futuro, bem como a menção a laços consanguíneos, maternidade e paternidade[48]. Sposati (2004, p. 69) ao tratar do período de tramitação da lei e chamar as outras leis referentes à seguridade social de irmãs considerou que:

> a menina LOAS que havia recebido em seu registro-lei que sua família teria comando único logo percebe sua sina é a de viver de duas mães. A pobre, que lhe é mais próxima, e a mais abonada, até por ser a primeira dama, que não quer conversa com a menina por vê-la como assistencialista. É a reprodução da apartação do estigma.

A gestão de governo que iniciou um trajeto aproximado da Estação Sentinela e dos encontros entre velhice e situação de rua em São Paulo, a contar da Constituição de 1988 e do envolvimento desta com a assistência social, foi o de Luísa Erundina. Para Marin (idem, p. 77),

> Ao assumir a prefeitura de São Paulo, era de se esperar que a trajetória de Erundina como militante na área da assistência social refletisse nas ações a serem postas em prática por esse setor de política, sobretudo por se tratar de um momento político propício a inovações sociais, de modo mais geral, proporcionado pela CF enquanto conjuntura crítica, e na assistência social, em particular – afinal, a Loas estava em construção.

Marin (idem, p.78) considera duas ações inovadoras nessa gestão:

> A primeira diz respeito à criação da primeira política permanente para atendimento à população moradora de rua. Até 1989, as ações voltadas a esse público se restringiam à manutenção de dois albergues conveniados. Somado a isso, no governo Erundina, foram instaladas as primeiras sete casas de convivência para essa população. A "Operação Inverno" foi outra ação

[48] Sposati (2004) ao tratar da moral republicana traz a Loas como a menina que veio corrigir.

> criada para esse público. A prefeitura firmou convênios com entidades sociais para, nos dias de inverno intenso, acolher essa população em locais abrigados (p. 78).

Geração de renda e inclusão produtiva compuseram a política de assistência social. O projeto Produção Associada de Bens e Serviços (Pabes), com moldes apontados por Marin (2012) similares às cooperativas produziam renda a partir de trabalho, comida e artefato: padarias, cozinhas comunitárias, oficinas de roupas e fábricas de blocos.

Um dos demais vincos do governo, evidenciado por Marin, fora a gestão participativa e aqui é necessário lembrar também da criação do grande conselho municipal do idoso. Ao comentar sobre as entrevistas com os funcionários, a autora destaca o objetivo, "qual seja, o de pensar a política como direito, como obrigação do Estado, e não como favor prestado à população. Essa reflexão crítica estava embasada pelas proposições, ainda em tramitação, da Loas" (p.80). Além disso, o intento a "uma nova concepção de assistência social, negando o caráter emergencial e de tutela e construindo experiências que tivessem por ideal o atendimento massivo" (p. 81).

A respeito da gestão seguinte, de Paulo Maluf, a autora indica período de política pública assistencial na contramão da assistência como direito. No ano de encontro entre a gestão de Maluf e a política de assistência social, a Loas havia sido promulgada e na então Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (FABES), conforme Marin (2012), não foi permitida a discussão da lei em âmbito municipal e o diálogo entre equipes também não acontecia; "cada uma delas cuidava de seu programa e respectivo público – crianças, idosos, deficientes, etc." (MARIN, 2012, p. 83).

Conforme a autora (2012, p.84), os únicos programas que "contavam com objetividade na descrição de ações" eram creches e os Centros da Juventude. Desta forma, nos programas voltados a outros públicos, "como idosos, deficientes e população moradora de rua" eram apresentados de forma genérica, sem uma descrição de ação específica. Marin (idem, p. 84) também destaca o distanciamento da assistência social como direito, bem como sua aproximação com o higienismo:

> Apesar da falta de projeto, para a população de rua, no entanto, foram iniciadas as "operações antimendigos", implantadas pela prefeitura no centro do município. Funcionários jogavam água fria nos sem-teto para removê-los dos locais onde dormiam, além de recolher e incinerar seus colchões e cobertores. As ações, segundo o então administrador regional da Sé, faziam parte de "um amplo programa de limpeza do centro", já que a limpeza era uma "questão de saúde pública".

Ao atentar as *Tecnologias de Expulsão*, Simone Frangella (2005, p. 201) frisou "mecanismos de interferência no cotidiano dos moradores de rua". Conforme a autora, "No caso

de São Paulo, intervenções do tipo tornaram-se visivelmente agudas na década de 90, com o surgimento de uma "operação antimendigo", uma forma de expulsão dessa população de locais do centro da cidade, através da eliminação de pertences e dejetos acumulados pelos moradores de rua. Tecnologias de expulsão fizeram parte da operação, criando, no início da década, a "arquitetura antimendigo". Essas tecnologias foram iniciativas da sociedade civil, parte da opinião pública e administradores regionais, incentivadas pela ausência de uma política dirigida a essa população, e consistiam em: grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros na frente de alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises." (FRANGELLA, 2005, p. 201)[49].

Na pesquisa de Marin duas novidades de gestão podem ser colocadas no período de Maluf. Uma, que a autora chama de emblemática, e aqui é compreendida como complementar às "operações antimentigos", esteve relacionada à Guarda Mirim Metropolitana, vinculando a Guarda Civil Metropolitana à Assistência Social numa programação voltada a crianças e adolescentes em situação de rua.

A segunda se trata da criação, em 1995, do Programa de Atendimento à Terceira Idade:

> A instituição de uma rubrica específica no orçamento da assistência para o atendimento aos idosos talvez tenha sido o único mérito da gestão. A novidade, na verdade, foi reflexo da edição da Política Nacional do Idoso, promulgada pelo governo federal em 1994. Concretamente, a política, cujo objetivo era o de oferecer atividades e benefícios materiais a esse público, era realizada junto aos Centros de Convivência e às entidades conveniadas e nos plantões sociais (MARIN, 2012, p. 85).

A seguir, apresento a instituição no fim dos anos 90 que pode ser considerada, como na ocasião dessa tese, simultaneamente antítese e pilota dos CAEI.

Uma Instituição Híbrida e Resquícios

Roberta Cristina Boaretto (2005), em sua dissertação de mestrado, analisou a criação da Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula. Compreendida pela autora como uma política pública em torno de velhices em situação de rua, a Casa-Lar foi aberta em 1999, e ficou

[49] Um diálogo entre Tecnologias de Expulsão com a continuidade do artigo 59 na Lei das Contravenções, decreto-lei 3.688 de 1941 e o Projeto de Lei 3158/21 que visa revogar o artigo 59, caput e parágrafo único do Decreto-Lei nº. 3.688/1941 –Lei de Contravenções Penais está na nota 21.

marcada pela criação de moradia provisória para dezesseis pessoas idosas que viviam em albergues e nas ruas de São Paulo. Idosos de rua e velhos de rua são termos utilizados pela autora. Ao tratar da década de 1990 e do I Seminário de População em Situação de Rua[50], de 1992, a autora faz o balanço de que:

> É importante registrar que as noções trazidas por estes profissionais, juntamente com o olhar da literatura, da fotografia e dos documentários mostram, num primeiro momento, uma heterogeneidade da população de rua que impede uma caracterização única e apontam para a diversidade das formas de ser e estar nas ruas. Por outro lado, no conjunto das práticas sociais – estatais, efetivadas pelos órgãos administrativos municipais, ou ainda as não estatais, realizadas pelas [Organizações não Governamentais] ONGs – analisadas, ressalta-se a busca de uma homogeneização da perspectiva a respeito da população de rua, apreendida em um bloco indistinto. Esta forma de apreensão da realidade faz com que a questão da velhice nas e das ruas perca sua singularidade, tornando-se invisível e configurando um desafio para a formulação de políticas sociais mais específicas.

Segundo a autora, a proposta do que veio a se constituir como híbrido de abrigo, moradia provisória e casa de convivência teve origem em um grupo de discussões relacionado à Casa de Convivência Porto Seguro, mantida por uma instituição assistencial. O aumento do número de pessoas idosas que usavam o serviço juntamente às dificuldades em filas para tomarem banho, se alimentarem dentre outras atividades, foram os marcadores de "necessidades diferenciadas" (BOARETTO, 2005, p. 79). Como já discutimos no capítulo anterior, permeavam nesses processos uma ideia de "envelhecimento precoce", já que nesse contexto havia permissão para a inclusão de pessoas com mais de 50 anos, "uma vez que o trabalho com população de rua mostrava a existência de um 'processo de envelhecimento precoce', flexibilizando a redução da idade em que considerariam as pessoas que viviam nas ruas como idosos" (BOARETTO, 2005, p. 79). Ao mesmo tempo, tais discussões na Casa de Convivência Porto Seguro teriam aparecido no Fórum Estadual das Minorias, em 1996[51]. No fórum, os idosos apresentaram pontos como a inadequação de espaço físico e a convivência com pessoas de outras faixas etárias. A partir daquele encontro, o tratamento diferenciado para idosos como em filas, e horários especiais em casas de convivência e albergues passaram a ser dinamizados. Conforme Boaretto:

> A necessidade de criação de uma instituição destinada especificamente a idosos surgiu, portanto, da insatisfação dos mesmos com os albergues, mas

[50] Seminário tratado pela segunda edição 9 do Jornal O Trecheiro.

[51] O Fórum foi promovido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – que tinha como objetivo organizar o Programa Estadual dos Direitos Humanos (BOARETTO, 2005, p. 80).

> também de um pressuposto da casa de convivência de que eles não se adequavam ao serviço oferecido.
> Os albergues, segundo os moradores da Casa-Lar, tinham horários de saída muito rígidos – por volta das cinco horas da manhã. Os velhos eram desrespeitados por serem mais lentos do que os mais jovens ao fazer suas tarefas e, além disso, não tinham onde ficar durante o dia e permaneciam "jogados" nas ruas (BOARETTO, 2005, p. 79).

Importante notar o diálogo entre insatisfação, especificidade, não adequação e conflitos intergeracionais em albergues na necessidade de uma instituição como a Casa-Lar atentado pela autora. A casa de convivência, vinculada à na época FABES, manteve as reuniões com "assistentes sociais responsáveis pelo segmento do idoso na região" (BOARETTO, 2005, p. 81)[52]. Tanto para as assistentes sociais da FABES quanto para as da Casa de Convivência Porto Seguro as reuniões orientaram uma compreensão de que

> *não bastaria criar um albergue diferenciado para idosos por causa das necessidades que eles tinham, uma vez que não conseguiriam sair daquela situa*ção, por exemplo, encontrando trabalho. *Além disso, a maioria era alcoólatra e tinha dificuldade em manter os vínculos familiares*. Assim, *a proposta formulada deveria contemplar um espaço de permanência para os idosos durante o dia, configurando uma instituição nos moldes de uma casa e não de um albergue* (idem, grifo meu).

É diante dessa não provisoriedade que a Casa-Lar se desenvolveu como proposta de casa e não albergue. Aqui residiu a grande diferença em termos de política de para pessoas envolvidas dentro dessas caracterizações; articulavam-se, em tal projeto políticas de assistência social e de moradia.

A ênfase nas proposições relacionadas à impossibilidade de saída da situação de rua, vinculada a indagações deste "sair" frente à idade, alcoolismo e trabalho no referido projeto, desperta questões em torno do álcool vinculado tanto à doença quanto à moralidade. Por conseguinte, circunscreve também a ideia de impossibilidade de retorno à casa e ou família consanguínea. Conforme Delma Pessanha Neves (2004):

> sendo o alcoolismo definido como doença, por um lado está em jogo o poder de quem diagnostica e reivindica a legitimidade do enquadramento social. Definido como produto de uma vontade lábil ou do desabono da pessoa moral, está em jogo, por outro lado, o poder de quem desmoraliza (NEVES, 2004, p. 11).

A perspectiva do álcool como dissolvente junto das demais caracterizações assentou uma política de residência, de explicitamente estabilidade a contar do vinco entre álcool, doença e moralidade: "os modos moralizantes de representação do alcoolismo: seus

[52] Como referenciou Marin (2012), até a gestão de Marta Suplicy, na política de assistência social, as divisões dos serviços se davam por meio de segmentos, muitas vezes relacionados ao curso da vida, sendo, a partir de tal gestão, relacionadas a partir do paradigma de seguranças e a vulnerabilidades.

efeitos sobre a construção das relações sociais e sua atribuição como fator dissolvente de unidades sociais fundamentais como família, ou perturbador do exercício de papéis básicos como trabalhador-esposa" (idem). Boaretto (2005, p. 86, grifo meu) também mostra que no processo de seleção da Casa-Lar

> *Um dos critérios estabelecidos nas reuniões foi de que não poderiam ser idosos vindos diretamente das ruas*. Seria necessário que eles já participassem de algum grupo de discussão e que *já estivessem de alguma forma institucionalizados, ou seja, que seguissem regras e horários*. Poderiam ser idosos que estivessem também na rua, mas que freqüentassem as casas de convivência, que seriam a ponte para a Casa-Lar.

Essa atribuição a alguma forma de institucionalização ou de convivência informa uma compreensão de convívio também com regras. Ao vincular ações para a população em situação de rua e para velhices a contar da narrativa de uma interlocutora que trabalhou no projeto Casa-Lar, Boaretto menciona que havia

> interesse em trabalhar com população de rua, mas sem especificar ações para os idosos que estão nas ruas. No seu entendimento, fazia-se necessária uma ação direcionada para este segmento que, na verdade, entraria como uma das faces de uma política municipal para o idoso, integrando diversas secretarias municipais (idem, p.94).

Frente ao período permitido de moradia na Casa-Lar a atribuição de um ano visava construir um período para "condições de se reestruturar e de sair" (idem, p. 96), visto que, conforme a mesma autora, tal instituição era entendida pela Secretaria de Assistência Social naquele período não como "uma política pública porque atendia um número muito pequeno de pessoas e tinha um custo muito alto" (idem). Boaretto também informa que a institucionalização do grupo mediante a tentativa de maior visibilidade, extravasou aquele espaço em consonância às estratégias de sensibilização social. Assim, a emergência de um espaço público, com o objetivo de tornar públicas as necessidades de um segmento específico, neste caso, os "velhos de rua" (BOARETTO, 2005, p.98), se amalgamava a urgência dos sujeitos idosos envolvidos no projeto da Casa-Lar:

> Alguns idosos que vinham dos albergues e freqüentavam as reuniões constantemente pediam vaga na Casa-Lar. Eles não compreendiam como havia somente 16 pessoas num espaço tão grande quanto aquele: "Mas eu só queria um cantinho para colocar um colchãozinho e dormir sossegado", disse um deles, certa vez. No momento em que isso se manifestava, as supervisoras da casa argumentavam que eles tinham que incorporar melhor a noção do que era uma casa, para querer um espaço melhor e mais digno. A concepção dos idosos que estavam nos albergues sobre o que deveria ser um espaço para idosos de rua era divergente da proposta que se concretizou (BOARETTO, 2005, p.99).

Desta forma, a própria noção de casa e instituição passaram a ser disputadas no processo de permanência, aceite ou expulsão na Casa-Lar. Boaretto (2005, p. 129) indicou que regras estabelecidas na instituição resultaram na reprodução das práticas sociais destinadas aos moradores de rua, o que se refletiu "no processo de expulsão dos moradores que não se adequavam às normas. Os moradores que facilmente se adaptavam à instituição não eram visados, o que não acontecia com os mais próximos ao modo de vida nas ruas". É nesse sentido que a autora refere a criação e reprodução de uma hierarquia "nas relações entre os moradores e entre funcionários e moradores, que os diferenciava e melhor os tratava conforme estivessem mais adaptados aos esquemas internos da instituição (BOARETTO, 2005, p. 129). Em sua observação, a articulação em torno das velhices e situação de rua contemplaram o que a autora chamou de dupla marginalização e desqualificação das duas dimensões, "morador de rua" e "idoso":

> as informações de funcionários da instituição e os relatos dos moradores mostraram que a Casa-Lar acabou por reproduzir uma estrutura vigente de desqualificação do morador de rua e do idoso, fazendo com que os sujeitos desta ação política fossem duplamente marginalizados, uma vez que neles se sobrepunha a velhice e o mundo das ruas. Isso resultou em uma associação da imagem negativa do velho, composta pela teimosia, intransigência e decrepitude, com a idéia de vagabundagem e desleixo que perpassa a imagem do morador de rua (BOARETTO, 2005, p. 130)

A própria publicização da situação vivida, longe de veicular a noção do problema da velhice em situação de rua como coletiva, manteve-se em termos individuais. Misturadas às disputas de significado de casa e instituição, bem como processo de permanência na mesma, "O que se viu, no entanto, foi a ação política que se fez mais em nome dos próprios gestores e das demandas de um campo político, do que em razão dos sujeitos que dizia defender" (BOARETTO, 2005, p. 130), sem a promoção de uma "reestruturação da concepção vigente sobre os idosos que vivem nas ruas, mostrando a ausência de uma política efetiva e abrangente" (idem).

Menos então do que reconhecimento de emergência de um segmento populacional entre a população em situação de rua e mais vinculado às rotinas de adequação, o processo da Casa-lar, na análise de Boaretto (2005, p. 169-170) relacionou dimensões restritivas de uma política social:

> "que atua, não com a dimensão social que lhe compete, mas em função de demandas imediatas e interesses específicos. Por todo o contexto analisado, observa-se que o velho, em particular, e a velhice nas ruas não se caracteriza como prioridade pública".

A autora também evidencia que a Casa-Lar, na arena de visibilidade e reconhecimento, permitiu, entretanto, "visibilidade pessoal para alguns moradores, uma vez que se tornaram representantes dos idosos da instituição no Grande Conselho Municipal do

Idoso – GCMI – e organizaram um grupo de reivindicação por moradia, o GARMIC" (BOARETTO, 2005, p. 171). O Grupo de Articulação para a Conquista da Moradia do Idoso (GARMIC)[53] é um movimento social de pessoas idosas, com foco na moradia na cidade de São Paulo. Rodrigo Cardoso Bonicenha (2019), em sua tese de doutorado, se atentou a esse movimento social e à Vila dos Idosos (2007), empreendida pelo GARMIC[54].

Parte do Programa Municipal de Locação Social, A Vila dos Idosos como conjunto habitacional iniciado na gestão da prefeita Marta Suplicy (2001-2004) e aprovada em 2002 está circunscrita a processos vinculados à Casa-Lar, assim como a Estação Sentinela. A questão relacionada a ambos se dá em grande medida em torno de moradia e moradia provisória, essa sim sedimentada pela pasta de assistência social e relacionada à população em situação de rua[55].

Olga Quiroga (2007, p. 215) abordou o GARMIC a contar das limitações da tanto da Casa-Lar quanto sobre o direito à moradia definitiva:

> Assim nasceu o Garmic – Grupo de Articulação para Moradia de Idosos da Capital. Esse movimento nasceu em 1999, na Casa-Lar e Convivência São Vicente de Paula, que, por meio de aulas sobre cidadania, tentava resgatar a dignidade de um grupo de moradores de rua para incluí-los na sociedade. Eram quinze pessoas, entre homens e mulheres muito diferentes entre si, no seu jeito de agir, ser e pensar, que se juntavam a moradores de albergues e participavam da convivência da Casa-Lar. Em todos os encontros e discussões coletivas sempre se chegava ao mesmo ponto. O grande desejo de todos era ter um canto onde morar, para poder ter privacidade e não serem incomodados.
>
> Dessas aulas também participavam os Movimentos do Centro que lutavam por moradia, Fórum de Cortiços, União de Lutas dos Cortiços e Movimentos de Moradia do Centro filiados a UMM – União Movimentos Moradia. Eles davam apoio e informações que os idosos foram assimilando e transformando com muita facilidade. Como se falava muito em Moradia Provisória e Casa de Passagem, certo dia, um dos moradores, *Adriano*[56], levantou-se, pediu a palavra e questionou:
>
> – Por que moradia provisória? Casa de passagem? Passagem para onde? Para o céu ou para o inferno?
>
> Silêncio total: e ele continuou...
>
> – Não existem projetos de habitação neste município para idosos! Precisamos pensar em alternativas para nós idosos, pois nada cai do céu!

[53] Não utilizo pseudônimo para a Vila dos Idosos e para o Garmic devido às narrativas em torno de memória institucional empreendida pelo movimento em referência a tal instituição, bem como pesquisas já publicadas. O mesmo vale para a Casa-Lar. Quanto às outras instituições, apesar da complexidade em torno da possibilidade de anonimato completo, desde localização até notícias, busco não usar o nome oficial.

[54] Segundo o autor, o "GARMIC, Grupo de Articulação para a Conquista da Moradia do Idoso da Capital, é um movimento social de pessoas idosas, que busca garantir o acesso à moradia na cidade de São Paulo. O movimento social é formado em 1999, conquista a construção da Vila dos Idosos, inaugurada em 2007 e permanece ativo na militância pela moradia em São Paulo" (BONICENHA, 2019, p. 99).

[55] Para uma leitura sobre a Vila dos Idosos, GARMIC e habitação frente a multidimensionalidade do envelhecimento, ver Bonicenha (2019).

[56] Flora se referiu mais de uma vez ao Adriano conforme seu nome verdadeiro, não aqui mantido, e pediu em entrevista que uma foto dele fosse exposta se possível.

> Se existem tantos movimentos de moradia, por que não montar um movimento de moradia para idosos, para defender os direitos que nós, idosos, temos de ter uma moradia definitiva?

A formulação em torno da reorganização por parte de Quiroga (2007) é pertinente para difusão a contar de pastas não só de movimentos sociais, como da própria assistência social e demais instâncias. Na perspectiva empreendida nesse trabalho, o Caei está ligado a uma reorganização por parte de demandas da política de assistência social em torno de instituição e afastamento da ideia de lar e Casa no que concerne a velhices em situação de rua, conforme o trajeto da Casa-Lar exposto por Boaretto. Deste modo, se por um lado os empreendimentos dos CAEI partiram de um solo que edificou também compreensões, valores e moralidades em torno de instituições, moradias, provisoriedade e não provisoriedade, há de contarmos nessa *trama institucional* (GREGORI, 2000)[57] a chegada do Sistema único de assistência social (SUAS), sua consolidação e posteriormente a tipificação municipal dos Centros de Acolhida especial (CAE) cuja uma das modalidades é o *Centro de Acolhida Especial para Idosos* (CAEI).

Desmembrados em mais de um eixo os cômodos da Casa-Lar afastaram de maneira enfática o projeto piloto em modos distintos de sedimentação referentes a significado e formas de moradia. Enquanto a Vila dos Idosos se configurou em torno de moradia permanente, os CAEI se configuraram em torno da moradia provisória. Uma outra instituição aparecerá como companhia e companheira nas tipificações de modos de morar: as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

A Portaria Secretarial Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social Nº 28 de 29 de agosto de 2008 definiu[58] *Centro de Acolhida Especial para Idosos em situação de rua* e Instituição de Longa Permanência para Idosos. Como vimos na Introdução, enquanto a primeira instituição, compreendida como serviço na agenda socioassistencial, se vincula às noções de autonomia e autossuficiência, a ILPI está ligada ao entendimento de grau de dependência. No que tange às observações na etnografia, durante o período de campo, trânsitos feitos à ILPIs se

[57] Maria Filomena Gregori (2000, p. 159), ao analisar o campo institucional de atendimento "aos meninos de rua na cidade de São Paulo entre 1991 e 1995", referenciou "resistências e disputas que atravessam as intervenções e as ações relativas à infância e à adolescência e conformam uma trama institucional de efeitos perversos"(GREGORI, 2000, p. 165). Gregori, convencionou, dessa forma, uma trama institucional; "Para descrever essas relações, a noção de uma trama institucional é particularmente interessante na medida em que supõe a existência de uma rede formada por uma gama de instituições e atores, cuja trama, por sua vez, revela a existência de conflitos que, na prática diária, acabam por impedir o desenvolvimento de padrões ou procedimentos que se consolidem como soluções" (GREGORI, 2000, p. 165).

[58] Disponível em: < http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-sec-mun-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-28-de-6-de-setembro-de-2008/consolidado# >.

deram em torno de narrativas vinculadas à saúde mental e à noção de autonomia cognitiva, sem diagnósticos informados, mas borrando fronteiras acerca de efeitos "de idade"e "de meio" para cada uma de tais narrativas.

A seguir, encaminho a última parte desse capítulo, em que trago narrativas de quatro profissionais da área da assistência social acerca da Estação Sentinela e suas significações, em conjunto com a modalidade CAEI. Antes, entretanto, apresento suas trajetórias profissionais.

Trajetórias e Projetos: institucionais e profissionais

Enquanto nessa seção, me atento a trajetórias de quatro profissionais da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, concursadas nos anos 90 e que na ocasião das entrevistas, estavam aposentadas, na seção seguinte, é apresentada o encontro de trajetórias entre a Estação Sentinela, considerando a modalidade CAEI e seus trajetos, com as de Flora, Câmara, Campanha e Calêndula.

Flora, nascida em 1955, assistente social e cientista social, morou na região central de São Paulo desde a infância. Autoidentificada como mulher cis, ela tinha um casamento heterossexual e não teve filhos. Quando perguntei se ela nasceu em São Paulo, me respondeu:

> Sim, eu nasci em São Paulo. Sou brasileira, mas sou filha de judeus poloneses (...) Porque ser judeu não é uma questão racial. É uma questão histórica, pode ser uma questão religiosa. É uma questão pra alguns nacional... e essa questão foi muito importante pra mim. É muito importante pra mim, tanto que é fundamental. Tanto que eu participo da frente inter-religiosa, dos Judeus pela Democracia. É uma questão muito importante. Até minha relação com a política foi muito pautada nisso. Eu vivi muitos anos somente dentro da comunidade judaica.

Estudou em dois colégios no Brás, um que chamou de hebraico e outro de escola judaica. Já no último ano do Ensino Médio, época do que relacionou ao período de cursinho pré-vestibular, estudou no Colégio Equipe. Tinha uma irmã mais velha. A família morou no Brás e na região da Consolação. Os pais trabalharam como comerciantes no Brás. Os avós tinham um balcão e a mãe de Flora outro. A avó era costureira. Conforme contou Flora, o pai, quando se casou com sua mãe, tentou alguns empreendimentos, mas depois fez uma parceria com a cunhada e a loja foi pra frente, em suas palavras. Uma das questões principais que Flora apresentou ao traçar sua trajetória em torno de infância e juventude se deu pelo que nomeou como "uma vergonha"; a de ter certo dinheiro já nos tempos da prefeitura. Em termos geracionais, é interessante a apresentação de Flora frente aos estudos e mobilidade social na narrativa contada. Seus pais, assim como os tios, não queriam que os filhos fossem também comerciantes: "queriam que estudássemos, que tivéssemos outras oportunidades". Começou

a trabalhar na Ação Voluntária durante a faculdade; para ela "é difícil diferenciar faculdade de trabalho". A interlocução com Flora trouxe a vinculação e as separações entre serviço social e ciências sociais a contar de noções em torno de prática. Sua identidade judaica, noemada e referenciada por ela, atravessou com bastante ênfase a entrevista; desde sua infância e adolescência até também o encontro com seu companheiro, Miguel. Flora, conforme suas palavras, teve uma aproximação com ele por meio da questão da identidade:

> O grande dilema da minha vida foi ser judia e ser cidadã do mundo. Tive problemas emocionais. Antes do Miguel eu tinha um relacionamento com um judeu. Foi muito difícil equacionar. Aí eu gostava do Miguel e queria ficar com ele. Ele também era ex-preso político e tinha acabado de sair da prisão. Não queria nem ir em casa. A gente ficou porque tinha algo muito forte mesmo. Quando ele foi embora pro nordeste eu ia todo dia telefonar para ele do orelhão e foi difícil minha família...porque ele não é só não judeu, ele é nordestino. Ele tem outra identidade também né? O que nos aproximou muito né?

Flora manteve vínculo com o GARMIC, bem como com a Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RPDI) também depois de sua aposentadoria.

A contar da indicação de Flora, em fevereiro de 2020 fiz contato para entrevistar Campanha, também aposentada pela SMADS. Fui recebida por ela no portão de um sobrado localizado num bairro residencial da zona sul de São Paulo, considerado de classe média. Conversamos uns dez minutos e Campanha me contou que tinha convidado Câmara e que ela já estava chegando. Fizemos entrevistas durante duas longas tardes com dez dias de intervalo[59].

Câmara nasceu em 1957 em Águas Vermelhas, Minas Gerais. Divorciada, tinha dois filhos. Graduou-se em Psicologia. Se identificava como do gênero feminino e heterossexual. Em termos de raça/ cor, ela afirmou: "Eu sou denominada como branca, embora sempre fale que branco no Brasil tem pouco. Nós somos todos de herança afrodescendente". Seus pais foram lavradores no mesmo estado federativo e sua formação pela teologia da libertação teve início por volta de seus quinze anos. Ao chegar em São Paulo passou a viver na região sul. Integrou movimentos de creche também nesse período. Seu trabalho anterior ao concurso público esteve relacionado a estas instituições, que também se vinculam aos trajetos da assistência social no município:

> Como eu vinha dos movimentos sociais e eu fazia parte da luta de creche de São Paulo, no bairro do Jardim Miriam foi implantada — do movimento, claro, do qual eu fazia parte — a primeira creche direta do município de São Paulo. Eu também fiz parte dessa história, a primeira creche direta do município de

[59] Por conta da entrevista dupla, apresentarei o resumo da trajetória de cada uma, bem como seus trajetos pela SMADS e prefeitura de forma separada. Na seção seguinte, vinculada aos Centros de Acolhida para Idosos (CAEI), quando uma separação não for possível ou os encontros forem também uma questão trechos das entrevistas que contenham o diálogo entre ambas serão apresentados.

> São Paulo. E aí, eu fiz parte da seleção e por isso, acabei entrando nesse período. Trabalhei na creche e depois fui para as secretarias. Veio o concurso e fiquei na Secretaria de Assistência. Na SAS.

Depois da entrada na secretaria de assistência social, assumiu coordenadorias e projetos da criança e de adolescentes: "De primeiro, era por equipe: equipe da infância e equipe da adolescência; supervisionei e, depois, coordenei; nessa época, era de coordenar". Câmara trabalhou na implantação serviços e com assessoria de supervisões.

Em relação ao período do regime militar, assim como Flora, Câmara fez menção:

> Porque eu peguei a transição da ditadura, esse momento transitório, e vivi com muitas pessoas — tanto que fizeram parte da minha formação, como de convivência nas lutas populares de presos políticos, eu carrego muito essa história. Amigos, muitos amigos; outros, que faleceram, foram torturados pela ditadura.

Natalia: Então nesses primeiros dez anos você foi supervisora de quais serviços?
Campanha: Todos, filha. Não é, Câmara? Nós passamos por tudo.

Campanha nasceu em 1953 em São Paulo. Era divorciada e tinha dois filhos. Se graduou em psicologia e pedagogia, mas sua vivência, em suas palavras foi na pedagogia: "Eu nem falo que sou psicóloga". Tinha morado, ao longo de sua vida, na zona sul de São Paulo, em diferentes bairros.

Seu pai era fabricante de velas, assim como seu avô. Sua mãe, em seus termos, era "do lar", mas ajudava na fábrica de seu pai. Ressaltou ter estudado em colégio de freira e que seu interesse por psicologia teve a ver com querer: "conhecer mais o ser humano, esse aspecto mais psicológico do ser humano. Mas não é que eu não me identifiquei. Eu costumo dizer que se eu voltar em outra vida, vou fazer tudo igual, vou vir na SMADS. Mas eu fui fazer Pedagogia". Depois do curso de Psicologia, deu aula para crianças e no fim de uma atividade de magistério, surgiu, como referiu, oportunidade na Prefeitura:

> Eu nem sabia o que eu iria fazer. Nos primeiros meses, eu já queria pedir demissão, porque seis meses do Jânio sem receber nada. E era só briga na Prefeitura, brigavam na mesa o dia inteiro e eu não entendia tudo aquilo. Mas eu fui me apaixonando e eu fui entendendo a ligação da Pedagogia e da Psicologia com a política de assistência social.

Na época em que ingressou na prefeitura de São Paulo não havia concurso; se tratava do "seletivo". "Entrei em 1987 e, depois, em 1988, eu prestei concurso e acho que em 1989 ou 1990, fui efetivada [...] Luiza Erundina fez concurso para todas as categorias profissionais. Todo mundo era admitido".

> Quando eu dei à luz o meu segundo filho, houve uma seleção para entrar na secretaria para trabalhar como técnico. Eu fiz a seleção, me tornei supervisora de curso. Eu fiquei um ano e meio, acho, como supervisora de curso e depois, veio o concurso público da Luiza Erundina. Eu prestei para

> psicóloga e pedagoga e passei para pedagoga — e passei bem lá para trás. Mas eu falei "eu vou entrar".

Nos seus trajetos na prefeitura, Campanha foi técnica supervisora três vezes; “não queria ser supervisora nenhuma, mas fui duas vezes na Vila Mariana e na Sé. Na Sé eu não queria de jeito nenhum, mas ninguém queria assumir”. Sua atuação também demonstra os trânsitos entre funcionários públicos pelas distintas secretarias e equipamentos: “fui para a SMADS, mas eu trabalhei na saúde. Fui em uma época que eu me enchi tanto da SMADS, que eu trabalhei um ano na subprefeitura da Vila Mariana. Depois, trabalhei mais um ano na Secretaria da Saúde, no CECCO do Ibirapuera”.

Calêndula também foi indicada por Flora. Residente da zona norte de são Paulo, me recebeu também no início de 2020 para fazermos uma entrevista. Morava com o marido e um dos filhos. Ao narrar sobre a escolha pelo curso de serviço social, contou-me que era a filha mais velha, “ tinha 2 meninos mais velhos e eu também, depois a terceira”, e que sua mãe ficou viúva quando ainda eram crianças: “depois que meu pai faleceu, tinha 7 anos, a minha mãe se tornou espírita para compreender um pouco todo esse processo da morte. Ela, nós éramos católicos. Eu frequentei colégio de freira durante 8 anos na época do meu pai, e para compreender todo esse processo ela se tornou espírita”. Ainda adolescente, devido ao que chamou de inserção no espiritismo, começou a a trabalhar com crianças: “a gente chamava na época de evangelização infantil, mas nunca...desde a época a gente já tinha clareza que não tinha que ficar fazendo a cabeça das crianças ”.

Importante mencionar a reflexividade de Calêndula em torno das nomenclaturas e política no exercício de memória empreendido na entrevista:

> Na verdade era um trabalho de acolhimento das crianças que estavam em situação de vulnerabilidade, que na época a gente chamava pobre, crianças pobres, hoje que a gente começa a diversificar um pouco a linguagem, mas eram crianças muito pobres da região da Vila Olímpia, e nós fazíamos parte de um grupo de jovens. E todo sábado de manhã eu fazia o trabalho com eles, e com isso eu comecei a me apaixonar por trabalhar e eu via que a nossa atividade que era contar histórias, a gente tentava fazer teatro, e toda manhã a gente tinha um trabalho com essas crianças, e despertou o interesse de trabalhar com o público e com o público que tinha necessidades, isso lá na época, preciso trabalhar porque eu tenho o dom, todo mundo dizia que eu tinha dom, e fui fazer serviço social, lógico, como toda adolescente, com muita ebulição interna.

Quanto à valorização financeira, Calêndula a contrapôs com o *Dom* “Porque, todo mundo dizia: ‘você não vai ganhar dinheiro, você vai fazer uma faculdade que não é valorizada’, e eu falava: ‘mas não adianta eu querer ganhar dinheiro se eu não tiver o dom para fazer’”. Cursou Serviço Social na PUC-São Paulo, cujo pagamento foi feito por um dos irmãos “o mais velho”, com “o privilégio de fazer no período da manhã”. Recém-formada, trabalhou em um

conjunto habitacional “porque estava precisando quem trabalhasse, assistentes sociais que trabalhassem com grupos das diversas necessidades, então eram cinco prédios de um grande conjunto habitacional na Avenida Bandeirantes”.

Sua primeira experiência profissional foi com Grupos de Convivência: “então: grupos de mulheres, grupos de compras coletivas, grupos de jovens, foi na verdade minha primeira experiência profissional até ser chamada pelo concurso que fez do Estado. Permaneceu alguns anos como assistente social do estado de São Paulo e quando foi chamada pelo concurso da prefeitura de funcionária pública estadual passou a ser municipal.

A seguir me tenho à apresentação da Casa-Lar a partir da narrativa de Flora e a contar dessa apresentação, de alguns outros equipamentos que antecederam a Estação Sentinela e os CAEI como instituição e como nomenclatura. A Casa-Lar, que operou como um projeto também anterior a esses equipamentos, como as narrativas mostram, imprime, seja por continuidades seja em elementos de antítese, memória de projetos de moradia para pessoas idosas em situação de rua.

Impressões da Casa-Lar: Um jogo de memória entre pesos, pessoas e medidas

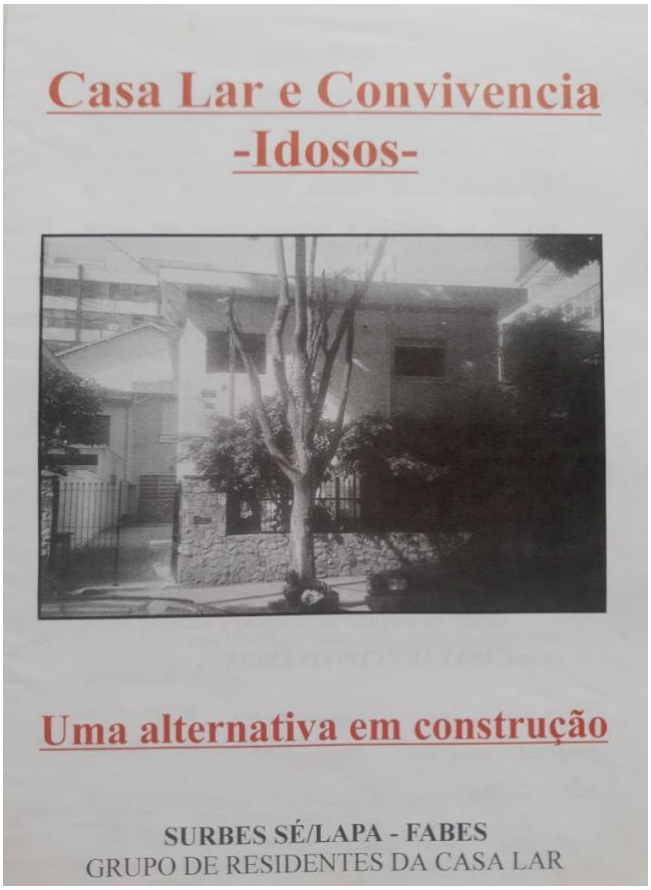


Imagem 4. Cartaz da Casa-Lar cedido por Flora. Acervo Pessoal de Flora.

Para cada tipo de imagem social de velhice que nós construímos, ou identificamos existe uma dinâmica própria no relacionamento idoso-comunidade (QUEIROZ, 1992, p. 94)

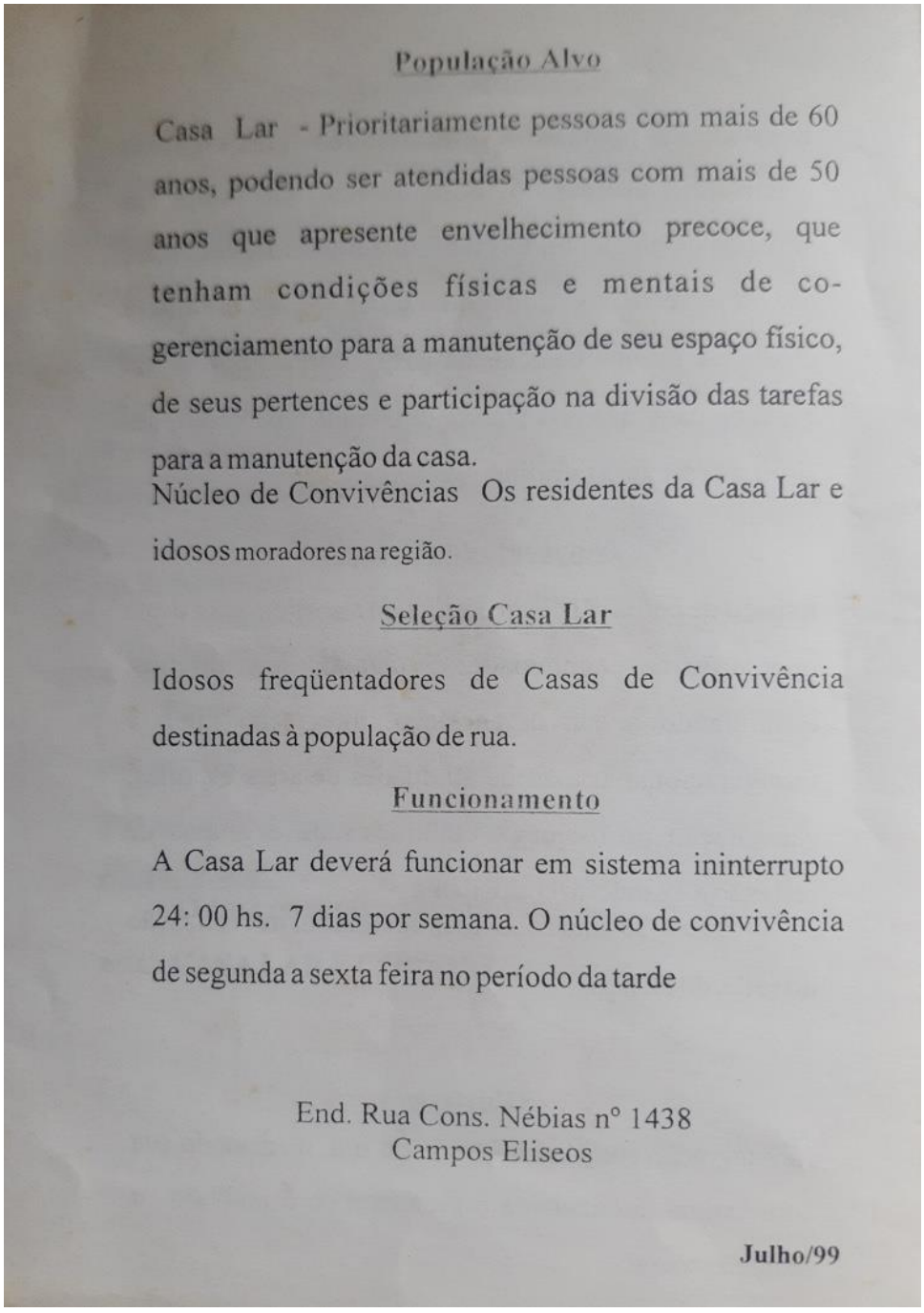
a gente faz uma novidade que a gente junta coisas da política nacional, então o que é a Casa-Lar: é uma residência provisória em sistemas participativos destinado a atender... eu te dei um desse, uma Xerox[60]... a atender ao idoso de rua que esteja em situação de abandono familiar que seja independente e socialmente ativo podendo cuidar de si mesmo e colaborar na manutenção da casa oferecendo-lhe um espaço para que viva com dignidade em condições similares a esfera doméstica familiar (Flora, fevereiro de 2020).

A Casa-Lar, assim como narrou Boaretto (2005), foi contada por Flora a partir da dimensão de moradia e convivência num mesmo espaço. O objetivo era, como ela contou, "reintegração, palavra errada hoje, reintegração social dos idosos de rua, resgatando a sua autoestima e cidadania". A população alvo era, conforme Flora, "prioritariamente pessoas com mais de 60 anos podendo ser atendidas pessoas com mais de 50, na época a gente dizia assim *'O idoso em situação de rua ele está tão precarizado que 50 anos uma pessoa já está envelhecida*.'' Ao formular envelhecimento precoce quando em situação de rua, a fala de Flora se alinhava à relação entre precariedades e envelhecimento, conforme a perspectiva e relação entre Paisagens de Velhices.

> então por isso a gente aceitava 50, os idosos ocuparam essa casa porque eles não suportaram mais ficar nas filas do centro de acolhida que eram para todo mundo, eles eram ameaçados nas filas, eram roubados e sofriam preconceito que hoje a gente chama de ageismo, na época eles só diziam ''É muito ruim envelhecer...'' e falava assim mesmo ''... envelhecer na rua é terrível e a gente não quer ficar nas ruas.'' por isso que esse projeto que era em parceria, ao não acontecer a parceria eles... foi mal, o projeto estava alugado, abria um núcleo de convivência lá e aí eles ocuparam, que a gente chamou uma ocupação pacífica dos cabelos brancos, foi assim que ela ficou conhecida e eles foram pernoitar lá.

É possível compreender a partir da interlocução com Flora que, se a Casa-Lar fora desenvolvida e finita entre 1999 e 2000, assim como tal instituição permaneceria de distintos modos nos conflitos institucionais, profissionais, morais e cotidianos acerca de moradia para pessoas idosas em situação de rua. A Casa-Lar institucionalizou o entroncamento de moradias, velhices e situações de rua. Alguns dos antecedentes da Casa-Lar em termos de Lei, no que concerne a abrigos para idosos, outorgados em 1996 no município, tinha como recorte etário os setenta anos. Nesse sentido, o projeto da Casa-Lar bebeu de fontes não exclusivas da legislação por estar relacionado também a práticas e discussões sobre população idosa no município anteriores à formulação do projeto, assim como uma aproximação maior entre usuários de serviço e servidores municipais.

[60] Flora me deu além da xerox também a versão colorida, conforme a imagem do cartaz trazida a essa ocasião.



População Alvo

Casa Lar - Prioritariamente pessoas com mais de 60 anos, podendo ser atendidas pessoas com mais de 50 anos que apresente envelhecimento precoce, que tenham condições físicas e mentais de co-gerenciamento para a manutenção de seu espaço físico, de seus pertences e participação na divisão das tarefas para a manutenção da casa.
Núcleo de Convivências Os residentes da Casa Lar e idosos moradores na região.

Seleção Casa Lar

Idosos freqüentadores de Casas de Convivência destinadas à população de rua.

Funcionamento

A Casa Lar deverá funcionar em sistema ininterrupto 24: 00 hs. 7 dias por semana. O núcleo de convivência de segunda a sexta feira no período da tarde

End. Rua Cons. Nébias nº 1438
Campos Eliseos

Julho/99

Imagem 5. Folheto da Casa-Lar, Julho de 1999. Impressão cedida por Flora.

Para Flora, um dos legados da gestão Erundina em termos de discussão sobre velhice em âmbito municipal foi o de "logo após a Constituição", fazer "o primeiro marco que culmina em um grande seminário, com caráter mais permanente, que é Idoso: Encargo ou Patrimônio".

O evento aconteceu em 1989 e os anais desse evento foram publicados em livro no ano de 1992. A epígrafe na abertura dessa seção vem de tal publicação, considerada também como um documento importante acerca de pesquisas públicas com a população idosa. Trago como exemplo uma pesquisa, feita pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)

e pela até então ainda não extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1989[61]. Há um capítulo vinculado à Pesquisa *O idoso na grande São Paulo* (1990), realizada pela Fundação SEADE, cuja publicação tem o mesmo nome e ano e está numa coleção da mesma instância estadual denominada Coleção realidade paulista.

Mais que isso, como veremos, as propostas e conclusões ali em 1989 têm eco tanto no que concerne à Casa-Lar, na polissemia de significados de tal instituição não somente em si, mas como, além de projeto e referência – seja de continuidade seja de antítese – em outras instituições e de sua relação com os CAEI, trama que essa parte do capítulo visa apresentar. Exponho algumas das deliberações em torno da moradia que considero primordiais a essa ocasião por três questões complementares: a aproximação com a Casa-Lar, rupturas e continuidades com outras moradias destinadas a pessoas idosas posteriormente da "Ocupação Pacífica dos Cabelos Brancos", evocada por Flora, e distanciamento dos CAEI:

> A integração de idosos em movimentos comunitários.
>
> Criação ou ativação de Centros de Convivências, podendo ter caráter de Centro Dia.
> A co*nstrução de Habitação Congregada, intermediária entre a instituição e habitação convencional, que são conjuntos habitacionais com três características fundamentais e mínimas.*
> *Apartamentos desenhados para idosos, congregados e justapostos a uma unidade convencional onde habita uma família, onde um membro zela pelo idoso, na medida que for requisitado.*
> Nestes conjuntos devem existir um sistema de alarme ou intercomunicação ligado a cada uma das unidades. Deve haver espaço de uso comum.
> *Aos idosos carentes, sugere-se a liberação de lotes urbanizados, com concessão de uso real, em multirões para construção de casas populares: a criação de um projeto de Lei Municipal que direciona a habitação do idoso, com perfil criterioso de cessão de moradia* (não pode ser transmitida por herança) e no caso de óbito do morador, a moradia retorna ao governo ou ao movimento local organizado, em gestão conjunta com o governo.
> A internação ocorrendo, como última alternativa, o local deve ser conforme as "Normas para o funcionamento de Casas de Repouso, Clínicas Geriátricas e outras instituições destinadas a atendimento de idosos" de 1989, do Ministério da Saúde – SNPES.
> *Sempre que possível, a internação deve ser breve, visando a reinserção social do idosos aos seus meios habituais* (PEREIRA, 1992, p. 129-130).

A seguir, me atento a compreensão da estação Sentinela vinculada a trajetos institucionais, a contar da Casa-Lar e às trajetórias das quatro trabalhadoras apresentadas, bem como a trajetos institucionais.

[61] Essa pesquisa não fora encontrada para consulta até a escrita do capítulo.

A Estação Sentinela num parecer sobre Massificação

Flora trabalhou na Casa-Lar. Como vimos uma de suas referências a tal projeto foi "uma ocupação pacífica dos cabelos brancos", envolta a uma intervenção do poder legislativo e da pastoral da população de rua. A definiu também como "arquitetonicamente adequada" e que a ampliação de moradias provisórias, "como alternativa para o idoso", para outras regiões foi atravessada por discussões sobre autonomia e tutela. Na narrativa de Flora, no primeiro ano do projeto havia intenção ainda de ampliar a Casa-Lar em si e daquela como modelo, multietário. Posteriormente, entretanto, o modelo Casa-Lar como fora empreendido foi considerado tutela sendo substituído pelo de moradia provisória, tanto para população adulta como para a população idosa, "então a Casa-Lar se transformou em uma moradia provisória para idosos":

> de repente já é uma discussão da tutela e autonomia e ai as Casas Lares viram moradias provisórias e ao lado dessa alternativa para o idoso, o Caminho de Orlada[62] é transformado em um abrigo para as pessoas idosas e construído no Projeto Concílio Couto[63] é construído um abrigo modelo que é o abrigo Boracéia com 60 idosos que também não é um número chocante, até ai tudo ia mais ou menos com as divergências, 60 idosos ou tem moradia provisória ou esse é transformado em abrigo e esse é o primeiro abrigo que tem uma intervenção arquitetônica com criados mudos de papelão bastante interessante.

No que concerne ao início ainda da década de 2000, Flora contou-me que em 2002, após a criação de um grupo "intersetorial, intersecretarial na época da gestão da Marta, ou seja, em um lugar privilegiado dentro da estrutura administrativa" foi feito um grande seminário no Anhembi.

> E tinha uma proposta de política para o idoso, proposta municipal. O evento chamava-se Cidadania de Fato. Muito bem, olha aqui. SAS, SMS, SEMI, Sul Prefeituras, secretaria da Sul Prefeituras, coordenadoria de participação popular, habitação, abastecimento, transporte, cultura e educação. Aqui governo de reconstrução. E aqui houve uma grande participação social, até porque o tema era muito mais forte do que na primeira etapa do governo Luiza

A influência da Casa-Lar, à medida que pelas memórias em torno de tal projeto e de seus desdobramentos relacionados a modos de gestão de moradia, velhices e população em situação de rua esteve também em registros que não da agenda socioassistencial, como no cartaz guardado por Flora de um debate feito pela Associação Nacional de Gerontologia (ANG):

---

[62] Equipamento público cuja inauguração é apontada em algumas notícias em 1999 e em outras em 2000. Uma das notícias referidas que informa a inauguração em 1999 é referente a um período em que a população ainda não tinha sido recebida, o que nos faz questionar também os processos de recepção diante de uma estrutura que ainda não continha o CREAS, definido atualmente como a porta de entrada às instituições de moradia provisória.

[63] Equipamento público inaugurado em 2003.

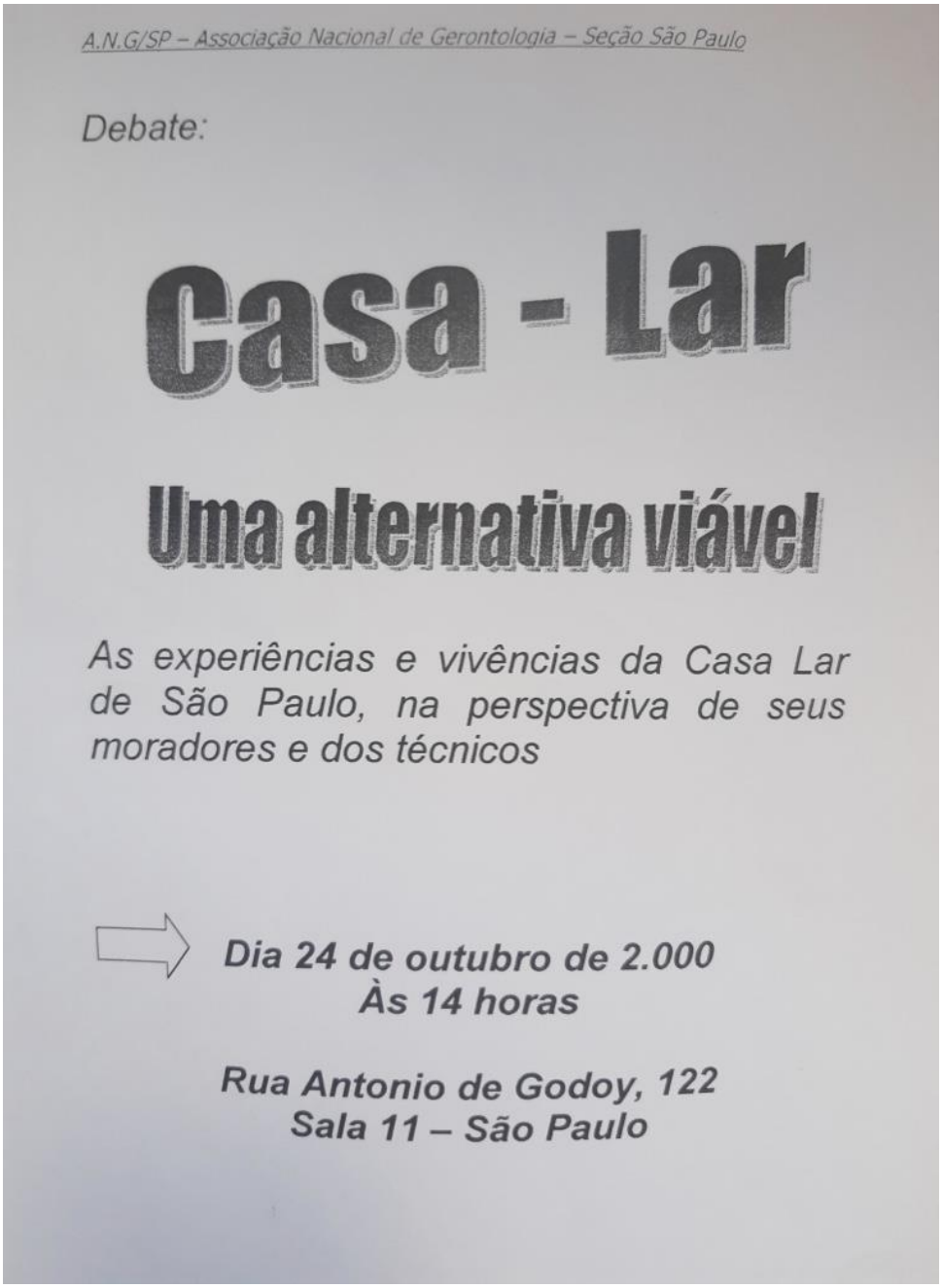


Imagem 6. Cartaz de evento relacionado à Casa-Lar. Cópia cedida por Flora.

Ao se referir à Estação Sentinela, o primeiro CAEI, Flora me contou que Calêndula foi fazer a aprovação do CAE e se contrapôs à sua inauguração.

> E ai [A Secretária/ Smads] ela quer implantar o *centro de acolhida especial para idosos*, mais serviço para idosos porque na verdade é no período dela que começa o trabalho, por obra do movimento, mas ela foi lá e conheceu a importância e articulou... ai ela monta o CAE idoso [...] onde começa a estar a cracolandia... A Calêndula era a técnica supervisora ela foi contra a implantação aqui porque aqui que é hoje a Estação Sentinela, porque ela discordava porque tinha um elevador, ela achava também romanticamente que um lugar para idoso não poderia ter um elevador que emperrasse e ela tem razão [...] e segundo ela apontava já ser um lugar onde a cracolandia tendia a se intensificar, então ela deu um parecer negativo, no entanto outra chefe coordenadora na época aprova, *mas é feito sem idosos*.

Flora considerou, entre outras questões, que diferentemente da Casa-Lar, os CAEI foram implantados sem a participação de "pessoas idosas em situação de rua". Ademais, atentando às transformações de equipamentos e serviços para pessoas idosas em situação de rua a contar da Estação Sentinela Flora acionou a noção de transformação e arranjo. As discussões sobre tutela e cuidado disserta também sobre *direitos perante a Idade*. Juntas estas questões evidenciam como Estação Sentinela, mesmo antes de sua inauguração esteve em tramas institucionais (GREGORI, 2000):

> isso aqui virou CAE, ele virou abrigo e depois CAE, quer dizer ele foi passando por tudo, mas ele ainda guarda algumas marcas que eu queria até visitar para ver como está, e aí foi fundado o CAE Guarida Damaris que é um prédio belíssimo, mas é grande, aí ficou 210 que é bonito os idosos adoram, preferem ele a todo lugar, porque ele é bem localizado, mas tem um problema de ter um quadro [...] vai abrir RH que não faz o link com a demanda [...] que no mesmo móvel tivesse a Casa-Lar e o núcleo de convivência, mas isso era uma divergência que poderia ter sido superada. A gente defendia porque isso integrava os presidentes do barco, mas também não era um ponto central, não era esse, o que a gente achava era que o idoso precisava sim de proteção, não podia ficar sem funcionário, compartilhando de uma cozinha com seus alimentos comprados, faziam vaquinha financeira, quer dizer, é até bonita, mas não é adequada à realidade e isso não tem nenhum problema de fazer uma discussão teórica, entendeu? Agora disso aqui para passar isso foi assim uma massificação do atendimento.

Pedi para que Flora falasse mais sobre. Disse que sua memória já não estava tão boa e mencionou "massificação" e que "é ruim, considerando que o quadro do pessoal não é para tanta gente assim". Ao me dizer que o quadro de pessoas só tem aumentado e que uma Instituição de Longa Permanência (ILPI) deve conter até sessenta pessoas, Flora alinhavou essa quantia ao "que é dito sobre os CAEs na tipificação". Estas instituições tratar-se-iam de residências provisórias "e que tem que se trabalhar a saída de todos ou para o retorno a família ou para uma habitação definitiva ou se ele ficar acamado para um ILPI, então ele é de passagem, mas na verdade os idosos ficam, uma parte sai, uma parte morre, uma parte vai para ILPI, quando tem, e uma parte fica".

A respeito dos pareceres sobre a abertura da Estação Sentinela, Flora me disse que não sabia o que a secretária da SMADS na época pensava, porque a tipificação teria vindo depois. Entretanto, a respeito da não aprovação por parte de Calêndula me contou que ela discordava da *localização*. Sugerindo que eu conversasse com Calêndula, Flora disse:

> ela vai te falar que esse [o CAEI] é diferente de uma ILPI porque ele é da população de rua e eu te diria o seguinte: ele é diferente porque na verdade não tinha verba do idoso [...] precisou usar a verba da lotação da população de rua. Por isso que ele ficou com essas características, para eles são destinados idosos em situação de rua, mas se eles estivessem na (tipificação) de ILPI teria no máximo 60.

A informação a respeito de um número menor de pessoas nas ILPIs do que nos Centros de Acolhida, a partir da tipificação evidenciada por Flora, remete a uma diferença de rotina institucional e para quem usa o serviço. Flora atentou que "ILPI não é só para população de rua, é para qualquer (estrutura) e os CAEIs[64] são *centros de acolhida especial para idosos em situação de rua*, só que na prática muitos que vão para lá são em vias de despejo" é possível atentarmos a outras situações articuladas a em "vias de despejo". Flora levantava também em sua fala trajetos de pessoas idosas que não chegaram a dormir na rua, que não tinham "vivência"de situação de rua não institucional, como grande parte, ou com exceção de Amarílis, dos interlocutores da pesquisa. Essa diferenciação, realizada também em censos de população em situação de rua e observada na etnografia, se encontra com os tamanhos dos CAEI ou a eles podem e devem ser encaminhadas pessoas a partir de sessenta anos em vias de situação de rua em si? Ao que refere a etnografia, de forma enfática, era também isso que era debatido na corrente de inforções da Estação Sentinela. Enquanto habitantes se diferenciavam nesses termos e entre si e reclamavam ora de pessoas que estiveram em situação de rua não institucional ora de hábitos consensuados como vinculados a tais vivências, duas funcionárias também se queiraxam dessa questão por outra direção, questionando quem necessariamente precisava e podia estar ali. O que se compreende, entretanto nessa pesquisa, é a pluralidade de situações de rua, sendo que, para essa questão especificamente, destaco desde em vias de despejo, vivência na rua em si e situação de rua institucionalizada.

Numa paisagem que se configurou mais a contar de uma pluralidade de situações de rua do que uma plurimodalidade de equipamentos socioassistenciais para pessoas idosas em situação de rua, se salientou, com os CAEI, de forma enfática, uma continuidade de convívio e conflito entre as diferentes situações de rua – o que já era problema na Casa-Lar conforme apontou Boaretto (2005) – e uma desvinculação de equipamentos com menor capacidade populacional como direito às pessoas idosas em situação de rua. Esse desvincular apresenta, entretanto, um vínculo; a multisituacionalidade (de rua) – diversas situações de rua – debatida frequentemente durante a pesquisa de campo na Estação Sentinela, se já presente desde a Casa-Lar, fora geradora de uma demanda de mais vagas para pessoas idosas em situação de rua. A grande questão dos CAEI se deu em torno da organização e resposta a tal demanda. Esta foi direcionada para formas com maior capacidade de vagas e menor de custos, como veremos, iniciando, um trajeto para os CAEI já embebido de processos de acolhida e recolhida. Acolheram-se nos CAEI mais vagas, mas recolheram-se equipamentos similiares à Casa-Lar. Esse

[64] Flora usava também o termo CAES também para se referir aos CAEIs, assim como, por vezes CAE-Idoso.

distanciamento entre direito à moradia provisória e forma de moradia provisória dos CAEI esteve dentro de um processo mais amplo; de direitos, nesses mesmos termos, à população multietária em situação de rua

> então veja bem, começou de uma experiência mais perto possível de uma coisa mais micro, mais um ambiente doméstico, mais reproduzindo um ambiente doméstico, passou para uma coisa maior, mais com uma casa comunitária, aí veio e ia indo, eu não sei o que trancou, mas com certeza esse abrigo[65] que fez parte da menina dos olhos da secretária [...]com esse modelo de abrigo que estava no projeto oficina e que é muito próximo lá da Casa-Lar.

Ao tratar de uma experiência "mais micro", anterior aos CAEI, Flora contou-me também que foram feitos relatórios e levantamentos, muito embora um documento não tenha se oficializado. Apesar desta não oficialização, o projeto Casa-Lar teve ressonância tanto em seus antônimos quanto na continuidade de alguns de seus traços em outras instituições, como o Boraceia. Para Flora o modelo que estava no projeto de tal equipamento se aproximava da Casa-Lar.

Sobre esta instituição-experimento, Flora atentou que inicialmente enquanto moradias provisórias havia uma concepção de não ter funcionários em todos os períodos do dia, da alimentação ser comprada pelos participantes e da secretaria bancar o aluguel da residência e contas de água e luz; "era quase como uma república, era parecida com uma república, a república deu muito certo em Santos [...]". As Repúblicas mencionadas por Flora na Tipificação Nacional de Serviços são denominadas como um serviço de Acolhimento[66]. Na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), o Serviço de Acolhimento em Repúblicas é descrito como

> Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Deve contar com equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia (administração financeira e funcionamento) e para acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.
> Sempre que possível, a definição dos moradores da república ocorrerá de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos (BRASIL, 2014, p.51).

[65] Boraceia.
[66] Para um estudo etnográfico nas "Repúblicas de Idosos de Santos", ver Destro (2009).

A contar da noção de demanda, a tipificação também prevê que *de acordo com a demanda local*, "devem ser desenvolvidos serviços de acolhimento em república para diferentes segmentos, os quais devem ser adaptados às demandas e necessidades específicas do público a que se destina" (BRASIL, 2014, p. 51). Com três modalidades, sendo uma delas, conforme a nomenclatura, para "Jovens" e outra para "Idosos", chama atenção a "Para adultos em processo de saída das ruas":

> PARA JOVENS: destinada, prioritariamente, *a jovens entre 18 e 21 anos após desligamento de serviços de acolhimento para crianças e adolescentes ou em outra situação que demande este serviço*. Possui tempo de *permanência limitado*, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência. O atendimento deve apoiar a qualificação e inserção profissional e a construção de projeto de vida. As repúblicas para jovens devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas, garantindo-se, na rede, o atendimento a ambos os sexos, conforme demanda local, devendo ser dada a devida atenção à perspectiva de gênero no planejamento político-pedagógico do serviço. O serviço deverá ser organizado em consonância com os princípios, diretrizes e orientações constantes no documento "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes". *PARA ADULTOS EM PROCESSO DE SAÍDA DAS RUAS: destinada a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social,* que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. Possui *tempo de permanência limitado*, podendo ser reavaliado e prorrogado em função do projeto individual formulado em conjunto com o profissional de referência. As repúblicas devem ser organizadas em unidades femininas e unidades masculinas. O atendimento deve apoiar a qualificação e inserção profissional e a construção de projeto de vida. *PARA IDOSOS: destinada a idosos que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente, as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda* (BRASIL, 2014, p. 51, grifo meu).

A tipificação opera as categorias autonomia e independência e as repúblicas previstas, nessa legislação socioassistencial, têm enquanto denominador comum o desenvolvimento de serviço por autogestão ou cogestão. Há ainda, a diferenciação em termos da condição temporária e "unidades femininas" e "unidades masculinas, reservadas para "jovens" e para "adultos em processo de saída das ruas". No que concerne a "idosos", portanto, não há o pressuposto de moradia temporária na tipificação e nem a separação de gênero binário. Essa dimensão, vinculada à menor expectativa de saída da república, como uma diferenciação de Repúblicas destinadas a velhices, dão tons à institucionalização do curso da vida pela agenda nacional socioassistencial, assim como ela também é marcada pela desvinculação que faz entre separação de gênero binário frente ao público mais velho.

No que tange aos CAEI, importante frisar a não caracterização específica de centros de acolhida em nível federal e, ao mesmo tempo, atentar ao que permitem as noções de demanda relacionadas às tipificações de serviço de abrigos institucionais. Tanto os CAE quanto

os CAEI são produções e edificações da rede sociassistencial de São Paulo. Enquanto na tipificação nacional os centros de acolhida estão inseridos nos Serviços de Proteção de Alta Complexidade, é possível vinculá-los, em tal documento referencial ao serviço de abrigo institucional, por meio do serviço de acolhimento institucional. Este último inclui ainda as seguintes modalidades: Casa-Lar; Casa de Passagem e Residência Inclusiva. Já na rede socioassistencial paulistana, conforme portaria 46/2010, os serviços de alta complexidade incluem já em nomenclatura os Centro de Acolhida especial (CAE) e, dentro destes, *os Centros de Acolhida especial para Idosos (CAEI).*

A edificação dos CAEI esteve, a uma só vez, relacionada ao projeto da Casa-Lar da cidade, existente na década de 1990, e à demanda municipal, fazendo referência à instância da assistência social de São Paulo, em torno de população em situação de rua. Ao focarmos na Casa-Lar como antítese e piloto de CAEI, conforme o trajeto desse capítulo, podemos perspectivar nessa implantação aspectos que não foram documentados em portarias e decretos.

Na entrevista com Flora há também um ponto importante vinculado às diferenças e especificidades atentadas por Boaretto (2005), apresentadas anteriormente nesse capítulo, e que, simultaneamente, são um resultado do projeto piloto no que concerne às equipes da assistência social envolvidas na Casa-Lar. Flora remete um outro perfil à população devido ao "alcoolismo ferrado" e "desestrutura completa familiar". Ao tramar que uma instituição tipificada como República requer outro perfil que não recebido na Casa-Lar, pessoas idosas em situação de rua e ou com tais características em termos de utilização de álcool e dinâmicas familiares, Flora mencionou que "*a história provou que elas [as Repúblicas] não são adequadas ao idoso, mesmo assim na tipificação nacional da assistência social existe o modelo da república* e eu nunca me debrucei assim para ler, mas se República significa uma total falta de cobertura da assistência, da saúde [...]". Em sua elaboração, Flora atribuiu uma ambivalência do modelo República na agenda socioassistencial e, do mesmo modo, uma impossibilidade de autogestão por parte do público mais velho. Nesse sentido, o histórico da Casa-Lar demonstrava que havia também uma dificuldade de gestão partilhada, entre prestadores de serviço e usuários, no equipamento.

As Repúblicas eram apresentadas por Flora como inviáveis se vinculadas à falta de cobertura da assistência e da saúde. A mediação, articulada também à noção de autonomia de uma casa, seguia de acordo com o que ela chamou de "recorte da população de rua", "problema de drogadição", "alcoolismo". Para Flora, quando se trata de "população de rua idosa" as características que se atribui comumente à população de rua surgem no cotidiano do equipamento. A trabalhadora comentou sobre duas experiências de CAEI que ilustravam o

argumento de cogestão e autogestão conforme as Repúblicas: o homicídio de um morador na Guarida Damaris, que passou desapercebido pela equipe do espaço e gerou "um trauma bastante grande", e uma briga, que ela atribuiu ao alcoolismo, entre um "pianista" e um "chinês clandestino" na Casa-Lar. Segundo Flora, em tal ocasião:

> não tinha assim a mesma característica, porque quando você faz o recorte de população de rua você vai encontrar transtorno mental, você vai encontrar problemas de drogadição, você vai encontrar o alcoolismo mesmo nos mais velhos, então por exemplo, quem apartou a briga de faca foi a [Nome ocultado] que tem um chinês clandestino que tinha bengala e tinha esse pianista que pegou uma faca da cozinha e eles... foi uma coisa assim, nossa, segurar aquilo na amizade foi difícil, agora você vê como foi mudando essa coisa da população idosa em situação de rua, começa aqui no serviço.

Recordando dois episódios de brigas, na Casa-Lar e na Guarida Damaris – um projeto mais relacionado à República e um CAEI respectivamente -, Flora teceu, a partir dos elementos trazidos anteriormente em sua compreensão, a violência como parte da convivência e era nesse sentido que a autonomia de grupos compostos por pessoas idosas, em sua narrativa, também aparecia como motivo de mediação. O número de pessoas envolvidas nas instituições, perfaz também ambivalências, pois se esses controles em torno dos problemas elencados pela interlocutora são difíceis, conforme um número de integrantes maior no cotidiano, os modelos de instituição posteriores à Casa-Lar não foram construídos para poucas pessoas:

> e o quadro pessoal aí a gente conseguiu uma ampliação de quadro pessoal, mas não era o que a gente defendia. A Julia[67] e eu defendíamos ter no máximo 100 pessoas e fazer uma ILPI nos 100, aí poderia ser um atendimento, a gente acha que nunca pode ter mais do que 100 pessoas, 100 já é demais, o ideal é ter 60 mesmo, que é lidar com o custo da coisa pública, 60 ainda é administrável, mas 210[68] é muita gente [...]

Flora também se atentou à reivindicação que se tornou a presença da saúde nos CAE, aludindo à Portaria Intersecretarial 1, de 31/10 de 2018[69], referente à relação da SMADS e da Secretaria Municipal da Saúde nos CAEI, ILPI e Centros Dia. Ao mencionar que nos CAEI a portaria teria efeito "porque quem não tinha nada, entrar um enfermeiro com técnico de enfermagem é a maravilha, tem muitos problemas de relação entre as duas pastas", Flora trouxe a questão da saúde em tais serviços, mas atentou também sua percepção em torno da falta de estrutura de cuidados nos CAEI. Foi por meio de tal compreensão, a partir do que a interlocutora convencionou anteriormente como verba da lotação da população em situação de rua, que ela indagou sobre possíveis novas inaugurações desse serviço: "e a atual secretária no seminário do

[67] Assistente social não entrevistada.
[68] A Guarida Damaris tem capacidade informada em torno de duzentas pessoas.
[69] Portaria disponível em: < https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-intersecretarial-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-secretaria-municipal-da-saude-sms-1-de-31-de-outubro-de-2018>.

retrato da proteção especial disse que dado ao aumento da população de rua em especialmente essa questão dos idosos disse vai implantar vários outros para eles, não sei como está...".

Quando perguntei à Flora sobre os CAEI e a tipificação municipal, ela informou que poderia dizer que achava que tal instituição "é uma ILPI fora dos padrões". Apesar desse não padrão, Flora também apresentava considerar complicada a vigilância em torno das ILIPIs como mecanismo menos de adequação e mais de multa e punição[70]:

> a vigilância para multar, para punir, então aí não consegue encaminhar a discussão direito, a ILPI é um serviço mais bem dimensionado com verba, é projeto para idoso, é serviço para idoso, então é 30 o ideal, o máximo é 60, tem ILPI [...] que é de idoso ativo, que é uma residência coletiva, não precisa estar acamado com dependência coletiva para estar em ILPI, aliás eu não gosto nem um pouco do nome instituição de longa permanência para o idoso, por isso que na época a gente optou por Casa-Lar, aí a ILPI de grau um não existe. São os CAES que são de grau um, de grau dois são 13 das 14 ILPI de São Paulo públicas.

A Casa-Lar apareceu mais uma vez como antítese dos CAEI, ao configurar, tal qual a ILPI, vaga não provisória. Sobre a Tipificação municipal, Flora considerava que o CAEI está dentro da descrição dos centros de acolhida na tipificação municipal ao mesmo tempo em que há ocupação de outros CAE por parte do público idoso: "por exemplo, centro de acolhida especial para convalescentes[71] tem 90% de idosos". Além da presença de pessoas mais velhas em tal centro de acolhida especial contar sobre os trânsitos institucionais mobilizados pela rede de assistência social do município, os motivos desses trânsitos foram divididos em teóricos e práticos após eu citar a norma mais relacionada às narrativas de tipificação municipal; pessoas já acolhidas em outros centros de acolhida e que por motivo de saúde, por exemplo, cirurgia, vão para lá provisoriamente, como ocorreu com Amarílis. Nessa ocasião Flora relembrou de um "senhor com problemas de saúde mental" que morava com a irmã e que diante de uma doença

[70] Sobre a vigilância, o relatório do Ministério Público, ao contrapor a sua fiscalização das demais, entretanto, a considera como parte de dinâmicas das instituições conhecidas como ILPIs. O Manual de atuação funcional: o Ministério Público na Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (2016) traz tanto uma consideração importante da amplitude institucional e estrutural das ILPIs, considerando também a noção de precariedade, quanto evidencia o espaço de tais instituições nas agendas jurídicas: "Ocorre que hoje no Brasil existem muitas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) de natureza privada, não identificadas pelos órgãos de controle sanitário, as chamadas instituições clandestinas ou com registro precário. Outras tantas, embora registradas, não possuem licenciamento e/ou alvará de funcionamento em razão de pendências documentais ou por algum desatendimento às normas que regulam a atividade. Tais falhas do serviço podem colocar o residente em situação de risco e até mesmo submetê-lo a condições degradantes, tal comumente relatado por noticiários diversos. Com efeito, a atuação fiscalizadora do Ministério Público não deve ser repetitiva ou substitutiva daquela que deve ser feita pelos órgãos sanitários e/ ou assistenciais. O olhar do Ministério Público deve ser principalmente o da observância à legislação correlata, inclusive, pelos demais órgãos fiscalizadores, e, principalmente, o bem-estar dos residentes, se lhes estão sendo assistidas suas necessidades e se sua dignidade está sendo respeitada (CNMP, 2016, p. 19)".

[71] Referenciado nesse trabalho como Guarida Acidália.

e necessidade de tratamento da mesma fora tentada uma vaga temporária em um equipamento, cujo nome não foi apresentado, descrito como similar à Guarida Acidália – de convalescentes - para ele. Embora não saibamos se a irmã fora considerada idosa pelo centro de referência que atende tal família, impossível não mencionar o trabalho de cuidado informal e familiar envolto a essa ocasião.

Ao dizer que o próprio Ministério Público pede acolhimento, Flora contou também os meios de entrada com os CREAS não como únicas formas de ter, procurar e receber vagas em CAEs: “essa ideia de porta de entrada, porta de saída é bonita, mas é difícil dela se...”. Mencionou também a porta de saída, vinculada aos projetos de acolhimento institucional da rede socioassistencial, como uma possibilidade difícil: “primeiro que a saída muitas vezes não tem para onde, não tem ILPI, não tem programa habitacional, não tem locação social, então tem muita gente que podia sair para uma locação social, mas se não abre”. Inserindo a locação social e a secretaria de habitação no que concerne à chamada porta de saída, Flora acionou, deste modo, a complexidade em torno das noções de provisório e de passagem nos CAEI. Aos arranjos de entrada em serviços de acolhimento institucional por meio de ações do Ministério Público, Flora considerou a secretaria de saúde também uma porta de entrada e, como fora acompanhado na etnografia, episódios de violência entre residentes de CAEI, além de, como mencionou, risco de vida:

> Então, por exemplo, um idoso que estava na rua e que eu atendi que não podia ir de jeito nenhum para nenhum centro de acolhida que eu não sei se é delírio ou não, mas ele era perseguido por um... não sei bem pistoleiro, não sei por que tem cada história que você não sabe, a irmã dele segundo ela, você não sabe se é delírio ou não, então ele não poderia porque para um CTA [Centro de Acolhimento Temporário] que quase foi assassinado.

Sobre as portas de entrada e saída de serviços das instâncias que se encontram e se desencontram entre os trânsitos de usuários do SUS e do SUAS, Flora se mostrava a favor da medida intersetorial – “uma sistematização geral”. Nesse sentido, a trabalhadora contou-me que a necessidade de equipe de saúde em equipamentos assistenciais também teria sido um fator de dificuldade e que se não era, ao invés de ser considerado híbrido, o serviço permanecia na pasta da assistência; com quadro de recursos humanos como assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, entre outros. Flora também disse que a implantação de ILPIs foi mais demorada e que “e foi mais rápido os CAES”.

As ILPIs públicas existentes no município são, na compreensão desta trabalhadora, todas de grau II e não de grau I; “quer dizer o idoso já tem alguma dependência física ou

cognitiva". Conforme a Portaria já mencionada, SMADS/SMS – 1 de outubro de 2018[72], as ILPIs têm as seguintes modalidades:

> *Grau de dependência I: idosos independentes mesmo que requeiram equipamentos de autoajuda; Grau de dependência II: idosos com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva leve ou moderada* e Grau de dependência III: idosos com dependência em quatro ou mais atividades de autocuidado para a vida diária e/ou com comprometimento cognitivo grave e necessidade de cuidados contínuos de saúde (SMADS/SMS, 2018, grifo meu).

A contar dessa constatação, Flora mencionou: "eu até entendo mesmo, porque quando o idoso é ativo socialmente, a sua ideia é que ele pode se virar melhor". Entretanto, para além da trabalhadora informar que, nem as de grau II estavam sendo implementadas num número suficiente e oferecendo serviços respectivamente ao molde da instituição, a grande questão estava no crescimento da população em situação de rua:

> Está aumentando a população idosa na rua, então talvez pelo que eu entendi da secretaria talvez eles ampliem os CAEs. *O CAE é mais barato do que o ILPI, o problema da origem é o mesmo e passou por todos os partidos, isso aqui era uma ILPI grau um, no fundo isso era uma ILPI grau um, com um corte para a população de rua, a gente queria ampliar esse espaço chegando ao máximo a 60 de preferência 30, só que a gente não tinha tanta consciência. Quando você pegar lá, pega lá um folheto, residência provisória em sistema participativo destinada a atenção do idoso de rua que esteja em situação de abandono familiar hoje a gente fala ruptura de social. Tudo se sofisticou, que seja independente socialmente ativo, podendo cuidar de si mesmo e colaborar na manutenção da casa: colaborar. Quando virou moradia provisória era fazer, homens alcoolistas imagina e colaborar oferecendo-lhe um espaço para que viva com dignidade em condições similares a esfera familiar. Você acha que 210 pode lembrar a esfera familiar? Agora para muitos é maravilhoso porque o imóvel é lindo. Você tem a sensação de morar em um hotel* (idem, grifo meu).

Flora deixou muito explícito nessa entrevista a questão do custo como propulsor dos CAEI[73], bem como o anteprojeto da proposta Casa-Lar empreendido nessas instituições pelo número de vagas. As informações advindas nesta entrevista e em outras relações de interlocução têm conexão direta com as necessidades que escapam às tipificações, serviços e a vinculação desses escapes como impulso de trânsitos, demandas e permutas[74]. Esses dois últimos, ouvidos pela primeira vez por Clúsia, psicóloga, como mencionado na Introdução, da

[72] Disponível em: < https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-intersecretarial-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-secretaria-municipal-da-saude-sms-1-de-31-de-outubro-de-2018>.

[73] Como mencionado anteriormente, Flora referia os CAEI também como CAE e ou CAE-Idoso.

[74] O capítulo 5 aborda, etnograficamente, diferentes tipos de trânsitos por distintos equipamentos da rede socioassistencial.

Estação Sentinela durante o campo etnográfico, foram a direção para expandir, em termos analíticos, o que o próprio trânsito da interlocução partilhada compôs e guiou; a impossibilidade de tratar [e circular por] equipamentos a contar apenas de sua tipificação, mas sim a partir das relações entre os mesmos.

Nesse sentido os termos acolhida e recolhida, que de diversas maneiras, referem agendas – inclusive de outras secretarias, posturas, trajetos, trajetórias, além de darem eco às questões emotivas e subjetivas – foram escolhidos como termos-chave para a a compreensão dessas mesmas relações na pesquisa. Se por um lado acolher e recolher se inscrevem como ações de Estado, nas mesmas há camadas de acolhida e recolhida porosas. Dessa forma, centros de acolhida e prisões podem ser perspectivados como acolheres e recolheres por parte do Estado, em distintas instâncias, como as nessa tese abordadas, SAP e SMADS, respectivamente. São envoltos e simultâneos e compõem um binômio. Neste, é possível considerar também que acolheres em um centro de acolhida também configura recolheres da rua, como referiu Calêndula e cuja rubrica é apresentada mais adiante. Acolhida e Recolhida, Acolher e Recolher são termos escolhidos, incisivamente por conta dos termos técnicos Acolhida e Acolhimento[75] na assistência social. Como estes foram encontrados em campo, como parte desse caminho, considero que os primeiros possibilitam transitar por processos vinculados à rede socioassistencial que a pesquisa acompanhou. Acolhida e Recolhida, Acolher e Recolher, como nomes, que embora relacionados aos termos técnicos Acolhida e Acolhimento, permitem uma reflexão, situada e, que, dessa forma, tanto reconhece a limitação de refletir quanto localiza o diálogo conforme essa etnografia. Tais termos, ao significam verbos e poderem ser conjugados em presente, passado e futuro, possibilitam contemplar ações e, nesse sentido, absorvições, como as em torno e nos centros de acolhida especial para idosos. Pelo binômio acolhida-recolhida procuro atentar, como referi há pouco, que na acolhida de mais vagas nos CAEI se recolheram possibilidades de distintas modalidades de moradias provisórias, culminando num único modelo de moradia provisória para “pessoas idosas em situação de rua” . Com isso recolheu-se também outras possibilidades de direitos de habitantes de tais espaços, CAEI. O binômio acolhida-recolhida dos CAEI, se vincula tanto especificamente a pessoas idosas em situação de rua quanto à população em situação de rua multietária uma vez que o CAEI foi projetado como híbrido da Casa-Lar, com público idoso, com Centros de Acolhida, com alto número de vagas.

[75] Uma continuidade com essa discussão é apresentada no capítulo 5, a contar de disputas e manejos do termo técnico acolhimento por parte de Junquilho, assim como um diálogo entre acolhimento e cuidado vinculado a esse interlocutor e também Macela.

Na indicação de Câmara para participação na rede de interlocução com profissionais da Assistência Social, Flora disse: “você tem que entrevistar; ela entende muito de população idosa em situação de rua”. As temáticas apresentadas até aqui têm continuidade na próxima seção, que expõe a entrevista com Câmara e Campanha, assim como uma enfática interlocução entre as duas profissionais.

Um espelho da Casa-Lar e a tipificação de moradas

Em uma das entrevistas com Câmara e Campanha, o GARMIC, exposto na dissertação de Boaretto (2005) esteve também presente. Essa conexão é importante no sentido das relações da Casa-Lar com os movimentos de moradia de pessoas idosas. Câmara e Campanha expuseram relações do GARMIC também com outras instituições para além da Casa-Lar. Referiram-se ao Núcleo de convivência dos idosos da Vila Mariana e a um projeto, nas palavras de Câmara, “não tipificado” e “reviver” e nas de Campanha, “quase que meio espelhando na do centro [Casa-Lar]” que durou um ano, durante a gestão de Marta Suplicy:

> Câmara: O que é que nós fizemos? A Campanha vai contar a história do centro porque ela é protagonista disso. Eu não sei, não vivi, eu só ouço os relatos. Mas a Campanha estava com a gente também na Vila Mariana, no Jabaquara vivia em tudo que é lugar, e nós decidimos como era a gestão. A gestão era da Marta. Nós estávamos na gestão no comando da gestão, nós decidimos reviver o projeto da Casa (Lar), podemos até chamar de Casa-Lar, Campanha? Não sei se ele chegou em todo avanço que teve a Casa-Lar, mas ele tinha essa proposta. Então o que é que foi feito? Nós tínhamos uma casa, a prefeitura, subprefeitura da Vila Mariana tinha uma casa próxima da subprefeitura e ela nos cedeu essa casa para que a gente pudesse acolher, eu acho que eram oito, Campanha, oito, não é? Oito idosos porque a casa...ela tinha um limite. Claro que a gente gostaria de acolher mais, mas ela tinha um limite de espaço físico e tudo. Então nós acolhemos oito pessoas idosas que se encontravam em situação de rua e foi uma das experiências mais emocionantes que nós tivemos. Porque primeiro tirar da rua e colocar numa casa tinha um significado muito importante para eles. Foi difícil. Os técnicos da gestão não queriam porque não estava, uma hora que não estava tipificado, outra hora porque isso ia dar muito problema [...] E eu falei, "não, nós vamos fazer"... tanto que a técnica supervisora do serviço era uma pessoa muito vinculada as pessoas em situação de rua. Sempre foi a trajetória dela. A trajetória dela sempre foi e muito ligada aos idosos também. Então ela tinha todo o perfil para lidar com as questões. Claro que nós fazíamos reuniões, discutíamos as questões para alinhar todo o processo e claro que deu muitos problemas, muitas brigas entre eles, porque era uma experiência muito nova para eles conviver numa casa sozinhos, porque ninguém, porque não tinha gente para ficar lá durante o dia, tarde e noite ... eram eles. Só que nós discutíamos toda a dinâmica da casa com eles, as regras, discutíamos com eles e tirávamos deles as regras.

Quando perguntei sobre as regras, Câmara informou que não havia uma imposição, enquanto Campanha disse que eram discutidas com os participantes, aproximando-se da cogestão, conforme as definições de República. Sobre a noção de "regras", Câmara disse:

> eu acho que regra é uma palavra muito ruim, sabe? De você falar regra, mas eram premissas de convivências vamos dizer assim, Campanha? Porque tinha que ter um equilíbrio para que eles pudessem, o que a gente queria era que eles convivessem bem e usufruíssem do bem da casa, do espaço que eles tinham. E a gente fazia festa junina na rua, até a população achava estranho tudo aquilo. A gente teve que fazer também uma conversa ali para com a população que morava. Era uma descidinha. Não tinha muita gente, mas a gente teve que intervir.

A não identificação por meio de placa da casa referida, espelhamento da Casa-Lar da década de 90, encontrava também um não identificável reconhecimento por parte da gestão. O não estar do equipamento dentro da tipificação fez com que servidores não quisessem supervisionar o serviço. Além disso, um apontamento feito por Câmara dissertou sobre o não envolvimento de Organização Social e serviços diretos. Essa informação tem eco com a própria modificação da assistência social em termos de normatização. Campanha também considerou a ideia do "diferente" como questão de recusa:

> Eu acho que também tem uma questão aí que implica porque assim o diferente; as pessoas não querem pensar Ela quer aquele negócio pronto, modelado prontinho para prestar conta para tudo. O que é novo na diversidade as pessoas não querem porque requer delas muito mais para pensar, pensar políticas libertárias; é totalmente diferente o projeto. Então assim não é aquele modelo, quadradinho não é, aonde se discute, aonde se debate, aonde aceita as propostas deles, entendeu? Então é diferenciado e os técnicos não são preparados para isso. Aí eles estranham, falta formação dos técnicos também para enxergar um projeto e bancarem.
> Câmara: Mesmo estando na dinâmica da assistência social.
> Campanha: Eu faço essa avaliação.

A entrevista conjunta com Câmara e Campanha se viculou com as reflexões de Marin (2012) em torno do distanciamento de profissionais concursados dos serviços à rede de usuários do SUAS e informou a fiscalização também sobre terceirizações por meio das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Organizações não Governamentais (ONGs). Os problemas em torno das tipificações seriam justamente o que está fora dela; o que a organização formal não prevê e não permite. Em termos de rotina e trabalho se estabeleceu formas de se enquadrar aos arranjos disponíveis pelo sistema norteador dos serviços.

A seguir, apresento os diálogos em torno da Estação Sentinela e esses temas a partir da entrevista com Calêndula.

Um parecer sobre Implantar Serviço e Centros de Sala

Sobre sua atribuição relacionada à Estação Sentinela, Calêndula mostrou um ar de urgência e emergência ao rememorar quando foi solicitada para fazer uma visita a um determinado prédio, espaço até então ainda não transformado em Serviço de *Centro de Acolhida Especial para Idosos em situação de rua*:

> "Executa", e às vezes dá um ar de democracia mandando um documento de última hora para você ajudar a escrever um monte de coisas, e depois você vai ver, eles não usam nada, não te chamam para fazer uma discussão. Os últimos anos foram horríveis, a pior época da secretaria foram esses últimos anos. Na época da Estação Sentinela, o dia que a gente foi visitar, primeiro dia, tinha uma motorista mulher e eu nunca tinha entrado lá na Cracolândia.

Do mesmo modo que Marin (2012) contou sobre o distanciamento entre agentes concursados da assistência social municipal e Câmara e Campanha demonstraram algumas das consequências ambíguas, em termos de rotina de trabalho e durabilidade de projetos, que a sistematização de serviços socioassistencial teve, Calêndula, ao tratar da palavra "Executa", apresentou os trâmites burocráticos numa outra temporalidade. Aproximou, dessa forma, determinados processos ao que fica nos bastidores, evidenciando os bastidores importante como lugar de compreensão tanto dos CAEI quanto de gestão socioassistencial. Foi por meio da necessidade de aprovação, de um parecer por sua parte que ela conheceu o prédio em que seria inaugurada a Estação Sentinela e cuja abertura a assistente social foi contra. Conforme seu parecer rememorado, "[...]um elevador caindo aos pedaços, antiquíssimo. Nós fizemos um parecer dizendo O local não é apropriado para idosos [...] O local não é apropriado e o prédio tem muita escada e aquele elevador, se der problema, já é antigo, não vai dar certo, esse negócio vai formar...", Calêndula prosseguiu me contando que apesar do parecer houve a implantação do CAEI:

> a gente fazer um parecer e ele ser respeitado depende muito da administração. A [Secretária da SMADS} queria porque queria implantar de qualquer jeito, a minha chefe... chefe é chefe, por isso tem cargo em confiança, acabou autorizando. Depois houve uma mudança na região e tudo, mas os primeiros foram muito difíceis, os primeiros tempos da Estação Sentinela foram muito difíceis.

Sobre a região, esta foi um ponto de questão desde o início ao que Calêndula tinha que executar, perpassando o diálogo com a motorista da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, quem não queria aguardá-la:

> ela falou assim: "A senhora me desculpe, mas não vou ficar com a senhora, não", "Nossa, [...] que isso?", "A senhora vai ver". Quando a gente chegou, a Cracolândia estava fervendo naquela região, exatamente naquela região da Estação Sentinela. Na esquina, era um bando de zumbi. Sabe aquele clipe do Michael Jackson? Igualzinho. Parecia um monte de gente saindo do túmulo sem saber para onde ir. Para o carro passar, foi um sufoco, não tinha acesso.

A lembrança da Estação Sentinela na entrevista já ao ouvir Calêndula sobre o local, apontado por ela como motivo de reclamação desde a inauguração do CAEI, continuou quando ouvi sobre o elevador, motor também de conflitos acompanhados entre 2016 e 2019:

> Primeiro, para as pessoas se adaptarem ao local, elas reclamavam muito. Também quando deu problema no elevador, lógico que deu, e tem as pessoas mais inquietas. Aí eu já não era mais nem supervisora, eu ia só de vez em quando, eu já não posso nem responder totalmente porque eu fui contra, eu falei: "Bom, você está implantando? Eu não vou responder por esse serviço, eu não vou por meu nome nele", mas eu via os técnicos, na época, informando que por mais cuidado que teve na implantação, porque aí era a equipe técnica que fazia, ia mudando aos poucos, mas mesmo assim dava problema no elevador ou tinha pessoas mais inquietas que queriam descer escada, ou ia ter uma atividade, o elevador não cabia muita gente, mesmo horário de almoço. Então as pessoas acabavam utilizando.

Assim como Flora contou-me sobre a dificuldade de se compreender por meio de uma rigidez os trajetos pelos CAEIs e pelas ILPIs, ao tramar uma crítica à noção de porta de entrada e de saída pelos CREAS, Calêndula engendrou uma contestação acerca da noção de independência como marcador para a utilização do prédio da Estação Sentinela. Junto de sua compreensão houve também uma formulação a respeito da temporalidade impressa na ideia de independência das pessoas que recebem os serviços dos CAEIs, que na concepção de Flora, recordemos, são ILIPs de grau I:

> Tudo bem, tinha pessoas possíveis de usar escada, mas uma maca, como é que você faz se um idoso tem um problema e precisa entrar uma maca lá? Não entra. Não sei agora como está, porque nunca mais pisei lá, mas uma maca não entra, então a gente apontava. "Mas é idoso independente", gente, o idoso é independente até a hora que ele [não] é independente. Ele tem um AVC, ele tem um outro comprometimento, ele tem um infarto - que não precisa nem ser idoso para ter um infarto, hoje em dias as pessoas têm infarto com 50, 40 anos -, vai ter um infarto, para socorrer? *É uma responsabilidade pública. Enfim, implantaram. Teeve alguns problemas no começo, depois vai se ajeitando, como tudo, mas não era o lugar que a gente gostaria. E eu, que vim de uma história com todo o cuidado, com todos os serviços implantados com muito primor e tudo... foi muito difícil ver que foi aprovado lá [...] então tem coisas que por mais que você tenha o seu trabalho técnico, quando há interesse da secretaria, alguém assina.*

Perguntei ao quê Calêndula atribuía a urgência de inauguração do primeiro CAEI e ela me respondeu tratar-se de uma questão política. Prosseguiu:

> *[...] prazo político. Isso é qualquer administração, não posso falar que é a [da Secretária da SMADS em tal] época*. Na verdade, como CAE[76], ele foi o primeiro, mas a própria [Secretária] implantou um serviço... porque eu posso não gostar da administração que era da [Secretária], mas a [Secretária] foi uma secretária muito séria e realizou trabalhos muito bons. A Flora sabe mais, porque ela acompanhou bem isso, mas era uma vila de idosos, esqueci o nome agora, no Pari, não sei se você conhece.

[76] Calêndula também referia a Estação Sentinela como CAE e ou CAE-Idoso.

> Natalia: Eu nunca fui lá, mas sei qual é.
> Calêndula: Então, como CAE, surgiu a Estação Sentinela, mas antes disso, na época da [Secretária], antes de ela sair e depois entrar de novo, e eu não trabalhava com isso na época, eu estava na central e eu fui visitar, porque eu tinha acabado de chegar [...] Eu fui uma vez fazer uma palestra lá no Pari, mas eram casinhas para idosos e era uma graça.
> Natalia: Que hoje é o Conjunto Caminho de Orlada.
> Calêndula: Já era Caminho de Orlada, é esse o nome. *Então o Caminho de Orlada já era um CAE, porque era um centro de acolhida só para idosos. Só que na época não se falava em acolhida, era outra conção da política. Como o CAE, depois de estruturada a política com esses nomes, acolhida e tal, aí foi o Estação Sentinela foi o primeiro*.

Sobre a especificidade e espaço também para pessoas Idosas anterior à nomenclatura CAE/CAEI, Calêndula informou também sobre o Centro Concílio Couto: "Existia, antes, dentro do Concílio Couto, um espaço que também era só para idosos. Ele era o específico dentro do geral". Esse equipamento, embora não tivesse a nomenclatura de CAE e consequentemente de CAEI, conforme a narrativa de Calêndula, continha características específicas e ou, fazendo menção à nomenclatura dos CAEs, especiais:

> ele foi pensado com espaço para homens, espaço para mulheres, espaço para famílias, espaço para os cachorros, porque muita gente, a pessoa em situação de rua tem o seu cão, o seu animal de estimação, que é como se fosse um filho mesmo, é a sua proteção, tinha o canil, tinha espaços para as carroças, porque muita gente não sai da rua porque no centro de acolhida comum não cabe a carroça, então a [Secretária/SMADS], como teve sempre uma trajetória muito intensa, mesmo quando ela era vereadora, com a população em situação de rua e com as organizações, eles apresentaram todas as necessidades e foi, por isso, mega projeto, porque o Concílio Couto é imenso, e também um espaço para idosos. Ficavam as mulheres embaixo, os homens em cima, então foi o primeiro centro de acolhida, antes do CAE, que teve um espaço físico para idosos. *Também não chamava CAE na época, era o Concílio Couto como um todo. Depois é que foi se especializando. Mas todos os idosos que estavam no centro de acolhida - todos possíveis pelo número de vagas, acho que eram 50 na época, não me lembro bem, não passava de 50, não era muito grande, era o menor bloco - iam para lá, para esse pedaço do Concílio Couto. Aí sim depois é que começaram os CAEs, que também fez a mesma coisa, quem estava no centro de acolhida para todas as idades e tinha perfil, e também não era só daqui, era da Mooca, era de Pinheiros, aí começaram a vir das outras regiões.*

Essa especificidade, impressa como especial na nomenclatura, pode ser considerada também uma das composições buscadas para oferta diante dos diferentes destinatários dos serviços. No caso dos CAEI, por exemplo, os armários maiores, bem como a tolerância em torno de horários também maior que nos de centro de acolhida não especiais sempre me foram narrados como uma especificidade relacionada ao público idoso. Entretanto, mensuro como argumento a ideia implícita à institucionalização do curso da vida pela rede socioassistencial dos projetos da área assistencial relacionadas a trabalho.

Argumento, nesse sentido, que os centros de acolhida não especiais, genericamente não tiveram mudanças nos moldes de uma perspectiva relacionada à pouso e dormida no sentido do tempo das pessoas que recebem tal serviço ser orientado, de forma cotidiana pela instituição, ao estímulo ao trabalho e não permanência no local. Essa questão, relacionada especificamente ao CAEI, é boa para contar sobre o que os *direitos perante a idade* imprimem nos espaços de moradia em tais modalidades voltadas às velhices. Na institucionalização do curso da vida pela área assistencial, no que concerne aos Centros de Acolhida, é possível perceber, portanto, as moralidades em torno do trabalho e considerarmos os projetos morais como também residentes em cada instituição. Ademais, é justamente na especificidade atribuída aos centros de acolhida que se percebe a relação de reconhecimento de diferenças entre a população em situação de rua, ao mesmo tempo em que o próprio estímulo por meio do cotidiano institucional não deixa de flertar com antigos estigmas e estereótipos da população em situação de rua, anteriores ao seu reconhecimento como população em situação de rua, como sinônimo de não trabalhadora.

Ao continuar sua reflexão acerca de especificidades dentro de equipamentos maiores, Calêndula apresentou também uma formulação em torno das parcerias, expostas também por Câmara e Campanha.

> o Concílio Couto [...] tinha várias organizações sociais, o coordenador, tanto do Concílio Couto como do centro de referência, era um funcionário público, que é o modelo hoje, que eu acho o mais interessante, *você não está só na mão da organização e não está na mão só do funcionário público, ele é modelo misto onde a coordenação é pública e o restante todo é de organização social*. Por que é bom esse modelo? Porque você tem organizações específicas. Quando é só público, como foi o centro de convivência, que um dos grandes motivos do fracasso do centro de convivência é que quando não tem concurso, o quadro fica precarizado; quando não tem dinheiro, a manutenção fica precarizada - você precisa do corte de mato, ia depender do público, o mato crescia, enchia de bicho. Então quando é só o serviço público e você tem uma limitação de recursos humanos, acaba precarizando muito.

Calêndula, conforme o penúltimo trecho da entrevista a seguir, teceu um diálogo temático com um apontamento de Flora e um de Câmara e Campanha. Enquanto Flora constatou a restrição de atividades profissionais da saúde em serviços exclusivos da pasta da secretaria de assistência social, Câmara e Campanha trataram das dificuldades de empreendimentos da secretaria quando não por meio das OSCs, no sentido de supervisão e recursos humanos. Calêndula tratou da parceria entre SMADS e OSCs tanto do ponto de vista frente aos recursos humanos possíveis de contratação por estas em detrimento das restrições de quadro daquela quanto da perspectiva de recursos financeiros:

> Quando você junta o coordenador sendo funcionário público e as organizações conseguindo viabilizar a contratação de gente especializada, no

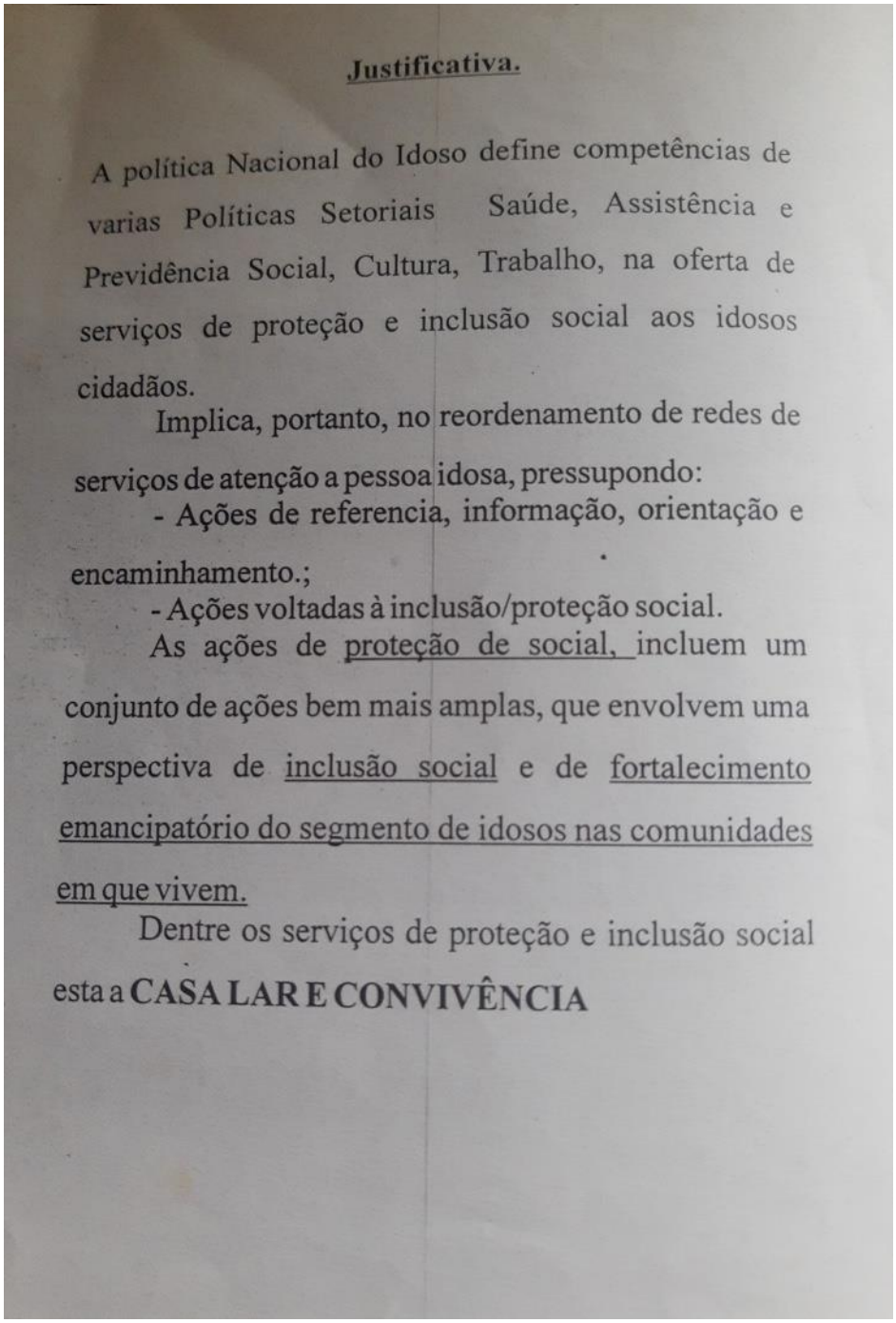
> caso do CRECI - no quadro funcional não tem um gerontólogo, e a gente precisava de um gerontólogo, era onde tudo especializado do idoso ia acontecer, então a Secretaria de Assistência não pode contratar um gerontólogo, não tem no quadro público dessa secretaria; já através de uma organização social pode.

A formulação de Flora em torno das inaugurações previstas em sua análise de mais CAEIs por questões financeiras pode ser vinculada também não somente às abordagens de Calêndula frente às parcerias entre SMADS e OSCs em termos econômicos. Calêndula, entretanto, vinculou também a inauguração a interesses políticos. Como ela mesma atentou: pedidos da população. Para Calêndula, o interesse político em torno da visibilidade se atrela às construções de centro de acolhida em termos públicos de recolhida nas ruas:

> Centro de acolhida dá visibilidade, porque a população liga para o prefeito e [diz] não quero homem sujo na beira da minha casa, está fedendo a minha rua. Isso é visibilidade. Então eles querem não fazer para proteger, muitos fazem porque é para limpar a rua mesmo, tanto é que teve uma época que se jogou água para espantar a população em situação de rua.

Essa formulação de Calêndula, ao fazer eco aos moldes de tecnologias de expulsão (FRANGELLA, 2005), traz à tona a simultaneidade entre os atos públicos de acolher e recolher uma mesma vaga numa mesma demanda. Dessa forma, diante da própria noção do aumento de moradias provisórias – com distintas durabilidades - e do não adensamento de locação social, como Flora apontou, as ambivalências do aumento de centros de acolhida carregam essa perversidade; são urgentes cotidianamente a quem destes precisa, procura e quer permanecer, são evitados cotidianamente a quem nestes não quer ficar; são desejados por parte da população, como Calêndula recordou. Em termos de projetos de moradia não provisória[77] são as construções também do não reconhecimento do município de moradia como não provisória como direito. Relacionado ainda a um rumor nacional, o de habitação como direito, os CAEI não têm se configurado rigidamente como provisórios, como a etnografia também demonstrou. Em termos do encontro do fator futuro no cenário político para a população em situação de rua multietária, como modalidade de centros de acolhida, a expansão dos CAEI é urgente diante da necessidade, mas não acompanhada de outras instituições socioassistenciais e projetos de habitação. É dessa forma que há na construção-resposta urgente à precariedade de moradia, uma outra edificação; uma transmissão governamental contínua em que direitos à moradia não temporária são e podem continuar a vir a ser tanto menos investidos quanto considerados benesse na agenda de política pública municipal.

[77] como as Repúblicas para idosos diante na tipificação socioassistencial federal.



Justificativa.

A política Nacional do Idoso define competências de varias Políticas Setoriais Saúde, Assistência e Previdência Social, Cultura, Trabalho, na oferta de serviços de proteção e inclusão social aos idosos cidadãos.

Implica, portanto, no reordenamento de redes de serviços de atenção a pessoa idosa, pressupondo:

- Ações de referencia, informação, orientação e encaminhamento.;
- Ações voltadas à inclusão/proteção social.

As ações de proteção de social, incluem um conjunto de ações bem mais amplas, que envolvem uma perspectiva de inclusão social e de fortalecimento emancipatório do segmento de idosos nas comunidades em que vivem.

Dentre os serviços de proteção e inclusão social esta a **CASA LAR E CONVIVÊNCIA**

Imagem 7. Justificativa da Casa-Lar. Impressão cedida por Flora

Retomando a narrativa de Flora no que concerne essa discussão, levantada a contar da interlocução com as quatro trabalhadoras, os incisivos distanciamentos entre a Casa-Lar e os CAEI dizem respeito ao número de moradores, aos serviços e projetos ofertados nesses equipamentos e a proposta participativa. Ao me dizer que “o problema da origem é o mesmo e passou por todos os partidos”, Flora apresentou que a ampliação dos modelos da Casa-Lar em nível municipal intentados eram de até 60 pessoas diante de um sistema participativo. O espaço feito, Casa-Lar, na concepção de Flora “era uma ILPI grau um com um corte para a população de rua”

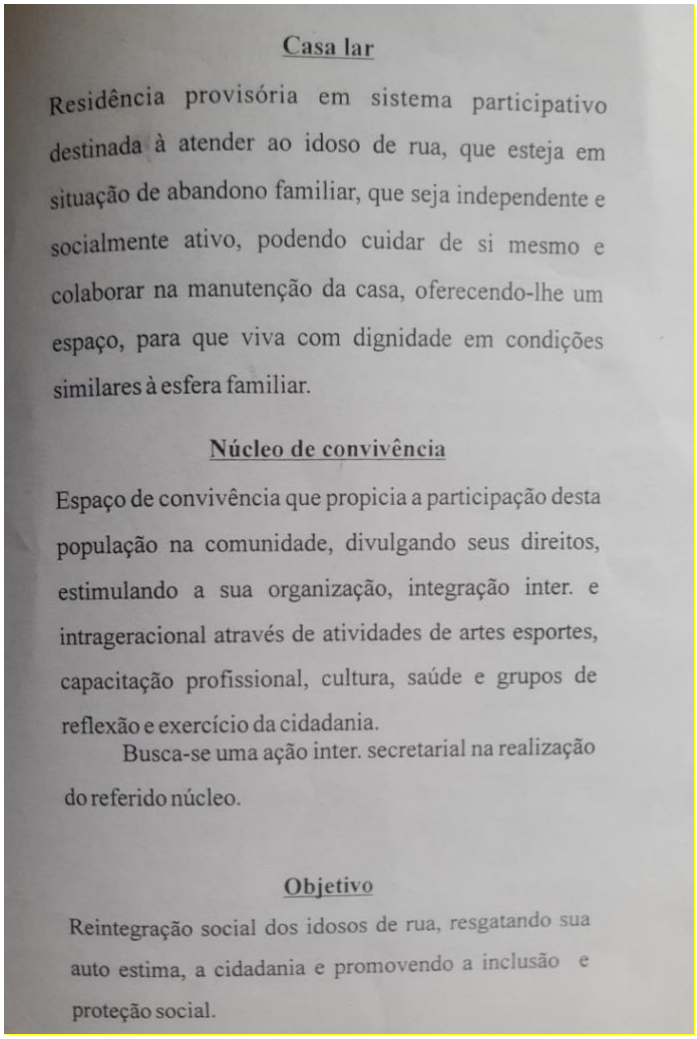
Dessa forma, o problema de origem remetido por Flora se relaciona com as demais informações trazidas por Câmara e Campanha, que dissertaram sobre outras tentativas de projetos de moradia provisória para idosas com um menor número de vagas e também gestão participativa, e por Calêndula ao ter tratado de interesses políticos na implantação de centros de acolhida. Dessa forma, como não único problema, enquanto no histórico dos CAEIs perecebem-se, além de processos de acolhida e recolhida de demandas, direitos, prioridades, e necessidade, heranças de premissas que circularam ainda no projeto da Casa-Lar. Como tais, podem ser consideradas, a contar dos diálogos e disputas sobre significados, embates sobre autonomia de pessoas idosas e sobre gestão das instituições nesse molde – seja como autogestão ou como cogestão -, como evidenciado nas narrativas. Entretanto, tal problema se apresenta, conforme exposto, também por meio das recolhidas que o CAEI prescreveu em ao seu distanciamento da Casa-Lar, em forma e tamanho. Dessa forma não acessos a algumas formas de moradias provisórias, recolhidas, podem ser perspectivadas como não direitos em meio a ampliações. Assim como o direito à moradia não provisória se afasta nesse direcionamento de governamentalidade, o direito à moradia provisória menos lotada também se afasta da existência, há mais de vinte anos, da Casa-Lar. É a sua memória, entretanto, que a torna presente como questão nos projetos relacionados aos CAEI na crítica das trabalhadoras quanto a tal molde de moradia provisória.

A contar da interlocução com Flora, Câmara, Campanha e Calêndula, é possível tramar o grande elemento de memória e esquecimento que se configurou a Casa-Lar nas trajetórias institucionais dos CAEIs. Esse desmembramento pôde ser desconstruído mediante as memórias das profissionais trazidas a este capítulo. Ainda em termos de discussão de Memória, considerar a Casa-Lar como uma instituição relacionada a trajetos dos CAEI é veicular à trama de tais serviços uma memória não hegemônica em torno dos mesmos, desde a dimensão formal no que tange a informações públicas (como as notícias de sua inauguração, também trazidas a esse trabalho), a uma naturalização ou ainda noção de progresso vinculados a ampliação de serviços, ou seja, atentar também aos enquadramentos, nos termos de Butler (2015) no que concerne também a narrativas sobre “desenvolvimento da noção de cidadania” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 89).

A Casa-Lar opera como mediação ao constituir-se, na gama dos CAEI, como híbrido e como “quase”. Vincula-se a projetos e elaborações em torno de autonomia no que concerne às pessoas mais velhas que ali moraram e ou conviveram e de necessidade de supervisão no que concerne às rotinas e convivência. Essa mudança de forma de supervisão revela mudanças no projeto compreendidas como necessárias na formulação e ampliação dos CAEI e se revela como agenda de acolhida e recolhida simultaneamente de tais equipamentos em relação às primeiras

formulações acerca de moradia para pessoas idosas em situação de rua no município de São Paulo.

Ao mesmo tempo, a Casa-Lar esteve relacionada tanto ao Reviver e Espelhamento referidos na rememoração feita com Câmara e Campanha em dois sentidos complementares; nas experiências similares e nas elaborações em torno das tipificações como normativas de continuidade de serviços por parte das profissionais. A não possibilidade de tal equipamento na narrativa de Campanha e Câmara não se deu em torno dos desafios de autogestão e de gestão partilhada entre serviços, prestadores e usuários como na Casa-Lar, mas pelos arranjos da assistência mais edificados no sentido de padronização. Esse distanciamento de gestão direta por parte das servidoras como norma revela, diante da narrativa trazida, limitações de serviços e projetos. Ainda no que concerne à Casa-Lar como presença de memória ela se circunscreve também nas elaborações em torno de sua antítese; os CAEI, na narrativa de Flora.



Casa lar

Residência provisória em sistema participativo destinada à atender ao idoso de rua, que esteja em situação de abandono familiar, que seja independente e socialmente ativo, podendo cuidar de si mesmo e colaborar na manutenção da casa, oferecendo-lhe um espaço, para que viva com dignidade em condições similares à esfera familiar.

Núcleo de convivência

Espaço de convivência que propicia a participação desta população na comunidade, divulgando seus direitos, estimulando a sua organização, integração inter. e intrageracional através de atividades de artes esportes, capacitação profissional, cultura, saúde e grupos de reflexão e exercício da cidadania.

Busca-se uma ação inter. secretarial na realização do referido núcleo.

Objetivo

Reintegração social dos idosos de rua, resgatando sua auto estima, a cidadania e promovendo a inclusão e proteção social.

Imagem 8. Descrições da Casa-Lar, do Núcleo de Convivência e do objetivo de ambos no mesmo espaço. Impressão cedida por Flora

Grande parte das questões apresentadas na etnografia tem eco com as rememorações das quatro profissionais entrevistadas. A ideia de apresentar essas memórias e narrativas sobre possibilidades e interrupções, bem como moralidades, em torno de moradias provisórias – e ampliação dos CAEI- para pessoas idosas em situação de rua foi uma maneira de se atentar também aos limites e limitações de projetos ambiguamente tão diferentes, mas relacionados no que concerne à elaboração de supervisão pela área da assistência, bem como entendimentos em torno de limitações de convivência atribuídas pelas equipes gestoras. Dito de outro modo, grande parte dos rumores na Estação Sentinela se complementam com as memórias e reflexividades das quatro interlocutoras. A Casa-Lar, nas narrativas das profissionais entrevistadas e, nesse sentido, no empreendimento desse capítulo atrela-se a um fluxo moral e governamental e faz parte da "substância memorativa" (BOSI, 2003) da Estação Sentinela e dos CAEI.

No próximo capítulo, são retomadas, de forma mais incisiva, as Paisagens de Velhices a contar dos trânsitos entre rua e prisão.

Capítulo III- Gerações Institucionais: cuidado e controle como permutas e trânsitos públicos

Esse capítulo pretende se debruçar em trânsitos institucionais a contar de duas das três paisagens de velhices - prisões e situações de rua -, referenciadas no primeiro capítulo, cuja composição se entrelaça à paisagem de velhices primordial dessa etnografia: os centros de acolhida para idosos (CAEI). Com este objetivo, no decorrer do capítulo mobilizo prioritariamente interlocuções com Junquilho, Campanha e Calêndula no que concerne aos diálogos entre situações de rua e "sair" da prisão.

O levantamento documental e bibliográfico no que tange à discussão de prisão e rua em moldes contemporâneos perpassa essa análise. Por meio da noção de gerações institucionais o capítulo pretende se atentar a uma discussão geracional em torno da prisão e da rua como paisagens da velhice e fomentar uma discussão em torno de novas instituições em contraponto a antigas instituições. Os CAEI, "novas instituições", vinculadas a heranças e paisagens, conforme capítulo 1, estão vinculados a diferentes situações de rua, como também às prisões.

O5342635
É o meu número, o meu nome
Minha identidade
Mínimo salário é o meu ordenado
12 horas de trabalho
Que felicidade
[...]
Me falam de vantagens
Que eu jamais ganhei

É o INPS, FGTS
IRSS, o Seguro e o PIS
- Ederaldo Gentil (Identidade)

Lançada em 1984, a música Identidade de Ederaldo Gentil, apesar de se referir de forma mais enfática às relações de trabalho, aposentadoria e envelhecimento, em tom crítico e irônico, congrega também a temática do trabalho como moralidade. Traz também as numerações em torno de identificação e nomeação. A música chama atenção para os arranjos históricos em torno de discursos e expectativas sobre envelhecimento e aposentadoria, pois seguem temporal e politicamente localizados. O INPS especificamente referido tantas vezes por Íris na etnografia remete também à discussão geracional em torno de direitos e trabalho nas discussões sobre velhices e envelhecimento no território nacional a partir das instituições "de cada época"; suas continuidades e rupturas, bem como os projetos políticos sob todas as terminologias e nomenclaturas. Por estar também circunscrita a determinado período, inclusive de visibilidade de "legitimidade moral de proteção aos mais velhos" e "solidariedade pública entre gerações" (SIMÕES, 2000) no país, a composição artística enlaça passado, presente e futuro dessas questões, bem como de trajetórias.

Karl Mannheim (1928, p. 129) sublinhou as gerações como um dos "guias indispensáveis para uma compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais" e definiu geração como "um tipo particular de posição social" (MANNHEIM, 1928, p. 135). Na perspectiva de tratar dos CAEIs, CAs, CAEs e prisões, conforme o trajeto dessa pesquisa, busco aproximar à discussão da Estação Sentinela, considerando também outras instituições. Dessa forma, busco atentar que se essa gama de instituições se articula aos trajetos e possibilidades de habitantes dessas instituições com problemas em comum, mas não iguais, ela também marca uma ênfase de que geração não se reduz à idade biológica e que ela confere "um nexo concreto para que a geração se constitua como realidade" (MANNHEIM, 1928, p. 152).

O diálogo entre gerações e instituições é também o fio condutor desse capítulo. Os trânsitos entre rua e prisão possibilitam a aproximação com o marcador "geração" a partir de seus distintos usos. O capítulo faz menção às diferentes gerações de instituições referenciadas pelos interlocutores no decorrer da tese e encontra o que Junquilho, ao relacionar CAEI e prisões, analisou certa vez como "engrenagem": espaços institucionais marcados por trânsitos com outros espaços, do mesmo e diferentes tipos, de diferentes períodos de instauração; anteriores e contínuos. Mais que a idade cronológica das instituições, suas terminologias e movimentos em torno das diferenças e especificidades, a geração institucional é a "forma privilegiada" (DEBERT, 1998) de mudanças nos cotidianos, compreensões de públicos e de

Direitos, além de violações em instâncias públicas. É de forma relacional que as instituições "também se contam" e "se projetam". Essa cadência relaciona diferentes instituições e uma trajetória institucional na medida que também está articulada a temporalidades em movimento frente ao passado, presente e futuro.

Os enquadramentos de atendimento a velhices e as categorias de atendimento à população em situação de rua na rede socioassistencial paulistana permitem uma aproximação também com os rumores da Estação Sentinela, com as imagéticas e estereótipos dos quais vi interlocutoras e interlocutores quererem se afastar e pelos quais manejavam aproximações dos outros, num campo atravessado por passagens, paradas, cargas, expectativas e cotidianos.

Importante considerar também a simultaneidade de políticas públicas destinadas à população em situação de rua, quando cadenciadas pela criminalização e pela culpabilização individual de pessoas que vivem nas ruas. As instituições relacionadas aos persistentes processos de criminalização ou em instituições relacionadas a elas são consideradas aqui em relação à especificidade de determinados marcadores sociais de diferença e da desigualdade. Estão também presentes, direta e indiretamente, nos processos de atendimento associados aos direitos da população em situação de rua.

A criação de novas instituições relacionadas à situação de rua em São Paulo se combina com a estruturação da assistência social pensada pela Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, que destaca sua heterogeneidade com vistas a uma reestruturação "da rede de acolhida, de acordo com a heterogeneidade e diversidade da população em situação de rua, reordenando práticas homogeneizadoras, massificadoras e segregacionistas na oferta dos serviços, especialmente os albergues (BRASIL, 2008)". Entretanto, como destacou Bruno Jaar Karam (2015) ao referenciar o consenso público da heterogeneidade da população em situação de rua, há um mesmo tratamento e o fornecimento de um mesmo serviço nos diferentes espaços:

> Mesmo existindo um consenso que esse público é heterogêneo, entretanto as instituições, por falta de recursos e pela equipe profissional reduzida, são obrigadas a fornecer o mesmo serviço/tratamento igual para todos os usuários. Por exemplo, o mesmo serviço e alimentação fornecidos a uma gestante em situação de rua é o mesmo serviço oferecido para um egresso prisional que também é o mesmo oferecido para um idoso em situação de rua (KARAM, 2015, p. 247).

Diante desse quadro que se quer heterogêneo, as velhices em situação de rua não chegam exatamente a constituir uma população formalmente delimitada nos planos. A ideia de "população idosa em situação de rua" não necessariamente se encontra formalizada pela rede socioassistencial, mas se expressa em processos que podem ser capturados de soslaio em torno das instituições destinadas a "pessoas idosas em situação de rua". Entretanto, são estas

instituições que categorizam grupos e um serviço específico a essas pessoas, de forma coletiva, na agenda socioassistencial. Os *direitos perante a idade*, por sua vez, também estão sob demanda, já há alguns anos, em instituições prisionais[78].

É justamente essa demanda em torno de especificidades no que tange a instituições por meio do marcador etário e jurídico que põe em diálogo assistência social e secretaria de administração penitenciária.

Se a produção de populações especificas é consonante com a agenda dos *direitos perante a idade*, há uma combinação também com a difusão do status político da área gerontológica no que concerne a espaços prisionais e sociassistenciais. O referencial da gerontologia desempenha um papel central na produção dessas populações específicas, seja nos CAEI ou nas prisões, em diálogo com uma ampla ideia de Direitos Humanos, intra e extramuros.

Dessa forma, a articulação entre instituições, rua e envelhecimento toca em estereótipos e remete a historicidades múltiplas. Desde uma perspectiva das agendas públicas, situação de rua e velhice são acionadas como antigos e novos problemas sociais, perpassando os marcos regulatórios dos Direitos Humanos e as instituições prisionais em distintas e muitas vezes concomitantes estratégias de gestão dessas populações. As diferentes historicidades por vezes se interpenetram no curso da vida e distintas instituições podem atravessar um mesmo corpo e uma trajetória.

Neste capítulo, abordo esses temas. Inicio com a interlocução com a Campanha, no que concerne às situações de rua relacionada a privações de liberdade. Posteriormente, me atento à trajetória profissional de Calêndula em duas unidades prisionais, com a qual articulo reflexões de Junquilho acerca de CAEIs, acolhimento e prisão. Em seguida, faço uma exposição em torno de velhices, centros de acolhida e prisões nos Censos de População em situação de rua da cidade de São Paulo. Finalizo o capítulo com uma discussão sobre ausência de Patronatos e exploro a relação entre as prisões e os CAEI, pela qual estes últimos aparecem como instituições-chave para as questões relacionadas não somente às velhices e ao envelhecimento, como também àquelas relacionadas ao trânsito institucional entre prisões e centros de acolhida. A seguir, me detenho à discussão de agenda de serviços de atendimento introduzida pela interlocutora Campanha.

[78] Conforme o 11o Ciclo do Infopen, do Departamento Nacional Penitenciário (DEPEN) de 2021, as unidades penais em São Paulo apresentam, na Categoria Ala ou cela exclusiva para grupos específicos, estabelecimentos penais com Ala ou cela destinada exclusivamente para idosos (4%), Estabelecimentos com cela(s) exclusiva (12%) e Estabelecimentos sem ala ou cela exclusiva (84%).

Demandas e Permutas - entre SMADS, SAP e Assistência Social

"Eu percebia o seguinte: a Secretaria [do estado] de Administração Penitenciária, a SAP, ligou para a gente e pediu uma conversa sobre as vagas nos centros de acolhida. E eu, claro, falei que tudo bem, porque aquilo já estava também aqui; falei: "agora vou despejar". Campanha me relatou sua percepção sobre uma reunião ocorrida no período entre 2015 e 2017: "Aquela conversa toda [era] que elas precisavam de vaga permanente para a população egressa do sistema penitenciário". De acordo com Campanha, em tal encontro entre SMADS e SAP, a vaga de pernoite em centros de acolhida era insuficiente. Em nossa conversa, ela quis deixar explícita a seguinte posição:

> eu não tenho preconceito nenhum contra os egressos do sistema penitenciário. Pelo contrário, eu acho que é um segmento que deve ter todo o nosso acolhimento, o nosso olhar específico, porque é uma condição que eles caem no sistema penitenciário, ficam muito vulneráveis (Campanha, entrevista em março de 2020).

Contudo, como gestora de um território da região central de São Paulo, pensava que "o buraco é mais embaixo". Ao contar sobre o que relatava às gestoras da SAP, contava também a mim o que chamou de experiência como gestora da SMADS em relação aos sobreviventes do sistema penitenciário:

> Falei: "gente, eu quero dizer para vocês que na experiência que estou aqui: eles chegam em São Paulo, vem da penitenciária X, vem lá de Avaré. Mas ele mora em Pindamonhangaba, mas ele vem para São Paulo. Eu não estou entendendo, primeiro, porque ele vem para São Paulo. Porque, se ele mora em Pindamonhangaba, a família dele está lá e ele deveria ir para Pindamonhangaba. Mas tem uma outra premissa, que é: o trabalho das famílias. Não sei o que acontece que todos eles chegam aqui órfãos de família. Muitos dizem para a gente: 'não, eu mantenho vínculo com a minha família, eu quero voltar para a minha família' (Campanha, entrevista em março de 2020).

Ao mesmo tempo que Campanha contava sobre a interiorização das unidades prisionais pelo estado de São Paulo, a trabalhadora da assistência social paulistana enunciava a importância da família em dois pontos da assistência social: primeiro, a centralidade que família tem na agenda assistencial e segundo, a noção de vínculo. Esses pontos estão relacionados ao que ela chamou de o "trabalho das famílias" e à centralidade dos municípios e da comunicação intermunicipal por meio da assistência.

Nesse sentido, Campanha anunciava "claro que a gente vai fazer todo o possível para dar passagem e fazer contato com o CRAS de lá [da cidade de origem], para que ele tenha acompanhamento na família, na cidade dele". Essa questão, a um só tempo alude ao "benefício

eventual da passagem" [79] como um direito de migrantes e sujeitos em situação de vulnerabilidade, nos termos assistenciais, ao retorno à cidade de origem, como também ao estímulo ao retorno, quando a gestão municipal se deparar como uma população indesejada[80]. No caso de moradia a sobreviventes de prisões estaduais, Campanha entendia sua acomodação como uma demanda municipal a contar de sua origem familiar. Em todo caso, isso colocava o problema da centralidade intermunicipal e interestadual da "Família" na política da assistência, e Campanha indagava sobre os sobreviventes de prisões como uma responsabilidade do governo estadual no que concerne à saída prisional:

> Mas e os que não tem? E a maior parte não tem. Eu vou dizer para vocês que na maior parte, os vínculos estão rompidos. Mas eu me pergunto: a pessoa ficou 20 anos na penitenciária". Imagina a cara das mulheres. "20 anos na penitenciária e vocês não conseguiram reaver. Tudo bem que você pode até não reaver, mas você tem que fazer a tentativa de reaver esses vínculos, porque ele precisa ser inserido na família. Essa é a nossa premissa da assistência. Ou não é a premissa do SUAS?".

Nesse momento Campanha acrescentou a inserção de convívio de acordo com a premissa da Assistência Social: "às vezes não tem família, mas tem amigos". Prosseguiu, então, numa tentativa de questionar um suposto destino inevitável dos sobreviventes das prisões, de integrar a "população de rua". E concluiu que deveriam ser acolhidos em instituições de acolhimento permanente para essa população:

> É. Eu falei: "então, eu pergunto para vocês: como é que ele saiu de lá, com um alvará de soltura, uma cueca — a que está no corpo —, a camiseta, a havaiana e a bermuda. E corre para o CRAS da Sé para dizer: 'eu acabei de sair da penitenciária e eu preciso de um centro de acolhida'. Eu pergunto para vocês: a rede de população em situação de rua é a melhor para ele?". Elas viraram e falaram: "mas, *Campanha, eles estão em situação de rua". "Não, eles se tornaram situação de rua*.

---

[79] Sob o título "*Benefício eventual de passagens: esperança de reconstrução de vida - SMADS emite passagens às pessoas que fazem solicitações em busca de oportunidades nas próprias cidades de origem ou em qualquer outra localidade do País"*, o site da SMADS informa que "as passagens são solicitadas pelas pessoas nos Centros de Acolhida, Centros de Acolhida Especial, Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (NPJ), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência de Assistência Social (Creas) ou Centro POP, passando por avaliação dos técnicos de assistência social nos centros de referências, que entram em contato com o local de destino informado. Os processos entre o cadastro e a emissão da passagem duram, em média, quatro dias". Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/noticias/?p=326259#:~:text=A%20Secretaria%20Municipal%20de%20Assist%C3%AAncia,origem%2C%20encontrar%20parentes%20em%20outros> . Acesso em: 11/07/2022.

[80] Entre outros episódios de ligação desse benefício à situação de rua, não exclusivos da cidade de São Paulo, destaco entre os mais recentes a notícia veiculada pelo G1 em 2017: "A Prefeitura de São Paulo pretende ampliar programa que oferece passagens rodoviárias para moradores de rua e usuários de drogas que queiram voltar para a cidade natal". Disponível em: < https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/prefeitura-quer-ampliar-programa-que-da-passagem-a-quem-quer-voltar-a-cidade-natal.ghtml>. Acesso em 11/07/2022.

O *tornar em situação de rua* emitido pela compreensão de Campanha se aproxima tanto de parte de trajetórias de Junquilho - em suas palavras, “tornar-se SIS” em refereência ao SISRUA[81] - quanto da responsabilização da prisão na demanda pelo centro de acolhida e demais serviços socioassistenciais.

> Vamos voltar; eles se tornaram, porque o sistema penitenciário é acéfalo. Ele não trabalha, ele não juntou dinheiro para sair de lá e poder alugar um quarto. Ele vai morar em São Paulo? Vai procurar a gente para tirar os documentos — também não sei por que os documentos deles somem, não entendi até agora". Imagine a conversa como foi.

Ao tratar de necessidades que chegam à rede socioassistencial municipal pós-privação de liberdade, Campanha trouxe a moradia como relacionada ao trabalho e à impossibilidade de ambos. Relata também fraturas em torno da categoria trabalho na administração penitenciária: "Eles vêm procurar a gente, porque eles querem trabalho, mas a gente não tem. Essa ligação com o empresariado vocês [da SAP] têm, para colocar eles dentro do trabalho”. Ao considerar tal conflito, Campanha informou que sua consideração em tal reunião foi a de vaga de pernoite e a separação, em termos de rede, entre situação de rua e pós-cárcere:

> Quero perguntar para vocês: como nós vamos fazer? Porque vocês não terão nenhuma vaga permanente. Vocês vão ter vaga como todos os outros na cidade têm: vaga de pernoite. Se é certo ou errado, eu não vou discutir com vocês, vou discutir na minha secretaria. Mas eu não darei vaga permanente para vocês, porque eu não acho que o egresso do sistema penitenciário deve ser inserido na população de rua. Ele deve ter uma rede própria.

Longe de uma restrita formulação pessoal, a fala de Campanha nesse trecho remonta um diálogo com o tema da intersetorialidade ao tratar dos direitos, mas enfaticamente aborda uma disputa pela responsabilidade sobre a demanda de atendimento aos direitos de pessoas pós-privação de liberdade em esfera municipal e estadual. Sua fala, como agente socioassistencial municipal, atrelava à situação de rua de sobreviventes do sistema prisional uma demanda do governo do estado:

> Pensando isso, eu acho que vocês deviam criar algumas repúblicas assim: ele chega do sistema penitenciário, ele é acolhido por uma pessoa que sabe que ele chegou; ele vai ter seu quarto, o acolhimento, a alimentação; ele vai começar a ser reinserido na comunidade, vai tirar os documentos, vai ter trabalho. E aí vai se discutir o projeto de vida dele, porque não sou eu que

[81] SIS se refere ao SISRUA, sigla do Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua – Acolhimento: “o SisRua é um sistema que permite a inserção, atualização e controle dos dados dos usuários da rede socioassistencial em situação de rua, o sistema armazena os dados dos usuários que ficam vinculados aos serviços conveniados (no caso centros de acolhida). Estes são obrigados a alimentar este sistema e realizar a movimentação diária que diz respeito à frequência do usuário no serviço”- Dados Abertos – PMSP Disponível em< http://dados.prefeitura.sp.gov.br/dataset/sisrua-sistema-de-atendimento-do-cidadao-em-situacao-de-rua-acolhimento> .

> vou dizer o que ele vai fazer, é ele que tem que dizer". Elas foram olhando para a minha cara. Falei: "por que vocês não criam repúblicas?

Embora Campanha tenha remetido aqui às Repúblicas, nos moldes da instituição formulada pelo Sistema Único de Assistência Social, tal menção ecoa a uma instituição específica quase inexistente: o Patronato, órgão instituído pelo artigo 61 da Lei de Execução Penal (LEP). A menção indireta de Campanha ao Patronato, através de uma inexistência institucional na prática de acompanhamento pós-prisão, indica também a longa história da tentativa, desde 1910, de criar uma instituição destinada a "reintegrar" os egressos na sociedade por meio da sua inserção no trabalho, inserção esta que seria responsabilidade do Estado providenciar. Nessa história, a assistência social, inicialmente prescrita como um dos setores a lidar com o Patronato, foi progressivamente escanteada, até que a questão passou a ser exclusividade do setor "penal".

A servidora continuou a recordar dos ditos na reunião: “Por que vocês querem inserir as pessoas egressas do sistema penitenciário? Essa rede é própria para quem já está na rua, já é população na rua; não é para ampliar a rua".

> Cadê o papel do governo do estado? É muito fácil essas mulheres virem para a gente e pedir vaga. Porque eles saem de um sistema precarizado, caem numa rede precarizada, *querem implementar a política de convivência da prisão no centro de acolhida* — eu tive que, várias vezes, apagar fogo. E eu não os culpo, porque a vivência deles foi essa, não tenho como criminalizar.

Ao recordar o projeto 01-00537/2017[82], da Política Municipal de Atendimento às Pessoas em Restrição de Liberdade e Egressas, Campanha o considerou como um “projeto de lei ampliando a vaga para os egressos do sistema penitenciário” e demonstrou ser contra pois “eles [os egressos] não são pobres de rua”. Argumentava, nessa direção, que os sobreviventes do sistema prisional haviam “caído na rua” devido à ausência de políticas reais de “reinserção na sociedade”. Criticava, assim, o papel do Governo do estado paulista e o responsabilizava pela ausência de políticas para uma vida digna aos que passaram pelo sistema penitenciário. Era, preciso, então, separar responsabilidades, demandas e populações: “mistura tudo e dá as maiores confusões. Um não é bem acolhido e o outro também não”.

Como observamos, e essa é uma das questões que essa tese tem se esforçado para delimitar, há não apenas um trânsito entre rua, prisão e centro de acolhida em termos das trajetórias dos sujeitos velhos “institucionalizados”, mas há também uma série de fricções entre essas paisagens da velhice no que concerne aos profissionais especializados, particularmente aqueles do serviço social. As considerações de Campanha explicitam algumas das tensões e conflitos quando esses profissionais precisam definir ações e responsabilidades. Essas fricções

[82] Disponível em: < http://documentacao.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/projeto/PL0537-2017.pdf>. Acesso em 12/07/2022.

também atravessam, contudo, a própria trajetória de profissionais: se há um trânsito das "populações" pelas instituições, também há um trânsito dos profissionais entre esses espaços. A seguir me atenho a um período da trajetória de Calêndula, perpassado pela Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado – COESPE/ Secretaria da Justiça, com o objetivo de abordar essa outra faceta das fricções entre rua, prisão e centro de acolhida.

Entre a prisão e o abrigo: a trajetória profissional de Calêndula

Em 1983, Calêndula, concursada como assistente social pelo Governo de Estado, trabalhou na Penitenciária Feminina Capital (inaugurada na década de 1940, como Presídio de Mulheres e com diversas modificações, inclusive de nomenclatura)[83] por um período de 2 a 3 anos. "E também no semiaberto". Recordou o acompanhamento e os grupos de trabalho com mulheres, "com a questão da maternidade"e de grupos de teatro, informando que seu foco "sempre foi muito, muito grande na questão da convivência". Passou a trabalhar no final da tarde e noite na unidade prisional e de manhã, com o acompanhamento de grupos de convivência e com o estabelecimento de uma "creche entre aspas" para as mulheres em privação de liberdade, já que as mulheres no semiaberto saiam para trabalhar ou buscar emprego. Nesse momento da narrativa de Calêndula há uma ponte específica com a fala de Campanha em torno da Assistência Social voltado ao sistema prisional, na sua abordagem, conforme seu trajeto como assistente social, ao trabalho "para pessoas em privação de liberdade que saiam"

> para, basicamente para procurar emprego ou para trabalhar, e voltavam à noite, aí sim que a gente tinha o trabalho de saber como é que foi, de fazer contato com as empresas que elas estavam trabalhando, de ser o elo porque as empresas abriam na confiança de que tinha profissionais acompanhando. E também com as que não estavam o incentivo de que elas fossem fazer alguma atividade fora, já que ela tinha uma semiliberdade (Calêndula, entrevista. Março de 2020).

Calêndula, no trecho acima, tratou do papel da assistência social em torno do trabalho e da relação da profissão serviço social na área penitenciária como aquela que, entre outras ações extra e intramuros, deve fazer a ponte para o trabalho da pessoa em privação de liberdade. Além disso, destacou o elo necessário da Assistência Social para assoalhar confiabilidade em empresas contratantes de trabalhadoras e trabalhadores em privação de liberdade em regime semi-aberto. A idealização dos Patronatos passava também por esse elo e em torno de quem também já tinha o regime de privação de liberdade cumprido. Uma outra questão que aparece na fala de Calêndula e que ecoa a de Campanha são os conflitos e o papel de mediação de convivência, inclusive em relação aos companheiros, atuais e antigos, daquelas

[83] Para uma abordagem em torno dessa Unidade Prisional, ver Padovani (2010).

mulheres, bem como em relação ao abuso do uso de drogas. Apesar disso, fez questão de frisar que “nosso papel nunca foi de vigiar, foi sempre de incentivar para que elas procurassem alternativas de vida". É nesse sentido, que Calêndula qualifica o trabalho na Penitenciária Feminina da Capital como uma experiência “extremamente rica”.

Após esse período, Calêndula foi trabalhar na Penitenciária do Estado[84], fundada em 1920 e atual Penitenciária Feminina de Sant’Ana[85], o que qualificou como uma grande mudança, pois, apesar das duas unidades estarem lado a lado, informou um crescimento de demanda de trabalho como assistente social em unidades prisionais, apontando o aumento de trabalho com “120 mulheres” para o trabalho em uma unidade prisional masculina “para 1200 homens”, na PE. No que concerne ao fomento ao trabalho nessa experiência, Calêndula recordou que parte do seu trabalho consistia na preparação de laudos. Os laudos envolviam uma série de entrevistas e acompanhamento com as pessoas em privação de liberdade, de modo a observar “como [a pessoa] estava se desenvolvendo”, para “subsidiar as decisões do juiz”. Calêndula explica que sua exoneração do cargo em 1989 esteve relacionada à deterioração das condições anteriores de trabalho com os laudos.

Segundo ela, os laudos foram prejudicados por não deixarem mais profissionais da unidade irem aos pavilhões após uma rebelião. Com isso, os laudos, que subsidiavam as decisões “do juiz”, tiveram uma transformação significativa em termos de acompanhamento e contato entre ela – assistente social – e pessoas em privação de liberdade: “teve toda aquela rebelião e nunca mais deixaram nenhum profissional ir até os pavilhões, tudo que a gente tinha que fazer os presos é quem vinham, e ainda vinham escoltados”, recordou Calêndula, apontando a diferença do trabalho possível dela como assistente social com quem estava em privação de liberdade quando sem escolta de agentes penitenciários. Além disso, Calêndula nessa recordação apontava uma falta de visão que passou a ter no que concernia aos pavilhões; uma limitação de trabalho que configurava também limitação e controle do que poderia ser acessado em termos de rotina numa unidade prisional[86].

Quando Calêndula se referiu a “toda aquela rebelião”, mencionou o ano de 1988, mas podemos considerar o perído. Assim como foi documentada uma *rebelião*[87] em 1987, na

[84] Para uma abordagem em torno da Penitenciária do Estado, ver Salla (1997).

[85] Para uma abordagem em torno de mulheres em privação de liberdade, como também pesquisas que passaram pela Penitenciária do Estado (PE) já transformada em Penitenciária Feminina de Sant’Ana, ver Padovani (2010; 2018), Lago (2014) e Negretti (2015).

[86] Para uma abordagem não acerca de assitência social em unidades prisionais, mas em torno de trabalho remunerado em prisões, e especificamente de agentes do sistema prisional, ver Negretti (2015).

[87] Utilizo *Rebelião* em itálico devido à relação do uso político e ativação desse termo, em diálogo com o campo de Memória Coletivas e as disputas no campo da Memória, com alusão também às hegemônicas

Penitenciária do Estado, o período de 1986 a 1988 foi marcado por rebeliões nas penitenciárias brasileiras[88]. Fernando Salla (2006, p. 292) retratou a "intervenção violenta na contenção"[89] da rebelião de 1987 na Penitenciária do Estado na cidade de São Paulo em meio a outras violências. Na memória de Calêndula, o dia da rebelião está associado à sua gravidez, pois chegou a comparecer ao trabalho do turno da manhã, mas havia abonado a falta no turno da tarde:

> Na penitenciária do Estado, eu lembro essa data porque eu estava grávida e quando eu cheguei em casa ...tinha uma secretária eletrônica e todo mundo estava preocupado. E estava lá lendo e eu só via helicóptero para cima e para baixo e nada, cheguei em casa tranquila, tinha passado uma tarde maravilhosa, tinha umas trinta mensagens, por mim e pelo bebê. Aí que eu fiquei sabendo que houve aquela rebelião imensa, imensa e depois disso eles nunca mais deixaram ninguém entrar [nos pavilhões]

O contexto em que Calêndula fala sobre prisões e laudos nos levam ao que escreveram Rosa Maria Fisher e Sergio Adorno, em 1987, sobre a diminuição da importância do serviço social na agenda pública prisões, afastando a área da assistência da segurança pública e amalgamando-as respectivamente à política de assistência social e política penitenciária, como a entrevista com Câmara também apontou. Compreendo o que os autores chamaram de "diminuta importância atribuída ao serviço social no conjunto das práticas reabilitadoras" (FISHER; ADORNO, 1987, s.p.) como um vinco, uma cicatriz, de uma desvinculação da Assistência Social na *trama institucional* (GREGORI, 2000) em torno das instâncias municipais e estaduais no que tange ao trânsito entre instituições penais e situação de rua.

A seguir me atenho a um trecho em que Calêndula expõe o motivo do seu pedido de exoneração:

---

e contra-hegemônicas. A ausência desse termo como solo de presença da palavra *Motim*, por exemplo, nas Memórias em torno do Carandiru no museu Penitenciário Paulista são combinadas à não escrita da palavra *Massacre* na mesma instituição museológica penitenciária.

[88] Quanto a rebelião de 1988 aludida por Calêndula quanto a de 1987, atentada por Salla (2006), conforme mencionada por ela, vale atentar ao período de 1986 a 1988, a partir do relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre a situação dos direitos humanos no Brasil (1997). Foi comprovado que das 11 rebeliões ocorridas entre setembro de 1986 e abril de 1988, nas seis rebeliões em que houve negociações, não ocorreram mortes; Por outro lado, as cinco ocasiões em que não houve negociação com os rebeldes, mas repressão violenta, resultaram em 47 mortes entre guardas e detidos (CIDH, 1997, s.p.; versão online)Disponível em:< http://www.cidh.org/countryrep/Brasesp97/indice.htm> . Acesso em 13/07/2022. Esse trecho referencia como fonte um documento não encontrado para consulta: Pastoral Carcerária Da Arquidiocese de São Paulo, Elementos para una reflexão em busca de pistas na questão de rebeliões e reféns 1986-1988, maio 1988, pág. 5.

[89] "Outra intervenção violenta na contenção de uma rebelião se deu em julho de 1987, na Penitenciária do Estado na cidade de São Paulo. Os presos se rebelaram, estavam com duas armas de fogo e tinham vários reféns entre presos e funcionários. O grupo que liderava a rebelião queria a fuga do presídio. A ação de contenção foi feita pela Polícia Militar e deixou um rastro de 29 mortes. Um funcionário foi morto pelos presos" (SALLA, 2006, p. 292).

> Isso foi em 88, quando chegou em 89 eles resolveram limpar a cadeia, essa era a palavra, tem que limpar a cadeia, então tem que fazer laudo, foi aí que eu pedi minha exoneração. (...) como é que eu vou fazer laudo sem poder visitar uma família, porque eles cortaram tudo, não podia, tinha que fazer laudo meio que puro, fabricação, um atrás do outro. "Não, tem que fazer". Eu não vou fazer. "Como não vai fazer? Nós estamos mandando." Eu vou pedir a minha exoneração, e pedi. Porque é uma responsabilidade muito grande quando você faz um laudo para subsidiar um estágio de pena dessa pessoa.

Seu pedido de exoneração nos conta sobre sua escolha de saída do posto público como assistente social, relacionada à impossibilidade da prática profissional do serviço social ancorada à ética do laudo. O laudo referido por Calêndula faz menção direta ao serviço de assistência social na Lei de Execução Penal e não se restringe a diagnósticos e exames, mas também ao acompanhamento, às visitas familiares e toda uma metodologia de trabalho que a assistente social recorda do processo de interrupção[90]. *Limpar a cadeia*, *fazer laudo* e *fabricação de laudos* remetidos por Calêndula nos levam, mais do que aos procedimentos de execução de liberdade por parte dos juízes, ao período de visibilidade que as unidades prisionais tinham coetaneamente em termos de superlotação e violência. A exoneração solicitada por Calêndula é um pouco anterior ao deslocamento das pastas estaduais de governamentalidade dos espaços prisionais: da Secretaria de Justiça à Secretaria de Segurança Pública, em 1992, e criação da Secretaria de Administração Penitenciária no ano seguinte, 1993. Esses trânsitos também formam as paisagens prisionais.

A seguir me debruço na "engrenagem", remetida por Junquilho, na busca por cadenciar a relação entre prisão e *centros de acolhida especial para idosos* no município de São Paulo. Junquilho, durante sua trajetória, de adulto "egresso" nos termos da discussão entre a instância estadual e municipal referenciada há pouco, certamente seria lido na mesma discussão como "idoso acolhido" em um *centro de acolhida especial para idosos*.

Portas de um só corpo

"Eu faço muda"- Junquilho

Junquilho retornava para um dos *centros de acolhida especial para idosos* (CAEI) em que morou quatro anos antes. O problema da convivência narrada naquele dia contemplava falta e

[90]"SEÇÃO VI - Da Assistência Social": "Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. Art. 23. Incumbe ao serviço de assistência social: I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames; II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido; III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho; VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima (LEP, 1984).

excesso. A partir de lembranças e comparações com prisões e em contraste com o "depósito de loucos", conforme suas palavras, no CAEI anterior pelo qual passou e onde o conheci (Estação Sentinela), Junquilho recordava do período em que esteve preso ao narrar sobre o período na rede socioassistencial. Nos centros de acolhida, tanto os comuns quanto os especiais, conforme seus trânsitos e o que contava, o em comum nessas instituições se dava a partir *da briga* pelo excesso de tempo no mesmo local: "imagina um tempo desses, duzentas e tantas pessoas pessoas no mesmo local tanto tempo".

> O nosso contrato com a assistência social se refere a funcionários como prestadores de serviço. Pra quem? Pra nós. O monitor, ele tem que ter feito um cursinho de monitoração... ele tem porque ele é um orientador. Mas aí não, aí é pior que carcereiro. Porque nem carcereiro dá gogó na gente não se não for quando a choque entra ou se a gente briga, a gente quer bater neles, é lógico...aí tem que reagir (Junquilho, 2019)

Ao referir brigas entre "acolhidos" e de "acolhidos com funcionários", Junquilho falava de seu cansaço e da impossibilidade de sair dali, exprimindo sua sensação de aprisionamento: "A comparação aí ... hoje está exatamente igual à cadeia. *Só que aí a diferença é que aí eu sou preso pela situação social mesmo*. *Me tornei um perfeito SIS*." Continuou: "na verdade, a gente não é tratado como idoso. A gente é tratado como retardado, como marginal. A gente está de favor. A gente só enche o saco. E a gente escuta isso normalmente das funcionárias". Importante mencionar que considerei a sensação de "aprisionamento" de Junquilho por conta dele ter estado em privação de liberdade; sua referência ao aprisionamento é específica e marcada por sua experiência e trajetória. Não se trata de descartar os diversos significados e usos da expressão "se sentir aprisionado (a)", mas a fala de Junquilho, ao evidenciar relação, se aproxima de uma enunciação que congrega, além de sua singularidade, encontros específicos entre tais instituições a partir de quem por ambas passou.

Chamando de "Centro de Acolhida para Idosos", perguntei então a Junquilho, qual era o seu ideal:

> *Pessoal personalizado e capacitado para lidar com idosos. Aí eles põem agressores aí; funcionários que já trabalhou de carcereiros.* Por falar nisso, esqueci os livros para você levar... carcereiros... *lá no Dunas dois que trabalham a noite são carcereiros, até me reconheceram*... um falou "Seu Junquilho, eu já vi o senhor"... aí depois que ele falou "o senhor morava no 56 ali na, no Castelinho, em Franco da Rocha... agora que eu lembrei...o senhor trabalhava num escritório que tinha embaixo da escada quando vai para a administração". *Eu falei "exatamente, a função minha lá, como eu era setor, eles falam que a gente é setor, eu sou setor judiciário que eu fui recursista a vida inteira* (Junquilho, 2019).

Numa perspectiva etária, "egresso do sistema prisional paulista", conforme sua referência a si mesmo, ainda adulto, Junquilho encontrava-se, em tal perído, numa posição de "idoso inserido na rede sócioassistencial": "a minha permanência no CAEI, nos CAEIS que eu

estive, lá, aqui e agora, só me fez constatar que é *uma engrenagem".* Ao contar do encontro com dois agentes penitenciários em um centro de acolhida pelo qual passou, a frase de Junquilho "Eu fui recursista a vida inteira" alinhavava seu conhecimento jurídico em torno de processos e recursos que acompanhava quando em privação de liberdade, algo que ele referia também a contar do termo rábula, e indicava algo que continuava como uma demanda local, variavelmente local.

Da engrenagem

> O sistema da assistência social ... então ele é sistematizado de uma forma que se você passar por exemplo seis meses fora daqui aí teu nome tá fora do sistema, aí você tem que começar tudo novamente. Tem que ir na Defensoria Pública, tem que fazer uma queixa que você ta abandonado né... pra começar tudo de novo... é um sistema mesmo isso aqui... no mínimo é um rodízio, são sempre as mesmas pessoas que estão aqui. Você pode ver que aqui não renova. São pessoas que vem de outros lugares, que já estiveram em outro lugar, já estiveram aqui... não é uma coisa...não é uma coisa que a gente vê aí falar (Junquilho, 2019)

O verdadeiro SIS, a que Junquilho referiu ter se tornado, e *estar aprisionado na rede* socioassistencial, além de estar relacionado ao SISRUA, remete também, conforme seu trajeto e perspectiva frente a sua passagem pela rede de assistência social, a uma tríade construída pela interlocução legível historicamente entre prisão, rua e centro de acolhida.

Trajetos institucionais e trânsitos, ao referirem à i*nstitucionalização* dos sujeitos, atentam e relacionam instituições que servem, conforme a percepção de Junquilho, para "*pagar a sociedade"* e "*receber acolhimento"*. As referências de Junquilho frente aos entroncamentos variáveis entre Centros de Acolhida e Prisão também surgiram na etnografia. Durante as idas ao Riachão[91], o próprio nome "pavilhão" circulava como forma de indicar os diferentes centros de acolhida daquele complexo, como me informaram um funcionário da portaria e a descrição da instituição feita por Amanda[92]. Esses entroncamentos foram apontados também por Bruno Karam (2015, p. 247), na dissertação de mestrado *O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo*:

> críticas feitas pelos acolhidos do tratamento de alguns centros de acolhidas que aparentam ser "prisões albergues", onde os albergados precisam se comportar da mesma forma que um prisioneiro, como também a falta de liberdade do controle de ir e vir na instituição, controle de regras e horário da instituição.

Fernando Pereira (2013) em sua dissertação de mestrado, denominou como

[91] O Riachão era composto por um conjunto de centros de acolhida (CA), centros de acolhida para mulheres (CAE), centro de acolhida para mães e criança (CAE) e Instituição de Longa Permanência para idosos (ILPI).

[92] A visita ao Riachão é contemplada no capítulo 6.

labirinto “o processo de transformação dos moradores de rua em “usuários” da rede de atendimento” (PEREIRA, 2013 p. 48). A circulação por “equipamentos” também foi apontada por Ronaldo Almeida, Tiarajú D' Andrea e Daniel De Lucca: “sabe-se que há uma intensa e contínua circulação entre diferentes instituições” (ALMEIDA; D’ANDREA; DE LUCCA, 2008, p.119). Karam (2015), que analisou especificamente narrativas de “egressos prisionais” em situação de rua, destaca que

> o olhar ao egresso prisional que sofre preconceitos e é mal visto por uma sociedade preconceituosa que intitula todos os egressos como: vagabundos, mendigos, zumbis, craquentos, bandidos, etc. Entretanto, quando se trata de egresso prisional em situação de rua, o preconceito é maior ainda pela população e por parte de alguns profissionais (KARAM, 2015, p. 338).

Junquilho, na mesma ocasião, me disse que depois de conversar comigo sobre as prisões não contou a mais ninguém. Contou-me que não queria mais ser acusado “de algo”. Reiterando a engrenagem, tratava da segurança pública como *moenda* constituinte:

> É o sistema. Então a gente faz parte. Aqui todos nós fazemos parte de um sistema, de uma engrenagem viciada né? Porque não vai, não ta surtindo efeito. Não tem efeito porque a finalidade mesmo aqui seria pra gente viver com dignidade né? Com... e não atinge isso aí não. A gente é humilhado direto aqui. É horrível. Isso aqui eu falei que é pior que cadeia. Cadeia eles tratam a gente dessa forma. Entendeu? E esses monitores que tão vindo agora, além da falta de capacitação pra trabalhar com idosos, eles vem já de uma engrenagem já de polícia, de policial, né? Pode ver, esse senhor que foi me chamar lá em cima, por exemplo, ele parece mais um carcereiro (Junquilho, 2019).

A relação entre segurança pública, vigilância e a presença de pessoas vivendo nas/das ruas não é nova. A engrenagem de Junquilho faz referência aos trânsitos, velhos, entre instituições de amparo e controle:

> Pra mim, é pior que um semiaberto porque eu posso sair e não quero sair porque eu tenho medo de morar na rua. Eu não sobreviveria na rua. Então pra mim, trabalhar em que? (...) é que também não tem como pegar emprego né? Que ninguém vai dar emprego pra quem mora em albergue né? Cê tem que levar a carta de referência daqui, aquela coisa toda, então não tem nem jeito mesmo (Junquilho, 2019)

Junquilho enumerou situações de impossibilidade de emprego, situações de rua e situações de institucionalização no seu trânsito de uma instituição penal para um centro de acolhida, e no trânsito de seus direitos de adulto para idoso. Como vimos, antes da Constituição de 1988, fonte de elaboração de Direitos nos campos da assistência social, existiram os códigos penais de 1830 e 1890 que preconizavam a situação de rua (entendida como vadiagem pela

legibilidade de governo punitiva) como motivo de prisão e reinserção ao trabalho. Nas diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, a Constituição de 1988 é referência para tratamentos e normativas em torno da *população em situação de rua* e *população idosa*, muito embora a historicidade da criminalização entre instituição e rua remeta a outros marcos regulatórios, e à categoria trabalho. O Código Penal Brasileiro de 1890 é, nesse sentido, uma referência para historicidades desta criminalização, pois prescrevia anulação de direitos políticos daquelas e daqueles condenados por vadiagem e mendicância. Em 1893, cria-se a possibilidade de internações em colônias correcionais que previam reabilitação ao trabalho para mendigos considerados aptos, mesmo sem direitos políticos (MELO, 2011). Neste período, foram criados também os Patronatos, que idealmente serviriam como espaço de assistência a egressos.

Os Patronatos**,** embora preservados desde que lançados conforme as "Utopias Penitenciárias" (Pedroso, 1997) e previstos pela Lei de Execução Penal, pelo Art. 61, são ausentes em grande parte dos Estados Federativos, conforme levantamento de 2016 do Departamento Nacional Penitenciário (DEPEN). Na narrativa e trânsito institucional de Junquilho, embora *haja ausência* de Patronatos, nesses moldes prescritos, o seu ingresso à rede socioassistencial, *tornar-se SIS,* foi possível a partir de instituições sob a ótica da idade, que marca políticas públicas e direitos, a partir de diretrizes gerontológicas. Essa acolhida, ao mesmo passo que possibilita uma morada, oculta permutas públicas ao longo do curso da vida de Junquilho e de outras pessoas, quando perspectivados mediante narrativas oficiais acerca de trânsitos institucionais. Faço alusão ao termo permutas públicas a contar do uso de "permuta" por Clúsia, durante a etnografia.

Por permuta, Clúsia sempre referiu trocas entre "moradores" de CAs, CAEs e CAEIs ou "usuários" da rede socioassistencial que as instituições podiam propor umas às outras. Esse processo de permuta, de forma mais alargada permite referenciar as trocas entre instâncias, trocas que se dão para além de uma mesma secretaria, ou até fora da mesma esfera federativa. Os censos de população em situação de rua se relacionam com a engrenagem, conforme análise de Junquilho, e com a abordagem de Campanha em torno de um acordo entre SAP e SMADS quanto à reserva de vagas para a situação de rua relacionadas a processos oriundos de prisões. O trânsito entre prisão e rua alinhava duas ações: troca de situação, no âmbito da governamentalidade que opera simultaneidades, e ocultação dessas simultaneidades (ou coeataneidades) em agendas públicas, como as da SAP e da SMADS.

As não acontecidas falas oficiais e públicas dessas simultaneidades geram uma permuta pública também coexistente; uma troca informações e ocultações ao mesmo tempo que um trânsito entre vagas estaduais, em instituições prisionais, que se expandiram em

detrimento de vagas municipais, em CAS, CAES e CAEIS que não prescrevem um número de vagas para quem sai das instituições estaduais. A maneira da leitura dos censos de forma segmentada cadencia uma não tão oficial questão, que segue em construção de formalização[93]. Simultaneidades oralizadas por Junquilho e Campanha se fazem relacionais, dessa forma, às políticas públicas acerca de uma governamentalidade coexistentee não separada; abordagem social e rede de centros de acolhida nos mesmos dias, mesmas horas de abordagem policial e sistema prisional. Todas as ações, apesar de mudanças terminológicas, numa agenda social que nasceu junta, como analisado no capítulo 1, quando miradas em suas especificidades dão assoalho à trajetória, do, e ao, discurso já existente de agendas separadas e entraves como as narradas por Campanha.

Essa simultaneidade longeva constituída e mantida governamentalmente compõe uma "substância memorativa" (BOSI, 2003). Sua densidade está presente nas memórias de Junquilho e Campanha. Aparece nos trajetos de ambos assim como nas trajetórias institucionais que referem, se aproximando de uma história mais densa, que, nos termos de Ecléa Bosi (2003, p. 24) "aparece com clareza nas biografias; tal como nas paisagens".

Considerar a institucionalização do curso da vida (DEBERT, 1999) possibilita atentarmos à articulação de periodizações da vida com arranjos institucionais. Os CAEIs, podem ser lidos no que concerne às especificidades a "problemas particulares", conforme a abordagem de Robert Castel (2006). Entretanto, a questão que os *centros de acolhida especial para idosos* (CAEI) colocava para Junquilho apresentava-se, durante seu curso de vida, a partir do hibridismo desses "equipamentos" públicos. As polissemias não são apenas terminológicas como também institucionais. Transitar institucionalmente, na interlocução com Junquilho, é uma referência à engrenagem que desloca os sujeitos no curso da sua vida de uma instituição a outra, de um registro a outro, que por sua vez são eles mesmos também dissociáveis entre si. A ausência quase predominante da Instituição Patronato nos leva a vácuos institucionais preenchidos na prática cotidiana dos CAEIs. Deste modo, relacionar os temas instituições, rua e envelhecimento em CAEIs empreende também uma forma de compreender cursos da vida.

Nesse sentido, *a engrenagem* remete às tramas da visibilidade da diferença entre a população idosa em detrimento dos ocultamentos de passagens institucionais de habitantes dos CAEIs. Possibilita também se atentar às permutas públicas. Os CAEIs, construídos como serviços especiais, com foco na *idade,* remetem também às peças que Junquilho refere. A engrenagem invisibiliza as suas próprias peças, ocultando as relações entre prisões e centros de acolhida. Esses últimos, construídos como serviços destinados à população em situação de rua

[93] Me refiro ao referido Projeto de Lei 01-00537/201.

adulta de forma homogênea tem como ramo a diferenciação entre centros de acolhida e os especiais. Enquanto os CAEIs, que têm como foco os *direitos perante a idade*, dividem esse campo de ramificação junto com outros CAEs, com outras ênfases e especificidades capturadas, com exceção de trajetória institucional vinculada a privação de liberdade dos sujeitos. A seguir me atento a tal discussão por meio de apresentação e diálogo com as pesquisas censitárias de população em situação de rua em São Paulo.

Censos de População em Situação de Rua em São Paulo

Como exposto no Capítulo Paisagens de Velhices, o censo de população em situação de rua de 2015 passou a considerar "os idosos"de forma mais precisa na contagem e informou o trânsito institucional por prisões. O mesmo documento considerou pequena a passagem de grupos de pessoas mais velhas por unidades penais. Guita Grin Debert (1993, p.121) ao tratar do discurso gerontológico dos anos 1980 no país, informou quatro elementos recorrentes empenhados em "transformar a velhice em uma questão política". O primeiro referente à explosão demográfica e aumento de gastos para atender "às demandas da população idosa" (idem); o segundo refere-se a uma crítica ao capitalismo; o terceiro diz respeito à valorização da juventude e novidade e, por fim, o quarto se refere à conflituosa rede de mecanismos voltados ao amparo à velhice diante do decréscimo de quantidades de famílias combinado ao atendimento da maior parte da população. O texto de Debert, escrito nos anos 1990, situa os anos 2000 como período de crescimento previsto da população brasileira de mais de sessenta anos, desafiando a ideia de um país associado à juventude.

Voltando aos censos da população em situação de rua e em privação de liberdade, é preciso considerar que os mesmos dados que podem ser utilizados para formulação de políticas em torno de velhices e envelhecimentos articuladas à situação de rua foram referenciados como "pequenos" em termos quantitativos. Se atentar a tais dados e permite indicar que não se trata de uma projeção ou um futuro próximo. Essas informações se referem a um reconhecimento de existência e da presença de pessoas velhas em situação de rua. São ao mesmo tempo necessários para o estabelecimento de políticas específicas e da constituição de uma população a ser assistida, em termos longevos, e usuária da rede sociassistencial, desde assistência social enquanto política pública, para a qual devem se destinar recursos e profissionais.

Ainda no diálogo com Debert, cabe notar sua observação sob "a ideia de país sem memória" (DEBERT, 1993, p. 121). Comumente em torno de uma história dos Direitos, os arranjos de memória têm como desafio também atentar aos "índices em comum" (BOSI, 2003) de forma relacional. Eles conformam relações em torno de períodos que não tecem uma

“memória democrática” em torno de quantias e paisagens de velhices longínquas; se há poucas décadas disputadas, há muitas décadas também as paisagens de velhices circunscritas na tese são localizadas como “cenas”; descritas como e com pouca quantidade.

É nesse sentido também que os Censos de População em situação de rua – um deles, de 2015, apresentado no Capítulo Paisagens de Velhices, - são trazidos a essa parte do capítulo. Procuro me aproximar dos censos em diálogos que visam “conversas não inocentes” (HARAWAY, 1995).

Os censos em população em situação de rua de São Paulo apresentam qualitativos acerca de “grandeza numérica” dessa população, e desde o primeiro relatório, estiveram relacionados à formulação de políticas. A ideia da demanda é fundamental aqui. Nesse sentido, cada vez mais os censos trazem perguntas específicas, ao ponto de que, no último censo em 2021, pela primeira vez houve perguntas a pessoas em situação de rua sobre períodos de privação de liberdade. Não se trata de uma atenção nova, pois as relações entre rua e prisão já eram foco da atenção dos poderes públicos há décadas. Muito menos trata-se de um fenômeno novo, pois essa circulação tanto de profissionais como de sujeitos não é recente. Sustento que se trata de um vinco, mais uma dobra pela qual essa relação se constrói na cena pública.

Ao mesmo tempo, tudo isso evidencia também a importância dos números para a gestão dessas populações, para o modo como aparatos de governamentalidade vão se constituir em relação a esse entroncamento. A demanda é, assim, um dipositivo-chave da rede socioassistencial, e os censos são instrumentos fundamentais no campo de questões a que me debruço nesta tese. A seguir, percorro os Censos da População em Situação de Rua desde o início da sua implementação, em 2000, com vistas a apontar como as concepções sobre população de rua e os debates trazidos pelos números vão se desenrolando. Ao longo dos censos, podemos inferir como os “albergados” são definidos como parte da população em situação de rua, constituindo-se como central o seu tempo de permanência nos “albergues”. Também é possível visualizar, de forma muitas vezes extremamente sutil, algumas das relações entre rua e prisão que os censos (pouco) permitem compreender.

O Censo de 2000

O primeiro Censo da População em Situação de Rua no município de São Paulo, em 2000 foi realizado antes da Política Nacional da População de Rua, e nele observamos a

nomenclatura “moradores de rua” [94]. Como é possível perceber também à terminologia “moradora de rua” há vínculos com instituições. A contagem definiu

> como moradores de rua o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são moradores de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de entidades sociais (FIPE, 2000, p. 2)

A pesquisa do ano 2000 contabilizou 5.013 pessoas “em logradouros”, o que seria correspondido atualmente, como veremos adiante, no censo atual como “situação: rua” e 3.693 em albergues, que hoje teria equivalência ao que hoje o censo chama de “situação: acolhido”. O censo referido apresentou “um universo de 8.706 moradores de rua” (FIPE, 2000, p. 2).

Conforme a intenção desse capítulo me atentarei às questões de velhice, instituições e tempo de rua. É em torno deste último, inclusive, que CAEI, velhices e envelhecimento se apresentam também como um ponto de encontro com tal contagem censitária.

> [...] *o tempo de permanência na rua é um dado importante para a compreensão das diferenças encontradas entre os moradores e as possibilidades de atuação junto a eles*.
>
> A estimativa do "tempo de permanência de rua" deve incluir, em um mesmo conjunto, o *morador de rua "crônico*", *associado a uma longa permanência na rua e aqueles que, recém-chegados à rua, mantêm ainda possibilidade de retorno. Entre os dois extremos, encontram-se, também incluídos na estimativa, moradores cujo tempo de permanência descreve um continuum, com percepções diferenciadas do tempo* (FIPE, 2000, p. 15, grifo meu).

O documento traz informações importantes sobre o que é tido como relevante em termos do conhecimento dessa população e das políticas associadas a ela. Inicialmente, vemos que o “tempo de permanência de rua” é uma dimensão central, institui uma diferença entre o total da população, e justifica a atuação da assistência social. Em seguida, a ideia de cronicidade e de longa permanência remete ao debate sobre envelhecimento, velhices e os CAEI. São essas temáticas que, como procurei sustentar anteriormente, conectam geracionalmente pessoas, instituições e rua; olhar para as velhices numa perspectiva de presente é importante no sentido de sua relação com o futuro não somente como sinônimo de projeção ao mesmo tempo em que pensar sobre o envelhecimento de pessoas adultas em situação de rua também requer atenção nessa discussão, assim como as temáticas de paisagens rua e prisão, conforme capítulo 1, em que precariedades são consideradas, por distintos ângulos e agentes, como aquelas que “fazem envelhecer”. É em consideração a esses debates que a faixa de idade 50 a 59 anos têm extrema

[94] Para uma discussão em torno da terminologia “situação de rua”e “morador de rua” sugiro consulta ao acervo do Jornal Trecheiro cujo material mostra também dessa historicidade em suas edições, e o trabalho de Camila Giorgetti (2006), resumidamente abordado na introdução.

importância também na discussão dos CAEI, sobre velhices e situação de rua, e que será considerada na abordagem dos censos com os quais este tema dialoga.

Quanto ao tempo de situação de rua informado pela atividade censitária em 2000 é possível verificar também o apontamento público de pessoas em situação de rua há mais de uma década também como um fenômeno não novo. O censo informou que entre as pessoas abordadas na pesquisa encontradas em "logradouros", 12,3% delas informou estar há mais de doze anos na rua; 19,5% de cinco a doze anos. Já entre as pessoas encontradas em "albergues", 5,6% estava há mais de 12 anos e 13% de cinco a doze anos.

Cabe atentar ainda em torno de envelhecimento e velhices que podemos perspectivar a partir do Censo de 2000 que dentre "moradores de rua encontrados em albergue" (FIPE, 2000, p. 28), 10,9% desse grupo tinha idade entre 56 e 60 anos e 24,4% entre 46 e 55 anos. Além disso a idade mediana documentada foi 41 anos e a máxima 76. Já entre "moradores de rua encontrados em logradouros" (FIPE, 2000, p. 8), 4,9% dessas pessoas tinha 61 anos ou mais, 4,6% tinha de 56 a 60 anos e 19,3% tinha 46 a 55 anos. A idade mediana documentada entre "moradores encontrados em logradouros" foi 39 anos, e a máxima 74. Segundo o censo: "foram encontrados moradores com 62, 70, 71 anos e, o mais velho de todos, com 74 anos, sendo que os moradores com mais de 60 anos correspondem a 4,9% da população" (FIPE, 2000, p. 7).

O Censo de 2003

Na definição de População em Situação de Rua no censo 2003 há uma admissão de ambiguidade importante:

> A definição de população em situação de rua é, sabidamente, difícil. A multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e moradia, as diferenças de tempo em que os vínculos familiares se dissolveram e novas formas de socialização se consolidaram, são alguns dos inúmeros fatores que dificultam a formulação de conceitos unidimensionais e livres de ambiguidade (FIPE, 2003, p. 6).

Foi registrado em tal relatório, além de uma apresentação da terminologia "situação de rua", a explicação de sua relação com a "moradora de rua" a partir da perspectiva de heterogeneidade da população e uma expectativa de conhecer "condições definidoras dos vários subgrupos" (FIPE, 2003, p. 7) que "exigiria um conhecimento aprofundado desse universo, que ainda não se dispunha inteiramente em 2000" (FIPE, 2003, p. 7). O relatório também destacou a necessidade de atenção para não confundir a população recenseada "com outros segmentos da população mais pobre da cidade":

> Frente às dificuldades conceituais e operacionais, a pesquisa elegeu o lugar de pernoite como o indicador da condição de "morador de rua".

> Reconhecendo as implicações de uma definição unidimensional, entendeu-se, entretanto, que o local em que se abrigam à noite - logradouros ou albergues - reflete o conjunto de privações e dificuldades presentes nessa condição. A perda da moradia simboliza, também, um importante ponto de ruptura, ponto de acumulação de um processo posto em curso muito antes da chegada à rua (FIPE, 2003, p. 7).

Essa passagem textual do documento nos é importante por conta do reconhecimento, na perspectiva do relatório, de um "processo posto em curso muito antes da chegada à rua". Essa perspectiva permite alargar o significado de "população em situação e rua", abrindo espaço para a perda de uma casa nesse processo, para a privação de liberdade e ainda, como veremos no capítulo de trajetórias etnobiografadas, para a simultaneidade em torno de ter uma casa mas não poder mantê-la financeiramente, como aconteceu com Íris e Luara.

O Censo dividiu a população em "albergados" e "pessoas de rua" e considerou população em situação de rua:

> o segmento de baixíssima renda que, por contingência temporária ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos. Também são pessoas em situação de rua aqueles que pernoitam em albergues públicos ou de organizações sociais. Denominamos os membros dessa população como pessoas de rua ou morador de rua (FIPE, 2003, p. 7).

A estimativa documentada pelo censo de 2003 foi de 10.399 pessoas em situação de rua, contabilizado 4.213 (40,5%) como "pessoas de rua" e 6186 (59,5%) como "albergados". A população a partir de 56 anos foi registrada como 13,9% da população recenseada e de 41 a 55 anos, 33,6%. Na contagem de "pessoas de rua", pessoas a partir de 56 anos representaram 8,1%, enquanto os "albergados", 17,8%. Já pessoas com idade entre 41 e 55 anos, quando agrupadas em "pessoas de rua" representaram 26,8%, e quando agrupadas em "albergados", 38,2%. O aumento da faixa de idade "56 anos ou mais" na contagem comparada a 2000 foi abordado pelo documento da seguinte forma: "há, talvez, um pequeno aumento na idade dos albergados, com a presença de uma população um pouco mais velha" (FIPE, 2003, p. 30).

A tabela 32, chamada "alternativas de pernoite das pessoas albergadas no mês anterior à pesquisa" trouxe, entre as informações de locais, "sob vigilância policial", dividido em "deic/dops/dp" e "cadeia". Infelizmente a tabela do documento estava desconfigurada, mas os números parecem se referir à frequência e não porcentagem; 32, 3 e 29 respectivamente.

Quanto ao tempo de uso do albergue, consta a informação de que entre "albergados", 13,2% das pessoas recenseadas utilizava o serviço de albergagem há mais de cinco anos: "[...] parece haver "um público cativo" freqüentador de albergue há mais de cinco anos" (FIPE, 2003, p 37). Ao tratar das respostas de uso do serviço há mais de um ano o relatório

considerou também “uma indicação de que para parte dessa população os albergues não são uma solução provisória de moradia” (FIPE, 2003, p. 37).

O Censo de 2009

O censo de 2009, que contabilizou 13666 pessoas em situação de rua, delimitou uma atenção que compactua com a perspectiva de fronteiras porosas entre idade como dispositivo jurídico e velhices em determinadas paisagens. A parte do Relatório “Adultos em Situação de Rua com 50 anos ou mais” informou o aumento de 7% em relação ao censo de 2000 em relação às pessoas em situação de rua com 50 anos ou mais: “Hoje eles representam aproximadamente um quarto dos que vivem nas ruas da cidade (24%), enquanto que em 2000 eram 16,9%” (FIPE, 2010, p. 146). Importante lembrar que a instituição CAEI neste ano já existia na rede socioassistencial e que desde o início sua diretriz etária de entrada foram os 60 anos, conforme horizonte geronto-jurídico neste quesito e quando relacionado às noções de autonomia e independência. Isto porque restrita à diretriz gerontológica, a veiculação dessa conceituação é fragmentada, entre outras formas, também pela ideia de “autossuficiência”, conforme o material de páginas online da SMADS apresentadas anteriormente. O relatório informou também que:

> Quase a metade deste grupo é formado por brancos (47%) A proporção é bem mais alta do que a encontrada no conjunto da população de rua (35%). Em relação ao gênero não há diferença significativa em relação ao total, já que a proporção de mulheres no grupo (15%) é bastante próxima do conjunto (13%). A escolaridade dos mais velhos é mais baixa do que os grupos etários mais jovens, apenas 13% foi além do ensino fundamental, uma proporção bem menor do que a existente no conjunto (20%) e principalmente da encontrada entre os mais jovens (27%) (FIPE, 2010, p. 146).

No que concerne ao tempo de situação de rua, o censo de 2009 estabeleceu uma média do “grupo mais velho” (FIPE, 2010) de 9,2 anos superior ao “conjunto da população” (FIPE, 2010); 6,2 anos. Mais da metade do “grupo mais velho” (55%) estava há cinco anos ou mais em situação de rua, sendo que para o conjunto o percentual era de 40%. Deste modo, perspectivo aqui que este relatório já documentava de forma mais enfática a longevidade de situações de rua.

Importante veicular também a informação já de mais de uma década também sobre uma grande temática conflituosa em torno de velhices no que concerne à gestão dessa população e às atribuições de responsabilidade de cuidado: a família. O relatório pontou que 59% das pessoas do “grupo mais velho” (FIPE, 2010) tinham filhos, mas não viviam “com eles na rua” (FIPE, 2010, p 146) e que 77% viviam “sozinhos na rua, uma proporção maior do que a encontrada no conjunto da população de rua (66%)” (FIPE, 2010, p 146).

No que tange aos trânsitos institucionais, no "grupo de pessoas mais velhas" (FIPE, 2010) a pesquisa mensurou em 30% o índice de "internação em instituições" (FIPE, 2010): "*As mais frequentes são casas de detenção, por onde passaram 14% dos com mais de 50 anos* e clínicas de recuperação de álcool e drogas onde estiveram 11%" (FIPE, 2010, p. 148, grifo meu). Ou seja, a passagem por outras instituições que remetem à circulação dos respondentes aparece aqui de forma mais relevante.

Importante destacar também sobre a informação a respeito da região central de São Paulo nesse relatório da atividade censitária em 2009, que contabilizou 4093 "moradores de rua" em tal perímetro da cidade:

> identifica-se um forte crescimento do número de moradores de rua na Área Central, ou seja, a população recenseada passa de 2810 em 2000, para 4093 em 2009, com forte concentração em República e Sé, onde o incremento foi da ordem de 120% e 55%, respectivamente (FIPE, 2009, p. 29)

O censo de 2011

O censo de 2011 contabilizou 14478 pessoas em situação de rua; 6765 "na rua" (FESP, 2012) e 7.713 "em centros de acolhida" (FESP, 2012). No que concerne ao que o relatório da edição censitária chamou de grupos etários, enquanto o de "Adulto" conformou o maior número registrado, "7.002 indivíduos" (FESP, 2012, p. 9), 1.455 pessoas em situação de rua conformaram o grupo "Idoso" (FESP, 2012). Nos centros de acolhida o relatório informou o grupo "Idoso" mais uma vez como o segundo maior encontrado; 12,1%.

O Censo de 2015

O censo de 2015, cuja parte das informações acerca dos trânsitos institucionais foi apresentada anteriormente no Capítulo 1, informou idade média de 41 anos "na rua" (FIPE, 2015) e 43 anos de "acolhidos". O relatório informou que não havia diferenças expressivas entre os dois grupos acerca de distribuição etária embora tenha estimado que "os acolhidos sejam relativamente mais idosos" (FIPE, 2015, p. 16).

No que concerne à questão dos horizontes geronto-jurídicos que atravessam os CAEI, importante veicular a informação impressa no relatório sobre o que se chamou de "problemas de saúde decorrentes da faixa etária" (FIPE, 2015, p. 26):

> Entre os acolhidos mais velhos (com 50 anos ou mais) foram identificadas especificidades em relação aos problemas de saúde. Neste grupo os percentuais relativos à hipertensão, diabetes e dores crônicas são bem maiores do que os encontrados para o total de acolhidos (FIPE, 2015, p. 26).

Aqui seria importante refletir sobre a necessidade de cautela frente à perspectiva de problemas de saúde decorrentes da faixa etária, justamente porque tal caracterização pode

dar margem a uma noção de especificidade de tais problemas de saúde advindas da idade e que isola as formas de velhices. Em outras palavras, como não foi feito também um cruzamento de informações sobre tempo de situação de rua e saúde, as formas de vida que desembocam também em sintomas de saúde ficam menos evidentes para tal consideração.

O relatório informou que “na população em situação de rua, em 2015, a proporção de idosos no grupo de acolhidos é 17,7%, muito próxima da encontrada na população adulta da cidade de S[ão] Paulo (18,5%) e do país (17,1%). A proporção de idosos entre os que vivem na rua é bem menor (7,1%) (FIPE, 2015, p. 105). Além disso, o censo de 2015 informou que os “idosos” correspondiam a 16% do total da população em centros de acolhida e que pouco mais da metade se encontrava em serviços destinados especialmente a “idosos”. No entanto, ao que o relatório chamou de “parcela significativa”, 38% estavam em Centros de Acolhida (não especiais), “não possuindo, portanto, serviços que possam responder às demandas específicas desse grupo” (FIPE, 2015, p.106).

A “idade média dos idosos quando foram para rua” (FIPE, 2015) foi apresentada como de 57,9 anos entre “acolhidos”, sendo que metade deles tinham 60 anos ou mais. Conforme a análise da FIPE, haveria indicativo, deste modo, de “que a presença de idosos na rua não se deve apenas ao envelhecimento dessas pessoas na rua, mas também a processos que estão levando para rua pessoas em idade avançada” (FIPE, 2015, p. 108). Já a idade média entre os que no momento do censo “viviam na rua” foi de 54,6 anos e 38% havia ido “para a rua” com 60 anos ou mais. Segundo o Censo, a "análise do tempo de rua”:

> Permite distinguir dois grupos de idosos: um que está envelhecendo na rua (que tem cinco ou mais anos de rua) e outro que está chegando recentemente (que tem até 2 anos na rua). Entre os idosos de rua é mais expressivo o primeiro grupo: mais da metade (57%) tem 5 anos ou mais de rua. Estes dados indicam a existência de um grupo em uma situação crônica da qual dificilmente sairão (FIPE, 2015, p. 108).

No que concerne à nomeação feita pelo relatório “Egressos do Sistema Carcerário”, estimou-se em relação ao censo anterior “um grande aumento na proporção de egressos, que em cinco anos passa de 27% para 40%” (FIPE,2015, p. 116). O relatório informou também que “nos centros de acolhida, há evidências de que os egressos estão há mais tempo em situação de rua do que os não egressos; na rua a diferença é pequena” (FIPE, 2015, p. 118). Neste censo, a informação sobre “egressos” é mais bem apresentada que nos demais, o que vai delineando uma tendência de construção de dados sobre essa articulação entre prisão e rua.

O censo de 2019

O censo de população em situação de rua na cidade de São Paulo de 2019, em um dos documentos-relatórios respectivos, informou que “a maior parte da população em situação

de rua na cidade de São Paulo está concentrada na idade adulta" (QUALITEST, 2019, p. 42) e apresentou os percentuais de faixa etária:

> Entre as respostas válidas 46,9% dessa população concentra-se na faixa etária entre 31 e 49 anos, 19,7% na faixa entre os 18 e os 30 anos, 16,9% com idade de 50 a 59 anos e 13% com 60 ou mais. Além do mais, 2,6% possuem até 11 anos e 1,3% com idade de 12 a 17 anos (QUALITEST, 2019, p. 42).

O mesmo documento registrou um aumento maior na faixa acima de 60 anos, que comparada à pesquisa censitária de 2015, subiu de 7 para 13%:

> Quando da realização do censo de 2015 o percentual de pessoas na faixa etária entre 31 a 49 anos era de 51,4%, na faixa etária de 18 a 30 era de 23,5%, na de 50 a 59 de 16,2% e 7% na faixa de pessoas com idade superior a 60 anos. Em comparação com os resultados obtidos nesta edição do censo, verifica-se que houve aumento do percentual de pessoas em situação de rua em todas as faixas etárias acima dos 31 anos, e que *esse aumento foi mais significativo na faixa etária acima dos 60 anos em que o percentual de idosos na população em situação de rua subiu de 7% para 13%.* A média de idade da população em situação de rua recenseada foi de 41,6 anos, a mediana de 41 anos e a idade máxima registrada foi de 92 anos. No censo de 2015 a média de idade foi de 39,7 anos, a mediana de 39 anos e a idade máxima registrada foi de 86 anos (QUALITEST, 2019, p. 43, grifo meu).

No referido documento, esse crescimento percentual tanto das pessoas em situação de rua com idades superiores a sessenta anos como do aumento das idades médias e mediana, pode representar um "envelhecimento da população em situação de rua na cidade", além do que o dado também pode ser entendido como em sintonia com a transição demográfica no país.

No que se refere ao critério de raça/cor/etnia o relatório informou que "não houve mudanças significativas nessas variáveis" (QUALITEST,2019, p. 45) nas respostas, informando que a maior incidência "foi de parda, com 47,6%, seguida por branca com 28% e preta com 21,7%. A soma das populações pretas e pardas totalizou 69,3%. No censo de 2015 os resultados para essa questão foram 47,7% de pardos, 27,0% de brancos, 22,0% de pretos, 1,7% de indígenas e 1,6% de amarelos (QUALITEST, 2019, p. 44).

O relatório dinâmico com as principais variáveis da pesquisa censitária de população em situação de rua de 2019[95] informou que a contagem de pessoas situação de rua naquele ano foi de 24.344 pessoas. Foram contabilizadas 2.210 pessoas a partir de sessenta anos em situação de rua, divididas, conforme o documento, em "situação: acolhido" (1801 pessoas) e "situação: rua" (410 pessoas). Desse total, uma pessoa com 99 anos estava em "situação: acolhido"; na faixa de 80 a 89 anos, 47 pessoas foram contabilizadas em "situação: acolhido" e

[95] Disponível em:<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYzM4MDJmNTAtNzhlMi00NzliLTk4MzYtY2MzN2U5ZDE1YzI3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9> . Acesso em 14/07/2022.

sete em “situação: rua”; na faixa de 70 a 79, 278 foram contadas em “situação: acolhido” e 53 em “situação: rua”; na faixa de 60 a 69, 1.475 em “situação: acolhido” e 350 em “situação: rua”. A faixa de 50 a 59 anos foi computada como 1.957 pessoas em “situação: acolhido” e 921 pessoas em “situação: rua”. Do grupo de pessoas em situação de rua a partir de sessenta anos, na Sé, distrito em que grande parte da etnografia se desenrolou, foram contabilizadas 621 “situação: acolhido”, 171 em “situação: rua”.

Entre as pessoas recenseadas como em “situação: acolhido”, um gráfico na página 20 do documento informa 17,2% como “idoso” e outro gráfico mostra as faixas de idade: 14,1% (60 a 69 anos); 2,7% (70 a 79); 0,4% (80 a 89) e 0% (90 a 99). Em “situação de rua” fora apontada pelo documento como 6,2% “idoso” e as faixas de idade 5,3% (60 a 69 anos); 0,8% (70 a 79) e 0,1% (80 a 89). O relatório dinâmico com as variáveis da pesquisa de perfil das pessoas em situação de rua[96], composto por 2000 entrevistas informou que, das pessoas entrevistadas nas faixas de idade de 60 a 89 anos, 64,9% fazem uso de vaga fixa nos centros de acolhida.

Outro relatório do censo de população em situação de rua 2019 trouxe também a temática “passagens por algumas instituições”, entre elas penitenciárias e instituições afins:

> As pessoas em situação de rua entrevistadas foram perguntadas também sobre sua eventual passagem por algumas instituições, tais como penitenciarias e outras instituições do sistema prisional ou de justiça, orfanatos, internatos ou abrigos, clinicas ou instituições psiquiátricas e clinicas para recuperação de dependentes químicos entre outras. 40,5% das pessoas entrevistadas informaram que não haviam passado por nenhuma das instituições perguntadas. 32,1% declararam já ter sido internados em clinicas para tratamento de dependência química, 31,2% declararam já terem sido privados de liberdade em instituições do sistema prisional, 13,4% declararam serem egressos de serviços de acolhimento institucional como os abrigos, internatos e orfanatos, 13,0% declararam já ter passado por internação psiquiátrica, e 11,9% declararam ter passagem pelo sistema sócio educativo, Fundação Casa e extinta FEBEM, 0,4% declararam ter passado pro asilos (QUALITEST, 2020, p. 52- 53).

Destaco, no que concerne a esta tese, o número de quase um terço dos respondentes que passaram por privação de liberdade em instituições prisionais, além do número consistente de 11,9% que passaram por sistema socioeducativo. Nos principais motivos relacionados a estar na rua, o relatório apresentou também passagens por unidades prisionais:

> Os principais motivos apontados para situação de rua foram, conflitos familiares, com 40,9%, a dependência química com 33,3% (somados o uso de drogas lícitas e ilícitas) a perda de trabalho, com 25,8%, a perda da moradia, com 13,2%, seguido de separação conjugal com 6,0%, falecimento dos parentes, com 5,5%, problemas de saúde, com 4,4%, serem egressos do sistema prisional com 2,9%, entre outros motivos (QUALITEST, 2020, p.34).

[96] Disponível em:< https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDZkOGM2OWQtZmUyMS00MjU5LTljYzQtNTNjY2FmOTc2NDc3IiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9> . Acesso em 14/07/2022.

Chama atenção a expressão utilizada “serem egressos” ao caracterizar a passagem pela prisão como um dos motivos ouvidos pelos sujeitos recenseados. Além disso, importante veicular também a normatização de algumas perguntas dos censos de população em situação de rua com a organização da própria SMADS. *Motivos de Estar na Rua* como perguntas, respostas e documentação do censo balizam também as abordagens sociais promovidas pela secretaria, a partir do Serviço Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua (SEAS) e do registro do mesmo, SISRUA - Sistema de Atendimento do Cidadão em Situação de Rua - Acolhimento, o SIS a que se refere Junquilho.

Quanto a passagens por instituições, por meio do relatório dinâmico com as variáveis da pesquisa de perfil das pessoas em situação de rua, o apontamento sobre a pergunta “Por quê você começou a dormir na rua e ou em centros de acolhida?” informa a passagem de prisão por 3,2% das pessoas respondentes a partir de sessenta anos.

Outra pergunta, “Você já esteve em alguma dessas instituições?”, quando relacionada as três faixas de idade a partir de sessenta anos existentes no relatório – 60 a 69, 70 a 79 e 80 a 89 – informa 42,3% relacionado a “Não esteve em nenhuma”; “Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas” (31,1%); “Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/penitenciária)”, 29,7%; “Orfanato/ internato/abrigo”, 9,9%; “Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)” (14,9%); “Fundação Casa/ Febem”, 14%. Cabe notar que essas últimas instituições, nessas terminologias, não podem ter sido frequentadas por pessoas hoje com sessenta anos. Longe, porém, de me posicionar frente à validação ou não desse dado, menciono esse aspecto apenas para chamar a atenção para o fato de que ao Serviço de Atendimento dos Menores (SAM), da década de 1940, pode estar vinculado, em algumas trajetórias e a depender da idade, com a Fundação Nacional do bem-estar do menor (Funabem), da década de 1960.

É possível, ainda, verificar as faixas de idade em separado em tal pergunta. Na faixa de 80 a 89 anos a única resposta computada indicou “Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)” e “Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas”. Na faixa 70 a 79 anos as respostas indicaram “Não esteve em nenhuma” (36,4%); “Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas” (36,4%); “Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/penitenciária)” (18,2%); “Orfanato/ internato/abrigo” (18,2%), “Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)” (18,2%) e “Fundação Casa/ Febem” (9,1%). E na faixa 60 a 69 anos o relatório conferiu os seguintes percentuais: “Não esteve em nenhuma” (43,2%); “Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas” (30,2%); “Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/penitenciária)” (31,2%); “Orfanato/ internato/abrigo” (9%), “Instituição

Psiquiátrica (hospital/clínica)" (14,1%) e "Fundação Casa/ Febem" (14,6%). Por fim, frente também a uma discussão sobre envelhecimento, rua e instituições, destaco as informações sobre a faixa de idade 50 a 59 anos, consultada em 2019: "Não esteve em nenhuma" (42,1%); "Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas" (26,7%); "Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/penitenciária)" (30,2%); "Orfanato/ internato/abrigo" (12,9%), "Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)" (12,6%) e "Fundação Casa/ Febem" (6,9)%.

No Bloco "Tempo de rua" do referido relatório, a pergunta "quando você deixou de ter uma moradia?" quando filtrada a partir de sessenta anos é possível verificar que, entre outras respostas, 28,4% informou estar "há mais de 10 anos (2009)"; 19, 8% "entre cinco a dez anos (2014-2019)" e 10,8% "há menos de um ano (2018)". Embora o maior percentual de respostas da questão "E quando você foi morar na rua ou centro de acolhida?" entre pessoas a partir de sessenta anos tenha sido "de 1 ano a 3 anos", 24,8%, importante apresentar que o mesmo relatório informou que 19,4% das pessoas a partir de sessenta anos responderam "há mais de 10 anos" e 17,1% "de 5 a 10 anos". As duas últimas respostas condizem com grande parte dos tempos de situação de rua dos interlocutores e das interlocutoras desta tese.

O Censo de 2021

Já o censo da população em situação de rua de 2021, com publicação de relatórios tanto no mesmo ano quanto em 2022, contabilizou 31.884 pessoas em situação de rua. Ao comparar com o censo anterior, de 2019, o relatório informou "um aumento de 31% em dois anos" (QUALITEST, 2021, p. 28). Foi documentada também uma descontinuidade de crescimento de pessoas a partir de sessenta anos em situação de rua: "12,0% das pessoas em situação de rua na cidade são idosas. O percentual de idosos reduziu desde a última edição do censo, quando o total de idosos chegava a 13% da população (2019)" (QUALITEST, 2021, p. 22). Tal diminuição e sua ligação com decrescimento de pessoas a partir de sessenta anos em situação de rua, precisa ser considerada com cautela por variados motivos. A contar das limitações quantitativas de contagens, o cuidado com essa informação diz respeito ao vácuo em relação à mortalidade dessa população, fundamental para a interpretação de um censo cujo período refere à pandemia da COVID-19.

Numa versão de relatório dinâmico[97] que possibilita filtros, a pergunta "Há quanto tempo você está na rua (vive na rua ou centro de acolhimento)?", o maior número de pessoas a partir de sessenta anos (36,4%) apresentou a resposta "Há mais de dez anos", indicando

[97] Relatório dinâmico com as principais variáveis da pesquisa censitária. Disponível em:< https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc0ODEyM2QtY2ZkZC00YjlhLWFmNmQtYmY2YzU4NWVjZDEwIiwidCI6ImE0ZTA2MDVjLWUzOTUtNDZlYS1iMmE4LThlNjE1NGM5MGUwNyJ9 > . Acesso em 14/07/2022.

permanência duradoura dessa população na rua. A segunda taxa (15,3%) é de menos de um ano e 13,9% dos sujeitos velhos recenseados responderam estar em situação de rua há entre 5 e 10 anos. Já o tempo de situação de rua informado pelo censo quando relacionado à faixa de idade 50 a 59 anos informou a maior taxa (26,6%) também há mais de 10 anos, seguido de há menos de um ano (21,3%) e entre cinco e 10 anos (17,5%).

O mesmo relatório trouxe a informação relacionada à passagem por prisões a contar da pergunta "você já esteve em alguma dessas instituições?". A resposta computada informou que 69,4% de pessoas a partir de sessenta anos não passou por nenhuma instituição e 11% esteve no "Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/...). Os outros questionamentos institucionais foram "Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas" (14,4%); "Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)" (5,7%); "Instituição de Longa Permanência para idosos (asilo)" (4,8%). O relatório informou também 1,4% de respostas concernentes à Fundação Casa.

A respeito da pergunta feita nas entrevistas sobre passagens por instituições, chamada no relatório de "Internações em Instituições" (QUALITEST, 2022, p. 76), o relatório informou que:

> As pessoas em situação de rua entrevistadas foram questionadas também sobre sua eventual passagem por alguma instituição, tais como: penitenciárias ou outras instituições do sistema prisional ou de justiça, serviços de acolhimento institucional ou abrigos, ILPIs, clínicas ou instituições psiquiátricas e clínicas para recuperação para dependência química entre outras. 45,3% das pessoas em situação de rua relataram que nunca estiveram nessas instituições, 34,5% passaram por clínicas para tratamento de dependência química, 28,4% passaram pelo sistema carcerário, 10,2% por instituição psiquiátrica, 8,6% pela Fundação Casa e 3,1% por serviços de acolhimento institucional (QUALITEST, 2022, p. 76-77).

O censo abordou uma diminuição da quantidade de pessoas que não passaram por nenhuma instituição em comparação a 2019:

> Em 2019 foram 40,5% das pessoas entrevistadas os que não haviam passado por nenhuma das instituições listadas, 32,1% tinham passado por clínicas para tratamento de dependência química, 31,2% já tinham sido privados de liberdade em instituições do sistema prisional, 13,4% já tinham passado por de serviços de acolhimento institucional quando menores de idade, 13% tinham passado por internação psiquiátrica, e 11,9% tinham passado pelo sistema socioeducativo. Houve uma redução de mais de 10% da quantidade de pessoas que não tinham passado pelo sistema de acolhimentos institucionais e aumento também de 5,2% da quantidade de pessoas que nunca haviam passado por nenhuma das instituições listadas (QUALITEST, 2022, p. 77).

Em tal edição, a pesquisa perguntou para "pessoas que tinham passagem pelo sistema prisional ou de justiça" (QUALITEST, 2022, p. 78) "em que instituição teria ficado" (idem): 55,8% das respostas informaram, conforme nomenclaturas do censo, "penitenciárias";

19,7% “centro de detenção provisório”, 11,5% “cadeia/delegacia” e 3,7% “colônia penal”[98]. O relatório dinâmico do censo de 2021 possibilita filtrar essa informação sobre instituições para as seguintes faixas de idade: “18 a 30” anos; “31 a 49”; “50 a 59” e “60 ou mais”. A partir da faixa de idade 60 anos ou mais, foram encontrados os dados: “Não esteve em nenhuma” (60,9%); “Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas” (14,4%); “Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/...)” foi informada por 11%; “Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)”, com 5,7% e Instituição de Longa Permanência para idosos (asilo), com 4,8%. O relatório informou também 1,4% de respostas concernentes à Fundação Casa. Considero aqui a mesma atenção em torno da vinculação da Fundação Casa com outros períodos das longevas instituições de privação de liberdade para crianças e adolescentes, por meio de outras nomenclaturas.

A pergunta “Em qual instituição você ficou, em consonância com o relatório referido ao apontar o que nomeou de passagem pelo “sistema prisional ou de justiça”, no dinâmico também pôde ser consultada a partir da faixa 60 anos ou mais. Por meio do filtro, o relatório informa que 34,8% de pessoas a partir de sessenta anos ficou em “Penitenciária”; 26,1% em “Cadeia de delegacia”; 13% em “Cadeia Pública”; 13 % em “CDT – Centro de Detenção Provisório”[99] e 13% em “Colônia Penal”.

Já o filtro pela faixa de idade 50 a 59 anos permitiu visualização dos seguintes percentuais em torno da pergunta “Você já esteve nessas instituições”?: “Não esteve em nenhuma”, conferida por em 53,% das pessoas respondentes; “Clínica de Recuperação de dependência de Álcool e outras Drogas”, que teve 30,4% de respostas, seguida de “Sistema Prisional (Casa de detenção/cadeia/...)” informada por 19%; “Instituição Psiquiátrica (hospital/clínica)”, com 11,1% e “Fundação Casa”, 5%, cujas considerações podem estar relacionadas ao trajeto da instituição e não à sua inauguração restritamente com tal nome. “Instituição de Longa Permanência para idosos (asilo)” e “NS” tiveram 0,6% de resposta, enquanto, conforme nomenclatura do relatório, “Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescente (SAICA)” ocupou 1,2% de resposta e “NR”, 1,5%.

Importante apontar aqui o maior percentual de passagem pelo “Sistema Prisional

[98] Entre as pessoas entrevistadas nos centros de acolhida com passagem pelo sistema de justiça, 50,7% passaram por penitenciárias, 21,1% por CDT, 12% por delegacia, 8,6% por cadeia pública e 4,8% por colônia penal. Entre as pessoas entrevistadas nas ruas, 58,8% passaram por penitenciárias, 19% por CDT, 11,3% por delegacia, 5,2% por cadeia pública e 3% por colônia penal. É consideravelmente maior o número de pessoas que passaram por penitenciária entre as pessoas entrevistadas nas ruas. Quando saíram dessas instituições, 48,2% das pessoas em situação de rua com passagem pelo sistema prisional ou de justiça foram para casa de familiares, 35,8% foram direto para as ruas, 9,4% foram para centros de acolhida e 3,1% foram para casa de amigos (QUALITEST, 2022, p. 78).

[99] Acredito que aqui haja referência aos Centros de Detenção Provisória (CDP).

(Casa de detenção/cadeia/...)" informada pelo relatório nessa faixa de idade quando relacionada ao de 60 anos ou mais, assim como um menor percentual de "Não esteve em nenhuma". Além disso, importante considerar a possibilidade – embora a informação sobre respostas abertas categorizadas pelas pessoas pesquisadoras não esteja disponível no relatório – da consideração na resposta sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) de uma vinculação com abrigo para crianças e adolescentes em termos geracionais. É possível a partir disso ter como possibilidade que as pessoas que responderam terem ficado no SAICA anos atrás, fizeram referência a essas instituições, que dirigem serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, independentemente das mudanças de nome e trajetos institucionais. Todas essas terminologias dinamizadas também nos ajudam a compreender o significado geracional que as instituições têm em diferentes períodos e por diferentes pessoas. Nesse sentido essa resposta é interessante pela referência ao SAICA, pois registra também a longevidade da transformação dessa instituição, assim como a da Fundação Casa em termos de reconhecimento geracional do sentido da instituição e não restritamente pela nomenclatura. É nessa direção que por meio do empreendimento da ideia de gerações, e seguindo essa perspectiva, de gerações institucionais, busco atentar relações entre instituições e suas transformações.

Conforme a leitura da documentação censitária da população em situação de rua da cidade de São Paulo é possível compreender em seu histórico uma transformação também dos relatórios. Se o censo de 2000, uma primeira iniciativa nessa direção, investiu muito em uma abordagem vinculada às pesquisas realizadas até então, o censo de 2003 é o material com mais conteúdo sobre as definições em torno do que caracterizaria a população quantificada, num momento ainda de consolidação das bases do próprio censo, bem como das políticas voltadas para essas populações e mesmo do debate sobre direitos humanos no Brasil, que já vinha se consolidando desde a Constituição de 1988 e os planos nacionais de direitos humanos na década de 1990. Tais censos, contudo, não trazem informações densas sobre diferentes tipos de institucionalização, bem como são menos detalhados em termos da caracterização da população.

Já os censos posteriores se constituem num movimento de trazer cada vez mais especificidades em termos dos dados, ampliando as categorias e perguntas e provendo informações importantes para a discussão de trânsitos institucionais quando entrelaçamos as informações sobre velhices, tempo de rua e "passagens por instituições". Embora a descrição dos dados possa ser um pouco cansativa, considero que pode ser uma contribuição da tese o registro desses números, bem como da sua evolução, tendo em vista também o trabalho de

filtrar as informações para a população mais velha realizado por mim. A seguir, como finalização deste capítulo, me atento aos trânsitos entre instituições como parte constitutiva dos CAEI.

Trânsitos entre instituições de distintas idades

O trânsito entre prisões e situação de rua foi abordado pela dissertação de Bruno Karam (2015, p. 333). Conforme o autor há "diversos motivos que levaram o egresso prisional a ficar em situação de rua". Karam também apontou que "não encontramos bibliografias que relacionem a temática da prisão e a provável situação de rua do egresso" (KARAM, 2015, p. 333). É em continuidade de diálogo com essa temática que esse capítulo visou se atentar. A atenção do autor ao I Encontro Nacional sobre população em situação de Rua (2006) tem continuidade nessa ocasião no que concerne também à situação de rua pós-prisão.

Numa mesa de trabalho do respectivo encontro houve participação de representantes do movimento organizado da população em situação de rua e "ex-moradores de rua convidados" (BRASIL, 2006, p. 16). Tomo como referência a fala de Sebastião, representante do Fórum de População de Rua do município de São Paulo (SP) e registro da mesma no relatório.

> Sebastião, do Fórum de População de Rua do município de São Paulo (SP), indicou como desafios a garantia de participação dos moradores de rua no Conselho Municipal de Assistência Social, a qualificação da relação que a Polícia Militar mantém com esse segmento e a oferta de oportunidades aos ex-presidiários, a fim de que não acabem em situação de rua.
>
> A principal estratégia, segundo o expositor, situa-se no plano do financiamento da política pública, que deve abarcar o atendimento de todas as especificidades apresentadas por esse segmento (BRASIL, 2006, p. 21)

Como é possível notar, o I Encontro Nacional sobre população em situação de rua abordou a saída das prisões como um processo relacionado à situação de rua, em outras palavras, como uma situação de rua mediante as relações em torno da pós-privação de liberdade. A citação acima do relatório, no documento é seguida do seguinte depoimento, de Sebastião:

> "(...) Uma coisa que eu bato muito hoje, e acho que daqui para frente pode ser construído, é a questão intersetorial, que é pensar em criar alternativas de saída. Alternativas de saída. Não é mais de saída das ruas. Essa etapa dura de convencimento da pessoa aceitar o albergue ou aceitar moradia, ou aceitar o bolsa aluguel. Essa etapa está muito trabalhada e tem muitos agentes contratados e a gente persiste nas alternativas de saída pós-albergue. Não é mais um problema de assistência social única e exclusivamente à população de rua. Não é mais um problema único. A assistência social não tem como e não deve segurar essa bucha sozinha. Porque vai levar a culpa de todas as falhas. E ao mesmo tempo em que nós também ficamos improdutivos e ficamos inutilizados, porque nós ficamos num espaço que precisa que outras secretarias assumam seus compromissos. Secretaria da habitação, secretaria do trabalho e da saúde, ministérios, tem

> que assumir esse compromisso. Hoje aqui em Brasília o morador de rua, cadê o ministro do Trabalho, cadê o ministro da Saúde? Cadê o ministro da Habitação? Então são essas coisas, desculpe-me emocionar, é que eu tenho muitas marcas da rua e eu luto para vencer, mas isso é muito difícil. Então cadê esses políticos, cadê a participação deles, cadê o orçamento da assistência que vai para fazer asfalto e revitalizar cidades, que expulsa pessoas como cachorros? (...) a polícia pode chegar batendo, as pessoas podem matar que não são punidas. Essas coisas precisam mudar. E é isso que a população de rua precisa. Ser tratado com seriedade, não como um problema, mas como cidadãos" (BRASIL, 2006, p. 21-22).

A fala de Sebastião se encontra tanto com a reunião rememorada por Campanha, que aconteceu por volta de dez anos depois do I Encontro Nacional sobre população em situação de rua, quanto com a questão da dificuldade de saída de prisão e de rua. É a contar do que Sebastião traz sobre um problema não exclusivo da Assistência Social e nem da População em situação de rua que o momento pós-privação de liberdade como uma das situações de rua pode ser abordado. A questão da intersetorialidade, apontada também por Sebastião, se relaciona às vagas tentadas pela SAP à SMADS, conforme memória de Campanha, e aos diálogos conflituosos entre tais instâncias e a Política Municipal de Atendimento às Pessoas em Restrição de Liberdade e Egressas (2017).

Embora instituições relacionadas ao atendimento a pessoas que passaram por privação de liberdade não contemple a agenda de atendimento socioassistencial em São Paulo, os censos de população em situação de rua já documentam, há anos, a saída das prisões como uma das situações de rua. No que concerne aos CAEI, tais equipamentos socioassistenciais municipais se vinculam de forma específica aos trânsitos institucionais e às relações entre instituições mais antigas, prisões e CAS (considerando a trajetória de nomenclatura a contar dos asilos de mendicidade), e se conforma como uma instituição com menos idade do que ambas. Ainda que a modalidade CAEI se emaranhe a tal *trama institucional* (GREGORI, 2000) sob *direitos perante a idade*, está vinculado também às relações dos usuários do serviço. Essa acolhida, ao mesmo passo que possibilita uma morada, oculta permutas públicas ao longo do curso da vida de Junquilho e dos cursos de vida de outras pessoas. Idade de sujeitos que marca políticas públicas e direitos, a partir de diretrizes gerontológicas e instituição que precisa também ser compreendida em termos geracionais no que concerne à governamentalidade e instituições.

Os CAEI, Centros de Acolhida para Idosos, além de imprimirem diversas situações de rua[100] em sua posição de não legível na ementa sócioassistencial federal, mas legível e criado por demanda municipal da e na cidade de São Paulo, combinada a uma míngua prática dos

[100] a complexidade da Estação Sentinela e a diversidade entre, também as trajetórias, de habitantes estão expressas, a partir das interlocuções, nos Capítulo 4 e o 6.

Patronatos, instituições legíveis na organização de justiça e da Lei de Execução Penal, conta a uma só vez sobre de velhices e envelhecimento e sobre disputas de legibilidade em torno da população egressa em situação de rua envelhecida, envelhecendo e a envelhecer. Desse modo, os CAEI para além de revelarem encontros de paisagens de velhices também se conformam como uma paisagem.

A "categoria polissêmica Paisagem" (GOMES, 2001) nos permite adentrar à sua perspectiva justamente a contar dessa palavra e ângulo. Como "jogo de mosaicos", a paisagem, na abordagem de Edvânia Gomes (2001, p. 56), "conotada pelo conteúdo e processo de captura e representação", "resulta da apreensão do olhar do indivíduo, que, por sua vez, é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente". Dessa forma, existe a partir do indivíduo que a organiza, combina e promove arranjos de conteúdo e forma dos elementos e processos. Gomes também ressaltou que "a gestação de uma paisagem coletiva se encontra dependente da capacidade de convencimento e sensibilização cultural e evocativa" (GOMES, 2001, p. 67).

Se a Estação Sentinela como lugar primordial da etnografia foi um *lugar-chave* (FRANÇA, 2010) que permitiu a observação de ambivalências entre cuidado e controle a partir da categoria vulnerabilidade, relacionada a instituições e curso da vida nas políticas públicas gestadas em grande parte pela SMADS e às atribuições de sentidos de tais políticas que constroem também esse lugar, as passagens por privação de liberdade, ocultas das descrições formais dos CAEI, se revelaram desde 2016 pelos rumores e moralidades, mas também estão contempladas nos próprios censos de população em situação de rua, como vimos nesse capítulo.

A paisagem formalizada e veiculada pela SMADS do CAEI se confronta, além dos cotidianos aos quais a etnografia se atentou, também ao que Gomes conformou sobre o "jogo de mosaicos":

> Esses mosaicos, como puzzles, são representações do existente ou do ansiado para determinado espaço, apreendidos segundo determinada perspectiva. É sabido que o espaço comporta coexistências que nem sempre são capturadas ou valorizadas no recorte da paisagem efetuado, dependente desses filtros bem como dos interesses que regem essas representações (GOMES, 2001, p. 57).

Para a autora, significados de acordo com signos e valores atribuídos, evocados pela paisagem, conformam uma grade semântica própria. Tornar palavras semelhantes aos CAEI, como "idosos autossuficientes", simultaneamente a não descrições gera uma problemática significativa por si, e se vincula à menor ênfase de questões relacionadas à diversidade de questões-parte da população em situação de rua, como as diferentes situações

e tempos de situações de rua. A prisão é uma delas. Atentar, ocultar e enfatizar qualquer situação constitui processos de sensibilização das situações e da própria instituição e suas demandas.

> A gestação de uma paisagem coletiva se encontra dependente da capacidade de convencimento e sensibilização cultural e evocativa do agente impulsionador que cria e reproduz sua representação em larga escala, bem como, entre outros fatores, da reelaboração da imagem como memória (GOMES, 2001, p. 57).

Paisagem como um processo fora também abordada por Vera Mayrinck Melo (2001). A autora dialoga com as teorias de Denis Cosgrove e James Duncan ao tramar paisagem e simbolismo. Ao abordar tal processo cultural a contar do segundo autor citado, Melo atenta a potencialidade de reprodução e de contestação de poder político: "a paisagem, por codificar informações, é analisada por Duncan como um texto em um contexto de intertextualidade" (MELO, 2001, p.42). Ao abordar transformação da paisagem, baseada em três aspectos da perspectiva teórica do mesmo autor, Melo (2001, p. 43) traz em um deles diálogo entre posicionalidade, discurso e interpretação: "o segundo aspecto são os valores diferenciados que tem a paisagem para os intérpretes externos a ela e os intérpretes locais, analisados por meio de discursos".

Arjun Appadurai (2004), partindo de paisagem como "léxico de imaginação política", ao cunhar "etnopaisagem", empreendeu que

> Este neologismo tem certas ambiguidades nele integradas deliberadamente. Começa por referir os dilemas de perspectiva e representação com que se confrontam inevitavelmente todos os etnógrafos e admite que as tradições de percepção e perspectiva (como as paisagens nas artes visuais), bem como as variações na posição do observador, podem afectar o processo e o produto da representação [...] (Appadurai, 2004, p. 71).

Por esse ângulo que articula Paisagem e Memórias – considerando, deste modo, também memorias hegemônicas e contra-memórias- nessa paisagem estão também uma diluição de contornos rígidos, que se apresentam com fronteiras tênues. O contato poroso entre memórias hegemônicas e contra-memórias, por meio dos CAEI, possibilita, quando reparado, o contato também de ressignificação. Esta é compreendida por Félix Vázquez (2018, p. 423) como "a prática social de transformar ou reorientar o significado, o sentido e o valor de um acontecimento, situação, lugar, ação, etc." O mesmo autor apresenta que tal prática admite duas leituras básicas: "a de adequação de uma trama e uma disputa por interpretação do passado" (idem).

Mensurar a rua e prisão como velhas Paisagens de Velhices e considerá-las constituintes dos CAEI, criados em torno de demandas anteriores aos CENSOS, parte de processo e cotidianos relacionados à população em situação de rua na década de 1990–

lembremos da Casa-Lar - é também uma captura de paisagens. A não separação de espaços, situações e trajetórias conforma os CAEI que, em simultaneidade, informam essa relação.

Emaranhado às "utopias penitenciárias" (PEDROSO, 1997), o Patronato se esvai de distintos modos e forma também um não acesso e um não lugar, de uma não instituição, tornando-se também uma utopia institucional e legislativa; uma utopia de direito. Abordar as misturas de categorias, de instituições, intenção iniciada no capítulo Paisagens de Velhices, é possível somente por meio de trajetórias que as atravessam e produzem trânsitos. Esses caminhos não deixam de considerar demarcações. Pelo contrário, o portar-se Portão de Junquilho conta sobre demarcações de categorias e separações conforme a lógica modernizante (LUGONES, 2014) atravessadas por ele entre velhas e novas instituições.

Abundantemente envoltas estão as agendas de acolhida e recolhida nos CAEI e o desenvolvimento destas por meio de tais instituições. Tais paisagens, ao também elucidarem as de rua e prisão, atentam ainda na simultaneidade e relação de políticas, o trânsito do tempo impressos em trajetórias como as de Junquilho, Ângelo[101] e Guilherme[102] , nas relações entre instituições relacionadas a agendas de acolhida e recolhida, bem como modulações de significados e formas institucionais de cuidado e de controle.

Parte II - Nervura

Nessa parte da tese, procuro apresentar a Estação Sentinela a contar de moralidades, rumores e conflitos relacionados à convivência na instituição, além de trânsitos de habitantes de *centros de acolhida especial para idosos* (CAEI) por outros equipamentos da rede socioassistencial. Enquanto o primeiro capítulo frisa especificidades da Estação Sentinela, o segundo, a contar ainda de tais arranjos, visa vincular governamentalidades no que concerne a transitar entre equipamentos da rede socioassistencial. Considera, portanto, estratégias e agência relacionais; de pessoas e de instituições.

Capítulo IV – *P(ô)r entre Guaridas e Portarias: a Estação Sentinela*

Hoje a cidade inteira não tem dono.
Dessa janela agora eu vejo tudo
e penso que até os cães da rua no seu sono ficaram loucos de tanto silêncio.

[101] A interlocução com Ângelo não foi aqui referenciada de forma direta, mas as reflexões suscitadas pelos encontros que tivemos durante o período de campo seguiram com a escrita do capítulo.

[102] Guilherme não continuou sua interlocução na pesquisa após ser transferido para um Centro de Acolhida (CA) não especial. Nossa interlocução está no capítulo 3 quando o mesmo ainda estava na Estação Sentinela. É preciso dizer também que na Alameda Damaris o reencontrei ao visitar Junquilho, mas nossa conversa não se ateve mais à pesquisa.

mas de repente você abre a porta, trazendo a vida para o apartamento
como o jornal do dia ou luz nos olhos
você chega trazendo todo o presente.
As motocicletas morrem lá embaixo na cidade
onde só a morte corre e surpreende o homem em meio a sua cerveja.
E nós aqui nesse lugar temos a vida como presa, como surpresa, como fenômeno de rara beleza.
Hoje a cidade inteira não tem dono
nesse quarto minguante, que tormento
mas as nossas palavras não têm sono
por isso poderão vencer tanto silêncio.
- Marcos Vinícius
(Quarto Minguante)

Como lugar primordial da pesquisa de campo, a Estação Sentinela foi um *lugar-chave* (FRANÇA, 2010) de acesso às ambiguidades da categoria *vulnerabilidade* agenciada pela agenda socioassistencial e do vínculo entre *cuidado* e *controle* – e suas fissuras – a partir de práticas, convivência e regras. Por meio dela, foi possível observar políticas públicas gestadas a partir de *equipamentos* – que fornecem serviços a públicos especificados – pela SMADS. Localizar a Estação Sentinela significava também localizá-la dentro de gramáticas da assistência social. As atribuições de sentido relacionadas a tais políticas construíam também esse lugar. As chaves da Estação Sentinela também permitiram, deste modo, nos cotidianos da instituição, a observação de categorias relacionadas a modelos de envelhecimento, gênero e moralidades, bem como ao que escapa deles.

Empreender um trabalho etnográfico que envolve estes temas acarretou, além de um trajeto pelas estratégias distintas voltadas para a gestão de determinadas populações – que se diferencia no curso da vida –, um esforço para relacioná-los. Do mesmo modo, para analisar trajetórias sociais atravessadas pela relação com equipamentos, penso que seja importante considerar a noção da arte de governar de Michel Foucault (2006), uma noção que passaria "pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação consigo" (FOUCAULT, 2006, p. 306):

> [...]no sentido mais amplo do termo, e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável, reversível -então, a reflexão sobre a noção de governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo. Enquanto a teoria do poder político como instituição refere-se, ordinariamente, a uma concepção jurídica do sujeito de direito, parece-me que a análise da governamentalidade – isto é, a análise do poder como um conjunto de relações reversíveis - deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo (FOUCAULT, 2006, p. 306).

Se, como Roberto Da Matta (1987, p. 31) pontuou, "para que se possa 'ver'e 'sentir'o espaço, torna-se necessário situar-se", vale dizer que na Estação Sentinela estive emaranhada a diversas perspectivas de interlocutores, diferentes pessoas e – nas palavras de

Foucault (2006), com distintas “relações de si para consigo” (FOUCAULT, 2006, p. 306). Durante o período de idas e vindas à instituição, a etnografia acompanhou as perspectivas dos interlocutores frente ao cotidiano a partir de suas posições. Nessa teia entre o falar, não falar, comentar a semana e ouvir histórias, eram mobilizados modelos de envelhecimento e categorias morais. Deste modo, este capítulo almeja apresentar categorias relacionadas à convivência na Estação Sentinela que conferia, constantemente e de forma coetânea, o si e o outrem.

Nessa dinâmica, relações de *cuidado* e *controle* foram se revelando a partir de distintos atores sociais e arranjos nesta instituição. Através do que chamo de *corrente de informações*, pretendo abordar uma gama de informações e situações do dia a dia em tal equipamento que referiam *controles* e *cuidados* e o que passava por estas categorias. Pela *corrente de informações* e o posicionamento de pessoas frente a ela, passavam notícias sobre a instituição, feituras e resoluções de conflitos, ambas formais e informais, bem como rumores e tudo aquilo o que estes contavam e contariam.

A instituição gestora da Estação Sentinela, durante a pesquisa de campo, recebeu o nome, nesta tese, de Avença da Compaixão. Criada em 2000 e composta por *consagrados, missionários e leigos*, a entidade recebeu, em 2005, recursos da prefeitura paulistana pelo trabalho realizado com a população em situação de rua. Como destacou Vera Telles (2006, p. 82), entidades sociais a partir do início dos anos 90 “vêm se proliferando” “com suas parcerias e convênios com organismos públicos, conforme foi ganhando forma e realidade a municipalização das políticas sociais”. Nesse sentido, é importante pensar na ideia de *tempo político da cidade*, tal como formulado pela autora, que se refere a espaços e territórios “produzidos nos muito diferenciados diagramas de relações e vinculações que atravessam as tramas associativas locais” (TELLES, 2006, p. 82). Nessa perspectiva atenta a diagramas de relações, a Avença da Compaixão estaria marcada por três dimensões: o atendimento do terceiro setor, o território da região da Luz, e pela dimensão do serviço social que as atravessa.

No período de consulta ao site da Avença da Compaixão, sua apresentação institucional era de:

> uma associação civil, de natureza filantrópica. Além dos trabalhos de evangelização, são realizadas várias obras sociais junto à população das comunidades periféricas e das ruas, conjugando harmoniosamente estas duas realidades, evangelização e caridade, como faces de uma mesma moeda.

No mesmo site, no período de consulta, havia um item de loja e quatro livros para venda, sendo um chamado “A escola do Pobre’.

> Confiantes na potência do Espírito Santo, o Movimento O reconhece como principal protagonista de um Novo Pentecostes de Misericórdia e busca viver pautando-se nas dimensões carismática e evangelizadora, visando uma libertação integral e uma transformação total de cada homem e mulher, a quem se anuncia a misericórdia de Deus. Reconhece também em MARIA, "Imaculada do Espírito Santo", a sua verdadeira "FUNDADORA".
>
> O Movimento compromete-se a conjugar harmoniosamente a Evangelização e Caridade como duas faces de uma só moeda. Acima de tudo, deseja viver no seu interior, com radicalidade, os laços de amor que Jesus viveu com seus discípulos e que tanto desejou para eles: "*Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisso reconhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros!*" (Jó 13,34-35).
>
> Por seu carisma o Movimento é chamado a ser *Avença da Compaixão (pseudônimo)* e ponte de Misericórdia entre **pobres e ricos; centro e periferia; pequenos e grandes; igreja e igreja; dimensão carismática e libertadora; ação evangelizadora e de promoção humana; a vida de oração e de ação; homem e homem e povos e povos** até os confins do mundo [grifos originais].

A *espiritualidade* da Instituição, conforme a apresentação no site, se alicerçava sobre quatro colunas fundamentais: *o Espírito, a Palavra, Maria e os pobres.* A instituição Avença da Compaixão informava também sobre um programa com canal do YouTube em que os atendidos na Estação Sentinela eram entrevistados. Abaixo de um dos vídeos consta a seguinte mensagem*:* "*superação, cuidado, mudança de vida... Mais do que pelo sofrimento, a vida de tantos irmãos da 'melhor idade' é marcada pela radicalidade da luta diária contra enfermidades, injustiças e abandono.*"

A relação com os atendidos pela instituição se dava por um regulamento interno e por um contrato de prestação de serviços, que informava no item 1 – "Identificação das partes contratantes: *Usuário em situação de vulnerabilidade social"*. Em seguida o documento seguia com um espaço para o nome da pessoa idosa e endereço do equipamento público. A cláusula I apontava, além da nomenclatura mais específica para habitantes conforme a Instituição Gestora, Avença da Compaixão, a assinatura de prestação de serviço:

> É objeto do presente contrato a prestação do serviço em (*Centro de Acolhida Especial para Idosos em situação de Rua - Estação Sentinela) destinada a domicílio coletivo de Idosos com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem vínculo familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania*, em conformidade com o que estabelece a Lei n. 10.741 de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

Na cláusula 2, o texto informava que era "objetivo do presente contrato prestar serviços gratuitos ao Idoso em situação de vulnerabilidade social, conforme as portarias

46/2010[103] e 47/2010[104]/SMADS". Sobre esse serviço, é pertinente destacar que a Avença da Compaixão possuía um Programa em que pessoas que já tinham estado em situação de rua – algumas vezes ouvi o termo egressos da rua - se tornavam voluntários e possivelmente funcionários em vários centros de acolhida geridos por tal Instituição. Assim, a instituição acolhia idosos em "vulnerabilidade social" ao mesmo tempo em que de certo modo empregava como voluntários ou funcionários algumas das pessoas que passavam por ela.

Edgar, voluntário que conheci no início da pesquisa, saiu e voltou ao programa algumas vezes. Conforme falas de Clúsia[105], psicóloga da Estação durante o período de pesquisa, ele tinha episódios de drogadição e ficou por anos na rua até conhecer a Avença da Compaixão. Em grande medida, os passados e presentes, interpretados por Clúsia como complicados, tanto de Edgar quanto de Juca, outro voluntário do Programa, apareciam em algumas narrativas sobre situações no centro de acolhida, por parte de alguns, inclusive habitantes, como motivo de desconfiança. As situações que informavam essa e outras desconfianças se davam por uma *corrente de informações* entre acolhidos e funcionários e que passava também por mim.

Uma outra questão importante a ser pontuada sobre os funcionários da Estação é que a maioria deles já havia trabalhado em "centros de acolhida para adultos" e, pela primeira vez, estavam trabalhando em um "centro de acolhida para idosos". As diferenciações entre abrigos e *centros de acolhida especial para idosos* estiveram presentes em grande parte das discussões em torno de regras destinadas a gerir a convivência na Estação Sentinela. As reuniões coletivas na Estação se davam na maior parte das vezes durante as refeições, momento de maior interação entre os residentes e os funcionários responsáveis pela cozinha.

Os contatos e relações com funcionários variavam a partir de relações pessoais desenvolvidas naquele espaço, o que gerou em mim uma série de indagações sobre empatia e possibilidades de afeto também[106]. Embora o passado dos acolhidos, de uma maneira geral,

---

[103] Esta Portaria DISPÕE SOBRE A TIPIFICAÇÃO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E A REGULAÇÃO DE PARCERIA OPERADA POR MEIO DE CONVÊNIOS, define o *Centro de Acolhida Especial para Idosos* como parte da Rede de Proteção Especial - Alta Complexidade.

[104] Esta Portaria DISPÕE SOBRE REFERÊNCIA DE CUSTOS DOS SERVIÇOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL OPERADA POR MEIO DE CONVÊNIOS.

[105] Psicóloga da Estação Sentinela durante todo o campo da pesquisa. A escolha do nome Clúsia se refere às narrativas sobre confusão mencionadas por esta interlocutora e a posição muitas vezes dela que me lembrava um rebolar, como esforço para resolução de conflitos. Clúsia também nunca fora referida como parte de alguns dos eventos que esse capítulo trata. Nas diversas mudanças que envolveram a Estação Sentinela, ela permaneceu moral e emocionalmente intacta entre habitantes no que concerne a seu trabalho, importância e desempenho profissional. Clúsia é o nome de uma planta recomendada para locais com muito vento.

[106] Parte de tais temáticas, na edição da tese, não puderam ser mantidas de exposição. Entretanto, uma aproximação com o campo das emoções, além de parte nesse capítulo, está presente também em outros, como o próximo e o sexto.

fosse trazido pela *corrente de informações*, o mesmo acontecia com todos os funcionários e voluntários. Esse hiato de possibilidades de um passado também a ser possivelmente cuidado e investigado, como de Juca e Edgar, em algumas narrativas se apresentava como algo em comum com acolhidos e acolhidas e parecia estar ligado, mesmo que de uma maneira não direta, a algo liminar não somente por não serem nem funcionários e nem acolhidos [107], mas como componente também do caráter religioso que a Avença da Compaixão se preocupava em propagar enquanto valor institucional. Em outras palavras, a desconfiança também girava em torno de um vinco religioso. A seguir, aprofundo esse tema apresentando moralidades e rumores na instituição e distintas formas de gestão de conflitos e convivência.

Rumores que contam

Os distintos nomes pelos quais tanto acolhidos como funcionários se referiam à Estação Sentinela, embora tivessem como denominador comum o conflito, me mostravam a dificuldade de respirar naquele espaço e também de compreendê-lo a partir de uma perspectiva única. A Estação Sentinela, quando chamada de casa, referenciava a noção de Direitos. Quando relacionada a termos como abrigo, hospício, prisão, bagunça, "casa de louco", chamava atenção para a dificuldade de sobreviver a e em tal espaço; de situar-se neste lugar. Foi a impossibilidade de contato com uma perspectiva apenas que localizou meu olhar para o conflito e que marcava a *corrente de informações.*

Como lugar público e que poderia acolher pessoas *a partir de sessenta anos em situação de rua*, a Estação Sentinela, durante a etnografia, se mostrou como um espaço de conflito. Um vinco da Estação Sentinela, *o termo êmico e técnico vulnerabilidade* – desde o encontro entre distintas políticas à sua circunscrição em uma região de intervenções públicas-, pode ser lido a partir do que Daniel Cefai (2017) denominou de arena pública:

> Existem arenas sociais de todo tipo, mas só quando esses mundos de mundos sociais, que configuram territórios, conhecimentos, tecnologias, organizações e instituições, são ordenados visando realizar um bem público ou evitar um mal público é que se fala de arenas públicas. Uma arena pública configura-se temporalmente sem que seja possível lhe atribuir fronteiras já instituídas. Ela se manifesta contando com seus apoios e lançando passarelas entre diferentes cenas públicas — faz com que se joguem, uma dentro da outra, publicidades midiática, judiciária, científica, política etc. Abre transversalmente, uns aos outros, mundos sociais e institucionais. Gera novas conexões entre eles. Coloca-os em contato, fecunda-os e impulsa-os, contribui para processos de transformação, desintegração e recomposição, de segmentação e intersecção, de denegação e legitimação (CEFAI, 2017, p. 208).

[107] A desconfiança com um "não remunerado"financeiramente ali, pela instituição, também existia quanto à pesquisa e à minha presença.

Sob esta leitura, na *vulnerabilidade* que marcava a Estação Sentinela, a *velhice*, a *situação de rua* e a *região* deste equipamento público compunham *distintos problemas públicos*:

> O problema público só começa verdadeiramente a existir quando se torna um processo de experiência coletiva. Ao formular críticas, denúncias e reinvindicações, ele supera uma etapa, buscando a aprovação de responsáveis institucionais e de públicos mais amplos (CEFAI, 2017, p. 194)

Arena pública e *problema público* articulam uma discussão no que se refere aos distintos temas interseccionados na Estação Sentinela pela marca da categoria *vulnerabilidade*. Podem ser relacionados também a distintas dinâmicas de *governamentalidade* (FOUCAULT, 1979; 2006) e implicam, deste modo, o trato da Biopolítica.

Peter Pál Pelbart (2008) fez uma releitura da noção de *biopolítica* de Foucault que a mim me parece ecoar em indagações na Estação Sentinela, e no que se refere ao *problema público* que é o envelhecimento. Como termo, *biopolítica* teria sido forjada por Foucault para designar uma modalidade de exercício de poder sobre a vida a partir do século 18. Na releitura de Pelbart, em diálogo com Deleuze, biopolítica, contemporaneamente, significaria não "mais como o poder sobre a vida, mas como a potência da vida" (PELBART, 2008, p. 25)[108]. No mesmo texto em que o autor questiona "como pensar as subjetividades em revolta?" (PELBART, 2008, p. 26), há uma ênfase da indefinição da noção de vida a contar de processos biológicos e população de forma restrita: "Vida inclui a sinergia coletiva, a cooperação social e subjetiva no contexto de produção material e imaterial contemporânea, o intelecto geral. Vida significa inteligência, afeto, cooperação, desejo" (PELBART, 2008, p. 25).

Tomar a *vulnerabilidade* como um dos *vincos* da Estação Sentinela instituição e considerá-la como uma *arena pública,* significa entender que esta abarcava distintos *problemas públicos* interseccionados no serviço voltado a "idosos em situação de rua". No equipamento, em que dois problemas públicos (envelhecimento e situação de rua) que o justificavam, eram atribuídos e discutidos os poderes e potências também do espaço exterior ao centro de acolhida, conhecido como Cracolândia. Na Estação Sentinela se falava sobre a vizinhança e junto dela se congregava uma arena pública.

O prédio, localizado no bairro da Luz e parte do perímetro conhecido como Cracolândia, já foi um hotel que abrigava distintos grupos migrantes que desembarcavam na

[108] "O bios é redcfinido intensivamente, no interior de um caldo semiótico e rnaquínico, molecular e coletivo, afeti vo e econômico. Aquém da divisão corpo/mente, individual/coletivo, humano/inurnano, a vida ao mesmo tempo se pulveriza e se hibridiza, se dissemina e se alastra, se rnoleculariza e se totaliza. E ao descolar-se de sua acepção predominantemente biológica, ganha uma amplitude inesperada e passa a ser redefinida como poder ele afetar e ser afetado, na mais pura herança espinosana. Daí a inversão, em parte inspirada em Deleuze, do sentido do termo forjado por Foucault: biopolítica não mais como o poder sobre a vida, mas como a potência da vida"(PELBART, 2008, P. 25).

rodoviária da Luz, fundada em 1961 e desativada em 1977. Em sua tese de doutorado, Taniele Rui (2012), ao apreender e analisar a categoria do *nóia*, discorre sobre o histórico e a dinâmica deste bairro. Segundo a autora, "desde os primeiros anos da década de 1990 há registros de que o centro de São Paulo, especialmente as ruas do bairro da Luz, atrai e concentra consumidores de crack" (RUI, 2012, p. 189).

Uma análise a respeito da polissemia dos significados que esta região tem na cidade, evidenciados pela autora em sua tese de doutorado, circunscreve dinâmicas na Estação Sentinela. Em artigo dedicado aos usos do bairro da Luz, Rui (2014) destaca a "grande quantidade de pessoas que circulam pelo entorno (e, portanto, o constituem), bem como os distintos usos, disputas e apropriações que se pode fazer desse espaço" (RUI, 2014, p. 94). A famosa Cracolândia, nas idas e vindas à Estação Sentinela, se transformou ao longo do período de campo, como é possível observar também através das reflexões de Taniele Rui (2014) e Vera Telles (2006).

O convívio entre a Estação Sentinela e a Cracolândia foi motivo de tensões e conflitos em diversos momentos. Rui (2014), ao traçar uma revisão bibliográfica sobre a região configurada como objeto de intervenção, nos apresenta perspectivas importantes sobre convivência e integração que tocam a Estação Sentinela. A autora apresenta, em seu diálogo com Maria Cristina Schicchi e Heitor Frúgoli Jr, a perspectiva de que, embora, na região, "os equipamentos e os usos distintos do espaço estejam lado a lado, entrecruzados, isso não deve ser confundido com integração" (RUI, 2014, p 97). Também apresenta, ainda nesta mesma revisão, o panorama de um conflito com "mais de dois lados":

> Em suma, essa região de grande fluxo, que se entrecruza, que às vezes se integra e que às vezes não, ao longo de sua história, foi sendo recusada pelas elites paulistanas, se popularizando e gradativamente se degradando. Desde há muito, como já mencionado, vem sendo objeto de tentativas de reforma urbana e social (RUI, 2014, p. 98)

Durante as idas à Estação Sentinela, alguns habitantes referiam circular com tranquilidade pelas ruas do entorno deste equipamento. Além disso, pude andar com algumas e alguns interlocutores pela região. Já outros a evitavam. A equipe de funcionários tinha distintas compreensões em torno da Cracolândia, mas tanto esta, quanto a palavra *nóia*, eram cotidianamente evocadas. A Polícia, no início de 2016, ainda ficava em frente à Estação Sentinela, mas desde o fim daquele ano se deslocou para a Rua Barão de Limeira, transitando, depois, para a Praça Princesa Isabel.

No início da pesquisa de campo, alguns moradores da Estação Sentinela já relatavam ter amigos da vizinhança e frequentavam a academia e salão dos programas de

governo, como o *De Braços Abertos*[109], vigente naquela época. As intervenções na região assistidas pelos moradores da Estação Sentinela, nesse período de campo, foram interpretadas de diferentes maneiras pelos interlocutores da pesquisa. As retiradas por parte da polícia e retornos, para a porta e calçada ao lado esquerdo da Estação Sentinela, das pessoas chamadas por alguns dos residentes da Estação Sentinela de *nóia,* foram naqueles tempos assuntos de narrativas observadas que mesclavam distintas opiniões e sentimentos, como raiva, pena, medo e apatia.

O distanciamento e a proximidade com a ideia de vulnerabilidade eram tangenciados também pelas relações com a vizinhança. A respeito da Cracolândia, Rui destaca que

> Como um "campo de relações", a região também passou a ser sinônimo de degradação e criminalidade urbanas decorrente da grande presença de usuários de crack, homens, mulheres, meninos e meninas em situação de rua ou prostituição nas ruas dos bairros; todos eles, como se sabe, atores urbanos associados simbolicamente a uma série de estigmas como sujeira, perigo, ameaça, drogas, encrenca, vergonha; o que também gerou uma série de ações envolvidas tanto na repressão quanto na mediação (RUI, 2012, p. 192)

Tais estigmas, sujeira, perigo, ameaça eram evocados na Estação Sentinela, cujos habitantes também compreendiam "os usuários de crack" (RUI, 2012, p. 192) como "figuras importantes para o entendimento da dinâmica local" (idem). As relações com a vizinhança, a partir da heterogeneidade também do público acolhido na Estação Sentinela eram, deste modo, diversas em suas possibilidades. Alguns marcadores, como experiência na rua – própria ou de algum afeto – influenciavam o modo como os moradores lidavam com o medo, com os diferentes atores sociais que circulavam pela área e com a tolerância com o barulho e práticas de uso de álcool e drogas. Além disso, acolhidos que fumavam cigarro só o podiam fazer na calçada. A fila de senhoras e senhores fumantes sentados na calçada permitia outras relações com a vizinhança. Isto não significa dizer que tais relações, perante determinadas dinâmicas internas do centro de acolhida, não fossem estigmatizadas. *Drogada (o)* e *bandida (o)* configuravam ofensas recorrentes na Estação Sentinela.

A interação com o entorno do equipamento era diversificada entre os acolhidos, sendo que trajetos e experiências de rua anteriores marcavam também o modo como lidavam com o perímetro e com a Cracolândia. "Tava tudo limpinho, olha lá agora", me disse Jandira[110].

[109] Criado em 2014 a partir do Programa Operação Trabalho (POT) da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), o Programa de Braços Abertos tinha ações intersetoriais entre as áreas de assistência social, direitos humanos, saúde e trabalho nas atividades propostas aos beneficiários.

[110] Na sua chegada, Clúsia sugeriu que eu conversasse com ela. Após algumas tentativas, o que soube da vida de Jandira foi muito mais por Clúsia e outros moradores da Estação Sentinela. Conforme Clúsia, Jandira havia chegado à Estação Sentinela, por meio do CREAS, por motivos de "agressão e despejo por

Com a Estação da Luz ao fundo, conversávamos sobre a atuação da polícia desde o mês de fevereiro de 2017. Em 23 de fevereiro, no retorno de um passeio organizado pelos monitores da Estação Sentinela ao Zoológico de São Paulo, os quarteirões em volta do prédio estavam tomados por carros da polícia militar; a orientação era a de fechar a porta para que ninguém "de fora" entrasse. "Anda logo Íris, para de bobear". "Todo mundo para dentro!" dizia Nicolau, um dos monitores da Estação Sentinela. Lá dentro, o incômodo de mais de um funcionário era com o segurança de plantão, que ficou querendo ver o que ocorria lá fora sem fechar a porta. "Machucaram um bombeiro"; "a GCM e os bombeiros ficaram provocando perto da tenda"; "não é o fluxo que provoca a polícia, é gente que vem da Rio Branco" dizia Jackson, monitor em tal período, da Estação. Naquele dia, muitas versões do início do conflito e da violência policial foram veiculadas.

A Estação Sentinela presenciava, naquela circunstância, um conflito no fluxo. Sob barulhos externos, o que se ouvia no começo era preocupação com que ninguém saísse para a rua. Presenciei também a impossibilidade de sair da Estação Sentinela até as 19:00 e a permanência do Batalhão de Choque da Polícia Militar. O convívio com a vizinhança, e episódios como esse, eram mote para que habitantes discutissem sobre a violência policial, diferenciando ou aproximando quem "usava crack e estava no *fluxo"* dos que "roubavam". Eleonora[111], um dia antes, contava para mim que viu um assaltante numa rua paralela à da Estação Sentinela ser "pego de jeito pelos policiais". Em sua fala, o assaltante era *nóia:* "esse pessoal de rua vem pegar roupa para dormir, comida. É tudo sem-vergonhice deles, roubam de mulher". O contraste com os *nóias* também se estabelecia no interior da Estação, onde não se podia entrar sob efeito de

parte da filha". Segundo Clúsia, ela tinha uma casa na região oeste da cidade, mas o CREAS, a partir das denúncias dos vizinhos, "queria que a idosa permanecesse ali". Clúsia estava tensa no dia que me contou sobre aquele período da vida de Jandira e sobre a decisão do Creas porque "isso não era uma questão de assistência, mas sim judicial". Jandira recebia visitas de uma sobrinha que era brigada com sua filha, mas não podia recebê-la para morar em casa. Num fim de dezembro, fui com Clúsia entregar a chave da casa de Jandira para a sobrinha. Jandira permaneceu por um tempo no quarto de Amarílis e Íris. No quarto as brigas eram constantes porque, segundo Íris, que costumava ler até as 21:00, Jandira não gostava de luz acesa "nem antes das 20". Pelo fato das duas brigarem muito por questões de convivência, Jandira, um tempo depois da nossa conversa, pediu desculpas e disse que não queria mais que eu fosse no quarto dela para falar com "a velha". Numa outra visita à Estação Sentinela, eu não subi ao quarto e Íris me disse que ela já não estava mais lá. Jandira era uma das poucas, mas não única, que se incomodava com Íris. Mas certamente foi a única que não quis conversar comigo em definitivo por conta da relação com alguém de quem não gostava. Jandira depois de um período na Estação Sentinela foi transferida para outro CAEI. Entretanto, por um período a encontrava na porta, quando ela ia visitar Clúsia.

[111] Eleonora morava numa cidade do interior de em Minas Gerais e estava pela terceira vez na Estação Sentinela para realizar exames. Poucas vezes conversava dentro do centro de acolhida a não ser nos momentos de refeição. Fumante, colocava a cadeira, na calçada, longe de outros e outras residentes. Nós não conversamos detalhadamente.

drogas ou álcool, a primeira regra expressa no regulamento da entidade, do qual trataremos a seguir.

De ventanias e Prumo: convivendo em conflito

> **"(...) Regras gerais (segurança, respeito, convívio e qualidade de vida)**
>
> 7.1 – Não entrar alcoolizado ou sob efeito de qualquer entorpecente. (Caso chegue alcoolizado, deve aguardar por um período de duas horas no hall de entrada)| 7.2 – Não portar bebidas alcoólicas| 7.3 – Não portar ou guardar armas de fogo, arma branca e objetos perfurantes (...) 7.9 – Agressão de qualquer natureza (racismo, preconceito, discriminação, ameaças e violência física) será tratada com rigor e o agressor será desligado, sendo encaminhado ao CREAS (...) 7.13 – Os idosos acolhidos não devem entrar em quartos de outros idosos| 7.14 – Os homens não devem dirigir-se aos andares de mulheres e vice-versa" (Regulamento Interno da Estação Sentinela)
>
> "O velhinho de cabelinho branco, ah que bonitinho...todo tipo envelhece" – Junquilho
>
> "Ah, o Junquilho, o 171? Aqui tem de tudo, 171, 172, ex ex ex... ex-drogado, ex-bandido, ex-estuprador, tudo ex que não é ex" – Valquíria

As regras gerais da Estação Sentinela durante a gestão da Avença de Compaixão, das quais transcrevo um trecho acima, ressaltavam a proibição de uso de psicoativos e a preocupação com agressões "de qualquer natureza". Durante a pesquisa de campo, observei que as situações de agressão, majoritariamente se restringindo às agressões verbais, faziam parte da rotina de interações entre os moradores. Eventualmente, os funcionários atribuíam esses eventos à presença de moradores alcoolizados. Tais circunstâncias revelavam o modo pelo qual conflitos eram geridos pelos funcionários, e também a forma da interação entre os moradores a contar de uma variedade de acusações. Atribuições dos adjetivos "bandidos" e "vagabundos" eventualmente estavam relacionadas ao uso de psicoativos e/ou à trajetória dos moradores em relação à prisão. A situação que descrevo a seguir envolve uma sequência de conflitos e acusações, tratadas pelos gestores da unidade como motivo de advertência. Ela revela também como a prisão era debatida e ou tema de curiosidade quando atreladas às trajetórias de habitantes da Estação Sentinela. Tais formulações postulavam uma composição da Estação Sentinela contemplada por trânsitos entre prisão, rua e centro de acolhida, uso de psicoativos e relações com dinâmicas e atores presentes na Cracolândia.

Guilherme[112] e eu nos encontramos às 10:30. Havíamos combinado às 09:00 uma conversa para falarmos da pesquisa já que na penúltima ida à Estação Sentinela conversamos brevemente sobre seu passado, na companhia de Valquíria, que parecia interessada pelo que Guilherme contou sobre o motivo de sua prisão[113].

Quando nos encontramos, Guilherme pediu desculpa e disse que me encontraria, apontando para onde sempre ficava, na estufa, entre um quarto e o refeitório. Jéssica, monitora da unidade, deu a ele[114] uma camiseta, que estava no saco de roupas que levei neste mesmo dia. Ele voltou e agradeceu assim que se sentou. Disse que não costumava pegar roupa em centros de acolhida por conta da *energia* de tais locais. Começamos a conversar. Guilherme estava com a fala enrolada, como referiu, e pediu para continuarmos mais tarde, visto que ele tomava remédio às 09:00 e o remédio o deixava com a fala "*assim"*. Disse que precisava ficar "lá embaixo sempre", fazendo referência à rua, depois que tomava o remédio e que com o tempo melhorava. Marcamos então para outro dia.

Às 11:30, durante o horário de almoço na Estação Sentinela, encontrei Luara, que apresentava dificuldades para andar devido a um problema em seu joelho esquerdo e que estava de saída. Naquele período Luara era voluntária em uma ONG[115], como outras senhoras moradoras da Estação Sentinela. Minutos depois, ouvi Eleonora gritar "briga, monitores, olha a briga, ó, tá agredindo ela!". Guilherme falava algo, em tom baixo, que eu não entendia, na escada e Luara falava "vagabundo é você, seu canalha. Você me respeita. Quer passar, passa, eu te dei passagem". A maior parte das pessoas na fila do almoço se deslocou para o pé da escada. Nela, Guilherme descia com pressa. Valquíria chegou perto com o prato de arroz, feijão e quiabo, tomou uma bronca de Clúsia e justificou: "eu quero ver, é emocionante". Falou mais baixo enquanto Clúsia saía: "eu queria ver se era a pessoa que eu queria empurrar".

Naquele momento, todos os monitores deixaram Guilherme sair sem questioná-lo, pedindo para que ele se acalmasse. Nenhum deles conversou com Luara, que chegou à rua

[112] Guilherme foi apresentado por Junquilho como egresso do sistema prisional e durante a pesquisa foi transferido para outro centro de acolhida. Conversávamos sobre sua participação quando ele foi transferido. Sem telefone, não tive mais contato com ele. Após um tempo, o encontrei num outro centro de acolhida. Conversamos mais um pouco, mas ele não teve interesse em participar da pesquisa além de conversar, conforme seus próprios termos.

[113] Ele contava sobre o assassinato de seu filho e que como protetor de seu filho, cobrou a morte dele e fez o mesmo aos dois homens que o mataram.

[114] A doação de roupas será contada mais adiante.

[115] Além de Luara, outras mulheres se apresentavam como voluntárias de ONG na Estação Sentinela: Iris era voluntária de uma ONG na região norte da cidade que trabalhava com projetos de atividade com crianças. Alice e Tecla, como Luara, também trabalhavam com costura em ONGs. Alguns dos seus trabalhos eram vendidos entre as habitantes. Na sala da Assistência Social havia um tapete que foi dado de presente por Alice. Clúsia teve receio de levar para casa por conta das complicações em "aceitar presentes dos acolhidos". Outras senhoras faziam crochê e vendiam trabalhos, como Amarílis e Ester.

calada e cabisbaixa. Todos retornaram às suas atividades e eu fui também à sala da assistência social/psicologia. Enquanto aguardava, ouvia Jeferson, na época gerente da unidade, falando que o Guilherme não costumava fazer isso, e se o fazia, era porque estava alcoolizado. Mais tarde, em torno das 15:00, reparei que Clúsia e Jeferson estavam prestes a conversar com Guilherme, mas não soube se a conversa foi concretizada. Não vi nenhum deles caminhar para alguma sala.

Agressões na Estação Sentinela entre habitantes tinham me sido contadas, mas aquela foi a primeira vez que via uma briga. Ancorada às noções de paciência e ajuda, o estado de embriaguez parecia explicar, para os funcionários, a atitude de Guilherme. Essa questão fez saltar às vistas como violações das regras eram dinamizadas no dia a dia. Afinal, Guilherme entrou alcoolizado e, segundo os gritos de Eleonora, estava agredindo Luara. Duas violações de acordo com as regras que cada um dos acolhidos recebia ao chegar. A não sobriedade parecia naquele momento uma direção que indicava tolerâncias e quem não estava podendo responder por si. Embora eu não tenha podido ter acesso aos prontuários, ouvia alguns termos que referiam advertências, como "agressividade", "desobediência" e "desrespeito". Alguns dias após este episódio na Estação Sentinela, Guilherme teve um desentendimento com Tulio[116], narrado por Junquilho também como "egresso do sistema prisional", e seu colega de quarto. Por já ter recebido anteriormente advertência, não sei se referente à discussão com Luara, Guilherme foi encaminhado para um centro de acolhida que não era especial para idosos[117].

Ofensas no cotidiano da Estação Sentinela eram acionadas em falas e comentários num movimento de sondagem em torno de quem não era querido para conviver. Nesse sentido, alguns dos hábitos dos acolhidos pareciam ser mediados e vigiados a partir também da relação que a pessoa tinha com a vizinhança. Ser fumante e ou consumir álcool, em algumas narrativas, aproximavam esses hábitos dos arredores de um jeito distinto de quem trabalhava como vendedor ambulante na região. É como se a permanência voluntária na rua demarcasse uma diferenciação de quem precisava ficar na rua.

[116] Não conversei em tempo com Tulio; ele foi transferido. Tulio usava bengala e tinha dificuldade de locomoção. Depois da conversa com Guilherme e antes da transferência deste, Tulio me perguntou se eu era advogada. Falei que não e expliquei sobre a pesquisa. Ele estava com alguns papeis e disse que então outra hora me mostraria. Tulio foi apontado por Junquilho como um "senhor usuário de crack" e que devia dinheiro para alguns vizinhos. Conforme a narrativa de Junquilho sobre a saída de Guilherme, Tulio e Guilherme se desentenderam por Tulio ter mexido na cama de Guilherme, que alcoolizado, o agrediu.

[117] As transferências de centros de acolhida informaram distintas tendências. Guilherme foi para um grande centro de acolhida para adultos em que há vagas de pernoite e vagas fixas. A maioria das transferências assistidas e ou narradas foram para outros CAEI. Permuta configurava uma troca/transferência que os centros de acolhida faziam de "usuários do serviço" durante a etnografia e gestão da Avençã de Compaixão.

A tolerância em relação ao uso de álcool também era conformada e narrada a partir de convenções de gênero. Alice[118], que frequentava um Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), segundo algumas colegas, "tentava se recuperar do vício" e por isso o fazer dos tapetes era tão bom – "ela é muito talentosa" – disse Íris. Já Brígida, também frequentadora de grupos e reuniões de atendimento psicossocial, na narrativa de Íris seria "ousada demais": "no dia que a polícia foi embora, ficou dançando e até tirou a blusa. Encrenqueira: ou tá bêbada[119] ou tá brigando". As frequências na rua e experiência em torno do álcool distanciavam Alice e Brígida nos apontamentos de Íris. Discriminações na Estação Sentinela também estavam inseridas nas regras de convivência conforme falas da equipe. O gerente da casa havia retomado o assunto nas assembleias sobre tolerância. Houve *casos*, segundo a administração, de *usuários do serviço* não quererem dividir quarto com pessoas que "saiam demais da casa" e também por "pré-conceito"[120]. Gênero, raça, idade e classe dinamizavam, além de trajetórias e configurações de um perfil de pessoas que *precisavam ser acolhidas,* segundo a política de acolhimento da assistência social, também as aceitações e reconhecimentos, por parte dos já moradores, de idosas e idosos que ali podiam estar.

A partir das dinâmicas de regras, com o intuito de abordar a discriminação e tolerância de moradores e funcionários e como forma de introdução aos rumores na *Casa de Sentinelas*, trago alguns apontamentos de um interlocutor e um dos personagens de alguns rumores.

A lotação "da casa", conforme por vezes Junquilho chamava a instituição quando dela foi habitante, existia primordialmente por conta daquelas e daquelas que guardavam materiais recicláveis e ou possuíam pertences fora do armário; era remetida por ele como consequência da proibição de manicômios. Segundo ele, a Estação Sentinela não era um "serviço diferenciado para idoso". Reclamava da gestão da casa: "em assembleias semanais, eles falam assim: vocês têm que se acostumar com a convivência...todo mundo já é neurótico, mas morador de rua, drogado e louco...". Junquilho falava também sobre a relação que o *uso de drogas podia trazer* à Estação Sentinela; numa de nossas conversas, enquanto apontava para Tulio, disse: "Tem um aqui que deve na boca de fumo. Já avisaram na portaria, não vão vir cobrar... eles não querem

[118] Não foi interlocutora "de conversa para a pesquisa", mas interlocutora fotográfica. Com o passar do tempo, nossas conversas durante as visitas à Estação, em certo dia puderam ser em seu quarto naquele período. O que soube a respeito o CAPS foi devido às falas de Íris e outras moradoras.

[119] Íris contava também sobre as bebidas de Minerva. Dizia que Minerva bebia, mas que não dava trabalho. Certas vezes Íris dizia que ela tinha parado. Às vezes, entretanto, dizia que Minerva, de quem gostava muito, estava tentando se recuperar do vício.

[120] Ester, interlocutora da pesquisa, já esteve irritada com os hábitos de uma residente da Estação Sentinela, com quem não conversei. Segundo Ester, essa senhora, além de ser "ruaceira" tinha "problemas que os negros têm". Trato dessa fala de Ester em sua trajetória.

mais o dinheiro, querem conversar". Segundo ele em tal período, "se não quiserem mais conversar com Tulio será pior, podem entrar". Além disso, Tulio estaria devendo R$ 70,00 a ele. "Podiam até dizer que eu tô desandando o velho, mas é o velho que puxou muitos anos de cadeia, é um velho bandido, sabe o que faz... ele vai sair daqui corrido, assim como tem gente que trabalha aqui e é fugido".

G*ente que trabalha aqui e é fugido* parecia concernir a funcionários, de outros grupos etários, que faziam parte do programa mencionado da instituição gestora da Estação Sentinela[121]. Por essa instituição, em tal momento, gerir outros centros de acolhida para pessoas em situação de rua e ou *em drogadição*, Junquilho e outros acolhidos desconfiavam de alguns sumiços de dinheiro e objetos, além de um "discurso sobre a moral" cobrada, pelas regras da casa, "de idosas e idosos em não beber e não brigar". Conforme essa e outras narrativas de interlocutores, funcionários e voluntários que passaram ou estavam nesse programa *faziam uso de drogas*. Sobre essa relação entre atendimento religioso e trabalho voluntário em outras unidades geridas pela mesma "igreja" Junquilho desconfiava: "Eu tenho mais medo de onde é administrado por padres do que bandido. O criminoso eu sei como lidar, mas padre...".

Era em tal contexto de classificações sobre o outro e a outra que eram acionadas falas solidárias e acusatórias na *corrente de informações* na Estação Sentinela, mas principalmente um clima de desconfiança. Palloma Menezes (2015), ao tratar, em sua tese de doutorado, dos impactos à vida dos moradores de territórios em que foram implementados o projeto Unidade de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro, apresenta "os rumores como parte integrante dos processos de investigação que surgem em situações indeterminadas" (MENEZES, 2015, p. 41). A autora considera os rumores como um *modelo coletivo de investigação*. Esta forma de investigação é interessante também por usos anteriores e simultâneos em distintas perspectivas conforme nos é apresentado:

> os rumores tornaram-se objeto de investigação sistemática. Contribuições vieram de muitas fontes: historiadores e juristas preocupados com a confiabilidade do testemunho; psicólogos que estudavam a precisão da percepção e da memória; psiquiatras interessados na expressão de impulsos reprimidos em atos comunicativos; antropólogos e sociólogos envolvidos no estudo da resolução coletiva de problemas e opinião pública. (MENEZES, 2015, p. 37)

[121] Ouvi o nome do Programa a partir de Junquilho, mas não conversamos sobre isso. Entretanto, em conversas com Clúsia, o mesmo nome referido também aparecia. No site da instituição gestora, havia alguns apontamentos sobre o programa, baseado em evangelização, mas sem esse nome. Tratar-se-ia de "Evangelização com os moradores que vivem em situação de rua, onde os missionários fazem a experiência de passar alguns dias com eles, vivendo da mesma forma, fazendo-se próximos de maneira muito concreta, no intuito de apontar a eles um caminho de restauração a partir da confiança que ali é gerada". Durante a pesquisa, tal programa apareceu com mais de um nome, mas indicava atividades de voluntários pela mesma instituição religiosa.

A seguir, me atentarei às *correntes de informação* na Estação Sentinela com intenção de iniciar uma discussão em torno de moralidades, corrente de informações, cotidiano e convivência.

"Todo mundo deveria ter dois caixões, um pro corpo, um pra língua": as correntes de informação na Estação Sentinela

> El rumor ocupa una región del lenguaje que tiene el potencial de hacernos experimentar acontecimientos, y que va más allá de señalarlos como algo externo, los produce durante el acto mismo de su enunciación. (DAS, 2008, p. 95)

Os *rumores*[122] eram frequentes no cotidiano da Estação Sentinela, um modo pelo qual circulavam informações a respeito do lugar, dos moradores e das suas dinâmicas. Foram considerados também uma forma de produzir reputações entre os que participavam dos enredos elaborados e, no limite, atuavam também na produção de moralidades nesse campo. Assim,

> o critério de validade do rumor não deve ser estabelecido por sua efetiva correspondência com o real, mas por sua capacidade de dar forma e de tornar compartilháveis as experiências que afetam e concernem à coletividade em meio a suas dúvidas e incertezas (MENEZES, 2014, p. 679).

Os rumores na Estação Sentinela ao informarem e revelarem moralidades se tornaram fontes primordiais de articulação entre cotidiano, convivência e imaginários num cenário de desconfiança no equipamento público, bem como com seu trânsito com a vizinhança. Os rumores, para análise de *corrente de informações,* bem como de revelações em torno de moralidades, foram percebidos desde um evento que será narrado a seguir.

A primeira vez que presenciei uma insatisfação em torno da *corrente de informações*, foi quando estava na sala da assistência social. Maria Inez, a primeira assistente social na instituição que conheci, chamou Everaldo, um dos acolhidos, para conversar. Everaldo era acusado por outros moradores de pagar bebida para pessoas. Maria Inez dizia para ele: "se quiser pagar bebida pra todo mundo, inclusive aos de *lá de fora,* ou não precisa do benefício de prestação continuada (BCP) ou deve usar o dinheiro para pagar um aluguel". Nesse momento, Everaldo respondeu "*todo mundo ali deveria ter dois caixões, um pro corpo e um pra língua*".

A expressão "esgotamento da compaixão", tecida por Omri Elisha (2018) ao tratar do engajamento social "que reúne tanto obras caritativas como associações de assistência social

[122] Agradeço a contribuição de Anelise Guterres sobre a potência que a frase que emprego como título da seção pode ter para a discussão sobre rumores. Quanto ao trabalho com e em torno de rumores a agradeço fortemente, junto de Palloma Menezes, pela discussão que propuseram no SPG coordenado por ambas na ANPOCS de 2017.

e comunidades religiosas" (p. 420), me parece pertinente para analisar essa situação. No trato da proteção social nos Estados Unidos a partir de sua reformulação nos anos 1990, Elisha, ao versar sobre prática caritativa de cristãos evangélicos, conta sobre a aplicação da moral. Ainda que em outro contexto e longe de fazer uma comparação, aqui há um vínculo importante que pode ser tramado com o episódio narrado.

O autor assinala que "esgotamento da compaixão" para os evangélicos, embora fosse diferente de outros usos observados[123], "sempre designa o olhar dirigido para a *distância entre as expectativas e as ações de um indivíduo* ou, mais precisamente, para o abismo entre as ambições, ao mesmo tempo que ameaçam destruí-las" (ELISHA, 2018, idem). Os voluntários evangélicos, conforme o autor, ao falarem de esgotamento de compaixão referiam-se a "uma situação de fadiga moral – uma estafa –, que eles atribuem experiências frustrantes com os beneficiários do auxílio caritativo que se teriam mostrado irresponsáveis ou impenitentes, que teriam oposto resistência ou tentado manipulá-los" (ELISHA, 2018, idem).

Esse episódio, nos traz, entretanto, um vínculo com a expressão "esgotamento da compaixão" a partir de distintos ângulos no que refere tanto a a ideias de manipular e agenciar quanto da distância entre as expectativas e as ações de um indivíduo na discussão entre autonomia e benesse, vinculadas à assistência social, desde sua concepção como política pública e, portanto, também de acordo com o Serviço Social. Se põe de frente, deste modo, a vincos; à ligação entre assistência social e caridade.

Deste modo, a sala da assistência naquele dia trazia temporalidades distintas que se chocavam na prática da Estação Sentinela. A mistura de tempos – ou coexistência, pela prática – acorria a partir de um *como se*. Era *como se* benefício significasse se não, caridade, uma espécie de favor ou ainda um uso controlado do direito de um sujeito que recebia o benefício de prestação continuada. A bronca prescrevia, tão logo, entre o uso controlado do dinheiro, uma proibição de uso. Nesse cuidado controlador, a conversa emulava e recordava bons modelos de envelhecimento, ao relembrar uma boa conduta em tal centro de acolhida e mostrar a condição de permanência ali, ao mesmo tempo que informava uma preocupação com o dinheiro de Everaldo *gasto com outras pessoas*. Juntos estavam controle e cuidado, na medida em que Everaldo não fora contestado –explicitamente pelo menos – por beber, mas sim por pagar bebida para outras pessoas. Desse modo, o próprio uso do benefício de prestação continuada de

[123] Elisha (2018), ao abordar esta expressão "esgotamento da compaixão", antes de apresentar a fala dos voluntários evangélicos sobre esta, atenta usos coexistentes: 1) "a expressão esgotamento da compaixão remete comumente à insensibilização progressiva provocada pelas representações superficiais e estereotipadas, por parte das mídias ocidentais, das crises humanitárias nas regiões afastadas do mundo" (ELISHA, 2018, p. 422); 2) "no jargão das associações caritativas a expressão é empregada para explicar as baixas periódicas que afetam as doações ao público"(ELISHA, 2018, idem).

Everaldo era contestado. Simultaneamente, havia uma tentativa também dele não usar o benefício com outrem; distanciá-lo de explorações de sua renda, internas e externas à Estação Sentinela.

A chave entre o cuidar e o aconselhar era a mesma do controlar? Como e quem teria dito isso para Maria Inez? Por preocupação com Everaldo? O que fazia essa pessoa ao externar uma preocupação ou uma denúncia acusatória ou ambas em ambivalência? E que legitimidade tinha minha presença ali no momento da bronca? Esta referia também a existência de uma performance necessária aos usuários dos CAEI de gasto com dinheiro que Everaldo quebrava?

Essa fala se relacionaria aos futuros eventos da casa, e também às noções de merecimento de estar na Estação Sentinela, bem como de receber e ou oferecer ajudas. As informações misturavam o passado que circulava e os acontecimentos na Instituição. Grande parte dos conteúdos traziam e informavam distintas moralidades. Conforme modalidades do uso e olhar para a moral, parto da consideração de Didier Fassin (2012) quanto aos usos de moral como adjetivo e substantivo e da reflexão de Adriana Vianna (2005) sobre a moral como forma de organização de conjunto de percepções correspondente às moralidades como campos dinâmicos de construção e veiculação. Desta forma, a tentativa aqui adotada é abordar moral e moralidades como conjuntos e, no diálogo, em detrimento de um uso específico, utilizar os termos apresentados pelas autorias.

Os rumores são apresentados por Menezes (2015) como um gênero narrativo. A autora nos apresenta uma revisão bibliográfica em torno de três gêneros narrativos: rumores, lendas urbanas e fofocas[124]. Os três gêneros narrativos são marcados por uma característica comum: a dúvida que gira em torno da veracidade das informações que eles fazem circular (MENEZES, 2015, p. 38). Ao que a pesquisa se atentou, nos interessam os rumores e fofocas.

[124] Cláudia Fonseca (2004) nos informa que "A fofoca envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio. Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos. Ninguém se considera fofoqueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança" (FONSECA, 2004, p. 23). A partir de um levantamento sobre a fofoca na literatura antropológica, a autora remonta a *força da fofoca* a partir de relações e pertencimentos e a localiza numa dimensão instrumental para definição de limites de grupos: "não se faz fofoca sobre estranhos, pois a estes não se impõem as mesmas normas; ser objeto, sujeito da fofoca, representa a integração no grupo" (FONSECA, 2004, p. 23). A respeito das moralidades, Fonseca (2004) apresenta o caráter de explicação de regras que estas informam para quem as ouve e participa. A fofoca também é uma corrente, nessa perspectiva, de imagem: "serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública" (FONSECA, 2004, p. 23). Pedro Oliveira (2010) liga a fofoca à estrutura de narrativas. Para o autor, estas podem ser vistas como "uma enunciação de fatos e eventos que se articulam em torno de significados constituintes de um percurso narrativo, que exprime um sentido reconhecível e descodificável para quem a enuncia e para quem a interpreta" (OLIVEIRA, 2010, p. 10).

Para a autora, “os rumores e as fofocas produzem consequências menos incômodas para o acusado, mas também porque têm um custo muito menor para o acusador, ou seja, para aquele que apresenta a crítica” (MENEZES, 2015, p. 243).

Anelise Gutterres (2016) analisou um processo de desabitação a partir de experiências vividas por moradoras ameaçadas de remoção na zona portuária do Rio de Janeiro. Nas narrativas analisadas, a autora nos mostra a relação entre rumor e práticas do Estado. Rumor “como prática de dissipar informação” (GUTTERRES, 2016, p. 195) estava, neste caso, conferido à esfera de governo municipal. O “dizem por aí” articulado à desconfiança relacionada ao futuro das interlocutoras do trabalho da autora são convidativos para a próxima sessão do texto, que versa sobre desconfiança na Estação Sentinela a partir de uma temporalidade mais próxima da ideia de passado e deste como aquele que ronda as narrativas. A seguir me atenho a rumores de exploração na Estação Sentinela, a contar de eixos específicos e relacionais demarcados textualmente.

Rumores de Exploração

A potência do rumor foi atentada por Veena Das (2008) pelo que pode ser percebido também em termos de borração do tempo: “não é fácil dizer quando um evento começa ou termina ou, no mesmo sentido, como eventos em uma determinada configuração espaço-temporal se assemelham a eventos em outras configurações” (DAS, 2008, p. 95). Além de certas regiões do passado poderem ser atualizadas, um senso de continuidade entre eventos - que podem parecer desconexos - pode ser criado. Nessa direção, pensar nas continuidades e rupturas da passagem do tempo também nos leva a pensar na própria criação dos acontecimentos por meio da sua enunciação: “O rumor ocupa uma região da linguagem que tem o potencial de nos fazer vivenciar os acontecimentos, e que vai além de apontá-los como algo externo, os produz no próprio ato de sua enunciação” (DAS, 2008, p. 95).

Categorias acusatórias

As categorias de acusação, entrecruzadas, para além de dar legitimidade a quem era acolhido, faziam menção à *exploração*. Como termo êmico, a ideia de *exploração* podia informar distintas relações e ser acionada a contar de diferentes contextos. *Explorador, exploradora, explorado* e *explorada* eram acionados de diversos modos: desde uma falta de reconhecimento do outro para estar no equipamento público, até exemplos de quem *necessitava de ajuda* de funcionários e não a recebia. Na próxima sessão, apresento algumas das situações envolvendo Junquilho e outros habitantes da Estação Sentinela, em que, nas narrativas, as categorias relacionadas a *exploração* foram acionadas. Na situação que descrevo a seguir, a

impossibilidade de que funcionários acompanhassem moradores em atividades diversas, fora da casa, gerou novas dinâmicas de trocas e favores entre os moradores.

Durante a pesquisa, houve uma rotatividade de funcionários que teceu diversos rumores e distintas versões de história das sucessões de gerentes na casa. Tais narrativas surgiam não necessariamente em caso de questionamento, mas como forma de caracterizar eventos. Foram quatro gerentes de unidade da gestão da Avença de Compaixão que conheci; dois deles realocados, conforme alguns relatos, a outras unidades de acolhimento também gestadas pela Avença da Compaixão. Vagner, em algumas narrativas de moradores da Estação Sentinela, por ter sido um dos primeiros gerentes, aparecia como *o mais bonzinho, se preocupava de verdade e mantinha atividades frequentes.* Foi substituído por Rubens, mais *linha dura e que fez reformas desnecessárias para a casa.* É o caso da churrasqueira que nunca tinha sido utilizada, segundo Íris. A versão contada a mim foi que Rubens também foi transferido devido a decisões administrativas da Instituição Avença da Compaixão. O terceiro gerente que conheci, Gilberto, fora funcionário assistente de ambos os citados e foi promovido; pouco lembrado por sua gestão, os comentários que passaram a compor a observação de rumores na etnografia foram os de sua saída. Neste momento, surgiu a necessidade de pensar os rumores da demissão ao mesmo passo que distintos eventos passaram a ser apresentados como resultado de *uma confusão*, admitida pela equipe de funcionários e de acolhidos.

Na manhã da segunda-feira, na lavanderia durante a conversa com Ornela[125], Líria[126] perguntou se era verdade que *Dona* Nafula[127] tinha ido embora. Líria dizia que *estavam falando* que Nafula tinha chegado sem documentos e sem a dentadura quando voltou do banco e se indagava se Junquilho poderia mesmo estar envolvido pois eles eram próximos e ele era *bonzinho.* Depois que Líria foi lavar a roupa, Ornela me falou: "uma pessoa que anda muito com a outra que é roubada, pode ser o quê? Ou conhece alguma coisa da história ou...".

Dona Nafula havia sido retirada da Estação Sentinela há poucos dias pela filha. Durante alguns meses, ela teria dado dinheiro para alguns colegas do centro de acolhida e pagava a um deles, Junquilho, por companhia ao banco e a outros lugares que não gostava de ir sozinha. As falas em torno da grande quantia de dinheiro que recebia, a pensão do marido

[125] Ornela contava-me algumas informações sobre a sua vida mediante conversas na Estação Sentinela, às vezes no quarto quando compartilhado com Amarílis e Íris. Morava na região metropolitana de São Paulo antes de habitar a Estação Sentinela e não possuía filhos. "Eu quero falar, mas sinto raiva". Saía bastante da Estação Sentinela e tinha amizade com senhoras que fumavam na calçada. Ornela trabalhava, com intervalos, como vendedora ambulante.

[126] A trajetória de Líria é apresentada no capítulo 6.

[127] *Dona* aqui se refere ao fato de que os interlocutores a chamamvam de Dona antes do seu nome verdadeiro. Nafula e outros acolhidos que se relacionavam com ela, no período da pesquisa, falavam bastante sobre sua filha e seus netos que a visitavam e com quem as vezes passava o fim de semana. Usava bengala. Nunca conversamos sobre a pesquisa.

falecido e sua aposentadoria, eram indagações em torno do motivo de Nafula ter morado ali ao invés de em uma pensão ou em um quarto e sobre sua solidariedade de empréstimo e doações para acolhidos mais necessitados financeiramente.

Junquilho, o *bonzinho* referido por Líria, acompanhava outras senhoras, como ela e Nafula, e também senhores, por favor ou trocas. Sua narrativa, que me foi contada mais tarde, foi de surpresa pela saída de Nafula. Ele dizia que a filha dela estava brava com a não interferência da casa nos sumiços de pertences da mãe e não demonstrou conhecimento de desconfianças de sua amizade com a senhora que tinha ido embora.

Bonzinho tinha expressões semelhantes à composição de caráter ou convívio na Estação Sentinela. Iris havia usado *menina boazinha* para falar de Alice e Amarílis *e velha barraqueira* para falar de Brígida. *Velho safado* fora usado por Junquilho para falar de *Tulio,* enquanto *velho bandido* referia Junquilho nas falas de Valquíria. Estes termos juntos informavam convenções de gênero entrecruzadas com observação de práticas na Estação Sentinela, dinamizadas, como anteriormente comentado, também a partir da relação que cada um tinha com a vizinhança e zonas morais. Além disso, informavam noções de passados que justificavam *aquele presente* de estar num centro de acolhida: merecimento de sofrimento ou abandono familiar, bem como constrangimentos de, entre outros, idade, raça e sexualidade. Tais expressões se caracterizavam como chaves acusatórias; justificavam o momento e espaço do outro, ligados às ideias de abandono como consequência de papeis "mal desenvolvidos" de maternidade e paternidade, por exemplo. Brígida e Maysa,[128] em suas discussões, dinamizavam a culpa direcionada à outra quando falavam sobre as prisões de seus filhos.

Mais do que isso, categorias na Estação Sentinela se juntavam. Se *drogado*, *safado* e *bandido*, emulavam categorias que podem ser compreendidas a partir de uma continuidade com a teoria de Gilberto Velho (1981) sobre categorias de acusação, *boazinha*, *com problemas* de *cabeça* e *com problemas na cabeça*, delineavam categorias de compaixão.

Enquanto as primeiras noções vinculavam-se a acusações de desvio (Velho, 1981), elas traziam também a dimensão moral (Velho, 1981) articulada aos modelos de envelhecimento em dois sentidos; se drogado fazia vínculo com um estilo de vida (Velho, 1981) ali, safado e bandido faziam laço com um desvio amalgamado, além de não motivo de compaixão, a uma ideia de periculosidade. *Drogado* tratava de um desvio, mas possibilitava uma atitude de relevar.

[128] Maysa e eu conversamos sozinhas apenas uma vez. Entretanto, já tinha estado em outros centros de acolhida com Junquilho. Os dois tinham discussões sobre prisão. Junquilho dizia que ela falava mal dele porque ela teria ouvido que ele espalhava que ela tinha um filho preso: "Eu não falei nada, mas ela não tem que falar nada sobre criminoso porque tem um filho bandido ué".

Embora de maneira hierarquizada pelo gênero, habitantes que bebiam tinham suas ações por certas vezes desculpadas.

Na Estação Sentinela, havia uma convivência conflituosa entre habitantes que já tinham estado nas ruas literalmente e quem não havia vivido na rua, mas em centros de acolhida. Aqueles cuja situação de rua nunca envolvera literalmente viver na rua diferenciavam-se dos que haviam efetivamente dormido nas ruas de maneira hierarquizada, que apontava também para o medo de um futuro indesejado.

Safado e *Bandido* delimitavam, de forma mais enfática, acusações em torno de passagem pretérita e, ou possívelmente, contingente, pela prisão. Como acusação, evidenciavam essas categorias um "marco delimitador de fronteiras, símbolo diferenciador de identidade" (VELHO, 1981, p. 59). A veiculação das mesmas expandia o território da enunciação das acusações, pois fazia manutenção de códigos morais em torno de percepção "pelo que não é ou pelo que não quer ser" (VELHO, 1981, p. 59). Nessa hierarquia do que não se queria ser e defesa do que não se era, o topo era poder ter ou ter tido passagem por alguma instituição prisional. É nesse sentido que filhos que tinham sido privados de liberdade tinham presença na Estação Sentinela e na discussão entre suas mães também.

No que tange aos modelos de envelhecimento na Estação Sentinela, cabe atentar que o uso de álcool e cigarro se assemelhavam muitas vezes não necessariamente a *drogado* e mesmo quando se assemelhavam a alcóolatra, por exemplo, passavam por uma categoria de forma coetânea; *subversivo.* O uso de álcool, cigarro, idas a bares configuravam atitudes de velhices subversivas em relação aos modelos de velhice.

Não à toa, tais temas, junto dos conflitos, considerados como *comportamentos nocivos*, *moralmente condenáveis (Velho, 1981)* tinham grande audiência na *corrente de informações* na Estação Sentinela. Essas subversões especificamente tinham ali "tanto possibilidades de contaminar como enfeitiçar" (Velho, 1981, p. 60).

Dessa maneira, ainda que em uma paisagem que fugia, histórica e imageticamente de outras vinculadas ao termo terceira idade, o que fazia da Estação Sentinela uma paisagem com conjuntos "de situações particulares e delimitáveis" (VELHO, 1981, p. 67) a tornava também uma instituição particular. Nas particularidades dali, em simultaneidades, mas longe de uma tipologia, havia em cena leituras e releituras na convivência de uma "performance correta", nos termos de Mike Featherstone (1998, p. 60) como aquela que "torna-se uma indicação central do direito de ser uma pessoa valorizada" perante a vida, ao mundo e ao tempo, a contar dali.

Exploração e denúncia

O *rumor de exploração* de Junquilho sobre Dona Nafula ocorreu após mais ou menos dois meses de um outro rumor ter emergido. Tomo-o aqui como central tanto por ter trazido à pesquisa relações de ajuda e de interesse quanto por ter mudado as regras da instituição, como informado anteriormente.

Na *Casa*, por conta de três demissões e "*uma denúncia*" no Ministério Público, envolvendo repasse de dinheiro a funcionários, foi vetada a ida de funcionários a bancos e outras atividades externas. Como consequência deste evento, foi percebida uma maior frequência de trocas e favores em torno de acompanhamento a hospitais e clínicas entre habitantes do CAEI. Jackson narrou uma versão mais detalhada sobre as demissões e então uma mudança de gerência, que envolveu moralidades acerca o uso e empréstimo de dinheiro dos moradores.

Pedro era um ex-morador da Estação Sentinela que não conheci pessoalmente. É interessante perceber que ele permaneceu por um bom período na Estação Sentinela em detrimento dos eventos que se sucederam. De algum modo Pedro e outros atores ali estavam ainda presentes a partir das prescrições posteriores aos eventos que serão contados. Pedro teria dado, num determinado Natal, cinquenta reais de presente para cada contratado. Os funcionários eram divididos pelas funções de sócio educadores, chamados mais comumente no período de monitores, agentes de cozinha, agentes de limpeza, assistente técnico, assistente social, psicólogo e gerente. Após a gerência da Instituição administradora pedir para o antigo gerente que todos devolvessem o presente a Pedro, Gilberto o fez. Pedro, entretanto, teria dito no refeitório que já havia emprestado dinheiro em maior quantia – alguns falaram em R$ 1000,00 a Joana. Esta foi dispensada por Gilberto e, nesta ocasião, Pedro, muito revoltado com a saída da funcionária que o levava ao banco e com quem se dava bem, teria informado aos demais presentes no refeitório que também teria emprestado R$10.000,00 a Maria Inez e R$15.000,00 a Gilberto.

A partir desta demissão e mudança no quadro de funcionários, a ida a bancos e consultas médicas dos acolhidos não pôde mais ter companhia de trabalhadores da instituição. Ancorados a outros rumores, como desvio de alimentos, verba pública e doações, que implicaria na diminuição de atividades oferecidas aos idosos, os relacionados a roubos por parte de servidores participantes de outros projetos da instituição administradora do centro de acolhida tornaram e encontraram a Estação Sentinela um espaço simultâneo de desconfiança e ajuda. Conforme Tiago Lemões (2017), em diálogo com Veena Das, os "rumores" podem abrir caminhos numa trama de embates por direitos, representando e reelaborando a lei nas experiências

cotidianas; “Gerando medo e indignação, os rumores também circunscrevem um espaço para a narração da vida real” (LEMÕES, 2017, p. 20).

A respeito da Instituição Avença da Compaixão, a desconfiança de Jackson se assemelhava a de Junquilho. No último dia de trabalho, Jackson, após tentar um aumento de salário não autorizado pela administração da instituição, conversou comigo sobre o que sabia que estava acontecendo; resolveu me contar sobre a saída de Gilberto. Fomos à sala de artes e havia uma preocupação de minha parte em deixar a porta aberta por conta de algumas perguntas que recebi sobre namorá-lo[129].

Sobre a relação entre “idosos” e “funcionários”, relatou-me que havia muito “conflito e saturação de ambas as partes”: “falta educação técnica pro sócio-educador” e que “às vezes, as pessoas trabalham por causa do salário”. A questão de diagnósticos psiquiátricos como uma presença problema na Estação Sentinela também foi apontada por ele: “muitos aqui tem *problemas psiquiátricos*”.

Jackson foi contratado mais ou menos dois anos antes daquele dia para dar aulas e oficinas aos residentes. Fora o responsável pelos passeios e outras *demandas* junto com os demais monitores. Era nessa perspectiva, do seu papel como educador e as atividades na Estação Sentinela, que suas críticas surgiam na entrevista. Ele também me relatou, assim como Íris e outros residentes da Estação Sentinela, que Vagner permitia muitas atividades na casa e que muitas delas custavam dinheiro. Nessa narrativa, ele teria sido considerado como um gerente de excessos financeiros e, por isso, realocado para outro cargo na Instituição coordenadora da casa. Já em relação a Rubens, o segundo gerente que conheci, Jackson me disse que “pagar as pessoas acabava com ele”. Nessa gerência Jackson recebeu orientação para que tudo que conseguisse fosse de graça. Isso, na narrativa de Jackson, diminuiu a possibilidade de passeios e trabalhos realizados na Estação Sentinela. E assim os passeios estavam praticamente interrompidos desde então, antes de Gilberto ser demitido por conta da denúncia ao Ministério Público. Jackson não estava mais conseguindo realizar as atividades que se propunha e, na sua perspectiva, elas deveriam ser custeadas pelas verbas que a instituição recebia.

Dito de outro modo, as queixas de Jackson passavam a tecer uma trama que se revelaria um outro rumor e desconfiança relatados para mim, tanto antes como mais tarde, por Junquilho e outros interlocutores: a não utilização de verba que a Avença da Compaixão recebia da prefeitura para utilizar na Estação Sentinela estava, nessas narrativas, sendo usada em outras

[129] Essas perguntas começaram antes, mas aumentaram depois. Em pouco tempo passei a ser questionada se era casada. A relação com Junquilho também foi, durante o período de campo, fonte de perguntas e piadas. A mudança de seu nome no trabalho ocorreu pelas narrativas em que desejos e Junquilho passaram a se encontrar.

instituições, também coordenadas pela Avença, de acordo com suas prioridades. Assim, a quantia parecia se misturar às prioridades da Avença da Compaixão de maneira mais genérica. Essas informações e rumores de desvio de verba, ou ocultação de verba no sentido de não utilização, não ficaram nítidas, assim como o episódio que presenciei das roupas que doei anteriormente e para o qual me deterei a seguir.

Cestas, Coisas e Trecos

No dia em que levei a sacola de roupas para doar, ao chegar próxima da *estufa*, avisei Brígida, Maysa, Valquíria e Domênica. As quatro pegaram as peças que gostaram para experimentar. Para Maysa, bem mais alta, tudo ficou curto.

Nesse ínterim, chegaram Íris e Amarílis, para as quais restaram poucas peças para prova. Iris pediu para pegar duas peças para Pícola, que não estava no momento "ela fica na rua, não tem roupa, acho que essa serve nela". Nesse momento Brígida e Iris se olharam. Quando "percebi" que Iris ficou chateada, pedi desculpas e ela falou que depois falava comigo. Valquíria queria dois casacos: um que já tinha ficado com Domênica e outro que ficou na sacola, já com poucas roupas, que entreguei para Luana, então monitora da unidade, após perceber sua estranheza.

Um tempo depois de ter entregado a sacola, Íris me falou que Domênica e Brígida eram acumuladoras. A mesma explicação para o impedimento de que Valquíria fosse pegar outros casacos no quarto de doações me foi fornecida por Jeferson, quando fui até sua sala. Eu tinha recebido um recado de Justino, um dos monitores, de que Jeferson queria falar comigo. Quando cheguei, Valquíria estava reclamando que ela precisava de roupas sim e ele falava "você não precisa, não há mais espaço no seu armário". Quando Valquíria saiu, Jeferson sentou e me disse que entendia que eu quisesse doar as roupas, mas que havia um quarto para doações e que a equipe sabia quem precisava de roupas e que muitas pessoas ali eram acumuladoras.

Essa explicação de Jeferson remetia a duas questões: a primeira, sobre os rumores de que doações para a Estação Sentinela fossem destinadas a outros equipamentos gestados pela Avença da Compaixão; a outra, que me atentarei a seguir, por ter impresso possibilidades de temas na corrente de informações da Estação Sentinela e acusações sobre hábitos, defeitos e fragilidades a partir do termo polissêmico "pessoas com problemas". Além de revelarem a relação temporal de cada um consigo e com o entorno da Estação Sentinela, enredavam noções de transtorno mental, uso de drogas e manias.

É importante também pontuar que além das moralidades e trajetórias, os recursos, pertences e "coisas" configuravam motivos de disputa e conflito. Fosse pela necessidade em obter recursos, fosse pela vontade de ter, as "coisas" também delimitavam fronteiras entre o

que era considerado um espaço individual e o que não. Numa morada coletiva, “coisas” acabavam demarcando certa privacidade. As relações com as coisas eram também avaliadas sob um ponto de vista moral, e, por vezes, patologizante.

O acúmulo de “coisas” fora referido de diversas formas: havia quem fosse acusado de trazer lixo da rua; quem pegava material reciclável *porque era um trabalho*; havia *coitados* que pareciam ter esse hábito pelo tempo de rua. Formulações de que existiam *pessoas com problema* não eram raras na Estação Sentinela. Variavam desde acumuladores de latas e lixo, como referia Junquilho, a pessoas que guardavam outros objetos; pareciam estar divididos em algumas hierarquias nessas formulações por estarem relacionadas com outros hábitos. Pergunto-me se Brígida e Domênica eram colocadas como acumuladoras de porcaria porque também pegam coisas das ruas? Algumas questões são importantes aqui: Veda, por exemplo, tinha um número de objetos – que variavam de cosméticos e produtos de limpeza a bichos de pelúcia – maior do que as demais interlocutoras com as quais conversei nos quartos. Porém, ela não era relatada como acumuladora em outras falas, salvo na de Ivo, segundo assistente social que conheci na Estação Sentinela. Os objetos, cacarecos – as coisas – eram tidas como excesso e ou necessidade a partir de quem as reivindicava, juntava e cuidava, mas também por quem com as mesmas coisas precisava conviver, como moradores, no mesmo quarto, e ainda por quem precisava mediar conflitos também quanto à presença de objetos na Estação Sentinela, os funcionários. Em outras palavras, as coisas compunham na Estação Sentinela enredos de diferença também como relação social, na compreensão de Avtar Brah (2006):

> [...] pode ser entendida como as trajetórias históricas e contemporâneas das circunstâncias materiais e práticas culturais que produzem as condições para a construção das identidades de grupo. O conceito se refere ao entretecido de narrativas coletivas compartilhadas dentro de sentimentos de comunidade, seja ou não essa “comunidade” constituída em encontros face a face ou imaginada, no sentido sugerido por Benedict Anderson” (BRAH, 2006, p.363).

Vale ressaltar que a partir desta ideia de diferença como relação social, as circunstâncias materiais e práticas culturais tangenciavam os dois problemas públicos que justificavam e fissuravam a Estação Sentinela: o envelhecimento e população em situação de rua. Quando entrelaçados, eles ecoavam encontros tanto face a face, cotidianos, como imaginados; a saber, a partir de estereótipos, estigmas e imagináros sobre determinados grupos entrecruzados aos modelos de velhices – então que construíam e remodelavam, bem como escapavam destes.

Ainda no que refere a diferenciação e identidade compreendidos por Brah vale marcar a Estação Sentinela como ponto e passagem também de processos identitários:

> A supressão parcial do sentido de uma identidade pela asserção de outra não significa, contudo, que diferentes “identidades” não possam “co-existir”. Mas

> se a identidade é um processo, então é problemático falar de uma identidade existente como se ela estivesse sempre já constituída. É mais apropriado falar de discursos, matrizes de significado (BRAH, 2006, p.372)

É como ponto e passagem que a Estação Sentinela se colocava em distintos processos de identidade que conviviam. Como propõe a autora, não constituída, a identidade pode, mais apropriadamente, ser referida por discursos e matrizes de significado. E nesse espaço que as coisas entravam, além de poderem causar conflitos em torno da diferença como relação social, revelavam também significados identitários.

Isadora Lins França (2010), em sua pesquisa de doutorado analisou a produção de subjetividades, categorias identitárias e estilos relacionados à homossexualidade em conjunto de espaços de sociabilidade e consumo freqüentados por homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens na cidade de São Paulo. Ao apresentar a relação entre subjetividade, consumo, objetificação e estilos e trazer etnograficamente à sua análise "como as pessoas fazem uso de determinados objetos de maneira a objetificar visões de si mesmas, constituir subjetividades e se aproximar ou diferenciar de outras pessoas" (p. 252), a autora expande este debate a outros espaços de sociabilidade e possibilita que subjetividades e objetificação possam ser compreendidos em distintos contextos. Com foco em coisas necessárias para a profissão de drag queen, Rubens Mascarenhas Neto (2018) em sua dissertação de mestrado, se debruçou na produção, circulação, aquisição e subtração neste exercício laboral. O autor deu especial atenção à articulação entre ideias de glamour e precariedade no contexto compreendido.

Deste modo, alinhavando a constituição de subjetividades a partir do uso de determinados objetos e aproximação de diferenciação de outras pessoas, proposta por França e aquisição e circulação, bem como a ideia de precariedade presente na análise de Mascarenhas procuro compreender a relação entre envelhecimento e população em situação de rua com objetos a partir de trocas, vendas, coletas, doações e presentes no contexto da Estação Sentinela.

O diálogo com Daniel Miller, autor também referenciado nas duas pesquisas citadas aqui, é necessário e uma possibilidade de entrada ao debate que proponho. Miller (2013) argumenta que, ao invés da visão acadêmica e popular de treco[130], "em muitos aspectos, os trecos nos criam. De maneira mais específica, demonstro porque a indumentária não é superficial" (MILLER, 2013, p. 19). O ponto que circunscreve especificamente o diálogo com Miller e minha leitura das coisas na Estação Sentinela é a relação com casas e o que o autor trama a partir da "nossa necessidade de chegar a um acordo com a agência dos próprios trecos"

[130] "de que objetos nos dão significado ou nos representam e de que são principalmente signos ou símbolos que representam pessoas"(MILLER, 2013, p. 19).

(MILLER, 2013, p. 143) a partir da palavra acomodação. Esta, conforme o autor: "fala da necessidade que temos de encontrar acomodação no sentido de um lugar para viver, e acomodação pode abranger muitos lugares desse tipo, de casas que possuímos a *formas temporárias* alugadas" (MILLER, 2013, p. 143, grifo meu). Acomodação também:

> envolve um processo de acomodação no sentido de uma apropriação da casa por seus habitantes. Menos óbvio é que este segundo significado seja recíproco. Ele pode implicar as mudanças que fazemos para adaptar uma casa às nossas necessidades, mas também a necessidade de mudar a nós mesmos para nos adaptarmos à acomodação (MILLER, 2013, p. 144)

Por fim, o terceiro aspecto trazido por Miller é que acomodação expressa um sentido de propensão, no passo de "considerarmos nossa relação com o lar por meio do termo acomodação não encaramos a casa como uma coisa, mas como um processo" (Idem). A questão que se coloca neste diálogo se dá pela possibilidade de abranger outras polissemias de casa a partir da perspectiva desta como um processo. Conforme exposto anteriormente, a Estação Sentinela fora denominada com distintos nomes e qualitativos a partir de vetores de diferenciação.

Se a Estação Sentinela quando vinculada a casa referenciava a noção de Direitos, ela também empregava também noções de privacidade e direito de. Já referenciada com termos como abrigo, hospício, prisão, bagunça e até com um qualitativo de uma casa específica - casa de louco - mostrava então, não somente a problemática de convívio, mas a dificuldade também de e em determinadas acomodações.

Desta maneira, na continuidade dessa discussão sobre acomodação (MILLER, 2013) na Estação Sentinela, a começar das noções de *pessoas com problemas*, acúmulos, prazer, necessidade e lembranças, *cestas* é um termo pelo qual cunho tanto a possibilidade orbitar "uma dimensão de individualização" (FRANÇA, 2010, p. 252) e identidade como processo (BRAH, 2006), quanto a carga moral que os objetos traziam e criavam na diferença como relação social (Idem) nas relações do espaço e objetos na Estação Sentinela. Cesta conta sobre amontoados - estes consideram não só os objetos, mas todas essas dimensões referidas[131] -, bem como sobre trançados – de agência com os próprios objetos e suas dimensões; burocráticas, de registro, de limpeza, de trabalho, de troca, de presente de saúde, de cuidado, de limites de quantia e de juntar quantia. *Cesta, assim,* refere ao que se trazia e se levava na Estação Sentinela[132],

[131] Agradeço à colaboração de perguntas e ajudas de Ruby Mascarenhas quanto às *cestas*.

[132] Também se refere ao que se levava da e para a Estação Sentinela, asism como de e para outros pontos de acomodação. No capítulo 6, sem retornar à discussão, entretanto, narro parte da cesta de Amanda; o que precisava levar de um outro centro de acolhida para outro. Essa questão também se faz presente na mudança de Íris, cuja cesta também foi acompanhada e que está narrada no mesmo capítulo, bem como uma última mudança institucional na e da Estação Sentinela.

compreendida como passagem identitária, de diferenciação e de acomodação.

Defendo que juntar é uma possibilidade de alinhavar, colecionar e guardar em detrimento do acumular, pois este se refere a uma carga e avaliação moral também em torno do que determinadas pessoas, quando não em suas casas próprias, podem fazer com suas coisas. Não é porque uma pessoa não pode colecionar tudo o que quer que ela é acumuladora; o juntar pode significar agenciar contra o limite de não poder colecionar. Além disso, o trabalhar com determinados materiais também anunciava processos de diferenciação e formulações morais a partir de uma hierarquia em torno dos objetos e empreendimentos sobre tais. Douglas de Sousa Evangelista (2014) narrou seu contato com realizadores do shopping-chão[133], no Rio de Janeiro. O autor nos mostra a partir da feira que acompanhou a relação entre hierarquia de objetos, usos e de quem os usa:

> [...]pode-se inferir que não só os objetos por eles comercializados são considerados de menor valor, tratados como "lixo", "cacarecos", "quinquilharias", e por isso sem importância e desmerecidos, mas por extensão, as pessoas que com eles lidam também recebem essa denominação pejorativa, em um processo de objetificação dos sujeitos, onde estes encontram-se no mesmo nível que suas mercadorias: menosprezados, sujos, sem "real valor". O ato de nomeá-los desta forma, indica a lógica de diferenciação operada pelos feirantes e antiquários, bem como tenta esconder a imbricada relação entre estes e os catadores, os chamados "garimpeiros (EVANGELISTA, 2014, p. 2)

Na Estação Sentinela, os objetos estavam vinculados a trocas e vendas, mas não só, mas sua legitimidade, quando juntada ou não elencada a dimensão de necessidade era rebaixada por questões também de hierarquia de valor e origem dos objetos, que provinham também de feiras de rua na vizinhança e ou em outras da cidade.

Ademais, tais objetos eram vinculados e vinculadores à maior parte dos rumores: envolviam do dinheiro à dentadura. As cestas estiveram presentes na *corrente de informações,* nos conflitos de convivência no quarto e nos limites da instituição gestora do centro de acolhida em se definir como mediador de objetos a serem aceitos ou não em doações, como a blusa desejada por Valquíria. *Cestas*, que trançavam limites entre privacidade e individualidade com modelos de organização e limpeza, tinham também como fio a convivência e a acomodação ali. Deste modo, *as cestas* eram um componente, um assunto constante, na *corrente de informações* e nos rumores de exploração.

[133] "Entre as ocupações dos entrevistados, figuravam camelôs, comerciantes, "guardadores" de carro e ambulantes. Dentre essas vozes, os discursos e práticas que mais me chamaram a atenção foram os dos integrantes do "shopping-chão", comércio informal que trata, basicamente, da venda de objetos coletados no lixo, expostos em lençóis e toalhas nas calçadas" (EVANGELISTA, 2014, p. 2).

Ajuda e exploração

Na *corrente de informações*, as ajudas tiveram forte presença após o evento da demissão dos funcionários e proibição da presença destes em qualquer atividade que envolvesse finanças ou fosse externa. As ajudas também eram uma forma de produção de solidariedade – e de se produzir como tal – no dia a dia na Estação Sentinela.

As ajudas, nesse espaço de diferença e diferenciação (BRAH, 2006), também chamavam a atenção às relações de gênero e raça e, ainda, de idade, tendo em vista que o intervalo etário cronológico nesse grupo idoso[134] tinha início nos sessenta anos e seguia com pessoas com mais de noventa anos. Ao tratar da longevidade, Alta Brito da Motta (2012, p. 5) atenta que "uma das conseqüências mais diretas desse processo [...] é o aumento do número de gerações vivendo, simultaneamente, o mesmo tempo social e histórico" e a dificuldade de identificação precisa de posições geracionais:

> nesta sociedade longeva tanto a maturidade quanto a velhice são constituídas por várias idades. Assim, pode-se ser "velho" aos 60 ou aos 120 anos, conforme ainda define a sociedade, como se poderá ser "geração intermediária" com menos de 50 anos, mas também aos 80 anos - dependendo da amplitude geracional na família analisada. Como parte dessa panorâmica geracional, se identifica uma geração "pivô", ou "sanduiche", – aquela que se posiciona e atua entre os pais idosos e os filhos e netos (BRITTO DA MOTTA, 2012, p. 5).

Ao referir a panorâmica geracional, a autora destaca que geração pivô "é de definição relacional e de situação". Refere então que "idades de intermediação" e "apoio constante entre gerações" são variáveis "de acordo com a sequência temporal, demográfica e o dinamismo das relações do grupo de parentesco. Podem se situar na meia idade, tanto quanto na velhice "jovem" e até um pouco além" (BRITTO DA MOTTA, 2012, p. 5).

Geração Pivô era dinamizada na Estação Sentinela em laços não consanguíneos. Na sua composição, atuantes pivô eram aquelas e aqueles habitantes potencialmente menos

[134] Sobre o termo terceira idade, Guita Debert destaca que "seu uso corrente entre os pesquisadores interessados no estudo da velhice não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas por ser essa uma forma de tratamento das pessoas de mais idade, que não adquiriu ainda uma conotação depreciativa. A invenção da terceira idade é compreendida como fruto do processo crescente de socialização da gestão da velhice: durante muito tempo considerada como própria da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas, ela se transformou em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções foi definido e implementado pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas. Como consequência, tentativas de homogeneização das representações da velhice são acionadas e uma nova categoria cultural é produzida: as pessoas idosas, como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação em prática de modos específicos de gestão" (DEBERT, 1997, p. 39).

fragilizados em termos de saúde e ou de "cabeça"[135], tanto conforme narrativa de Junquilho, ao nos atentar sobre o número de pessoas que tomam medicação psiquiátrica[136], quanto a narrativas sobre diagnósticos ou não em termos de esquecimentos. Além disso, as ajudas embutiam outras esferas que não práticas. Se misturavam a afetos, apoio e relações interpessoais a contar também da convivência e cotidiano da Estação Sentinela; do chão de velhices partilhado entre diferentes habitantes.

Do mesmo modo que Adriana Piscitelli (2011) nos informa sobre trabalho etnográfico com mulheres em mercados transnacionais do sexo no Brasil e no exterior, nesta etnografia, parece também interessante não reduzir à pobreza, as profissões ou atividades de cuidadores em potencial, bem como trocas, também marcados por "desigualdades produzidas na intersecção entre diferenciações de gênero, classe, idade e raça" (PISCITELLI, 2011 p. 539). As redes de ajuda e troca informaram solidariedade marcada por diferenciações no grupo apoiadas em gênero, idade, raça, classe, enquanto também estimuladas por noções Direitos que habitantes tinham*, incluindo os direitos perante a idade*, afetos e uma não precisa e detalhada, mas abundante presença de questões, reclacionadas a "problemas de/na cabeça".

As ajudas nas quais havia circulação de dinheiro não deixavam de produzir subjetividades na escolha de quem se ajudava ou de quem se esperava ou aceitava ajuda. Brígida e Teófilo ao se encontrarem fora da Estação Sentinela para passear, revezavam os pagamentos de comida. O namoro que na fala de Brígida "não era tão namoro assim" para além dos passeios contemplava idas a consultas e lugares para "espairecer" da "energia da Estação Sentinela". As amizades e relações entre habitantes informaram experiências em comum e trocas, objetivas e afetivas, desde a partilha do que era atual como da convivência. Os tipos de relação foram normatizados e normatizadores a partir de regras e de "imbricação entre padrões tradicionais e novas formas de intercâmbio" (PISCITELLI, 2011, p. 539).

Os termos *rumor* e *evento* são postos aqui como narrativas coletivas. O *evento* refere-se à demissão dos funcionários e à recomposição de regras renovadas na casa, enquanto *rumor* se refere à possibilidade e desconfiança de exploração entre grupos hierarquicamente constituidores da casa dependendo da ocasião. Sobre a relação entre esses grupos, "funcionários" e "idosos", Jackson revelara que esta era "às vezes de muito conflito e de muita saturação por parte de ambas as partes, intolerância, falta de humanismo".

---

[135] Faço referência aos termos usados na Instituição "com problema(s) de cabeça" e ou "com problema(s) na cabeça". Ainda que também de forma limitada me atento a essa discussão no capítulo 6, com mais ênfase na trajetória etnobiografada de Líria.

[136] É necessário também dizer que algumas das habitantes da Estação Sentinela eram cuidadoras remuneradas pe pessoas idosas não residentes do CAEI de idosas externas. Compunham também a categoria pivô em termos de cuidado remunerado.

Exploração, como termo êmico, pôde então informar distintas relações. Mesmo que *explorador, exploradora, explorado e explorada* fossem acionados de modo a indicar uma falta de reconhecimento do outro para estar no equipamento público e referir às redes de ajuda a quem necessitava de ajuda de funcionários e não recebia; era também usado em referência às trocas. Nesse sentido, em potencial, simultaneamente nas relações e cotidianos da Estação Sentinela o termo podia ser dinamizado, sobre ou numa personagem, através das relações e dos tempos misturados. A presença do passado, não separado e que ronda, pode convidar a abordar explorado-explorador num emaranhado interacional, como Erving Goffman (1978) tratou do *estigma*, "uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso" (GOFFMAN, 1978, p. 6). Fosse na solidariedade, fosse na acusação, o passado que se sabia sobre alguém era um agenciamento de aparecimento e ligação do passado ao compreendido como então atual; sua possibilidade de permanência configurava vinco e rumor e a relação entre ambos.

Alguém que, em vínculos narrados, observados e vividos, ajudava ou explorava podia, para além de naquele momento ajudar ou explorar, já ter sido ajudado ou explorado, em outras interações, na narrativa dos rumores de exploração. As redes de ajuda na entidade se apresentaram, deste modo, na etnografia como trocas que incitavam a possibilidade de rumor de exploração num esquema de vigia.

Pensando ainda nos rumores, estes, juntos de compartilhamentos e diferenciações na Estação Sentinela, numa fluidez de fechamento e abertura na composição de sua porosidade com o entorno, contaram sobre noções de justiça, modelos de velhices e conduta. Os rumores contaram enfaticamente, a partir dos problemas e descontentamentos, também sobre sensações e sentimentos. Contaram sobre emoções no cotidiano e na convivência articulados a trajetórias e encontros temporais.

A *corrente de informações* questionava uma unicidade de história e indicava um espaço conflituoso. Tinha como *vinco* a dinâmica de conflito. A partir de opiniões e valores, a *corrente de informações* era também uma maneira de produção dos sujeitos em tal instituição, se aproximando de versões e apontando uma convivência com diversidade e disputa de olhares e de posições frente à Estação Sentinela, aos Modelos de Velhice e a condutas de vida. A *corrente de informações* trazia, deste modo, as moralidades como espaço de práticas de si e de outrem. *Saber mais*, *se afastar*, *querer sair*, *mudar de quarto*, na perspectiva do cotidiano na Estação Sentinela foram observados nos entremeios da *corrente de informações*. Esta articulava espaço e tempo. Enquanto o ouvir e dizer traziam circunstâncias do que era denominado como presente ou passado recente, era essa combinação de ouvir e dizer que também abria caminhos

a serem percorridos diante de tais situações. A *corrente de informações* dava assoalho, deste modo, também às elaborações do agir e competia a um futuro.

Passaram, Passarão e muitos Passarinhos

Poeminho do Contra

Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!

- Mario Quintana

Era possível ouvir "To muito azarada!", "Calma, não tem ninguém azarado!" Na mesa cheia, vi Líria dormindo. "Quanto vale essa toalha aí no fluxo?"questionavam, junto de risadas, enquanto as prendas do jogo eram entregues. Dinho [137], em certo momento ao coordenar a roleta , disse "O último bingo de Dinho". Era o último dia de bingo ali. Uma flanela branca, quando entregue era apresentada, com risadas, "para tirar o pó". A camiseta "Deus faz, Deus junta" também contava daqueles dias naquela Estação; anos de uma gestão estava para ir embora e uma nova organização a chegar. Em minha lembrança, Íris, que já não estava mais na Estação Sentinela, esteve no bingo. O questionamento em torno das funcionalidades das prendas, ao relacionar as trocas e vendas das materialidades, me fez lembrar de quando ela ganhou uma antena na ONG e me disse "não vou falar que não tenho televisão né?". Valquíria também esteve ali, em lembrança, comigo e com as coisas. Lembrei da capa, da Minnie, para um ipad que nem Valquíria nem eu tínhamos. Valquíria me deu e disse para eu dar um jeito. Que eu podia dar para alguém. Também dum suporte acolchoado para copos. Brinde em uma gincana tempos atrás e que tinha me sido dado por Amarílis, que tinha ganhado dois, seguiu comigo como almofada.

Algum tempo antes de Jeferson me comunicar que a Estação Sentinela seria assumida por outra gestão, alguns rumores em torno dos motivos, alinhavados aos apresentados ao longo desse capítulo, chegaram a mim através da *corrente de informações*. Aquele mês de maio tinha um cheiro de mudança variado. Por uma sensação estranha, as idas daquele mês à Estação Sentinela mostravam, e com isso continuaram a também trazer, sentimentos e sensações. Uma delas era a adaptação da mudança; muito do que ouvi falar era difícil. Muito do que fora exposto nesse capítulo também. Eu só entendi realmente que aquela

[137] Monitor da Estação Sentienela durante parte do período de campo.

mudança aconteceria ao ver o esvaziamento da instituição e todo o volume que uma mudança de propriedade – seja residencial seja institucional, seja como aquela, possivelmente ambas a depender de quem a sentisse – gerava.

Havia uma preocupação e lamento com quem perderia o emprego se não pudesse ser transferido a outro equipamento conveniado com a Avença da Compaixão. Também não estava eu imune a esse lamento. Lamentava a saída também de funcionárias e funcionários, especialmente Clúsia. Lembrei naqueles dias de funcionários que ali não trabalhavam mais, como Jackson e Maria Inez. Sorrisos e cumprimentos de funcionários com os quais nunca conversei muito, mas que por aquele período ali eu encontrava e cumprimentava, como também reparar habitantes que, além de não participaram da pesquisa de campo, eu não conversava, tinham um ar diferente. A Estação Sentinela era grande, rápida, volumosa. Não a conhecia inteira e só da dificuldade de mirá-la nas primeiras vezes, na calçada, isso não foi uma surpresa. Mas era uma sensação de mudança, resistida.

Uma conversa com Luara, do ano anterior, aparecia como referência e contraponto naquele maio de 2019. Na referida conversa, Luara atentava as dinâmicas de passagem e tempo da Estação Sentinela, como em outros momentos o fez. Na respectiva ocasião, ela me contava sobre um sonho que teve e a preocupação consigo e com conviventes, como Luara referia. A passagem do tempo e de pessoas – e dessa relação – na Estação Sentinela era apontada pela interlocutora. Enquanto conversávamos sobre sua chegada na Estação, Luara emendou ao pouco contato que referia com sua família consanguínea um sonho. “Um dia aí eu sonhei com a Eliana pedindo socorro”. Perguntei quem era Eliana. Luara respondeu:

> É uma convivente aqui. Eu sonhei com ela. E ela parece que não está muito bem. Ela pedindo socorro e eu pedindo pra ajudar. E foi o que aconteceu com o homem. Eu chamando um, o rapaz chamando outro, ajuda, ajuda”. Mas eu fiquei assim... pior que quando eu vi o homem no chão, eu falei: "Meu deus". O sonho veio direitinho. Mas era um senhorzinho, coitado. Ai meu deus. Nem o Nicanor[138] levantando ele, ele tinha força nas pernas. Eu falei: "Pronto, eu com esse joelho aqui, já pensou acontecer isso aí?". Mas foi tudo bem. Não tenho o que falar daqui, não. Falo que hoje em dia não é a mesma coisa. Quem ficou aqui o tempo que eu, Dona Íris e outras, porque já está acabando. Só está entrando gente ruim.

O sonho e pedir socorro se alinhavavam a um receio de Luara diante de seu joelho e momento de seu corpo, com dor. Contava também da interdependência. Em suma, o sonho, o que passou depois dele, e seu contar emaranhava redes de ajuda e solidariedade na Estação Sentinela, como foi o trajeto desse capítulo. Redes sempre em passagem também, como os “conviventes”. Não somente os funcionários imprimiam uma geração na Estação Sentinela; os

[138] Não soube se era “convivente”, como Luara referia, ou funcionário.

conviventes também. Era isso também que Luara me dizia. Perguntei o porquê de “gente ruim”: “Pessoas muito agressivas. Não tem o comportamento das outras de jeito nenhum”[139]. A respeito das gerações da Gestão da Estação Sentinela, para Luara, até a época de Maria Inez “todo mundo respeitava todo mundo, tinha algumas picuinhas, sim, como se diz, mas aquilo ali era controlado, pronto, passava, mas agora, não”.

Já naquele mês de maio, em que a notícia da saída da Avença de Compaixão já ultrapassava a corrente de informações e já era uma certeza a ser aguardada, numa conversa Luara me disse “tem gente que tá demorando para sair”. Esse dito de Luara, próximo da mudança de gestão da Estação Sentinela, marcava também um fim. A saída da Avença da Compaixão, quando compreendida de longe, em termos de tempo, me parece contar também como aqueles dias de mudança, nas diferentes maneiras de posição e nomeação, estavam correndo em todas e todos ali; moradores, habitantes, conviventes, funcionários e visitantes. Aquela mudança imprimia também vontades de chegadas.

A menção de Luara à saída da Avença da Compaixão a mim foi “A Avença perdeu”. Me contou de uma vistoria que havia sido feita, lembrou da saída de Ivo.

> Então, você sabe, claro, se fizeram coisa errada, eles vêm buscar mesmo para ver o que está acontecendo. Tiveram aí, trabalharam procurando as coisas. Então, está muito difícil aqui, só está por obra do espírito santo, porque eles afastaram os funcionários tudo, afastou, não afastou, mandou em embora mesmo, a Compaixão perdeu...

Perguntei o que ela sabia da Avença da Compaixão ter perdido.

> Eu ainda não sei direito, eu mal conversei com uma pessoa de fora e ela ganhou como presidenta aqui, mas depois quando eles entraram, tiraram ela, para não vir aqui na casa que a presidenta tem que estar cuidando, aí eu falei assim, ''Não vou saber dessa história de...'', aconteceu de me encontrar com ela, aí eu estava perguntando para ela, até ela ainda ficou, ela falou, ''Luara, vem uma hora com o que eu vou te explicar tudo direitinho, o que aconteceu, vai entrar a tal ONG, diz que essa ONG é muito boa'.

Na continuidade de mudanças daquele mês de maio, as gerações de gestão da Avença da Compaixão, como referência, coexistiam com uma prestação do passado e trajeto da instituição na Estação Sentinela e a uma ansiedade frente às mudanças. Essas mudanças se vinculavam, a meu ver, pelas saídas de pessoas queridas e também das não tão queridas. Se essas movimentações de entrada relacionadas aos habitantes davam ritmo, como atentara Luara, as de saída de habitantes também. Do mesmo modo, a rotatividade de funcionários. De forma diferente chegava um novo tempo institucional que se articularias às dinâmicas e mudanças de cotidiano já conhecidas naquela Estação.

[139] Luara nesse disse falou também de Valquíria. Embora não se dessem, ficou chateada por ela. Valquíria já tinha saído da Estação Sentinela.

A saída da Avença da Compaixão articulava história e memória da Estação Sentinela e dava um assoalho de memória também dos e aos rumores. Se durante a pesquisa era comum ouvir “já foi melhor”, e minha impressão era da Estação Sentinela em continuidade de passagem, de habitantes, funcionários e “tempos da casa”, aquele último bingo e a última detetização na gestão da Avença da Compaixão, como “últimos”, ritualizaram mudança. “A hora do encontro”, como cantou e escreveu Milton Nascimento, foi também ali “despedida”.

No próximo capítulo são abordados trânsitos a partir de duas chaves; a saída de Valquíria da Estação Sentinela e um encontro com Amarílis, não em um CAEI mas em um CAE, que possibilitou observações em torno de outra modalidade de Centro de Acolhida Especial (CAE). Tal encontro não marcado trouxe como vinco uma vontade de sair apresentada por Macela, uma habitante desse equipamento socioassistencial.

Capítulo V – Entre veias e redes: a Estação Sentinela e trânsitos



Imagem 9. Estação Sentinela (2019), foto da autora.

Esse capítulo relaciona trânsitos a processos individuais e institucionais acerca de governamentalidades. Trata, a contar de formulações e atribuições no que concerne a convivência, acolhimento e cuidado, de uma discussão sobre direitos de sujeitos que habitam a rede socioassistencial a contar de conflitos e de atribuições que fazem também em torno de termos técnicos com os quais convivem. Na priemira parte me atenho à trajetória de saída de Valquíria da Estação Sentinela e a uma abordagem em torno de emoções e instituições levantadas pela interlocução com essa interlocutora. Já a segunda parte do capítulo visa estabelecer diálogo com tais temáticas em outro equipamento socioassistencial que conheci ao

visitar outra interlocutora, Amarílis. Em tal visita uma habitante que não conhecia, através de suas buscas em torno de mudança de tal instituição, fez interlocução com temas referentes à Estação Sentinela e levantados por Junquilho ao se referir ao mesmo e a outro centro de acolhida pelo qual passou e o visitei. Dessa forma, a interlocução com Macela, a habitante que referi, possibilitou uma reflexão em torno de trânsitos institucionais vinculados a uma abordagem em torno da rede socioassistencial.

Grande parte da *corrente de informações* da qual se tratou no capítulo 4 desta tese referia modelos de velhices. Estes alicerçavam os conjuntos de narrativas sobre alguém, si ou e outrem, organizavam trajetórias na casa e eram embutidos de moralidades e convenções em torno de gênero na circunstância de estar num *Centro de Acolhida Especial para Idosos em situação de rua.* O controle e descontrole das emoções norteavam denominações em torno de ofensas no que referia aos modelos de envelhecimento.

Nas miradas ocidentais, as emoções são comumente caracterizadas como naturais e individuais[140]. Deste modo, o controle da emoção e sua legitimidade em determinados espaços informam uma noção de privado e intimidade. Os estudos que rondam a emoção pela antropologia têm se organizado por um movimento que "das relativizações iniciais passou-se para um esforço maior em mostrar a dimensão micropolítica das emoções, revelando como são mobilizadas em contextos sempre marcados por relações e negociações de poder em vários níveis" (REZENDE, COELHO, 2010, p. 7).

Na abordagem das autoras, as emoções, articuladas a noções de pessoa e dimensões morais, passaram a ser estudadas com mais ênfase na década de 1980 nos Estados Unidos a partir de uma

> perspectiva relativista que tratava os sentimentos como conceitos culturais que mediam e produzem a experiência afetiva. Assim, a separação antes feita entre estados subjetivos e sentimentos sociais foi problematizada, uma vez que as próprias ideias de pessoa e de subjetividade passam a ser vistas como construções culturais (REZENDE, COELHO, 2010, p. 6).

São as emoções também, que, há muito, alinhavam os debates antropológicos entre público e privado e individual e coletivo. A antropologia "*cabalga entre lo sistemático y lo subjetivo, podríamos decir entre vínculos racionales y apegos emotivos, si es que unos y otros pueden separarse"* (JIMENO; VARELLA; CASTILLO, 2012, p. 276). Desse modo, este capítulo pretende trabalhar sob a perspectiva das emoções em torno da convivência na instituição e dos

[140] Rezende e Coelho (2010, p.5.) pontuaram que "A convicção de que os sentimentos têm uma natureza universal faz parte do senso comum ocidental, que os considera um aspecto da natureza humana marcado pelas ideias de "essência" no sentido de uma universalidade invariável e de "singularidade" como algo que provém espontaneamente do íntimo de cada um. Fazer uma "antropologia das emoções" é colocar em xeque essas convicções".

trânsitos a partir dela. Pretendo apresentar os trânsitos pela rede socioassistencial na primeira parte, enquanto na segunda, trato dos trajetos da agenda socioassistencial no que concerne à convivência de velhices e(m) situação de rua.

Nesse capítulo, me detenho à articulação entre procura, buscas por mudança e saídas com base na trajetória de Valquíria na Estação Sentinela e de Macela, quem conheci ao visitar Amarílis em um centro de acolhida especial (CAE). Essas duas cenas etnográficas dissertam sobre possibilidades e agências, além de amarrarem a discussão sobre trânsitos, relações entre formas de família e velhices institucionalizadas em centros de acolhida para pessoas em situação de rua. Essas histórias, juntas, ao narrarem sobre convivência e transferências, por distintos motivos, contam sobre trânsitos em instituições da *rede socioassistencial*.

Das permutas e trânsitos

"Perturbações", "pessoas difíceis", "aprontar" eram algumas das primeiras palavras que ouvia de manhã na sala de psicologia, na Estação Sentinela. Clúsia me falava das *ventanias* da *casa*. Neste dia, pediu que eu relevasse muito do que diria, pois não estava bem e desejava pedir licença médica, mas sabia que não podia.

Citando os nomes de novos acolhidos e também aqueles com quem *eu conversava*, Clúsia falava das transferências ocorridas e confusões na *Estação Sentinela* a partir do problema que foi um encontro de quarto. Dália, recém-admitida na casa, aparecia como uma novidade às narrativas de confusão e convivência. A novidade caracterizada como uma "mulher problema" encontraria, no compartilhamento de quarto e *convivência*, uma habitante cuja trajetória de bagunça já era narrada anteriormente por Clúsia; Valquíria. O encontro era caracterizado por Clúsia como "*inferno"*. Me dizia que "aquelas"[141] mulheres brigavam muito, que Valquíria era uma pessoa difícil e "aí ela vira e solta peido, faz cocô de porta aberta, sabe essas coisas de outro mundo?". No meio de risadas recíprocas, continuava "dorme pelada, então como a outra idosa também é muito brava, ela achou um absurdo e aí elas vivem em guerra". Clúsia também apontava que o ruim da Valquíria era que ela xingava "de negro, de macaco, ela tem essa forma difícil, que é uma forma que daria até processo pra ela. Ela já tem um processo numa outra casa por conta disso mesmo [...] As meninas agora falam que ela cheira acetona[142] a noite toda. Disse então que naquele período "as pessoas" estavam "chamando ela de drogada". Disse que estava um clima muito difícil.

[141] Na ocasião ela me disse "nessas", fazendo refererências às *casas[de acolhida]*.
[142] Valquíria apresentava sangramento nasal quando com dores de cabeça fortes, conforme lembranças de Luara.

Ainda sobre e a partir de Valquíria, Clúsia se referia aos trânsitos entre quartos na *Estação Sentinela* e em *outras casas*, o que não permitiriam mais uma transferência para outro CAEI: "todo lugar da casa que você possa imaginar ela já dormiu. Então não tem mais o que fazer com ela, só que nenhuma das casas aceita. Ela já causou em tudo o que é lugar, então quando você vai pedir uma *permuta* ninguém quer". Sobre o jeito de Valquíria, Clúsia indicava que "essas questões acabam gerando um stress na casa toda, então ninguém mais tolera ela. Ela já virou piada pras pessoas, entende?"

Ao explicar-me sobre a Proteção Social Especial, Clúsia apontava que quando uma pessoa idosa entra em algum centro de acolhida ela precisava permanecer na *rede socioassistencial*. Entretanto, haveria casos de pessoas idosas, mediante regras de *casas,* que eram expulsas e passavam a não serem mais aceitas. Assim, seria possível permanecer na rede de proteção especial da rede socioassistencial, mas apenas em centros de acolhida para "adultos e não mais em CAEI"[143], o que configurava uma situação de proteção especial desvinculada dos *direitos perante a idade*. A maior parte das expulsões e permutas ouvidas na pesquisa incluiu agressão de habitantes entre si e agressão contra funcionários. Uma "saída espontânea por autonomia" foi acompanhada[144]. No que concerne às brigas entre idosas e idosos, algumas saídas mostraram que em casos de briga física nem sempre as duas pessoas passavam por permuta e eram transferidas. Nesse sentido, parecia propícia a noção de uma balança em torno da *trajetória na casa de acolhida*, bem como uma espécie de análise em torno do grau de agressão.

Analisando a *trajetória da casa* percebemos que muitas subjetividades das *trajetórias de vida* ferviam em disputas e elaborações sobre uma boa convivência. Racismo, Discriminação, Alcoolismo e uso de substâncias ilícitas compunham, durante o campo, um portfólio moral e passível de mudança de alguns acolhidos. Não menos importante que isso, as moralidades estiveram em disputa em torno de si e do outro; moralidades compreendidas *como campos dinâmicos de construção e veiculação das representações morais* (VIANNA, 2005) possibilitam em amplitude uma discussão sobre valores, normas, subjetividades e ambiguidades. Estar(es) e viver(es) na Estação Sentinela foram percebidos por *tramas institucionais* e *viração* (GREGORI, 2000) numa temporalidade que competia à situação daquele momento atual e das trajetórias; ambas já passadas, mas que se faziam como um presente e passado que rondava.

Quatro dias após conversar com Clúsia - e na ocasião em que disse que a vida de

[143] Essa transferência para a CA aconteceu com Amanda.

[144] Refiro-me à saída de Íris, a partir da preocupação – de sua filha e da Avença de Compaixão – quanto ao risco à sua integridade física. Essa foi a caracterização que me foi relatada.

Valquíria era "um conflito diário" -, encontrei Valquíria em frente ao refeitório. "Senta aí Natalia", ela disse quando entramos no seu quarto. Lá estava Dália, assim como a terceira componente daquele quarto, Babiana. Ela pediu para descermos de novo. Perguntei como ela estava: "aquela coisa". Reclamou que não estava falando com ninguém e que estava esperando uma chance de voltar para sua cidade. Falou sobre problemas no quarto. Estava triste porque disseram que ela devia fazer uma plástica. *Perguntou se eu achava que ela precisava e disse que quando mais nova pensou em fazer no nariz*. Antes que eu respondesse, Valquíria me disse que *o amigo dela* tinha chegado e ela ia para a fila do almoço.

Pausamos para o almoço. Após o escondidinho de carne, arroz, feijão, brócolis, tomate e agrião[145], fui chamá-la em seu quarto e fomos à *sala de TV das mulheres*. O projeto de divisão dos espaços na Estação Sentinela proibia a entrada de homens em quartos de mulheres e vice-versa. Cada andar, conforme a notícia apresentada na Introdução e que dissertava sobre a inauguração do CAEI, recebeu ou flor ou passáro; "um nome de flor pavimentos femininos" e "de pássaros para pavimentos masculinos". Quando ali cheguei, homens e mulheres dormiam em quartos separados. Entretanto, com as flores e os passáros, mulheres, homens e andares se alastravam e se reuniam por outros critérios. Diante das dificuldades de locomoção, bem como problemas de convivência, os rearranjos de quarto passaram a manter pássaros e flores entre todas e todos os habitantes, borrando, desse modo, uma suposta divisão inaugural da Estação Sentinela. A sala de TV para mulheres foi criada, pelo que ouvi, por conta das brigas pelos programas de televisão preferidos. Entretanto, muitas vezes as duas televisões estavam sintonizadas na TV Globo.

Uma antiga companheira de quarto, Georgina, estava lá. Fomos para a *sala de TV dos homens*. Enquanto cumprimentava Gavin, Valquíria dizia a ele que conversaríamos lá. Conversamos com o gravador ligado enquanto passava na televisão o programa *Encontro com Fátima Bernardes* na rede Globo. As duas poltronas em que nos sentamos estavam quebradas e ficamos numa posição praticamente deitada.

Minutos depois do programa falar em estética e medo antecipado dos jovens envelhecerem, durante o almoço da Estação Sentinela, Valquíria falava novamente que a nova colega de quarto tinha dito que ela deveria fazer uma plástica[146]

> tu já pensou umas coisas dessa? Eu não tô namorando com o *japonês*, as duas falam não sei o que aquele homem quer dela: toda doente, feia, não sei mais o que...o que ele quer? (Entrevista gravada)[147].

[145] No almoço, me sentei com Valquíria e Omer, o amigo que ela havia mencionado. Valquíria saiu ao terminar e disse que me esperaria em seu quarto.

[146] Após essa conversa, perguntei se Valquíria gostaria de ser fotografada, como algumas interlocutoras. Ela não quis.

[147] A fala das interlocutoras por vezes era entrecortada e a comunicação com elas passava por idas e

Perguntei se elas tinham dito isso diretamente para ela. Valquíria respondeu:

> falaram pra eu escutar porque eu não falo com elas". "Eu não quero namorar com ele, ele não quer namorar comigo. A gente senta junto para conversar. Ele é muito bem instruído. Ele é estudado tudo, quer dizer, tudo o que eu quero perguntar pra ele... que nem da *neguinha,* eu falei assim, vou fazer B.O. Ele falou para não fazer B.O. Ele falou assim – se você fizer B.O, ela vai levar testemunha, você vai ter que ter testemunha e não sei mais o que, então é melhor você ir no advogado do *Acesse Certo*[148] ou ir nos *Direitos Humanos* pra ver se eles tiram ela de lá.

Perguntou-me se eu achava se era melhor ela ir aos *Direitos Humanos*. Questionei o que ela faria lá. Ela respondeu:

> dizer que elas me torturam dia e noite, é tortura física, moral e psicológica. Tô ficando doente. Tu viu que tô alterada, tô... entende, quem que vai viver feliz assim?

Perguntei há quanto tempo ela estava nesse quarto. Valquíria me disse que não tinha nem um mês e que por isso que queria ir à assistência e dizer

> poxa eu sou humilhada, eu sou pisoteada, eu não falo nem com elas, elas falam mal de mim, vem falar coisas de mim, vem falar que eu sou porca... cê viu a minha cama, se tem alguma porcaria na minha cama? Olha eu vou te contar, ainda hoje peguei pano, sacodi, passei pano... elas que são porcas.

A partir das informações de Clúsia sobre Valquíria, bem como o que Valquíria já tinha me falado rapidamente sobre ter sido chamada de *drogada*, perguntei a ela sobre essa história.

> Ah, *drogada*, um dia eu tava com o nariz entupido, aí o Joel chegou, eu tava cheirando acetona para desentupir, não tinha nada para desentupir e eu sem poder respirar... aí o Joel entrou e falou assim 'Nossa Valquíria, isso é droga, acetona é droga', só se for pra ele, ele é, ele já foi *drogado* tá? Ai então no dia seguinte, pronto '*ô sua nóia*', assim mesmo, '*ô nóia, drogada*' descendo a escada e atrás de mim, entende? Aí fui falar pro Jeferson[149] e ele falou assim 'você é drogada?' eu falei assim 'não', 'então deixa pra lá' quer dizer que o negócio *deles* é esse, deixa pra lá, não tentar resolver o assunto, sabe? E ela vai propor porque quem não me conhece, quem chegou agora pensa que é verdade, entende? As pessoas que me conhecem já há cinco, seis anos sabem que eu nem *fumar, nem beber eu bebo*... e *nunca me viram lá embaixo, na padaria, bebendo, fumando*...nunca, que é do meu organismo mesmo, eu detesto, *ojerizo* esse tipo de bebida. Aí elas ficam me chamando. Eu vou falar pra ela tomar uma lição. Que não haja uma segunda vez que a segunda vez vai ser fogo. Ela se acha uma *nega* muito linda. Aí a coisa puxou o saco dela. A Dália fala assim '*você é nega, mas uma nega bonita'* e ela fica toda cheia. Aí ela vem em cima de mim me comer cozida, comer cru né? Esse bumbum aí tá uma graça né?

---

vindas entre diferentes assuntos. Isso se reflete no texto. Ao mesmo tempo que busco dar coerência às narrativas, procuro não mascarar certa tendência à digressão das falas de alguns interlocutores e de nossa interlocução. Neste caso, vim a entender que, entre tantas questões, um dos incômodos de Valquíria era os comentários de que ela estaria namorando o "japonês", habitante da Estação Sentinela, Omer.

[148] Empresa que refiro por pseudônimo.

[149] Gerente, no período da conversa, da Estação Sentinela.

Na televisão ligada na *sala de TV para homens* a propaganda do jornal anunciava uma morte após implante de silicone nas nádegas. Depois dessa parte, o assunto sobre a acetona enfraqueceu. A partir da temática na TV, Valquíria passou a criticar a vaidade das mulheres em relação às cirurgias estéticas: "mulheres, lindas, olhos verdes, tudo, eu não ponho tanta culpa no médico não". Tentando retomar novamente o assunto anterior, perguntei se ela estava então amiga de Omer. Ela respondeu: "a gente é assim, quando se encontra, ele sai muito, quando se encontra que dá pra falar alguma coisa. Que nem hoje, perguntei uns negócios pra ele, ele falou...quer dizer, é assim, não é um encontro assim, é mais de vez em quando que a gente se encontra, que a gente se fala". Perguntei se estava fazendo bem para ela

> Tá, tá porque *eu falava com todo mundo sabe? Eu levava pontapé de todo mundo também*, como falava levava pontapé, são tudo falso...E ele falou 'Olha Valquíria, tu fala com todo mundo... tem certas pessoas que tu não devia nem falar, certo? Porque a gente tem que se colocar no lugar da gente, a gente tá numa *comunidade*, tá, mas *nem todo mundo pensa igual porque tá na comunidade*. *Você pode pensar assim, pode, mas gente já tá com maldade contigo, as pessoas tão com maldade contigo*', aí eu falei assim 'é verdade, tem razão'. Aí comecei sabe a me afastar de *pessoas que eram mesmo do mal*, sabe?

Perguntei quem eram *as pessoas*.

> - Ah, quem? Tantas, né Natalia? Pessoas...
> - E eram do mal como?
> - Assim do mal, do mal, era *ex-cadeieira*, era *mulher-macho*, era *ladrona, sabe? Tudo isso... bêbada... enchia a cara na padaria, ficava tirando a roupa na rua*[150]*... pô...e eu gostava dela pra caramba.*
> - Por que vocês se desentenderam?
> - Não, não é que eu me desentendi, é porque ele ficou falando essas coisas e eu falei assim 'é mesmo*, às vezes podem fazer alguma coisa e me botarem no meio'...né...a gente não conhece, a gente entra num lugar e não conhece nada. Eu não conheço a pessoa porque tô dormindo com ela, é ruim isso sabe? Não sei o que se passa na cabeça dela, não sei... é perigoso até.*

Após essa parte, Valquíria começou a falar sobre Alcione, que cantava no mesmo programa. Começamos a ouvir a música *Corpo Fechado* e ela disse "ela não é bonita assim a Alcione, ela não é nada, mas ela tem assim uma presença né"? Na tentativa de retomar a entrevista mais uma vez perguntei para Valquíria qual era a opinião dela sobre os falatórios e as confusões de convivência: "Ah, os falatórios, o assistente tem que falar 'não quero mais saber de fofoca. Se você souber de alguém, venha falar pra mim... venha contar pra mim que o que fulana fez e acabava com esse negócio".

É interessante notar que grande parte do acúmulo de atividades mencionadas por Clúsia, assim como narrativas de alguns habitantes, como Íris, sobre *a psicóloga*, se referiam ao fato da ocupação da sala por conta dos *problemas de convivência*. Perguntei quais assuntos

[150] Essa cena havia sido contada por Íris anteriormente e se referia, naquele momento, a Brígida.

tinham a ver com “fofoca”. Para ela tinha

> a ver com o *tipo da pessoa*, *que não tem caráter*, *que é safada*, que é ela que é, que anda atrás da pessoa pra falar daquela pessoa, entende? Que nem a outra ... espalhou pra coisa todinha. Eu falo assim... eu sei que eu não sou né? Lógico, mas imagina quem não me conhece? E a *desmoralização*...não é porque me conhece ou não conhece... é a *desmoralização que a pessoa tem*. E isso aí dá cadeia e isso aí se não dá cadeia dá indenização... se a pessoa for rica... eu vou tirar dinheiro... Eu havia falado assim ‘eu não vou falar nada’ [...] mas eu vou falar e vou nos *Direitos Humanos*. *É que não tô muito legal, esse tempo não tá bom, mas eu vou procurar, vou saber e vou por*... que nem aquela tal [...] fez bem de ir porque a pessoa tem que se queixar porque se a pessoa está em comum com ela, assim são dois sem vergonha ele falou, são duas sem vergonha ... deixar pra lá é acomodação... não é tanto que deixa pra lá, é acomodação... ‘ah, sou assim’, quer dizer que aceitou também é. Por isso que eu não vou aceitar não. Eu não aceito. Ela vai pagar pelo que ela falou. E depois ela nunca me viu na vida, diz que falavam com ela lá embaixo, mentira... que aqui o pessoal me conhece há muitos anos. Até falaram ‘*Nossa Valquiria, tu mudou de uns tempos pra cá, tu não era assim’... né ‘mudou duns tempos pra cá’, tal ...a gente tem que mudar né? Muda pra melhor ou muda pra pior, não sei. Agora a gente não pode ser a gente mesmo aqui, eu tenho que ir embora para eu ser mesmo eu. Ser alegre, ser... gostar de passear, gostar de amigos, gostar, mas amigos né de verdade? Por isso que eu não vejo a hora de sair daqui sabe? Minha amiga falou pra eu ir sem dinheiro mesmo, mas eu não quero morar com ninguém, eu quero procurar um quarto. Eu não quero morar com ninguém. Quero montar o meu quarto, montar a minha casa e depois.*

Suspirando, Valquíria continuou apontando para o lado esquerdo do peito:

> *porque eu não aguento mais, essa parte me dói. Eu às vezes de manhã Natalia tenho que bater assim pra eu respirar*. *Tá fazendo mal pro meu sistema cardíaco. Agora o que eu vou ficar fazendo aqui? Esses dias que eu tô aqui, você me pegou aqui Natalia por causa do tempo*, eu tenho diabete e qualquer coisinha me pega, tenho baixa imunidade, qualquer coisinha eu fico doente... quer dizer, tudo isso que tá me levando a não ficar na minha amiga... eu vou atrapalhar ela, eu vou incomodar, entende, eu penso assim né? Então...

Numa nova pausa de assunto, Valquíria falou que tinha de ir ao banco, mas iria no dia seguinte para “emprestar uma grana e ir pra lá”.

> *Porque não dá Natalia, tu vê assim e tal tu faz uma, mas não é nada disso*... é gente que que se pudesse matava até o outro, sabe... não dá não.

Mais uma pausa. Nos quase 30 minutos de conversa, perguntei para Valquíria se havia algo que ela queria dizer que não tínhamos ainda falado.

> - *É saber se eu vou dar baixa da negrinha, eu não chamei de, chamei só agora, da outra que me chamou de...* a única coisa nova que tem é essa. E tem o *japonês*. O *japonês* perguntou se eu queria namorar com ele. Eu falei assim não, a gente não tem a ver.
> - Por quê?
> - Nossa, eu sou super assim e ele é todo assim, sabe? Aquele esquema *ai não pode isso, ai não fala aquilo.* Pra mim não dá. Sair do ruim pra entrar no bem ruim não dá.
> - Daí você não aceitou o pedido de namoro?
> -Não aceitei, falei que ia pensar. Não falei assim “não aceito” para não ficar

> sem graça. Eu vou é pra casa da minha amiga. *Eu não quero ninguém falando o que faço ou não faço. Isso eu tenho aqui, entende?* Então eu fui criada bem solta sabe Natalia? Ia pra pra praia, vinha pra São Paulo fazer compra, naquela época a gente tinha grana...e tinha um vidão. *Até os sessenta né? Tive um vidão.*

Chamaram-me a atenção, nessa conversa, as elaborações que Valquíria trazia em torno de beleza, padrões estéticos, idade e raça. Pelos comentários a respeito da cor de Babiana, a impressão que tenho é que Valquíria não se considerava negra, além de, como disse Clúsia, *xingar* [outras pessoas] *de negro.* A respeito do modo como Valquíria valorizava os olhos verdes, penso que era um exemplo sobre padrões de beleza articulados à branquitude. Numa perspectiva geracional, pelo que revelou sobre antigamente ter desejado operar o nariz, podem estar entrecruzadas uma noção de beleza que inclui olhos claros e nariz fino e a perspectiva de que não haveria tempo para concretizar um desejo de intervenção estética de tempos atrás. Nesse sentido, as atribuições de beleza evocadas por Valquíria ecoam a dimensão do tempo em relação a um sistema de gênero, o qual "é não só hierárquica, mas racialmente diferenciado" (LUGONES, 2014, p. 942). Valquíria articulava idade e valor referindo sua etapa de vida como um momento em que tal vontade não tem mais valor no tempo.

Nessa leitura, os xingamentos de Valquíria e suas noções de beleza podem ser entendidos como articulados ao racismo e, mais amplamente, ao modo como as relações raciais estão presentes na produção de desigualdades. Tudo leva a crer que Valquíria não se entendia como uma pessoa negra a partir das experiências que teve ao longo de sua vida, embora possa ser lida como negra a partir de um sistema de classificações raciais que vinham mudando ao longo dos anos no Brasil. As discriminações experenciadas por Valquíria podem ter sido consideradas pelo viés de classe, de escolaridade, e, naquele atualmente, pelo viés etário. Entretanto, como não pensar na dimensão racial que me parece evidente tanto nas violências proferidas à Bibiana, como no comentário de uma colega de quarto de que Valquíria deveria operar o nariz? E, ao tocar mais de uma vez sobre operar seu nariz, bem como não pensar na violência subjetiva de crer que não valeria mais a pena tal cirurgia? Ao acionar naquele dia termos que podiam ter sido acionados durante o curso de sua vida e reconhecer que esses termos não podem mais ser ditos, as mudanças sociais em torno de raça e racismo vêm à tona na trajetória e ações de Valquíria, mas sua auto-atribuição nessa gama estrutural e simbólica como negra não aparece, pelo menos não explicitamente. Poderíamos pensar numa circunscrição geracional em torno de raça e racismo? São questões que alinhavam uma perspectiva sobre envelhecimento e essa discussão a partir da Estação Sentinela[151]. Seja como

[151] Guita Grin Debert faz uma revisão de trabalhos que se debruçam sobre envelhecimento no entrecruzamento com família, classe social e etnicidade, destacando que "as etnografias colocam

for, as atitudes de Valquíria em relação a funcionários e outros habitantes da casa foram compreendidas como racistas no contexto da Estação Sentinela, colaborando para que sua presença ali fosse lida como insustentável, como veremos a seguir.

O desencontro e novo trânsito

Após uma semana da conversa com Valquíria, ao chegar na *Estação Sentinela*, enquanto Clúsia preenchia um cadastro no computador, conversamos novamente sobre a convivência na casa. Clúsia, naquele dia, me falou pela primeira vez sobre idosos[152] que *não precisavam* do serviço de acolhida: "Tem muita gente que aproveita do sistema". Alguns teriam aposentadoria, mas por terem "roupa lavada" permaneceriam ali. *Idosos (quem anônimo, ou não) que não precisavam estar ali* era uma fala recorrente entre acolhidos e funcionários. *Que não precisavam* recordava também *o merecer e não merecer* estar ali, discutido no capítulo 4. Esta fala circunscreveu também a memória do episódio em torno do monitoramento do benefício de Everaldo, também narrado no referido capítulo. A frase "todo mundo merece dois caixões" se fazia presente de novo. Ela revelava não só a fofoca e os rumores na *corrente de informações* no equipamento, como também informava o controle de ações e alinhavava a própria presença de rumor e fofoca. Informava a necessidade de segredos ou de saber fazer as coisas, assim como o conflito entre agência e controle de ações.

Clúsia continuava: "A nossa população é população de rua". Haveria idosos na rua precisando de vaga e idosos com benefícios ali e ainda "gente com anos de serviço social". Nesse momento, perguntei se havia um conflito em torno de pessoas que nunca estiveram em situação de rua e as que já tinham passado pela rua. Ela me disse que sim e que até quem *era de situação de rua achava que a casa não era pra receber população em tal situação*; "reclamam de falta de cuidado com a higiene e banho". As pessoas "não de rua" teriam entrado ali porque na ocasião das entradas estavam, na fala de Clúsia, em *situação de vulnerabilidade*.

---

dimensões importantes para pensar na diversidade de respostas que os idosos são capazes de oferecer antes as mudanças ocorridas na sociedade contemporânea" (DEBERT, 1992, p. 42). Sua perspectiva nos ajuda a pensar na diversidade de respostas de idosos frente às mudanças em termos das convenções relacionadas a raça no Brasil. Nesse ponto, Doraci Lopes e Suelma Inês Alves de Deus, destacam o desafio de se pensar o tema, "uma vez que a intersecção em especial raça/cor e envelhecimento é uma novidade pouco estudada" (LOPES; DEUS, 2007, p. 82). Ainda, em pesquisa sobre raça e autodeclaração entre idosos e não idosos, as autoras destacam que foi "importante considerar a complexidade nas respostas dadas pelos idosos. Se 51% se declararam brancos, 41 % disseram descender apenas de brancos e 75% afirmaram que sua família de origem é brasileira" (LOPES; DEUS, 2007, p. 88), ou seja, 75% recorreram a uma identidade nacional para falar sobre a família de origem. As autoras ainda destacaram que "um dos relatos mais recorrentes foi a percepção da ironia e do menosprezo em decorrência da cor/idade" (Idem).

[152] As referências a "idosos"e "idoso"pelos funcionários referiam, "pessoas idosas"e mais comumente ao falarem de regras e conflitos. Quando não nesses casos, sempre chamavam habitantes por seus nomes.

A pergunta frente à provisoriedade da *situação de rua* destacada por Giorgetti (2006) se assemelhava ao caráter temporário previsto por Clúsia em relação à Estação Sentinela ao remeter também à socialização e recuperação de autonomia como *projetos uma saída da situação de rua,* mas também era articulada, em consonância aos projetos em torno e no entorno da Estação Sentinela, como parte da rede socioassistencial a duas ideias, pois plantadas à ideia *" de retorno a uma vida normal"* estão as de *retorno* e de *vida normal*. Circunscrevia *um sistema* que nos traz, desse modo, a noção de liminaridade, articulada por envelhecimento e rua.

Perguntei sobre um habitante que, no início do mês, havia sido expulso após "bater em outra moradora". Após sua saída, segundo Clúsia, este ex-morador estava indo até a Estação Sentinela para tirar satisfações. Ao me responder, ela disse que naquele mesmo dia ele havia sido internado, mas que já estavam querendo liberá-lo[153]. Ficamos em silêncio um tempo e como logo subiria aos quartos, comecei a questionar sobre quem estava presente na conversa anterior. A ideia era começar com Valquíria e depois perguntar também sobre Brígida, que havia feito uma cirurgia em um dos olhos e também estava com *dificuldades de convivência*.

Perguntei a Clúsia se Valquíria estava melhor; "acabou de ir embora", disse-me. Fiquei muito surpresa e indaguei sobre o que tinha acontecido. Nesse momento, Dinho chegou e nos cumprimentamos. Ele perguntou se Valquíria havia passado para se despedir. Clúsia falou que não, e indagou como foi lá em cima[154]. Dinho falou que ela provocou Dália e Babiana. Disse que enquanto Dália ouvia as provocações de Valquíria, pediu que aquela não respondesse para que eles pudessem resolver. Dinho concluiu a resposta dizendo que Dália ficou "de boa", mas que Valquíria ficou provocando.

Perguntei para onde Valquíria foi: "ela falou que ia pra Rodoviária", contou Dinho. Perguntei se eles tinham o celular. Clúsia falou que ela perdera o chip, mas precisaria ligar na casa porque ela tinha agendamentos de exame e consultas para fazer[155]. Pedi para que, quando Valquíria ligasse, Clúsia pedisse um telefone para me passar. Perguntei se ela foi *retirada por advertência ou se quis sair*. Dinho disse que ela *pediu para sair*. Entretanto, Clúsia interrompeu e disse que ela tinha muitos problemas e estava "ofendendo os idosos com *racismo"*. Dinho

[153] Não conheci este morador. Neste caso, os dois acolhidos foram *retirados da casa*. O ex morador, no dia em que bateu na moradora, segundo a fala de Clúsia, teve um surto psiquiátrico e no dia da nossa conversa estava em um hospital. Ela disse que era "pouco tempo para liberar de surto".

[154] No quarto de Valquíria, Dália e Babiana.

[155] Clúsia era responsável pelos agendamentos e comunicação com a Unidade Básica de Saúde que habitantes se consultavam. Sua mesa era cheia de caixas com remédios. As narrativas sobre "dar remédios aos idosos" eram também um conflito na Estação Sentinela e fora apontada por Jackson. A vista da caixa de remédios contradizia a "autossuficiência" do público a ser atendido pelo serviço ao mesmo tempo em que mostrava um esforço dos funcionários de cuidarem de quem não tomava seus remédios por si. Esse tema sobre cuidado e controle permeava toda a convivência.

falou que os funcionários também [156]. Em dois dias Valquíria tinha tomado, pelo que compreendi, seis advertências.

A expulsão que seria informada oralmente à Valquíria se a mesma não tivesse se retirado dali parecia poder ser formulada diante da intervenção de Clúsia ao relatar seus últimos dias *na casa* e o número de advertências. Ambos os funcionários começaram a mencionar os xingamentos que Valquíria proferiu. Foi oferecido para ela, segundo Clúsia, uma outra casa, "de adulto", assim como uma troca de quarto. Em suma, na técnica da gramática da assistência social dinamizada pelas *permutas*, Valquíria tinha a opção de continuar na rede socioassistencial a partir da proteção básica. Valquíria não teria aceitado e então foi embora. Perguntei se ela não quis ir para outro centro de acolhida; "não porque ela sabe que o problema é ela", me respondeu.

Valquíria, conforme a informação de Clúsia, tinha chegado na Estação Sentinela pela última vez em 2014, mas já havia passado antes por lá: "o pessoal ouve o nome Valquíria e foge". Acrescentou que as companheiras do último quarto de Valquíria também eram difíceis: Dália já teria passado por outros CAEI e Babiana adoraria uma fofoca. Perguntei se Valquíria tinha muita coisa para levar. Dinho falou que não e que ela deixou algumas sacolas. Perguntei se ela disse que voltaria para pegar. Diante da resposta afirmativa, pedi para deixar um bilhete para ela. Dinho me perguntou "tem certeza Natalia?" Respondi que sim. Em seguida ele me perguntou onde eu morava. Contei o bairro, um pouco incerta do motivo da pergunta. Ele disse "por que você não leva a Valquíria pra morar lá então?" Falei que não podia. Ele riu. Um silêncio seguiu.

Uma convivência compulsória

A moralidade como mediação chamava atenção pela seletividade de marcadores de conduta que eram eleitos para moderar os conflitos e manter um espaço ideal mínimo de convivência. Tal julgamento subjetivo dialogava com a ideia de comunidade trazida pela entrevista com Valquíria quando rememorou os conselhos de Omer, que indicavam que ali não era todo mundo que pensava igual e relacionavam essa diferença como parte do conflito. Por isso a retomo alguns trechos: *"Porque a gente tem que se colocar no lugar da gente"* e *"nem todo mundo pensa igual porque tá na comunidade"* atentavam a uma necessidade de reconhecimento de posição e posicionamento num ambiente conflitvo, voltado à preservação de si no sentido de contar com "problemas no convívio".

[156] Em uma entrevista posterior a esse dia, Dinho me informou que ela *xingou* uma monitora de *puta*, um monitor de *macaco* e que deu um tapa nele.

A diversidade de moradores no mesmo espaço e tempo, na formulação de Omer, era dada a priori e continha, em essência, a "maldade contigo" – que caracterizava uma qualidade de convivência, na qual o prejuízo haveria de chegar pelas mãos de quem dividia a sua casa. Dessa maneira, entendemos que o antagonismo entre privacidade e coletividade era colocado pela primazia do segundo sobre o primeiro: como "se colocar no lugar da gente" quando esse "lugar" é povoado por outras existências mesmo em momentos que requereriam a ausência do outro?

Portanto, na mesma medida em que a Estação Sentinela disponibilizava um teto e serviços, criava uma arena conflituosa que fugia aos seus estatutos: *a convivência compulsória*[157]. Tal nomeação para esse convívio se dá como possibilidade frente a uma adequação às regras oficiais da instituição e, ao mesmo tempo, às citadas moralidades que habitavam o inventário simbólico de acolhidos e funcionários – que cumpriam o papel de minimizar antagonismos entre os coabitantes. A impossibilidade de escolha no que concerne às pessoas com as quais um indivíduo convivia revelava uma condição social que interferia diretamente na extração de bem-estar e cidadania; afinal, era mais de uma ideia que corria com nesses conflitos. Adensada a uma possível ideia de que "o assistido não era livre para não estar ali", não ter uma "liberdade tal qual" para poder sair dali mesclava, dessa forma, entre outros, também compassos de uma ideia de tolerar o que se tinha. Pareceia ser também nesse sentido que quando se reclamava do serviço ou não se respeitava alguma regra de convívio, não se valorizava a Estação Sentinela.

Submissão, subjetividades, regras, convívio, conflito, ter, não ter e fazer liberdade se encontravam cotidianamente na Estação Sentinela. O que podemos perceber nesses enredos não são esse encontro em convívio em si, mas conflitos de negociações do convívio dessas questões numa "mistura de corpos" (Tótora, 2015) diária: "Toda mistura de corpos é denominada, por Espinosa, de afecção (affectio) e constitui o estado de um corpo que sofre a ação de um outro corpo. Um corpo é sempre definido pelo poder de ser afetado" (TÓTORA, 2015, p. 38).

A diferença entre moral e ética apresentada por Tótora (2015) também pode ser perspectivada frente ao(s) conviver(es) compulsóri(os) na Estação Sentinela. Enquanto a moral "traduz-se", conforme a autora (2015, p. 34), "com pretensão de tolher", o "procedimento do pensamento moral" se dá pela codificação e regulação de condutas substituem potência pelo

[157] Agradeço ao Martinho Braga Batista e Silva pela ideia que me apresentou ao comentar um texto sobre a Estação Sentinela no Workshop Prisões, Sexualidades, Gênero e Direitos, na UERJ em abril de 2018. A ideia de uma *convivência compulsória* pôde ser investigada e tramada pelos constantes conflitos na *Estação Sentinela* em diversos momentos a partir de convivência, hábitos e moralidades.

dever: “o dever vem primeiro e dita as condutas individuais ou coletivas” (TÓTORA, 105, p. 34-35). Já o pensamento ético é abordado nessa perspectiva como aquele que se desloca do dever, “que só admite a obediência, para um conhecimento que se pauta pelos modos de existência que não se filiam a modelos a priori, sendo experimentado pelos encontros” (TÓTORA, 2015, p. 35). Para Tótora, a distinção entre moral e de ética “pelos bons e maus encontros” não é um procedimento teórico e “provoca [...] consequências para viventes e variações de sua potência de agir” (TÓTORA, 2015, p. 35). Se na Estação Sentinela em grande medida os conflitos se referiam à moral, tomemos explicitamente também as regras do CAEI e articulação das mesmas com modelos de velhices, conforme capítulo anterior, a conversa de Omer e Valquíria tratava de ética de habitar aquela instituição cuja convivência exigia e passava tanto por ações e reações, morais e éticas. Tal exigência se dava em grande medida passava ainda pelo reconhecimento e tensão entre direitos e deveres de morar na Estação Sentinela com merecimento e necessidade

Além do que Clúsia referiu sobre *pessoas em situação de rua* que eram contra a *casa ser para a população em situação de rua*, Valquíria e outros interlocutores demonstraram citações em torno de direitos que deviam ter por conta da idade. *Direitos perante a idade* atentavam ao parentesco também entre moral e direito (SCHUMACHER, 2004) e dialogava com o discurso e o valor da qualidade de vida na terceira idade tão difundidos nas políticas com as quais os habitantes tinham contato. *O exercício pleno dos direitos de cidadania de idosas e idosos* é utilizado em materiais da SMADS. Além disso, contemporaneamente, a visibilidade da velhice pode ser encarada por sua socialização a partir de um duplo movimento: uma revisão dos estereótipos associados a velhice a partir do termo *terceira idade* e pelo que Guita Grin Debert chamou de *processos reprivatização*, que “transformam a velhice numa *responsabilidade individual*” (DEBERT, 1999, p. 14).

Se *os idosos em situação de rua*, como foi narrado naquele dia, eram vistos por outros habitantes com certo desprezo no que tangia ao acolhimento da Estação Sentinela, quem “não precisava estar lá” era indagado de distintas maneiras, por também habitantes e pela equipe gestora. Portanto, as trajetórias de habitantes influenciavam uma posição de maior ou menor valor social entre seus pares – como vimos, o mecanismo das moralidades era utilizado como análise a fim de categorizar uma existência como mais ou menos merecedora de auxílio e pertencimento.

A Casa emulava e personalizava um elemento das instituições de punição: a referida convivência compulsória. Os regulamentos de convivência em uma instituição com essas características não conseguiam dar conta de moderar as condutas e geraram uma lacuna que era preenchida pelo choque de moralidades dos usuários e por agência. Podemos ver que

as trajetórias dos usuários criaram e reformularam estigmas. O posicionamento no presente, além de necessário no convívio e na "massa dos corpos" (TÓTORA, 2015) podia também alterar, fazer rever os passados de habitantes.

Nas ambivalências, haveria ainda *o mal-estar*, que pode estar relacionado à intolerância, julgamentos e uma série de ações e sentimentos que Valquíria remeteu com *a dor no peito* e *não poder ser ela mesma*. As *pessoas do mal*, marcadas por Valquíria como *ex-cadeieira, mulher-macho, ladrona*, nos remetem a marcadores relacionados a gênero e sexualidade, bem como moralidades que culminam em ofensas observadas na Estação Sentinela no que tangia a passagem pela prisão, em pretérito e ou em possibilidade.

Em artigo sobre a história do surgimento dos manicômios judiciários no Brasil entre os séculos XIX e XX, Sérgio Carrara (2010) atenta ao processo de criação do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho. A partir do conceito *instituição total*, de Erving Goffman, Carrara caracterizou este hospital pela sobreposição de "espécies" de um mesmo "gênero", que simultaneamente assinalava um "espaço prisional e asilar, penitenciário e hospitalar" e sua atenção às diferenças entre as duas espécies. Ali haveria uma articulação de realidades.

O hibridismo da instituição estudada por Carrara tem eco na análise da Estação Sentinela a partir da realidade de uma mistura, tanto de trajetórias que se chocavam, quanto por representações de *ser da rua* ou não *ser da rua* por parte dos moradores. As transferências e permutas também informaram ambiguidades em torno de cuidado e controle e o quê deveria ser cuidado e ou controlado, como na híbrida situação de conversa e bronca entre Maria Inez e Everaldo e de seu comunicado às línguas.

Na ventania e efervescência da Estação Sentinela este espaço se configurava como um *lugar-chave* (FRANÇA, 2010) também para compreensão dos controles do serviço social no que refere ao conviver e do entendimento de agência. A ideia de *convivência compulsória* – como alusão ao que é determinado pela justiça – nos remete às inteligibilidades morais em torno de bom convívio e trajetória.

A compreensão de Valquíria sobre a *Estação Sentinela – ser o que parece, mas não é* – e seu trajeto *ali* remonta também traços de liminaridade desta instituição. Se, em determinada perspectiva, parecia estar configurada pela *convivência compulsória*, era cadenciada pela *noção de direitos perante a idade* e por uma outra: a Estação Sentinela permitiu se debruçar sobre a discussão entre envelhecimento, agência, resiliência e resistência[158].

A trajetória de Valquíria na Estação Sentinela esteve presente nas circulações e

[158] Essa discussão é apresentada no capítulo 6.

transferências na rede socioassistencial e contou sobre trânsitos. Ao mesmo tempo que Luara posteriormente referiu ter "sentido por Valquíria", quando alguém ia embora o motivo e a forma de sair deixava rastro, cuja parte também se vinculava às mesmas questões em torno de procurar sair ou ou fazer algo para não sair; os conflitos de convivência, atravessados por regras e "massa de corpos" (TÓTORA, 2015). Assistir a saída de alguém na Estação Sentinela lembrava também da dificuldade dali, mas posicionava a Estação Sentinela a um conjunto de "condições de precariedade", como sugere Adriana Fernandes (2018)

> [...] se por um lado, os abrigos são também parte do *conjunto de dispositivos de controle e interceptação de pobres em condições de precariedade*, *por outro, os consideramos - seguindo as marcações de Giorgio Agamben - como espaços de suspensão (uma suspensão igualmente precária e liminar) da vida nua, a vida matável*. Dessa forma, o abrigo se insere no circuito de circulação da população pobre e precarizada da cidade, que inclui além dos abrigos, ocupações, invasões, hospitais, comunidades terapêuticas, clínicas psiquiátricas e prisões (FERNANDES, 2018, p. 85)

A relação entre o centro de acolhida e o hospício, entre abrigo e prisão, junto das falas na Estação Sentinela em torno dos passados presentes se dava também na ordem dos dispositivos. Nessa direção, o abrigo surge, então, como espaço produtor de subjetivação nas muitas circulações em que está implicado (FERNANDES, 2018).

Na próxima seção deste capítulo apresento uma ida à Guarida Acidália, um CAEI em que Amarílis residiu, e de maneira etnográfica procuro apresentar narrativas sobre trânsitos de instituições socioassistenciais. A contar da vontade de ir embora de Macela, quem conheci numa visita à Amarílis, junto de sua irmã, Piá, uma série de questões em torno de institucionalização e emoções são apresentadas por meio das observações da dupla de irmãs.

Uma carta. Põe no correio.

Após dois meses sem ver Amarílis e não conseguir atendimento telefônico, fui com sua irmã, Piá, diretamente à instituição. "Veio ver a Amarílis né? Qual mesmo seu nome?" Entramos e em seguida fomos informadas de que Amarílis estava na Santa Casa para fazer exame de sangue. Haveria ainda, a depender, duas sessões de quimioterapia. Resolvemos aguardá-la. Perguntei se Piá preferia esperar lá ou dar uma volta. Ela decidiu tomar um café. No café, realizamos uma entrevista.

A volta de Amarílis à Guarida Acidália[159] seguiu de mais ou menos dez minutos após a nossa. Com touca vermelha, veio sorridente até uma mesa no pátio da Instituição. Pouco antes

[159] Conforme definição de Regina Obata (2002), Acidália vem do grego Akidalia: "a que dá cuidados, que cuida. A Guarida Acidália fora visitada em distintos períodos e se referia a uma instituição para pessoas

de nos abraçarmos, Amarílis disse “Natalia, fujona”. Fiquei com vergonha e pedi desculpa pelo “sumiço”. Avisei também que tentara ligar, mas que o telefone não foi atendido. A fuga mencionada por Amarílis e o sumiço relatado por mim que permeariam aquele dia estavam relacionados a uma rede de lembranças ativada também por uma presença que chegaria em breve àquele espaço e que será daqui a pouco trazida ao texto.

Amarílis me mostrou a cicatriz. Perguntei se alguém da Estação Sentinela tinha ido visitá-la recentemente. Me disse que Olina foi visitá-la e que os conhecidos nossos tinham “ido tudo embora”. Quase todo mundo teria ido para outros *albergues*, segundo sua fala. Em seguida, nos contou que após a finalização da quimioterapia, voltaria para a Estação Sentinela[160]. Piá disse que era bom porque lá haveria mais liberdade. Perguntou também se ela sentia dor. Amarilis falou que sim, mas que era dor normal; que ela não podia correr. Como resposta, Piá disse *“mas também, cê vai correr pra onde?”* e as duas riram. “Lá ta tudo bem?” perguntou Amarílis, se referindo à casa em que a mãe de ambas e duas irmãs moravam, em um município no litoral paulista. Piá disse que sim, que a “mãe tava lá”. Depois mostrou uma foto do seu neto mais novo para Amarílis e seguiu com fotos da cidade em que as três moravam e que ela também tinha uma casa. Perguntei se ela se sentia diferente após a sessão e me respondeu que não, mas que ainda não tinha almoçado. Como restava alguns minutos ainda para o almoço, continuamos a conversa.

Piá perguntou se na *“pousada”*, referindo a Guarida Acidália, havia gente que ficava gritando. Amarílis respondeu que sim, que “isso sempre tem”. Aproveitei e perguntei se ali havia mais brigas. Amarílis disse que na Estação Sentinela eram mais briguentos. Foi então que Piá sugeriu que o mais tranquilo na Guarida Acidália se fazia mediante a “*serem mais dopados”*.

Amarilis respondeu à minha pergunta sobre estar feliz com o retorno previsto para a Estação Sentinela. Sua narrativa mencionou como um dos primeiros motivos a comida. *Lá havia mais carne e mais tempero*. O desgosto pela falta de tempero alinhavava a mesma falta de *temperar comida* que Junquilho também relatava na Estação Sentinela e na Guarida Damaris. A dificuldade de *ingerir o alimento da instituição* apareceria mais uma vez naquele dia.

Amarílis estava com fome. Falamos para ela ir almoçar. Ao ficarmos sozinhas mais uma vez, perguntei o que Piá achou ao rever sua irmã. Ela me disse “Se a gente pudesse fazer uma instituição para colocar todo mundo da família.” Avistei dois funcionários chamando uma

em situação de convalescência, conforme a SMADS. Contemplava uma diversidade etária nesse sentido. A idade de Macela não foi informada por ela.

[160] Até o fim do período de campo, Amarílis não retornou para a Estação Sentinela.

habitante, numa cadeira de rodas[161], para almoçar. Ela não foi. O que consegui ouvir da conversa foi "eu não quero", "intenção" e "prejudicar". Piá, enquanto também via a cena, aguardava a sua irmã ao meu lado e próxima à senhora que não foi almoçar, questionava o que aquelas pessoas fizeram para merecer onde estavam. Nessa hora, disse que retomaria o gravador. "Então eu não sei qual é o propósito de Deus, né?"

Neste momento, a mesma senhora que não fora almoçar como nós e que já havia nos cumprimentado com olhos e sorriso se aproximou com sua cadeira de rodas. Perguntou se podia se juntar a nós e disse que queria ir embora. Falamos para ela se aproximar e então podermos ouví-la melhor. Piá perguntou "faz tempo que você mora aqui?" Ela disse "Eu quero ir embora, ninguém quer deixar". Piá perguntou "Mas você tem família?". "Tenho". Macela disse que tinha mãe e irmão, que moravam em Parelheiros, e continuou:

> "Ó, eu queria que a polícia viesse aqui porque ela ta me prendendo. Aqui não é uma cadeia. Aqui é albergue, né? Vai embora se quiser. Mas não é por aí, eles tão me trancando porque eu to numa cadeira. Eu tenho idade, eu sou de maior, eu tenho 53 anos, vou fazer 54 agora. Já falei com todo mundo que eu quero ir embora".

Perguntei o nome dela e se ela sabia o telefone da família. Ela prosseguiu:

> "*Querem me dar água com arroz; eu não. Eles comem tudo temperado, com óleo e sal. Pra nós, só água. Nem a salada eles temperam. E Deus sabe que eu gosto de falar. Soltaram a outra pra comer na rua. Depois chega bêbada aí, né? Faz o que quer aí e pra ela não fala nada. Quando eu to na rua, tomo, não vou mentir pra você, eu tomo um pra abrir meu apetite, se eu não tomar não abre apetite, mas não pra ficar bêbada. Mas aí eu me errei, eu bebi demais e comecei a fazer um escândalo, gritando aí. Mas não sou só eu que bebo. Várias pessoas aí são alcóolatra. Se eu sou alcoólatra, por quê eles tão me prendendo aí, não é?"*

Perguntei há quanto tempo ela estava lá. Disse que estava há dois anos. Perguntei por que ela foi para lá. Ela comentou ter sido por causa de um namorado que "roubou um celular velho na Paulista", emendando: "*Vai na casa da minha mãe por favor. Marca aí. Aí você vai lá e avisa minha mãe. Tão brigando comigo. Tão querendo matar eu aí dentro. Eu to com medo já daí".* Perguntei qual o telefone da mãe, e Macela disse que não tinha o número, mas que era *"*é pegar o endereço e ir lá". Minha resposta foi*: "*Ligar eu consigo, mas eu vou ser sincera com você. Ir lá direto eu não consigo. Ligar eu posso. Se você conseguir o telefone, eu explico que vim visitar uma outra pessoa que fica aqui também e aí eu passo o recado para sua mãe*".* Ao

[161] Na Guarida Acidália muitas pessoas usuárias do serviço utilizavam cadeiras de rodas. Entretanto, como com Macela, não havia como discerner o uso da cadeira de rodas e quem estava em cadeira de rodas, no sentido de deficiência física, recuperação pós cirurgia, uso temporário, e outras possibilidades.

insistir, Macela disse que a mãe era "de idade, coitada" e que não podia ir lá: '"Dia de domingo é bem melhor. Minha mãe está em casa". Como eu argumentava que não poderia ir, me ofereci para enviar uma carta: "*Você quer que eu tente mandar uma carta então?".* Ela, respondeu*: "Uma carta. Põe no correio".*

Perguntei o endereço e nome completo da mãe. Me disse. Me forneceu também o nome do irmão. Piá disse "tira uma foto". "É", Macela disse "tira uma foto minha e manda o recado. Entendeu?". Tirei a foto. Ela disse qual era o recado: "*Aí tu coloca assim: "Eu to querendo ir embora, mas para outro lugar diferente. Pra outro albergue, que pegue de mulher porque a assistente social fica me trancando, não quer que eu vá embora".* Disse à Macela que revelaria a foto para colocar no envelope e reiterei que explicaria como a conheci e que ela pediu para eu enviar essa carta. "-Você envia mesmo? Qual seu nome?". "Natalia", respondi.

Disse que procuraria o CEP então para poder enviar. Amarílis voltou e falou para Macela ir almoçar. Ela não queria mais uma vez. Amarílis disse que mais tarde haveria café. No mesmo momento, Macela disse "Eu graças a Deus, eu nunca passei fome, em lugar nenhum. Não tem tempero, não tem alho". Enquanto Macela continuava, Amarilis me disse "fiquei preocupada com você".

No mesmo dia, ao chegar em casa, nem o CEP e nem o endereço fornecido por Macela foram encontrados. Não tinha o contato dela para informa-la sobre o endereço ausente e a carta não enviada. Ao não poder me comunicar com Macela, passado algum tempo, minha sensação se transformou do espanto inicial para um movimento de ir me acostumando a esperar o dia em que veria de novo as pessoas nas instituições. Esse não saber se veria de novo era distinto de ter medo de não mais ver por outros motivos, finitude. A finitude de interlocutores, embora não tenha sido concretizada durante o chamado período de campo, o atravessou por meio de meu medo. Diferentemente, esperar ver de novo, pressupunha pela provisoriedade de suas moradias, uma não garantiria de ver interlocutores nos mesmos lugares e saber onde estariam e estavam também compôs o campo. Ainda que articuladas receio de não ver de novo e medo de não ver de novo, tangenciavam a vida na rede sociassistencial e a vida. Enquanto o receio estava para suas existências atravessadas por transferências em equipamentos públicos e não conseguir reencontrá-los nos novos endereços, o medo estava para a finitude de interlocutores, o meu maior silêncio comigo mesma durante esses anos, e processos de adoecimento o ecoavam. No que concerne ao receio, se relacionar sem telefone, deixar bilhetes, mandar recado, esperar, alguém não chegar dava contornos distintos de relações mediadas por internet e tal incerteza se manifestou como uma presença desse período e de tais relações. Essa questão, muito menos que resolvida, empreende a compreensão de que minha medida de tempo e de comunicação fora ampliada e modificada nesses anos; não somente em

determinadas instituições, mas principalmente em determinadas trajetórias e relações, inclusive com relações das quais fiz parte e as emoções em torno delas.

Naquele momento, a situação de receber o pedido de busca por parte de Macela estava também articulada a um (ato de) assistir. Assistir Macela se deu junto de duas irmãs consanguíneas que se viam em instituições pela qual uma delas passava desde 2012, mas que ficaram muitos anos sem se ver e sem saber uma da outra. No que referia aos pedidos de Macela, Piá achava que eu não deveria ir direto lá e me dizia que talvez não fosse verdade.

Enquanto os termos *pousada* e *dopar* das falas de Piá se alinhavavam com o controle (e descontrole) das emoções e limitações que estavam em dinâmica nas cenas das instituições referidas, conviver compulsoriamente era um eco nas reclamações de Macela. Sua fala "*Se eu sou alcoólatra, por quê eles tão me prendendo aí, não é?*" apontava o conflito em torno do álcool, mas a situação de se declarar "presa" estava também vinculada a outra chave, que eu não soube se transitória ou não, da deficiência e da restrição de mobilidade. Referia que *a trancaram porque estava numa cadeira*. A fala de Piá em relação à restrição de mobilidade de Amarílis: "*correr pra onde?"*, aplicava-se também a Macela. A busca de Macela contava também sobre *poder ser quem era*. A procura de Macela por outro abrigo contava ainda sobre a *especificidade* dos centros de acolhida que ela queria: queria um abrigo para mulheres.

Macela, ao informar sobre a transferência desejada para outro equipamento da Proteção Especial da *rede socioassistencial*, contava também sobre esta como uma possibilidade de trânsito. A Guarida Acidália era um Centro de Acolhida Especial (CAE) também, mas não só para "idosos". Tratava-se de um CAE para pessoas em *Período de Convalescença.* Conforme página online da Assistência Social da Cidade de São Paulo, este equipamento, em informação difundida em junho de 2011[162], o *Centro de Acolhida Especial para Pessoas em Período de Convalescença,* configurava a terceira *variedade do serviço:*

> *3.3. Centro de Acolhida Especial para Pessoas em Período de Convalescença que necessitem de cuidados de saúde após alta hospitalar, no aguardo da alta médica, na ausência de apoio familiar.*

Do ponto de vista institucional, como variedade e especificidade do serviço, a Guarida Acidália constituía-se como uma "espécie" institucional (CARRARA, 2010*).* Junto com o *Centro de Acolhida Especial para Idosos* e o *Centro de Acolhida Especial para Mulheres*, o *Centro de Acolhida para Pessoas Convalescentes* formava um *gênero institucional:* os centros de acolhida especial . O acesso às *espécies-especificidades* de serviço se dava, segundo a página da

[162]Informação disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=28986>. (Acesso em: 17/12/ 2019).

Prefeitura, “por encaminhamentos dos CRAS, CREAS, Centros POP, outros serviços socioassistenciais, demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos”.

Deste modo, os episódios alinhavados aqui nos levam a diferentes espécies de instituições, pautados pelas especificidades formais nas descrições dos serviços para as quais se destinam. Se estas espécies formariam, ainda a partir da formulação de Sérgio Carrara (2010), o *gênero institucional* CAEI, este estaria dentro de uma das duas *famílias institucionais de proteção da rede socioassistencial*, a Especial. Enquanto o Riachão[163] era um complexo que unia as *famílias institucionais de proteção*, básica e especial, a Guarida Acidália, mesmo ao conformar uma espécie, pelas fissuras da SMADS, trazia distintas trajetórias de pessoas que passavam pelas duas *famílias institucionais*. Visto que se mostrava como uma instituição formalmente de passagem a partir de questões de saúde. A saúde marcava outros gêneros institucionais na SMADS, como a ILPI.

O *talvez não ser verdade,* apontado por Piá em relação ao que havia dito Macela, também pode ser abordado como uma frase que remete às versões das histórias narradas pelos sujeitos em meio à complexidade instaurada pelas relações entre cuidado, convivência e hierarquia num mesmo ambiente: o ambiente institucional. Este encontro com Macela suscitou uma conversa sobre conflitos observados a priori na Estação Sentinela, mas que foram observados também em outras situações e que demonstram como naquele equipamento e em outras instituições há dispersões de poderes, a partir de distintos vetores em *correntes de informação*. Nestas, mais e para além de uma separação entre grupo de funcionários e acolhidos, havia uma dinâmica que fortalecia a noção de versões; as trajetórias e versões individuais eram fontes de necessidade de trânsito. Se nenhuma transferência e expulsão na Estação Sentinela tinha apenas uma versão, o movimento por uma transformação – de lugar e ou de melhoria – também não vinha no formato de uma versão única.

Os trânsitos, enquanto vontade de transitar – quando buscados, solicitados -, se aproximam do que Carlos Eduardo Henning (2015) ressalta como *agência interseccional*: “a importância de atentar para os modos para os quais os sujeitos potencialmente se utilizam de suas próprias marcas identitárias interseccionais (assim como na relação com os traços identitários interseccionais de outras pessoas) de modo a lidar com a criação, o questionamento e a desconstrução social de desigualdades” (HENNING, 2015, p. 117). Nesta perspectiva, os equipamentos da rede socioassistencial podem ser compreendidos como “espaços de ação calcados em marcadores sociais da diferença e que se dão em resposta aos cenários potenciais

[163] Conforme nota 80, um complexo de centros de acolhida cuja visita no período de campo é apresentada no capítulo 6.

de desigualdades com as quais os sujeitos se confrontam" (HENNING, 2015, p. 117).

Era sobre isso também que parecia narrar o silêncio de Amarílis, que embora tenha se reduzido significativamente com o tempo em que nos conhecemos, estava forte diante daquela situação de assistir Macela. Enquanto eu observava Amarílis, questionava-me se ela parecia se surpreender com aquela situação ou não. Se aquilo, em sua percepção, se tratava de um sofrimento e como ela via a reivindicação da família por Macela. Entretanto, neste ponto – no encontro com família – eu beirava a relação de Amarílis com sua família e uma integrante estava ali. Com a presença de Piá não era possível, na minha decisão ali, perguntar à Amarílis o que ela achava da situação de Macela. Entretanto, a própria trajetória de contato de Amarílis com sua família mostrara anteriormente que há diversas possibilidades de arranjos relacionados ao cuidado e companhia de e para algum ente usuário da rede socioassistencial[164].

Cuidado – Corda de expectativa e de Básico

A saída de Valquíria e a carta pedida por Macela dizem sobre trânsitos institucionais e convivência compulsória e se vinculam a expectativas de cuidado relacionado e situado aos e nos centros de acolhida, especificamente os especiais (CAEI e CAE) da rede socioassistencial do município de São Paulo. Permitem, dessa forma, atenção específica e diálogos. A menção de Macela sobre a diferença da comida numa mesma instituição e sua fala sobre tempero se misturam às queixas de Junquilho quando referia ao desrespeito em torno das refeições na Estação Sentinela e em uma outra instituição por qual passou, a Guarida Damaris.

Suas falas rememoram ecos sobre refeições em prisões se perspectivarmos a mesma comida ou não para funcionários e pessoas em privação de liberdade. Macela queixava-se: "Querem me dar água com arroz; eu não. Eles comem tudo temperado, com óleo e sal. Pra nós, só água. Nem a salada eles temperam". Junquilho criticava a "comida sem tempero", e emendava: "eu como para viver" e "cê acha que é dignidade a gente tá aqui brigando por causa de comida? Reclamar pra ter uma porção maior?". Amarílis também reclamou da falta de tempero na Guarida Acidália. Essas falas nos contam sobre direitos numa chave em que o debate sobre necessidade e cuidados estão postos também pra além de se "se tem" acesso à comida, mas de como se tem acesso à comida. Emoções relacionadas a pertencimento e dignidade nessas falas se aproximam ao que Sidney Mintz (2001) referiu acerca de comida na atribuição de sentidos e de identidades[165] e aqui se referem, pelo as falas referiam quando proferidas, a

[164] Uma continuidade dessa temática está no capítulo 6, também a contar de Amarílis e sua família.

[165] "O comportamento relativo à comida liga-se diretamente ao sentido de nós mesmos e à nossa identidade social, e isso parece valer para todos os seres humanos. Reagimos aos hábitos alimentares de

uma expectativa básica nas atribuições dos interlocutores que não é correspondida. O tempero, que tem aqui uma atribuição de cuidado e atenção ao *um direito de comer – e de como comer*, constituía, nessas existências uma expectativa atribuída a uma noção relacionada a essas instituições, a de acolhimento. Acolhimento, termo técnico da Assistência social, era manejado e questionado por Junquilho, assim como por Macela ao recusar água com arroz. Nessas atribuições, o significado de acolhimento era disputado; os termos técnicos da assistência social eram articulados a sentidos conferidos pelo publico destinatário e cujas práticas deveriam corresponder.

Mirar o cuidado como uma categoria emergente (GEORGES, 2017) nos permite pensar em distintas temporalidades do ato de cuidar e, ao mesmo tempo, na circulação "entre universos distintos, tanto da categoria analítica do mundo acadêmico, como no mundo do(as)s trabalhadore(a)s "do social" (GEORGES, 2017, p. 125). Isabel Georges (2007) destaca sobre sua a circulação e usos do cuidado ao apontar que o "cuidado" "é moral do Estado, no sentido de que se pode alegar que as recentes políticas sociais mais "voluntaristas" de um conjunto de Estados latino-americanos – que manifestam uma preocupação com a função do cuidado [...]" (GEORGES, 2017, p. 126).

Como enfocado por Flávia Fernandes, Milena Raizer e Ana Cristina Brêtas (2007, p. 756) "O lugar que o indivíduo ocupa na sociedade interfere na maneira como obtém condições para manejar o cuidado que dispensa a si". Importante destacar a abordagem de Guita Grin Debert e Amanda Marques de Oliveira sobre cuidado e envelhecimento. Conforme leitura das autoras, "No Brasil, a literatura sobre o tema tem apontado, por um lado, a precariedade das políticas públicas voltadas ao cuidado e, por outro, o fato de que a responsabilidade com o idoso tem recaído sobre as famílias" (DEBERT; OLIVEIRA, 2015, p. 9). O cuidado dentro da rotina de equipamentos socioassistenciais como os CAS, CAES e CAEIS perpassa pela discussão de direitos, necessidade e subjetividade e tensiona abordagens em torno de cuidado, velhices e ILPIs, por exemplo, instituições em que tal prisma já é perspectivado. O cuidado em instituições como essas é atravessado pela assistência social como política pública e seus desafios estão também no que concerne aos debates acerca de ambivalências entre direito, benesse e básico, vinco da assistência social. Tal vinco pode ser perspectivado como herança de sua anterioridade à institucionalização da área da assistência social como política pública e que ecoa a enfática crítica do serviço social.

---

outras pessoas, quem quer que sejam elas, da mesma forma que elas reagem aos nossos" (MINTZ, 2001, p. 31).

As indagações de Junquilho e Macela fraturavam a estrutura de separações entre objetividade e subjetividade; ao reclamarem que nem ao básico, objetivo, havia oferta e acesso, demonstravam outras zonas a serem preenchidas como de maior impossibilidade em suas rotinas.

No que refere ainda à categoria cuidado, destaco a formulação de Foucault sobre a dificuldade de convívio, parafraseando o contexto, entre as "artes de existência"[166] e "práticas de tipo educativo, médico ou psicológico" (FOUCAULT, 2004, p. 199); noutras palavras, também às dificuldades imbricadas nas dinâmicas de si em convivências institucionais. Conforme este convívio, é importante destacarmos a noção de autocuidado como categoria que prevê cuidado de si nas instâncias da assistência social e saúde, bem como às políticas voltadas à população em situação de rua. Ligado à autonomia, o autocuidado se específica no que foi convencionado como Atividades da Vida Diária (AVDs). Entre outros conceitos e noções, prescreve, deste modo, de maneira técnica e êmica, possibilidades de entrada em distintas instituições de longa permanência para pessoas com sessenta anos ou mais. As noções e categorias sobre saúde e cuidado se emaranham institucionalmente também no que refere às mudanças e paradigmas de políticas. Como destaca Dina Czeresnia (2003)

> A configuração do discurso da 'nova saúde pública' ocorreu no contexto de sociedades capitalistas neoliberais. Um dos eixos básicos do discurso da promoção da saúde é fortalecer a idéia de autonomia dos sujeitos e dos grupos sociais. Uma questão que se apresenta é qual concepção de autonomia é efetivamente proposta e construída (CZERESNIA, 2003, p. 39).

As conversas em torno das refeições com Macela e Junquilho dialogam, a contar de outras referências deste e outros interlocutores, com, por exemplo, com a queixa de Amarílis, sobre a expectativa de acolhimento, que aparece como um elemento de cuidado, sendo este informado també como direito. A atribuição de Macela e Junquilho colocou em xeque as noções de básico – água com arroz e sem tempero – como prática institucional ao e a vinculação de uma noção de acolhimento que estabelece cuidado. Em envelhecimentos e velhices experenciados em instituições como os CAEIs e CAEs, essa discussão não é um detalhe, ainda mais quando públicas e vincuadas à política pública da assistência social. Ela informa estigmas, valoração e sentimentos, comos os expressados, de violação, desde de básico, de necessidades, aos direitos, ecoando ainda conflito e convívio entre submisissão de subjetividades. Essa expectativa complexa é disposta nas rotinas e conflitos no que refere ao convívio com os funcionários e com as regras da rede socioassistencial. Se refere ao encontro entre direitos e

[166] Práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se. Modificar-se em seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo (FOUCAULT, 2004, p.198-199).

estigma, se emaranhando e indagando discussões do campo da assistência e do serviço social. A alimentação e o que se contava através dela se relacionava a esse debate.

Vicente de Paula Faleiros (2013, p. 84) assevera que o cuidado "pressupõe uma relação complexa entre profissionais, família, público e contexto institucional em condições diversas e mesmo adversas na dinâmica do poder". A violência referenciada por Junquilho se aproxima da abordada por Faleiros:

> Essa dinâmica de violência compreen- de desde a dimensão mais ampla da falta de acesso como a da má qualidade da infraestrutura, da prestação dos serviços, abrangendo abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profis- sionais dentro das instituições, nas relações interpessoais de desrespeito, como humilhação, desconsideração da fragilidade da pessoa, infantilização, sonegação da informação, falta de escuta e negação da autonomia (FALEIROS, 2013, p. 84)

O mesmo autor, ao trabalhar com o cuidado público e dialoga com a perspectiva dos Direitos Humanos:

> Está pressuposto, nessa perspectiva, que o fundamento do cuidado são os direitos humanos, como norma universal da dignidade do ser humano. Ele se expressa no sistema de proteção social. Por exemplo, o sistema de assistência social deve se estruturar para a efetivação desses direitos, resultantes de pactos políticos, de leis e de normas, segundo a correlação de forças da sociedade organizadas na superestrutura jurídico-política no Estado de direito, configurando a cidadania protegida (FALEIROS, 2013, p. 85).

Compreendo aqui também a articulação de Junquilho de acolhimento como direito, no que refere ao que é garantido também pelos *direitos perante a idade,* mas que é tecido cotidianamente, como corda. O que as denúncias de Junquilho e de Macela relatavam apontam tensões numa estrutura de direitos nos seus cotidianos, que, embora situados em distintos equipamentos, se vinculavam na rede socioassistencial. Tensões que foram observadas também por Piá quando referiu *pousada*. O *correr para onde* não apenas como marcação de impossibilidade de saída de uma instituição específica, mas da saída da rede socioassistencial. *Correr para onde* se configurava como uma maneira de reconhecer e atribuir a dificuldade em um viver, conviver sob um cuidado estatal, que se ramifica em cuidados, manejados ou não, específico e especificamentemarcado pela noção disputada de acolhimento que incide também, então, na de necessidade e de subjetividade.

É em torno dessas considerações que esse capítulo se finaliza. Se a *corrente de informações* da Estação Sentinela contava e produzia limites e modos de convivência entrecortados por modelos de velhices, convenções de gênero e moralidades na instituição, as notícias de saídas, expulsões e transferências e os próximos destinos compunham repertórios de condições de permanência relacional a de mudança. Os trânsitos pela rede socioassistencial na etnografia situaram então outros olhares frente à Estação Sentinela e, ao localizaram uma

gama de serviços ofertados pela assistência social paulistana, informaram direitos com e sem cuidado, evocando a necessidade de reconhecimento da relação entre direito e cuidado evidenciando uma formulação acerca de direitos com cuidado, mas principalmente de cuidado como direito.

Acompanhar a Estação Sentinela emaranhava-se assim também ao lugar dessa instituição na *arena pública vulnerabilidade*, a partir de outras instituições. Localizá-la neste emaranhado significou então problematizá-la a partir dos dois *problemas públicos* que a justificavam, *envelhecimento* e *população em situação de rua*, e, ao mesmo tempo, a partir de *gêneros institucionais* da assistência social.

As dinâmicas e narrativas de um ir e vir na rede socioassistencial contaram também sobre *cuidado* e *controle,* cuja discussão foi retomada a partir de outro equipamento público nesse capítulo. Se as notícias de saída da Estação Sentinela nunca tiveram uma única versão, as de demais centros de acolhida, como a Guarida Acidália também não tinham. Desta forma, para os interlocutores, o que se podia fazer, o que se podia procurar e quais as opções que se tinha diante da trajetória na Estação Sentinela reclamavam, num chão de "relações de si para consigo" (FOUCAULT, 2006, p. 306), distintas possibilidades de agência, emoções e sensações diante das circunstâncias.

Como já observado em articulação com a convivência na Estação Sentinela, sentimentos e sensações estendiam-se também às narrativas sobre mudanças, fosse por consequências de convivência, fosse pela busca de um movimento que pudesse resultar em alguma melhoria, como as buscas de Macela expostas nesse capítulo. Havia questões comuns entre os centros de acolhida especial; emoções que contavam sobre projetos de saída, de continuidade, de episódios de punição e de pedidos de transferência. Neste capítulo, a partir das observações em campo, busquei explorar a relação entre emoção e controle – de si e de outrem – nas situações relacionadas à convivência na Estação Sentinela, CAEI, e, a partir da Guarida Acidália, aos centros de acolhida especial (CAE) da rede socioassistencial. A contar de trânsitos de interlocutores, como o de Amarílis, foi possível se aproximar de questões relacionadas à rede socioassistencial e não exclusivas da Estação Sentinela.

Na próxima parte da tese e último capítulo são apresentadas trajetórias de interlocutoras e interlocutores, bem como de relações, por meio de uma abordagem etnobiográfica.

PARTE III – Aradas Veias

Nessa parte, trajetos de interlocutores são apresentados a contar de suas trajetórias de vida, interlocução e etnografia. O capítulo único desse componente da tese pressupõe como subcapítulo cada uma e cada um dos interlocutores compreendidos em suas unicidades.

Capítulo VI - Artérias que se abrem: trajetórias etnobiografadas



Imagem 10. Fitotipia, impressão e foto da pesquisadora.

Colados por dentro da porta do armário
Horário feliz de um tempo que passou
Fotos e fatos
O que passou
Não mudou
Nem mudarão seus atos
Só nos retratos
Teu sorriso lindo amarelou
- Fotos e Fatos
[Elton Medeiros e Otavio de Moraes].

Esse capítulo intenciona apresentar trajetórias de vida dos interlocutores de pesquisa conforme suas narrações durante o período de campo e nossa convivência. A ideia, articulada à bibliografia sobre história de vida (QUEIROZ, 1988), memória (BOSI, 2003) e história oral (QUEIROZ, 1988), é que as trajetórias ajudem a compreensão de instituições em seu nível micropolítico. As trajetórias podem também elucidar o modo como os interlocutores se relacionam com as instituições, bem como com as diferentes gerações institucionais. *Artérias que se abrem* faz alusão à menção em torno da resistência do coração das pessoas mais velhas em detrimento das mais jovens – evocando também, em suma, da velhice em relação à juventude - em caso de doenças cardíacas, por conta da circulação colateral que aumenta gradualmente com o tempo de vida de cada corpo. A noção de "cronologia das artérias" (SECCO, 2001) como aquela de múltiplas possibilidades dá densidade ao debate sobre vida em vidas com mais tempo de existência. Cronologias e aberturas de artérias, nesse capítulo, como forma de aproximar pretéritos, também de campo, conforme a etnografia, convivem.

A aproximação de trajetórias permite uma reflexão e diferenciações sobre curso da vida, também trabalhados por Guita Grin Debert (1998; 1999, 2010), sob uma perspectiva processual. As reflexões desta autora, ao abordar as idades cronológicas como elemento fundamental na tarefa do Estado moderno, são fundamentais para este capítulo ao evidenciar, nessa esfera, governamentalidades. Do mesmo modo, a discussão do capítulo busca acompanhar a perspectiva de Andrea Moraes Alves (2011) frente ao tempo de existência individual. Para a autora este é marcado por fatores sociais em que não há um controle pleno. Entretanto, a autora considera que na ampliação de "espaços sociais legítimos para a manipulação do curso da vida" (ALVES, 2011, p. 429) há um atravessamento ideológico em torno de buscas de "autonomia para se apossar do curso da vida" (ALVES, 2011, p. 429). No que concerne aos *direitos perante a idade,* desde as chegadas à Estação Sentinela e demais CAEIS, chamo a atenção junto com Alves para a idade como "elemento-chave para a participação dos indivíduos na vida social" (ALVES, 2011, p. 429). Recorro, aqui, para uma reflexão sobre o tempo, à fala de meu interlocutor Salgueiro:

> o tempo é relativo, o presente, o passado e o futuro estão todos intercalados, lembra que eu comentei com você? Como isso? Se for demonstrar matematicamente dá uma conta daqui até a China, mas você vai demonstrando, aqui entre nós, você vê que a coisa é bem simples. O que nós temos aqui agora no momento, é o presente certo? Se você caminhar daqui até ali é o futuro, por quê? Aquilo que eu tô vendo aqui no presente você, você está vendo como referência, aqui, por exemplo, ali, aquela marca, é referência, no presente. Se você adiantar dois passos aquela tua referência deixou de ser o presente e passou a ser o passado, concorda comigo? Aquilo que nós estamos vendo aqui, é o nosso futuro, aí se você marcar no tempo, por exemplo, dois segundos para a gente chegar lá, dois segundos, a gente chega no nosso futuro, quando a gente chega naquele futuro, o futuro já

> deixou de ser o futuro passou a ser o nosso presente, aqui, já é o passado, e assim sucessivamente. À medida que você vai avançando, você tem o presente, o passado, o futuro tudo intercalado. E não é verdade? Pensa bem, onde nós estamos? Aqui, presente. Passado lá atrás, futuro, não está tudo intercalado? É tudo uma questão de temporização que fala (Salgueiro).

Essa misturada (in)separação entre passado, presente e futuro enredou-se à etnografia na medida em que, mais que falar sobre suas trajetórias, as interlocutoras e os interlocutores da pesquisa partilhavam seus cotidianos e era em torno destes que eu me atrelava a elas eles. Era também a partir desse cotidiano que ganhava forma o que eu ouvia sobre seus passados.

A definição lapidar de Memória foi atentada por Henry Rousso (1996). Essa dimensão em torno de inscrição e polimento ecoa aos conflitos em torno de histórias de vida em distintas direções. Longe de fazer uma escolha em torno de escolhas ou rejeição de perspectivas, procuro atentar como se deu a construção de narrativas de trajetórias não em separado da interlocução.

O capítulo está dividido em uma apresentação das temáticas memórias e trajetórias aliada ao direcionamento delas na etnografia, seguida então das trajetórias de interlocutores.

Um trajeto voltado a trajetórias: uma memória atravessante

Desde o início da pesquisa me preocupava, em âmbitos políticos, com o vínculo possível e dificultoso de Estação Sentinela com a História Oral, compreendida em sua amplitude que, nos termos de Marisa Isaura Pereira de Queiroz (1988, p. 19),

> recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade.

Queiroz atentou que, quando relacionada a coletividades, a história oral vincula-se à convergência de narrações de um mesmo acontecimento ou sobre o mesmo período. Era sobre o mesmo período que eu me interessava; ao período da passagem pela Estação Sentinela, que mais do que um acontecimento individual específico era também uma experiência coetânea partilhada coletivamente. Modelos de velhices, *direitos perante a idade*, reflexões sobre o serviço da instituição e convivência atrelaram-se a um contar coletivo, bem como, como exposto no capítulo 4, *as correntes de informação* e rumores, ambos veiculadores de e veiculados por moralidades e compreensões reflexivas. Nesse sentido, as “crenças existentes no grupo” (QUEIROZ, 1988, p. 19), as quais a autora relacionou à história oral como veículo, foram pontos de aproximação em relação à etnografia e minha convivência com tal grupo e extrapolaram a

noção de “captação oral”. Dentro do quadro amplo da história oral, ainda conforme a autora, “a história de vida constitui uma espécie ao lado de outras formas de informação também captadas oralmente” (QUEIROZ, 1988, p. 19).

A semente das histórias de vida como repouso distante foi destacada por José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda (2015), que destaracarm referência à história oral de vida por meio dos termos biografia, relato biográfico, método biográfico, notas biográficas e autobiografia. Ao trazerem a noção sociomoral, os autores também se aproximam do assoalho de divisões e disputas em torno das histórias orais de vida:

> Em termos sociomorais, a história oral tem vocação a valorizar o indivíduo em detrimento do exclusivismo da estrutura social. A origem dessa preocupação também é antiga e remonta à noção de cuidado despertada por Heidegger em relação “a ser no mundo”. Essa noção leva a considerar o que Platão definiu como “em si” e que modernamente Foucault redefiniu em suas “hermenêutica do presente” como “a arte de se autogovernar”, e assim o conhecimento da narrativa sobre si mesmo teriam papel fundamental (MEIHY; HOLANDA, 2015, p. 37).

Ao considerar o fenômeno biográfico na antropologia Juan José Pujadas Muñoz (1992) pontuou como primeiro documento científico nesses termos o livro *Crashing Thunder The Autobiography of an American Indian,* de Paul Radin, publicado em 1926[167]. O autor alocou os anos 1930 na disciplina antropológica como um período em que o método biográfico se relacionou aos esforços institucionais de organização de documentação disponível sobre as populações estudadas pela antropologia, com o estímulo pela coleta de materiais tanto etnográficos quanto biográficos.

A metodologia das Histórias de Vida nas ciências sociais e sociologia também é longeva, referenciada à Escola de Chicago, e difundida a partir dos anos 1920. Para Howard Becker (1994, p. 102) “a história de vida se aproxima mais do terra-a-terra” e “pode ser particularmente útil para nos fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais [...]” (BECKER, 1994, p. 108). A abordagem de Becker situa e legitima as histórias de vida como

[167] Regina Félix (2023, p.3) apresentou Radin como um dos pioneiros “na coleta da narração e publicação da assim chamada autobiografia nativa” e o livro *Crashing Thunder: The Autobiography of an American Indian* “um marco na vertente antropológica história de vida”. Félix também contextualiza na história da antropologia as histórias de vida: “A autobiografia indígena, na qual nativos narram sua história a um não nativo que a escreve, muitas vezes intermediados por um intérprete, dispõe de uma antiga tradição na América do Norte desde o século XVIII. No início do século XX, antropólogos na área da Cultura e Psicologia, também chamada Antropologia Psicológica, passaram a praticar o método “história de vida” como uma forma de acessar os valores e os tipos de personalidades contidos numa comunidade. Dois nomes importantes dessa escola antropológica, que perscruta a relação entre personalidade e cultura, são Ruth Benedict (1887–1948) e Margaret Mead (1901–1978). Parte dessa geração, Paul Radin (1883–1959) foi um dos pioneiros na coleta da narração e publicação da assim chamada autobiografia nativa” (FÉLIX, 2023, p.3-4).

metodologia científica, distinta da autobiografia ou do romance, trazendo a possibilidade de verificação de pressupostos da pesquisa e dando margem a suas possíveis reorientações.

Guita Grin Debert também relacionou história de vida como fonte potencial de reformulação de "nossos pressupostos e nossas hipóteses sobre um determinado assunto" (DEBERT, 1986, p. 142). A autora também deu atenção à possibilidade de que cada entrevista abra novo leque de questões, ao contrário do que pressupõe a abordagem mais tradicional da "bola de neve" como estratégia metodológica:

> A ideia da "bola de neve", isto é, em um determinado momento podemos definir um ponto de chegada onde as respostas se tornam repetitivas, um "ponto de saturação" a partir do qual podemos definir o número de informantes, parece bastante problemática. A sensação que temos é que ocorre exatamente o contrário. Sempre teria sido possível mergulhar mais profundamente nas mesmas coisas de forma a perceber novos ângulos. A cada entrevista, um novo leque de questões poderia ser aberto (DEBERT, 1986, p. 145).

A abordagem de Queiroz (1991, p. 21), ao puntuar a história de vida como técnica que "capta o que sucede na encruzilhada da vida individual com o social", conta nesse trabalho sobre a interlocução partilhada como um lugar onde técnicas e não técnicas, bem como "minha vida individual com o social", se entrelaçaram e se misturaram.

Diante da articulação entre memória e velhices empreendida pelos trabalhos de Ecléa Bosi (1994; 2003), devo apresentar aqui também que lembranças e pretéritos têm diferentes formas de aproximação. Bosi (1994, p. 39) atentou que não pretendeu escrever uma "obra sobre memória, tampouco sobre velhice" e que ficou "na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos". Nesta pesquisa, a intersecção empreendida entre memória e velhice se fazia com trânsitos e instituições; conformava trajetos tramados tanto ao curso da vida quanto a memórias.

Dessa forma, desde o projeto da pesquisa procurei me atentar à trajetória de maneira similar ao que descreve Suely Kofes (2001, p. 27), como um "processo de configuração e uma experiência singular" - sem me ater também, portanto, "estritamente ao sentido que lhe dá Bourdieu" (KOFES, 2001, p. 27). No que concerne à abordagem de Pierre Bourdieu (2006), também me distancio de seu sentido estrito, referindo-me, em suma, à não separação entre objetividade e subjetividade. Reconheço também, entretanto, diversas inconstâncias e âmbitos não lineares de narrativa[168].

[168] Há uma vasta bibliografia sobre o texto "A ilusão Biográfica", de Pierre Bourdieu (2006). Grande parte dos estudos também fazem presentes os estudos de Daniel Bertaux. Para uma aproximação mais densa com dessa discussão, que aqui não me atenho, ver Kofes (2001), Guérios (2011) e Delory-Momberger (2014). Os três autores fazem referência aos estudos de Daniel Bertaux, sendo que Delory-Momberger expõem a etnossociologia e(m) contexto francês. Marco Gonçalves (2012, p. 22) pontuou que "O questionamento sobre o sentido da biografia, o de tomar uma vida como objetivada em si mesma, com

Dentro desse campo de disputa em torno de tantas questões sobre histórias de vida, é possível notar também que há determinados conflitos em torno da preservação da memória, passando pela oralidade e transmissão de forma mais enfática. Existem, deste modo, variadas formas de preservar a memória bem como manter o foco em agentes recordadores. Enquanto há trabalhos voltados a períodos, paisagens e grupos que revelam uma preocupação mais pungente na memória materializada, há pesquisas que se debruçam na relação entre recordadores e memórias, também numa série de diferentes focos e abordagens.

A evitação em falar do passado que encontraria ao conhecer os interlocutores não me era uma novidade desde o início, mas seus feixes de abertura indicavam um aprofundamento desses nós ao mesmo tempo que as partilhas em torno do presente e cotidiano abriram espaço a determinadas reconstruções da memória. Suas chegadas na Estação Sentinela, que quase sempre começavam pela maneira pela qual se apresentavam para mim, além de como iniciavam suas trajetórias, era um dos poucos fios em comum entre as vidas tão diferentes que se reuniam e ali conviviam.

Como atentou Simone Frangella (2004, p. 25) há um vínculo elo entre "trajetórias até a rua" e "cronologia irregular" nas histórias de vida de pessoas em situação de rua:

> São histórias contadas, em geral, em uma cronologia irregular, costurando fatos que parecem trazer a essas pessoas uma inteligibilidade para seu deslocamento. Ouvir essas histórias se torna praticamente uma condição inicial para estabelecer um diálogo com esse segmento. A exposição constante de suas histórias de vida pode ser explicada pelo seu alto grau de isolamento social, encontrando no ouvinte a forma de reconstruir sentidos para sua trajetória. Pode ser igualmente justificada pelo provável uso do passado para singularizar-se em meio ao anonimato da rua, interagindo com as emoções do ouvinte e atenuando assim o estigma imposto sobre sua imagem. Narrativas como essa anunciam o processo inicial de uma experiência particular que é, simultaneamente, social, individual e corporal: a do se tornar um morador de rua.

Frangella também pontuou que apesar da "heterogeneidade de circuitos anteriores à sua situação de rua, o reconhecimento da passagem para esta se faz quase sempre da mesma maneira (FRANGELLA, 2004, p. 25)". Para a autora, apesar das fragmentações nas narrações de histórias de vida da população em situação de rua a "teia de relações e cenas que soa remota" apresenta "repleta de vitalidade como lembrança". A vitalidade de lembranças atentada por Frangella está também, a meu ver, no que Adriana Fernandes (2020, p. 183)

---

começo, meio e fim, a partir de uma certa percepção de continuidade, foi questionada, antes mesmo de Bourdieu (1996), por Daniel Bertaux (1971 apud Dosse, 2009:241) ao conceituar as histórias de vida como 'ideologia biográfica'. Bourdieu (1996), tomando esta acepção de narrativas construídas por um indivíduo que ao 'falar sobre e de si' constrói-se como sujeito, inserindo-se em um campo social determinado, cunha o conceito de 'ilusão biográfica', tomando as histórias de vida como qualificadores de uma trajetória pessoal numa determinada configuração social".

informou como renovação de histórias em usuários de abrigos no Rio de Janeiro: “No abrigo, era de bom tom não perguntar detalhes sobre a vida das pessoas, mas também era importante escutar as estórias, sempre enevoadas, que usuárias e usuários queriam contar” (FERNANDES, 2020, p. 183).

Como demonstrou também Bosi, “Se a memória é, não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação [...]” (BOSI, 1993, p. 283). Os caminhos que foram por elas e eles abertos, diversificados também, atentavam que mais que direcioná-los a formas ou ainda sobre curso da vida e ou memórias, havia tanto uma passividade minha como ouvidora quanto uma curiosidade mais larga, uma abertura que tangencia processos de conhecer alguém. Na passagem do tempo também partilhada etnograficamente, é possível perceber, ainda hoje, um elo que se colocava em ouvir conflitos, sensações e sentimentos.

A disponibilidade e disposição de participação da pesquisa se deu de várias maneiras desde o anúncio feito no refeitório por volta das 11:30, durante um almoço da Estação Sentinela. Nos primeiros dias posteriores à apresentação que em esquina também se conformava um pedido e um convite, algumas pessoas que ali habitavam vieram a querer saber mais. Algumas quiseram participar, outras não. Entre declarações de não querer participar, houve formas, arranjos e mudanças que também transformaram a não participação em uma pluralidade de coparticipações. Algumas pessoas queriam compactuar comigo querer conversar “sobre o presente e não sobre o passado”, algumas conversaram sobre a pesquisa e me contaram um pouco sobre “presente e passado” e não mais quiseram conversar. Algumas, ainda, depois de muito tempo toparam conversar e a recusa e desconfiança por não terem “topado” por um período constituía uma lembrança nossa. Por fim, algumas me deixavam fotografá-las, mas não queriam conversar sobre nada que atravessasse ou passasse pelos nomes passado e ou trajetória.

Havia nessas diferentes formas de se relacionarem ao campo da memória um eco também com a formulação de Ecléa Bosi. Como a autora pontuou, “memória [...] é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55):

> na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi” [...] (BOSI, 1994, p. 55).

Considero ainda que, simultaneamente, era sem palavras que algumas questões sedimentavam o trabalho de memória entre nós. A muito importante questão-valor da individualidade na Estação Sentinela se encontrava com, ainda que de distintas formas, a trajetória de narração das e dos interlocutores para assistentes sociais e psicólogos ao longo dos

anos. Se esses trajetos fazem eco ao depoimento como um termo que "foi muito cedo definido juridicamente, significando interrogações com a finalidade de "estabelecer a verdade dos fatos" (QUEIROZ, 1988, p. 21), a perda desta conotação, ainda que não homogênea, não é exclusiva das ciências sociais, mas também das práticas cotidianas de serviços iniciados por papéis e encaminhamentos da política pública de assistência social. Além disso, a chegada de monitores na rotatividade que acompanhei na passagem pela Estação Sentinela, com quem os interlocutores também teciam vínculos, formava um momento de se apresentar, assim como quando os conheci.

Christine Delory-Momberger (2014, p. 45) se apoiou na teoria dos momentos em diálogo com Remi Hess e em continuidade com a abordagem de Henri Lefebvre.

> O momento se define como um espaço-tempo interior que o sujeito constrói sobre a base de sua experiência e que, identificando e singularizando este ou aquele domínio de sua existência, permite-lhe reconhecer, investir e apropriar-se cada nova situação num campo de costumes, de afetos, de relações que lhe é próprio.

Os momentos, conforme Delory-Momberger (2014, p. 45), na vida se justapõem; "alguns desaparecem, outros emergem". Na etnografia, havia muitos momentos reunidos nos cotidianos. Ainda, conforme leitura de Veena Das (2020, p. 142) frente à memória – em diálogo com os estudos de Bergson[169] -, "o passado se dá, de alguma forma, de uma só vez"

> que pode ser atualizado de uma forma contraída [...] embora o processo de atualização possa envolver a translação que atrai o presente, há também o processo de rotação no qual, independentemente de minha vontade, certas regiões do passado são atualizadas e passam a definir as qualidades afetivas do presente momento (DAS, 2020, p. 141-142).

Convivência e conflito de quem mora junto e ou num mesmo lugar se mostravam propulsores de momentos de com quem eu conversava e teceram, assim, rapidamente alguns arranjos por minha parte em distintas direções; evitar conflitos entre pessoas que não se gostavam configurava também o respeito ao segredo naquele momento. Não partilhar com outros com quem eu também tinha vínculo era um elo necessário e tão importante quanto mostrar respeito aos desafetos dos interlocutores. Não entrar fortemente no campo de fofocas como enunciadora era uma grande preocupação.

Além desses nós de preocupação, a tentativa de não causar sentimentos ou sensações de preferência/ciúme/rejeição e ou impressões de gostar mais de alguém que de outrem – o que muitas vezes não fora possível -, tentar mostrar que a história de alguém era importante e ouvi-la individualmente compuseram (e contaram sobre) relações, bem como uma

[169] A autora se atentou aos processos de rotação e translação do autor.

reflexividade que na introdução da tese já fora registrada; a estufa, que também abriu passagem.

"Diferenciar", ao longo da etnografia, pessoas participantes e pessoas interlocutoras me foi necessário como forma de mostrar essas diferentes interlocuções partilhadas. Passei a chamar, em textos escritos durante o período da pesquisa de campo, de interlocutores aquelas e aqueles participantes que assinaram o termo de consentimento. Antes, entretanto, do termo vir a ser assinado algumas pessoas que quiseram contar sobre suas trajetórias o fizeram. Algumas outras pessoas tornaram-se interlocutoras depois do início da pesquisa. Houve diferenças nas interlocuções que teceram as trajetórias etnobiografadas trazidas para a tese. Deste modo, as trajetórias aqui contemplam diferentes relações, bem como diferentes tempos, longevidades e intensidades de relações. Além disso, havia na etnografia também outras esquinas; ela contemplava, além de tal forma de participação, espaços e períodos, como dos na estufa e quartos na Estação Sentinela. Se desde o portão até os trânsitos houve vários tempos juntos diversificados, além de participação na pesquisa em outros moldes, havia também presença de muitos momentos (Delory-Momberger, 2014).

Atravessadas por estes, grande parte das minhas visitas à Estação Sentinela puderam ser divididas, não rigidamente, mas pelo o que consigo perceber por meio do distanciamento temporal que só o recordar presenteia, em atividades coletivas, períodos a duas pessoas na estufa, períodos em quartos de interlocutoras, cujas outras presenças eram sempre possibilidade – e com ela receios de conflitos que me deixavam mais propensa a entrar no cotidiano e na convivência que não na estufa - e períodos de transitar junto com interlocutores.

Como Queiroz (1991, p. 20) também atentou, "uma técnica qualitativa como a das histórias de vida pode coexistir com técnicas quantitativas como a da amostragem desde que cada uma delas seja aplicada a um momento específico da pesquisa". Nesse sentido, devo empreender como exercício reflexivo aqui que as entrevistas voltadas a trajetórias de vida não conviveram com métodos quantitativos durante a pesquisa. Entretanto, uma outra convivência, não planejada aconteceu na etnografia: no começo da pesquisa, depois de participar de atividades coletivas eu ia para a estufa com um(a) interlocutor(a), muitas vezes havia um incômodo dessa pessoa quando outro(s) aparecia(m) na porta enquanto estávamos conversando. Nesses incômodos estavam presentes o direito a ter conversas e espaços de individualidade. Esses incômodos solicitaram tentar marcar nossos encontros não somente quando nos víamos fora da Estação Sentinela, mas também ali.

Os termos trajetória de vida e ou história de vida foram referenciados ao conhecer as interlocutoras e os interlocutores; eu não os recordava sobre isso. O roteiro se compunha, desse modo, aberto e sem lembretes. Com nossas conversas, por vezes na estufa, nos quartos

das interlocutoras ou ainda fora dali, busquei me aproximar do que Queiroz (1988, p. 20) chamou de "interferência mínima". Com o tempo de nosso convívio, os cotidianos e a noção de presente era a maior presença dos assuntos, assim como perguntas que fazia não de acordo com um roteiro, mas em torno do que me contavam, do que a convivência também tecia e do próprio momento na Estação Sentinela e dos interlocutores. Em outras palavras, a interferência mínima dependia também de tais questões; eu também não tinha controle exato sobre a interferência mínima.

Se desde o projeto de etnografia me distanciei da palavra biografia, durante a escrita etnográfica relacionada às trajetórias e interlocução, tal termo me foi encontrado de maneira diferente e potente. A etnobiografia, como demonstraram Marco Antonio Gonçalves, Roberto Marques e Vânia Z. Cardoso (2012), autores que me apresentaram a forma pela qual procuro escrever trajetórias de (e relações com) interlocutores, se deu por atrelar a tensão produtiva entre os temas biografia e etnografia e perspectivar a relação múltipla de vetores narrativos.

Ao campo de compreensão etnobiográfica necessário também apresentar o trabalho de Jean Poirier, Simone Clapier-Valladon e Paul Raybault (1999). Para os autores, na etnobiografia investigadores "tentam encontrar o ele, o campo exterior da personalidade, a envolvente do narrador num dado momento, quer dizer aquele a quem atribuiu um valor pessoal (dando-lhe assim uma existência em si e fora de si)" (p. 38). Nessa direção, "a história de vida é considerada não como um produto acabado" (idem, p. 38).

Essa orientação, articulada ao ceder espaço à experiência individual de cada um dos envolvidos "ancorados em suas percepções culturais" (GOLÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p. 9) possibilita uma "narrativa" que sedimenta simultaneidades, não separa a narrativa de solidez[170]:

> No lugar de tratar a narrativa como distinta de práticas sociais 'concretas', a etnobiografia recusa a separação entre discurso, linguagem e experiência, insistindo na qualidade produtiva do discurso. Da mesma forma, o conceito de etnobiografia afeta necessariamente não só o modo como tratamos as histórias que os sujeitos etnográficos nos contam, mas também como contamos nossas histórias etnográficas sobre essas histórias e seus personagens-pessoas. Em outras palavras, a etnobiografia implica uma dimensão metanarrativa da etnografia, em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se objeto etnográfico (GOLÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p. 10).

Gonçalves (2012, p. 28), ao dialogar com o termo etnobiografia usado por Jorge

[170] A etnobiografia, conforme os autores, propõe "de uma só vez e a um só momento a não mais antagônica relação entre subjetividade e objetividade, cultura e personalidade" (GOLÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012, p. 9).

Prelorán (1987) pontuou que o uso para o cineasta argentino foi feito “para definir seus filmes sobre sujeitos culturais marginalizados da cultura folk argentina durante a década de 60”. Gonçalves (2012, p. 29) salienta também que Prelorán abordava a noção “das implicações da construção de um filme” e de uma “concepção que aponta para o fato de que o cineasta não tem controle total do filme e que o sentido passa, necessariamente, pelo filmado” (GONÇALVES, 2012, p. 29). Ao referenciar o uso por parte de Prelorán, Gonçalves tece o seu uso de Etnobiografia.

Deste modo, Gonçalves (2012, p. 29) informa que emprega Etnobiografia não direcionada a um esforço “de produzir uma visão autêntica de dentro procurando ‘apreender um ponto de vista nativo’”, mas sim relacionada a “um modo de definir como complexa forma de representação do outro que se realiza enquanto construção de diálogo, em que o cineasta e o antropólogo estão diretamente implicados” (GONÇALVES, 2012, p. 29).

> Portanto, etnobiografia é, antes de tudo, produto de uma relação e de suas implicações a partir da interação entre pessoas situadas em suas respectivas vidas e culturas, tendo como pano de fundo suas percepções sobre a alteridade. Etnobiografia pode ser conceituada, também, enquanto uma alteração, no sentido mesmo de uma concepção de experiência etnográfica formulada por Jean Rouch em que “o observador se modifica a si mesmo” e os observados “que com ele interagem igualmente se modificam a si mesmos” (Rouch, 2003:185). Deste modo, etnobiografia é produto e constructo de uma relação que altera percepções no processo mesmo de sua criação, não se reduz à alternativas do tipo *ou/ou*, isto é, ou a visão do nativo, ou a visão do antropólogo/cineasta. Etnobiografia parece ser, neste novo contexto, condição mesma de ultrapassagem desta dualidade quando não tem por objetivo procurar discernir quem é o produtor do conhecimento na antropologia (se o nativo ou antropólogo) ou de quem são as visões de mundo apresentadas no filme etnográfico (GONÇALVES, 2012, p. 29).

Gonçalves (2012, p. 30) sustenta que a etnobiografia atrela tratamento do sujeito, do indivíduo e da cultura e que ao invés do quadro referencial indivíduo trata da “pessoa/personagem tomada enquanto manifestação criativa pois é, justamente, através dessa interpretação pessoal que as ideias culturais se precipitam [...]”.

Vicente Faleiros (1999, p. 77) ao tratar de trajetórias lembra de que “não é possível falar em possível viver sem referência às instituições sociais” – e aqui o autor não se refere aos espaços institucionais, como os CAEI –porque estas “fazem parte das trajetórias e estratégias dos sujeitos e por sua vez definem trajetórias, itinerários e estratégias, já que pressupõem relações de poder e saber que interferem na vida e no cotidiano dos indivíduos” (FALEIROS, 1999, p. 77). Cabe, então, apontar que é parte dessa pesquisa mostrar como os espaços institucionais se combinam e se fazem presentes nos itinerários e trajetórias e estratégias de vida, nos trânsitos vitais de destinos almejados e possíveis.

As recomposições de trajetórias nesse capítulo admitem diferenças de relações

partilhadas no período de campo. Se a impossibilidade de uma única forma de relação se apresentou rapidamente no período de campo, a diversidade de caminhos de interlocução foi relacionada a vários aspectos que tentei preservar nos textos. Inicio com trajetórias e trajetos mais densos em termos de trânsitos e relações com outras pessoas parte das vidas das interlocutoras, como Íris e Amarílis.

Além disso, por trajetórias etnobiografadas, procuro atentar que ouvir o falar sobre si, por parte das e dos interlocutores, era sempre ouvir sobre outrem e o que outrem dizia sobre elas e eles também estava comigo ao ouvi-los. A escrita de suas trajetórias articuladas com as de nossa interlocução estão no passado para fazer essa referência, além de outra. Foram etnobiografadas dessa maneira, nesse material e na situação dessa pesquisa etnográfica. Suas trajetórias vazam esse material; esse material não a/os captura. As trajetórias, de vida e de interlocução, apresentam e mantém perguntas. Para manter o tempo do período de campo, as mantive até o ano de 2019.

Íris

"Eu gosto da minha vida porque foi linda"
- Íris

"Pode me chamar de você"
- Íris

"-Você está querendo dizer que não poderemos mais nos falar?
- Acho que sim, benzinho"
- Conversa com Íris

A escolha do pseudônimo *Íris* ocorreu, em início, por ter poucas sílabas, conforme seu nome verdadeiro. Íris era das poucas interlocutoras com celular na Estação Sentinela. Em alguns dicionários de nomes e em alguns de flores, descobri o vínculo entre esse nome e 'mensagem'. Pareceu-me oportuno mantê-lo mediante os recados[171] que Íris passava aos demais interlocutores quando pedia e deles a mim. Com o tempo, Íris me enviou ainda outras mensagens.

Nascida no fim da década de 1920, em São Paulo, Íris andava todos os dias. Ela tinha artrose e uma das indicações médicas que sempre recordava era caminhar. Adoradora de palavras cruzadas, Íris era voluntária há bastante tempo em uma ONG que trabalhava com "crianças carentes", nos seus termos, quando nos conhecemos. Era aposentada do tempo de INPS, sigla que ela falava ainda ao referir INSS[172]. Frequentava a ONG mais aos sábados. Ela também frequentava bastante um shopping na região central da cidade mais próxima à Avenida Paulista. Ela dizia que fazer esse passeio era "singelo, simples, bonito". Gostava do sanduiche McChicken, que era "barato e gostoso" e por vezes, dependendo dos gastos, almoçava em um restaurante por kilo de uma rede com filial nesse e em outros shoppings da cidade[173].

Sócia do Clube Luzíada, na época, há quarenta e cinco anos, era lá que ela lavava roupas e tomava a maioria dos banhos. Íris tinha nojo da lavanderia. *Se sentir mais à vontade* em tomar banho no clube parecia aludir a uma dimensão de pertencimento diferente, visto que ela frequentava o clube desde outros momentos e condições de vida. Presumo também que suas caminhadas na Avenida Paulista estivessem relacionadas com pertencimento e memória afetiva

[171] Havia exceções. Não pedia para Íris passar recado para Brígida, por exemplo, e Brígida não passava recado para mim e, no mais, se tivesse passado imagino que não teria pedido à Íris. Íris não foi a única a passar recados, mas a primeira interlocutora a me passar e passar aos demais interlocutores recados que pedia a ela.

[172] Sobre as atividades de trabalho Íris pouco me contou a não ser referir atividades "de escritório". Ela não fez graduação.

[173] Em um dia dos trânsitos acompanhados de Íris almoçamos numa filial desse restaurante num shopping na zona leste de São Paulo.

de outros tempos, pois um de seus antigos endereços anteriores à Estação Sentinela, o último antes de ali morar aliás, era próximo a esta avenida.

Na nossa primeira conversa a sós, Íris estava num quarto em que não havia sacada[174]. Íris bordava e tinha o costume de ficar nas camas ao lado das janelas. Naquele dia, estava falando baixo porque uma companheira de quarto, Minerva, estava coberta na cama, descansando. Íris reclamava de Olina, outra colega de quarto naquele período. Esta lavava as roupas no banheiro, o que era proibido. O fato de Olina lavar as roupas no banheiro a incomodava porque deste modo restavam pedaços de papel molhado. Papéis secos também eram deixados no chão por Olina sempre que esta os colocava, conforme a mímica de Íris ao apontar para a região da própria virilha, na calcinha.

Sua filha, Carolina, no período com mais ou menos 50 anos, morava na Inglaterra: "Filho não é da gente, eu sempre li psicologia". Íris se casou, aos 30 anos, no fim dos anos 50 com Ugo, que faleceu onze anos depois. Nesse período, ela e Carolina se mudaram da região leste da cidade para uma cidade da região metropolitana de São Paulo com a mãe de Íris, Tília, o pai de Íris, Mileno, e uma das irmãs de Íris, Luzia. Mileno veio a falecer anos depois, num mês de janeiro na década de 80, numa data próxima do falecimento de Elis Regina[175], que Íris também lembrava "[...] perto da Elis Regina. Ele tinha 75 anos". No mês de dezembro do mesmo ano, Tília também faleceu. Depois de do falecimento da mãe de Íris e Luzia, as duas voltaram a morar na zona leste de São Paulo, na casa em que morou com Carolina e Ugo, e Carolina se mudou primeiramente para Espanha e depois para Inglaterra. Quando Luzia faleceu, Íris morou nessa mesma casa por mais cinco anos sozinha.

Depois disso, morou com Carolina na Inglaterra e, por um período também na Espanha, entre 2000 e 2009. Na Inglaterra, Íris morou com sua filha e seu genro, de quem não falava o nome e a quem referiu ter se tornado ciumento. Sua moradia na Espanha por um ano foi em um apartamento, não compreendi se sozinha ou com Carolina e o genro. Íris contou-me que voltou porque tinha saudades do Brasil. Quando retornou, morou num apartamento no bairro dos Jardins. Quando Carolina adoeceu, manter o apartamento foi se tornando difícil e, em 2013, ficou inviável. Após a mudança do apartamento, Íris morou também na casa de uma amiga do clube, no mesmo bairro da casa. Sua chegada à Estação Sentinela foi localizada por ela no ano de 2014, atrelada a um CRAS do centro. Numa parte do período de trabalho de campo, Íris transferia dinheiro à filha por uma agência de câmbio na mesma região da cidade. Segundo ela,

[174]Todas as sacadas da Estação Sentinela ficavam "de fronte", fazendo menção à Iris, ao posto de gasolina; na fachada do prédio a contar de sua porta de entrada. Íris estava num quarto de fundo da Estação Sentinela. Depois desse quarto que Íris foi para o quarto compartilhado no qual estive, no que concerne aos quartos, o maior tempo do período de campo na Estação Sentinela.

[175] Assistimos o filme de Elis Regina no Cine Belas Artes.

a filha tinha sido picada por um escorpião e estava internada em alguma instituição, ao passo que também participava de uma pesquisa farmacêutica[176].

Quando nos conhecemos, a casa de Íris na zona leste da cidade configurava uma residência não habitada. Esses motivos estavam relacionados a impossibilidades várias, inclusive em termos de autonomia, tanto subjetiva como financeira. Carolina via mais como uma questão subjetiva, e Íris mais como uma questão financeira. O fato é que desde seu retorno da Espanha ela não voltou a morar na casa, anunciada numa imobiliária para aluguel. A Casa era a mesma em que morou por um longo período no decorrer de seu curso da vida, no casamento, com sua irmã, Luzia, com Carolina e sozinha.

A reflexão de Rafael Bispo (2016) sobre os sentimentos de solidão e saudade – que escapam comumente de análise sobre afetos nas ciências sociais, as quais priorizam emoções e afetos que abordam diretamente a interação – são importantes para a compreensão de narrativas de Íris no que diz respeito a sua filha Carolina. Também ecoa aqui o que Bruna Bumachar (2016) chamou de *ausências presentes*. A saudade como sentimento e as *ausências presentes* se vinculavam na medida em que os afetos de Íris eram motivos também de segredos. E esses segredos se vinculavam ao cuidado de mantê-los e à solidão. Nas narrativas diárias de Íris na Estação Sentinela estava também sua querida Luzia, irmã com quem Íris morou sozinha por bastante tempo e que havia falecido fazia já tempo. Luzia, que era bióloga e morreu, virgem, de câncer no útero, tinha sido a companhia mais longa de Íris: “acho que ela tinha pena de me deixar”. Foi depois do falecimento de sua irmã que ela foi morar com Carolina.

A abertura da Porteira

Às 08:30 daquela quarta-feira, Íris me ligou, após ter aceitado a sugestão de Clúsia, a psicóloga da Guarida. Me disse que sua casa, segundo a imobiliária e seu antigo vizinho, João, tinha sido “invadida” e Íris me falava que ninguém a ajudava. O então novo assistente social, Ivo, “o gordo”, segundo Íris, disse que eles ligariam às 15:00 da terça. Combinamos de ir na sexta-feira, dia 09.

No meio dessas informações, na busca pela recuperação da propriedade resguardada de uma casa e as tentativas de que fosse alugada, Íris parecia tensa nas dificuldades de conversar com regularidade com Carolina: “Eu precisava saber se ela está numa prisão, eu não sei o que que é”. Dias antes, num domingo, mostrou as cartas que Carolina enviara. As cartas,

[176] O fato de Carolina morar longe e a relação de Íris com ela era um repertório da Corrente de Informações da Estação Sentinela desde falas em termos de compaixão à desconfiança de um desdém por parte “da filha”. A ligação entre elas era enfatizada, durante o campo, por ambas também em torno de que tinham conhecimento de que para algumas e alguns a relação “não era forte”. Elas se protegiam e protegiam uma a outra.

muito carinhosas, estavam cheias de frases exaltando o carinho da filha pela mãe. Entre muita "mamãe muito linda" e "você é meu anjo", Carolina pedia desculpas à Íris, por sua "má administração" e dizia que em breve as coisas melhorariam.

Nos encontramos no Terminal de ônibus mais próximo à Estação Sentinela. Íris estava com uma expressão preocupada olhando o relógio quando cheguei. "Ah, olha ela aí", disse sorrindo ao me ver. Fui tentar carregar o bilhete único enquanto ela aguardava. Meu bilhete único não estava funcionando. Tinha dinheiro para ir e para voltar. Entramos no ônibus. No caminho, João ligou e Íris me passou o telefone. Ele estava um pouco impaciente e disse que o homem que morava ali queria pagar aluguel, que estava sem água e sem luz, que era apenas uma questão de negociar, que tínhamos de ir lá. Esperei ele terminar, mas falei que nós iríamos à delegacia, conforme o pedido de Íris. João respondeu que estava gastando crédito à toa e que desligaria o telefone. Eu agradeci e disse bom dia.

Íris queria que eu fingisse ser advogada. Expliquei que não seria possível e naquele momento minha principal tensão era que ela quisesse que fôssemos sozinhas à casa. Clúsia havia me aconselhado já a não irmos sozinhas. Por uma série de questões relacionadas, mas que se explicitariam posteriormente, eu tinha receio, além de tentar resolver as coisas da casa com ela nervosa, com a situação também. As aflições, entretanto, eram outras. A porteira daquele campo estava aberta desde quarta, mas naquele dia é que seria vivenciada. Parecia que não só as febres e preocupações de Íris iam até a Penha. A minha febre de lidar com as limitações e desconforto de "precisar estudar" aquela história estava alta. Rodava em comum com Íris no rondar suas histórias e lembranças ao tentar acompanhar e ser companhia de seu, naquele perído, presente.

Fomos até o posto policial e lá nos informaram que deveríamos seguir até o Fórum e procurar o setor de pequenas causas. Chegando lá, fomos informadas que o setor referido abriria às 12:30. Eram 11:30. Fomos até o shopping e almoçamos. Na volta, a funcionária nos disse que precisaríamos abrir a solicitação de despejo pela Defensoria Pública. Ligamos e a atendente disse que se "a idosa" não conversasse com ela não poderia agendar atendimento. Íris contava que "se quem estava lá queria pagar aluguel, então porque não tinha ligado para o telefone da placa da imobiliária?". No final da ligação a atendente pediu para falar comigo e quando atendi novamente, disse para eu anotar o dia do agendamento: somente depois de quase dois meses. Depois disso fomos até a Defensoria para tentar ver se havia como alguém nos acompanhar até a casa. Lá fomos informadas que deveríamos ir de segunda a quinta entre 12:30 e 14:30 para conversar, mas que a ação seria possível somente via agendamento mesmo.

Quando saímos da Defensoria, depois de três chamadas não atendidas em meu celular, o de Íris tocou. Era Carolina, sua filha. Elas conversaram um pouco e em seguida Íris me passou o telefone. A voz de Carolina, de quem eu já conhecia a letra pelos cartões e cartas

mostrados por sua mãe, estava calma e parecia querer estar ali. Ela me disse que não dava para ligar sempre, e diante do preço que ela pagava para fazer as ligações internacionais, as chamadas eram quase sempre curtas. Dei meu e-mail para que conversássemos melhor. Me agradeceu e me chamou de “minha linda” assim como sua mãe. Expliquei para ela os trâmites da manhã e meio período da tarde na busca de Íris e justifiquei que não fomos à casa porque eu estava com receio de aparecermos lá sem outras companhias. Ela disse que entendia e falamos um pouco sobre João, o vizinho. Disse à Carolina que na ligação ele estava um pouco ríspido e que talvez agir conforme as opiniões dele pudesse não ser interessante. Nos despedimos. Enquanto Íris se despedia da filha, ela disse para Carolina “está tudo certo. É como um anjo, ela é um anjinho”.

Na volta, pegamos um ônibus até a Luz. Descemos. Passamos pelo Memorial da Resistência, local que tínhamos visitado alguns meses antes. Íris não lembrava que eu tinha ido ao passeio. Foi quando eu disse “Fui sim”. Ela “como eu não lembro? “. Eu respondi: “Não sei, mas eu já estava de olho em você faz tempo”. Passamos pela Duque de Caxias, e fomos no sentido da Estação Sentinela.

Chegamos na esquina da Estação. Íris, feliz, contava a todos que eu tinha ido com ela. Encontramos Clúsia e Jackson no refeitório e resumimos a história. Depois de um café, fomos ao, naquele período, novo quarto de Íris, com sacada. Encontramos Amarílis e Ester. Amarílis estava fazendo uma touca de crochê e pediu que eu me sentasse. Ester estava deitada. Quando eu me despedi se desculpou por estar sempre deitada.

No dia marcado, Íris e eu retornamos à Defensoria. Neste período, pouco foi o contato entre Carolina e Íris. No dia de retorno à Defensoria Íris contou sua história ao estagiário, eram necessárias três testemunhas. No resumo da denúncia havia o termo *invasão*. Fomos orientadas a aguardar as respostas e Íris foi atrás das testemunhas que comprovassem suas idas à residência.

Passado mais um período, algumas das respostas à solicitação de Íris chegaram. Às 13 horas eu e Íris fomos a uma lanchonete em que muitas vezes nos despedimos quando eu saía da Estação Sentinela. Íris estava muito irritada com a “audácia do advogado” que falava sobre ela. Este advogado, também da Defensoria, tinha sua construção de autos (CÔRREA, 1983) em defesa da família que estava morando em sua propriedade na zona leste. Propriedade e sua casa. Sua casa e propriedade. Ocupação. Ocupações. Invasões. Diferença entre ocupações. Era tudo isso que a resposta tinha e atravessava a ambiguidade de tudo ali nos autos e fora, assim como na minha sensação ao ouvir Íris também aquele dia e posteriormente.

O processo da família que ocupava a casa, naquele período, há dois anos tinha sido aberto após Íris abrir um processo na Defensoria Pública para, em sua narrativa, a retirada de invasores de sua casa. Na resposta, cujos trechos trago aqui, o termo utilizado para composição

da fábula trazia como objeto de preservação a casa e seu bom uso. Junto dos termos imóvel abandonado, lia-se “moradores de rua” e “usuários a de drogas” num documento da defensoria pública relacionado a uma propriedade tanto ocupada quanto desocupada pela proprietária por pessoas em situação de rua.

> Ora Vossa Excelência, o imóvel estava abandonado por anos, estava sendo usado por moradores de rua e usuários de drogas, hoje o imóvel está sendo habitado por uma família de seis membros, tendo uma das filhas por ser especial, conforme laudo médico, correndo o risco de ser despejados do imóvel a qualquer momento, conforme fls.35/36, onde estava abandonada pela requerente por anos (Trecho do processo de reintegração de posse de Íris)

É interessante notar também a falta de interesse de agir em detrimento de perspectivas que dinamizem possibilidades e formas de ação. Mas mais do que isso, como ir morar fora do Brasil numa capital como Londres configurava perante essa fábula - e o que Londres também localizava em imaginários – uma condição de vida prescrita em que se anulava a falta de recursos que Íris, apenas com sua aposentadoria, tinha em manter uma propriedade.

> PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR
>
> Pode se nota que a requerente abandonou o imóvel por longos anos, deixado assim a deterioração do tempo, deixando claro que quando voltou de Londres o imovel não continha condições de moradia, ademais socorreu se a filha, para pagamento de aluguel e não na reforma da residência.
>
> Assim, abandonou o imóvel por longos anos, onde o imóvel estava aberto, com muito lixo, ou seja, não eram cumpridos as obrigações e manutenção do referido imovel.
>
> Assim pede a presente seja acolhida, declarando extinta a presente ação pela falta de interesse de agir, e sujeito a autora aos ônus da sucumbência (Trecho do processo de reintegração de posse de Íris)

Dito de outro modo, esse processo, junto de outras dinâmicas na Estação Sentinela no que diz respeito a ter condições precárias ou não aumentaram o escopo para esta pesquisa sobre os processos e trânsitos dos interlocutores em instituições. Somadas às instituições pelas quais estes e suas redes passaram ou passavam no período de pesquisa de campo – como instituições psiquiátricas, prisões, centros de acolhida, não só relacionadas a cuidado e controle prescritos – a Defensoria Pública tomava um espaço maior nesta discussão porque contava sobre o que e de quem se reclamava e vice-versa, sendo possível pensarmos nas declamações públicas sobre velhice, moradia, situação de rua, arranjos familiares e direitos. Estes processos trazem as vertentes que são produzidas pelo e com o Estado articuladas e podem trazer uma perspectiva relacional do campo Gênero e Estado a partir de diretrizes também geracionais.

Aliados aos programas e políticas sociais que tomam como objeto a população em situação de rua e envelhecida, a complexidade de disputas nas fábulas (CÔRREA, 1983) e hierarquias de direitos e prioridades é posta sob tensão: “mudanças nos modos de governar não são processos lineares, mas complexos e ambivalentes, e envolvem constantes disputas entre

gestores, operadores e o público-alvo sobre os objetivos, conteúdos e significados das políticas sociais" (SORJ, 2016, p. 110).

Após alguns meses de pesquisa de campo, ao ler o processo de uma família que ocupava uma casa vazia há doze anos, algumas impressões sobre a pesquisa num centro de acolhida como também sobre moradias e processos no Estado passava a ser mais nítida. A população em situação de rua também era lida no processo com as palavras-chave "moradores de rua" e vinculada a "drogas" quando não envolvia "família". Simultaneamente, o processo beirava distinções que os próprios habitantes num centro de acolhida faziam a respeito de si com relação a "moradores de rua", além de "usuários de drogas". A situação de rua de outrem narrada na Estação Sentinela estava atravessada nela e no processo da casa de Íris. Além disso, o que circulava nestes episódios e cenas transitava por emoções que estariam em outros episódios com outras duas interlocutoras.

Passado o dia dessa resposta, cuja parte dos trechos eu trouxe a esse texto, Íris continuou a tentar a reintegração de posse por meio da Defensoria Pública. Não houve mais necessidade de testemunhos, todos eles feitos na entrada do processo, e nem mais necessidade de idas nossas à Defensoria ou à casa. Ir à casa já tinha ficado para trás, assim como os testemunhos. Aquele agora era esperar o processo. E um dia, ainda naquele ano, a reintegração de posse foi deferida. Antes de saber do deferimento, informado a mim por email por Carolina, Íris havia há um tempo se mudado da Estação Sentinela. Em um dos cadernos de campo antes de sua mudança e antes do deferimento, em outras palavras, enquanto o processo corria, foram escritas, sob duas datas seguidas, uma instrução a mim mesma e uma frase de Íris para mim no dia seguinte.

A frase, tanto dita por ela a mim, quanto anotada por mim, constava no dia seguinte ao envio de um email: "eu preciso de alguém, mas não pode ser você, já sei disso". Como comentei acima, das três testemunhas que eram necessárias, Íris conseguiu juntar pessoas que conheciam a casa, pessoas que não conheci. Se de algum modo, meus receios frente a irmos à casa sozinhas e diante da tentativa de arranjarmos companhia para irmos lá não ter dado certo, à época, eu já sabia que não queria testemunhar contra a saída de pessoas que eu não conhecia de uma propriedade. Mesmo não sendo uma propriedade exatamente nos termos que até então eu, à distância, pensava em ocupação de imóveis desocupados. Mesmo sendo de Íris, de quem eu já gostava muito. Mesmo Íris não sendo uma empresária ou proprietária de vários imóveis, como o imaginário que eu tinha até conhecê-la. Ao pensar em imóveis ocupados, eu não quis testemunhar por não termos ido à casa e nem conversado com quem ali morou.

Mesmo sentindo irritação ao ler a resposta do advogado também da Defensoria Pública à solicitação de Íris e o modo que sua necessidade, singularidade e direito à sua casa

foram desfeitos por ele, eu ainda compreendia que não testemunhei porque não tinha ido à casa e ela tinha (e teve) outras testemunhas que conheciam a casa. Mas eu sentia culpa de forma afetiva, pelo fato de entender que agi em companhia dela de vários modos, a não ser o testemunho. Essa frase de Íris, dita a mim, posteriormente me pareceu como algo que ela compreendia mais do que eu, mas ainda assim, desde então não tinha certeza quanto ao que ela pensava disso. E esse temor dela ter ficado chateada se misturava a culpa de uma companhia não integral de minha parte.

Num caderno anotei o email que devia enviar à Carolina. Na anotação, as palavras "família" e "senhor" foram seguidas de um risco em cima e abaixo, que permaneceu sem risco, a frase "um morador da casa de vocês foi à Estação Sentinela. Ela não desceu e pediu para você ligar para ela". Esses riscos me fizeram posteriormente problematizar a noção relacionada à família, uma família que eu também não conhecia, envolvida no meu não-testemunho de uma ocupação e como falar em família na casa delas era algo que entendia não ser possível de sentido para as mesmas; como se fossem palavras que eu não devia escrever para elas e sobre aquela situação. A meu ver, o meu não testemunhar, que não anulava meu querer que ela tivesse sua casa de volta, o fosse para aluguel, fosse da maneira que queria e podia, me deixava com receios também em como falar sobre as pessoas que estavam na casa de Íris de modo que não parecesse que eu estava a favor ou contra algo. A palavra família mostrava também a ideia de família atravessava todo o processo e seus envolvidos; tinha receio de pronunciar a elas e mais que isso pensei nela e por isso escrevi. Família estava, portanto, fora e dentro do processo judicial, mas também entre as minhas decisões. Ideia e noção permeável, tal qual usada pelo defensor em favor da permanência da família na residência, a qual não testeminhei contra, e da família de Íris, a qual eu queria muito bem, mas não testemunhei a favor.

Cheguei naquele dia, antes de escrever a autoinstrução, na Estação Sentinela depois do "homem" ter ido embora dali. Não soube seu nome e penso que Íris também não, que o chamou assim. Por isso o email para Carolina, pensado como necessário por mim no momento da escrita da autoinstrução e depois de ter conversado com Clúsia. Íris e Carolina tiveram bastante receio, assim como eu. Isso não anulava a decisão, mesmo que sob companhia de culpa por não ter testemunhado. Mas assim como Íris foi orientada a não ir à casa e esperar a decisão por meio da Defensoria, me causou desconforto o fato dele tentar conversar com ela pessoalmente na Estação Sentinela com o processo já em andamento. Me incomodei de forma "distante" e "próxima". Por ser Íris. Por ser uma proprietária precária. Por quem eu já tinha carinho e, naquele período, preocupação. Por quem entre vários sentimentos e sensações eu também sentia culpa, não no ato de não testemunhar, mas por não ter testemunhado.

Antes da notícia do deferimento, e após esses dois dias trazidos por meio do diário de campo, ninguém mais ligado à casa foi à procura de Íris. Porém uma outra novidade foi contada a mim sob sigilo, como tudo desde então. Íris se mudou da Estação Sentinela. Fiz a mudança com ela para um flat na zona norte da cidade sob as orientações de Carolina. Entre algumas lembranças desse dia, guardo o taxi chamado por Carolina e a alegria de Íris. Lembro dela se despedindo, das ajudas com as malas. Íris tinha cortado o cabelo. Das suas fotos. De uma nossa também, enquanto ela tomava cerveja e eu uma coca num boteco perto do metrô. Me recordo, uns dias depois, do seu "guarda-roupa", não mais referido como "armário", já arrumado.

Quando retornei à Estação Sentinela após o dia da sua mudança, já estava orientada por ela a não dizer para onde tinha ido. Assim o fiz, para quem perguntou, como Amarílis. Com receios em ambos os sentidos, falei para Amarílis que quando a encontrasse passava algum recado que ela quisesse para Íris. Amarílis ficou quieta e perguntei se ela queria que eu dissesse à Íris que ela havia perguntado por ela. Ela disse que sim. Clúsia também ficou chateada, a meu ver, em não saber mais sobre Íris e não me dizia, mas sabia que eu tinha notícias. Carolina não escreveu mais a ela e algum tempo depois não escreveria mais a mim também.

Visitei Íris por mais algumas vezes. Uma das vezes que marcamos fiquei gripada e não fui visitá-la. Comuniquei a ela e Carolina. Depois disso, Carolina me escreveu contando sobre um deslocamento de Íris; ela ia até a cidade da região metropolitana de São Paulo em que morou encontrar com advogados para a questão do processo. Depois disso encontraria amigas da ONG. Escreveu então que depois de alguns dias poderíamos nos ver. Entrei em contato com Íris na data que Carolina disse que ela voltaria. Íris ia viajar de novo e voltaria depois de outros dias. Carolina também escreveu contando isso. Respondi para Carolina dizendo que aguardaria, comentei sobre o cancelamento que precisei fazer, anterior às viagens de Íris, e que, como ela estava com dificuldades de ouvir, conforme me contou, poderia acopanhá-la ao médico. Não tive resposta de Carolina e quando conversei com Íris no seu retorno minha visita não era mais uma possibilidade. Perguntei se estava tudo bem, o que estava acontecendo e ela disse que estava difícil de falar. Na conversa ela comentou sobre não estar mais na Estação Sentinela. A "pesquisa", sobre algo que pouco falávamos desde seu início tinha tido, na minha segunda visita a ela, um questionamento por sua parte, pois ela não estava mais na Estação Sentinela. Disse a ela que seria bacana continuarmos em torno de sua trajetória. Na ligação, entretanto, o fato dela não estar mais na Estação Sentinela aparecia de novo de forma repetida e me disse que não sabia se poderíamos nos ver na semana seguinte. Escrevi para Carolina dizendo que gostaria de continuar encontrando Íris "por vários motivos". Em separado escrevi "no que tange à

pesquisa” para contar que seria muito bom fazer entrevistas ainda porque era sobre “histórias de vida”. Perguntava se precisavam de algo no e-mail e mais uma vez perguntei se havia acontecido algo. Reiterei que não passava informações de Íris para ninguém da Estação. Não tive resposta de Carolina. Escrevi depois de uma semana, pedindo “desculpa pela insistência”, “mas que estava receosa de ter desagradado ambas de algum modo e ou que Íris não estivesse bem”.

Há um trecho em um caderno na data desse último e-mail enviado à Carolina, que foi feito depois de ter ligado à Íris: “Chorei no telefone. Íris disse que ficava preocupada em me ver triste e que não era nada comigo. Não consegui parar de chorar e a mistura era tristeza e receio, afinal Carolina não havia respondido meus dois últimos e-mails. O que me doía era ver a desconfiança que observava direcionada agora para mim”.

Os e-mails de Carolina desde 2016 tinhiam realmente cessado. Não tive mais resposta e não havia mais também o que e a que eu respondesse. Alguns dias depois, estimo uns vinte, entrei em contato com Íris e pedi desculpas por ter chorado ao telefone. Me desculpei também por ter ligado novamente, mas que estava tentando compreender. Essa conversa foi curta e é dessa forma que lembro dos pedidos de desculpa e do receio de ligar novamente diante do que não estava sendo dito em palavras, mas que eu precisava escutar para aceitar. Não me lembro de como nos despedimos na ligação exatamente após a despedida que tais minutos davam forma e comunicado. Perguntei se ela estava querendo dizer que não poderíamos mais nos falar. Ela disse “acho que sim, benzinho”.

Amarílis

“ - Você sempre foi mais calada?
-Agora eu to meio burocochô.
- Faz tempo que você tá burocochô?
- Faz. Desde que eu fui para a rua fiquei assim”
- Conversa com Amarílis.

Seu pseudônimo foi escolhido mediante os comentários de outras habitantes da Estação Sentinela sobre Amarílis: “nunca saía do quarto”, “só dormia” e ou “ficava deitada na cama”. Íris, que gostava muito de Amarílis e vice-versa, dizia que ela era suave. Como as características de uma flor cuja algumas narrativas informam que fica bem em ambientes fechados, esse nome pareceu carregar sentido. Amarílis tinha 65 anos quando nos conhecemos e morava na Estação Sentinela desde 2011, quando estava perto de completar sessenta anos: “a mudança foi boa porque rua não é vida”. Não teve filhos: “eu nunca quis”. Amarílis era de poucas palavras. Muitas vezes ficávamos juntas e ela não falava. Me olhava sem graça, ria. Eu também. Depois falávamos um pouco e algumas vezes estivemos ambas sem falar também. Apenas quando Amarílis saiu da Estação Sentinela vim a saber que ela gostava do sabonete Dove. Além desse gosto, olfato e singularidade, essa saída de Amarílis da Estação Sentinela apresentaria muitas questões no itinerário dela e de seu corpo, assim como de nossa interlocução. Pouco tempo antes de nos conhecermos, antes de sua saída da Estação e ainda no primeiro ano de campo, passou a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Quando conversamos sobre sua quietude e eu perguntei se ela sempre foi mais calada, Amarílis diferenciou calada e burocochô. Naquele dia ela estava com dor e era em torno disso o burocochô, mas não só aquele agora existia, como ela mesmo disse.

Amarílis nasceu em São Paulo, no início da década de 1950, e foi criada pela avó no Piauí até os sete anos: “só eu”. No retorno de sua avó para São Paulo, para fazer tratamento médico de câncer no útero, as duas passaram a morar com Cravina, a “outra mãe” de Amarílis e filha de sua avó: “eu não sabia que tinha outra mãe. Quando eu fiquei sabendo levei aquele susto. Nunca me dei com essa minha mãe”. Morou então com todos da família até os dezessete anos e nessa idade foi morar com o tio.

Mais tarde se casou com Roberto, de quem ela contou em distintos períodos, mas só depois de um tempo de encontros nossos. Ficaram dez anos casados. “Foi bom. Ele tinha problemas nos nervos. Problema seríssimo. Ele disse que a psicóloga falou pra ele que ele não deveria ter se casado”. Roberto tinha, conforme me contou, esquizofrenia. Amarílis não sabia se ele estava vivo, pois desde a separação não o viu mais. Por vezes também contava como foi difícil se separar. Amarílis trabalhou numa loja de calçados, na zona leste da cidade por quase dez anos,

e ali também morou. “Saí com uma mão na frente e outra atrás” me contou após o “desentendimento” com o “filho do patrão”. Ele tinha usado o banheiro nu na frente dela. Antes de ingressar na Estação Sentinela “ficou”, como me falou, por dez anos na rua. Da saída do trabalho e moradia, Amarílis me contou que foi para a casa de sua mãe em Mauá. Ficou uns dias lá e tinha a intenção de ir para Santos. Em Santos, ela recordava ter ficado em um albergue por uma semana. Lá estava um namorado, Cristiano, com quem começou a se relacionar mais ou menos um ano depois de ter se separado de Roberto. Cristiano, quem ela já conhecia “quando mocinha” foi “a maior paixão. Quando nos reencontramos eu já estava com quarenta e sete anos”. Depois do albergue em Santos, “fiquei na rua. Não tinha para onde ir”. Havia vezes que me falava de Cristiano e ela juntos nesse período em São Paulo e em outros não. Estiveram juntos em situação de rua, no início de seu período “na rua”, mas depois se separaram. Amarílis tinha um boneco desde essa época: “eu achei ele”. O primeiro “barraco de madeira” que recordou era perto da Praça da Sé: “acho que achei no barraco quando eu morei”. Amarílis também contava do seu “carrinho”, porque “nele não mexiam”. Quando me contou sobre o barraco e o carrinho, perguntei para ela se mexiam, se a polícia ou prefeitura tiravam suas coisas e ela me disse que “a polícia nunca pegou suas coisas, mas que esse negócio era da cidade e que, por isso, ela andava com o carrinho. No carrinho, não mexiam”. Amarílis contava sobre suas estratégias de deixar parte das coisas no “barraco” e outra parte no “carrinho” conforme o rapa, “da cidade”, hoje reconfigurado como “zeladoria urbana”, não como parte da polícia, mas da dinâmica que ela conhecia como pertencente à cidade e que envolvia uma prática da prefeitura. Lembrava do que vivenciou das e nas “políticas urbanas” (Frangella, 2005).

No período, entre os locais que “morou”, também seus termos, o último foi próximo à Avenida Tiradentes, em frente ao Arquivo Público, onde me levou. Havia muitas diferenças entre as e os acolhidos a contar da experiência longeva de “situação de rua” ou não. Amarílis, embora não saísse muito e nem gostasse de sair, conhecia muito bem o centro de São Paulo. Através das opiniões e solidariedade de Amarílis sobre a recepção de pessoas *até pouco tempo na rua* eu passava a ter atenção também aos passados e históricos de quem chegava na Estação Sentinela. Ter ficado ou não na rua compunha pontos de distinção entre os “idosos” e “idosas” nas narrativas dos habitantes da Estação Sentinela. A memória de Amarílis em torno do “a pé” era fortíssima e se confrontava com seus receios de transporte coletivo. Dizia não saber andar de condução. Foi, posteriormente, ao andarmos juntas em algumas conduções que comecei a conhecer parte de sua família.

Sobre suas relações na Estação Sentinela, as poucas palavras e Amarílis eram vinculadas também a “ser difícil de confiar”. Dizia conversar somente o necessário. Amarílis me contava, às vezes, sobre seus sonhos, mas com mais frequência me contava se tinha sonhado ou

não. Um dos sonhos que tenho anotado era na fábrica de calçado: "ontem mesmo eu sonhei que eu tava trabalhando na fábrica. Eu tava fazendo calçado. Nós tava comendo. Tinha criança. No dia que mudamos de quarto eu sonhei também. A dona da fábrica tava brava. Geralmente quando eu sonho é mudança". Registrei num dos cadernos de campo de 2017 a seguinte frase: "Eu não sonhei. Eu acordei e vi um homem ao lado da Guida[177]. Fiquei pensando 'será que é o marido dela? Tava olhando para ela? Porque ele faleceu'... Faz dezessete anos que ela perdeu o marido".

Apesar de Clúsia ter me dito que Amarílis tomava, há anos, uma medicação injetável, relacionada a um diagnóstico psiquiátrico e que a deixava mais tranquila, não perguntei a ela nada sobre esse medicamento. Quando conversávamos sobre sua saúde, eram outras questões do corpo que me referia com mais frequência, como dor na região inferior da barriga. A única família que encontrei fisicamente, assim como visitei, foi a de Amarílis. A seguir, me atenho a dois encontros de um conjunto de encontros com a família de Amarílis

O caminho de Canindé

Naquele dia 01, Amarílis e eu havíamos combinado encontro às 14:00. Ela me levaria na última praça que morou antes de ir para Itapecerica, no primeiro abrigo que ficou antes de chegar à Estação Sentinela. Naquele dia Amarílis falou um pouco mais do que da primeira vez. Tivemos nossa primeira conversa gravada.

Na chegada ao ponto de encontro havia um menino que pedia dinheiro e Amarílis não parecia se incomodar, como Íris se incomodava, ao andar pelos entornos da Estação Sentinela. No caminho para a praça, ao passarmos pelo Largo do Coração de Jesus, perto da Estação Tiradentes, vimos uma mulher dançando e outra gritando para ela: "ô véia, é por isso que eu não fumo crack".

Passamos pela Alameda Dino Bueno. Muitas barracas, Guarda Civil Municipal e andarilhos em meio a restaurantes frequentados por trabalhadores de escritórios da região da Luz, bem como funcionários da Porto Seguro. Assim era a paisagem até chegarmos na Rua Três

[177] Guida, durante a etnografia, conversou bastante comigo sobre a pesquisa, de distintas formas. Guida e Íris tinham conflitos que ultrapassaram o período que partilharam quarto. Me contava sobre as interlocutoras, gostava de me passar informações sobre a Estação Sentinela, mas nunca quis conversar sobre sua trajetória. Guida se apresentou a primeira vez a mim, quando chegou à Estação, como participante de uma pesquisa de gerontologia e que "estava ali para observar". Junquilho participava também de uma pesquisa da área de gerontologia na Guarida Damaris. Guida e Íris, quando partilhavam o quarto, tinham desentendimentos. Entre alguns, Íris reclamava que Guida a chamou de "velha", enquanto Guida coetaneamente disse que ela não era "filha de Íris" para ela "falar alto" com. Guida e os "bichos"na Estação Sentinela, de quem era muito afeiçoada, também eram narrados por Íris: "Só fala dos bichos. Enerva uma coisa dessas". Guida era também uma das habitantes que falava muito sobre as plantas na Estação Sentinela e que as aguava.

Rios. No meio de muitos comércios, Amarílis apontava para frente, onde havia uma placa sinalizando a direção para o bairro Canindé, que fica entre Bom Retiro e Pari.

Íamos no sentido de um bazar que ela costumava frequentar. Bazar que não vendia só roupas, mas também quadros, móveis e utensílios domésticos, o que a princípio me causou certo incômodo em comprar algo. Vi um quadro de uma senhora sentada numa cadeira. Amarílis viu que eu gostei e falou: "você que gosta de senhoras". Essa fala não só me deixou mais à vontade para comprar como me deu mais vontade, era uma lembrança deste dia. Amarílis comprou uma peça de roupa e eu dei outra de presente para ela. Comprei também para Íris o livro "Fernão Capelo Gaivota". Ainda assim, falar de casa era difícil. No meio dos comércios do bairro que estávamos, ali podia ser ou não um retiro para Amarílis em distintos momentos da vida. O comerciante, de quem ela comprava linha para fazer e vender encomendas, como para Líria, disse que ela estava sumida e ela parecia à vontade em passear ali, um caminho para Canindé e para outros lugares bairros de São Paulo durante alguns anos. Amarílis morou ao lado do Arquivo Histórico de São Paulo sozinha, mas as vezes falava também da companhia de Cristiano, ali.

O bairro Canindé era uma direção das memórias e trajetos feitos por Amarílis, contabilizada como uma pessoa em situação de rua em anos anteriores. Sua visão em torno de quem já esteve na rua em outro momento se tornaria posteriormente um dos marcadores de investigação na Estação Sentinela. Os silêncios de Amarílis no dia do Caminho no Canindé estavam menores. Amarílis escutava muito bem e observava muitas diferenças entre as e os habitantes da Estação Sentinela. A solidariedade e alteridade, ali, pelas formulações de Amarílis indicaram a importância das experiências anteriores de quem ali, no período da pesquisa de campo, morava, por períodos distintos, ou passava, também por tempos variados.

Algumas semanas depois que fomos ao bazar, Amarílis me pediu para ir junto dela à casa de sua irmã, Piá. Combinamos a data. Nos encontramos no Terminal de Ônibus, perto da Estação Sentinela. Pegamos um ônibus até o Terminal Parque Dom Pedro, onde Amarílis lembrava que havia uma linha de ônibus para a cidade, na região metropolitana de São Paulo. Quando perguntamos, nos disseram que precisávamos pegar um ônibus para o Terminal Sacomã e lá um ônibus intermunicipal. Assim foi feito. Chegando na cidade, caminhamos até o Terminal Municipal. Lá pegamos o ônibus que Amarílis lembrava de pegar quando ia.

> A linha Jangada realmente ainda existia. Amarílis parecia um pouco nervosa e pediu para que eu falasse com a cobradora. Perguntei para ela qual a referência e ela me disse que não sabia. A cobradora ouviu e perguntou para ela onde ela ia. Amarílis comentou sobre uma praça. A cobradora falou que agora existe linha Jangada I e Jangada II. Nesse momento, a cobradora parecia assustada pelo fato de Amarílis andar

> sozinha e começou a perguntar “para onde a senhora que ir?” “Você não lembra onde tem de ir?” “Não pode andar sozinha”. Amarílis não sabia o que dizer e parecia constrangida. Numa fala irritada, disse à cobradora que ela sabia onde ir, só não lembrava e que ela não estava sozinha, eu estava com ela e ela não estava desnorteada. A cobradora perguntou se eu era parente, falei que não. Quando falei para Amarílis que não havia problema, que a gente falaria com Clúsia e voltaríamos outro dia, uma moça no banco de trás, curiosa, parecia ter percebido que Amarílis recebia *cuidados terceirizados, que estava acolhida em alguma instituição.* Perguntou “então ah, você trabalha no lugar” ... respondi que não, que eu era amiga. No fim, eu pedi pra cobradora que nos deixasse ir ao ponto final e voltar no mesmo ônibus. Voltamos conversando e a cobradora se justificou que ficou preocupada com ela porque tem muita senhora que sai sem saber para onde vai. Eu falei que tudo bem. Amarílis só ouviu e não respondeu nada. Não conversamos sobre isso. Na chegada ao terminal, comemos um salgado cada uma e ela fez questão de pagar. Agradeci, mas disse que eu tinha levado dinheiro para comermos. Ela falou “não imagina, você veio até aqui comigo”. Aquela fala me lembrou acompanhamentos que os idosos e as idosas fazem entre si e que se não envolvem dinheiro, envolvem almoço, sorvete e café.
> O *em vão* parecia incomodar Amarílis que se desculpou muitas vezes. Perda de tempo e vão pareciam se misturar aos favores trocados com expectativas da própria Amarílis (Diário de Campo, 2017).

Algumas semanas depois fomos novamente para tal cidade. Desta vez, Piá, nos esperava junto de seu filho, Jonas, no ponto de ônibus. Jonas tinha Síndrome de Down. Almoçamos na casa deles. Expliquei à Piá sobre a pesquisa e aos poucos ela conversava com Amarílis como apresentando também a mim sua versão da história de sua irmã, e, como ela disse, “da história da família”. A última vez que Amarílis tinha ido lá teria sido há mais de dezessete anos, depois de outros tantos sem contato com a família. Na última vez na casa da família, conforme as memórias de Piá e alguns acenos de afirmação de Amarílis, ela tinha uma galinha e um galo e ficou trancada três dias no quarto. Chamaram a polícia para a retirarem de lá. Algumas informações não me pareciam explícitas, mas não conseguia perguntar. Esse dia eu assisti a um encontro que depois aumentou com a chegada do irmão das duas, Jorge. Amarílis e Jorge tinham se visto pela última vez nesta mesma aparição que Piá referia, a mesma também que Amarílis referiu antes de ir para Santos.

A seguir atenho ao primeiro reencontro com Piá, e o encontro com Cravina e Helicônia, a mãe e outra irmã de Amarílis. Esse reencontro e encontro marcaria também a transferência de Amarílis para a Guarida Acidália (conforme capítulo 5).

Conta e Carcaça

Feita na Santa Casa, a cirurgia, marcada para o início do mês, já dava outro nome às dores de Amarílis na região baixa da barriga. Não sabia o horário da visita quando cheguei, soube que era às 14:00. Ao pegar a etiqueta de visitante, perguntei se poderia ficar até as 15:00, quando a visita findava, e na recepção da internação fui informada sobre o máximo de três visitantes. Se uma quarta pessoa chegasse, alguém precisaria descer.

Ao subir dois andares do hospital, antes de entrar do *leito* informado, vi Amarílis na cama do meio no lado esquerdo da sala. Havia seis camas ocupadas por seis mulheres. Uma auxiliar de enfermagem pedia para Amarílis ficar com um dos dois braços, que estavam com roxo, para cima; para que não perdessem novamente o *acesso*. Tive certa dificuldade em beijá-la pela altura da cama. Consegui. Nos olhamos e eu entreguei um chocolate Laka a ela. Não sabia se gostava e nem se podia comer. Ela sorriu. Colocamos em sua cama. Me agradeceu pela visita. Perguntei da dor. Ainda estava forte. Perguntou se eu queria ver a cicatriz. Seu abdómen estava com pontos em linha reta e vertical. Perguntei até que dia ela achava que ia ficar lá. Me disse que lá só podia ficar dois dias e que não sabia se iriam buscá-la. Disse que se precisasse eu a levava para a Estação. Antes de conversarmos mais, chegaram duas senhoras com os mesmos olhos de Amarílis. Enquanto elas se cumprimentavam, a de cabelos pretos e Chanel, perguntou se eu era a Natalia. Respondi que sim e perguntei se ela era a Helicônia. Ela disse que sim, e que Piá, que eu já conhecia, falou que eu devia estar no quarto quando, ao pegarem suas etiquetas, a recepcionista informou que apenas duas das três poderiam subir.

Dei um beijo em Cravina, a mãe delas, e disse que desceria para Piá poder subir. Elas disseram que não era necessário e disse que ficaria mais uns quinze minutos então. Nos apresentamos e enquanto conversávamos, Amarílis pediu que eu guardasse o chocolate no móvel ao lado de sua cama. Nesse tempo também foi entregue uma bandeja com chá e bolachas. Perguntamos se ela queria comer e ela disse que ainda não. Disse também que logo iria tomar banho e que ainda não podia colocar a cinta que havia comprado com uma monitora da Estação Sentinela que a acompanhou no dia anterior àquele e à operação.

Me despedi de Amarílis, Cravina e Helicônia. Ao chegar no térreo, Piá estava com Luna, uma colega de quarto de Amarílis que estava apressada em vê-la. Tínhamos nos visto apenas uma vez na penúltima visita que fiz a Amarílis no quarto da Estação Sentinela. Luna parecia não recordar. Brava que “duas estavam lá”, Luna estava incomodada por não poder subir. Piá disse que ela podia subir pois eram permitidas três pessoas. Ela subiu e conversei com Piá sobre Amarílis. Ela, a irmã e a mãe tinham-na visitado no domingo anterior. Pouco tempo depois, as três visitantes desceram e conversei um pouco com elas enquanto Piá subiu. Como

eu queria falar com a enfermeira para deixar meu número, caso fosse preciso levar Amarlis no dia seguinte, subi de novo. Lá deixei meu número com a enfermeira responsável. Ela perguntou o que eu era de Amarílis: disse que amiga e perguntei se foi deixado um número lá no momento da internação. Ela disse que não sabia. Disse que a paciente não tinha celular e perguntei se eu podia deixar meu número por garantia para levá-la à Estação Sentinela após a alta, se necessário. Deixei o número e retornei para o quarto. Piá falava que aquele agora era momento de "tomar conta da carcaça". Me disse: "Não é? A gente vive e uma hora precisa cuidar da carcaça". A hora do cuidar da carcaça referenciada por Piá como período de tratamento de saúde de Amarílis circunscreveria também carcaças de tempo e relações.

Soubemos que o relógio marcava 15:00 pelo aviso da enfermeira de que a visita havia acabado. Nos despedimos de Amarílis. Desci com Piá e como soube que elas voltariam de trem porque já tinham vindo da cidade – região metropolitana de São Paulo - em que Piá reside de Uber. No térreo disse *à família de Amarílis* que as acompanharia até o metrô Santa Cecília.

Tiramos algumas fotos no muro da Santa Casa e nos despedimos na porta do metrô. Helicônia e Cravina falavam bastante sobre Amarílis e disse que *diferente de Camélia, Amarílis sempre sumiu.* Helicônia disse que não conseguiu cuidar de Amarílis porque cuidava de Cravina, sua mãe, e de Camélia, sua irmã caçula "não é porque eu não quis, você entende? É muito difícil", ela me disse. Enquanto me contavam histórias de Amarílis, a partir de também encontros com ela, interrompi apenas para dizer que eu entendia, pessoalmente e pela pesquisa, que não dava para separar as coisas daquele modo; que eu não "julgava"[178] o fato de Amarílis não morar com elas.

Compreendo a fala de Helicônia como chave para duas questões. A primeira ao caráter da família multigeracional em processo de envelhecimento e sua posição como pivô nesta relação. Por *Geração Pivô,* Alda Brito da Motta (2010; 2012) se refere, em suma, a pessoas idosas que têm papel central na família, ajudando tanto os mais velhos quanto os mais novos. A autora define geração pivô como aquela "constituída pelos filhos dos mais idosos na maturidade ou envelhecendo (MOTTA, 2010, p. 438)[179] e, conforme referido anteriormente - no capítulo 4 -, "de definição relacional e de situação"(BRITTO DA MOTTA, 2012, p. 5).

[178] Penso que utilizei esse termo pela não pureza dessa questão, e por como eu ouvia e lia os comentários sobre família ao longo da etnografia por parte de técnicos da rede socioassistencial, interlocutores ou não. O termo talvez mais dissesse sobre o problema que eu via e valorava em atitudes que presenciei como julgamentos. Posteriormente a 2019, essa expressão mostrou-se como atualizada, praticante e praticada, por equipe técnica em dois equipamentos públicos pelos quais Amarílis esteve após o fim do período de campo, um CAE e uma ILPI.

[179] A autora destaca que "até mesmo para as gerações idosas o tempo de formação foi e está sendo cada vez mais diversificado, assim como as vivências e a própria extensão do percurso de vida já vencido. O que as pesquisas atuais começam a levantar e precisam aprofundar. Revelar o jogo desigual das relações entre as gerações, tanto em sua trajetória social como na pessoal, cotidiana, e incluir aquelas pouco

Amarílis foi a interlocutora desta pesquisa que esteve em situação de rua não vinculada, direta e ou institucionalmente, à rede socioassistencial paulistana. Somente aos cinquenta e nove anos foi para um abrigo. Teve anos de não contato com as irmãs e mãe desde que se casou pela primeira vez. A narrativa de Piá e Helicônia era a de que Amarílis tinha o mesmo "problema" que Camélia, a caçula das quatro irmãs, diagnosticada, segundo elas, com esquizofrenia. Como escrevi anteriormente, eu nunca acessei os prontuários da Estação Sentinela, onde conheci Amarílis, porque nunca tive permissão. Sobre as questões relacionadas a diagnósticos soube por falas, conforme as conversas e ou com o aparecimento de questões de saúde que no período de nossa convivência eram partilhadas. Entretanto, Clúsia, psicóloga da instituição durante boa parte da etnografia, me contara há muito que Amarílis tomava uma medicação que eu sabia ser utilizada para este diagnóstico. A fala de Clúsia era a de que Amarílis dormia muito e ficava mais calada com esse remédio e era o modo de não ter muito agito. Isso me fazia recordar do sono intenso de Amarílis, assim como o sono intenso em outra pessoa, não habitante da Estação Sentinela, sob efeito dessa medicação. Um episódio naquela instituição sobre "confusão e alucinação" de Amarílis na Estação Sentinela fora citado certa vez por Clúsia. Para ela Amarílis só ficava sem estes episódios com ajuda da medicação. Compreendo que Clúsia também referia o lado ruim de não agito, uma quietude intensa; como algo que a injeção não balanceava; uma gangorra parecia estar ali.

Trago essa questão, porque considero que na trajetória familiar de Amarílis, que eu tive acesso, o diagnóstico é uma questão central numa abordagem frente ao tema cuidado entre essas mulheres, e frente às narrativas da trajetória de Amarílis. Esse primeiro diagnóstico nunca me fora relatado por ela e nunca perguntei. Portanto, o que trago aqui se refere aos modos distintivos de encontro e desencontro familiar acessados, por um lado a partir de Amarílis, e por outro por elas, já vinculado à relação de cuidado, amalgamado a caracterizações como *difícil* e *não abandono*.

Enquanto Amarílis não demonstrava uma queixa referente a não morar desde os dezessete anos com sua família, e não ter voltado a morar, na narrativa dela, como morou com a avó e com os tios, essa desvinculação parecia ser anterior. Piá lembrava do casamento de Amarílis e de que o convívio antes do casamento não era tão frequente entre Amarílis, ela e suas irmãs.

Depois da separação, Amarílis ficou anos sem ver a família. Se viram uma vez, quando Amarílis levou também Maricota e Galeto, a galinha e o galo que referi anteriormente.

---

estudadas, como algumas intermediárias (pivôs) e as "finais" (centenários), para completar o cenário social e particularmente o desse fenômeno único da contemporaneidade, a família multigeracional" (MOTTA, 2010, p. 438).

Cerca de dezoito anos depois, conforme me contaram, a família foi contatada pela equipe da Estação Sentinela. Desde então passaram a visitar Amarílis neste CAEI e, após sua transferência, na Guarida Acidália, posterior à cirurgia na Santa Casa. As visitas de Piá e Cravina a Amarílis tinham como marcador, a meu ver, a questão da saúde física dela e do tratamento médico que recebeu por conta disso, e não com referência ao seu primeiro diagnóstico, o diagnóstico mais conhecido pelas irmãs. Um diagnóstico combinado a outro sugere que, ver Amarílis naquele período com a saúde mais em risco trouxe, num mesmo tempo, às suas irmãs e mãe uma apreensão que não se referia somente a aquele presente acompanhado ou não, mas à trajetória dela. É nessa chave que compreendo a fala de Helicônia ao se justificar que não era por falta de vontade que Amarílis não morava com ela. Em meio à trajetória de Amarílis e dessa relação familiar, o rito de passagem dela parecia estar circunscrito no seu adoecimento e à sua transferência para um hospital. Outra questão que considero atravessar esse assunto é a própria entrada de Amarílis no CAEI. Diferentemente de outras trajetórias, em que a entrada a uma instituição marca um distanciamento de uma casa, a mesma entrada Amarílis cessou o período de situação de rua e suscitou uma aproximação entre ela e suas irmãs e mãe.

Num espiralado, quatro envelhecimentos se amalgamaram entre Amarílis, Piá, Cravínia e Helicônia. Aqui considero que o envelhecer se dá "como processo relacional que se dá em temporalidades distintas: como memória e como projetos construídos no tempo presente" (LINS DE BARROS, 2011, p. 54). Os "índices em comum" (BOSI, 2003) de memória nesse caso também se misturaram pelas trajetórias de cada em torno também de um trajeto das relações entre elas. Destarte, a memória fora suscitada pelo evento específico da visita à Amarílis, seu adoecimento, minha presença ali: as lembranças, não prontas, "foram "reconstituídas" (LINS DE BARROS, 2011, p. 55) em resposta a aquele momento. E neste momento operavam encontros de temporalidades.

Amanda

"[...]Depressão de pobre é frescura. E estresse de pobre passa com algum bom tanque para lavar. Com dinheiro não fico depressiva"
- Amanda

"Eu sou católica, mas eu sou espírita"
-Amanda

O nome Amanda foi escolhido para esta interlocutora por significar "amada". Nas nossas primeiras conversas, Amanda me disse que "nunca tinha sido amada realmente por

alguém". A conheci na Guarida Damaris e quem nos apresentou foi Sofia. Amanda nasceu na primeira metade da década de 1950. Estava procurando emprego. Tinha trabalhado como cuidadora, costureira, cabelereira e como pesquisadora, como no Datafolha. Tinha, à época, asma e tomava diversos remédios relacionados a depressão crônica, síndrome do pânico e crises de ansiedade, tal como me relatou. "Se não puder comprar, vai de" fazia referência a substituições que Amanda fazia quando não conseguia comprar os remédios ou obtê-los pelo SUS. Ela era católica, mas também espírita. Gostava muito de música e uma vez me narrou sua sensação por meio de uma "É como diz aquela música. Sou velha demais para ser jovem e sou jovem demais para ser velha"[180]. Em torno de música contou também de Jorge Vercilo – "Eu amo".

Sua epígrafe sobre depressão e seu diagnóstico atravessado por desigualdades se relacionavam também com a sua orientação generificada em torno do envelhecimento. Mais de uma vez Amanda referia maior dificuldade de mulheres no envelhecer; com isso ela tecia também reflexões em torno de gerações: "mulheres, façam seu pé de meia antes da menopausa porque quem fez antes, fez...depois é humilhada, espezinhada, obrigada a receber ordens". Amanda vinculava essas situações à pobreza vivida depois de anos de trabalho, em muitas áreas, sem registro e sem aposentadoria. Era em torno de mulheres com tais condições durante o curso da vida que ela referia o pé de meia. Do mesmo modo que a epígrafe da pobreza e saúde mental me foi dita com raiva, o descompasso entre seu curso de trabalho e sua não renda era narrado com raiva por Amanda.

Quando nos conhecemos, estava sem ainda poder dar entrada, mediante à idade, ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)[181]. Ao nos conhecermos, estava procurando emprego. Tinha duas filhas e um filho, e estava na rede socioassistencial desde os sessenta anos. No primeiro dia de conversa, Amanda começou sua história pelo casamento. Amanda referiu o divórcio como libertação de agressões físicas. Se separou em 1980. Relembrou ter sido estuprada em 1981 pelo ex-marido, Ancelmo, num momento também da gravidez da terceira filha, Suzana. Ancelmo foi condenado, após sua denúncia, a uma pena de dois anos em prisão domiciliar: "só porque ele era meu marido". Ela contou que já tinha tentado suicídio e ficou internada em uma Instituição não informada.

As narrativas recordadas por Amanda eram também de agressões físicas por parte do filho. Ela tinha um processo aberto na Defensoria Pública para poder voltar à sua residência. Conforme sua narrativa, Michel passou a casa para o pastor da Igreja de que faz parte: "ele foi

[180] Música Aquela dos 30, de Sandy.
[181] O Benefício de Prestação Continuada é disponibilizado a partir de 65 anos mediante avaliação da assistência social.

excluído da família por conta do que fez comigo". Após ser retirada de sua casa pelo filho, foi morar numa cidade no interior paulista e recebeu ajuda do irmão para pagar um aluguel. Quando o irmão não pôde mais ajudá-la, conseguiu uma vaga em um CAEI em São Paulo. Amanda falava com suas filhas e não conversava com seu filho nesse período. Sobre Suzana, Amanda havia me contado que ela era a filha caçula, que tinha lúpus e que às vezes a recebia em sua casa. Também falava sobre Lilian, que era a filha mais velha. Tinha grande mágoa por "não ser amada pelas filhas". Amanda tomava uma grande quantidade de medicação: "com tanta preocupação você tem insônia e toma sonífero".

A interlocução com Amanda na pesquisa abriu caminhos para pensar nos trânsitos e inaugurou muitas indagações e desafios em torno das relações e interlocuções que eu poderia estabelecer na pesquias e das emoções que as atravessavam. Meu contato com Amanda foi motivo de conselhos, por parte de Clúsia, desde que contei a ela que a havia conhecido na Guarida Damaris, visto que Amanda não estava na Estação Sentinela quando a conheci. Clúsia se preocupou e me pediu que eu tomasse cuidado para "evitar problemas".

Amanda tinha um histórico de trânsitos contínuos pela rede socioassistencial e algumas acusações de agressão. Clúsia me contou que sua família não queria ficar com ela e que havia um processo do Ministério Público contra suas filhas, por "abandono". Assim como as agressões pelas quais era acusada, essa informação não me foi contada por ela. As narrativas de Amanda e sobre ela faziam eco para a *solidão judicializada* referida por Carlos Eugênio Soares de Lemos (2007; 2010) ao tratar do papel da "criminalização do abandono para a resolução de situações em que pessoas idosas se encontram sem transferência de apoio em casa, hospitais e asilos" (LEMOS, 2010, p. 29). Os conflitos familiares nos quais Amanda estava inserida colocavam à frente a discussão entre família, Estado, instituições e velhice e agregavam outras reflexões em torno da legislação das relações entre entes familiares, como Lemos propõe. O tema de institucionalização é "antigo" no Código Penal brasileiro que, em 1941, prescrevia multa e detenção aos filhos que não dessem abrigo aos pais: "os ascendentes entravam apenas lateralmente, visto que o foco da legislação estava centrado nas obrigações do cidadão para com a sua família nuclear e não para com a família de origem" (LEMOS, 2007, p. 30). Amanda, na rede socioassistencial, transitou pelas hierarquias dos CAEIs emaranhados aos *direitos perante a idade*. De CAEI para CAE e de CAE para CA.

Canindé é perto demais

Alguns dias depois de Amanda me escrever perguntando se em casa havia sacada, ela me ligou preocupada com suas plantas. Tinha sido expulsa da Guarida Damaris (CAEI) e queria deixar as plantas comigo. Como estava em Campinas, combinei com Amanda que ligaria

para ela dois dias depois, ao retornar. Falei para ela tentar deixar as plantas com Joana, moradora da mesma instituição da qual Amanda por vezes me falava, enquanto isso. Nesse período, nas tentativas falar com Amanda, o celular não era atendido. Quando finalmente atendeu, Amanda já estava num centro de acolhida especial para mulheres (CAE) e depois não consegui mais falar com ela por seu telefone.

Passados alguns dias, liguei no CAE e Amanda tinha sido transferida para outro centro de acolhida, não especial, CA. Entrei em contato e soube que seu celular tinha sido roubado. Para falar com ela, entretanto, eu deveria esperar o retorno da assistência social. Esse telefonema, que não aconteceu, me fez ligar de novo e, em uma surpresa, soube que Amanda tinha sido enviada para o terceiro centro de acolhida, em todas as suas diferenciações conforme a rede socioassistencial paulistana, em dez dias mais ou menos. Consegui o número do novo centro de acolhida (CA) em que ela estava após ligar duas vezes. Quando liguei, deixei recado para ela. O retorno não aconteceu e o recado também não. Algum tempo passou.

Eu já estava pensando em pedir que Clúsia ou Ivo, psicóloga e assistente social respectivamente da Estação Sentinela naquele momento, entrassem em contato, visto que Amanda permaneceu por três meses lá antes de ir para a Guarida Damaris. No dia em que faria isso, a sala não era desocupada e deixei para falar na próxima ida. Na sexta daquela mesma semana, no fim do dia, após mais ou menos um mês procurando Amanda, meu celular tocou e era o número dela. Perguntei se ela recebeu o recado. Ela disse que não. Isso pouco importava também. Finalmente, nos falamos. Era o que eu pensava.

Combinamos encontro na sua nova morada, no bairro onde Amarílis me guiou em nosso primeiro passeio: o Canindé. Na portaria do Riachão, equipamento socioassistencial em que ela naquele momento estava, a fila era de mulheres e homens mais jovens do que costumava ver na Estação Sentinela. Entrei e disse que iria visitar uma senhora, Amanda. Um dos três funcionários na portaria, cheia de pranchetas com horários de chegadas dos albergados, me perguntou se eu era parente. Titubeando, falei que sim. Perguntei onde era o o CAE que Amanda havia me dito estar e com o caminho indicado, cheguei até lá ajudada por uma moça que estava grávida.

Quando perguntei por Amanda, um funcionário falou que não havia ninguém com esse nome. Vi duas senhoras com cadeiras de rodas, perguntei se era uma ILPI. Um outro funcionário falou que sim. E o que ajudava o senhor me disse *"deve ser em outro pavilhão*". Liguei para Amanda e nos encontramos quase na porta, ela havia ido me esperar lá. Nos abraçamos, entreguei um vaso e fomos ao seu local de descanso: o banco mais escondido no pátio. Amanda me falou que ali era bonito, mas que "tinha pavilhão que nem cadeia". Me contava sobre uma mulher que estava implicando com ela.

> Quando sentamos passamos por um senhor num banco que ouvia rádio. A música que tocava era *Casinha Branca*. Impossível não pensar na ironia daquele momento e o contraponto inclusive com minha situação, o cansaço emocional que chegava em vinte minutos em comparação ao das pessoas ali. As frases inusitadas dos muros, algumas com a palavra resistência, não tiravam a imagem ruim que eu tinha daquele lugar por si. Fiquei pensando nisso enquanto Amanda ia pegar a pasta com documentos das queixas na defensoria em torno da sua retirada de casa por parte de seu filho, e os boletins de ocorrência que já abriu contra ele. Como a música Casinha branca elucidava meu desconforto. Este vinha já no caminho anterior ao Canindé, ainda na Rua Três Rios por ir com Amarílis a um bazar que além de roupas vendia móveis e artigos de decoração. Como a palavra casa e tudo o que esta significava era tão desconfortável e como minha culpa em não falar da minha não era suficiente. O que aquelas pessoas no Canindé, pela fala de Amanda em torno de 1000, tinham em comum, apesar de tantas diferenças, as unia de uma forma que era um desconforto constante em minha pesquisa (Diário de Campo, 2017)[182]

O desconforto desse domingo, dia desta visita, só tendia a aumentar. Amanda estava triste porque ali era longe de tudo, do que ela conhecia na cidade, do posto de saúde que frequentava e por estar sem suas coisas. Suas coisas estavam na Guarida Damaris ainda e ela não sabia se na verdade já tinham sido remexidas. Diferente de lá, as coisas permitidas para guardar eram em menor quantidade e ali os armários não eram confiáveis como na Guarida Damaris, conforme Amanda contou. Pegando os papéis na pasta, ela me mostrava, em seus termos, declarações de pobreza junto de três carteirinhas de centros de acolhida. Junto do assunto me falava que precisava conhecer seu amigo, ex-jogador do Santos.

Junto do boletim de ocorrência contra a agressão cometida por seu filho em 2015 havia uma declaração de Amanda à Defensoria Pública. Em suma, pelos tantos documentos, o que consegui compreender naquele dia é que Amanda abriu naquele ano um mandato de reintegração de posse. No processo constava que seu filho tinha dado uma falsa procuração em seu nome ao pastor da Igreja do filho. No B.O mostrado, entretanto, havia relatos de agressão da mãe sobre o filho. As agressões que eram relatadas pelo filho no documento datado em 2011 não eram citadas por Amanda. A agressão que ela relatou teria acontecido a partir de uma fase

[182] A autoria da música *Casinha Branca*, de 1979, é de Gilson Vieira da Silva e Joran: Eu tenho andado tão sozinho/Ultimamente/Que nem vejo à minha frente/Nada que me dê prazer/Sinto cada vez mais longe/A felicidade/Vendo em minha mocidade/Tanto sonho perecer/Eu queria ter na vida Simplesmente/Um lugar de mato verde/Pra plantar e pra colher/Ter uma casinha branca/De varanda/Um quintal e uma janela/Para ver o sol nascer/Às vezes saio a caminhar/Pela cidade/À procura de amizades/Vou seguindo a multidão/Mas eu me retraio olhando/Em cada rosto/Cada um tem seu mistério/Seu sofrer, sua ilusão/Eu queria ter na vida simplesmente/Um lugar de mato verde/Pra plantar e pra colher/Ter uma casinha branca de varanda/Um quintal e uma janela/Para ver o sol nascer.

longa de brigas que teria surgido com esse B.O. A entrada com processo contra sua retirada da casa, pela defensoria, era de 2016. Na pasta de documentos havia um conjunto de e-mails de assistentes sociais e psicólogos encaminhando o caso de Amanda uns aos outros e solicitando ajuda psicológica desde 2016 também.

> Enquanto Amanda me falava que não tinha toalha e a única calça que tinha além da que vestia não estava servindo, cometi alguns "erros" que seriam reparados mais tarde. Amanda, muito preocupada com suas coisas, dizia que iria vendê-las pelo menos para arrumar um dinheiro. Como tratar das coisas de Amanda? Como oferecer ajuda sem me enrolar com a pesquisa e confundir-me com assistente social? Essas perguntas não me eram pertinentes naquele momento e acabei fazendo o incomum na narrativa de ajuda e limites que Ivo, o assistente social da Estação Sentinela, uma vez me atentou[183]. Ofereci espaço para Amanda guardar duas caixas em casa. Mais tarde, quando soube que eram muitas malas além das caixas e isso não seria suficiente, Amanda me falou que a assistente social do Riachão já havia contatado seu irmão e que a tentativa seria de aluguel de um quarto. Clúsia já havia me atentado que em centros de acolhida para idosos Amanda não seria mais aceita, devido aos episódios de briga e agressão que cometeu: permutas não seriam mais possíveis. Na Estação Sentinela Amanda havia socado, nas falas de Clúsia, o rosto de Dora. No CAEI Damaris, havia aberto um B.O contra a agressão de Elza, que havia colocado um sapato em sua xícara e batido em seu rosto. E na Morada Recanto dos Pássaros Amanda se desentendeu com o diretor.
>
> Continuamos conversando sobre as medidas e a sequência de esperas que Amanda precisava ter em mente para sair do Canindé. Não importava mais a guarda ou não das coisas de Amanda em minha casa. O que importava era como mostrar e dizer, não a ela, mas a mim mesma, que certas questões não poderiam ser realizadas por mim por interferirem em meu trabalho. Isso eu também só consegui perceber mais tarde,

[183] Numa conversa com Ivo, quando ele substituiu Maria Inez na Estação Sentinela, por vezes, eu frisava que não era assistente social, como que percebendo a técnica que Ivo queria que eu seguisse, desde sua chegada, na minha relação com habitantes da Estação Sentinela. Ele notou que eu percebi, e me dizia que para a pesquisa também deveria haver limites por minha parte, inclusive para me preservar, mas penso que também para não haver nenhuma confusão a mais entre "meus papéis ali, mas "todos os papéis", inclusive de "Ivo", a meu ver. Isso tinha, e não tinha, a ver exclusivamente com a preocupação de Ivo. A bronca pelas doações, por parte de Jeferson, e da equipe de monitores que contou sobre as doações também diziam sobre eu não poder atrapalhar a dinâmica da Estação Sentinela. Ao mesmo tempo, a visita à Amarílis na Guarida Acidália, quando se tornou um recado em torno de questões "técnicas",não foi ouvido ou dialogado por Ivo. Quando perguntei sobre uma quantia de dinheiro que Amarílis pediu que eu dissesse que estava numa de suas malas, que ficariam guardadas na Estação Sentinela, confirmou que estavam guardadas suas coisas, mas que não foi encontrada quantia de dinheiro. Ivo não quis mais conversar comigo sobre isso. Eu recuei e passei a informação a Amarílis. Ela disse então que não tinha como me dar certeza se tal valor estava nas malas ou no armário. O que consegui fazer foi repassar as perguntas de Amarílis a Ivo e de Ivo a Amarílis. Perguntei se ela queria que eu falasse com ele de novo ou se queria ligar para a Estação Sentinela, e ela disse não às duas coisas. Penso também que as preocupações de Íris, após sua mudança, para que eu não passasse informação alguma a ninguém da Estação Sentinela era também uma vinculação e desvinculação difícil entre mim e a equipe, no que concernia ao que fizemos juntas em algum de seus trajetos.

> infelizmente. Pelo que eu havia entendido, ela estava sem contato com a família. Nesse sentido, em meio das reclamações e choros, me ofereci para passar seu telefone novo às suas duas filhas. Ela me deu o telefone do irmão também. Depois, conversando, entendi que a assistente social do Canindé estava em contato com seu irmão. Receosa, algumas questões já estavam me deixando mais aflita. Na hora de irmos embora, contei para Amanda que na entrada me perguntaram se eu era sua parente e, por medo de não poder entrar, falei que sim. Desse modo, por ser depois das 16:00 e fechamento do horário de retorno de acolhidos registrados como de pernoite, chegando na portaria Amanda disse a um funcionário que ia deixar a sobrinha no ponto.
>
> No ponto de ônibus, seu celular tocou. Amanda começou a conversar com sua filha mais velha, conforme me contou, Lilian. Não prestei atenção de início, talvez numa cautela de privacidade à Amanda. Depois a narrativa me entristeceu pois ela contava à filha o que me contou e o que vi no dia. Contou sobre o lugar e que estava sem toalhas e calças suficientes. Em seguida, falou que 'A Natalia, estudante de sociologia na Unicamp, estava lá e levaria pra ela a toalha e a calça'. Em seguida, me espantei. Amanda falou para Lilian que a Natalia inclusive queria conhecê-la. Em um momento de silêncio, foi possível perceber uma pergunta do outro lado da linha – "por que?" – e então Amanda disse que era porque eu queria saber por que ela não a visitava. Nesse momento, interferi e falei meio alto, para que talvez Lilian ouvisse, que eu não queria conhecê-la, que meu trabalho era com Amanda e pedi para que ela não falasse isso. Acho que Lilian não ouviu devido a próxima pausa na fala de Amanda e em seguida a resposta: "Não, ela mora numa quitinete com o namorado". Nesse momento, fiquei super constrangida. Será que Amanda falou isso para justificar a não morada ou foi um jeito de encerrar o assunto com Lilian? Não perguntei sobre isso, mas perguntei o que sua filha falou para ela ter respondido tão brava no final da ligação. Amanda me contou o que eu imaginei que a filha tivesse falado: "se ela tem dó, leva pra casa" (Diário de Campo, 2017)

Esse longo trecho de diário de campo tem como intuito abordar as relações afetivas que foram construídas em campo com Amanda e, mais que isso, como algumas noções de exploração por minha parte passaram pela minha experiência no dia de visita ao Canindé de maneira mais incisiva, mas que perpassava as relações de interlocução partilhada. A primeira porteira de ajuda de campo, com Íris nas idas à defensoria e contato com sua filha por conta da casa que estava ocupada, e até a ida para a cidade em que residia Piá, irmã de Amarílis, foram trânsitos, múltiplos, de interlocução partilhada mais tranquilos se postos em contraponto a esse dia em que as coisas, em algumas perspectivas, podem ter saído dos eixos.

Existiam alguns temas que pareciam ser mais caros na pesquisa – nos enredos narrados, nas relações em campo e nas minhas sensações. Mesmo que o campo fosse um centro de acolhida para idosos (CAEI), conhecer Canindé me fez ver algumas diferenças significativas entre os CAEI em contraponto a outras especificidades que não etárias. É justamente nisso que

um CAEI também se fazia eficaz na busca de Amanda por outro: não se tratava de uma especificidade etária apenas. Amanda me relatava ausência de possibilidades no Riachão em contraponto às possíveis presenças de serviços em centros de acolhida para idosos. Suas coisas não podiam ser guardadas lá na quantidade permitida por estes; o uso de drogas por outros grupos, comumente mais jovens, a incomodava, ela estava com problemas de sociabilidade no quarto, seus modos para o mundo e organização eram mais contestados nesse espaço.

Algumas das informações sobre e com Amanda começaram a ser reformuladas por outras interlocuções na Estação Sentinela. Acredito que algumas questões não tenham sumido, mas, de todo modo, a diferença que neste período via com tanta força, a partir de casa, passou a se transformar na etnografia e nas conversas. Descobrir algumas partes das histórias de outros interlocutores permitiu que o termo casa pelo menos começasse a ser compreendido em outras possibilidades através de referências e associações. Deste modo, *morar*, *não poder morar*, *não querer morar*, *morar onde considera casa*, *morar onde não considera casa* e ou *não estar em casa, mas ser melhor que a rua* passaram a ser percebidos também como diferenciações em torno dos CAEI e dos CAE. Todas essas possibilidades estavam juntas na reunião de trajetórias na Estação Sentinela.

Se insatisfações em torno de não possuir uma casa própria também se diferenciavam, as próprias noções de casa também eram diferentes entre interlocutores da pesquisa. Mais do que construir uma noção de CAEI e de casa, a interlocução a descontruiu e a diversificou. Se não é e nem era possível afirmar que os centros de acolhida são e eram casas, a contar dos significados de ambos para os interlocutores, não era a definição rígida de ambos que me mostravam indefinições, mas suas conexões e liminares, a partir também de, cotidiano, privacidade e companhia dentre outros. Entre a rua e a casa que podiam configurar pontas e meio das tramas dos interlocutores, esse espaço podia ser liminar, podia trazer lembranças e resquícios dos dois espaços e tempos, mas não significava que o fizesse. O valor de uma casa, e o que ela agrega de valor, é muito variável entre os interlocutores da pesquisa a partir de suas trajetórias. O não consenso em torno de casa foi uma escuta necessária que as trajetórias com as quais a pesquisa teve contato trouxeram. Talvez a dificuldade de analisar esteja fortemente no que é difícil desconstruir emoção. Como refere Roberto Da Matta (1987) “a “casa” e a “rua” não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo, *entidades morais* (DA MATTA, 1987, p. 15).

Encontrei Amanda posteriormente no Riachão. Depois também tive algumas conversas com a Assistente social do CAE no Riachão que me contou que Amanda foi transferida do Canindé para um CA na zona leste de São Paulo. Nesse CA eu não a visitei. Enquanto estávamos combinando minha ida, não consegui mais falar com ela pelo seu celular e quando

entrei em contato com a instituição soube que Amanda não estava mais lá; a saída tinha sido "espontânea", termo que, durante o acompanhamento na pesquisa de campo, não configurava nem transferência, às vezes chamada também de permuta, nem desligamento do CA. Saída espontânea, no nome, sugeria que Amanda saiu sem ter sido expulsa ou transferida, mas não contava os motivos.

Brígida

"Aperta aqui ó, vê se já tá mole como aquela periquita"
-Brígida

A música *Dentro de Mim mora um anjo*[184] foi cantada a mim por Brígida, lançadora de *Veia arada,* pois quem que alastrou a semente potente de *veiarada,* em diferentes ocasiões. Se "como a boca pintada" traz a visualidade de seus batons e como a partir deles, ela falava e era falada, "ninguém sabe nada de mim" me traz a lembrança de quando ela cantou essa música duas vezes; em uma tarde que íamos conversar, mas ela teve que sair, e em outra em que ela se dizia irritada com "os outros" na Estação Sentinela. Apesar de Brígida me dizer, enquanto me mostrava fotos, "eu não apareço. Eu sou sempre a cortina do espetáculo da vida", penso que, assim como eu, outras pessoas, ao conviverem com ela, possam compreender essa frase em torno da recusa a uma rigidez nos modos de ser e querer ser vista. Assim era o compasso de Brígida.

O nome de Brígida foi escolhido pela sua noção de força perante a vida e pelo modo como era narrada na corrente de informações da Estação Sentinela a partir das ideias de força e de exageros. Brígida faz referência também a esse campo de forças e às suas respostas. Um dos dias em que Brígida me disse "aperta aqui ó, vê se já tá mole como aquela periquita", ela me apontava seu muque e apertei. "Aquela periquita" era apontada por Brígida, com os olhos, em direção a uma mulher, considerada por ela como uma senhora, que não sei se ela conhecia. Eu não a conhecia. Estávamos no bar, na calçada da Estação.

Brígida, como nome associado a carregar pesos pesados, se combinava a como ela apontava seu muque e membros rígidos, assim como me falava de seu corpo produzido pela sua profissão de circense. Com memórias também de contorcionismos e malabarismos, seus encontros com um de seus filhos tinham muitas estratégias, assim como um emprego de

[184] "Quem me vê assim cantando/ Não sabe nada de mim/ Dentro de mim mora um anjo/ Que tem a boca pintada [...]" - Sueli Correa Costa e Antonio Carlos Ferreira De Brito

cuidadora remunerada de uma "senhora", como chamava, e que possibilitava, em futuro próximo e desejo, sua mudança da Estação Sentinela e o não retorno à casa de onde saíra. Era esse duplo movimento, saída e não retorno, que contemplava em grande medida suas falas para mim. Junto dessas, a convivência na Estação Sentinela era contada também por ela.

Brígida nasceu na zona leste da cidade de São Paulo no fim dos anos 1940. Referiu certa vez ter morado um período em Minas Gerais, na cidade em que seus pais nasceram. Tinha três filhos, Berto, Murilo e Danilo. Eles e o pai dos três, Blando, marido falecido de Brígida, tinham, como ela referia, nanismo. Uma das passagens pelo sistema prisional paulista contadas por Brígida era a de Murilo, por "agredir" a mãe. Era constante a referência à Lei Maria da Penha quando Brígida contava o porquê não voltava a morar com o filho. Murilo era músico. E os três filhos, foram artistas e trabalharam no circo com Brígida e o marido. Contava-me que os três filhos atuaram também em filmes pornô.

Brígida havia ficado na Guarida Damaris, CAEI, por suas contas, mais ou menos quatro meses e, quando conversamos pela primeira vez, estava na Estação Sentinela há mais ou menos quatro. Ao falar da sua vinda da Guarida Damaris para a Estação, disse que "era moeda de troca".

As narrativas de Brígida se deram fortemente também em torno dos arranjos de família e judicialização de relações sociais (DEBERT; GREGORI, 2008)[185], das noções de violência e da ideia de vítimas perante o Estado (SARTI, 2011)[186]. Esta relação era tramada também, em

[185] O uso da expressão *judicialização das relações sociais*, conforme as autoras, "busca contemplar a crescente invasão do direito na organização da vida social. Nas sociedades ocidentais contemporâneas, essa espécie de capilarização do direito não se limita à esfera propriamente política, mas tem alcançado a regulação da sociabilidade e das práticas sociais em esferas tidas, tradicionalmente como de natureza estritamente privada, como são os casos das relações de gênero e o tratamento dado às crianças pelos pais ou aos pais pelos filhos adultos" (DEBERT; GREGORI, 2008, p. 165-166). O último tratamento citado, "dado aos pais pelos filhos adultos" foi abordado com ênfase por Carlos Eugênio de Lemos (2007; 2010) por meio de relações entre abandono, família, criminalização e velhice e analisado a partir da expressão, entre outras proposições do autor, *Solidão Judicializada*.

[186] Cynthia Sarti (2011), ao chamar a atenção para as demandas políticas de grupos específicos no que concerne a *vítimas potenciais*, enfatizou que "O impacto dos movimentos sociais de cunho identitário repercutiu nas esferas do Direito e da Saúde que se articulam no processo de produção da vítima, fazendo com que o reconhecimento de um ato como violência e a atenção na área da saúde que daí decorre pressuponham a construção prévia de determinados grupos sociais, recortados por gênero e idade, como vulneráveis à violência, portanto como vítimas potenciais e detentores do direito a uma assistência específica, delimitando, assim, a abrangência do atendimento. A contrapartida dessa definição da violência – e da assistência que lhe é devida – é a desconsideração dessa vulnerabilidade em outros grupos sociais, quando não reconhecidos previamente como passíveis de sofrer atos violentos" (SARTI, 2011, p. 51-52). Sarti, em um dos apontamentos nessa discussão, atenta que "Ser vítima não corresponde a um lugar fixo e, pelo caráter mutante da violência, seu lugar, assim como o do agressor, se desloca entre distintos sujeitos" (SARTI, 2011, p. 58).

amplitudes maiores, à "pauta de reivindicações sociais por direitos, lidos especialmente na chave dos direitos humanos, sua tradução em termos morais" (RIFIOTIS, 2015, p. 261).

Quando nos conhecemos, Murilo estava preso, conforme me contou Brígida, em Franco da Rocha. Era muito em torno dessa prisão e dos comentários sobre o filho tê-la agredido que Brígida dizia ser mais difícil conversar com outros habitantes da Estação: "pessoa curiar para maldar eu não aceito. Então, eu evito". Após a agressão, uma bengalada, Brígida me contou que ele foi preso e ela, após vinte e oito pontos na cabeça, ficou em um abrigo também na zona leste. De lá não "podia ir mais para casa, apenas com a policial". Me dizia que as perdas eram difíceis e que "não gostava de sonhar com seus filhos". O filho caçula, Danilo, era narrado como alguém de "espírito velho" e tinha falecido de infarto aos 28 anos. Já Berto, o filho mais velho, me foi contado por sua mãe como "resumo da ópera". Ele tinha trabalhado como barman e acompanhante na região central da cidade e também já tinha falecido.

"Eles são livres enquanto estão aqui dentro. Depois, eu não sei", foi uma frase que Brígida disse ao mostrar-me a sua região abdominal, mostrando estrias e dizendo que nas gestações não usou cinta. Brígida também referia algum desagrado pelas noras: "o meu mal é ser verdadeira demais, o deles é as mulheres escolhidas".

Brígida ao referir choro, cantou um trecho da música "Quando eu te vi chorando"[187] que "às vezes, a menina dos olhos da gente precisa, às vezes, fazer xixi". Ao falar de Murilo algum tempo depois, e de seu conflito com Maysa, outra habitante da Estação Sentinela, Brígida dizia que o filho de Maysa era bandido, mas o dela, "estava solto e já ia gravar CD". Brígida também comentava que "seu filho fazia programa de TV".

Entre as personagens da marcação de horário na Estufa, nada coadjuvantes foram Brígida e Íris. Íris se incomodava quando, enquanto conversávamos, algumas pessoas chegavam, mas principalmente Brígida. Brígida, por sinal, gostava de ir conversar comigo lá enquanto eu conversava com Íris, mas não gostava que Íris assim o fizesse. "Tô falando, menina do céu", ela me disse ao dizer que Íris tinha ciúme e que ela tinha que entender que eu falava com outras pessoas. Íris há pouco tinha passado pela estufa e me dado bom dia. Brígida então falou alto "Nossa já essa hora?! Linguaruda."

Nesse dia, Brígida me contava com entusiasmo e receio sobre sua ida ao teatro com um habitante "novo" na Estação Sentinela. "A peça, não entendemos, mas nos entendemos

[187] Composição de Zeca Pagodinho e Arlindo Cruz. Brígida cantou uma parte da canção: "Quando te vi chorando/Eu não gostei/Mas, não sorri/Eu respeitei/Vi teus olhos transbordando/Quando passei, mas ninguém te amou/Só eu te amei [...]".

bem". Com o rádio da cozinha ligado, enquanto Brígida me contava, estava tocando a música "Teatro dos Vampiros"[188]. Brígida deixava toda a sua narração oculta enquanto me falava sobre como foi o encontro. Não usava a expressão "ele", nem dava nome ao "novo morador". No suspense daquele dia havia também um recado para mim: "nem pergunte quem". "Segurava a minha mão". "Fazia carinho". Contou que, na peça, "adolescentes falaram: 'ó o casalzinho'". "Tirou a barba". Perguntei se ela havia pedido. "Não", respondeu. E continuou: "falei 'que pena'". Perguntei se ela estava contente com o encontro e ida ao teatro. Me disse que "não sabia o que estava por trás daquela cortina" e que procuraria "não se envolver muito nas loucuras dele". Me disse também que "ele mesmo falou 'toma cuidado'". Contou que à noite, quando saíram do teatro, "ele" falou: "agora tô até com frio". "Falei 'que pena né? Você é muito grande, não dá para te esquentar inteiro'".

Ao me perguntar se eu havia gostado da novidade e ouvir minha resposta, Brígida disse: "Essa é minha vida de artista", rindo, mas voltou ao tema principal. "Tem hora que some, que não dá notícia... se eu tinha dezessete anos, agora tenho quinze". Ao me falar sobre paixão, disse que isso "sentimentalmente podia afetá-la muito". Falou, a contar de seu signo, que "quando queria, queria". "Só não gosto de desfeita". Da paixão que a preocupava ela também falava de outras sensações e emoções relacionadas à "não desfeita".

"Casei com anão e tive três filhos...pra você ver que eu sou preconceituosa". "Nem sucesso tinha acontecido, caramba". "Anão, feio e pobre". "Já falo mesmo porque os três acham que nada teria acontecido se eu não tivesse casado com um anão". Brígida se referia aos três filhos, que, de distintas maneiras, se incomodavam, conforme narrava, com o tamanho de seus corpos.

Brígida voltou à noite anterior: "me chamou de durinha e eu falei 'que pena que aí embaixo tá tudo durinho'". Alguns conflitos entre Íris e Brígida suscitaram observações de algumas questões relacionadas aos modelos de velhice e moralidades. No que concerne ao gênero, Brígida, nos horizontes de observação na Estação Sentinela esteve muito ligada a noções informadas de autonomia e relação com a vizinhança da Estação Sentinela. Além disso, assuntos relacionados à sexualidade, corpo e envelhecimento surgiam muitas vezes ao comentarem sobre ela, e começaram a ter espaço na pesquisa a partir de suas histórias e conflitos.

Brígida, na *corrente de informações* da Estação Sentinela, aparecia a partir daquilo que na análise de Flavia de Mattos Motta (2017) é denominado como "aparência faceira"[189].

[188] Canção conhecida com a banda Legião Urbana. Composição de Eduardo Dutra Villa Lobos, Marcelo Augusto Bonfa e Renato Russo.

[189] Flavia de Mattos Motta (2017), ao ter trabalhado com feminilidade em modelos de velhice, a contar de sua interlocução com mulheres mais velhas, acionou a aparência vaidosa e sedutora e destacou a "aparência faceira": "a aparência faceira dessas mulheres fala-nos especialmente de feminilidade. São

Sobre a sedução, Brígida também gostava de me contar e, em narrativas provocativas, também comunicava a outrem: “As novinhas tão fazendo o que?” era uma frase que ela dizia ao reclamar dos comentários sobre suas saídas e permanências no bar. Menina era uma forma de dizer que alguém era velha pelo recato; pela suposta não sexualidade e pelos pudores de mulheres mais velhas: “Tinha uma menina aqui, quando eu falo menina você sabe, né?”.

“Vai dar meia hora de bunda ali no fluxo” e “rapaz não, raposa” foram falas de Brígida que escutei e que se avizinhavam a essas relações. Ao ser ofendida, o sexo e o fluxo apareciam como resposta a algo que na Estação Sentinela era ofensa: fosse heterossexual ou homossexual, o sexo acionado por Brígida era uma resposta ao que ela ouvisse quando entendia que os seus não recatos estavam “sob averiguação”. O fluxo, a cracolância, *descer* e *permanecer no fluxo*, embora fosse manejado de distintas formas, para muitas pessoas, soava ofensivo. “Rapaz não, raposa” concernia a uma moralidade em torno das falas sobre ela beber, num ambiente em que se falava mais sobre mulheres que bebiam do que sobre homens que bebiam. Nesse caso, Brígida relacionava gênero e juventude - como meninas estava para velhas, rapazes estava para velhos, ela raposa. Acionava a sua resposta, por meio dessas vinculações, a mulheres serem mais criticadas por beberem mais do que os homens. Quando ouvia o termo “palhaçada” Brígida dava uma volta também ao sentido da palavra e da arte palhaço: “Isso desclassifica o palhaço. Eu fui palhaça e meus filhos também...profissionais”.

Acredito que Brígida notava que eu gostava de algumas de suas respostas, mesmo que eu tentasse disfarçar. “Você queria que sua avó fosse igual eu, né?” foi uma pergunta que ela me fez, e sorria. O que estava em jogo ali é que ela sabia que não tinha uma performance, corporal e gestual, convencional e convencionada ao que ela queria dizer com “avó”, e que tanto eu quanto ela sabíamos disso. Uma vez também, ao sair do bar, ouvi Brígida dizer que eu era psicóloga. No mesmo dia havia me apresentado no bar: “Ó, essa é outra filha”.

Tenho anotado em um dos cadernos de campo num dia 02 de fevereiro: “Brígida foi no exame com Amarílis. Ela disse que não queria conversar. ‘Quer levar boxe também?’ – me disse”. É nesse sentido que o “ninguém sabe nada de mim” de Brígida em períodos de conflitos algumas vezes também a levava para o boxe. Fã de Mike Tyson, Brígida ao mesmo tempo que respondia aos comentários de outras pessoas em torno de grosseria, ironizava também relações com falas sem piada e ou com alguma pitada de pimenta. Leio essa pergunta sobre se eu queria levar uma porrada mais que uma irritação que a atravessava naquele dia, por exemplo, pode ser lida como uma ordem para que eu não insistisse em saber como ela estava, e nem convidá-la

---

roupas, gestos, movimentos, caras e bocas acima de tudo femininos, que podem parecer caricatos por partirem de “velhas” de quem se esperam socialmente um comportamento mais neutro e assexuado” (MOTTA, 2017, p. 54).

para conversar; uma forma de me colocar no lugar que eu deveria ter e colocar a irritação como algo que não precisava passar por uma reparação, indicando a irritação praticamente a uma dimensão rotineira a qualquer pessoa; quase como um direito a irritar-se e manter-se assim. Naquele dia não queria conversar e ponto. Perguntar o que tinha acontecido não ajudava e não era bem-vindo.

Brígida foi narrada certa vez a mim com muita preocupação por Alice e Tecla, quando com elas dividiam quarto. Quando fui procurá-la, Alice, comentando sobre a ressaca de Brígida, contou-me que havia quebrado os dentes e que estava no hospital. Mas que Brígida era boa de conviver. Que a questão era que precisavam ficar em cima dela. Seu acúmulo de coisas, inclusive comida, o que também gerava cheiros, a incomodava também. Os comentários de Alice eram interpretados por mim no contexto da sua trajetória de alcoolismo e da sua frequência a um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A bebida para Alice era narrada como algo externo à personalidade de Brígida, boa para conviver, mas que gerava a necessidade de um difícil controle de si. O vício também singularizava a própria narrativa de Alice sobre si, e por mais que ela entendesse a dificuldade de Brígida, a regra da Estação Sentinela no que tangia às convivências nos quartos – arrumação das camas e dos entornos - deveria ser a prioridade.

Valquíria

"Eu sei dourar a pílula"
-Valquíria

Valquíria escolheu seu pseudônimo. Nascida no fim da década de 1940, tinha 65 anos quando nos conhecemos e, morou, antes de chegar à Estação Sentinela, numa cidade litorânea do estado de São Paulo. Tinha dois filhos, Milton e Renato, em 2016 com 52 e 41 anos respectivamente, conforme me contou. Até o fim do ano de 2016, uma vez por mês passava o fim de semana na casa de um deles – não sei na de qual - na mesma cidade em que morou. Renato, conforme Valquíria, "ganhava pouco". Após uma discussão, quando ia para sua cidade, ficava na casa de uma amiga, que não sabia que ela estava, naquele momento "num 'abrigo'": "eu tenho vergonha, cada um na sua. A gente conta é coisa boa".

Recebia aposentadoria no valor de um salário-mínimo e tinha uma dívida num banco. Sobre "ter dinheiro ou não pra ficar na Estação Sentinela", dizia que "ninguém tinha nada com isso". Valquíria gostava muito de música e dizia preferir rock-balada e funk. Citava e nomeava sem ser por ritmo o cantor Nelson Gonçalves. Ela tinha um celular – "meu celular chama Maurício" – mas nunca consegui falar com ela por telefone.

Sua chegada à Estação Sentinela ocorreu depois de ter morado “por favor” na casa de outra amiga, “não deu certo, não”, na outra cidade que morou além de São Paulo. Atrelava sua saída a um não conseguir pagar o aluguel de sua casa e por ter se incomodado com as festas que o filho de sua amiga fazia. O filho da amiga dela[190], narrado por Valquíria como “gay”, “começou a receber muitos amigos na casa”; “Não gostava nem de tomar água, com nojo”. Antes de ter morado com essa amiga e o filho, Valquíria também passou pela Guarida Damaris (CAEI), onde ficou mais ou menos 3 anos. Na Estação Sentinela ela estava, quando começamos a conversar, há dois anos e oito meses.

As mulheres, nas brigas contadas e nas falas de Valquíria, com constância apareciam como “terríveis”. Logo que começamos a conversar, me disse que “ficar velho era pior que morrer”. Foi conversando sobre música que ela me disse também “a gente não quer se sentir velha”. Das vezes que me contou sobre “problemas de saúde” considerou intolerância à lactose e problema cardíaco. Não me contou sobre medicações.

Namoros também eram contados e descontados por Valquíria durante nossa interlocução. Sua relação com Omer, as vezes relacionada em sua fala mais a amizade do que namoro, por certas vezes era vinculada a sedução. Omer, entretanto, era o único habitante de quem Valquíria me falava, embora com ambiguidades e risco de relação, que ela tinha menos desconfiança. Tempos antes de se aproximar de Omer, ao se incomodar com a pauta relações entre homens e mulheres na Estação Sentinela, me disse em uma de nossas conversas: “Se você aparenta um pouco mais nova, disposição...qualquer coisa, ponto, fica te perseguindo”. Era por meio desse duplo risco que tanto sua vaidade era mediada, quanto sua disposição para conversar podia ser confundida com algum interesse além de conversa. Luara, me disse tempos depois da saída de Valquíria da Estação Sentinela[191] que achava que Valquíria “estava muito ligada” em Omer, “que ela estava com ele”: “Aí, ela desistiu tudo. Acho que ela ficou bem insegura, porque não tem ninguém”.

Desde que a conheci, Valquíria me falava que sairia em breve da Estação Sentinela. Suas reclamações na convivência ancoravam duas pautas: os passados presentes de algumas e alguns conviventes - “São ex-cadeieiras aqui, gente que já ficou presa” – e um presente em torno do gerir cotidianamente o envelhecimento que a incomodava – “um retorno para a infância, mas uma infância que já era assim, ta entendendo? Vai pegando a personalidade de quando era criança”. Valquíria se referia a uma infantilização que relacionava desde as brigas e regras da Estação Sentinela a birras de outrem. Quando conversamos sobre isso me contou que “aliás

[190] Valquíria não me contou o nome nem da amiga nem do filho da amiga.
[191] Capítulo 5.

quando eu era nova eu gostava de velho! Olha, depois que eu mesmo... eu vi que velho não presta!".

Valquíria, narrada e narradora da Corrente de informações na Estação Sentinela, foi fortemente precisa na discussão de agência, resiliência e resistência. Ao ter referido *saber dourar a pílula* e sua descrição em torno desse saber, informou resiliência como "projeto que parte do reconhecimento de si" (GUTTERRES, 2014, p. 348) e relacionado a suas resistências diárias no que concernia a sua memória articulada ao presente como também multiespacial. A produção de Annelise Gutteres (2014;2020) em relação à resiliência abriu caminho para articular a discussão sobre processos e trajetórias de envelhecimento às situações em que estes estão circunscritos. Me aproximar desse chão foi possível a partir de Valquíria e de tudo o que ela suscitou ao me dizer que *sabia bem dourar a pílula*. O diálogo com Valquíria possibilitaria, a partir da discussão sobre resiliência e agência, uma aproximação com um tema mais abrangente: as emoções.

Valquíria, um pouco mais de um ano antes de um processo mútuo de saída da Estação Sentinela – ela saiu, mas seria expulsa -, havia trazido por seus, literalmente, dois pares de óculos a noção de resiliência que tentei compreender, através das quatro lentes sob seus olhos, no período de nossa interlocução. Somadas também às minhas, procuro considerar nessa discussão as lentes de: a tentativa de vínculos subjetivos e cotidianos (GUTTERRES, 2014) e relação entre resiliência e resistência (GUTTERRES, 2020); crítica à resiliência (BRACKE, 2016) por conta do entrelaçamento entre resiliência e envelhecimento na esteira de Noções de Desenvolvimento e Macropolíticas; a possibilidade de tratar das sensações e emoções de maneira descritiva na articulação de enquadramentos; a força que a expressão *dourar a pílula* não perde em meio a este debate e como seu estouro elucida processos subjetivos e cotidianos.

Em meio a uma grande parte de problemas e descontentamentos neste equipamento público, se dourar a pílula foi-me contado por ela, um estouro da pílula foi como compreendi a saída de Valquíria da Estação Sentinela. Em um certo dia, Valquíria estava magoada por não poder visitar um de seus filhos. Neste dia estava também menos crítica à Estação Sentinela. Ao me contar porquê sua visita não aconteceria, emendou dizendo que "sabia dourar a pílula". Valquíria dava liga não só ao que interferia em suas emoções na Estação Sentinela, como também aos primeiros ouvires ali no que referia a estratégias, mediante sensações em torno de tais emoções. Naquela tarde, no seu cotidiano na Estação Sentinela, o evento de falar com seu filho a colocava diante uma tentativa frustrada de que ela tentava se desvencilhar. Em meio a "fugas" referidas e discussões, em algum outro lugar era posto por ela os seus "deitares" e então "pensar no agora até o que foi sair", como me falou.

Quando questionei sobre o que era dourar a pílula, ela me contou que quando

estava com muitos problemas, passava a pensar em coisas do momento até que um pensamento comesse o outro: “aí eu fico em silêncio, pensando quieta até sumir”. Resiliência é aqui entendida conforme o recorte de Anelise Gutterres (2014) ao destacar entre suas interlocutoras: uma tentativa de vínculos subjetivos e cotidianos. As conversas individuais e o que concerne aos conflitos na Estação Sentinela orientaram-me a, nas palavras da autora, “pensar nos termos de uma resiliência enquanto uma prática política que expõe o caráter relacional do poder” (GUTTERRES, 2014, p.39).

Em artigo[192] posterior à sua tese de doutorado, Gutterres (2020) realizou uma feitura de relação que importa a essa tese, no que refere ao território do tema envelhecimento e situação de rua a agenciamentos de interlocutores: a perspectiva de resiliência como uma forma de agir, envolta à moral e “massa de corpos”(TÓTORA, 2015), como resistir também à instituição e à convivência compulsória, trançando, deste modo, também a importância de se pensar em agência a contar de suas possibilidades plurais, “tanto na resistência a partir de seu plural “resistências”, quanto na resiliência como um processo de reelaboração de uma porção de astúcias elaboradas no seio de uma vida precarizada”(p. 114).

Junto de toda uma cobrança de modelos de velhice e de conduta na *convivência compulsória* que configurava a Estação Sentinela, o exercício de deixar alguma ideia ir embora de Valquíria, que descrevia também um exercício necessário para continuar o dia, pode ser lido como próximo da perspectiva de críticas à ideia e uso de resiliência principalmente a contar dos apontamentos de Sarah Bracke (2016). É importante deixar explícito que a informação de Valquíria sobre deixar o pensamento passar, diferentemente de se tratar de uma passividade, tratava do auto-cuidado e cuidado consigo, dela e para ela se acalmar, no que concernia aos sentimentos contidos, como saudade e a discussão com seu filho, e aos expressos, como nas discussões. Estas, eram também cansativas e produtoras de cansaço. Configuravam, no limite, um cuidado de si diante da continuidade das situações cotidianas de uma realidade institucional e estrutural em sua vida: a Estação Sentinela e a convivência compulsória, que incluía brigas e conflitos e também exaustão de tom alto, de garganta.

Como apontou Gutterres (2020) frente ao uso de suas possibilidades analíticas, resiliência é entendida então

> olhando menos para o efeito de fazer desaparecer algo que não se quer lembrar, interpretação da resiliência tal como destacado por Bracke; do que para o processo de “transformar alguma coisa em outra”, percurso onde se tecem formas particulares de lembrança e diferentes arranjos capazes de acomodar, em estabilidades efêmeras, o desassossego motivador da

[192] Nele a autora realizou também uma revisão bibliográfica sobre usos e elaborações de resiliência por distintos campos de estudo e um diálogo com à crítica de Sarah Bracke (2016) ao uso de tal categoria.

> mudança (2020, p. 110).

Para além disso, o dourar a pílula de Valquíria me foi narrado em meio a uma partilha de eventos em um período na Estação Sentinela, designando assim uma parte de situações de caos e estresse cotidianos no que se referia ao centro de acolhida e ao seu dia-adia ali, mas também informado por negociações e relações com seus filhos. O dourar a pílula de Valquíria então é compreendido como resiliência, por configurar, na perspectiva de Gutterres (2020, p. 112) um "processo de produção de memória" e, ainda nos termos da autora, por estar relacionado a outros modos de resistências, inclusive o de estourar a pílula, cujos movimentos por parte dessa interlocutora eram narrados através de brigas que me contava.

A resiliência é pertinente de ser trazida como perspectiva por conta do diálogo apresentado acima, bem como por atravessamentos de narrativas sobre envelhecer. É o que o autor Vincent Caradec (2011) nos mostra sobre energia vital e percepção "dos idosos", em sua pesquisa de campo: uma ênfase nas maneiras pelas quais existe a imposição do avanço da idade. O autor nos diz que "para além das normas etárias cristalizadas nas políticas sociais e de saúde, seria no contexto das relações com os outros" que se configura no estar e ser velho para si. A partir do interacionismo, o autor retoma a ideia de que a imagem de si é forjada em consonância às imagens de si fornecidas pelo outro, retomando o conceito de idade interativa "para designar as interações nas quais uma pessoa tem a sensação de ser vista ou tratada como velha" (CARADEC, 2011, p. 24).

Numa lente também de articulação, é possível relacionar a abordagem de Sarah Bracke (2016)[193] frente a um conjunto, conformado pela ONU e Banco Mundial e firmado por outras instâncias, de promoção da resiliência como meio de positivar a pobreza e conformá-la aos modelos de envelhecimento ativo/positivo. Estes, promulgados pela OMS e difundidos por outros campos-saber, balizam o envelhecimento como tema de Desenvolvimento de agendas nacionais e transnacionais e cobrem discursos de políticas do envelhecer, envoltos pela reprivatização, processos de reivenção da velhice (DEBERT,1999) e do significante terceira idade (BIRMAN, 2015).

É, deste modo, oportuna a relação entre o dourar e estourar a pílula de Valquíria

[193] Importante trazer a circunscrição de crítica à resiliência realizada por Bracke. Para Gutterres (2020, p. 109), é fundamental que seja situado e considerado o seu contexto, íntimo às conjunturas políticas, sociais e históricas dos Estados Unidos após o 11 de setembro de 2001: "Para Bracke, nesta conjuntura do "11 de setembro", a resiliência foi eleita como a resposta mais apropriada para uma retomada da ordem, que exigia uma recuperação rápida da população a fim de que pudessem voltar prontamente "aos negócios e ao mercado". A capacidade de resilir foi, portanto nesse período, vinculada aos discursos de fortalecimento do estado-nação frente ao terror e ao inimigo externo, que apoiavam o fechamento ou maior controle das fronteiras do país".

tanto para uma abordagem sobre agência no diálogo entre resistência e resiliência, como para o que se refere às emoções. Como nos mostra Mike Featherstone (1998) os controles emocionais tangenciam aceitabilidades de humanidade. Para o autor,

> Controles emocionais – a necessidade de controlar a expressão das emoções – raiva, ira, inveja, ódio, choro, piedade, amor, desejo – de modo que explosões emocionais e a perda de controle somente tomem lugar em ocasiões e de formas que possam ser socialmente sancionadas e aceitáveis (FEATHERSTONE, 1998, p. 58).

O que era sancionado e aceitável na Estação Sentinela estava nas compreensões de Valquíria não somente sobre si, mas também quanto a outrem. Estava também nas falas de Clúsia. Estava intimamente nos conflitos e resoluções do centro de acolhida. Era ainda nesse foco de estouro do aceitável que também estava na ideia imanente de Valquíria e tantos moradores que chamavam a Estação Sentinela de um hospício.

Sob este foco ainda é possível adentrarmos à teia dos discursos do ditado popular evocado por Valquíria. *Dourar a pílula*, conforme Huélinton Cassiano Riva (2009), que em sua tese de doutorado formulou um modelo de dicionário de expressões do português do Brasil, está ligado a ideia de aparência:

> ***dourar a pílula***
>
> tentar melhorar a aparência de algo ♦ [euf.; orig. sup.: difunde-se a história de que, nas antigas farmácias, as pílulas eram embaladas em papéis dourados que melhoravam sua aparência] [...] não tente *dourar a pílula*, pode passar um quê de falsidade, de falsa modesta, de arrogância, de piedade etc.(RIVA, 2009, p. 115, grifo do autor).

O Dicionário aberto de calão e expressões idiomáticas em português, de autoria de José João Almeida (2023, p. 83) traz a etimologia relacionada às farmácias. O verbete, como o primeiro, desperta também a noção de ingerir. Interessante a expressão sinônima de "paninhos quentes" e "eufemismo":

> dourar a pílula
>
> de modo conciliador e delicado. Dizer algo desagradável ou difícil de aceitar de forma provisória ou minimizando os aspectos negativos inerentes ao facto a reportar ou comunicar
> sin.: adoçar a pílula; aligeirar; com paninhos quentes; sem ferir susceptibilidades; eufemismo
> etim: Algumas farmácias antigamente, embrulhavam as pílulas em requintados papéis, para dar
> melhor aparência ao amargo remédio
> oposto: curto e grosso

Quando Valquíria acionou saber dourar a pílula, esta relação me estimulou também uma reflexão sobre reconhecer nesta ação um exercício. Deste modo, entre os diferentes níveis,

o dourar e estourar a pílula de Valquíria atentaram a importância de compreender o debate sobre agência vinculado aos debates acerca de resiliência; uma lente de seu diálogo com formas de resistência frente a eventos e fatores relacionados a cronos e paisagens entre macro e micropolíticas que atravessavam a Estação Sentinela. Essas noções ali culminavam, cotidianamente, com precariedades. Em tal paisagem de velhices, agência tinha especificidades e mostrava sua diferença.

Luara

"-Você gosta das suas mãos?
- Ah, com certeza...sem elas..."
- Conversa com Luara

"[...] - Toma atento?
-É, tomar atenção.
- Gostei dessa expressão [...]"
- Conversa com Luara.

O nome verdadeiro de Luara era composto de dois e lindos nomes. Seu primeiro pseudônimo foi Valéria[194] diante da primeira briga que vi na Estação Sentinela; entre Guilherme e ela. Luara demonstrou interesse em "conversar em duas" após a saída de Íris da Estação Sentinela. Era mais difícil encontrar com Luara por bastante tempo na Estação Sentinela devido a suas atividades na ONG. Como ela disse uma vez, antes de um certo antes, "nunca dava tempo". Quando começamos a conversar, ela ainda ia bastante na ONG, mas menos. Houve a questão do seu tempo em mudança no nosso tempo juntas.

A lua de seu pseudônimo é também pelos olhos de lua de Luara. Luara nasceu no meio da década de 1940 numa cidade de interior paulista próxima do Estado do Mato Grosso do Sul e parte da Estrada de Ferro Sorocabana. Tinha uma irmã e três irmãos[195]. Casou-se aos dezoito anos e por vinte anos ficou casada. Estudou até a oitava série. Trabalhou como domadora, sua primeira profissão: ''A minha primeira profissão foi a domadora, que eu comecei a domando cavalo, tinha mês que eu ganhava mais que o meu pai, papai falava, portanto isso aqui do joelho aqui foi o único acidente que eu tive, mas só veio apresentar isso há uns três anos agora". Os trilhos, presentes na formação da cidade que Luara nasceu e de trânsitos nacionais, atravessavam também sua trajetória. Ela trabalhou com seu avô na distribuição de dormentes,

[194] Durante o período da pesquisa" Luara teve outro pseudônimo. Apesar de manter sua trajetória e nossa interlocução também somente até o ano de 2019, o seu pseudônimo posterior é mantido.
[195] Dos filhos de sua mãe "são cinco dos que criou. As outras duas primeiras, diz que nasceram mas foram poucos dias de vida".

“madeira que eles preparam para pôr na linha do trem”. Suas atividades laborais como mecânica entre infância e juventude também eram vinculadas ao seu avô, que era também mecânico. Trabalhou ainda como costureira. Ela recebia o BPC e referia também a aposentadoria do esposo.

Foi já casada que veio para São Paulo. Morou numa cidade da região metropolitana, município em que morava ainda a família do marido, com quem me contava ter contato, diferentemente do não contato, como contava, que tinha com a irmã e irmãos. Era cristã e frequentava a Igreja Universal: “antes era católica. Faz dez anos”.

Tinha uma filha, Larissa, e seu nome era uma parte do nome da mãe de Luara: “o nome da mamãe é meio cabuloso. A gente fala depressa”. Larissa morava em Portugal com seu marido e seu filho havia cinco anos: “De seis meses, passou para um ano. E de um ano, já está fazendo cinco”. Larissa e Luara se comunicavam por telefone. O filho que Luara teve faleceu aos oito meses. Gêncio, seu marido, faleceu após a morte do filho: “sabe essas famílias que são fracas de coração? Ele foi um dos filhos que herdou mesmo. E ele não aguentou a morte do menino.”

Estimava ter chegado na Estação Sentinela em 2014: “Já tem quatro anos. Não estou lembrada direito da data. Eu tenho uma ficha aí, para eu achar agora....”. A sua chegada era relacionada à trombose. Quando Luara teve a trombose morava sozinha em sua casa. A casa, a mesma que morou desde que veio para uma cidade mais próxima da capital paulista, foi vendida após muitas dívidas contraídas por conta do tratamento da trombose. “Dinheiro [...] Você nem imagina. Chegava um amigo... Hospital não tinha remédio, tinha que mandar buscar. Aí os amigos corriam para buscar esses remédios. Quando eu melhorei e tudo mais, você faz ideia... Eu peguei e falei assim: ‘Bom, agora a única coisa que tem que fazer é vender a casa’". Larissa já estava em Portugal quando Luara teve a trombose. Depois da venda da casa, “foi aí que” Luara “foi para a Estação Sentinela”: “Foi aonde eu vim para cá. Aliás, primeiro eu fui para o CA Almeida”:

> É uma casa que tem... eles acolhem a pessoa, uns portugueses muito bons. É tipo albergue, só a noite. Mas conforme o seu comportamento, eles te acolhem ali. Aí de lá, quando foi um dia, foram me buscar para cá. Eu vim. Meu deus. Aqui foi o fim do mundo. Mas fui bem tratada. Bem, bem, bem tratada mesmo. Com três meses, a gente fez um conhecimento com os rapazes que tinham aqui. Hoje... aquela época eu entrei. Hoje não é nem o primeiro sentido daquela época.

Tinha, em seus termos, pressão alta, problema no coração e fazia tratamento vascular. O tratamento da trombose, iniciado na cidade em que morava anteriormente, tinha sido transferido para o município paulistano e era seguido por Luara na unidade básica de saúde (UBS), no “posto” referência da Estação Sentinela. Luara, há anos, caminhava devagar e tinha a

marcha atravessada pelo que na narrativa médica é chamado de claudicação, incluindo dor, cansaço e desconforto. Andava com maior peso do corpo em uma das pernas desde a trombose e posteriormente por conta de um problema no joelho: "Quando eu entrei aqui, passaram três meses, eu ainda estava mancando. Como eu estou mancando, mas agora é por causa desse joelho". Luara tinha também artrose no joelho.

Naquele período, fazia quatro anos que era voluntária em uma ONG relacionada à infância. O trabalho voluntário na ONG [196] às vezes era referenciado como trabalho em que ela citou, no início de suas atividades, varrição. Às vezes compreendia que Luara trabalhava, com finanças ou não, como motorista da ONG, mas também em outras atividades. A ONG tinha atividades relacionadas à confecção de roupas e também de produção de bolos. Grande parte do dia a dia que Luara me contava se relacionava à ONG.

Com Luara eu fiz uma conversa gravada em que retomava alguns "dados" como data e local de nascimento, por exemplo. Diante das questões em torno de racismo na Estação Sentinela, na conversa, perguntei como ela se identificava em termos de cor. Respondeu: "A negro. Inclusive no registro está cor parda, mas eu não, eu já acho diferente". Perguntei o que ela achava. Respondeu: "Eu prefiro a cor negra, é que a mãe era bem mulata". Dessa resposta, Luara contou-me que não sabia por que em uma composição de quarto colocaram juntas Líria e Olina. Olina tinha chamado Líria pelo nome de uma "cidade lá da África"

> A Olina deu uma briga com ela, aí a Olina foi e disse assim, como é que chama a cidade? É uma cidade lá da África que ela falou, para ela não dizer negro, ela foi e disse o nome da cidade. Quem ouviu? Essa aqui, eu sei que ela é racista... Nossa, vida, ela se dá comigo [...] eu me livrei, eu esqueci o nome da cidade.

Luara perguntou também se eu conhecia Chara: "Então, a Chara mostrou para ela quem é negra. A Chara pegou ela [...] que eu falei, 'Chara, não vai compensar você pôr a mão, você vai acabar...'". Chara não estava mais na Estação Sentinela quando Luara me contou. "Ela quando não estava bem da cabeça encrencava muito, ela não media, e, interessante, ela podia estar no pau que fosse, eu chegava, acabava". Luara dizia que desde a briga entre Chara e Olina, sentia que Olina se aproximava dela quando estava discutindo com Chara. Se referindo à Chara, disse: "Um dia aqui para ela não jogar ela da escada, eu saí do elevador, eu peguei e fiz assim, 'Oh....'.É, você vai matar essa fulana, por causa de você, eu falei, ''Se você matar essa fulana, você vai comer''. Aí eu descia correndo para baixo, quando ela[197] se via na unha da Chara, aí ela corria para o meu lado. Nós nunca fomos de parar para conversar".

---

[196] A ONG era relacionada por Luara, muitas vezes, a uma espera de uma casa que ela e outros trabalhadores receberiam.

[197] Olina.

Ao contar-me que tentava dizer para Chara não ceder à imagem de mulher negra violenta, como referenciou ao dizer que ela mostrou isso para Olina, Luara contava sobre racismo e posturas que ela tentava mostrar à amiga; era sobre uma relação de cuidado, gênero e raça que ela me contava. Quanto à Olina, que por um período partilhou quarto com Luara, ela disse que nunca tinha "batido" com ela. Contou-me também:

> aqui dentro da casa, você não vai acreditar, tem uma pessoa aqui que ela olha na minha cara, se eu não visse você no volante, eu não ia acreditar que você dirigia. Eu falei, 'Pois eu dirijo e não é carrinho pequeno, não, eu aprendi a dirigir com caminhão brabo, de madeira, de dormento'.

Luara contou-me também de uma entrevista que deu à televisão relacionada a um motorista de ônibus que tinha falecido e que todo mundo na Estação Sentinela a viu na televisão.

> Você acredita que só foi duas pessoas que falaram para mim que me viu na televisão? Lembra da Marina? [...] Ela era aqui do quarto, ela tinha problema de cabeça. Aí ela, não, coitada, ela veio me dar os parabéns, ''A senhora falou muito bonito, a senhora ficou com dó do motorista'', então, isso mesmo, eles lá falaram, eu falei, ''Marina, que coincidência, eles lá falaram'', ''Mas aqui, dona Luara, teve gente que falou assim, "Nego quando é metido, metido mesmo"... eu hein, se fosse a minha irmã, porque a minha irmã é metida para caramba, eu não, eu não tenho nada disso. Aquilo que eu falei ali, eu falei de verdade e eu nunca tinha feito palestra, que a gente do sindicato dos motoristas, sindicato dos médicos, metalúrgicos, porque eu sou metalúrgica. Então, a gente também pertence aos sindicatos dos metalúrgicos, então, tudo isso aí, isso se chama a cor, essa cor aqui chama atenção, mas nunca chama a atenção para o bem, sempre é desfazendo. É muito chato, mas eu não toco nisso, não.

Era o "não tocar nisso, não" que Luara também tentava atentar Chara. Por meio de três episódios que ela relatou a mim, ela contava sobre racismo e relações raciais na Estação Sentinela[198].

Quando ela disse também que nunca tinha "batido" com Olina e eu perguntei com quem ela batia, embora eu desconfiasse. Luara me contou então de Minerva, com foco em um conflito em torno dos cuidados de Minerva. Luara tinha uma expressão com Minerva relacionada a "obedecer" e Minerva dizia que ela era mais velha. A relação de afeto e cuidado passava pelos modelos de velhice e gênero no que tangia aos "hábitos" de Minerva conforme Luara, e na resposta de Minerva a uma postura avaliativa. Uma outra relação que Luara não referenciou na hora de dizer com quem tinha "batido" tinha, entretanto, sido o início da conversa dela comigo naquele dia.

[198] Ainda sobre brigas e conflitos na Estação, houve também um dia que perguntei para Luara sobre a briga de Guilherme e ela na escada. Aquela briga, que tinha marcado minha lembrança, não era lembrada por Luara e de forma ambígua senti contentamento dela não lembrar daquele dia e nem conferir importância àquele conflito.

Depois de vários meses que Íris tinha saído da Estação Sentinela, Luara parecia estar triste por não ter mais notícias dela ao mesmo tempo que também pelas notícias que me trazia. Embora achasse que não fossem “verdade” me preocupei; disseram ter visto Íris em Pinheiros e que ela estava numa ILPI. A última vez que a tinha visto, assim como falado com ela, ela ainda estava resiindo sozinha. Luara, que acredito ter sido uma das testemunhas do processo de reintegração de posse, contava sobre a casa. Entre dar notícias que Íris tinha sido vista e me ouvir dizer que eu não conseguia mais falar com ela pelo telefone, penso que Luara se solidarizou com a saudade que eu sentia de Íris. Embora para ela eu tenha dito que não tinha mais conseguido contato e fiquei sem graça de insistir (o que mesmo assim, eu fiz, mas não contei a Luara). Eu disse isso porque não queria que sua chateação aumentasse por algo que eu dissesse e também porque ainda me era fortemente dolorida a despedida de Íris. Acredito não a ter convencido, pois quando disse isso ela respondeu “É chato você ir, também, atrás...”. Disse também que ela tinha o meu contato. Luara respondeu: “Se ela precisasse, ela procurava também, ela tinha como... por exemplo, ela não deixou telefone, você pensa bem, a gente aqui tudo... esses quatro anos junto, ela dá uma dessa”. Nós duas sentíamos saudades de Íris e uma chateação temporalizada por algumas saudades, mas só Luara me contou. Em determinada perspectiva, se o sumiço de Íris aos poucos vinha sendo trabalhado por mim, diante de nossa última ligação, minha saudade se dava a contar da decisão dela, afinal o sumiço tinha sido comunicado. Não era mais o mesmo sumiço e nesse sentido era diferente a minha saudade e a de Luara. A minha questão, ainda mais forte em tal momento, era que eu não tinha como resolver a saudade porque Íris já havia me dito não querer mais contato e, embora eu respeitasse, tinha saudade e chateação. E era isso que eu queria evitar contar à Luara.

Antes dessa conversa ainda no ano anterior, enquanto Luara me contava sobre ter sido ajudada por amigos vizinhos na venda da casa e após sua trombose, contou-me sobre não ter contato com sua cunhada, esposa de seu irmão, que havia falecido coetaneamente a sua trombose. Ao me contar que ela não foi encontrar sua cunhada me disse que não tinha ido um pouco por conta da distância. Foi também conversando sobre distâncias e mudanças que Luara em tal conversa, realizada, inclusive no dia que eu saberia ao voltar para casa do deferimento do processo de Íris, comentou também sobre Íris e o tempo da Estação Sentinela. Quanto ao que me dizia da distância da família consanguínea, referiu evitar, de modo que a distância fazia parte da relação. “Um pouco por causa de distância. Evitar distância, assim. Eles moravam em uma cidade. Depois que ele faleceu, ela mudou para outra, eu não fui atrás. E não é porque ele não tinha dinheiro, não. Era um veterinário e tanto. Não teve jeito. Mas tudo passa [...]”. Esse evitar distância atentado por Luara me remeteu a formas de gerir distância, aceitar e prosseguir com elas como parte de algumas relações. Uma abertura de formas de se relacionar em que a

noção de falta cede espaço a vínculos não idealizados de proximidade e sugere evitação como feitora de e parte de relações também.

Uma vez quando perguntei se tinha algo que eu não havia perguntado na conversa e ou algo que ela queria me falar, Luara me respondeu: “Aqui tem tanto babado para franzir. Deixar para a próxima”.

Salgueiro

“Eu não sou de fugir de desafio”
- Salgueiro

“Pesquisadora não pode chorar”
- Salgueiro

Salgueiro[199] usava muito jeans e camiseta polo. Tinha camisas xadrez também. Nasceu na segunda metade da década de 1940 em São Paulo. Morou, desde que nasceu na zona norte da cidade com sua mãe, Vitória, seu pai, Milton, e seu irmão, que era cinco anos mais novo e ainda morava em São Paulo. Quando Milton faleceu, Salgueiro tinha dezesseis anos e quando Vitoria faleceu, trinta e seis. Ao me dizer que era da Igreja Internacional da Graça, me disse que seus pais eram evangélicos: “Não tinha essa de não ir”. Os pais eram da Congregação Cristã do Brasil. Pedi a ele para me contar mais sobre seus pais. Ao me responder sobre Milton e Vitória, apontando e tocando com a mão direita o pulso esquerdo, me disse: “Cê acredita que eu tenho pouca informação? Minha mãe não era brasileira, era francesa e ele era africano, não sei da onde[200]”. Salgueiro era aposentado: “nem metade do que eu ganhava”. Não se casou e nem teve filhos: “não fiz nenhuma palhaçada, não deixei ninguém grávida no caminho”. No decorrer do período de campo em uma das conversas Salgueiro apresentou sua autoidentificação de cor como preta, referenciando o termo negro.

Salgueiro era graduado em física e química. Dizia que a física era paixão. Trabalhou na Universidade Presbiteriana Mackenzie por quatorze anos; de 1985 a 1999. Ali, trabalhou como vigilante de bibliotecário, assistente de biblioteca e depois como técnico de biblioteconomia. Antes disso, Salgueiro trabalhou na ECT, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Antes de ingressar como funcionário da universidade e na “carreira mackenzista”, como aludia, Salgueiro trabalhou com construção civil; como ajudante geral e servente. Fora o engenheiro responsável por esse trabalho que indicou a Salgueiro que tentasse trabalhar com

[199] Durante o período “de campo” Salgueiro tinha outro pseudônimo. Apesar de manter sua trajetória e nossa interlocução também somente até o ano de 2019, o seu pseudônimo posterior é mantido. O pseudônimo Salgueiro, relacionado à mudança também do de Luara é entrelaçado de forma específica à segunda epígrafe, também posterior ao período de campo.
[200] Cerca de dois anos depois Salgueiro me disse que Milton era angolano.

outras coisas. Certa vez contou que depois desse emprego, “numa situação de penúria”, saiu da zona norte e foi entregar currículos no centro. “Ouvia uma voz, mente martelava o nome Mackenzie”. Teve também um sonho com estantes. Quando passou na instituição, perguntou se podia entregar o currículo. Conversando com a funcionária que o atendeu, foi indicado para fazer uma prova e a partir da contratação deveria fazer o supletivo para terminar o ensino médio. Foi contratado. A biblioteca em que trabalhou o fez rememorar da estante de livros de seu sonho anterior. Terminou o ensino médio e prestou vestibular também ali. A graduação de física foi cursada nessa instituição, com bolsa de estudos. Iniciou na faculdade de matemática e química no Mackenzie também, mas não concluiu. Continuou a graduação em química em outra universidade particular. Em matemática ele seguiu até a pós-graduação. Quando nos conhecemos ele já tinha terminado a pós-graduação também em engenharia ambiental. Depois iniciou a pós-graduação em engenharia mecânica. Salgueiro trabalhou na Ericsson, antes de trabalhar no Mackenzie. Quando saiu do Mackenzie trabalhou como vendedor dos Filtros Europa.

A chegada de Salgueiro na Estação Sentinela foi pouco tempo depois da inauguração do CAEI. Quando Vitória faleceu ele continuou morando na casa em que moravam juntos, alugada. Depois de quase dez anos, mudou para uma pensão também na zona norte da cidade por seis meses. Da Pensão mudou-se para um apartamento com dois amigos, Lucio e Antero. Depois de algum tempo, os dois amigos se mudaram da cidade. Nesse período, Salgueiro foi morar com outra rede de amigos. Nesse período Salgueiro e os amigos tinham sido demitidos. Moraram juntos e depois os quatro também se mudaram. Foi da saída desse apartamento que ele passou a primeira noite num CA, referenciado como albergue de pernoite por ele. Depois de alguns dias ele passou para outro CA. E de lá foi encaminhado à Estação Sentinela. “Você vê como é o pessoal... ‘vou te mandar para um lugar bom’”. Salgueiro falava pouco. Durante o período de pesquisa de campo, falou pouco sobre a Estação Sentinela, da qual formava a primeira geração de habitantes. A primeira anotação que fiz em caderno sobre contar sua trajetória falando da sua chegada na Estação Sentinela foi na primeira conversa a dois que tivemos. Ele iniciou sua trajetória desde ali.

Salgueiro usava muito a sala de computação da Estação Sentinela para a escrita de seus trabalhos de pós-graduação. Das poucas vezes que estive na sala a maioria das idas era para encontrá-lo por lá. Nossas conversas na Estação eram primordialmente na Estufa e na lage, entre as plantas que cresciam e a lavanderia. Salgueiro era muito alto e sua voz quase uma antítese de sua estatura. Falava muito baixo. Me chamava muito de pesquisadora e de “nega”.

Salgueiro e Luara[201] se davam muito bem, a quem ele chamava de Mãezona. Salgueiro dividia quarto com Omer, também afeto de Valquiria. A foto de WhatsApp de Salgueiro era dele no banco da Estufa.

Junquilho

"Em situação de...como vocês falam? Eu nem gosto porque não sou vulnerável não"

"Eu não quero só comida, bebida e dormir"

"*todo canalha envelhece"*
- Junquilho

Junquilho, em nossa primeira conversa, se apresentou dizendo que era "egresso do sistema prisional". Não usou o termo sobrevivente durante o período da pesquisa de campo. A escolha do nome ocorreu por conta do vínculo de narrativas que o aproximaram a desejos durante a etnografia. Junquilho nasceu no fim da década de 1940, numa cidade de Minas Gerais, e se identificava como branco e homem heterossexual. Cor, identidade de gênero e orientação sexual não eram narradas comumente por interlocutores. Junquilho desde o início as referenciou. Ele participava de uma pesquisa na área da saúde desenvolvida no Hospital das Clínicas e de uma pesquisa da área de gerontologia quando perguntou se podia também falar comigo; ele estava "recém-chegado" na Estação Sentinela. No dia da nossa primeira conversa, me apontava um habitante da Estação e dizia "esse aí ficou vinte anos por latrocínio", que "mal espiritual existia ali" e que o atendimento da Estação Sentinela era "precário". A provisoriedade como um problema para e de habitantes dos CAEI também era referenciada por Junquilho. "Isso é provisório. Vocês têm que arrumar um permanente. Se eu tivesse permanente estaria aqui?"

Era divorciado. Tinha duas filhas com três anos de diferença de idade: Raquel, filha registrada em seu nome, e Luciana, que morava em uma das cidades que residiu com a mãe e "o pai de registro". Junquilho informava que o marido da mãe dessa filha não sabia que ele na verdade era o pai dela. Falava bastante em Raquel: "Quando eu fui preso ela estava com oito e, quando sai, com 13 anos". Ao longo da pesquisa, a filha de quem Junquilho continuou a falar foi Raquel. Algumas vezes tentei encontrar Raquel pelo Facebook, conforme seu pedido, que era muito mais para que eu a visse. Junquilho tinha o contato dela, mas não mantinham contato.

[201] O pseudônimo de Salgueiro mudou pouco tempo depois do de Luara ter mudado. Ambas as mudanças foram posteriores ao período de campo.

Numa conversa em que me disse “a gente faz um plano e Deus faz outro”, a frase seguinte foi: “a minha filha me trata sempre como pai ausente”.

Junquilho esteve preso pela primeira vez entre 1986 e 1991. Transitou entre e pelas unidades prisionais de Sorocaba, Casa de Detenção de São Paulo, Penitenciária do Estado e Franco da Rocha. De suas memórias, às vezes mais abundantes, às vezes menos, em relação a esse período, Junquilho referia o Pavilhão 4 da Casa de Detenção e o Centro de Observação Criminológica – COC. Apesar de não perguntar por que Junquilho foi preso, ele fez questão de dizer não só a mim, mas a todos que encontrava na Estação Sentinela. Junquilho foi preso por estelionato, delito enquadrado no artigo 171 do Código Penal. Junquilho detalhava o estelionato quando remetia a uma culpa já cumprida. “Pratiquei estelionato de casas, de moradia”. Após “sair do circuito”, como falava, morou em distintas cidades e se casou mais uma vez. Com a última separação em curso, de uma relação de onze anos, sua irmã escreveu para ele solicitando que retornasse para São Paulo, pois “precisaria dele”. Foi morar com sua irmã na região leste do município de São Paulo.

Em 2011 foi preso novamente mediante uma denúncia de ameaça e agressão aberta por seu irmão. Nesta segunda prisão ficou um ano e três meses e, em 2012, ao retornar para a casa da irmã, “um apartamento BNH”, foi impedido pelo seu irmão de permanecer. Conforme a morte da irmã, seu irmão o retirou do local. Tinha um processo aberto na Defensoria Pública para recuperar o apartamento deixado por ela. Desde então, transitava em diversos *centros de acolhida especial para idosos* (CAEI). Na nossa primeira conversa Junquilho também disse “eu sou arrogante porque bandido tem que ser arrogante”.

Referia ter depressão: “depois de sair da cadeia, todo mundo sai deprimido”. Quando começamos a conversar, frequentava o CAPS, mas se irritava “com aquelas pessoas mordendo a língua”. Tomava antidepressivos para “a mente” e outros remédios por “disritmia cerebral”. Raquel e a paternidade, uma das questões mais contadas por Junquilho pela palavra ausência, também tinham sido atravessadas pela prisão: “Lógico que eu fui pai ausente, quando eu fui preso ela tinha 8 anos. Depois ficou difícil conviver”. Junquilho informava sempre que fazia parte dos acolhidos que “dialogavam” diretamente com a direção nas assembleias. Além disso, quando nos conhecemos me disse que frequentava reuniões ligadas ao grande Conselho Municipal do Idoso. Sua experiência, como defendia, era “cheia de convívio e todo convívio tem regras”: “eu morei em xadrez com vinte. Agora tô dormindo com gente no quarto que leva lixo”.

A “lotação da casa”, conforme chamava a Estação Sentinela, era remetida por Junquilho à proibição manicomial. Segundo ele, tal centro de acolhida não era um “serviço diferenciado para idoso”. Reclamava que a “gestão da casa”, em assembleias semanais, pedia

para que eles se acostumassem a conviver: “eles falam assim: tem que se acostumar com a convivência... todo mundo já é neurótico, mas morador de rua, drogado e louco...”.

Junquilho tinha disritmia cerebral e teve um infarto durante a pesquisa. Recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e parte de sua renda, articulada também por jogo do bicho de quando em quando, vinha de suas atividades de acompanhamento de habitantes dos CAEI pelos quais passou.

Durante o período de campo, da Estação Sentinela, onde o conheci, Junquilho passou a habitar a novamente a Guarida Damaris. Sua transferência se deu por uma agressão a outro habitante. Além disso, o fato de Líria “pagar as coisas para Junquilho” pode ter se emaranhado à decisão de transferência. Além das atividades de acompanhamento que envolviam finanças, Junquilho referia ser “rábula”, quem, em suma, advogava sem uma formação formal em direito. Quanto aos acompanhamentos de habitantes de CAEI, ao longo do trabalho de campo Junquilho passou a se referir como acompanhante e cuidador.

Junquilho tinha bastante mágoa de seu irmão. Era alguém que aparecia recorrentemente em suas falas de lembrança e enquanto presença da sua não residência. Algumas de suas falas exprimindo a vontade de tirar a vida do seu irmão e de sua sensação de que o irmão tirou sua vida me levavam ao que pouco sabia e ainda sei, mas penso que pela força simbólica, do mito de Caim e Abel.

No período da pesquisa em que Junquilho esteve na Guarida Damaris, ele sempre reclamou de não ter um espaço diferente para receber quem o visitasse. O sofá ficava na frente de uma parede em que uma cartolina era colada. Nela, um desenho com um homem e uma mulher, com cor e cabelos brancos abaixo do nome família. Ali que nós nos sentávamos. Ali também Junquilho quis que eu fizesse “a pesquisa” com mais pessoas. Os funcionários com quem consegui conversar não pareciam ter interesse em darmos continuidade a essa possibilidade. A Guarida Damaris, entretanto, por meio da chave de visita para Junquilho, permitia uma posição nesses termos em nossos encontros, o que, de certa forma, fez também relação entre nós. Não realizar “a pesquisa” lá, mas ali pesquisar era possível e Junquilho se agradava com encontros com interlocutores ou não da pesquisa que ele via e acompanhava, como Libéria, por exemplo. Com Guilherme ele tentou que eu conseguisse continuar a conversar também.

Junquilho e eu nos encontrávamos com frequência no largo do Arouche[202] antes de irmos à Guarida Damaris ou na saída de lá. Naquele período, um bar na Vieira de Carvalho

[202] Meu primeiro encontro com Amanda após nos conhecermos em frente à Guarida Damaris também foi no Arouche.

também fora nosso ponto de encontro. Esses trânsitos com Junquilho possibilitavam que ele também contasse a mim sobre suas roupas. Uma camiseta rosa que usou quando ainda estava na Estação Sentinela era considerada como impossível de ser usada se ele fosse ao Largo. “Se eu for com ela, sou abordado toda hora”. Junquilho se incomodava também com alguns jeitos de Jeferson, conforme dizia. A não ser essa camiseta que não mais vi, grande parte de suas roupas eram pretas. Usava bota e sapato. Durante o período ele também fez uma prótese dentária e, quando me disse que faria, fiquei contente com ele. Junquilho estava muito constrangido pelo dente que havia caído. A queda do dente, articulada ao tempo e envelhecimento, também se vinculava à autoestima e às suas emoções. As botas de Junquilho as vezes me remetiam também ao seu tempo no exército, instituição da qual referiu ter saído aos vinte e quatro anos. Sua desconfiança com padre, como narrou a Estação Sentinela, também teria uma outra conexão mais tarde em nossa interlocução partilhada. Junquilho frequentou um Seminário até os dezenove anos.

Na Guarida Damaris, as reclamações de Junquilho a mim eram parecidas com as que fazia sobre a Estação Sentinela. Suas narrativas incluíam lotação, desvio de alimentos, conflitos entre funcionários e habitantes e desrespeito de funcionários: “eles não aceitam que a gente diga que é nossa casa”, “é como se a gente fosse um sindicalista que o patrão não gosta”.

No período de campo duas relações de Junquilho com moradoras da Estação Sentinela foram narradas na *corrente de informações* e rede de interlocução por noções e dúvidas entre e entorno de acompanhamento e namoro, com Líria e Nafula. Me desvencilhar de narrativas em torno de desejos vinculadas a Junquilho fora uma preocupação durante o campo. Como a maioria das interlocuções tecidas na pesquisa foi com mulheres e não com homens, é preciso dizer que havia uma diferença grande na interlocução com Salgueiro e Junquilho na *corrente de informações.* Penso que essa diferença nos comentários e curiosidades passava espessamente pela performance de Junquilho em torno de masculinidades. Andar e estar com Junquilho gerava desconfiança que não pode ser taxada em uma tipologia, mas tanto o que era posicionado pela rede de interlocução quanto por ele em enredos faziam articulação entre masculinidade e desconfiança. Penso que o “jeito”de Junquilho percebido na pesquisa de campo compunha uma masculinidade que era debatida também em termos de desejos. Suas relações interferiam de diversas formas em minhas relações de interlocução. Era como se o ditado “diga-me com quem andas que te direi quem és” fosse também generificado e vinculado a geração de tal forma que ao mesmo tempo que nossa relação podia ser lida como de amizade, podia ainda, tenuamente, passar de laço familiar afetivo com referência a ideia de paternidade rapidamente para uma relação que contemplava laço afetivo sexual. Esse era o risco que algumas falas, piadas, perguntas e silêncios de voz atentavam sobre eu “andar com Junquilho”.

Líria

[...]
- Eu já conversei com você.
- Já.
- Ah, mas já faz tempo. Você sumiu, eu esqueci de tudo.
- A gente conversa de novo[...]
- Conversa com Líria

"Porque tem hino que fala até com a gente"
- Líria

Conheci Líria ainda em 2016 durante o início da pesquisa. Foi somente após a saída de Junquilho da Estação Sentinela, interlocutor que me contava bastante sobre ela e a relação de ambos, que começamos a conversar mais sozinhas. Líria e eu tivemos apenas uma conversa gravada, que é o material primordial de exposição etnobiográfica de sua trajetória. Seu pseudônimo foi escolhido a contar do apelido que Clúsia referia a ela: "flor do lírio". Como será exposto, a narrativa com Líria sugere seus trajetos em torno de companhias, moradia e formas de relacionar ambos.

Ramira, Íris e Líria, no período em que iniciei a etnografia, eram as habitantes conhecidas como as mais velhas da Estação Sentinela. Em termos de noções de "autonomia subjetiva"[203] e autonomia e ou independência[204] física, Íris era considerada, nas narrativas da Estação, como sendo independente, por oposição, por exemplo, a Ramira, que ficava muito tempo na cama e era tida como alguém que não se locomovia com facilidade e "esquecia muito" nas *correntes de informações* da Estação.

Tive poucas conversas com Ramira, muitas com Íris, e com Líria, com quem conversei por vezes sem gravador, o marcador "esquecer muito" também estava presente. Compreendo que, diante *das correntes de informações*, fui capturada pela ideia que a via como alguém que "esquecia" muito e, por certas vezes, tive receio de fazer conversas com ela, questão que atravessou nossa interlocução. Líria, entretanto, me disse que "esquecia muito", mas demonstrou o tempo todo saber que esquecia sem configurar o esquecimento um "problema de cabeça – memória". Esquecer fazia parte dos dias e da Memória.

Líria nasceu nos anos 1930 em Cuiabá, Mato Grosso. Embora dissesse não saber dizer quando chegou à Estação Sentinela, me contou sobre isso posteriormente. Não se casou nem amigou, em seus termos. Se apresentava como evangélica. Usava uma bengala para andar.

[203] O termo evocado por Clusia.
[204] Esses termos não eram diferenciados em campo e não se delineavam como categorias.

Muito vaidosa, tinha as camisas penduradas por cabides próximas ao seu armário e a bíblia ao lado da cama. Trabalhou com atividades bem variadas durante seu curso da vida; como ajudante de costureira, vendedora, costureira de bolsa, chefe de limpeza e empregada doméstica. Foi encapsuladora e empacotadora de remédio, os remédios uma presença tão marcante nas dinâmicas da Estação:

> Eu acho que não é empodermia, não. É epodermia [...] encher cápsula de remédio. Fica em uma sala toda fechada de vidro. A gente de máscara, só aparecia a boca e os olhos. A cápsula, para encher cápsula de remédio assim desse tamanho, do outro tamanho. É muito forte aquele remédio para encher cápsula. Embalagem era para embalar as caixinhas.

A partir da conversão para a igreja evangélica, que não cheguei a ouvir, Líria passou pela sua trajetória católica ao contar da madrinha:

> Ela era de crisma. Quem me batizou, quando eu era pequenininha, eu me lembro que ela me chamava de filhinha não sei de que [...] E o meu padrinho, ele era engenheiro agrônomo, mas exercia função de fiscal da carteira agrícola do Banco do Brasil. Por isso a gente morava um pouco em Guaratinguetá, depois ele pedia transferência para o banco, a gente morou em Bragança, foi e voltou de novo para Campo Grande e depois, moramos lá em Ponta Grossa, Paraná. Depois fomos para o Rio de Janeiro, fomos para Niterói, foi acabar aqui em São Paulo... Então eu fui acabada de criar andando assim.

Líria me disse ter vindo para são Paulo com nove anos com a madrinha: “eu fui acabada de criar aqui em São Paulo. Eu vim com 9 anos aqui. Era menina de tudo. Acabei de me criar aqui”.

Certa vez eu estava na sala de Clúsia e Líria tentava ligar para sua cunhada. Nesse dia, em que estávamos com o gravador, perguntei se ela falava bastante com ela. Disse que sim:

> meu pai e minha mãe já morreram, meus irmãos já morreram. Minha mãe teve doze filhos, seis homens e seis mulheres, morreram todos. Só tem eu viva”. A cunhada é viúva do irmão mais velho de Líria: “o marido dela era primeiro... quando vivo, né, primeiro tenente da aeronáutica. Mas ele já é falecido. A minha cunhada é de ouro. A gente tem aquela amizade profunda, mais do que cunhada. Qualquer coisinha que eu quero, ela manda para mim, quer que eu vá morar com eles, eu que não quero.

Comentou que não queria morar com a cunhada:

> É porque eu gosto de ser independente, eu sou esquisita, entendeu? É porque eu também fui acabada de criar com agente de viagem. Eles morreram também. Mas eu tenho outro jeito de... da minha família, outro sistema da minha família. Mas são boníssimos. Tem um quarto preparado, vem me buscar, reservaram passagem pela Gol, vieram me buscar e tudo. Já estava com todas as passagens reservadas, vieram me buscar. Eles são boníssimos, mas não...

Conversando mais, Líria me contou sobre sua chegada à Estação Sentinela:

> Então, eu morava na Mooca há 17 anos. Depois tem que lembrar da onde eu vim na Mooca, se é da igreja mesmo. Então, eu morava antigamente 17 anos lá na Mooca, com uma senhora que chamava... como era o nome dela? Gilda?

> Não. Faz tempo, eu esqueço. Sei lá o nome dela. Ela veio a falecer. Morou comigo há 17 lá na Mooca...

Líria conheceu Gilda na Igreja. E dividiam o aluguel. Antes disso, as duas moraram na igreja "sem pagar nada". Ao referir que foi ela quem morou com Gilda, pois ela "era responsável pela moradia", Líria contou-me que moraram juntas por dezessete anos pelo que compreendi numa casa alugada, pertencente à "Dona Paula"

> Ela tinha o marido dela vivo, ela era dona dessa vila toda, essas casas todas eram dela. Um pouco antes de ela falecer, a gente saiu daquela casa. Não sei porquê. A gente não, eu saí. Não sei porquê. Ela ficou. Não sei por que, não me lembro. Por que sai? Eu saí porque uma amiga também da igreja me convidou para morar com ela lá no Itaim Paulista, uma coisa assim. Ouvi dizer que a dona da casa ia pedir a casa. E pediu mesmo. Nessa altura em que ela pediu, eu fui morar na igreja. O que eu quero dizer para você é que de lá que eu vim para cá.

Mesmo que Líria tenha me dito não saber quando chegou na Estação Sentinela ela procurou me contar como chegou:

> Eu fiquei morando na igreja, lá eu não pagava nada, só dormia lá. Como eu já era aposentada, eu ia fazer as refeições fora. Ficava ali na igreja só para dormir. Tinha um quartinho lá nos fundos justamente para as pessoas que tinham necessidade de morar... não sei, sem moradia. Então eu fui morar ali na igreja. Mas morando na igreja, eu já não... sei lá, dormia assim em uma cama sem colchão, forrava. Era uma coisa preparada para a gente ficar provisória, não era para ficar o resto da vida. Um dia, sentada no banco da igreja, em conversa com uma colega, eu falei para ela que eu queria sair de lá da igreja, procurar uma moradia para eu morar e fazer as refeições, ela disse assim... ela tinha uma amiga com assistência social...ela disse... sim, eu fiz uma campanha de orações, eu sou evangélica. Fiz uma campanha de oração para deus preparar uma outra moradia para mim. Eu queria uma moradia para poder fazer as refeições e tudo. Falei com deus o jeito que eu queria. Eu fui revelada. Passada uma semana, fui revelada pela divina revelação. O espírito santo de deus revela [...] você orou para deus te tirar daqui. Invés de vir uma pessoa aqui, ainda vem tirar você daqui. Você vai sair daqui com uma pessoa. Você vê que revelação maravilhosa? Na igreja da sua avó tinha revelação?

Quando respondi que eu ia com minha avó na Congregação com mais frequência quando pequena e que eu lembrava mais dos testemunhos que falavam das revelações, Líria me disse que em sua Igreja tinha muita revelação e que pouco tempo depois da revelação que me contou conheceu a moça de quem me falava. Líria contou-me que na conversa informou que gostaria de "sair da Igreja" e que essa moça tinha uma amiga que conhecia muitas moradias: "Ela não falou moradia, falou outro nome. Mas quis dizer que era uma moradia". Marcaram de a Assistente social ir encontrar Líria:

> Eu me lembro muito bem como ela me contou. No dia em que ela marcou, ela trouxe a moça. "Ah, você que é a Líria?", "Sou eu, sim". "Você falou para ela que quer sair daqui?". Eu falei: "Quero, sim". "Ah, eu sou assistente social", eu disse: "Ah, que beleza". Apresentou ela para mim. "Então eu vou

> fazer assim: você quer ir comigo lá para você combinar?". Olha como deu certo como a revelação. Aí eu falei: "Eu quero, quero ir sim". É bom, ela arruma, ela falou que ela já colocou diversas pessoas que estão precisando de moradia. "Então você está precisando, não é?". Eu falei: "Eu estou e eu quero". "Então amanhã eu venho te buscar e nós vamos lá". Ela falou que vinha de manhã, de manhã eu já estava pronta e fiquei esperando ela. Ela me levou lá na Guarida Damaris, não sei se você conhece. Conhece a Guarida Damaris? Ela me levou lá na Guarida Damaris e eu falei com a gerente de lá. Ela falou: "Realmente, filha, mas só que aqui não tem..." como é que ela falou? Não sei se é vaga, que não dava. Como é que... lá não dava para eu ficar nesse dia. "Mas eu vou enviar você para outra, lá você vai ter vaga". Isso que ela falou, que não tinha vaga no momento. E a outra disse que ia sair, mas não saiu. Ela falou: "Tem uma aí que já vai sair, mas não sei a hora, nem o dia em que ela vai sair. Sei que ela vai sair. Mas eu vou te enviar agora no momento, você tem pressa. Se você esperar, você não vai querer esperar ela sair. De repente, ela não vai sair, então vou te enviar para Estação Sentinela. Lá eu tenho certeza que você vai ficar". Chegamos lá na Estação Sentinela, falei com a assistência social. Naquele tempo era Maria Inês, muito simpática: "Tem vaga para você, sim". Mandou eu trazer as minhas sacolas. Eu não andava com mala como eu tenho aqui, essa mala tá cheia de roupa. Aqui eu comprei muita roupa. Já me levou em um quarto excelente e falou: "Você vai gostar". Eu adorei o quarto, já gostei daqui e aqui estou até hoje.

Perguntei para Líria onde ela morava antes de morar na Mooca. Ela me respondeu "Lá na casa de Dona Paula?". Indiquei como pergunta "antes de lá" e ela disse que eram dois ou três lugares. Me disse "não estou lembrando". Tentei confirmar se ela estava se referindo a antes de morar, pagando aluguel, na casa de Dona Paula.

> - É. Foi antes, só que não me lembro. Não sei se foram duas ou três casa. É porque depois que eu tive esse negócio, amnésia, acho que foi início de derrame, eu ando esquecida. Um pouco engraçado. Eu me lembro mais de quando eu morava em Guaratinguetá quando eu era jovem, que estudei nesses colégios, colégio Nossa Senhora do Carmo, colégio Sagrado Coração de Jesus. E agora mais pra cá... quando é mais nova, eu me lembro. Agora, depois de mais velha, agora estou esquecida desse lugar [...] Sei que... deixa ver aonde eu fui, aonde eu estava. Antes da...
> - Da Paula?
> - ...da casa da Dona... eu não morei com a Dona Paula. Foi na casa dela, ela alugava para a gente. Eu morei com a Gilma. Era Gilma.
> - Ah, que você morou 17 anos.
> - Ela morou comigo. A casa não era dela, a casa que era de Dona Paula. Ela morava ali, naquela casa em que a gente não pagou nada de aluguel no começo, foi tudo de graça. Agora eu não me lembro, menina...

Gilda virou Gilma. Pseudônimos tão parecidos como também eram os nomes próprios ditos por ela. Se Líria há pouco tempo contava que morou com Gilma, agora Gilma que teria morado com ela. As mudanças em termos de nome teriam outro sentido se eu não ouvisse às vezes na Estação Sentinela que Líria tinha "dificuldades de memória". Já quanto à questão reapresentada de quem morava com quem, entretanto, no meio das mudanças havia o seu argumento – de quem morava antes e era responsável pela casa – Líria também me apresentou naquele dia sua própria reflexão sobre se encontrar esquecida.

Gestos de dúvida, em torno de “quases” se mostravam de forma enfática nas narrações de Líria. No que concerne a suas experiências de trabalho, lembro-me quando disse certa vez sobre “chances para” ao me contar que quase trabalhou na Johnson. Ela recordava não ter ido trabalhar lá, mas não do motivo, assim como não recordava onde foi trabalhar depois do laboratório de remédio, mas sabia que tinha ido trabalhar em outros lugares, não havia a sequência em sua memória, mas sim as mudanças. Foi nesse mapa que Líria me contou que trabalhou também numa “casa de família” na Alameda Santos. Ao contar-me desse trabalho, onde trabalhou quatro anos e que ficou muito tempo, me pediu desculpas por não lembrar o andar em que morou e trabalhou:

> Eles já mudaram daí, foram embora para Europa, venderam o apartamento. Agora não me lembro que andar que era, eu sei que eles me consideravam muito, queriam me levar para os Estados Unidos. Não era Europa, não, era Estados Unidos. Era Estados Unidos ou Europa? Deixa ver. Sei lá. Mas eu gosto de lembrar o nome das pessoas. Era Europa sim, Alemanha. Eles queriam me levar para Alemanha. Eles eram alemães. Muito bom. Mas em uma consideração, meu deus, ela quase chorou quando eu fui embora. Mas também não demorou e ela foi embora lá para a terra dela, a Alemanha. Depois não me lembro para onde fui, sei que...

Nessa conversa perguntei se Líria já tinha morado com alguma companhia amorosa. Me disse que nunca havia amigado com ninguém. Algumas vezes Líria me perguntara se eu era casada e, nos termos dela, a relembrava que eu era amigada. Sobre seu não amigamento, recordava um conselho sobre não ir morar junto sem casar. Ao contar-me sobre certa vez em que aconteceu algo muito parecido com o que uma freira lhe ensinava me contou sobre um namorado que “chamava até Junquilho”

> Eu nunca amiguei com ninguém, eu detestava. Sabe por que? Vou te dizer. Eu estudei no colégio Nossa Senhora do Carmo. As freiras davam tanto conselho: "Cuidado com homem. Quando você tiver mais adulta, que vocês arrumarem namorado, vocês tomem cuidado com esses homens, os homens são muito espertos, tem que tomar cuidado. Eles convidam você para amigar. Quando lhe convidar, olha só". Até achei graça. "Quando você for mais adulta, quando vocês arrumarem namorado e ele convidar você para amigar, você fala: por que que não casa primeiro? E se ele disser...", o que ela me ensinava? "Se ele disser que depois casa...", como é, meu deus? "Que depois que amigar casa, você não aceita. Você fala assim: por que você não casa primeiro para poder morar junto?". Disse que “entendi”. Líria continuou: "Aí, se ele teimar, se ele insistir, você fala assim para ele...", a freira que me ensinava... não sei há quantos anos. "Você fala para ele: você não tem dinheiro agora para casar e nem depois que amigar, você não vai ter dinheiro. Se ele insistir, você fala para ele amigar com a família dele". Eu estou achando graça porque depois que fiquei... aconteceu isso mesmo comigo, que ela perguntou. Como é que ela sabia que os homens falam isso? Ela era só freira da Congregação Sales. Quando eu arrumei um namorado, que ele falou, ele fez a mesma pergunta que ela fez. Aí eu mandei ele casar com a família dele, com a mãe dele. A freira tinha me ensinado isso há muito tempo. Ai meu deus do céu, dá graça. Coisa que aconteceu há muitos anos. A gente lembra e acha graça. E ele morreu, acabou que ele morreu. Eu soube que ele morreu apaixonado, que não conseguiu nada comigo, coitado. Ele chamava até Junquilho.

Perguntei “Ah, chamava Junquilho?”. Me respondeu “Chamava Junquilho. Você conheceu o Junquilho que era meu amiguinho?”[205]. Pedi para que me contasse sobre seu amigo Junquilho e que sim, o conhecia. Como disse anteriormente, Junquilho me contava que ia com Líria, assim como Dona Nafula, a determinados serviços e banco, com trocas financeiras ou não, conforme narrava. Um dos celulares que teve no período de campo tinha sido pago por Líria.

Líria me contou que havia conhecido Junquilho justamente por meio de Dona Nafula:

> Você chegou a conhecer a Dona Nafula? Uma pretinha. Então, depois a Nafula foi para a casa da filha dela e lá está. Soube que ela teve derrame e tudo, está por lá. Mas o Junquilho foi assim: ele estava meu amiguinho. Amigo, ele sempre foi amiguinho. Ele quis casar comigo, mas eu não quis casar com ele, porque o Junquilho é casado, é desquitado. Na minha igreja não faz casamento de desquitado. Ou viúvo ou solteirão. Ele não é viúvo nem solteirão. Agora ele está solteiro, sem mulher, porque a mulher dele largou ele, meteu um pontapé na bunda dele e deixou ele, pôs chifre nele. Ele me conheceu, queria casar comigo. "Queria casar com você, estou vendo você, que é uma pessoa já de idade mas uma pessoa séria, não gosta de cachorrada". Porque hoje em dia, está muito adiantada a mulherada. Está uma coisa...

Líria me contou que não aceitou o casamento porque Junquilho “já era casado”, o que denotava que o desquite não configurava não ser casado, mas que continuavam amigos: “Somos amigos. Amigos porque antigamente a gente ia junto para almoçar junto”, ela me disse. Me contou que nunca teve intimidade com ele e que ele sempre a respeitou por saber que ela era evangélica. “Depois ele ia embora para casa dele. Me trazia até aqui”, continuou. O momento de nossa conversa estava atravessado por um momento em Líria e Junquilho não almoçavam mais juntos e a justificativa de Líria era que tinha outro namorado. Me disse que eu não o conhecia, que tinha sido enfermeiro na Estação Sentinela:

> É até mais novo do que eu um pouco. Eu tenho é que casar com homem mais novo porque eu já estou ficando de idade. Já sou de idade. Mas ele pode ter uma pessoa que... ele é enfermeiro, ele foi monitor aqui, trabalhou não sei quantos anos aqui

Em seguida Líria disse que o namorado estava “agora, cuidando dos filhos dele” e que iria casar com ele: “Estou só esperando a minha casa, eu receber”.

> Por enquanto... deus já me deu a casa, confirmada pelo espírito santo. E fiz prova dessa, até não gosto de falar para muitas pessoas porque o olho é desse tamanho. Eu já fiz prova de deus, se a casa é minha mesmo. A casa é minha, está confirmado que é minha. A prova de que é, eu fiz assim prova, porque deus manda eu fazer prova dele. Eu passei pela rua e deus falava para mim: "Essa casa...". Primeiro foi assim, vou contar do começo. Quando eu era católica nova, trabalhei bastante conforme disse para você. Naquela época era tudo mais barato. As coisas eram mais baratas, equivalente à agora. Agora é caro e as coisas custam mais caro. Agora é mais caro o material e o salário

[205] Junquilho nesse período não estava na Estação Sentinela, mas na Guarida Damaris.

> dá para a gente também, mas não dá como antigamente. Antigamente você... os materiais eram mais baratos, você conseguia fazer casa na maior facilidade. Era uma beleza, antigamente. Consegui fazer duas casas, ser dona de duas casas. E não era uma casa ruim.

Líria até o momento da mudança da Avença da Compaixão da gestão da Estação Sentinela não tinha ido residir em nenhuma dessas casas. Ela e Junquilho continuaram se encontrando de tempos em tempos conforme Junquilho me narrou.

Essas páginas, longe de contarem sobre a trajetória de Líria de forma mais enfática traçam questões importantes em torno da malha assistencial paulistana no que concerne aos tipos de equipamentos para "pessoas idosas".

Se o CAEI refere ainda que a partir do termo "autossuficiente" uma menção à noção de autonomia, a trajetória de Líria, mesmo que mesclada a trajetórias de redes de ajuda, afetiva com ou não troca financeira, coloca pontos específicos em termos das narrativas de "problemas de cabeça" assim como estratégias, acompanhadas durante o período de campo, de Clúsia e demais funcionários em torno de Líria e os cuidados necessários. As medicações naquele período eram motivo de reclamações de funcionários não no sentido de não quererem fazer, mas pela falta de equipes de saúde[206].

Além disso, no momento institucional dessa conversa as saídas de moradoras e moradores com funcionários estava liberada, após demissões e mudanças de gestão. Desse modo, Líria estava sendo acompanhada a consultas por um orientador. Mesmo com o distanciamento temporal da proibição de acompanhamentos de funcionários Junquilho e Líria continuaram tanto se encontrando quanto ele a acompanhando. A relação deles também continuou após da saída de Junquilho da Estação Sentinela.

Não chegaram a mim diagnósticos de demências e ou de Alzheimer de Líria; as suspeitas se misturavam a narrativas diante dos termos "problema de cabeça" e "problema na cabeça". Nesse sentido, cabe dizer que tais narrativas relacionavam problemas vinculados a noções de deficiência e interdependência, sendo trazidos ao texto e observados no campo como categoria êmica e não categoria analítica, conforme diferenciação apontada por Pedro Lopes (2019, p. 71). Alguns termos como 'ter problema' ou 'dificuldade' eram utilizados na Estação Sentinela para caracterizarem dificuldades e características de habitantes. Helena Fietz atentou que as noções de "doente" e "incapaz" adquiriram conotações, entre suas interlocutoras, cuidadoras, particulares: "O termo "problemas de cabeça" é utilizado por minhas interlocutoras [...] para se referir à condição daquele por quem são responsáveis" (FIETZ, 2016, p. 41). Na

[206]A Portaria Intersecretarial da SMADS com Secretaria de Saúde é 2018. Até o fim da etnografia não conheci funcionários da área da saúde na Estação Sentinela.

Estação Sentinela, a ideia de “responsabilizar-se por” não recaía apenas sobre a instituição que, afinal, era responsável por todos, mas requeria também solidariedade e redes de ajuda entre habitantes. A ideia de não independência e de ser responsável por alguém no cotidiano da Estação Sentinela referia muito mais a quem estava sob cuidados ou não na própria Estação; quem precisava ou não de mais ajuda entre habitantes e funcionários.

A narrativa, empreendida aqui, em torno de esquecer-lembrar e lembrar-esquecer dessa interlocutora se deu mediante a narrativas sobre “problemas de cabeça”, “problemas de idade” por interlocutores e diante de sua constante informação sobre “não lembrar”, “lembrar” e “esquecer”. Como demonstraram Cíntia Engel (2013) e Daniela Feriani (2017) a produção de diagnósticos de demências é complexa. Longe de fazer uma referência a alguma demência, bem como ao Alzheimer, em termos de diagnóstico, procuro seguir determinados rastros (FERIANI, 2017) que essas narrativas teceram sobre Líria durante a etnografia. O encontro entre a emergência da memória como uma das preocupações centrais em âmbitos culturais e políticos de sociedades ocidentais (HUYSSEN, 2000) e o esquecimento como algo grave ou normal conta formas de capturar memória e esquecimento a contar de distintas chaves.

Tanto na discussão em torno de envelhecimento e memória quanto na de estresse e memória há uma narrativa tecida em torno de normalidade. A essa observação mais distante está um reconhecimento mais próximo; uma evitação sentida por minha parte na interlocução com Líria. Foram suas pétalas que abriram tantos meus receios quanto reconhecimento deles. Pontos de tensão e questionamentos possíveis acerca de seu consentimento para a pesquisa e, junto deles, questões que contam sobre as minhas noções também de consciência, que, por meio de Líria, verifiquei como abundantemente envoltas à noção de memória.

Essa incerteza em trabalhar com a entrevista gravada de Líria se mesclou, quiçá, também com minha demora em fazer uma conversa com gravador com ela e ainda, ao que hoje percebo, embora com ainda desconforto, mas menor, como um assoalho afetivo de evitação ao tema de esquecimento quando vinculado a determinados diagnósticos e ou mesmo desconfianças. Passar por elas me lembrava uma passagem específica, um nome e afeto específico e um diagnóstico específico. Me rumava a lembranças, embora nem tão específicas no sentido de densidade, mas, como nebulosas e em movimento como nuvens, impertinentemente presentes ao longo do tempo e variavelmente mais intensas, relacionadas a tal diagnóstico.

Líria abria vínculo com a noção de consentimento constante de pesquisa que me vinha também, diante de seus esquecimentos, como uma intimidade, porém anterior e contínua, que me era dificultosa adentrar. O esquecimento individual narrado e narrador, além de ser uma questão de certas sensações não alegres, porque lembrava trechos e itinerários de

minha avó Virgínia durante seu diagnóstico confirmado de Alzheimer, de quem Líria me perguntou, me é compreendido como uma evitação de contato que tive de mais de um modo e em mais de uma ocasião. Lembro também que quando já conhecia Líria, mas ainda não tinha conversado sozinha com ela, salvo em almoços na Estação Sentinela, eu evitava, em certa medida, formalizar aquela interlocução porque considerava complicado conversar "para a pesquisa". Do mesmo modo, como mencionei, demorei para fazer conversa gravada e para transcrever a entrevista, finalmente decidindo trazê-la à tese.

Entre uma das questões que me lembro e que tentarei apenas tatear se transporta no tempo e por meio de perigosas considerações entre velhices e classes populares e pobres. Lembro do incômodo, ainda adolescente, e do desconforto em ouvir algumas narrativas que relacionavam baixa escolaridade e pouco estímulo cognitivo na velhice como um dos fios (sociais) do Alzheimer.

Em sua tese de doutorado, Engel (2017) destaca a importância de instituições em torno de cuidados de suas interlocutoras, bem como de deslocamentos. Se esses deslocamentos e campo institucional atrelam-se a pessoas mais velhas com Alzheimer, sem diagnóstico deste ou de demência, esses deslocamentos, fundamentais na Estação Sentinela, como vimos, eram feitos com redes de ajuda entre funcionários e habitantes. Muito embora a proibição de funcionários tenha feito aumentar por um período a rede de ajuda e de cuidados entre moradores, com envolvimento ou não de finanças, esta continuou, além de ser anterior a tal desautorização.

A sugestão e preocupação política em torno de "possibilidades realistas de bem viver", Engel (2017) em relação a "cuidados com as demências" também me é espiralada ao pensar em Líria. Dona Ramira foi para a ILPI por conta de "problema de cabeça", vinculado à memória, quando já era difícil levantar da cama.

O pouco estímulo cognitivo e baixa escolaridade que ouvi há anos sobre Alzheimer e cuja perseguição teórica, como já demonstrei, não fiz, ao se atrelar também a narrativas sobre outras vinculações em torno de noções de pobreza, especificamente em termos da população em situação de rua, muitas vezes é relacionado à noção de reintegração, como o trecho de uma narrativa abaixo:

> A elevada freqüência de síndrome demencial deve ser pensada quando se pretende reintegrar o morador de rua. Esses fatores são exacerbados ainda mais na população de rua idosa, que se encontra nesta situação há longo tempo com limitações físicas e mentais importantes. Assim, entende-se a necessidade de maior número de estudos na área. Ao se conhecer melhor essa parcela da população, aumentamos as chances de sucesso do seu bem-estar. O albergue deve estar preparado para receber essa população carente de suporte e cronicamente assediada na rua ou nos albergues. Ações específicas devem ser implementadas no intuito de trabalhar a equipe de

> saúde e social para receber o morador e desenvolver nele competências perdidas ou escondidas (SOUSA; LOVISI, 2007, p. 209).

Como neste caso, também, tratar de quadros de 'problemas de cabeça' em Instituições como a Estação Sentinela? Em que medida muitos diagnósticos, distintos, são produzidos em torno da trajetória de situação de rua de pessoas mais velhas ou não? Quando consideram tais trajetos como feitores de transformação cognitiva ou não? Como a trajetória "de dizer que se esquecia" de Líria, que não trazia desafios de sua permanência na Estação Sentinela, se combina às trajetórias de Dona Ramira, Marina e Magnólia, em termos de espera e espaço institucional relacionado, no campo de cuidados e maior vinculação entre a área saúde em termos de serviço públicos, e velhices, como a ILPI?

Se à noção de falta vinculada à memória no trajeto em torno de esquecer e lembrar de Líria trazia outras possibilidades, como não dicotomizar tais faltas e tais continuidades e trabalhar a marcha do tempo diante disso? O trabalho de Isabelle e Chariglione e Gerson Janczura (2013) atrelam as ILPIs à população de pessoas mais velhas e seus familiares sem antagonizar instituição de família:

> O comprometimento da memória é um dos principais temas de pesquisa sobre o processo de envelhecimento. Pouca atenção tem sido dispensada à compreensão e investigação da memória em um contexto particular, frequentemente vivenciado pelos idosos e seus familiares, que se relaciona aos idosos em instituições de longa permanência. Nesses ambientes é cada vez mais importante a capacitação de profissionais com enfoque não apenas momentâneo, mas que se promova um processo contínuo de atendimento integral e qualificado à saúde do idoso (JANCZURA; CHARIGLIONE, 2013, p. 13)

As veiculações de 'autonomia' e '(inter)independência' na pesquisa na Estação Sentinela puderam ser observados a partir de redes de ajuda e de afeto. O "itinerário de uma vida pessoal" (ROCHA; ECKERT, 2013) e "viver formas diversas de sociabilidade" (ROCHA; ECKERT, 2013) no não diagnóstico de Líria indaga sobre a possibilidade de uma co-dependência em torno de memória/esquecimento que produz sua rede de cuidado e de afetos na Estação Sentinela. Ao mesmo tempo, Líria, numa série de gestos relacionados a sua sociabilidade e (inter)dependência, se distanciava de Dona Ramira, cujo diagnóstico era divulgado nos cotidianos de ajuda até sua transferência para a ILPI.

Líria foi a única habitante da Estação Sentinela que referia ter problema de esquecimento e era narrada como com "problema de cabeça" e "problema na cabeça" com a qual eu tive contato até o fim do período de campo. Na referida entrevista com Líria houve um momento específico que lembrei mais pontualmente de minha avó; o primeiro hino que Líria cantou. Tempos depois do canto em sua voz, uma parte do verso do hino me trazia ainda como desafio para trabalhar na pesquisa com sua trajetória e interlocução, inclusive os pesos de

evitações. “[...] Mas a ti também te chama[...]” me trouxe tanto o que Líria me chamava quanto dificuldades de chamar essa interlocução aos escritos. Líria expôs as minhas próprias contradições quando criticava discursos de “autossuficiência” e me paralisava ao encontrar alguém que queria conversar e que abria perguntas; direcionadas a dúvidas sobre capacidade de consentimento e vinculadas à dificuldade que eu tinha em me relacionar com aquele consentir participar da pesquisa específico, mesmo quando ela mesma demonstrava o tempo todo que recordava que se esquecia.

Açucena

“[...] ninguém está livre de nada[...]
[...] estou aqui de pé, menina [...]
o que vai fazer, são os problemas do mundo, da vida, o mundo [...]”- Açucena

Quase sempre saindo ou voltando à Estação Sentinela. Essa é a lembrança, em termos de recorrência das imagens, que tenho de Açucena. Quando nos encontrávamos em momentos de passagem na Estação Sentinela em que eu estava chegando e ela saindo, fosse o encontro no refeitório, na rua, na escada, na estufa ou perto do elevador, ela dizia que mais tarde voltava. De cabelos brancos e amarelos, vestia muito jeans, blusas coloridas e tênis. Uma das primeiras anotações que fiz de Açucena foi uma frase que ela disse enquanto almoçávamos “Quando minha filha desapareceu eu fiquei um pouquinho lá”. Sorria bastante, o que enfatizava muitas vezes os conteúdos proferidos em voz baixa. Açucena estava sempre com pressa; pressa de comunicar, mas também de encerrar conversa, pressa de sair, pressa ao chegar. E pressa de procurar por Miosótis, como chamo sua filha, que “foi dada como morta e como desaparecida”. Por meio da cor de suas pupilas, que lembram a flor da Miosótis, essa mãe era conhecida na Estação Sentinela. Açucena, em algumas perspectivas, brilhava sua filha; em outras ofuscava sua partida[207].

Nascida na década de 1940, em São Paulo, chegou à Estação Sentinela em 2015. Miosótis, de quem Açucena se desencontrou alguns anos antes, era presente tanto no tempo quanto as suas diferentes respostas à vida de sua filha diante de distintas narrativas de sua morte. O cuidado, busca e plantação da memória de sua filha se vinculava de forma porosa à busca por Miosótis, e alguma outra definição que não finitude, a contar da relação entre morte e desaparecimento informados repetidamente por ela. Casa também tinha também uma significação a ser procurada por Açucena e relacionada à memória de Miosótis.

[207] Luara dizia que Miosótis morava numa cidade em Minas Gerais e que Açucena sabia disso, mas que estava “ficando fraca da cabeça”.

O desaparecimento de sua filha aparecia também quando ela contava sobre as brigas com alguns familiares, mais especificamente seu sobrinho e seu irmão[208], filho e pai, e sua saída de uma residência em que morou a maior parte do curso de sua vida, que chamo de A Casa. Açucena fazia referências a duas casas com mais frequência ao tratar de sua chegada à Estação Sentinela e de não ter mais casa. Da casa em que residiu com a família desde que nasceu, se mudou, com sua mãe, pai e dois irmãos, para a casa construída num terreno que fora comprado quando ela tinha quatro anos. Desse terreno Açucena se mudou ao casar. Moraram num quarto de outra residência. Depois retornou com o marido, que construiu uma casa para eles, no mesmo terreno. Mantenho no texto o marido de Açucena sem nome porque ela nunca me disse o nome dele, e se referia a ele por "marido" e "pai de Miosótis". Algumas informações sobre alagamentos da casa apareciam em mais de uma conversa também. Açucena ao falar comigo e com outras mulheres mais novas dizia "minha filha", além de falar bastante também "menina". Quando era sobre Miosótis, era sempre "a minha filha". Não era difícil ouvir e diferenciar as mesmas palavras. O artigo definido "a" de Miosótis era muito percebido, não permitia confusão entre "minha filha" e "a minha filha".

No dia em que tivemos a nossa conversa gravada, Açucena contou-me de várias formas sobre seu cansaço na procura por Miosótis. Ao me dizer que não estava louca, ela falava também sobre como era incômoda a forma como as pessoas entendiam sua busca pela filha. A questão de suas saídas durante o dia da Estação Sentinela, naquele momento, também contava sobre muitas vezes não ter fome e gostar mais de ficar fora dali. As saídas de Açucena articulavam seu passado ao seu cotidiano.

Manterei daqui em diante, com mais frequência, o dia de nossa conversa gravada por dois motivos: nesse dia nossa interlocução passou bastante pela questão de nome. Nome esteve em pseudônimo e na lembrança que "modificar nomes" deu quando contei que mudaria o seu nome e o de Miosótis. O segundo motivo, relacionado ainda a esse momento é que Açucena perguntou se eu estava anotando o que ela me dizia, mesmo com o gravador no celular ligado. Deste modo, a narrativa aqui passa a articular aquele tempo partilhado em seu quarto.

> *minha filha, eu já passei tanto problema na minha vida, eu não sei como estou aqui de pé, menina. Meu deus do céu, Jesus, o que é isso, eu converso com deus e ele me entende, aquele lá em cima, porque quando ele chega junto, ele chega, eu não saberia te falar, eu não gosto porque quando eu estou muito agitada, nervosa com o que acontece comigo depois eu fico revoltada aí eu embanano tudo para conversar e ficar circulando, pulando assim, é ruim meu deus ... o que é isso.* Aí eu sai já tem ...aí eu desci antes, não desci por aquela Ladeira Porto Geral, eu desci pela da... 25 de Março para depois virar para tomar o ônibus lá no Parque Dom Pedro, não é? Mas eu... aí, eu atravessei a rua e não fui, aí eu segui direto, aí tem o parque, tem a avenida, não tem a

[208] Açucena não me contou os nomes e não se referia a eles por nomes, mas como "sobrinho" e "irmão".

> avenida? Aí eu atravessei a rua, peguei o Largo da Concordia, a ponte, não tem uma ponte lá? No Largo da Concordia? Aí atravessei a rua, peguei ... fui a pé na igreja, na plenitude, na plenitude, eu fui na igreja a pé e voltei. Aí eu falei assim, ali...quando eu trabalhei ... perto do Parque Dom Pedro naquele ... chegou em uma avenida para atravessar, eu olhei para o céu e falei, ''Jesus, o senhor pode tirar a pedra do meu caminho?

Açucena me contava que àquela hora ela já tinha saído, ido na rua 25 de Março e na rua Porto Geral, tinha passado pelo Largo da Concórdia, Parque Dom Pedro e ao me contar deste parque, se lembrou de algum trabalho que pode ter sido também por ali. Mais do que o trajeto em si, Açucena contava que fez tudo isso por agito e que contar muita coisa podia agitá-la também. Enquanto ela me contava sobre A casa ela me contou mais uma vez sobre a outra casa em que morou com o marido, e depois me explicou que seu pai e sua mãe os chamaram para morar lá; "a minha mãe quis eu fosse embora para casa". Quando perguntei para Açucena se mudaram então para a casa dela, me respondeu:

> do meu pai, aí falou com o meu marido, ''Você como pedreiro'', ele já tinha feito três cômodos para o meu irmão, aí a minha mãe falou, ''Então, você faça um quarto para a minha filha e você vai morar lá'' e fomos, ele fez um quarto, meu irmão acabou com o meu quarto, acabou com o tanque, acabou com tudo [...]

Mais um dia eu não consegui compreender - e essa não era a questão - se Açucena foi para a casa de sua mãe e seu pai em tal terreno na mesma época que seu irmão acabou com seu quarto, ou se ela se referia ao seu irmão ter acabado com seu quarto mais próximo temporalmente do momento de nossa conversa. Essa continuou sendo a minha impressão. Dentre nossas conversas, Miosótis, seu tio e seu sobrinho apareciam recorrentemente. As brigas em torno d'A Casa apareciam a partir das palavras expulsão também.

Nesse dia, como disse, na única conversa gravada que tivemos quando estávamos em seu quarto, Açucena há pouco tinha voltado da Ladeira Porto Geral. Ela estava com um tênis que tinha comprado. Tirou da bolsa e guardou. Ao começar a gravação eu comentei que a entrevista era feita com ela, com o pseudônimo de Açucena. Foi a questão de "outro nome" que trouxe no azul de Açucena o azul de Miosótis. Quando falei que no trabalho ela teria outro nome, perguntou: "é?". Respondi que era para ela "não ser identificada e preservar assim, minimamente, sua identidade". Açucena respondeu: "Mas você sabe que não ligo, né ... o meu verdadeiro, porque, como se fala, é o verdadeiro que tem que ser do pai, da mãe... outro nome aí vai ser ...". Disse que era só uma estratégia e que falaria do que ela me contou.

> Açucena: Isso sim.
> Natalia: Isso sim, só o nome que vai precisar mudar realmente.
> Açucena: Mas com que vão mudar meu nome ... não tem jeito, você sabe.....desaparecida, aí ela foi... *o nome dela, mas pôs dois nomes na frente que não era*, aí ficou aquele rolo na delegacia, na polícia, aquela confusão toda, porque é que nem uma pessoa rapta outra, lá eles fazem diferente e

> muda tudo e aqui ... em São Paulo o nome verdadeiro do pai, da mãe, onde foi registrado, mas lá eles fazem outro papel e assim vai, porque minha filha tinha todos os documentos, identidade, CIC, CPF, minha filha fez o segundo grau....curso de capacitação ali na...

Quanto ao desaparecimento e morte que Açucena lidava diariamente naquele período, estimo que por volta de quase uma década, os dois nomes na frente ao de Miosótis teriam alterado o registro de procura. Não consegui compreender nessa conversa e nem nas outras o que aconteceu com emissões de certidões. Ao continuar a me dizer sobre Miosótis, Açucena me contou de suas mudanças de casa, passando também pela Estação Sentinela e o centro de acolhida que habitou antes da sua chegada ali. Açucena falava de vínculos com sua filha e de outros. Nas suas falas rápidas e baixas me disse que por algum período ela trabalhou como empregada doméstica numa residência, cujos donos se mudaram para Campinas. O "me largaram" e "eu ficava na casa deles" podem sugerir que Açucena habitou tal residência que trabalhou, mas também referir à quebra de vínculo de trabalho e da própria relação. Em seguida, contava sobre uma amiga no abrigo com quem ela se relacionava e de quem cuidava, bem como da diretora do abrigo, que queria que Açucena voltasse para lá. Falava também dos diretores da Estação Sentinela: que eles não tinham culpa das coisas que aconteciam dentro do "abrigo", como ela referia a Estação Sentinela[209], que "hoje em dia ninguém obedece, ninguém, nem os filhos obedecem pai e mãe". Falou ainda que as pessoas usavam os filhos e falavam "que eles que não prestam, mas a vida... até bom, até demais, mas eles que não acham que é bom". E que então ficavam os problemas. Me perguntou se não era ruim isso e continuou "Deus me livre, a minha filha não me largava por nada, a minha filha era apegada comigo..."

Ao me contar sobre a pasta do "posto" de onde ela morava antes, lembrou de uma colega, com quem se relacionou em outro albergue, também em outra região da cidade. Ao me contar que já tinha lá mesmo pedido para sair, referiu que em tal centro de acolhida tinha criança, "assim de 12 anos, criancinha". Outras saídas suas pela manhã foram rememoradas por ela, no momento em que estava em tal abrigo:

> eu saia de manhã cedinho e saio para fora, porque eu não gosto de ficar muito em um lugar parada, eu gosto de ficar junto com o povo, você entendeu? Eu gosto, eu ficava com a comunidade, eu saia da minha casa de tarde, aí eu ficava com a comunidade no centro da cidade que leva comida, roupa, calçado para as pessoas, eu ficava com eles, eu gostava e até hoje eu tenho vontade de ficar com eles, mas eu não posso por causa que aqui tem horário para entrar, mas eu vou te dizer, aí eu entro

Depois de falar que entrava na Estação Sentinela por conta do horário me contou sobre quando entrava na igreja. Que era tanta coisa que ela não falou para ninguém e que Deus

[209]Equipamento cuja nomenclatura oficial é Centro de Acolhida para Idosos.

era testemunha viva disso e que ela não brincava com Deus, porque “se anda com o céu, se fala com o céu”. E me perguntou quem ia para o céu. Me perguntou também se eu andava lendo os testamentos. Perguntou o que eu era, se psicóloga. Falei que não. Perguntou se uma doutora ou se eu queria ser uma doutora, uma médica. Lembrei que eu fazia a pesquisa na Estação Sentinela. Contei que eu era pesquisadora. Pronunciei o nome antropóloga e Açucena me disse que era bom ser estudada.

> a minha filha também, ela é inteligente, as notas delas eram tudo azul. Olha, quem quiser ir para a escola lá, vai se formar, ela nunca respondeu com o diretor e uma diretora, as notas dela eram tudo azul, ela, desde o primeiro ano até o segundo grau, as notas dela eram tudo azul, ela ficava na escola e o que aconteceu na escola? Ela passava de ano e às vezes eu pensava que ela estava triste por alguma coisa, eles falavam, ''Não, aqui ela nunca respondeu para nós diretores, diretoras, professores, professoras. A sua filha era quieta, nunca brincou com aluno'', e ela ficou no hospital, sem mentira nenhuma, quem quisesse informar ia ver que foi a verdade, tanto na escola, ela fugiu da escola para saber se passou de ano e estava tomando remédio ... minha família acabava com a minha casa, as minhas coisas ... eu comprei fogão elétrico nas Casas Bahia da Vila [Bairro em que morava], na época não tinha crédito, mas eu comprei, eu recebi o meu pagamento e o que eu fazia? Eu ia pagar a prestação do fogão, um fogão tão lindo de seis bocas, perdi, não pude nem usar, tudo o que eu tinha na minha casa eu perdi, arrumei um quarto ... tive que sair...

Açucena recordava de uma só vez, novamente d’A Casa, Miosótis e a família consanguínea delas. Me disse que sua família era o problema. Perguntei o porquê de ser problema.

> Porque o meu irmão queria a minha parte, eu vim agora da ordem dos advogados do Brasil, eu achei ruim lá, minha filha era uma criança, veio aqui...ficou uma moça, veio aqui a última vez, ninguém resolveu nada e a minha filha sumiu ... eu falei, ''Aonde que está a ordem dos advogados do Brasil?'', agora mesmo eu falei com eles, eu fui lá, a reportagem lá ... Datena, na Rede Record, eu conheço ali do fórum criminal, *fiquei um tempão ainda com eles e me avisaram no momento mais difícil que a minha filha foi dada como morta e como desaparecida.*
> *Não era nem para eu estar em um abrigo assim, não era, minha filha, eu tinha... é melhor só do que mal acompanhada, você sabe disso? Você não concorda? Você nunca pode se envolver em um lugar que é desse... não estou falando dele, ele que orienta, ele faz o melhor, mas a gente... porque dentro do abrigo sempre tem pessoas erradas.*

Açucena foi avisada que seu irmão queria a sua parte do terreno após Miosótis, a sua filha, ter sido dada como morta e desaparecida. Uma referência a um fórum de outras ocasiões de quando falava d’A casa e de sua cunhada, esposa e mãe do irmão e sobrinho que ela referia com frequência, me dava dúvida se havia algum processo em torno d’A casa e se encontraram em audiência ou ainda se era alguma audiência relacionada à Miosótis. Embora Açucena fizesse referência a esse fórum, nesse dia ela falou do Fórum Criminal da Barra Funda. “Não precisava estar no abrigo” por ter “casa”. “Melhor estar só do que mal acompanhada”,

entretanto, fazia referência não só À Casa, mas também à Estação Sentinela. O envolvimento como uma evitação aparecia não somente em sua fala como também nas suas longas saídas da Estação Sentinela[210]. Além disso, ainda que articulada ao agito que ela referia, a rua também a acalmava:

> são muitos problemas em cima de mim ... essas histórias, fico até na rua. Nem quero bagunça comigo, eu consigo ficar sentada no canto, ficar com os meus amigos lá fora, as pessoas passando, eu passando, é um alívio na minha cabeça e coisa errada eu também não gosto, nunca gostei.

Aquela foi a única vez que vi fotografia de Miosótis. Enquanto procurava, Açucena disse que tinha a roupa dela da escola em sua casa. Me contou também que não queria ficar mais no abrigo, mas que ir para A casa seria ficar na mão. Em pergunta dizia "na mão de quem? Dos meus parentes?" "A minha filha queria uma casa melhor" apareceu muitas vezes nesse dia. Açucena me disse que o diploma de sua filha estava lá na Estação Sentinela e que "tinha horas que ela pegava a foto e depois ficava ruim"

> Natalia: Então não pegue agora.
> Açucena: Não, agora eu pego porque eu já estou meio triste por causa da minha filha, sabe? Eu quero te mostrar para você ver como que a minha filha era uma boneca, vou pegar aqui, ela...
> Natalia: Quer ajuda em algo?
> Açucena: fica muito pesado para você, a gente... eu estou muito revoltada com isso, eu achei ruim, fui na delegacia. Acho que está aqui. É, está aqui. É aqui que está a foto da minha filha. Olha, você tem que ver, eu vou restaurar toda foto da minha querida... eu era para ter quatro filhos, Mauro, a Cíntia, o Jonas e a... essa minha filha aqui. Vai com deus. Eu tive uma ideia. Eu pus até a foto da minha filha no meu ... da bíblia, tudo que tiraram contra mim, deus vai, ele vai cuidar muito bem...ele não quer ver, assim, ele já quer que eu saia desse abrigo da prefeitura. Olha ela aqui, é ela. Olha ela aqui, aquela foi com o pai dela. Não é fácil, não, viu.

O pai de Miosótis tinha aparecido poucas vezes em nossas conversas, quase sempre relacionado à casa que construiu, e que anos depois Açucena saiu por causa de conflitos familiares. Naquele dia Açucena havia me contado um pouco sobre o "cômodo e cozinha" que ele arrumou e que ainda via um vizinho que ainda mora em frente à essa casa, intermediária da sua saída e volta à Casa. Na sua cama além de sugerir alguma relação do pai de Miosótis com "aquela" que tinha ido embora com ele, me contou que o marido nunca parava em emprego nenhum e que ficava muito com amigos. Não sabia onde. Contou-me também que sua renda era de pensão do marido. "era pedreiro e era segurança, meu marido trabalhou em banco, em shopping, ele trabalhava, mas só que ele não parava muito no serviço, porque ele parava com

[210] Os conflitos e evitações, além de serem referenciados no capítulo 4, estiveram nas vidas na Estação de outros interlocutores, como de Salgueiro, Valquíria e Amarílis.

os amigos...".

> Natalia: Parava com os amigos?
> Açucena: Ficar com o colega, o conhecido dele.
> Natalia: Mas de ficar em algum bar? Essas coisas?
> Açucena: Eu não sei onde ele ficava, aí sabe o que acontece? Aí ele teve aquele emprego, aí arrumava outro da mesma forma de segurança que até... saia de um e entrava no outro, saia no outro, entrava no outro e ele arrumava cada serviço bom e eu achava ...meu deus do céu, aí a minha vida foi... se eu for contar a minha vida, minha filha, já caiu telhado em cima de mim, o meu sobrinho...lá na minha casa, vizinhos todos me conhecem e eu acho que eles nem sabem onde eu estou, pensam que eu até morri, não vi mais a minha filha e a minha filha ... todo mundo sentiu lá. Tem bastante conhecidos onde eu moro[211].

A casa era ainda uma moradia, não frequentada, e uma pertença ambígua. A relação entre Miosótis, Casa e Centro de Acolhida nesse dia apareceram de uma forma diferente; estavam mais juntas. Considero também a presença da foto de Miosótis uma grande articuladora daquela junção; não nova à Açucena, mas a única vez que ouvi. Uma casa que alagava de água também apareceu mais de uma vez.

> a minha filha queria... que ela tivesse uma casa melhor e eu, e no fim ela quer que eu tenha ainda, mesmo não sendo onde ela está, deus sabe, ela queria... ela queria o melhor, ela falou, ''Eu quero ter uma casa melhor, eu não quero ficar nessa vida assim, não''.

Miosótis não estava mais com Açucena em nenhuma casa. Açucena não queria estar na Estação Sentinela, mas não podia voltar para A Casa. Açucena não considerava ali casa de ninguém. A chamava de abrigo. Chamava os centros de acolhida pelos quais passou assim e a palavra casa vinha quando se referia à casa da qual tinha saído. Açucena atentava, constantemente, que queria outra casa. Os sentimentos vivenciados e narrados por Açucena se organizavam ritualmente (LE BRETON, 2011) à Misosótis e à procura cotidiana de pertencimento. Essa procura fazia a manutenção de passados presentificados.

Ester

"Acho que eu parei aqui. Eu tenho que continuar.
São dez coraçõezinhos em forma de flor" - Ester

"O homem que não sabe onde mora, vai abrindo todas as portas"- Ester

Antes que Ester me contasse sobre sua vida, tapetes e crochê em seu tempo, a via tecendo. Barbante e linha Clea em suas mãos outras vezes estavam parados em sacolas. Ester

[211]Chamou-me atenção quando notei que perguntei "Mas de ficar em algum bar" à Açucena quando disse que o marido ficava com colega. Uma convenção de relações entre homens conhecidos e casamentos heterossexuais por minha parte estava na pergunta.

ainda não tinha a idade de solicitar o benefício de prestação continuada (BPC) e não era aposentada, apesar de ter permanecido cerca de 20 anos no primeiro emprego. Entre tecer "à toa" como referia, mas também vender, Ester tinha "encomendas", mas às vezes ficava sem tecer pelo preço dos barbantes. Não sendo a única na Estação Sentinela que fazia tapetes e nem que vendia, o fato de não ter aposentadoria e nem BPC era também ponto entre as linhas, suas mãos e agulha.

Nascida nos anos 1950 na região metropolitana de São Paulo, não sei em que ano Ester chegou à Estação Sentinela; "Não lembro mesmo, é muita coisa na minha cabeça". Apesar de ter me recebido quando em seu quarto compartilhado com Íris e Amarílis, somente quando já estava em outro quarto é que Ester quis conversar para a pesquisa. Muitas vezes eu conversava bastante no quarto com Íris e Amarílis, mas em algum momento perguntava se elas queriam "dar uma volta"; dentro ou, dependendo da hora, fora da Estação. Dar uma volta era uma ideia para sairmos do quarto se eu sentia que a conversa estava incomodando alguém. Isso tinha muito a ver com o receio de incomodar Ester, por certo tempo também Ornela e Guida, mas, principalmente, Jandira[212], porque ela e Íris tinham conflitos. Outras vezes eu ficava lá. Por vezes eu perguntava se queriam dar uma volta e Íris e Amarílis não queriam sair de lá.

De conversa em conversa, muitas vezes falávamos então em quatro ou cinco pessoas. Eram assuntos frequentes os percervejos, o barulho da rua, a detetização da Estação Sentinela, o sono, e, até o fim do primeiro ano de campo, os passeios[213]. Ester muitas vezes dormia ou descansava com olhos fechados quando o quarto estava mais silencioso coletivamente. Algumas vezes, mesmo com o quarto sem conversa entre todas que estavam ali, com olhos abertos, ouvia e sorria. De todo modo, eu não era a única a frequentar o quarto. De manhã ou à tarde, todos os dias, mas em horários variados, funcionárias e funcionários da Avença da Compaixão responsáveis pela realização prática da limpeza dos quartos entravam ali também.

Quero dizer com isso que acredito ter me relacionado com Ester antes dela mudar de quarto e antes dela falar para eu ir ao quarto dela, ainda que muitas vezes de forma indireta. E que por essa relação é que penso que ela quis participar da pesquisa.

Apesar de não lembrar o ano em que chegou à Estação Sentinela, me dizia que fazia tempo. Entre outros centros de acolhida pelos quais passou, dois deles não eram CAEI e o outro sim, a Guarida Damaris. Os centros de acolhida que não eram CAEI eram um CA e o outro CAE,

[212] Faço uma referência, também em nota, aos conflitos entre Jandira e Íris no capítulo 2.
[213] Durante meu período de visita ali, os passeios da Estação Sentinela foram mais frequentes na presença do monitor Jackson. Essas informações estão no capítulo 4.

ambos na região central da cidade. No CAE, Ester me contou que teve duas malas roubadas: “Fui roubada lá dentro. Roubaram duas malas[214] e uma agenda tava dentro”. A agenda é uma materialidade que tem seu uso modificado tanto por quem tem celular quanto por quem não. Configura ainda uma materialidade que muda geracionalmente. Para Ester, não estar com a agenda, fosse qual fosse a convivência que teria tido com ela nesse itinerário, modificou seu acesso a contatos que ali estavam. Além disso, a agenda significava muitas vezes apenas contatos anotados, que os interlocutores mostravam em seus cadernos. Não sei se Ester tinha um caderno-agenda ou não, pois não me mostrou. O que ela me contou ao falar da agenda roubada era que os contatos telefônicos e outras informações foram separadas dela durante sua chegada aos primeiros centros de acolhida em São Paulo. Alguns termos que Ester referiu durante nossa interlocução em diferentes conversas para contar sobre sua chegada a uma cidade no Paraná, que apresentarei adiante foram “desnorteada”, “cansada da minha vida” e “de albergue em albergue”.

Quando começamos a conversar, ela estava tentando encontrar seus filhos desde a saída da casa onde morou por mais tempo. Os procurei pelos nomes que Ester me informou, no Facebook e no Google, e comentei com ela que não encontrei perfis com aqueles nomes. Ester conviveu por pouco tempo com eles. Certa vez em que perguntei a idade deles ela me disse que nem sabia mais, mas em outro dia me contou as datas de nascimento. Trabalhou e morou numa casa em Campinas como empregada doméstica por mais ou menos vinte anos. Me contou que, quando foi trabalhar nessa casa, seus filhos Leonardo e Alexandre foram morar “na casa dos japoneses”, “um casal” na zona sul de São Paulo e Juliano, o caçula, foi morar com uma senhora a quem Ester chamou de Jussara. Falando de Juliano, que tinha três anos na época, ela disse: “Tava doente, precisava trabalhar e não tava tendo mais paciência com ele”.

Os filhos Leonardo e Juliano, mais velho e caçula respectivamente, a visitaram ali. Juliano, entretanto, do que compreendi, morou também com Ester por certo tempo na casa em que trabalhou em Campinas. Após sua demissão, Ester foi para São Paulo, mas não se viram mais desde então. Do filho do meio, Alexandre, ela não tinha lembrança de visita em Campinas e dizia que este filho preferiu ficar mais afastado. Que ele era muito esforçado e preferiu se afastar para “não complicar mais a situação”. Ester morou também em outra cidade do interior, a mesma que Leonardo nasceu e que ela achava que ele morava. Quando me contou do pai de Leonardo, me disse que eram “como amantes”. Seu problema, na lembrança de Ester ao comentar a relação, era que ele “bebia e fumava muito”. “Como amantes” na fala de Ester fazia

[214] Morgana, com quem nunca consegui conversar, levava suas malas, comumente duas, para o almoço na Estação Sentinela. As referências a ela, além do nome, se davam pela expressão “a da mala”.

referência a não serem casados no papel. Da convivência com o pai de Juliano e Leonardo Ester não me contou.

A cesárea de Juliano aparecia também em algumas conversas sobre sua dor muitos anos depois. A "anestesia deu problema"; Ester teve uma infecção e referia sentir, desde então, dor no osso do quadril. Sobre essa anestesia e cesárea, Ester comentou mais de uma vez em nossas conversas. Em um de nossos encontros, ao mostrar-me algumas feridas em sua cabeça, tentava apontar os líquidos nela. Me disse que era escabiose e que a médica lhe disse que era sífilis. Sua situação de saúde se amarrava a lembranças de outros períodos, como a infecção pós-cesárea de Juliano. "A minha bolsa virou uma lancheira. Esse aqui tenho que tomar 2 essa hora". Eram 16:30, conforme minhas anotações. O remédio para dormir e para dor que me mostrou era considerado antidepressivo. Havia também remédio para estômago e para alergia. Não tive o costume de procurar pelos nomes de remédios que eu via ou via. Esse foi dos poucos pelos quais procurei. Penso que busquei informação sobre a medicação pela lancheira de Ester e por como ouvi as dores que ela narrava sentir; por conta de sentimentos ao ouví-la. Além disso, os remédios e as medicações, em caixas e cor de prata com seus nomes, começaram a ser mostrados mais nos quartos e nas conversas a duas, como a nossa.

As medicações dividiam o dia em horas e horários na Estacão Sentinela, e eram administradas por orientadores a pessoas que não tomavam sozinhas os remédios. Havia remédios para depressão, ansiedade e outros nomes referentes à saúde mental, que, em tal instituição, tinham recorrentemente relação com falas como as que Ester referiu; "problema na cabeça" e "problema de cabeça". De algum modo, como eu não tinha acesso aos prontuários dos interlocutores, procurar sobre as medicações me parecia um limite que eu não quis transpor, e eu ouvia sobre a medicação conforme me diziam. Anotava os nomes, se me dissessem. Muitas vezes a polifarmácia era referida por sintomas e funções, sem nomes. Eu anotava como diziam, como uma tentativa de não focar no remédio em si, mas sim no que me diziam sobre os remédios. O que eu faria em torno da medicação que Ester me mostrou, por exemplo? Perguntaria a ela o motivo de remédio para dormir e dor? Perguntaria se ela "tinha" depressão? Não. Ester referiu dor, e dor pode ser e ter muita extensão. Procurei ouvir sua dor do modo que ela me contava e sem confrontar o aparente desagrado que tinha pela ideia de "problema na cabeça": "Não cheguei ao ponto da loucura. Eu posso ter todos os defeitos, mas isso... eu só to assustada".

Uma das dores de Ester me era narrada também com a emoção raiva. Não ter ficado muito tempo com seus filhos, como dizia, aparecia em sua fala em mais quatro diferentes períodos a contar daquele presente; "Por que essa palhaçada de sumir, não querer saber de mim?". Com o seu trabalho, por não ter morado sempre com seus filhos. Com a maternidade:

“Depois que eu tive meus filhos eu não tive mais saúde”. Com a primeira gravidez: “Quando eu fiquei grávida já estava doente. Já estava desnutrida. E a gravidez foi pra frente. Eu não tive coragem de abortar”. Por ter ficado grávida a primeira vez: “eu fiquei grávida porque eu sempre fui problemática e eu não me preveni”. A dor que Ester me contava também estava relacionada não apenas “a ser mãe”, mas também ao seu lugar como filha e como neta, a partir do que me contou sobre sua infância. Ela não foi criada pela mãe consanguínea e pelo pai consanguíneo, mas sim por sua avó, com quem teve uma relação difícil. Ester dizia que não era uma pessoa extrovertida e que teve problema desde que nasceu.

A palavra *muito* aparecia ao se dizer magoada e maltratada. Dizia que apanhava de sua avó e que nunca fez tratamento dentário ou médico. Me contou também sobre a relação de seu tio com sua avó. Não sei se esse tio era filho de sua avó, pois de nenhum deles Ester me contou o nome. “A minha vó me roubava, escondia as minhas coisas, me obrigava a *vestir roupa velha para eu parecer uma mendiga* e ela tirar dinheiro do meu tio”. Ester viu seu pai somente por fotografia. Em um caderno de campo anotei sua fala: “Depois de histórias que me contaram, da relação dele com a minha mãe...ele era um vigarista”. O gosto por beber e fumar ela também associava ao pai e ambas as ações relacionava ao “vigarismo”: “Meu pai sempre foi vigarista, gostava de fumar, bebia...”. Uma outra dor de Ester estava relacionada ao pai de Leonardo, naquela ocasião também chamado de “vigarista” e que foi “explorada por ele”. Ao contar sobre as gravidezes expressou: “eu nunca tive uma história de amor”.

Ester foi a primeira interlocutora que me contou sobre a proibição de ofensas racistas que havia nas regras do centro de acolhida. Em um período em que ela estava com problemas no quarto, reclamou-me de uma das companheiras de dormir. Ao se referir à companheira, disse “Me comparando com ela.... eu não sou negra, minha mãe era alemã e meu pai do cafundó da Russia”. “Negro você sabe como é... gente com problema na cabeça e negro, não quero saber”. Perguntei por quê. “Eu nunca gostei, não gosto e nunca vou gostar”. Quando essa frase foi proferida a mim, perguntei então se lhe havia acontecido alguma coisa: “Sim, no passado aconteceu e eu peguei nojo e ódio”. Contou sobre um assalto na casa da avó e que o assaltante tinha atirado. Ao contar-me “nunca fui apaixonada por negro nenhum”, Ester contou que com mais ou menos dezessete anos “um negro me obrigou a sair com ele, mas obrigou mesmo”. “Odeio essa raça. Eu só não mato porque só estou com uma tesoura”. Esse homem, uma amiga, que caracterizou como falsa, e a sua avó foram naquele dia relacionados à sua, naquele momento, situação atual: “Essa situação que eu passei, o negro, a falsa amiga, as tramoias da minha avó.... isso me deixou nessa situação”.

Em um dos quartos que esteve contava-me que o “CREAS queria mandar tudo pra abrigo de idosos, mas que não via como morador atrapalhava ali”. Ao me dizer que não “era

contra homens morarem nos asilos com mulher", disse que "o homem que não sabe onde mora, vai abrindo todas as portas". O que Ester referia, em minha compreensão, era a rotatividade da Estação Sentinela em termos de habitantes, mas a continuidade de uma proporção mais ou menos de 70 homens e 30 mulheres, proporção que, embora eu não tenha recebido em papel, me foi contada na fala de Ivo[215] ao dizer-me que "como CA, mesmo que especial, a Estação Sentinela tinha esse reflexo da população em situação de rua: mais homens que mulheres". Ester, ao acionar a palavra crime, costumava relacioná-la mais ao gênero masculino. Em uma das ocasiões de conflito entre polícia militar e civil no "fluxo", como era referida a Cracolândia na Estação Sentinela, me disse que "teve uma guerrinha com eles sim. São todos analfabetos... alcoólatra, viciado. Só tão atrapalhando, vamos dizer, o mundo inteiro". Me pareceu nessa ocasião que Ester associava a Cracolância e drogas e álcool a uma masculinidade, e "má", não em efeito de linguagem neutra/masculina. Quanto mais caminhos abertos via CREAS, conforme sua preocupação, para homens "com essas condutas" mais difícil era a tranquilidade dela na Estação Sentinela.

Em um outro caderno tenho anotada uma outra frase de Ester relacionada ao seu desgosto na Estação Sentinela: "por mais que seja ruim a situação com meus filhos eu prefiro aguentar eles do que aqui". A procura por eles naquele período se encontrava também com a do tio de Ester, para quem ela escreveu e não recebeu uma carta de volta. Ester se referiu a ele uma vez como "não santo". Juliano, pelo que Ester sabia, estava morando na casa desse seu tio, que era, portanto, tio avô de seu filho. A casa, localizada na zona sul da cidade de São Paulo, era mais "como uma chácara", "bairro pouco movimentado". Ao dar mais detalhes do bairro, Ester disse que Juliano e Alexandre estavam lá, e de Leonardo ela não sabia.

Na conversa gravada com Ester ela me contou sobre a demissão do trabalho de mais de duas décadas em Campinas. Dona Jude[216] e "o patrão", a quem Ester se referia dessa forma, moravam em uma casa alugada e em determinado período, o dono da casa disse que precisava da residência e Dona Jude fez uma cirurgia.

> o meu patrão falou para a Dona Jude: "Eu vou pôr você para ficar com a sua mãe lá na casa dela porque eu preciso entregar essa casa. O dono está querendo vir morar aqui". Ficou nisso. Eu sei dizer que um dia ele chegou lá na casa onde a gente morava e não sei com quem ele conversou, o que aconteceu, que ele falou assim: "Ester, vou te mandar embora. Eu não sou o dono dessa casa, eu tenho que entregar esta casa. Estou cheio de problemas também, já sou idoso, estou doente. Então não vai dar mais para ficar".

Ester recordou com raiva e se chamou de "muito burra" por não ter ido à rodoviária da cidade e ter então vindo para são Paulo. Quando ela saiu de lá foi até São Carlos.

[215]Assistente social que entrou após a saída de Maria Inez.
[216]O Dona mantive.

> Eles me mandaram embora, eu peguei o ônibus e comecei a viajar. Eu estava muito transtornada. Eu saia de uma rodoviária, entrava na outra até que eu cheguei em Cornélio Procópio. Achei o meu primo lá e fiquei com eles até eles me mandarem embora. Foi isso que aconteceu.

Nesse município, Ester recebeu uma passagem para São Paulo. Ao lembrar que estava "com problema de saúde" e "com problema de moradia", "tudo isso num equipamento da assistência social", continuou:

> Eu sei dizer que ela só disse isso: "Olha, a gente que é daqui, só aceitamos pessoas aqui. Pessoas de fora não estamos aceitando. O albergue é só uma pernoite. Agora a senhora já dormiu, já deu uma descansada, almoçou, está bem alimentada. Agora a senhora volta para trás. Não podemos ficar com a senhora nessa idade, doente e com um benefício que não garante nada. É só um benefício". Aí eu peguei a passagem e voltei para trás.

O "voltar para atrás" referenciado por Ester faz referência a voltas de mecanismos em torno de municipalizações de sujeitos e da importância da "origem" nas tramas assistenciais. A "cidade de origem" nessa memória, nesse voltar para atrás sugerido e seguido, atravessa a governamentalidade e os trânsitos em corpo, como o de Ester. Município e origem atravessaram possibilidades e agência dela e daquela instância.

Naquele dia perguntei para Ester se ela tinha contato com seu primo, com quem morou em São Carlos, e ela me disse que não. Sobre o contato com Dona Jude e o marido dela Ester disse que não tinha e nem queria ter contato: "Não e nem quero. Eu fiquei doente, eu sofri muito. Não vale a pena". Ao me dizer que "sofreu tanto", Ester informava também a partir das palavras "competente" e "amiga" suas frustrações e expectativas em torno da família:

> Você vê que eu sofri tanto na minha vida por eu não ter uma família competente, amiga. Como a minha família é toda destrambelhada, são alcoólatras, são fumantes, aí eu não quis nem saber de casamento, não quero saber de homem para morar comigo, não quero me amigar.

Nesse sentido, a amizade aqui referia inspiração para a relação familiar (COELHO; REZENDE, 2010), enquanto a competência pode ser relacionada à moralidade e estrutura, o que se evidencia pela palavra destrambelhada, usada por Ester e ligada a álcool e fumo. Não querer saber de casamento com alguém com tais hábitos - lembremos que ela referiu o pai de Leonardo com essa descrição, considerada ainda problemática para a relação – conta também de uma experiência afetivo-sexual não quista.

> Casamento não vai resolver o problema, só vai aumentar o meu problema. Porque é uma encheção de saco do caramba. Maltrata a gente, humilha. Um monte de coisa assim. Não estou a fim de aguentar isso, não. Não estou mesmo. Pior por pior, eu prefiro morrer sozinha do que mal acompanhada.

Humilhação aqui como sentimento fazia vinco também com receio de emergência de tal sentimento, assim como podia sugerir lembranças não ditas por Ester a mim. A contar do

passado com o pai de Leonardo que ela referenciou, sem detalhes, por “não ter dado certo, mas que se relacionaram”, o casamento “como amantes” (não formal) também me veio em eco como um receio que Ester informava ter sentido ao longo do curso de sua vida. O casamento, em papel ou “como amantes”, carregava o risco de aumento de problemas, que articulava seu passado ao presente. Havia, portanto, uma significação própria (LE BRETON, 2011) de reconhecimentos de sensações e da relação destas a um sistema de sentido e de valor (LE BRETON, 2011).

Naquele dia ela estava com bastante dor no útero e no estômago. Tinha também passado por uma queda. Ela estava cansada e com sono, mas falou mais um pouco mesmo me dizendo que estava com vontade de parar. Depois de certo tempo, fui eu que pedi para continuarmos outro dia. Esse outro dia não aconteceu.

Ao me dizer que não morreu porque Deus não quis, me dizia que tinha tudo para morrer e não morreu. Quando conversávamos durante o período de campo, ela estava com “problemas”, conforme suas palavras, no útero, e passava pomada: “Não posso operar mais, mas eu cuido de mim assim. Eu ponho pomada. Só não estou fazendo lavagem que não é o caso. Eu não tenho corrimento. Eu só tenho dor, muita dor, a barriga fica inchada”. Ao comentar que tinha feito uma radiografia do estômago, disse:

> mas aquele merda daquele médico não me fala nada. Só diz: "Está tudo bem", não sei o que. Não sabe nem conversar. Eu peguei a chapa e deixei ela no balcão da farmácia, vim embora. Nem fiquei com a chapa na mão. Ele não me deu explicação nenhuma. Se é problema que eu posso curar, então eu vou na farmácia e eu mesma compro o remédio. É caro, mas eu compro. Aí eu tomei remédio de vermes. Eu estava achando que a dor que eu sentia no estômago eram vermes. E de fato, tive um pouco de vermes, sim.

Tinha comprado um remédio para os vermes e me disse que tinha aliviado: “Ele me fez bem, me aliviou um pouco. Porque tudo que eu tinha de mal, saiu. Eu puxei a descarga e foi embora”.

> Eu tomei também aquele tal de cloreto de potássio. Que coisa amarga, pior que os remédios que eu tomo. Muito amargo, muito mesmo. Aí eu tomei na dosagem certa, que já vem marcado. Eu tomei um copinho, depois passado algum tempo, tomei o segundo copinho, até que melhorou o meu intestino e o meu estômago. Eu estava carregada de vermes e com uma pequena infecção. Teve uma semana que eu fui parar lá no hospital. Estava sentindo dor que não estava aguentando. Fui lá no hospital, o rapaz me aplicou uma morfina. A morfina fez o efeito dela e eu comecei a vomitar, mas só água. Não sabia de onde estava saindo aquela água. E me deu uma dor de cabeça. Falei: "Pronto, agora vou ter um derrame aqui". Eu chamei a enfermeira. Ela disse: "Ah, Dona Ester, para de vomitar, vai no banheiro". Mas eu ia descer daquela cama alta de que jeito? Eu ia me esborrachar no chão e ficar lá. Aí ela me aplicou mais uma injeção, metade de uma morfina completa e me deixou dormir porque eu já tinha esvaziado o meu estômago.

Ester nessa mesma conversa me disse que estava querendo ir embora. Que não

aguentava mais morar em prédio. O bairro, “inferno”, também estava em ênfase naquele dia: “É rádio ligado, é gente que chora, é gente que fala, é gente que xinga. Ai, não. Não estou acostumada com isso. Não estou mesmo”. Perguntei se ela tinha conversado com a equipe de psicologia e serviço social da Estação Sentinela sobre a procura de seus filhos. A “loucura” do Prédio também apareceu: “Esse prédio aqui já é uma loucura para aguentar. Então eles não querem saber de mais problema”. Algum tempo depois dessa conversa gravada, Ester foi transferida para uma ILPI, cujo nome e localização eu não soube.

Minerva

“-Por que você decidiu falar comigo?
- Há quatro anos você me persegue”
- Conversa com Minerva

Via mais Minerva fora da Estação Sentinela ou chegando. Não nos sentávamos perto com frequência no almoço. Sempre me cumprimentava, às vezes com um aceno do rosto para baixo, seguidos do retorno de seus olhos amarelos para os meus. Lembro que uma vez a vi dormir toda coberta - e de quando ela tirou a coberta de seu rosto e se levantou num movimento só, rápido e silencioso. E ela dormia quieta. Seu corpo fazia mais barulho ao tossir. Magnólia uma vez em que estávamos próximas de Minerva, depois que ela saiu, num dos primeiros meses na Estação, me falava de “venenos” ali, como de costume. Naquele dia, o veneno que referia era cigarro. “Veneno que falo é aquele cigarro. Acumula um monte de coisa que sai com a tosse dela”. O mal do cigarro saía também com a tosse. Antes de me contar sobre o tratamento de tuberculose, o fumo também era narrado por Luara, mas junto do tratamento. Os comentários de Luara, que gostava muito de Minerva, além de preocupação e afeto, se alinhavavam também ao comportamento geral de comentar, por meio da *corrente de informações*, na Estação Sentinela sobre cigarro e bebida, desde narrativas que entrelaçavam saúde de todas e de todos às saúdes de um único corpo ou ainda, em termos morais e generificados, alinhavado a concepções de modelos de velhice ideais em termos de conduta de saúde.

Minerva por muito tempo não quis “conversar para a pesquisa” e “conversar em duas”. Não foi a única. Havia quem também não quisesse, mas conversava sem ser para a pesquisa, havia quem não conversava, mas cumprimentava. Havia uma série de possibilidades e mudanças e isso também era de “cada uma, cada um”. Trago essa questão porque ao longo do tempo minhas sensações em torno de algumas vontades de “conversar para a pesquisa” também mudaram, mas havia algumas relações nas quais eu desejava uma interação, do jeito

que fosse. Eu tinha certa admiração por quem não queria "participar de pesquisa"[217], mas outros afetos eram presentes nas minhas curiosidades em torno de respostas negativas à participação formal. Havia também um conformar-se diante da impossibilidade de uma conversa a duas, mas querer interagir, como acontecia com quem conversava comigo não "para a pesquisa".

Com Minerva seguia com respeito por sua recusa a participar da pesquisa e, durante os primeiros meses, além dela me chamar pelo nome, me cumprimentar fora da Estação Sentinela, houve um período que eu achava que Minerva conversaria. E ela não conversava. Às vezes nos sentávamos próximas no almoço, mas sem conversa. "Bom dia", "boa tarde", "tudo bem", "como você está", ambas perguntavam e se respondiam. Eu perguntava sobre Íris e sobre Amarílis para Minerva quando eu chegava na Estação. E assim seguiram as tardes, manhãs, almoços, os meses. Passaram-se os anos até Minerva decidir falar comigo. Mantenho a seguir um trecho de diário de campo que revela complexidades das preocupações de habitantes da Estação Sentinela e de questões em torno de pesquisa e interlocução. Ademais narra a pergunta de Minerva para mim antes de um dia em que, em contrapartida, consegui anotar menos linhas. Essa quebra de narrativa, alia-se ainda a quebras comuns de ritmos na própria etnografia e é considerada por mim também uma peça de Minerva na minha lembrança:

> Estava na calçada falando com Nubia, explicando a pesquisa. Nadir me diz que tenho as "palavras bonitas". Me pergunta se sou brasileira e assistente social. Nubia sai. Digo que não e que faço uma pesquisa sobre trajetórias de vida e cotidianos ali. Me diz sobre as "ONGs da prefeitura" e pergunta "O que é possível para nós, velhos?", "Eu não ando, eu não agacho". Digo que é o que estou tentando saber a partir de quem ouço. Ele pergunta se fiz teologia. Minerva me chama e diz que estão me chamando no refeitório. Quando entro na portaria, ela diz "desculpe, mas fiz isso porque ele é muito chato e você não ia sair de lá". Pergunta como seria a minha velhice. Disse que não sabia.

Não lembro com detalhes desse dia em 2019, a não ser um pouco da voz de Nadir e da porta da Estação. O restante, lembrar essa cena me dá receio até de um imaginar, efeito da leitura do caderno ao trazer a imagem. Nesse dia, em que falava com uma habitante da Estação Sentinela, que acabara de conhecer e que tinha o nome verdadeiro muito parecido com o de Minerva[218], ela me chamou para que eu não falasse mais com Nadir e em seguida também me questionou. Como as perguntas de Nadir e de Minerva se relacionam aos não desejos de participar de pesquisa e à recusa política, de Minerva e de outras e outros habitantes da Estação

[217] Lídia nunca quis participar da pesquisa e nem conversar. Me cumprimentava de volta poucas vezes. Olina também nunca quis participar. Apenas nos cumprimentávamos. Somente com a mudança de Amarílis, Olina passou a conversar comigo. Sua preocupação com Amarílis e perguntas sobre ela foram a maior parte dos assuntos que tivemos.

[218] Por conta dos nomes parecidos, mantive o antigo pseudônimo de Minerva para a habitante com quem conversava.

Sentinela, em relação à pesquisa? As perguntas me geraram desconforto justamente por desde ali não saber o que era e é possível para “eles”, “velhos”, conforme Nadir, e sobre e para sua não “autossuficiência” vinculada ao equipamento público em que realizava “a pesquisa”. “Eu não ando, eu não agacho”. Dizer que era o que estava tentando saber a partir de quem ouvia pode ser considerado pertinente pela palavra tentativa de saber. O que marcava seu questionamento era a utilidade e a prática da pesquisa, chamada por ele de “belas palavras”, em sua vida.

A palavra como distância da prática. Pesquisar para quê e ainda sem resposta? Ao mesmo tempo que há diversas possibilidades, também arriscadas, de adentrar a essa questão, aqui procuro entremear a pergunta de Nadir à recusa política de Minerva em “participar da pesquisa”. A pergunta poderosa de Nadir ecoa a uma vez em que Magnólia queria que eu interviesse e garantisse uma mudança de quarto que ela almejava. Contei para ela que precisava falar com a Clúsia e que eu poderia ir junto, mas que eu não trabalhava ali como funcionária[219]. Ela me disse “Então não vai adiantar conversar com você. Fala com outra moradora”. Tentei continuar a conversa naquele dia e ela me disse “Então fica quietinha, tá?”. “Quietinha” não era tanto para eu parar de falar com ela naquela hora, mas mais para manter segredo, como conversas anteriores e posteriores. A questão é que Magnólia conversava comigo, mas “para a pesquisa” ela, durante o período de campo, informava que só se houvesse um retorno específico, e que estivesse no mesmo momento de nossa conversa. Com constância me contava suas questões a serem resolvidas. Eu conversava, dava ideias. Posteriormente, como eu não resolvia, eu devia manter segredo. Não contar para a gestão, já que não fazia parte da equipe de funcionários. Esse era o termo que ela fazia com que eu assinasse pela palavra que sim, ficaria quietinha, sempre que planejava alguma mudança em sua habitação na Estação Sentinela e me contava. Magnólia também proferiu durante os primeiros meses de visita à Estação Sentinela uma frase em torno de curiosidade e “de fora”: “Pessoal que vem de fora é curioso. Mas quem vem de fora só quer saber da vida dos outros”.

Alguns dias depois do dia que Minerva me chamou enquanto eu conversava com Nadir, ela me chamou de novo, mas para seu quarto. Lembro do corpo esguio de Minerva vestido por uma blusa cinza, de seus cabelos, desde 2016 também cinzas de distintos tons e com fios brancos, sempre presos com rabo de cavalo baixo e com a orelha à mostra. Da sua voz. Do pouco tempo que me deixou ficar ali com ela. E de seu pedido para que parássemos porque iria sair. Do seu sorriso que leio com uma espécie de que “era isso o que tinha para contar sobre

[219] Essa circunstância tem vínculo com outras, como uma conversa com Ivo, assistente social em determinado período na etnografia na Estação Sentinela.

minha trajetória".

Minerva nasceu em Guaxupé, Minas Gerais, cidade conhecida por cientistas sociais como aquela que agrega as reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Nasceu nos anos 1940 e morou nesse município até os dez anos. Solteira, nunca se casou e estudou até o ensino fundamental. Penso que talvez recebesse o benefício de prestação continuada (BPC), pois a sigla constava nas poucas anotações que fiz em seu quarto e ao seu lado. Entre as poucas letras a mão registrei também a palavra Pensão. Em uma outra linha do caderno, o ano 2012 com uma data ao lado que desconfio ser o dia que ela me disse ter chegado à Estação Sentinela. Trabalhou em um hospital infantil: "É o que eu gosto: cozinha e pediatria".

O termo pediatria se alinhava já na minha audição ao que Minerva também havia me contado há pouco. Minerva ficou órfã de sua mãe aos dez anos. Assim como ter trabalhado em um hospital para/de criança me levava, pelo seu curto contar, a uma outra instituição infantil, "juizado de menores", a instituição pela qual o seu pai passou após a morte de sua mãe, uma unidade prisional, atravessava também a trajetória de Minerva. Minerva me contou que seu pai matou sua mãe.

Juizado de menores como ela referiu marca geracionalmente as nomenclaturas e mudanças institucionais dos Juizados de Infância e Juventude. A orfandade de Minerva, desde o Código de menores, Decreto n. 17.943 de 12 de outubro de 1927, esteve relacionada, em termos de governamentalidade, à relação entre as políticas sociais que envolviam os termos "assistência" e "abandono". Seu nascimento e a criação do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) se relacionam coetaneamente também com Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a uma série de leis que passaram, aos poucos, a inserir os termos sócioeducativo e apoio assistencial. De sua trajetória em São Paulo ela me contou sobre seu trabalho, assim como a única menção da palavra "infantil" foi sobre também o hospital em que trabalhou. Foi esse termo que ela tratou e contou sobre crianças; desde não a sua.

Em termos de cronos, "persegui" Minerva por três anos, mas em termos de indicação de virada de anos estiveram quatro anos 2016, 2017, 2018 e 2019. Naquele vinte e pouco, num outono, mês de maio e alguns dias antes da mudança da Avença da Compaixão, com as caixas ficando vazias, os avisos sendo retirados e a geladeira da cozinha também sendo arrastada, aquele menos de uma hora, alguns minutos, em sua cama e ter sido chamada por ela para seu quarto, tempo, pergunta e resposta me encheram e vazaram, em sentimento e ambivalência.

Sofia

"Você ta fazendo pesquisa, né? Eu quero".
- Sofia.

Perto da escada para os quartos, Sofia contou-me que queria conversar: "É tipo uma pesquisa de campo que você ta fazendo, né? Aí eu pensei 'vou colaborar com ela'". Nascida nos primeiros anos da década de 1950, em São Paulo, Sofia estava desde 2013 na Estação Sentinela. Sofia referia um CAE pelo qual tinha passado antes de chegar à Estação, mas não me contou detalhes de sua chegada à Estação em termos também de suas moradias, e nem de antes da Estação a não ser pelos "períodos mais longe". Um dos ponteiros mais fortes de Sofia vinculava-se ao presente, com suas atividades de graduanda em Serviço Social prestes a se formar e um reposicionar-se em diferentes medidas.

Sofia tinha uma filha, Mariana, que tinha mais ou menos trinta e cinco anos de idade quando conversamos pela primeira vez e, do que compreendi, quatro netos. Cursava Serviço Social numa faculdade particular no centro da cidade e seu estágio era na zona oeste. Sobre o curso, Sofia narrava uma maneira de "deixar a pessoa conscientizada do porquê está ali". "Questionar as coisas", vinculada ao seu trajeto na profissão, a levava a refletir seus questionamentos anteriores. Antes da faculdade, participou de "algum movimento social", "em cima do muro". Ao dizer-me que ficou muito tempo parada, a profissão que escolhera era contada por ela como um posicionamento: "É posicionar". Até que ponto o Serviço Social mediava o que uma vez também me disse "uma hora você vê as coisas como são", não é possível dizer, mas Sofia frisava dessa e de outras formas o posicionamento em torno de si e do mundo ao falar da profissão. Apesar de dizer "na juventude às vezes a gente é tão arretada que pensa pra onde foi tudo isso", era bem difícil ver Sofia na Estação Sentinela.

Seu estágio em Serviço Social era realizado em instituições de medidas socioeducativas. As pessoas que Sofia conheceu em cumprimento de medida socioeducativa, certa vez, foram chamadas por ela de "os pequenos". Sua posição geracional me chegava muito diante de seu estágio e da escolha de fazer Serviço Social. Seu trabalho de conclusão de curso era sobre "violência contra a mulher": "E tem mulher que acredita que homem não sofre, né?"; "O homem não guenta ver a mulher porque a mulher pôs na Justiça e ele não quer saber porque precisou pôr na Justiça". Era no curso, no TCC e no estágio que sua relação com seu passado e presente fazia seu posicionamento. Sua relação consigo e com a profissão era emaranhada por sua posição reposicionada a partir do Serviço Social. "Tudo tem um tempo, acho que até no sentimento...simpatia, antipatia, admiração". O "tempo dos sentimentos" me era narrado também por Sofia ao falar de segurança, sonhos, paixão e amor.

Das primeiras moradias das quais Sofia me contou uma delas era um terreno na zona oeste em que sua avó morava e que tinha ficado com sua tia. Sua irmã mais velha morava com essa tia e ela se mudou com os pais para a zona leste. Sobre esse terreno, Sofia me contou que morou nele durante sua infância, antes de se mudar para a zona leste. Ao terreno da zona oeste, ela também atrelava uma ocupação. Foi a contar dali que Sofia contou-me- sobre Pedro Augusto e, com carinho, da avó dele, Palmira. Palmira era testemunha do "processo do terreno". Sofia narrou a ocupação contando sobre o programa de Adoniran Barbosa na Record e citou também a música Saudosa Maloca, do mesmo compositor. Ao referir que "tava feio morar lá" diferenciou "marginalizados de marginais" e disse "porque vira né um tipo de cortiço mesmo. Virou uma maloca". A chegada de Sofia à Estação Sentinela e outras informações não me foram contadas. Por algumas vezes compreendi que Mariana morou com uma amiga dela por alguns anos enquanto Sofia trabalhou em outro município. Ao laço com Pedro Augusto, Sofia não deu um nome. Nem referiu termos. Foi pelo "conheceu" que ela se referiu a ele. Pedro Augusto, pai de Mariana", não "a registrou" e ela "não lembrava mais dele". Sofia atrelava ter tido "uma certa consideração" por Pedro Augusto para além do registro e paternidade de Mariana: "Eu tive uma certa consideração. Ele era muito bom como pessoa". A relação com ele, mesmo depois disso não continuou: "Parece que a vida da gente só separava". Sofia narrava ter reservas, um termo que usava bastante, com a paixão - e achava que a sensação de segurança era melhor que paixão.

Um dia me disse que "Esse negócio de amor é muito bom nas novelas, só na tela mesmo". De algum modo, a forma que Sofia referia emoções e afetos, relacionados a uma noção de amor, fazia menção a um período no curso da vida. "Esse negócio de amor" parecia, em sua narrativa ser algo que, além de impresso nas veiculações românticas, aludindo às novelas, teria passado por uma desnaturalização no seu curso de vida. Era como se dissesse também que o amor e paixão, não para todas e nem para todos, tinham uma longevidade mais curta que o curso de sua vida. Essa noção de que o envelhecer mostrava o amor como coisa de novela se alinhava, em alguma medida, à autoestima narrada por Valqúria, mutável com e pelos anos. O amor e a paixão apareciam como elemento subjetivo transeunte na passagem do tempo que trazia uma expectativa de mudança; Sofia indicava que as significações destes eram alteradas durante o curso da vida.

Era também em torno de algumas dessas sensações e sentimentos que Sofia relacionava sua vontade de ajudar sua filha e o genro, a quem não se referia pelo nome. Sofia dizia que eles eram pobres e trabalhavam, mas que "sonhavam demais" quando referia querer ajudá-los. Sobre "dar a mão lá", Sofia, embora não tivesse "aquela apreciação pelo genro" ponderava a conduta do genro também, pois na relação de sua filha com ele não tinha agressão.

Era também na mediação entre sonho e segurança que Sofia falava sobre sua sensação na Estação Sentinela. Sofia referia segurança na Estação Sentinela: “Tem endereço garantido, lavar roupa, garantias, comida, troca de roupa, limpeza dos quartos”. Quando comentava sobre a Estação Sentinela, Sofia dizia que não tinha o que dizer de coisa ruim dali. As observações e reflexões dos conflitos na Estação Sentinela tanto em torno de modelos de velhices quanto da situação de rua, longeva ou nova, eram referidos por ela. Reiterava, com constância que “ninguém é perfeito”. Isso me fazia pensar também na possibilidade de, por isso, Sofia considerar que a Estação Sentinela, cheia de todas e todos imperfeitos, também não era perfeita. Uma vez me disse: “as pessoas não têm diferenças porque são todas idosas, mas as pessoas não têm os mesmos pensamentos”. Não ter os mesmos pensamentos falava dos conflitos e das diferenças da convivência na Estação Sentinela, enquanto que “não tem diferenças” referia aos *direitos perante a idade e que, assim, todas e todos ali podiam estar ali*.

Ao se referir a uma habitante que não quis identificar, Sofia me contava também sobre uma das pautas da *corrente de informações* na Estação Sentinela; as descaracterizações e acusações de situação de rua mesmo num equipamento voltado, nos termos da nomenclatura da instituição - centro de acolhida – a “situações de rua”: “eu estou aqui, mas sou moradora de rua, sou a mesma coisa”. As diferenças de renda também eram marcadores atrelados por Sofia como fontes de “se achar melhor”. Sofia nunca me contou de quem falava. Mas imagino que falava de alguma habitante branca da Estação Sentinela, justamente pela reflexão memorial que me contou em seguida. As brigas nos quartos, que deixavam literais as regras da Estação Sentinela no que tangia à discriminação racial, colocavam os quartos como ambientes em que, além dos demais cômodos da Estação, “pessoas brancas, pretas, amarelas” conviviam: “às vezes é uma preta e tá com uma branca”.

Sofia fazia parte do Grande Conselho Municipal do Idoso (GCMI) quando nos conhecemos. Entre nossas saídas, ela tentou me levar ao Centro Dia para Idosos, no Bom Retiro, por conta de uma de suas atividades no Conselho. Não conseguimos entrar no Centro Dia porque era necessário agendamento. De lá fomos a um CAEI que Sofia queria me apresentar e pelo qual precisava passar por conta da atividade que estava cumprindo pelo GCMI[220]. Sofia me

[220] Embora Sofia tenha me dito do GCMI sem detalhes, compreendi que ela estava frequentando reuniões e havia um levantamento a ser feito. Ela também não mais me contou sobre o GCMI. Junquilho também referiu sua presença em reuniões do GCMI quando conversamos. Além disso, Íris, por vezes, participou de alguns eventos também relacionados, mas não me contou com detalhes. É importante atentar que no período de campo, apenas esses três interlocutores mencionaram, de algum modo, o GCMI, pois, configure um distanciamento entre os CAEI de arenas relacionadas a velhices no município, tanto no que tange participação social quanto *direitos perante a idade*. Essa distância pode ser perspectivada também em torno da memória da Casa-Lar, que pressupunha participação como direito e atividade nas moradias provisórias para “pessoas idosas em situação de rua”. Essa foi, ademais, como demonstraram as narrativas

apresentou a Guarida Damaris (CAEI) e foi neste dia que conheci Amanda. Depois que Sofia contou sobre a pesquisa para Amanda, ela nos apresentou.

Trajetos possíveis e impossíveis diante de Trajetórias

Como exposto no início desse capítulo, as inconclusões foram presenças diante de uma aproximação com a etnografia e a interlocução almejada. Os nomes de "filhos", "filhas", "mães", "pais", "esposas", "esposos", "amigos", "amigas", "patroas", patrões" e, entre outros, de "funcionárias", "funcionários", foram mantidos diante da importância que a nomeação, ou não, foi evidenciada pelas memórias e sentimentos de interlocutores.

Quanto à multiplicidade de chegadas, permanências e saídas da Estação Sentinela e de outros equipamentos públicos acompanhados durante a etnografia, esses indicavam o chão transitório possível e almejado. As chegadas diversas à Estação Sentinela e à situação de rua antecedente elucida a vastidão de entradas e chegadas que esse *centro de acolhida especial para idosos* (CAEI), especificamente chamado durante a pesquisa de campo de *Centro de Acolhida Especial para Idosos em situação de rua*, assim como CAEs e CAs, configura e pelas quais são delineados e borrados.

Dos interlocutores com trajetórias etnobiografadas aqui, até o fim do período de pesquisa de campo, Íris tinha uma casa em que não habitava mais sozinha, enquanto Luara tinha vendido sua casa, por onde morou também só, diante de problemas de saúde. Açucena e Brígida tinham também uma residência, partilhada, entretanto, com filho e irmão e sobrinho, respectivamente, e suas saídas de lá foram atravessadas por conflitos com suas famílias. Amanda também residiu com seu filho e, com conflitos com ele, antes de chegar à Estação Sentinela, CAEI em que não a conheci, mas por onde também passou. Ester trabalhou e morou por muitos anos numa mesma casa. Líria morou bastante tempo com uma amiga antes de chegar à Estação. Valquíria também morou na casa de uma amiga antes de chegar em são Paulo e ao respectivo CAEI. Junquilho morou com sua irmã e depois sozinho no mesmo apartamento antes de chegar à Estação. Salgueiro morou por muitos anos de aluguel com sua mãe, depois sozinho na mesma casa e posteriormente com amigas e amigos.

Amarílis foi a única interlocutora que antes de chegar à Estação Sentinela não viveu nem em casa nem em CAs, nas distintas modalidades. Amarílis foi a única interlocutora que esteve em situação de rua definida em algumas narrativas como "strictu sensu". A chegada de Sofia à Estação Sentinela não foi uma informação que pôde ser narrada aqui de forma precisa.

---

de profissionais da rede socioassistencial paulistana, uma das rupturas dos projetos relacionados a velhices e situação de rua no município; a proposta de participação não foi mantida nos e aos CAEI.

A de Minerva também não, mas a palavra pensão no caderno de campo refere em grande medida uma moradia possível, dela e de outros habitantes da Estação Sentinela. Pensões indicaram durante o campo passados de alguns, mas muitas vezes futuros, desde desejados ou tolerados, por interlocutores.

Em relação à maternidade e paternidade, é possível atentar que grande parte delas e deles tiveram filhas e filhos; apenas Amarílis, Líria e Salgueiro não. Conflitos com filhos relacionados exatamente à moradia como propriedade estiveram presentes nas trajetórias, de si e familiares, de Amanda e Brígida, enquanto na de Açucena o conflito era relacionado a seu irmão e sobrinho. Dos contatos ainda com filhas e filhos, é oportuno atentar que a maternidade de Brígida e Açucena era marcada por luto. A ausência de convívio e contato narrada por Ester era selada de muita mágoa; assim como a de Junquilho. Luara tinha contato com sua filha por meio do telefone; Valquíria com seus filhos por telefone além de fazer algumas visitas a ambos. Íris tinha bastante contato por telefone com sua filha e as narrativas em torno desse contato muitas vezes era descrito como “pouco”.

Com isso quero dizer que, assim como se reparava muito em outrem para se posicionar na Estação Sentinela, as relações com filhas e filhos também eram motivo de desconfiança e de compaixão. Os contatos com filhas se filhos tinham um traço em comum; com exceção de Ester e Junquilho, não se falava sobre a ausência e ou qualidade de relação com filhos e filhas em tom de crítica, mas era dos filhos dos outros que se falava. Um exemplo que retomo, nesse sentido e de maneira sucinta, eram os conflitos de Maysa e Brígida em torno de seus filhos e os entre Junquilho e Maysa, também a partir do filho desta habitante.

Esse falar dos e sobre filhas e filhos de outras e outros não significava, entretanto, colocá-las e colocá-los como algo sagrado de si e de outrem; pelo contrário, eram as maternidades e paternidades que eram postas como fio condutor de importância. Mesmo em conflito com outra mãe e outro pai, era a maternidade e paternidade o em comum, no ataque ou no desprezo. Esse em comum fazia parte, desse modo, da convivência também de moralidades e redes de afeto.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, ao procurar compreender arenas de governamentalidade no que concerne à articulação de políticas em torno de velhices e situações de rua no campo da assistência social, detive foco em processos de institucionalização e nos trânsitos envolvendo espaços de acolhida e pessoas idosas em situação de rua.

A tese buscou compreender esses processos tal como se dão no contexto contemporâneo do Estado, como adquirem sentido hoje. Se isso não quer dizer que seja um fenômeno social novo e que se enredava a heranças coloniais e sociohistóricas, não se pode deixar de considerar que a forma como equipamentos públicos para pessoas idosas em situação de rua passou a ser construído, apenas recentemente, partiu de suas espeficidades contemporâneas; a própria ideia de legitimar um público que merece um equipamento público o transforma num sujeito de direitos. Quer dizer, o problema não é novo, mas o tratamento dado a ele, sim.

Por meio de uma etnografia iniciada e primordialmente realizada num *lugar-chave* (FRANÇA, 2010) que denominei como *Estação Sentinela,* apresentei descrição e análise de formas de gestão naquela instituição a partir das regras internas e moralidades, envoltas em convenções em torno de gênero, idade, classe, raça e sexualidade no cotidiano. A convivência com interlocutores permitiu, além de observação e participação na instituição, acesso, mediado pelos mesmos e atravessado pela etnografia e relações partilhadas, às suas trajetórias sem um roteiro prévio.

A interlocução partilhada fora também propulsora de atenção a outras presenças por meio de trânsitos institucionais, na abordagem de trajetórias das instituições de acolhimento acompanhadas na etnografia a partir de paradigmas de políticas e programas sociais. Nesse sentido, parte da pesquisa vinculou também leitura e análise de documentos, bem como uma pesquisa historiográfica no que concerne a desconstrução da ideia de Velhices em Situação de Rua como um fenômeno novo. Foram produções longevas também que informaram existências desse debate e outros.

Se a Estação Sentinela, caracterizada pela Prefeitura de São Paulo como "espaço de atendimento integral a idosos "auto-suficientes" e gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) da cidade foi acompanhada, um próprio trânsito fora percorrido; tanto na etnografia quanto a exercícios de mobilidade apontados por ela. O exercício de reconstrução das trajetórias sociais dos interlocutores da pesquisa, que teve especial atenção aos trânsitos entre instituições que se situavam num lugar ambíguo entre o cuidado e o controle, atravessados por processos urbanos e municipais marcados pela política de assistência social consecutiva a outras políticas municipais, estaduais e federais, alinhavou outras temporalidades. O entroncamento inicial dessa etnografia, envelhecimento, população em situação de rua e instituições, expandiu-se em termos temporais. Foi perspectivado, dessa forma, que os CAEI, parte dos CA, configuram paisagens, longevas e são configurados por processos, macro e micropolíticos, de "acolhida" e "recolhida". Se tratar as precariedades envoltas a velhices e situações de rua a contar de uma longevidade foi explorado nas Paisagens

de Velhices, a permeabilidade destas paisagens se encontra também com vinco e poros das velhices em processos e práticas sociais.

Destarte, é preciso ainda mencionar que a contar das Paisagens apresentadas procurei articular tais precariedades a visibilidade, direcionando, dessa forma, um movimento de visibilidade que promove inviabilizações. O primeiro efeito das Paisagens de Velhices apresentadas é inviabilizar uma noção de Idade de Ouro da Velhice, abordada por Guita Grin Debert (1999, p. 17) como uma ideia que "não se sustenta" em que velhos "dada a sua sabedoria e experiência, eram membros respeitados na família e na comunidade" (DEBERT, 1999, p. 17). O segundo, de inviabilizar uma ideia de que velhices em situações de rua e de privação de liberdade são novas. As duas paisagens de velhices têm uma longevidade tal qual a de situações de rua e prisões em nível nacional nesse país, tendo como vinco o período colonial e escravização, conforme a primeira paisagem de velhices apresentada nessa ocasião. Por fim, o terceiro se refere à inviabilização de um pressuposto de que o trânsito entre as paisagens de velhices em situação de rua e de privação de liberdade é também novo.

Nessas considerações cabe atentar também que em contrapartida aos nomes oficiais da Estação Sentinela e de outros CAEI-parte dessa etnografia, bem como menção ao "público-alvo" de tais instituições, os termos *Idoso*, *Idosa*, *Pessoa Idosa* não foram ouvidos quando do contato com interlocutores. *Senhoras*, *Senhores*, *Velha* e *Velho* foram termos de referência a pessoas mais velhas que, junto da *Veiarada* proferida por Brígida, subverteram a noção de Idoso e Terceira Idade na Paisagem de Velhices em Rua e em CAEI. Essa subversão terminológica se expande por referir-se justamente a uma existência, com vinco de muitas outras existências.

Mike Featherstone (1998) ao tratar do curso da vida em tendências chamadas pós-modernas atentou ao embaçamento de distinções da velhice e outros grupos etários. Ao criticar alguns discursos, que hoje poderiam ser chamados tranquilamente de "positivos tóxicos", o autor tratou da cobrança e da possibilidade atreladas ao ideário da terceira idade: "o direito e o dever de aproveitar mais a vida" (FEATHERSTONE, 1998, p. 62).

Dessa forma, a contar dessa etnografia algumas observações relacionadas a esse debate podem ser perspectivadas. Em relação ao embaçar, nas paisagens de velhices atentadas e relacionadas, o mesmo poderia ser compreendido pelas precariedades partilhadas entre distintas idades e fases do curso da vida. Ao direito e dever mencionado pelo autor, é inviável à não articulação da, não à toa, não menção à Terceira Idade e termos correlatos como forte presença na etnografia. O direito e o dever, desse modo, foram afrontosos quanto à existência de uma possibilidade igualitária e feitora de uma homogeneidade de possibilidade de agência. Isso não significa dizer que os interlocutores não aproveitassem, em direito e dever, suas vidas,

mas justamente a insubmissão de ecoar esse discurso atentou a reflexividade de todas e todos diante de debates feitos em torno da população mais velha como heterogênea.

Se para algumas e alguns, de distintas idades, os estilos de vida delas e deles podem lembrar "imagens tradicionais do envelhecimento" (FEATHERSTONE, 1998, p. 62), os interlocutores dessa pesquisa, fazendo menção ainda ao que Featherstone chamou de aceitação, subverteram ambas. Quais imagens? Quais e de onde vem essas tradições? Quais aceitações? Essas foram contestações que a interlocução partilhada nessa etnografia atentou de forma a parafrasear um título, "Não há Velhice na Índia", muito bem tecido por Lawrence Cohen (1998): "Não há Terceira Idade em Qualquer Lugar". A ausência da terceira idade como referência pode ser compreendida por uma insubmissão à ideia mais apaziguadora e cintilante, porém também homogênea, de terceira idade como aquela de uma velhice em que o grau de agência é superestimado. A grande resistência de quem não evocou Terceira Idade foi também essa.

Essa contribuição de interlocutores frente à simultaneidade também então de direito e dever de agência, ao alinhavar o campo de subjetividades à, tão bem exposta, "reprivatização da velhice" por Debert (1999), coloca em xeque visibilidades e invisibilidades das Paisagens de Velhices no que concerne aos Modelos de Velhices.

A contar da definição escrita por María Lugones (2014, p. 935) frente à relação entre modernidade e organização do mundo, "ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis" importante também lembrar o que a autora bem atentou: "a crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de cor e do terceiro mundo centra-se na reivindicação de que a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero vai além das categorias da modernidade" (idem). Importante fazer presente e inserir, dessa maneira, na interseção apontada por Lugones, *a composição idade/geração.* Deste modo, atentar que a "lógica categorial dicotômica e hierárquica é" (idem) também "central para o pensamento capitalista e colonial moderno" (idem) sobre a *composição idade/geração*.

Alda Britto da Motta (2002, p. 35), em um texto apresentado com um título também de extrema potência – *Gênero e geração: de articulação fundante a "mistura indigesta",* apresentou o feminismo como *"*construtor da categoria gênero nas Ciências Sociais e na História" e "grande responsável por uma análise mais complexa do social, do ponto de vista da articulação das suas relações mais determinantes". Partindo então desse corpus mais complexo, pois repleto de contribuições e construções analíticas, a autora, entretanto*,* indagou sobre os rumos dos feminismos, mesmo ao usar a palavra no singular em tal ocasião, frente a um deixar de lado: "se deixa de lado o par conceitual idade/geração, sua produção histórica, sua dinâmica atual, a própria condição etária das mulheres".

A autora (idem, p. 37, grifo meu) referiu idade, em consonância com premissas antropológicas quanto às relações etárias, como "um *componente bio-sócio-histórico* estruturador na organização das sociedades", destacando também sua *forte definição simbólica.* Já as gerações são abordadas por Motta como *parte essencial* da "dinâmica coletiva que as impele ou lhes imprime continuidade social" (MOTTA, 2002, p. 37). É nesse ponto que Motta aponta o problema que é ignorar ou menosprezar a importância analítica de idade e gerações no que concerne às diferenças e às desigualdades sociais:

> [...] ambas as esferas realizadoras ou participantes das relações de poder na sociedade. Impossível, portanto, ignorá-las ou menosprezar sua importância analítica, principalmente na construção de diferenças e de desigualdades sociais. Ora, na pendência teórica sobre o modo como se constróem e exercitam as desigualdades e as exclusões, quanto ao gênero (sexismo), à raça (racismo) e às posições de classe, está faltando a discussão sobre diferenças e preconceitos construídos nas relações entre as idades e gerações, ainda intraduzível o neologismo "ageism" (MOTTA, 2002, p. 37).

Podemos também perspectivar que se ignorar ou menosprezar idades e gerações tanto fazem parte de um problema quanto o elucidam, tais ações também contribuem com sua continuidade. Notemos que o termo que a autora utiliza no título do texto que aborda tal conflito é *mistura indigesta*.

Tais apontamentos dialogam tanto com outras narrativas sobre velhices quanto ao que já foi bem demonstrado por Guita Grin Debert (1999, p. 230) "O idoso como ator político converteu a solidariedade entre gerações e a dimensão moral das políticas em uma questão central de cidadania". Conforme a perspectiva da mesma autora, a criação de um ator político requer estabelecimento de laços entre "indivíduos heterogêneos numa multiplicidade de outros aspectos" (idem).

Nesse sentido, atentar às paisagens de velhices atravessadas por precariedades e o exercício de ampliar o enquadramento das velhices foi, nessa tese, uma maneira de reconhecer sua importância e parte da cidadania (compreendida não como uma realidade objetiva) na arena pública relacionada à diversidade e, a contar dos chãos de velhice abordados nessa etnografia, às precariedades.

Há de se mencionar, desse modo, uma relação que a etnografia teceu. Os diálogos da etnografia com prisão, centros de acolhida e rua, processos de entrada, saída e passagem, encadeados por essas paisagens, vinculam simultaneamente muros e não muros. Por porosidade de velhices, dessa forma, busco atentar também ao ambiente construído para recepção dessas temáticas. Em Paisagens de Velhices, que se conformam em movimento também em termos de tempo, há tanto produção quanto transformação de fluidos permeáveis nessas relações, pois não só paisagens tem poros, como velhices são porosas. Em regimes de

visibilidade e invisibilidade, como temáticas em diferentes agenciamentos, as narrativas sobre velhices podem vazar ou reter, bem como serem absorvidas e arejadas por e com outras.

É nesse sentido que a máscara de novidade aos fenômenos de velhices vividas em situação de rua e em privação de liberdade é perversa: oculta um passado, não se atenta ao presente e vislumbra um futuro que de tempos em tempos, em sua mutação temporal, ora não é indagado ora é lido e bebido como índices pequenos e quantias não significativas. Se a preocupação com a longevidade num devir intensamente futurista faz parte dos trajetos e disputas do campo de velhices e envelhecimento que, por si já oculta velhices em presentes e passados, quando direcionada a velhices em chãos precários, como as Paisagens de Velhices reunidas nesse trabalho, há uma especificidade grande: além de invisibilização de passados e presentes, é mantido o não reconhecimento dessas Paisagens, dessas precariedades e de velhices vividas em tais.

Dessa forma há uma separação dessas velhices especificamente das demais, também não homogêneas, em arranjos de visibilidade normativos não somente no que tange a modelos de velhices, mas a outros; aos próprios enquadramentos em torno da população em situação de rua e população carcerária em diversas agendas sociais. É nessa chave que podemos perceber o vínculo das perguntas que ouvia de quem achava curiosa (num sentido de algo ainda não existente), a velhice em situação de rua e em privação de liberdade. Os questionamentos em torno de envelhecer em situação de rua e de privação de liberdade que me eram feitos contam sobre uma tríade em torno de precariedades na própria pergunta. Integram hierarquias em torno de categorias etárias em contextos e situações de rua e de privação de liberdade ao mesmo tempo que contemplam hierarquias de situações de privação de liberdade e de situações de rua em moralidades e imaginários de velhices desvinculados a uma perspectiva em que estas caibam. As curiosidades e perguntas referidas informam, desse modo, uma dificuldade de compreender velhices e envelhecimentos nas dimensões de desigualdades. A falta de compreensão de velhices e envelhecimentos para além da dimensão pobreza elucida a não consideração de velhices e envelhecimentos como parte de processos e de agendas vinculados a violência de Estado e urbana.

Talvez o exercício de fazer perguntas sobre imagens tradicionais de envelhecimento, em referência a Featherstone (1998), em solo brasileiro, receba como respostas aquelas que ultrapassem a noção de decrepitude corporal, mas que não se encerra aí. Perguntas que recebam então outros questionamentos, como a indagação do que está fora e dentro de imagens tradicionais e não tradicionais tanto no que concerne às velhices, quanto aos processos de violência de Estado e violência urbana. Aquelas então que direcionam lugares e contextos; que considerem, dessa forma, heranças, presentes também no que concerne a

reconhecimentos e visibilidades em discussões também contemporâneas. Os trajetos dessa etnografia tiveram intenção e atenção com esses caminhos e alianças em dimensão coletiva.

A travessia desse trabalho, com interlocuções com quem, coletiva e existencialmente, subverteu o termo terceira idade e atentou simultaneidades, ecoou o que hoje se mostra com um vinco também do movimento de *socialização e reprivatização da velhice* nos termos de Guita Debert (1999). Com canto, rumor e vinco, as interlocuções dessa etnografia sinalizaram tanto tais processos quanto especificidades de velhices e envelhecimentos, a contar de contextos e situações, que não devem ser consideradas individuais. As existências de interlocutores dessa etnografia, suas velhices e suas vidas atentaram que não mais apenas é importante que "não se crie a idéia de que velho é apenas aquele que *hoje* se torna visível, que ganha repercussão" (DEBERT, 1997, p. 141). Tal importância destacada no texto escrito por Debert em 1997, vinte e cinco anos depois de publicado, contempla atualmente uma preocupação extrema, uma ação de combate, e sua releitura, vinte anos depois que a li pela primeira vez, foi inseparável do tempo com interlocutoras e interlocutores dessa pesquisa. O trajeto com quem estava "encarnando o problema real da velhice" (DEBERT, 1997, p. 141), além de inviabilizar "tender a acreditar que não existe problema de velhice" (idem), viabiliza alargar visibilidades e problema; desde então problemas reais, de velhices e envelhecimentos aos de suas paisagens.

O encontro do período iniciado pela pandemia da COVID-19 com o da gestão presidencial entre 2019 e 2022 nesse país, em fundos e diversos termos, ainda acirra uma tendência pela qual o período de campo dessa etnografia passou (2016-2019); um aumento multietário de pessoas em (distintas) situação de rua em que o reconhecimento social acerca de situações de rua como uma questão coletiva tem reencontrado práticas e discursos também marcadas por heranças (nos sentidos atentados nesse trabalho); a longeva mentira de que situação de rua é uma responsabilidade individual e um fracasso privado.

Pós-Escrito

Corro ao portão
Que esperança
Correio já passou e não deixou nada
Segura essa coração
Vamos ver se amanhã a coisa muda [...]
- Ponto de Encontro, Milton Nascimento e Zé Renato.

Muitas vezes o telefone não tocou. Muitas vezes não foi atendido. Entre não ouvi e ouviu, ouvi e não ouviu, não houve e houve são inseparáveis. A pandemia da COVID-19,

entretanto, fez mais de uma mudança na Estação Sentinela. Levou o que não volta. Minha última caminhada à Estação Sentinela antes de pandemia ocorreu em agosto de 2019. O chamado período de campo já havia sido concluído. Desse modo, tive algumas conversas com integrantes da nova gestão e também conversei com os interlocutores que ainda estavam ali para dizer que ficaria um longo período sem fazer visita.

A ideia fornecida pela nova gerente era a de que em 2020 fizéssemos um encerramento formal da pesquisa. Achei a ideia animadora, diante do rito que foi também o pedido de pesquisa no refeitório. Em fevereiro e março de 2020 fiz as entrevistas com as assistentes sociais e quando me preparava para fazer contato e retornar à Estação Sentinela, a pandemia da COVID-19 já estava por aqui. Como em outras instituições voltadas a moradias, provisórias e fixas, para pessoas idosas, rapidamente as visitas foram interrompidas. A preocupação era grande, pois todas e todos configuravam, de forma precisa, o apontado como grupo de risco da primeira onda, configurado por pessoas com mais idade, e viviam situações marcadas enfaticamente por fatores não etários e que configuravam também os desafios de Centros de Acolhida, em todas as modalidades da rede socioassistencial, no acesso ao isolamento social.

Em abril de 2020, Omer, com quem Salgueiro dividia quarto, faleceu após seu adoecimento pela COVID-19. Quando tentávamos fazer uma vídeo-chamada para que eu conversasse com Luara e Salgueiro, que não tinham esses pseudônimos na época, é que soube da partida de Omer e que Salgueiro estava em isolamento, mas bem e que Luara estava bem.

Poucos dias depois, recebi por mensagem de texto a partida de Luara.

Foi com a partida de Valéria, como a chamava, e então chegada de Luara, assim como a partida de Omer que os pseudônimos de Luara e Salgueiro tiveram existência.

Amanda, que me ligou depois de anos e mencionou meu número num caderno reencontrado no período da passagem de Luara, se foi em agosto de 2020, após morar por um período sozinha, como desejou por muito tempo.

Minerva se foi em 2022 e sua partida me foi contada por Salgueiro.

A partida de Valquíria me foi contada nesse mesmo dia também por ele. Como algumas vezes as informações na Estação Sentinela eram alteradas conforme o tempo, ainda torço para que haja uma desconfirmação do falecimento de Valquiria. O contato telefônico que tinha, para o qual liguei antes da pandemia, não fora atendido.

Outras e outros habitantes da Estação Sentinela também se foram. Com algumas e alguns também não tive mais contato. Com outras interlocutoras cujas trajetórias e ou relações não puderam ser incorporadas a esse texto também não tive mais contato.

Reencontrei Junquilho e Salgueiro pessoalmente apenas em 2022 e em lugares que íamos e que nunca tínhamos ido, respectivamente. O reencontro com Junquilho foi no Arouche e o primeiro encontro com Salgueiro depois de anos foi fora da Estação Sentinela.

Após a escrita do capítulo das trajetórias etnobiografadas, o planejado para 2020 aconteceu; o encontro com interlocutores para ouvir seus pareceres. Em setembro de 2022 retornei depois de três anos à Estação Sentinela. Nesses sucessivos encontros e rencontros, Açucena, Líria e Salgueiro deram pareceres aos textos das trajetórias. Os textos de cada uma foram lidos no centro de acolhida. O texto de Salgueiro foi lido no Sesc Bom Retiro.

Com Sofia não consegui me encontrar após consultá-la e solicitar um encontro também nesse sentido. Não tive mais contato também com Brígida e seus telefones já não funcionavam mais antes da pandemia. Com Ester não tive mais contato desde sua saída da Estação, anterior à pandemia.

Em 2022 também, durante a escrita do capítulo mencionado, e último a ser escrito, ao passar em frente à última moradia em que a visitei, foi impossível não entrar e não pedir informações sobre Íris. Recebi contente uma notícia que, de certo modo, dialogou com certas dimensões narradas nesse trabalho. Não sei o que faria se ela ainda morasse ali. Se deixaria para ela ler ou não, se a chamaria. Também não dá para saber. O que passou é que não fez parte pensar sobre isso naquele momento, pois ela não estava mais ali.

Junquilho leu seu texto numa padaria no Brás e continuamos a fazer a leitura no Parque da Juventude, onde nunca tínhamos ido apesar de ter-me contado muito sobre seu período de privação de liberdade naquele mesmo chão.

Para Amarílis li o texto em uma instituição de Longa Permanência longe do centro de São Paulo.

Em Memória de todas e todos que passaram pela Estação Sentinela e que deram presente e passado a ela.

Agradeço pelo presente e passado que também me deram.

Em memória de todas e todos ainda nesse mundo e em memória de todas e todos que passaram dele.

Referências Bibliográficas

ABREU, Izabella; FORLENZA, Orestes; BARROS, Hélio. “Demência de Alzheimer: correlação entre memória e autonomia”. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo), 2005.

ADORNO, Sérgio. “A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma Pesquisa”. **Tempo Social** [online]. 1991, v. 3, n. 1-2, pp. 7-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v3i1/2.84813>. (Acesso em 4 de Julho de 2022)

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

ALBUQUERQUE NETO, Flavio. **Punir, recuperar, lucrar: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879)**. 2015. Tese de Doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

ALMEIDA, José João. **Dicionário aberto de calão e expressões idiomáticas em português**. Disponível em:< https://natura.di.uminho.pt/~jj/pln/calao/dicionario.pdf >[Acesso em 23.04.23].

ALMEIDA, Ronaldo de; D' ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. “Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas”. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 82, 2008, p. 109-130.

ALONSO, **Angela. Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVAREZ, Marcos César. “A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais”. **Dados** [online]. 2002, v. 45, n. 4, pp. 677-704. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000400005>. (Acesso em 19 de julho de 2022).

ALVES, Andrea Moraes. “Algumas reflexões sobre, sexo, idade e cor”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 357-364, 2004.

ALVES, Andrea Moraes. “Envelhecimento, trajetórias e homossexualidade feminina”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 213-233, 2010.

ALVES, Andrea Moraes. “O corpo no tempo: velhos e envelhecimento”. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia. **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ANKAVA, Matan. AS HISTÓRIAS DAS MALOCAS: Urbanização e Comunicação na “Cidade que mais cresce no mundo”. In: XXV Encontro Estadual de História, 2020, São Paulo. **Anais Eletrônicos do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2020.v.1.p.1-15.

APPADURAI, Arjun. **Dimensões Culturais da Globalização: a modernidade sem peias**. Lisboa, Editorial Teorema, 2004.

BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1994.

BAHRI, Deepika. “Feminismo e/no pós-colonialismo”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto,2013, p. 659-688.

BARBOSA, Michele. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946).** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castoñon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland. **Introdução à análise estrutural das narrativas. Análise estrutural da narrativa.** Trad. Maria Zélia Barbosa Pinto. 7ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BECKER, Howard S. “A história de vida e o mosaico científico”. In: BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

BENTO, Berenice. Gênero e patriarcado: categorias inúteis para compreender a escravidão. **Revista Cult**. 04 de julho de 2023. Disponível em: < https://revistacult.uol.com.br/home/genero-e-patriarcado/>. (Acesso em 04 de julho de 2023).

BERNARDO, Kátia. **Envelhecer em Salvador: uma página da história (1850-1900**). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

BERQUE, Agustín. Paisagem Marca, Paisagem Matriz. Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. Ecole dês Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: 1998, p.84-91.

BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. **História, Ciências, Saúde-manguinhos**, 22(4), p. 1267–1282, 2015.

BISPO, Raphael. “Tempos e silêncios em narrativas: etnografia da solidão e do envelhecimento nas margens do dizível”. **Etnográfica**, 2016, p. 251-274.

BOARETTO, Roberta. **Velhos à Margem na Margem das Ruas: a experiência de uma moradia provisória no município de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

BONICENHA, Rodrigo. **Envelhecimento na cidade: o caso da Vila dos Idosos.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. Santo André, 2019.

BORGES, Viviane e SALLA, Fernando. A gestão da menoridade sob o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores de São Paulo (1930-1940): encruzilhada de saberes. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 2, pp. 326-337, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018180139>. (Acesso em 22 de julho 2022).

BOSI, Ecléa.**Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. Usos & abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAH, Avtar. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 26, pp. 329-376, 2006.

BRACKE, Sarah. Bouncing back: vulnerability and resistance in times of resilience. In: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Org.). **Vulnerability in Resistance**. Durham and London: Duke University Press, 2016.

BRASIL, Regina Dias. Histórico da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (1951-2013), 2015.

BRASIL. DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. **Código Penal**.

BRASIL. Decreto nº 994 de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21/07/2022.

BRASIL. Decreto nº 994 de 15 de maio de 1962. Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-994-15-maio-1962-351749-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21/07/2022.

BRASIL. DECRETO-LEI N 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. **Código Penal**.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941. Lei das Contravenções Penais.

BRASIL. LEI DE 16 DE DEZEMBRO DE 1830. **Código Criminal**.

BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

BRASIL. Lei n. 3.270, de 28 de setembro de 1885.

BRASIL. LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. **Lei de Execução Penal.**

BRASIL. Lei nº 3.252 de 27 de agosto de 1957. Regulamenta o exercício da profissão de assistente social. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3252.htm#:~:text=LEI%20No%203.252%2C%20DE%2027%20DE%20AGOSTO%20DE%201957.&text=Regulamenta%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o,Art.> . Acesso em 22/07/2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf > Acesso em 22/07/2022.

BRASIL. Relatório Geral dos Trabalhos do Primeiro Congresso Juridico Brazileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BRITO, Peixoto de. **Considerações gerais sobre a emancipação dos escravos no Império do Brasil e indicação dos meios próprios para realizá-la**. Lisboa: Typographia Portugueza, 1870. Disponível em: < https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4884>. Acesso em 20/10/2020.

BRITTO DA MOTTA, Alda. "A geração pivô, intermediária na família". **XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL**, 2012, p. 1-18.

BRITTO DA MOTTA, Alda. "A juvenilização atual das idades". Caderno **Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 11-24, 2012.

BRITTO DA MOTTA, Alda. "Geração, a "diferença" do feminismo". In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESAFIO DA DIFERENÇA – Articulando Gênero, Raça e Classe.** Anais. Salvador: UFBA, 2000. Disponível em:<http://www.desafio.ufba.br/gt7-

BUMACHAR, Bruna. **Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. 2016.

BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. “Rethinking Vulnerability and Resistance”. In: BUTLER, Judith & SABSAY, Leticia (org.). **Vulnerability and Resistance**. Duke University, 2016.

BUTLER, Judith. “Vida precária”. **Contemporânea** - Revista de Sociologia da UFSCar. 1(1):13-33, 2011.

CARADEC, Vincent. Sexagenários e octogenários diante do envelhecimento do corpo. In: GOLDENBERG, Miriam (org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **Ensaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

CARRARA, Sérgio. A História Esquecida: os Manicômios Judiciários no Brasil. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum**., 2010, vol.20, n.1, pp. 16-29. ISSN 0104-1282.

CASTEL, Robert. A DINÂMICA DOS PROCESSOS DE MARGINALIZAÇÃO: DA VULNERABILIDADE A "DESFILIAÇÃO". Caderno CRH, [S. l.], v. 10, n. 26, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18664. Acesso em: 23 abr. 2023.

CASTEL, Robert. “As armadilhas da exclusão”. In: BELORE, M., WARDERLEY, L. B., YAZBEK, M. C. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 4 ed. 2013.

CASTRO, Manuel Henrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

CEFAI, Daniel. Públicos, problemas públicos e arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 1, p.187-213, 2017.

CHARIGLIONE, Isabelle, FREITAS Patriciá, JANCZURA, Gerson Américo. Contribuições de um treino cognitivo para a memória de idosos institucionalizados. **Psico-USF** [online]. 2013, v. 18, n. 1, pp. 13-22 (Acessado em 10 Agosto 2022).

CHIES, Luiz Antônio Bogo. A questão penitenciária. **Tempo Social**. 2013, v. 25, n. 1, pp. 15-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100002>.

COHEN, Lawrence. Não há velhice na Índia: os usos da gerontologia. In: DEBERT, Guita Grin (org.). **Textos Didáticos nº 13: Antropologia e Velhice**, 2ª edição, p. 65-118. Campinas: Textos Didáticos, 1998.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e histórias mais**. 1ª ed. Digital. São Paulo: Global Editora, 2012.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia**. Barcelona: Paidós, 2017.

CÔRREA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CORREIA, Eduardo. (1956). Assistência prisional e post-prisional. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, 51, 114-153. Recuperado de < https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66247> . Acesso em 19/07/2022.

CORREIO PAULISTANO. A protetora dos Pobres. Pirassununga. 30 de outubro de 1914. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=34135>. (Acesso em 30/10/2020).

CORREIO PAULISTANO. Asylo de Mendicidade e Velhice Desamparada. Pirassununga. 30 de outubro de 1914. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=34135> . Acesso em 30/10/2020.

COSGROVE, Denis. A paisagem está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CZERESNIA, Dina. O conceito de Saúde e a diferença entre prevenção e promoção. Cadernos de Saúd Pública. In: Czeresnia D, Freitas CM (org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.39-53.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço e cidadania**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DAS, Veena. En la región del rumor. In: DAS, Veena; ORTEGA, Francisco. **Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Instituto Pensar, 2008, p.95-144.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DE LUCCA, Daniel. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: Robert Cabanes; Isabel Georges; Cibele Saliba Rizek; e Vera da Silva Telles. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia em São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população em situação de rua**. Dissertação de Mestrado. PPGAS-USP, 2007.

DEBERT, Guita. Gênero e Envelhecimento. **Revista Estudos Feministas**, v. 2 n. 3, 1994, p. 34-51.

DEBERT, Guita G. O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento. **São Paulo em perspectiva**, 7(4):121-128, outubro/dezembro, 1993.

DEBERT, Guita. Terceira idade e envelhecimento. In: MARTINS, Estevam. **Discutindo Assistência Social no Brasil**. São Paulo: FUNDAP; Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1997.

DEBERT, Guita Grin. A Invenção da Terceira Idade e a Rearticulação de Formas de Consumo e Demandas Políticas. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº 34, ano 12. São Paulo: ANPOCS, 1997, p. 39 – 56.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Revitalização do Envelhecimento**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1999.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. In: DEBERT, Guita Grin. **A antropologia e a velhice - Textos Didáticos**, 2a ed., 1 (13), Campinas, IFCH/Unicamp, 1998, pp.07-28.

DEBERT, Guita. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: CARDOSO, Ruth (Ogr.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DEBERT, Guita. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, 2010, p. 49-70.

DEBERT, Guita. Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 33, 1.° Semestre, 1992, pp. 33-49.

DEBERT, Guita; Gregori, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 23(66), 2008, p 165–185.

DEBERT, Guita; OLIVEIRA, Amanda. A profissionalização da atividade de cuidar de idosos no Brasil. **Rev Bras Ciênc Política**, 2015, p. 07–41.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **As histórias de vida: da invenção de si ao projeto de formação**. Natal; EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014.

DEPEN. 11º Ciclo – INFOPEN. jul-dez 2021. São Paulo. Disponível em: < https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-analiticos/SP/sp-dez-2021.pdf> . Acesso em 12/07/2022.

DEPEN. Infopen. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização - Junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

DEPEN. Relatório da situação atual do sistema penitenciário: Patronatos, 2008.

DESTRO, Glaucia. **Gestão e vivências de velhices nas Repúblicas de Idosos de Santos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Edusp, 2009.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. Lisboa: Edições 70, s/d. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1861113/mod_resource/content/1/pureza-e-perigo-mary-douglas.pdf> . Acesso em 22/12/2022.

ECKERT, Cornélia, ROCHA Ana Luiza C. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. In: ECKERT, Cornélia, ROCHA Ana Luiza C. **Etnografia da Duração, antropologia das memórias coletivas em coleções. Porto Alegre**: Marcavisual, 2013.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis – 1763-1808**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção Brasil 500 Anos).

ELIAS, Norbert. **Solidão dos Moribundos e Envelhecer e Morrer**. Zahar, Edição Digital, 2012. Disponível em: < http://www.fafich.ufmg.br/ppgs/wp-content/uploads/2020/09/5-ELIAS-Nobert.-A-solid%C3%A3o-dos-moribundos... livro-todo.pdf> . Acesso em 22/12/2022.

ELISHA, Omri. Compaixão e Responsabilização. In: FASSIN, Didier; LÉZÉ, Samuel. **A questão moral: uma antologia crítica**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

ENGEL, Cíntia Liara. **Doença de Alzheimer e cuidado familia**r. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ENGEL, Cíntia. **Partilha e cuidado das demências: entre interações medicamentosas e rotinas**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2020.

EVANGELISTA, Douglas. Shopping-chão: identidade e circulação de pessoas e objetos em uma feira de. “antiguidades” e “usados” no Centro do Rio de Janeiro. **Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, 15, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. spe, p. 83-91, 2013.

FALEIROS, Vicente. **Estratégias em serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

FASSIN, Didier. Toward a Critical Moral Anthropology. In: Fassin, Didier (org.). **A companion to moral anthropology**. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2012, p. 1-17.

FASSIN, Didier. Introdução: a questão moral em antropologia. In: FASSIN; Didier; LÉZÉ, Samuel.

A questão Moral: uma antologia crítica. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018, p. 9-25.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado (tradução de Paula de Siqueira Lopes). **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FEATHERSTONE, Mike. O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento. In: DEBERT, Guita. **Antropologia e Velhice**. 2ª ed. Textos Didáticos IFCH/ Unicamp, n. 13, 1998.

FÉLIX, Regina. Memórias que urgem nossa (re)existência: Eu sou macuxi e outras histórias de Julie Dorrico. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 69, 2023, p. 1-12.

FERIANI, Daniela Moreno. **Entre sopros e assombros: estética e experiência na doença de Alzheimer**. Tese de Doutorado. Programa de Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2017.

FERNANDES, Adriana. Pesquisando em zonas de vulnerabilidade: dilemas, tropeços e estar junto. **Ayé: Revista de Antropologia**, v.2, nº1, 2020, p. 168-198.

FERNANDES, Adriana. Quando os vulneráveis entram em cena: Estado, vínculos e precariedade em abrigos In: Barros, Joana; Costa, André Dal'bó da; Rizek, Cibele (orgs.). **Os limites da acumulação, Movimentos e resistência nos territórios**. São Carlos: IAU/USP, p. 85-99, 2018.

FERNANDES, Flávia Saraiva Leão; RAIZER, Milena Veiga; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão. **Revista Latino-Americana De Enfermagem**, 15(spe), 2007, p. 755-761. https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000700007

FERRAND, M. (2006). Para uma leitura simultânea do qualitativo e do quantitativo: o exemplo de "contar sua vida". **Caderno CRH**, 12(30). https://doi.org/10.9771/ccrh.v12i30.18712

FERREIRA, Priscila. **Memórias de Males e Curas: escravidão, doença e envelhecimento no Sertão da Bahia no século XIX**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2017.

FESP. Censo da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo. Principais resultados. São Paulo, 2012.

FIETZ, Helena. **Deficiência e Práticas de Cuidado: uma etnografia sobre "problemas de cabeça" em um bairro popular**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

FIGUEIREDO, Candido. **Novo Diccionário da Língua Portuguesa** (1913). Disponível em: < https://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>

FILIZZOLA, Mário. **A velhice no Brasil**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1972.

FIPE, CENSO da População em situação de Rua. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/censo/SUMARIO%20EXECUTIVO.pdf

FIPE. Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003. São Paulo, 2003.

FIPE. Levantamento censitário e a caracterização sócio-econômica da população moradora de rua na cidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

FIPE. Produto XV: Complemento do Relatório Final do Censo e Pesquisa Amostral de Perfil socioeconômico e de identificação das necessidades. Pesquisa censitária da População em Situação de Rua, Caracterização da População Adulta em Situação de Rua e Relatório Temático de Identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

FIPE. Relatório 6: Caracterização socioeconômica da população adulta na cidade de são Paulo. Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização socioeconômica da População Adulta na Cidade de São Paulo 2009. São Paulo, 2010.

FIPE. Relatório do Levantamento Censitário. Censo da População de Moradores em Situação de Rua e Caracterização socioeconômica da População Adulta na Cidade de São Paulo 2009. São Paulo, 2009.

FISHER, Rosa M.; ADORNO, Sergio F. Políticas penitenciárias, um Fracasso? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 1987.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, 1999, p. 83-121.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao Serviço Social**. Marcel Beerens. Rio de Janeiro. s/d

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Vozes, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do sujeito**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados** [online]. 2013, v. 27, n. 79 pp. 113-122. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008>. Acesso em 10/10/2020.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro; Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Dizer a verdade sobre si**. São Paulo: UBU Editora, 2022.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos e vadios da Bahia no século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Bahia. Salvador- Bahia, 1994.

FRANÇA, Isadora. **Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

FRANÇA, Isadora. **Integração de refugiados LGBTI no Brasil: democracias sexuais no Sul, processos de racialização e precariedades compartilhadas**, 2021 (mimeo).

FRANGELLA, Simone. **Corpos urbanos errantes: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

FRANGELLA, Simone. "Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas". **Cadernos Metrópole**, N. 13, pp. 199-228, 1o sem., 2005.

FREITAS, Amanda Lopes de. **Gênero Moralidade: uma análise de Auto Da Alma e Auto Da Barca Da Glória, de Gil Vicente**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Viçosa, 2014.

GENNEP, Arnold Van. **Os ritos de passagem: estudo sistemático dos ritos de porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc**. Tradução de Mariano Ferreira. 3 ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

GEORGES, Isabel. O cuidado como quase conceito: por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente. In: **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**. Org: Guita Grin Debert e Mariana Marques Pulhez. Textos Didáticos. IFCH, Unicamp. 2017.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de Rua: uma questão social?** São Paulo: FAPESP/EDUC, 2006.

GHIGGI, Marina. **Vulnerabilidade etária no cárcere: ausência de reconhecimento do idoso nas políticas públicas penitenciárias brasileiras.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2019.

GHIGGI, Marina. Envelhecimento e cárcere: vulnerabilidade etária e políticas públicas. In: **Mais 60: estudos sobre envelhecimento**. Edição do Serviço Social do Comércio. São Paulo: Sesc São Paulo, v. 29, n. 71, agosto, 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. <edição digitalizada>.

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada, os afetos, a etnografia. **Cadernos de Campo** (São Paulo, 1991), São Paulo, v. 13, n. 13, p. 149-153, mar. 2005. ISSN 2316-9133. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50262/54375

GONZÁLEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. In: GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização: Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, Edvânia. Natureza e Cultura. In: ROSENDAHL, Zeny; CÔRREA, Roberto. **Paisagem Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GONÇALVES, Albertino. O sentido de comunicar o mundo às avessas: o imaginário grotesco nas tradições acadêmicas de Braga. **FORUM 30**, Jul-Dez 2001, Pág. 77-91.

GONÇALVES, Rita de C.; LISBOA, Teresa K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katálysis**, vol. 10, 2007, pp. 83-92.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 5 ed. Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROISMAN, Daniel. Asilos de Velhos: passado e presente. **Estud. interdiscip. envelhec**., Porto Alegre, v.2, p.67-87, 1999.

GROISMAN, Daniel. Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice. **Cadernos Pagu** (13), 1999, p.161-190.

GROISMAN, Daniel. Velhice e História: perspectivas teóricas. **Cadernos IPUB**/ Instituto de Psiquiatria da UFRJ. N. 10 (3ª edição). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

GROISMAN, Daniel. A velhice, entre o normal e o patológico. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. 2002, v. 9, n. 1, p. 61-78. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000100004>.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 9-29, jun. 2011. ISSN 2317-6830. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/28562>. Acesso em: 30 jul. 2022. doi:http://dx.doi.org/10.5380/cam.v12i1.28562.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. **A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia**

das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). Tese de doutorado. INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. "As diferentes formas de resistir em um contexto de ameaça de remoção de moradias". **Ayé: Revista de Antropologia**. V. 2. N. 1, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, (5), 1995, p. 7–41.

HAREVEN, Tâmara K. "Novas imagens do envelhecimento". **Cadernos Pagu** (13). 1999.

HENNING, Carlos E. **Paizões, Tiozões, Tias e Cacuras: envelhecimento, meia idade, velhice e homoerotismo masculino na cidade de São Paulo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário HOUAISS da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **As penas perdidas:** o sistema penal em questão. Niterói: Luam, 1993.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

IANNI, O. (1989). A questão social. **Revista USP**, (3), 145-154. Disponível em:< https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>.

IANNI, O. A Idéia de Brasil Moderno. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 19–38, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v1i1.8645452. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452>. Acesso em 18/07/2002.

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

JANCZURA, Rosane. "Risco ou vulnerabilidade social?" **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.

JIMENO, Myriam; VARELA, Daniel; CASTILLO, Ángel. Experiencias de violencia: etnografía y recomposición social en Colombia. **Sociedade e cultura** 14(2): 275-285, 2011.

JORNAL DO RECIFE. Questão de Liberdade. 11 de setembro de 1869. XI Ano. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=4650> . Acesso em 08/08/2020.

KARAM, Bruno Jaar. **Abordagem social sobre o egresso prisional em situação de rua na cidade de São Paulo.** Dissertação de Mestrado, 2015.Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

KOFES, Suely. (2020). As grafias – traços, linhas, escrita, gráficos, desenhos - como perturbação no conhecimento antropológico. **Revista De Antropologia Da UFSCar**, 12(2), 12–26. https://doi.org/10.52426/rau.v12i2.345

KOFES, Suely. Conferência Da Etnografia de uma experiência ao meshwork. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=TneYxJdKm24 >. Acesso em 20/09/2022

KOFES, Suely. "Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites". **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 117-141, 1994.

KOFES, Suely. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

LAGO, Natália. **Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

LE BRETON, David. **A sociologia do Corpo**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEIRNER, Piero. A Formação do Estado numa Perspectiva Antropológica. Resenha de A.C.S. Lima (org.), 'Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil''. **Estudos Historicos** (Rio de Janeiro). v. 32, p. 194-200, issn: 0103-2186, 2003.

LEMÕES, T. Rumores, denúncia e mobilização social: uma disputa pela verdade sobre a violência estatal. In: ELBAUM, Lúcia; SCHUCH, Patrice; CHAGAS, Gisele. **Antropologia e Direitos Humanos VII**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2017, p. 17-50.

LEMOS, Carlos Eugênio Soares de. **A Solidão Judicializada: a criminalização do abandono de idosos na cidade de Campos dos Goytacazes/ Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

LEMOS, Carlos Eugênio Soares de. A solidão judicializada e a solidariedade intergeracional. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 12, n. 2, 2010, p. 29-54.

LINS DE BARROS, Myriam. "A representação das mudanças sociais na família por avós de camadas médias". **Boletim do Museu Nacional**. Rio De Janeiro, 1987.

LINS DE BARROS, Myriam M. L. (2011). "A velhice na pesquisa socioantropológica brasileira". In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.45–64.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 6 ed. Tempo brasileiro. Rio de Janeiro, 2003.

LOPES, Doraci; DEUS, Suelma. Negritude e envelhecimento. In: NERI, Anita. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo; Editora Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007.

LOPES, Pedro. Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar. **Anuário Antropológico**, v.44 n.1, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**; tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 45, 2015, p. 225-258.

LUGONES, María. "Rumo a um feminismo descolonial". **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro, 2014, p. 935-952.

LYNCH, Christian Edward Cyril. "A multidão é louca, a multidão é mulher": a demofobia oligárquico-federativa da Primeira República e o tema da mudança da capital. **Hist. cienc. saude-Manguinhos,** Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2013, p. 1491-1514.

MADERUELO, Javier. La definición de Paisaje. In: MADERUELO, Javier. **El Paisaje: Génesis de un concepto**. Madrid; Abada Editores, 2ª ed., 2006, p. 15-39.

MAGALHÃES, Teresa. **Escravos velhos em São João del Rei do século XIX 1831 a 1861**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História) -- Universidade Federal de São João del- Rei. São João del-Rei, 2018.

MAIA, Clarissa Nunes. Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco (1850- 1888). **CLIO Revista de Pesquisa Histórica.** v. 16, n. 1. 1996. P. 65-73.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. **Ponto Urbe**, 21, 2017.

MANNHEIM, Karl. "O problema das gerações". In: MANNHEIM, K. **Sociologia do conhecimento Volume II**. Tradução: Maria da Graça Barbedo Porto: Res, p. 115-176, (1928).

CNMP. **Conselho Nacional do Ministério Público Manual de atuação funcional: o Ministério Público na Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos**/ Conselho Nacional do Ministério Público. Brasília: CNMP, 2016. Disponível em < http://www.cnmp.mp.br/portal/publicacoes/245-cartilhas-e-manuais/9984-manual-de-atuacao-funcional-o-ministerio-publico-na-fiscalizacao-das-instituicoes-de-longa-permanencia-para-idosos>

Lei de Execução Penal 1984 – Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>

MARIN, Thais R. **Entre a caridade e os direitos sociais: a política da política de assistência social no município de São Paulo (1989-2012**). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MARINS, Paulo C. "Através da Rótula: sobre mediações entre casas e ruas". **Cadernos Ceru**. Série 2, n. 8, 1997.

MARQUES, Ana Maria. "Velho/Idoso: construindo o sujeito da terceira idade". **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 66-71, jan. 2004. ISSN 2175-7976.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Carlos Estevam. **Discutindo assistência Social no Brasil**. São Paulo: FUNDAP; Brasília, Secretaria da Assistência Social/ MPAS, 1997, 145 p.

MASCARENHAS NETO, Rubens. **Da praça aos palcos: trânsitos e redes de jovens drag queens de Campinas-SP**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2018.

MASSAUD, Moisés. **Dicionário de Termos Literários**. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MATTOSO, Katia. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Tradução de Sonia Furhrnann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto. **Marcel Mauss: antropologia**. São Paulo: Ática, 1979.

MEIHY, José; C.S.B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A Rua e a Sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. Dissertação de

Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

MELO, Vera. Paisagem e Simbolismo. In: ROSENDAHL, Zeny; CÔRREA, Roberto. **Paisagem Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MENDONÇA, Joseli. **Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

MENEZES, P.V. **ENTRE O "FOGO CRUZADO" E O "CAMPO MINADO" uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material**/Daniel Miller; tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MIGNOLO, Walter. "Desafios coloniais hoje". **Revista Epistemologias do Sul**, 2017, 1(1), 12-32. https://re- vistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772/645

MINTZ, Sidney W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 16(47), 2001, p. 31–42. Disponível em: < https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000300002>. Acesso em 21/04/2023.

MIOTTO, Armida Bergamini. "Participação da comunidade na área penitenciária, necessidade de melhor apoio legal". **Revista de informação legislativa**, v. 25, n. 99, p. 183-216, jul./set. 1988.

MONTEIRO, Simone R. "O marco conceitual da vulnerabilidade social". **Sociedade em Debate**, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011

MORAIS, Grasiela Florêncio de. "Livrando-se o público dos mendigos": o controle sobre os mendigos e o processo de criação do asilo de mendicidade do Recife no século XIX (1840 –1870). Artigo inserido nos **Anais do II Seminário Internacional Brasil do Século XIX**. Sociedade de Estudos do Oitocentos SEO, 2016. Disponível em: <http://www.seo.org.br/images/Anais/Anais_II_Encontro/Grasiela_Morais_completo.pdf >. Acesso em 02/01/2022.

MORRISON, Toni. **Amada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTT, Maria L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil. **Cadernos Pagu**, Desdobramentos do feminismo, v.16, p. 199-234, 2001. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-112514mott.pdf>. Acesso em 2/1/2023.

MOTTA, Alda Britto da. Gênero e geração: de articulação fundante a "mistura indigesta". In: **Imagens da mulher na cultura contemporânea** / organizado por Sílvia Lúcia Ferreira e Enilda Rosendo do Nascimento. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.

MOTTA, Alda Britto da. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre o envelhecimento. **Sociedade E Estado**, Brasília, v. 25, n. 2, 2010, p. 225-250.

MOTTA, Alda Britto da. A família multigeracional e seus personagens. **Educação & Sociedade,** Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, 2010.

MOTTA, Alda. Gênero, idades e gerações: Introdução. **Caderno CRH**, Salvador. V.17, n.42.2004.

MOTTA, Flávia. "Bem mulherzinha: o sexo, o corpo e a relação homem/mulher". In: **Etnografia, o espírito da antropologia: tecendo linhagens homenagem a Claudia Fonseca** / organizadores: Jurema Brites e Flávia de Mattos Motta. 1. ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017, p. 50-76.

MOTTA, José Flávio. O tráfico de escravos velhos (província de São Paulo, 1861-1887). **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 52, n. 1, june 2010. ISSN 2447-8261. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24109>. Acesso em 20/10/2020.

MUÑOZ, Juan José Pujadas. **El método biográfico: el uso de las historias de vida en ciências sociales**. Madri: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992.

NEGRETTI, Natalia. **Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

NETTO, José P. Cinco notas a propósito da "Questão Social". **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano II, n. 3, 2001.

NEVES, Leonor Curado. **Inverno e Verão**, Lisboa: Quimera, 1991 (ebook 2005).

NEVES, Delma. Alcoolismo: acusação ou diagnóstico? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 20(1), jan-fev, 2004, p. 7-36.

NUNES-PEREIRA, Sergio H. **É meu avô, ora!: um estudo sobre pretos velhos no imaginário social brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2006.

NUNES, André. **130 anos da Lei Áurea: As leis abolicionistas e a integração da população negra no Brasil**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, 2018.

O BALUARTE. **A miséria: a sociedade amiga dos pobres.** Campinas, 13 de janeiro de 1904. Ano I. N.3. Disponível em: < http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-baluarte/482-2/> . Acesso em 02/01/2022.

OBATA, Regina. **O livro dos nomes**. São Paulo: Nobel, 2002.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de. **Festividades cíclicas em Portugal**. Nova edição [online]. Lisboa: Editora Etnográfica, 1995. Disponível em: <http://books.openedition.org/etnograficapress/5888>. ISBN: 9791036556111. DOI: https://doi.org/10.4000/books.etnograficapress.5888. Acesso em 20/10/2021.

OLIVEIRA, Matheus Requião Silva. Leis abolicionistas: a história da abolição da escravatura no Brasil. 2017. In: BRASIL. Ministério Público Federal. **Escravidão contemporânea**. 2. Câmara de Coordenação e Revisão Criminal. Brasília: MPF, 2017.

OLIVEIRA, Pedro. Sociologia da fofoca: notas sobre uma forma de narrativa do cotidiano. **Anais ANPOCS**. Caxambu-MG, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. "Antropologia e moralidade". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS, v. 9, n.24, p. 110-121, 1994. Anais da Anpocs. Disponível em:http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_24/rbcs24_07.htm.

PADOVANI, Natália. **"Perpétuas espirais": Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977 – 2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

PADOVANI, Natália. **Sobre casos e casamentos: Afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona**. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

PASSEGGI¸ Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografia é um processo civilizatório. Em: PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, V. B. (Orgs.). **Invenções de vidas, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Universidade de Brasília, 2019.

PEDROSO, Regina. Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Revista de História**, n. 136, 1997, p. 121-137. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i136p121-137. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18816. Acesso em: 19 jul. 2022.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe** [Online], 2 | 2008, URL: http://journals.openedition.org/pontourbe/1890; DOI: https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890. Acesso em 29/07/2022.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade. In: LINS DE BARROS, Myriam (org.). **Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e politica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 69-84.

PEIXOTO, Clarice. Sobre a institucionalização da velhice e as condições de asilamento. In: GOLDENBERG, Mirian. **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 341-356.

PELBART, Peter. Poder sobre a vida, potência da vida. **Lugar Comum** N.17, pp. 19-27, 2008. Disponível em: < https://grupodeestudosdeleuze.files.wordpress.com/2016/06/texto-pelbart0001.pdf> . Acesso em 10/05.2023.

PEREIRA, Dulce Maria. **Idoso: encargo ou patrimônio? O envelhecer em São Paulo**. São Paulo; Corpo Municipal de Voluntários, 1992.

PEREIRA, Luiz F. No labirinto da gestão: desdobramentos do processo de institucionalização e transformação de moradores de rua em usuários dos serviços da Assistência Social. In: RUI, Taniela; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

PEREIRA, Luiz F. **No labirinto da gestão: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da assistência social**. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2013.

PIMENTEL, Manoel. Uma visão do sistema penitenciário paulista. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São Paulo, 72(1), 1977, p. 377-395. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66804. Acesso em 21/07/2022.

PISCITELLI, Adriana. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: PISCITELLI, Adriana OLIVAR, José Miguel Nieto; ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011, pp.537-582.

Plano de ação internacional sobre o envelhecimento, 2002 / Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO – PDMASsp, 2016.

Plano Diretor do Sistema Penitenciário Patronatos, 2008. – Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica- penal/arquivos/plano-diretor/anexos-plano-diretor/meta01_Patronatos.pdf>

POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAULT, Paul. **Histórias de vida: Teoria e prática**. 2ª ed. CELTA EDITORA. Oeiras, 1999.

PORTELLO, Alessandro. **História Oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. A pesquisa sobre envelhecimento humano no Brasil: pesquisadores, temas e tendências. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 763-772, Sept. 2004.

PRELORÁN, Jorge. Conceitos Étnicos e estéticos no cinema etnográfico. In: **Caderno de Textos – Antropologia Visual**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 1987.

QUALITEST. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2019".

QUALITEST. RELATÓRIO FINAL DO CENSO E PESQUISA AMOSTRAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E DE IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES. São Paulo, 2020.

QUALITEST. Produto Relatório Final do Censo e Pesquisa Amostral de Perfil socioeconômico e de identificação das necessidades. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2019. São Paulo, 2020.

QUALITEST. Produto V: Relatório completo do Censo. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2021. São Paulo, 2021.

QUALITEST. Produto XI: Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico, Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2021. São Paulo, 2022.

QUALITEST. Produto XI: Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico, Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2021. São Paulo, 2022.

QUALITEST. Relatório Completo do Censo; Produto V. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2019. São Paulo, 2019.

QUALITEST. Relatório Completo do Censo; Produto V. Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo 2019. São Paulo, 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura. Relatos orais: do indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, Olga. **Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

QUEIROZ, Maria I. Variações sobre a Técnica de Gravador no Registro da Informação Viva. **Biblioteca Básica de Ciências Sociais**. Série 2. Textos; v.7. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUEIROZ, Zally. As dimensões comunitárias do envelhecimento. In: PEREIRA, Dulce Maria. **Idoso: encargo ou patrimônio? O envelhecer em São Paulo**. São Paulo; Corpo Municipal de Voluntários, 1992.

QUIROGA, Olga. O Garmic e a luta por moradia para idosos na cidade de São Paulo. **Revista Kairós**, São Paulo, 10(1),2007, p. 213-220.

RADIN, Paul. **Crashing Thunder: The Autobiography of an American Indian**. Nova York: D.

Appleton and Co, 1926.

REZENDE, Claudia; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

REZENDE, Ilma.; CAVANCANTI, Ludmila F. **Serviço Social e Políticas Sociais**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

RIFIOTIS, Theophilos. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da "violência de gênero". **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 45, 2015, p. 261-295.

RIVA, Huélinton Cassiano. **Dicionário onomasiológico de expressões idiomáticas usuais na língua portuguesa no Brasil.** Tese (doutorado). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista. São José do Rio Preto, 2009.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre: Marcavisual,2013.

ROQUETE, Fátima F; BATISTA, Carolina, C.R.F; ARANTES, Rodrigo C. Demandas assistenciais e gerenciais das instituições de longa permanência para idosos: uma revisão integrativa (2004-2014). **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 2017.

ROSALDO, Michele Zimbalist. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção,** v. 18, n. 54, pp. 31- 49, 2019.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. Em: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. — Rio de. Janeiro: Editora FGV, 2006.

RUI, Taniele. **Corpos Abjetos: etnografia em cenários e usos do crack**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RUI, Taniele. Usos da "Luz" e da "cracolândia": etnografia de práticas espaciais. **Saúde Soc**. São Paulo, v.23, n.1, 2014, p.91-104.

SABA, Roberto. A lei dos sexagenários e a derrota política dos abolicionistas no Brasil-Império. **História Social**, (14/15), 2008, p. 21–33.

SALLA, Fernando. **O encarceramento em São Paulo: das enxovias às Penitenciária do Estado**. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias,** n. 16, 2006, p. 274-307.

SANDEVILLE JR., Euler. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intraurbana. **Revista Paisagens em debate**. Disponível em http://www.usp.br/fau/depprojeto/gdpa, 2004.

SANDEVILLE JR., EULER. Paisagem. **Revista Paisagem e ambiente**, São Paulo, v. 20, 2005, p. 47-60.

SANTOS, Damaris; BORGES, Juliana. Os (in)visíveis) nas frestas do Estado: discursos sobre o direito à vida, à liberdade individual e ao trabalho em meio à pandemia. Em: CÂMARA, Andreza; SOARES, Paulo; MENDONÇA, Saulo. **Direito em Tempos de Cólera: Reflexões sobre a Pandemia de COVID-19**. Rio Bonito – RJ: Hipótese, 2022. Disponível em: < https://play.google.com/books/reader?id=uiNuEAAAQBAJ&hl=pt-BR&lr=lang_pt&printsec=frontcover>. Acesso em 20/07/2022.

SANTOS, Eufrazia. **Preto velho: as varias faces de um personagem religioso**. Dissertação (mestrado). Programa de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-cientifico informacional. São Paulo**: Hucitec, 1994. Disponível em: < http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf http://geocrocetti.com/msantos/tecnica.pdf> . Acesso em 13/04/2023.

SANTOS, Myrian. S. Memória coletiva, trauma e cultura: um debate. **Revista USP**, (98), 2013, p. 51-68.

SANTOS, Myrian S. Memória Coletiva e Teoria Social. Annablume; Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais. Atlas socioassistencial da cidade de São Paulo / Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais. – Smads, 2015. 616 p.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto no 42.826, de 21 de janeiro de 1998. Altera a denominação e reorganiza a Secretaria da Criança Família e Bem-Estar Social. Diário Oficial - Executivo, 22/01/1998, p.1. Disponível em:< https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1998/decreto-42826-21.01.1998.html >. Acesso em 21/07/2022.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto-Lei no 17. 339, de 28 de junho de 1947. Dispõe sobre criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 29 junho de 1947, p. 2. Disponível em:

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto no 42.826, de 21 de janeiro de 1998. Altera a denominação e reorganiza a Secretaria da Criança Família e Bem-Estar Social. Diário Oficial - Executivo, 22/01/1998, p.1. Disponível em:< https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1998/decreto-42826-21.01.1998.html >. Acesso em 21/07/2022.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto-Lei no 17. 339, de 28 de junho de 1947. Dispõe sobre criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 29 junho de 1947, p. 2.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei no 2.497, de 24 de dezembro de 1935. Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. Diário oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 25 dez. 1935, p. 1.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei no 5.913, de 18 de outubro de 1960. Dispõe sobre aprovação de Ajuste para o estabelecimento, em São Paulo, do Instituto Latino-Americano de Criminologia. Diário Oficial - Executivo, 20/10/1960, p.2. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=40889 >. Acesso em 22/07/2022.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei no 2.497, de 24 de dezembro de 1935. Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. Diário oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 25 dez. 1935, p. 1. Disponível em:

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Lei no 5.913, de 18 de outubro de 1960. Dispõe sobre aprovação de Ajuste para o estabelecimento, em São Paulo, do Instituto Latino-Americano de Criminologia. Diário Oficial - Executivo, 20/10/1960, p.2. Disponível em: < https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=40889 >. Acesso em 22/07/2022.

SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, 2011, p. 51-61.

SCHUMACHER, Aluisio A. Sobre Moral, direito e democracia. **Lua Nova**, 2004.

SCOTT, Joan. "Experiência". In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina O. (orgs.). **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999.

SECCO, Carmen. As rugas do tempo na ficção. **Cadernos IPUB**/ Instituto de Psiquiatria da UERJ – n. 10 (3ª ed). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SEABRA, Alberto. **Uma Impressão**. CORREIO PAULISTANO. 29/03/1908. Edição Avulsa, 1908. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=12866 >. Acesso em 08/08/2020.

SEMZEZEM, Alves JM. Vulnerabilidade Social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **Serv. Soc. Rev**. 2013; 16(1):143-66.

SÊNECA, L. **Aprendendo a viver**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

SILVA, A. A. da. Viver com mais de 60 anos: a propósito da política social. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 1–30, 2015. DOI: 10.20396/sss.v10i1.1376. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/1376. Acesso em: 11 jul. 2022.

SILVA, Demócrito. **O cuidado e a velhice-dependente: considerações antropológicas sobre a doença de Alzheimer**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na Rua: A nova face da escravidão.** São Paulo, Hucitec, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Identidade e Diferença: a perspectiva de estudos culturais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 103-109.

SILVA. H. R. S.; MILITO, C. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SILVEIRA, Valdir João. Idosos atrás das grades. Portal do Envelhecimento. Disponível em: < http://www.portaldoenvelhecimento.com/pforum/vmm5.htm> . Acesso em 12/07/2022.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. **Moradores de Rua**. São Paulo, Pólis, 1992.

SIMÕES, Julio Assis. **Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria**. Tese de Doutorado. Programa de Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SIMMEL, Georg. A Filosofia da Paisagem. **Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho**. [S.l.], v.12, 1996, p. 15–24.

SIMMEL, Georg. **A Filosofia da Paisagem**. Tradução: Artur Morão. Covilhã: Colecção Textos Clássicos de Filosofia, 2009.

SILVA, Maria. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995, p. 75–96.

SONTAG, Ricardo. "Casas de correcção" ou "casas de corrupção"? Os juristas e a questão penitenciária no Brasil (1830-1984). In: CESANO, José Daniel; NÚEZ, Jorge A. Núez; ALVO, Luis González. (Org.). **Historia de las prisiones sudamericanas: entre experiencias locales e historia comparada: siglos XIX y XX**. 1 ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2019, v. 1, p. 91-171.

SORJ, Bila; GOMES, Carla. O gênero da "nova cidadania": o programa Mulheres da Paz. **Sociologia e Antropologia**, PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro 1/2, 2011, pp.147-163.

SORJ, Bila. Políticas sociais, participação comunitária e a desprofissionalização do care. **Cadernos Pagu** (46), 2016, p. 107-128.

SOUSA, Rosa Gouvea de e LOVISI, Giovanni Marcos. Avaliação de déficits cognitivos em moradores com mais de 65 anos de um albergue público. **Archives of Clinical Psychiatry** (São Paulo) [online]. 2007, v. 34, n. 5 [Acessado 22 Agosto 2022], p. 205-209. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000500001>.

SOUSA, Rosinaldo Silva. Direitos Humanos através da história recente em uma perspectiva antropológica. **Antropologia e Direitos Humanos**. EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE Niterói/RJ, 2001.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A Antropologia e o Estado no Brasil: breves notas acerca de uma relação complexa. In: FRANCH, Mónica; ANDRADE, Maristela; AMORIM, Lara **Antropologia em novos campos de atuação: debates e tensões**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015, p.23-39.

SOUZA, Elianara B.; AMORA, Ana. M. G. A. O asylo da mendicidade e os planos urbanísticos do século XIX no Rio de Janeiro. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 649–672, 2014. DOI: 10.20396/urbana.v6i1.8635319. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635319. Acesso em: 9 set. 2021.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios** / organizado por Vera da Silva Telles, Robert Cabanes. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TELLES, Vera. Cidades, trajetórias urbanas, políticas públicas e proteção social: questões em debate - entrevista com Vera Telles. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2010, n. 104, pp. 773-793. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400011>. Acesso em 18/07/2022.

TÓTORA, Silvana. **Velhice: uma estética da existência**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015.

TURNER, Victor. **Dramas, campos e metáforas: Ação simbólica na sociedade humana**. Tradução: Fabiano Morais. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

TURNER, Victor. **Floresta dos símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Tradução: Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Niterói, Rj: EdUFF, 2005.

ULM, Hernán Rodolfo. A cisão do presente: a experiência entre palavras e imagens. **Raído**, Dourados, v. 11, n. 28, p. 22-32, dez. 2017. ISSN 1984-4018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/6320/3982>. Acesso em: 25 set. 2020. doi:https://doi.org/10.30612/raido.v11i28.6320.

VALLE, Manoel. **A mendicidade no Rio de Janeiro**. Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1846.

VARGAS, Heber S. **Geronto-criminologia: a anti-socialidade na velhice**. Londrina: Canadá Produções Didáticas, 1978.

VÁZQUEZ, Felix. Ressignificación. In: **Diccionario de la Memoria Colectiva**.Editorial Gedisa, 2018.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VIANA, Lourival. O problema da execução da pena: sua projeção no campo penitenciário. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**. V.12, p. 144-174, 1961.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cad. Pagu** [online]. 2017, n. 51.

VIANNA, Adriana. Direitos, Moralidades e Desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: Lima, Roberto Kant de. **Antropologia e Direitos Humanos 3**. Editora da Universidade Federal Fluminense Niterói/RJ, 2005.

VISACOVSKY, Sergio. Cuando la sociedades conciben el passado como "memoria": uma análisies sobre verdade histórica, justicia y prácticas sociales de narración a partir de um caso argentino. **Antípoda**, n.4 enero/junio, 2007.

VITA, Neide. Vozes da rua - Estratégia de vida na rua para além da vulnerabilidade. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**. v. 3, n.11, 2018.

VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: apropriações de espaços coletivos em um centro de bairro**. Sem data. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5445306/mod_resource/content/0/VOGELArno_QuandoaRuaViraCasa-1980.pdf> . Acesso em 02/03/2023.

WACHELESKI, Nadia; GERSHENSON, Beatriz. As experiências sociais da velhice no cárcere. **Mais 60: estudos sobre envelhecimento**. Edição do Serviço Social do Comércio. São Paulo: Sesc São Paulo, v. 29, n. 72, Dezembro, 2018.

ZANOTTO, D. F. **Usuários de crack: uma análise a partir de reportagens de jornal e revistas de circulação nacional**. Tese de Doutorado. Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

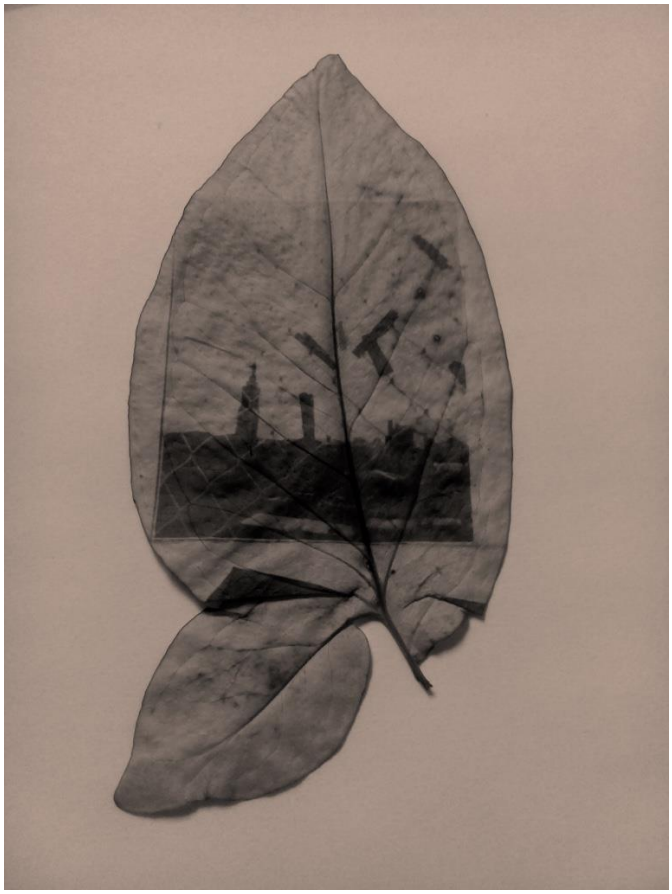
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Natalia Negretti

Veia arada: Velhices e Situações de Rua, uma etnografia

Volume II



Campinas

2023

Natalia Negretti

Veia arada: Velhices e Situações de Rua, uma etnografia

Volume II

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Isadora Lins França

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA NATALIA NEGRETTI E ORIENTADA PELA PROF(A). DR(A). ISADORA LINS FRANÇA.

Campinas

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Negretti, Natalia, 1987-
N312v Veia arada: velhices e situações de rua, uma etnografia / Natalia Negretti. – Campinas, SP: [s.n.], 2023.
2v.
Orientador: Isadora Lins França.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Centro de Acolhida Especial para Idosos. 2. Velhice. 3. Pessoas em situação de rua. 4. Prisões. 5. Antropologia urbana. I. França, Isadora Lins, 1978-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Plowed vein: old age and street Situations, an ethnography
Palavras-chave em inglês:
Old age
Homeless persons
Prisons
Urban anthropology
Área de concentração: Ciências Sociais
Titulação: Doutora em Ciências Sociais
Banca examinadora:
Nashieli Cecilia Rangel Loera
Anelise dos Santos Gutterres
Guita Grin Debert
Simone Miziara Frangella
Taniele Cristina Rui
Data de defesa: 02-06-2023
Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)
- ORCID do autor: https://orcid.org/0000-0002-8446-4851
- Currículo Lattes do autor: http://lattes.cnpq.br/6152333283821272

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelas Professoras Doutoras a seguir descritas, em sessão pública realizada em 02/06/2023 considerou a candidata Natalia Negretti aprovada.

Prof(a). Dra. Nashieli Cecilia Rangel Loera

Prof(a). Dra. Anelise dos Santos Gutterres

Prof(a). Dra. Guita Grin Debert

Prof(a). Dra. Simone Miziara Frangella

Prof(a). Dra. Taniele Cristina Rui

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Resumo: Nesta pesquisa busquei compreender governamentalidades na articulação de políticas em torno de envelhecimento e situação de rua, tendo como foco os processos de institucionalização e os trânsitos envolvendo espaços de acolhida e pessoas idosas em situação de rua. Seu objetivo geral é compreender como a "população idosa em situação de rua" ganha sentido nas políticas públicas contemporâneas e as formas pelas quais essas políticas imprimem marcas nas trajetórias de pessoas atendidas como "pessoas idosas em situação de rua" em equipamentos públicos, trajetórias as quais também estão para além da categorização administrativa. A estratégia metodológica primordial foi a realização de uma etnografia em um Centro de Acolhida Especial para Idosos (CAEI), denominada nesta tese como Estação Sentinela, gerido por uma instituição não governamental em convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social (SMADS) da cidade de São Paulo. Com atenção a formas de gestão na Estação Sentinela a partir das regras internas e moralidades, envoltas em convenções em torno de gênero, idade, classe, raça e sexualidade no cotidiano, na etnografia, conferiu-se especial atenção ao exercício de reconstrução das trajetórias dos interlocutores, dos seus trânsitos entre diferentes instituições e das relações entre cuidado e controle que se desenhavam nesses percursos. Em meio à etnografia, emaranharam-se também as políticas de assistência social e outras políticas municipais, como também de outras instâncias federativas, sugerindo diferentes sentidos e memórias acerca de velhices e situações de rua no âmbito da atuação do Estado. Tais emaranhamentos conduziram a uma estratégia metodológica adicional, a investigação dos processos socio-históricos que relacionaram velhices, ruas e prisões desde a escravização, de modo a problematizar a ideia de que o encontro entre velhices e situações de rua trata-se de um fenômeno social absolutamente novo. É desta forma que o estudo, ao tratar da simultaneidade de processos de "acolhida" e "recolhida" em termos políticas de Estado, aponta, em seu trajeto, que se o problema não é novo, o tratamento dado a ele sim. Como binômio, acolhida-recolhida, alude, entre outras questões nos relacionais atos de acolher e recolher, que se o primeiro processo é predominante no reconhecimento que estabelece um equipamento público e transforma em um sujeito de direitos a "Pessoa Idosa em situação de rua", o segundo continua a produzir também situações de rua. Organizada em dois diferentes volumes, a tese apresenta no seu segundo volume um material visual constituído ao longo do trabalho de campo, partilhas e interlocução, de modo a oferecer outras maneiras de aproximação aos interlocutores e ao seu cotidiano compartilhado com a pesquisadora.

Palavras-chave: Centro de Acolhida Especial para Idosos; Velhice; Pessoas em situação de rua; Prisões; Antropologia urbana.

Abstract: In this research, I sought to understand governmentality in the articulation of policies around ageing and homelessness, focusing on institutionalization processes and transits involving spaces for welcoming older people and homelessness. Its general objective is to understand how the "seniors living on the streets" is signified in contemporary public policies and how these policies imprint on the trajectories of people assisted as "elderly people living on the streets" in public facilities, trajectories which are also beyond administrative categorization. The primary methodological strategy was to carry out an ethnography in a reception center for elderly people living on the streets (CAEI), named in this thesis as Sentinela Station and managed by a non-governmental institution in partnership with the Municipal Secretariat for Development and Social Assistance (SMADS) in the city of São Paulo. With attention to forms of management at the Sentinela Station based on internal rules and moralities, wrapped in conventions around gender, age, class, race and sexuality in everyday life, special attention was given in ethnography to the exercise of reconstructing the trajectories of the interlocutors, of their transits between different institutions and of the relations between care and control that were outlined in these paths. In the ethnography it became noticeable that social assistance policies, other city policies, and those of other federative instances, were intertwined, suggesting different meanings and memories about old age and situations of homelessness within the scope of State action. Such entanglements led to an additional methodological strategy, which was the investigation of the socio-historical processes that linked old age, streets, and prisons since the days of slavery, to problematize the idea that the encounter between old age and street situations is an absolutely new social phenomenon. In this way, when dealing with the simultaneity of processes of "welcoming" and "withdrawal" in terms of State policies, the study points out that if the problem is not new, the treatment given to it is. As a binomial, welcoming-receiving, alludes, among other issues in the relational acts of welcoming and recalling, that if the first process is preponderant in the recognition that establishes a public equipment and transforms the "elderly person in a street situation" into a subject of rights, the second, continues to produce situations of homelessness. Organized in two different volumes, the thesis presents in its second volume a visual material constituted throughout the fieldwork, exchanges and interlocution to offer other forms of approaching the interlocutors and their daily life shared with the researcher.

Key words: Special Shelters for older homeless People; Old age; Homeless, Prisons; Urban anthropology.

Resumen: En esta investigación, busqué comprender la gubernamentalidad en lo que se refiere a la articulación de políticas en torno al envejecimiento y el sinhogarismo, con foco en los procesos de institucionalización y tránsitos que involucran espacios de acogida y personas mayores en situación de calle. Su objetivo general es comprender cómo la "población anciana en la calle" cobra sentido en las políticas públicas contemporáneas y las formas en que estas políticas imprimen sus huellas en las trayectorias de las personas atendidas como "ancianas en la calle" en equipamientos públicos, trayectorias que también escapan a la categorización administrativa. La estrategia metodológica primaria fue realizar una etnografía en un centro de acogida de personas mayores en situación de calle (CAEI), denominado en esta tesis como Estación Sentinela, administrado por una institución no gubernamental en alianza con la Secretaría Municipal de Desarrollo y Desarrollo Social. Asistencia (SMADS) en la ciudad de São Paulo. Con atención a las formas de gestión en la Estación Sentinela basadas en normas y morales internas, envueltas en convenciones en torno al género, la edad, la clase, la raza y la sexualidad en la vida cotidiana, en la etnografía se prestó especial atención al ejercicio de reconstrucción de las trayectorias de los interlocutores, de sus tránsitos entre diferentes instituciones y de las relaciones entre cuidado y control que se perfilaron en estos caminos. En medio de la etnografía, las políticas de asistencia social y otras políticas municipales, así como las de otras instancias federativas, también se entrecruzaron, sugiriendo diferentes significados y memorias sobre la vejez y las situaciones de calle en el ámbito de la acción del Estado. Tales enredos llevaron a una estrategia metodológica adicional, que fue la investigación de los procesos sociohistóricos que vincularon la vejez, las calles y las cárceles desde la época de la esclavitud, con el fin de problematizar la idea de que el encuentro entre la vejez y las situaciones de la calle es se trata de un fenómeno social absolutamente nuevo. Es así que el estudio, al abordar la simultaneidad de procesos de "acogida" y "retirada" en materia de políticas de Estado, señala que si el problema no es nuevo, el tratamiento que se le da lo es. Como binomio acoger-recibir alude, entre otras cuestiones en los actos relacionales de acoger y recoger, que si el primer proceso es predominante en el reconocimiento que instaura un equipamiento público y transforma al "anciano en situación de calle" en sujeto de derechos, el segundo sigue produciendo también situaciones de calle. Organizada en dos volúmenes diferentes, la tesis presenta en su segundo volumen un material visual constituido a lo largo del trabajo de campo, el compartir y la interlocución, con el fin de ofrecer otras formas de acercarse a los interlocutores y su cotidianidad compartida con el investigador.

Palabras-clave: Centro de Acogida para Adultos Mayores; Vejez; Personas en situación de calle; Prisiones; Antropología urbana.

De tempo somos.
Somos seus pés e suas bocas.
Os pés do tempo caminham em nossos pés.
Cedo ou tarde, já sabemos, os ventos do tempo apagarão as pegadas.
Travessia do nada, passos de ninguém? As bocas do tempo contam a viagem.
- Eduardo Galeano {Tempo que diz}

Sumário

Introdução 10

Parte 1 – Na Estação Sentinela 17

Pórtico 18
Rente e 1º piso 20
Estufa 24
Cestas 28
Entre Andares, Pássaros e Flores 32
Pregados 38
Sussurro em teia: roça dos dias, brotos do tempo e verteras veias 42
Um Outono na Estação 47

Parte II – A partir da Estufa 50

Guarida Damaris 51
Riachão 53
Busca e encontro com Piá 55
Guarida Acidália 57

Parte III – Um certo depois 59

Reencontros e Pareceres das Trajetórias etnobiografadas 60
A Estação Sentinela anos depois 63

Parte IV - Montar e Desmontar Lembranças 67

Referências Bibliográficas 85

Introdução

Eu que me posto exato entre teus lados
Determino teu centro, sou teu vinco
Finco o estandarte em teu terreno tenro
Em teu terreno tenro, em teu terreno
Tu de par em par e essa passarela
Da veia de tua fronte até o vazio
Entre teus pés, teus pés outrora doces
Hoje amargados de asperezas-passos
Ásperos passos, pássaros sem fio
Que obrigas-te a evocar em danças-ansas
Danças que danças e lanças pra longe
[...]

- Vinco
Caetano Veloso

A abordagem de Etienne Samain (1997) frente à materialidade da fotografia como ferida e cicatriz, a qual me conduz a Vinco, composição de Caetano Veloso, pode ser lida a partir da ideia de presente na sua forte relação com as Memórias e com o Tempo. O tempo, impossível chão fixo que dispersa e colhe tanto (em) tantos chãos quanto (em) tantos períodos, se considerado como aquele que pode também evocar e não somente ser evocado, vincula-se à fotografia, a qual tem a propriedade de abrir fendas no tempo nas efemeridades de sua dificultosa captura:

> Pequena queimadura de luz sobre uma superfície sensível (como uma alma) – os nitratos de prata, pele e ao mesmo tempo – a fotografia é, na sua materialidade, tanto uma ferida como uma cicatriz, uma fenda aberta no tempo, rachadura do espaço, uma marca um rastro, um indício (SAMAIN, (1997: XIX).

Ao apresentar a trajetória de uma fotografia, Boris Kossoy (2001, p. 45) atentou que "toda fotografia tem atrás de si uma história". O mesmo autor relaciona fotografia com testemunho: "toda fotografia representa o testemunho de uma criação" e "a criação de um testemunho" (KOSSOY, 2001, p. 50).

Esse volume da tese é de cunho fotoetnográfico, a partir da abordagem de Luiz Eduardo Achutti (1997) e sua sugestão de busca da "importância da linguagem fotográfica no espectro do trabalho antropológico, no que essa linguagem tem a somar, a narrar [...]" (ACHUTTI, 1997, p. 38). Sigo o empreendimento do autor de não conferir legendas às imagens e me atenho à ideia, entretanto, de apresentar subcapítulos da fotoetnofotografia.

No que concerne à dimensão da fotoetnografia,"a partir do trabalho com a imagem fixa, a imagem fotográfica" (ACHUTTI, 1997, p. 39), faço uma continuidade de sua proposta num então "exercício visual", ainda nos termos de Achutti (1997). Nesse sentido, o exercício a que me refiro concerne a um trabalho realizado com fotografias de dois "tempos"- durante e depois do chamado período de campo -, por meio de feitura e desfazimento de forma imagética. Esse fazer simultâneo engloba essa corda bamba que pode significar "fim de campo" e o campo vasto de relações enquanto

relevos, resquícios e escapes dessa etnografia; memórias, tempo, distanciamento, pseudônimos, anonimato e afetos.

O reconhecimento de partilhas, tanto de interlocução quanto de "passado em convívio com o presente", tornou-se uma presença etnográfica. Assim como escolhi, durante e na escrita, não separar rigidamente essas questões, numa parte desse volume, de forma imagética, também se articulam passado e presente. Como mostrou Mariza Peirano (2008, p. 4): "a personalidade do investigador e sua experiência pessoal não podem ser eliminadas do trabalho etnográfico. Na verdade, elas estão engastadas, plantadas nos fatos etnográficos que são selecionados e interpretados" (PEIRANO, 2008, p. 4).

Afetos suscitados em encontros e tempo incidentes já anteriormente às primeiras ações em torno de fotografias e não restritas ao ato de fotografar, como exporei mais adiante, mas articuladas às intensas relações com e do tempo, estiveram presentes durante a etnografia.

As fotografias nessa pesquisa de campo se relacionaram de forma espiralada ao que Donna Haraway (1995) convencionou como conhecimento situado e saber localizado; desde as fotos na etnografia à localização de emoções e memórias nos fazeres fotográficos. Fotografias, feitas, revisitadas e mexidas situaram emoções e foram simultaneamente formas de fazer lembrança e de lembrar: "todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida. Não há nenhuma fotografia não mediada" (HARAWAY, 1995, p. 22).

Roland Barthes (1984) definiu a co-presença de *studium* e *punctum* ao nos depararmos com fotografias. Enquanto o *studium*, em suma, se relaciona a contratos culturais – "sem acuidade particular" (BARTHES, 1984, p. 45), entre espectador e produtor, em torno da imagem[1], o *punctum*[2] quebra e contraria o *studium*, parte da cena e punge; "como uma flecha, e vem me transpassar" (BARTHES, 1984, p. 46); "[...] é também picada, pequeno buraco, pequena mancha, pequeno corte – e também lance de dados" (BARTHES, 1984, p. 46).

O *punctum* de uma foto, diz Barthes (1984, p. 46) "é esse acaso que, nela, me punge (mas

[1]"Eu não via, em francês, palavra que exprimisse simplesmente essa espécie de interesse humano; mas em latim, acho que essa palavra existe: é o studium, que não quer dizer, pelo menos de imediato, estudo, mas a aplicação a uma coisa, o gosto por alguém, uma espécie de investimento geral, ardoroso, mas sem acuidade particular"(BARTHES, 1984, p. 45); "É pelo studium que me interesso por fotografias, quer as receba como testemunhos políticos, quer as aprecie como bons quadros histórico: pois é culturalmente (essa conotação está presente no studium) que participo das figuras, das caras, dos cenários das ações"(BARTHES, 1984, 45-46); "Reconhecer o studium é fatalmente encontrar as intenções do fotógrafo, entrar em harmonia com elas, aprova-las, desaprová-las, mas sempre compreendê-las, discuti-las em mim mesmo, pois a cultura (com que tem a ver o studium) é um contrato feito entre criadores e consumidores" (BARTHES, 1984, p. 48).

[2]"Em latim existe uma palavra para designar essa ferida, essa picada, essa marca feita por um instrumento pontudo; essa palavra me serviria em especial na medida em que remete também à ideia de pontuação e em que as fotos de que falo são, de fato, como que pontuadas, às vezes até mesmo mosqueadas, com esses pontos sensíveis; essas marcas, essas feridas são precisamente pontos" (BARTHES, 1984, p. 46).

também me mortifica, me fere)". O *punctum* passa também, na abordagem de Barthes, pela ação, noção e sensação dos detalhes: "como a fotografia é contingência [...] ela fornece de imediato esses "detalhes" (BARTHES, 1984, p. 49). Os detalhes na imagem, que, nesses termos, podem ser aproximados de encantamentos e feridas vinculados à interlocução, "a período" e "pesquisa" de campo, compondo vínculos então com interlocutores, dias, suas histórias, histórias com elas e eles, relações, detalhes, subjetividades e emoções, podem ser estendidos, como aqui busco fazer, também às memórias.

Encantamentos e feridas estiveram presentes num primeiro exercício subjetivo com imagens realizados durante o período de campo. Se por meio de uma técnica chamada fitotipia, que, em suma, se refere à geração de imagens em folhas vegetais, emoções e subjetividades foram trabalhadas sem palavras, como pode ser o ato de fotografar, "olhar" e "lembrar" posteriormente para essas questões e para "imagens", na ocasião de feitura desse volume e do volume I, revelaram pontos concernentes a temporalidades e maneiras pelas quais tive "pensamentos incorporados" (ROSALDO, 2019) na passagem do tempo etnográfico. A impressão de cada imagem, a qualidade fitotípica de cada folha vegetal, imprevisibilidade e desaparecimento, como alguns dos fatores da fitotipia, vinculam não somente a unicidade de cada interlocutor, mas também de cada relação. A fitotipia, como parte de atos durante o período etnográfico, se vinculava com duas ações que a antecederam: jardinagem e fotografias.

Sobre nenhum dos três fazeres eu me debruçava a contar de palavras. Menos palavras e mais não palavras estiveram também nas primeiras reflexões a respeito. Vale dizer que na ocasião em que escrevi - como parte necessária de um ensaio visual - sobre fitotipia e interlocução, transformações estavam em seguimento; o "fim de período de campo" era vinculado também à saída da instituição gestora da Estação Sentinela. Esses trajetos estiveram presentes em rememorações no decorrer da feitura da tese. Tal fazer contemplou, dessa forma, um período que ecoou também efeitos e atos - e companhias - durante o período de pesquisa de campo. As reflexões tecidas aqui são articuladas pelo processo de escrita, que se fez mútuo com lembranças e seus vínculos com imagens – não só por meio de fotos, e fotografias.

Desde o início da pesquisa de campo, as plantas da Estação Sentinela, o tempo observável com e a partir delas e habitantes que as aguavam e sobre elas falavam chamavam minha atenção. Essas observações, durante o mesmo período, tiveram rumos não necessariamente escritos, tais como registros fotográficos, assim como outras dimensões de afeto estavam junto com a Estação Sentinela em meus trajetos entre idas e vindas para e de lá, a partir dali e não restritas a um "lá" e "fixo". Relacionar tanto em observar quanto em fotografar tempo(s), plantas, pessoas e cidade foi um exercício coetâneo ao início do período de campo. Esse dentro e fora, também em trânsito, intensificou uma vontade pessoal de fazer um curso de jardinagem. Tal anelo foi arrebatado pela

Estação Sentinela ao mesmo tempo em que tal instituição, o convívio nela e com ela e as interlocuções fitaram meus interesses. Do mesmo modo, temas das fotografias na e da Estação Sentinela tiveram expansão. Atos e fotografias então não somente do campo, mas relacionadas a ele, a contar dele.

A fitotipia, que vincula tanto imagens quanto folhas vegetais, foi, conforme exposto anteriormente, um exercício subjetivo - cujo silêncio compreendo mais com o decorrer do mesmo tempo que assoalha períodos que escorreram - íntimo entre sensações, interlocuções e pesquisa de campo. Sem palavras, a fitotipia trazia e manejava emoções vinculadas ao tempo, que marcava também fotografias. Tal técnica gerava imagens a partir de outras e como experimento imprevisível já bagunçava a ideia de uma captura pretensiosa, rígida e de fatos. Com a fitotipia as imagens não são imóveis, assim como não são nem as lembranças e nem reencontrar fotografias. Admitir o encontro desses fazeres com a pesquisa de campo reimprimiu a fitotipia – e seus sentidos relacionados à Estação Sentinela e interlocução - durante o fazer a tese do trabalho ao qual ela se vinculou. Tal admissão, trazida a essa ocasião em forma de reflexão e escrita, passou pelo reconhecimento estimulado por Michele Rosaldo (2019, p. 39) “do fato de que o sentimento se forma sempre através do pensamento e que o pensamento é carregado de significado emocional” (ROSALDO, 2019, p. 38).

Nessa toada, é preciso mencionar que se durante o período de campo me relacionar com esses conteúdos se deu em outros espaços e horários de minha vida primeiramente pela fitotipia sem uma atenção reflexiva a respeito, a lembrança, o tempo e as emoções estavam já nas fotografias. As fotografias compunham um conjunto que exalava sensações e foi em torno destas o trabalho fitotípico. E talvez por isso tal técnica tenha sido arrebatadora no percurso de pesquisa e no meu durante a pesquisa de campo. Somente depois, ao lembrar e refletir de forma conjunta, é que se tornou perceptível também que o próprio ato de fotografar durante a etnografia se transformou durante ela: fotografar também como fazer lembrança e trabalhar as lembranças por meio de imagens.

Na escrita da tese, essas reflexões suscitadas por lembranças, fossem as registradas imageticamente que continuavam comigo, fossem as não fotografadas que em mim também estavam, se misturavam; evocavam e eram evocadas. Como abordou Ecléa Bosi (1994, p. 407) “somos, de nossas recordações, apenas testemunhas”. Sobre tempo e relações, importante também a menção, por parte da autora, de que “muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente” (BOSI, 1994, p. 407).

Esse reconhecimento possibilita também uma extensão relacional. Do mesmo modo que histórias de interlocutores e suas trajetórias têm o poder de refazerem pressupostos etnográficos assim como a interlocução e categorias êmicas fazem e refazem ideias de pesquisadores, na etnografia a convivência e a memória dos outros e com outros fazem, expiram e inspiram memória. E as fotos, com as quais me deparei na ocasião da feitura da tese, também disso me fizeram lembrar. Memória,

escrita e fotos se juntaram intensa, confortável e desconfortavelmente.

Ao tratar da memória como monumento, involuntária e perturbação, Alessandro Portello (2016, p. 45) considera que a memória, em grande medida, funciona como um músculo involuntário: “Para usarmos uma analogia, a memória é como a respiração: podemos respirar bem ou respirar mal, podemos respirar um ar bom ou ruim, mas não podemos parar de respirar por muito tempo”. Ao empreender que a memória não é boa nem má, o autor nos informa que não seria por acaso variados moldes de imagens literárias de memória involuntária.

Um assoalho emotivo na minha passagem pela Estação Sentinela frente às ambivalências sentidas durante o período de campo foi reabitado no fazer a tese também por memória e fotografia. Partilhas, dúvidas, rigores e não rigores e método e não método que no pretérito período de campo teceram questões, durante a escrita formavam e chegavam (em) memórias, tanto tranquilizantes quanto de perturbação, e em “pensamentos incorporados” (ROSALDO, 2019).

E nas fotos? O que fazer com os pseudônimos e anonimatos quando também não desejados, como por exemplo, por Salgueiro, que, no mesmo dia em que leu sua trajetória etnobiografada me disse tantas outras coisas não ditas durante o período de campo porque “naquele agora eu não era mais pesquisadora e sim sua amiga” e pediu que a tese tivesse uma foto nossa? O que de nossas fotos poderia ser mantido sem deixar seu rosto num material publicado como em minhas redes pessoais, nas quais nossa amizade aparece? O que fazer também com um reflexo meu em uma das fotos do dia da mudança da Avença da Compaixão?

Essa memória etnográfica, articulada à fotografia e feitora também desse volume fotoetnográfico, dialoga, desse modo, com a reflexão de Suely Kofes (2020, p. 18-19) ao sugerir que a visibilidade do sensível interfira reflexão e análise: “Antropólogos escrevem, e não apenas escrevem. O que sugiro pode nos deslocar da escrita para a grafia (aqui recuando ao sentido etimológico arcaico de graphein, grapho, ou seja, a sinais de rastreamento, a linhas, a gravar, a arranhar, e escrever)”. Para a autora, uma vez que a antropologia é habitada por “conhecimentos, experiências e expressões múltiplas” (KOFES, 2020, p. 21), “[...] deslocar a grafia [...]” possibilita o reconhecimento da “escrita como uma – e o valor predominante que pode ter – entre outras maneiras de descrever, narrar e analisar” (KOFES, 2020, p. 21).

Se registros imagéticos e etnografia contemplam, nesse trabalho, uma lembrança não fechada, importante mencionar também que a memória etnográfica, além de não ter se encerrado no “fim do período de campo”, escapou de horários e espaços restritos “aos/de campo” enquanto a pesquisa de campo ainda estava em processo. Desse modo, expor vínculos entre ruídos, memória e etnografia intenciona não esquecer tais presenças nas maneiras de descrição, narração e análise. Presentes em companhia de mais palavras no volume I, aqui seguem mais com imagens.

Nesse sentido, a parte desse volume que procura reunir misturas de tempos assume

também, tanto no tornar presente quanto no selar pretéritos, sentimentos como, nos termos de Rosaldo (2019, p. 39), “práticas sociais organizadas por histórias que nós encenamos e contamos [...] estruturadas por nossas formas de compreensão” de forma imagética. Em tal trecho, são apresentados desmontar e montar imagens como atos simultâneos no que concerne às memórias etnográficas. O mantimento de unicidades e singularidades de interlocutores, relações e detalhes nessas memórias está atrelado ao que Marilyn Strathern (2014, p. 346) chamou de “recriação imaginativa de alguns dos efeitos da própria pesquisa de campo”. Vale relacionar então recordar, registrar e imagens à proposta da autora quanto a campos duplicados e abordagem de imersão e escrita na etnografia. Strathern pontua também sobre os campos da etnografia: “um deles cria o outro, mas tem também sua própria dinâmica ou trajetória” (STRATHERN, 2014, p. 346).

Etnografia, Partilha e Recordação seguem misturadas nesse volume. Enquanto a primeira e a segunda parte reúnem fotografias do período de pesquisa de campo e a terceira, traz, entre os anos seguintes, um retorno à Estação Sentinela e reencontro com interlocutores, a quarta parte intima um trabalho com memória e fotografia, a partir da relação entre ambas, de forma imagética.

Dessa forma, esse volume se fez como um quando, conforme abordagem de Carlos Rodrigues Brandão (2004, p. 28) “as fotografias não são uma pausa no texto, mas uma outra fala”. Junto de pretéritos de “leitora-olhadora” e “etnógrafa-não fotógrafa, mas que fotografa”, evocando termos do autor, se alia a um “alargamento realizado em nome da possibilidade de podermos chegar a estabelecer uma reflexão de sentidos e de sensibilidades por meio do desafio infindável da imagem fotográfica” (BRANDÃO, 2004, p. 36). Importante mencionar também que esse volume se aproxima, de forma vincular, de uma definição de “foto” – que articula imagem, passagem e memória - feita pelo autor: “E se a foto é a imagem de um presente tornado perene, aquilo que foi entrevisto por um momento, daquela maneira e assim foi fixado, tornado um espelho que continua refletindo o rosto da pessoa mesmo quando ela já não está ali, mesmo quando ela já não está entre os “vivos” dali ela se eleva à categoria de memória” (BRANDÃO, 2004, p. 40). As partes I, II e III desse volume se aproximam dessa perspectiva como um conjunto de “foto(s) com presente(s) tornado(s) perene(s)”, registrado desde, com e durante a interlocução no período de campo, mas remirado e organizado tempos depois. Já a quarta parte se esparrama mais por trabalhar imageticamente com o que o autor conferiu como memória e reflexo.

O rosto que se elevou à memória e ao reflexo, em consonância com a definição de “foto” do autor, se referiu, na feitura da tese, ao rosto da Estação Sentinela e da interlocução, tornado espelho que continuava a refletir. Rosto cheio de rostos de interlocutores. Se o rosto da Estação Sentinela e da interlocução referido se eleva à memória por ser pretérito – não ser mais o mesmo – e “já não estar mais ali”, é preciso mencionar na mudança desse rosto, rostos “não mais ali” e rostos que “já não estavam entre os ‘vivos’ dali”. No rosto da Estação Sentinela e da interlocução que se

elevou, se elevaram rostos, que “estavam e não estavam entre os ‘vivos’”. O se elevar desse rosto cheio de rostos, durante a feitura da tese, ecoou também formas e noções, variadas e vinculadas, de vidas e de vida, aparição, desaparição e passagem, amalgamadas com existências de interlocutores de pesquisa, com relações entre nós e com o período da pesquisa de campo.

Desse modo, a parte I*, Na Estação Sentinela,* compõe uma narrativa fotoetnográfica da pesquisa de campo na instituição e sobre esta. Na parte II, *A partir da Estufa,* estão apresentados alguns registros imagéticos de trânsitos realizados também no período de campo. Já a terceira parte desse volume, chamada *Um certo depois,* tem como alicerce dois conjuntos de registros imagéticos. Enquanto *Reencontros e Pareceres das Trajetórias etnobiografadas* contempla *encontros de novo* com alguns interlocutores e leituras dos textos, *Estação Sentinela anos depois* apresenta movimentos do tempo na instituição, desde na sua composição organizacional e espacial ao de seu entorno. Por fim, a parte IV, *Montar e Desmontar Lembranças,* manifesta atos e efeitos de desfeituras e feituras de memórias fotográficas e etnográficas, considerando encontros e reencontros e embaçando fronteiras também de períodos.

Parte 1 – Na Estação Sentinela

Pórtico









Rente e 1º piso




1º
ANDAR

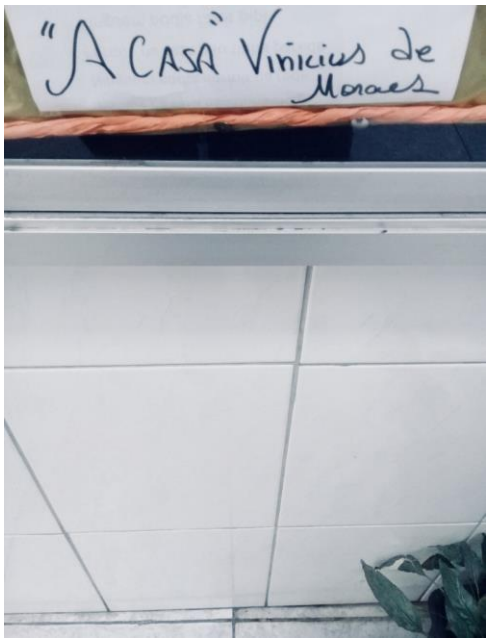



NÃO
utilizar o
elevador.
até o 8º andar
Risco de ficar
preso. Subir
somente até o 7º andar


REFEITORIO






"A CASA" Vinicius de
Moraes





Estufa















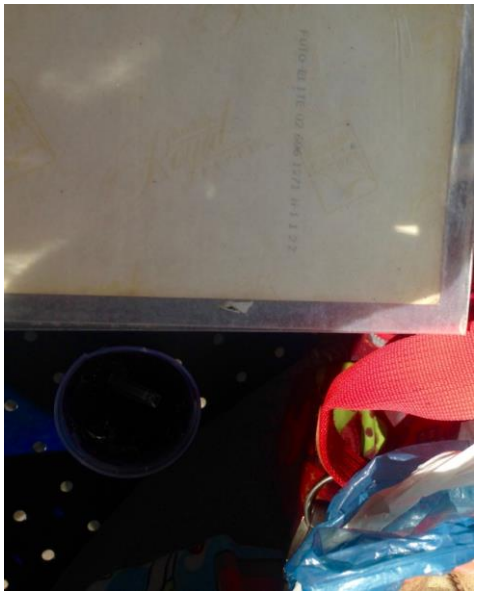








Cestas

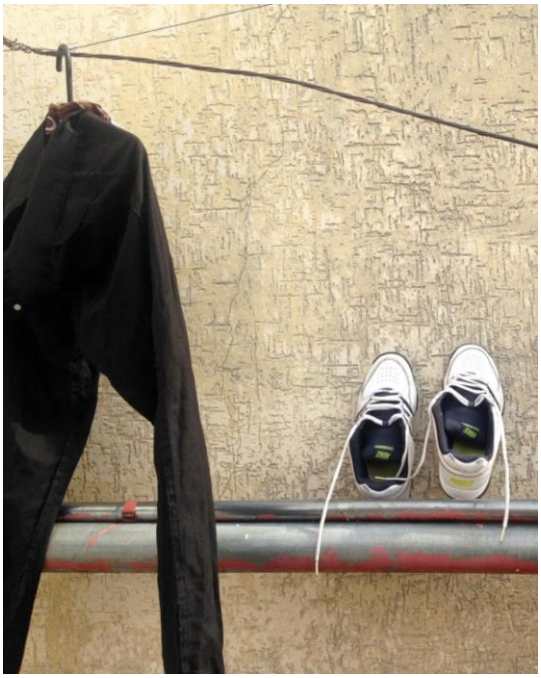




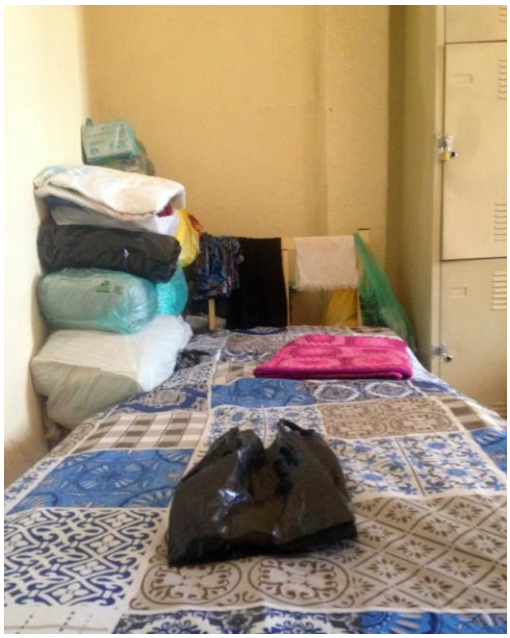

ISABEL ALLENDE
A CASA DOS ESPÍRITOS

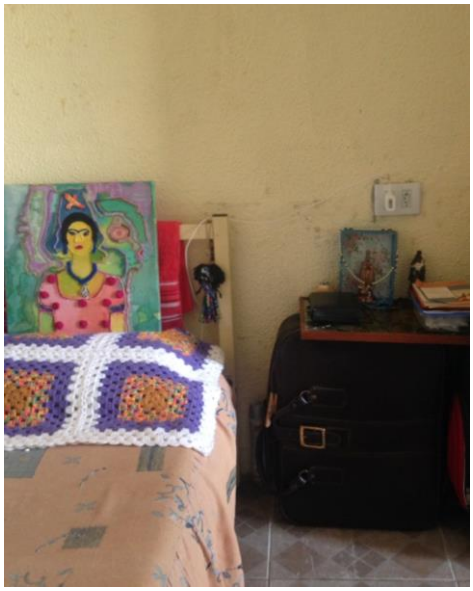



PALAVRAS
CRUZADAS












FOLHA UNIVERSAL



Entre Andares, Pássaros e Flores


BEMTIVI


ORQUIDIA


CANARIO

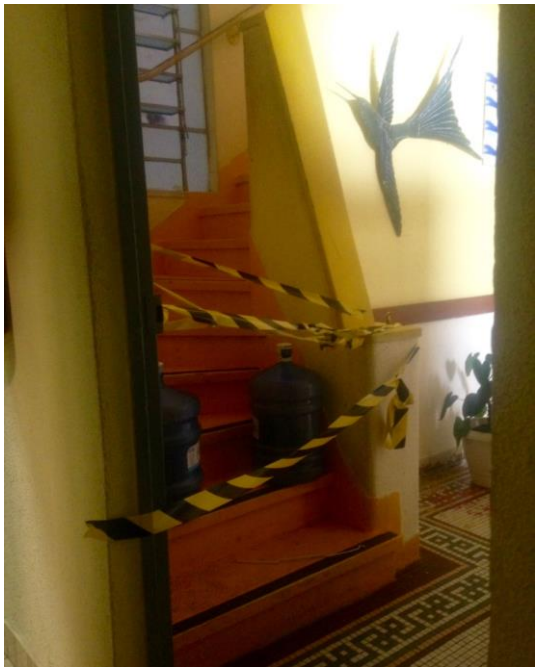

MARGARIDAS


ANDORINHA


ROSA



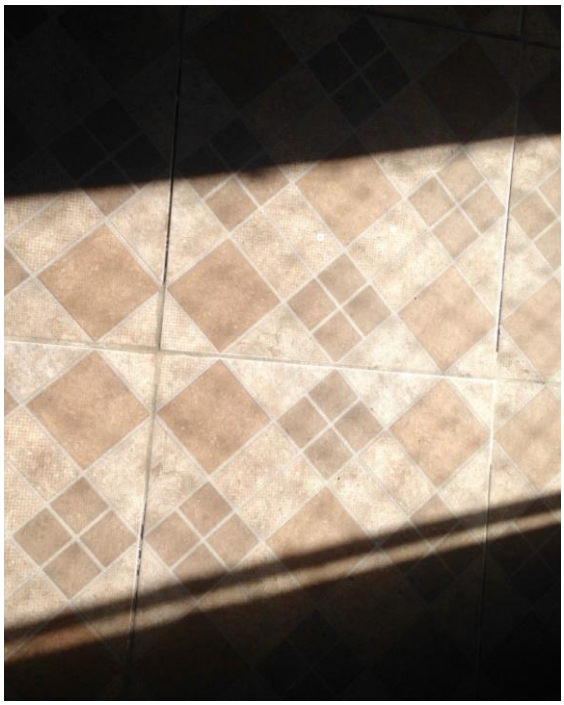




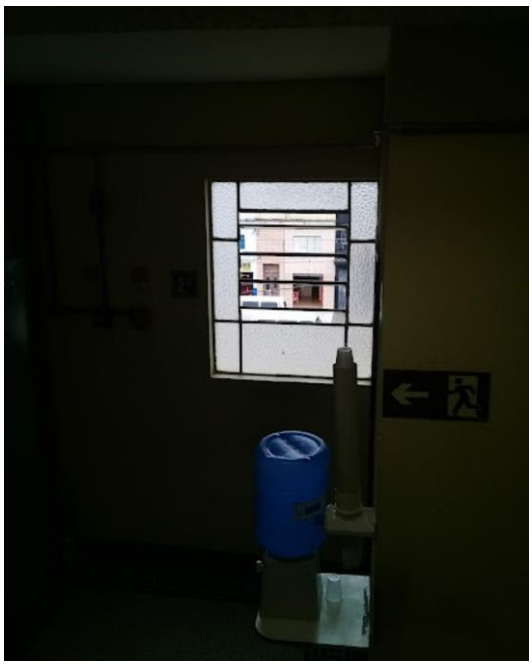






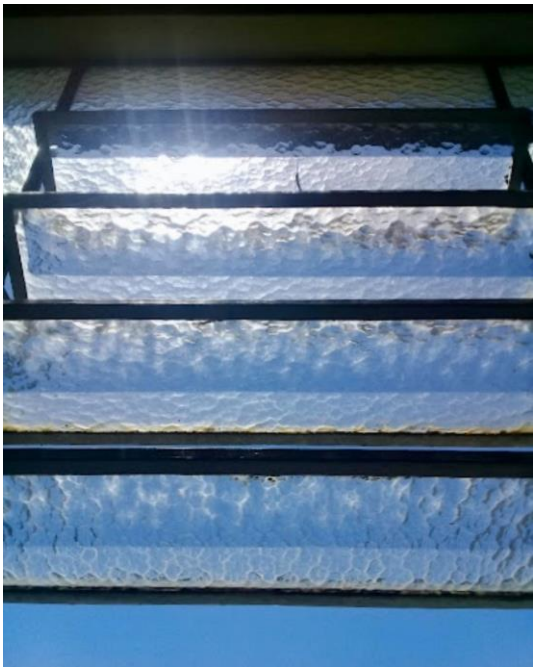










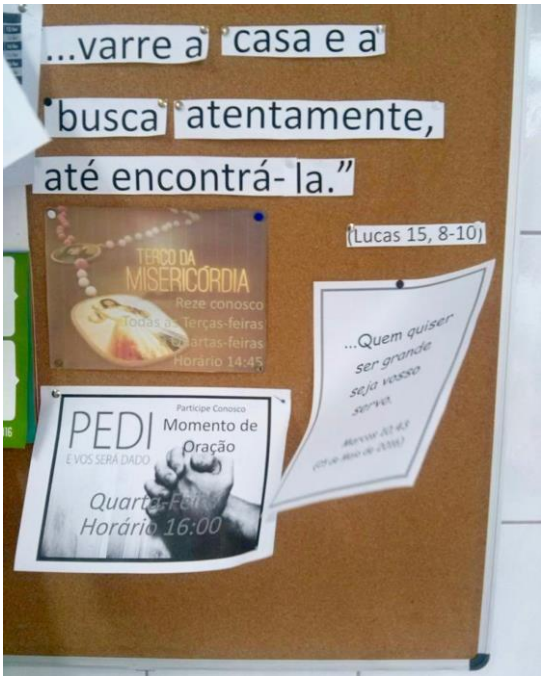






Pregados

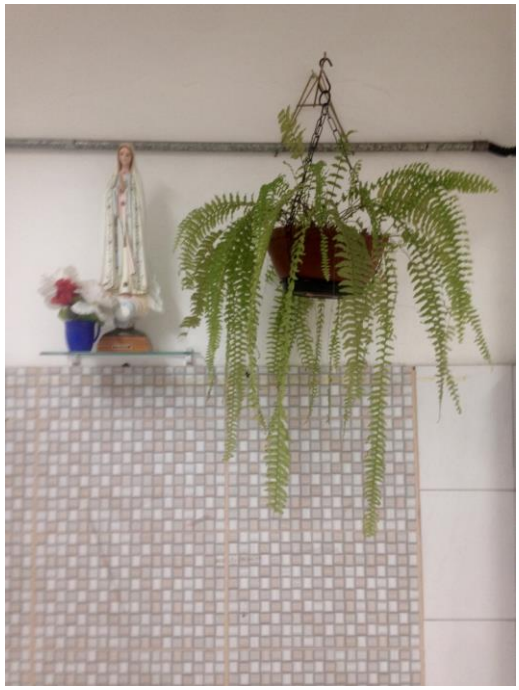

VARAL
DA REFLEXÃO
PARE, LEIA, REFLITA !


...varre a casa e a
busca atentamente,
até encontrá- la."
(Lucas 15, 8-10)
TERÇO DA MISERICÓRDIA
Reze conosco
Todas as Terças-feiras
Horário 14:45
...Quem quiser ser grande seja vosso servo.
PEDI
E VOS SERÁ DADO
Participe Conosco
Momento de Oração
Quarta-Feira
Horário 16:00


DEDETIZAÇÃO
Dia 20/05– Segunda-Feira – 08h00
Favor guardar os itens pessoais nos Armários e pegar sacolas com a equipe de Orientadores.



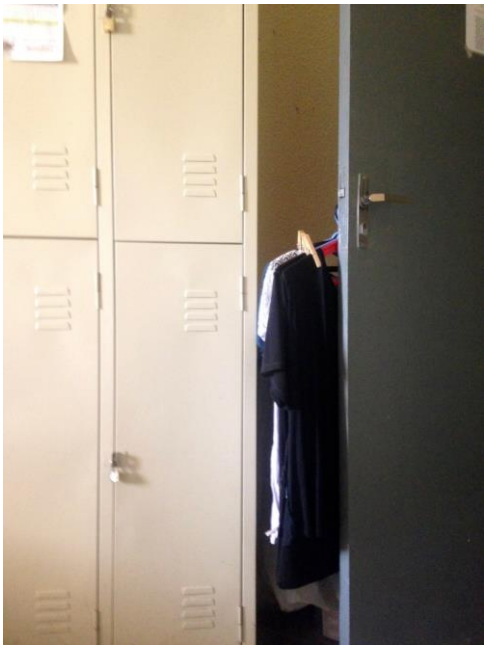





TUDO POSSO
NAQUELE QUE ME
I GOT IT
FORTALECE




2019
JANEIRO
FEVEREIRO
MARÇO
ABRIL
MAIO
JUNHO
JULHO
AGOSTO
SETEMBRO
OUTUBRO
NOVEMBRO
DEZEMBRO
Homeopatia Almeida Prado



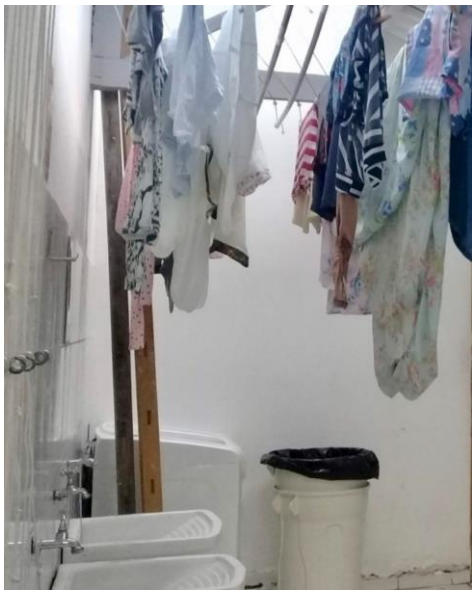
Sussurro em teia:

roça dos dias,

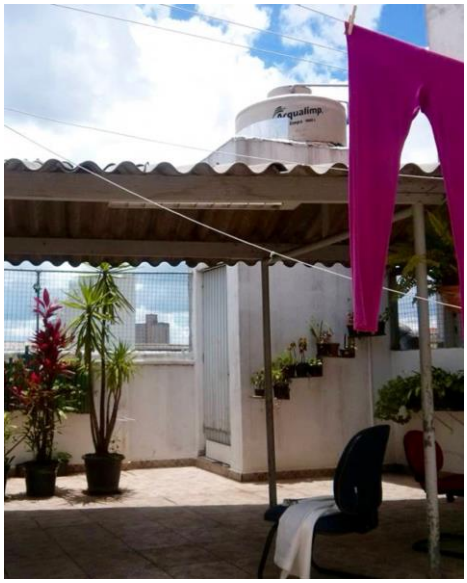
brotos do tempo e

verteras veias



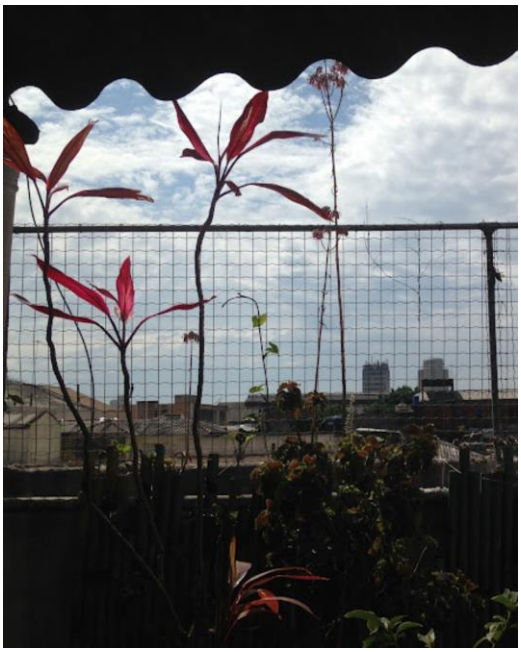





Arqualimp

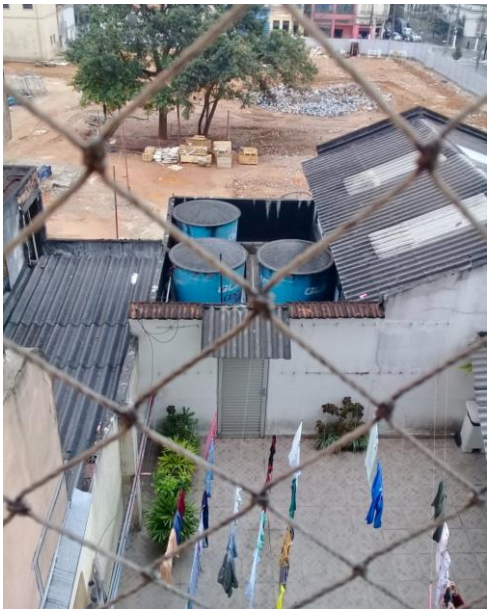


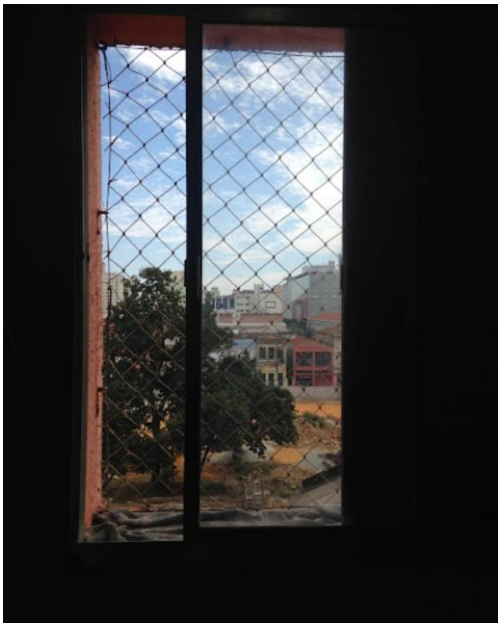
















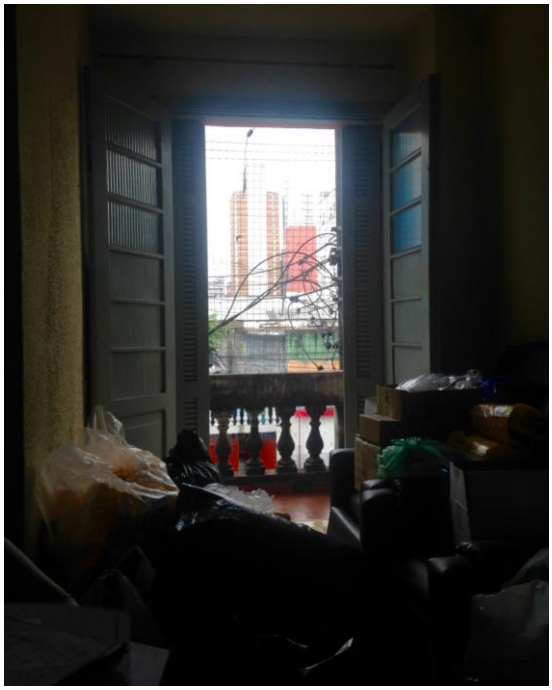


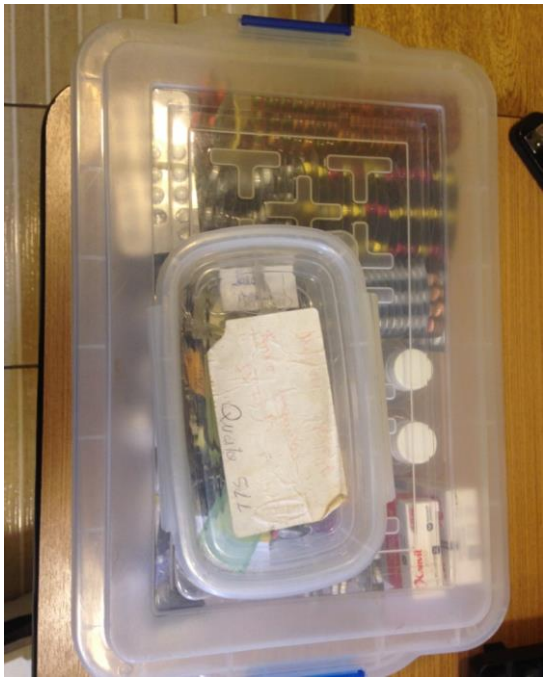




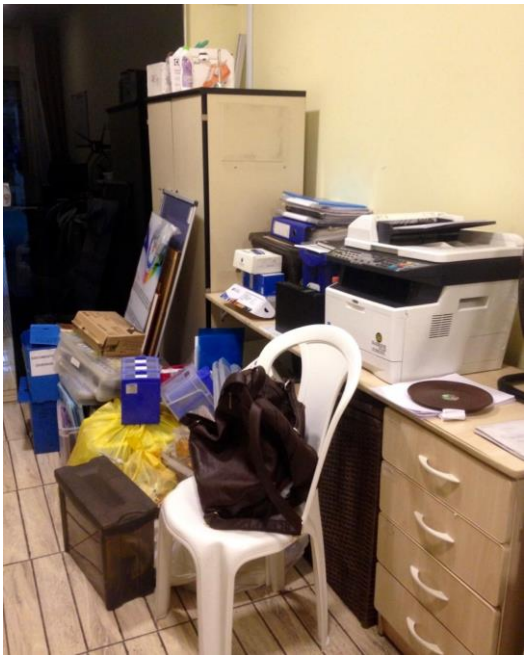
Um Outono na Estação








REGULAMENTO
INTERNO





Parte II –

A partir

da Estufa

Guarida Damaris




ESP ÇO PARA
REC BER SEUS
FAM LIARES E
AMIGOS.





Riachão

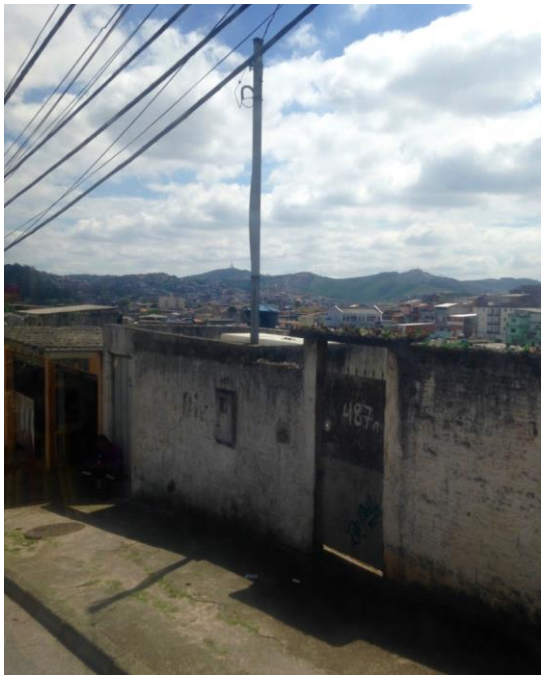



DÊ FLORES
AOS VIVOS


SEI DE NADA,
DESCONFIO DE
MUITA COISA


A PRAGA
É O ASFALTO
ERVA DANINHA
É RESISTÊNCIA

Busca e encontro com Piá

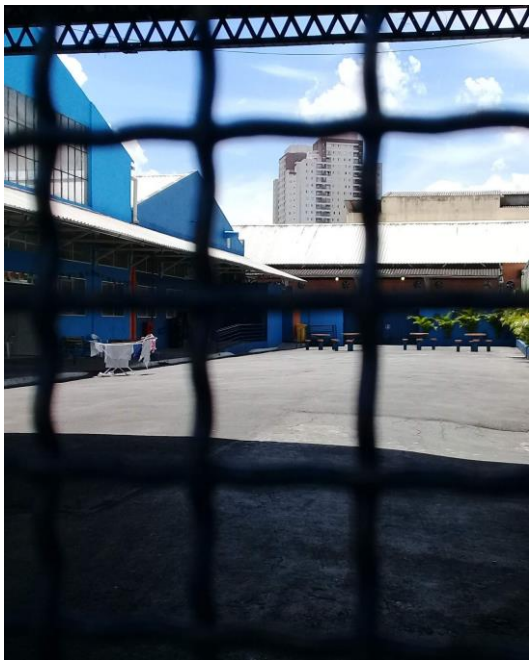



Benção do Lar



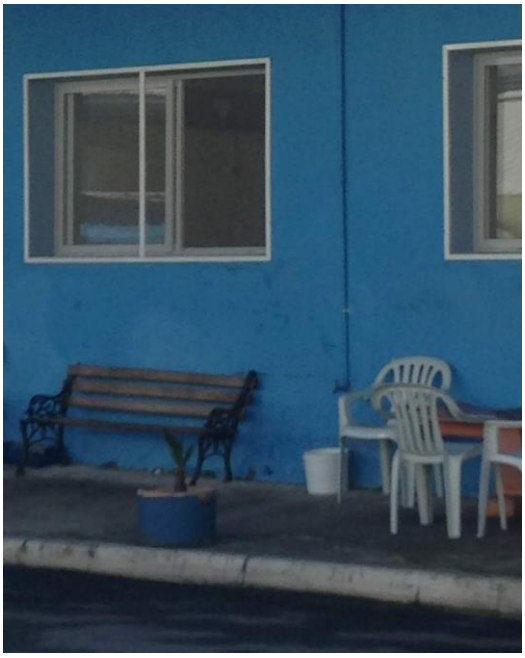


Guarida Acidália



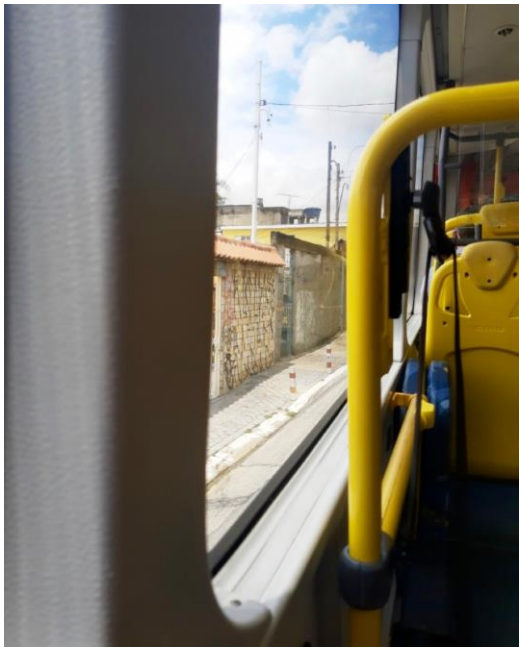



ALA
FEMININA



Parte III – Um certo depois

Reencontros e Pareceres das Trajetórias etnobiografadas





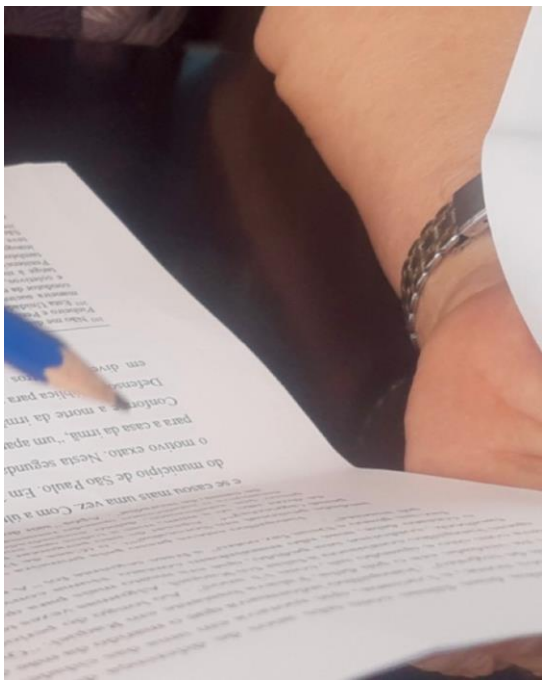




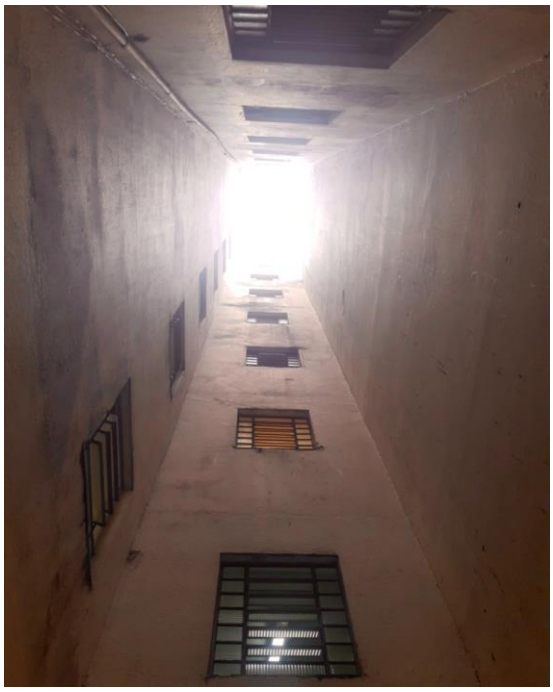


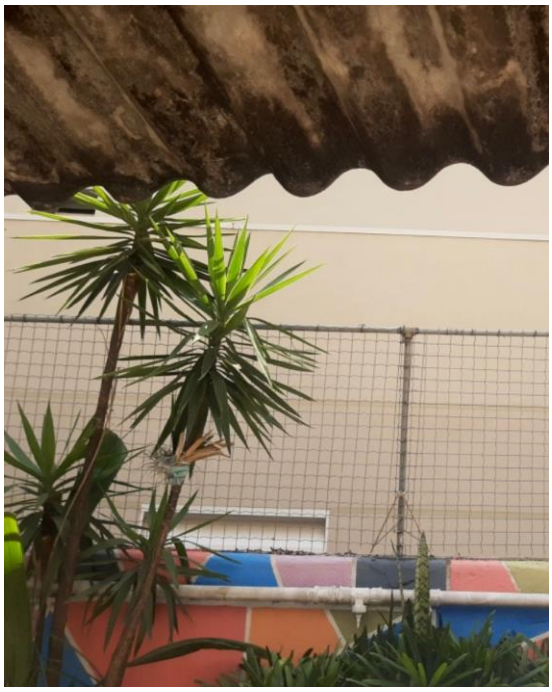




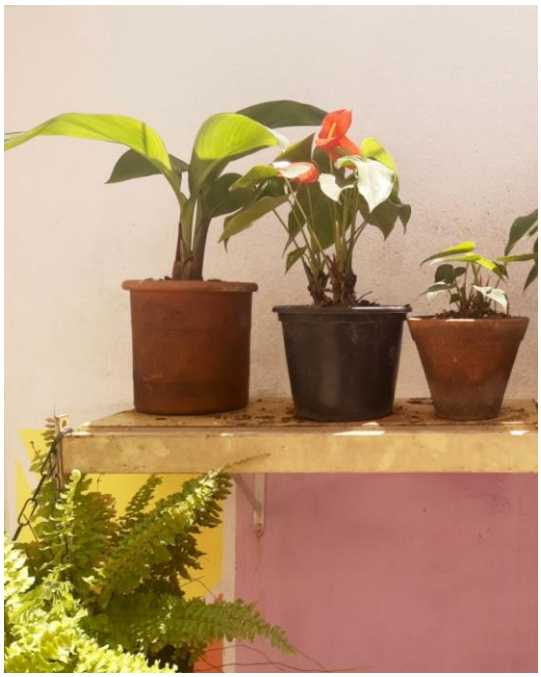


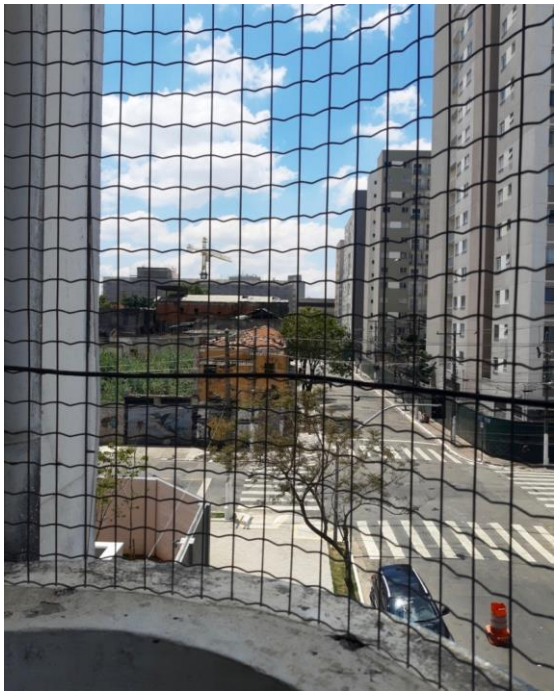
A Estação Sentinela anos depois

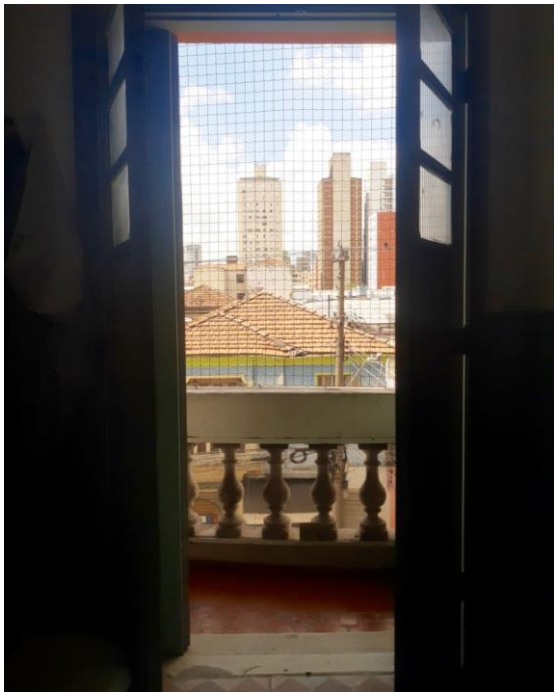






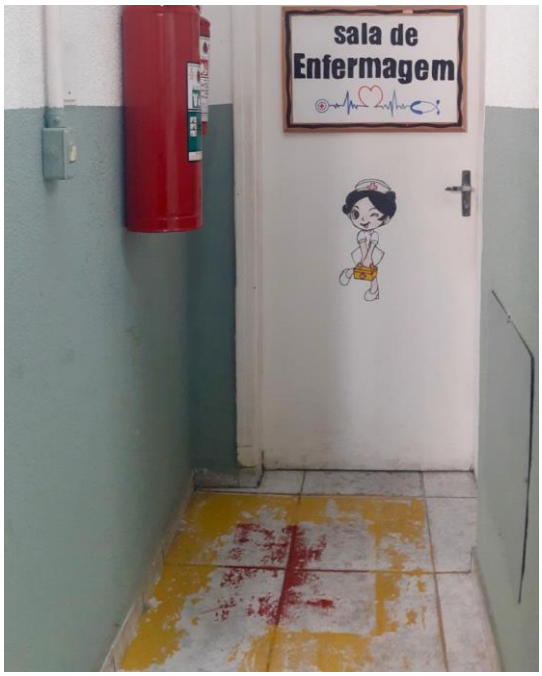











sala de
Enfermagem







Parte IV –

Montar e Desmontar

Lembranças





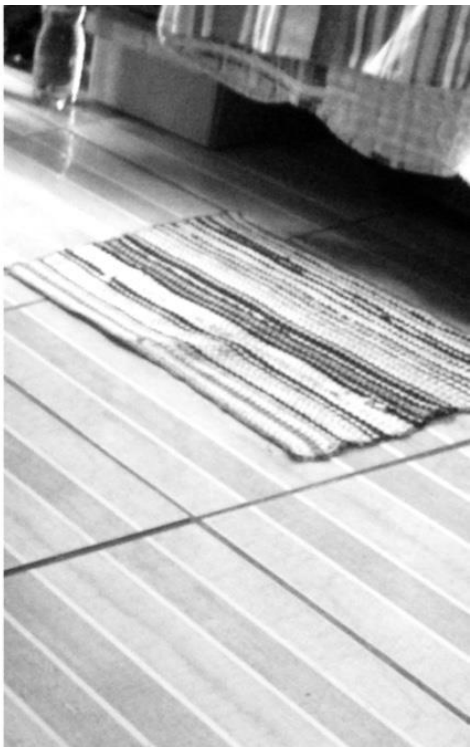





HOSPAPER
HOSPAPER



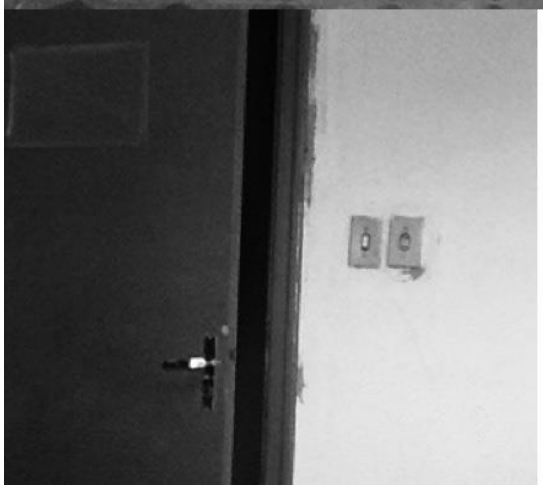




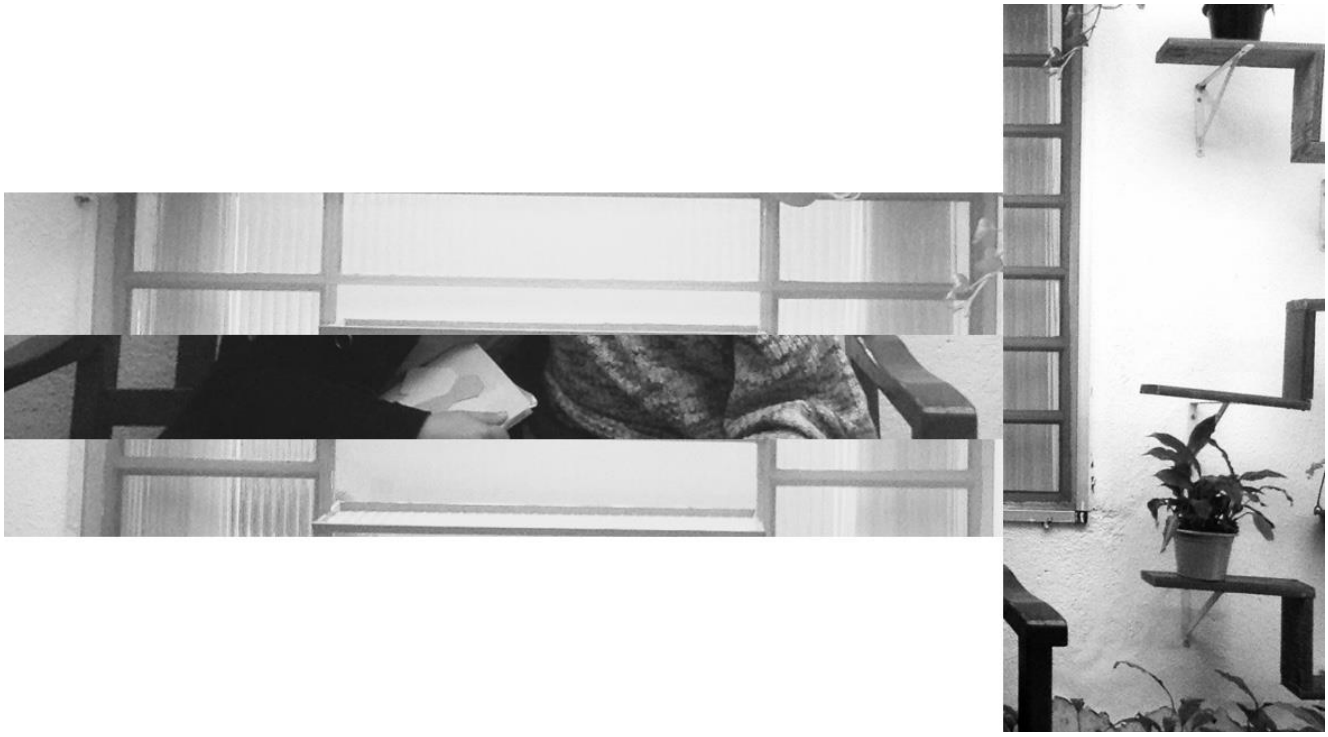




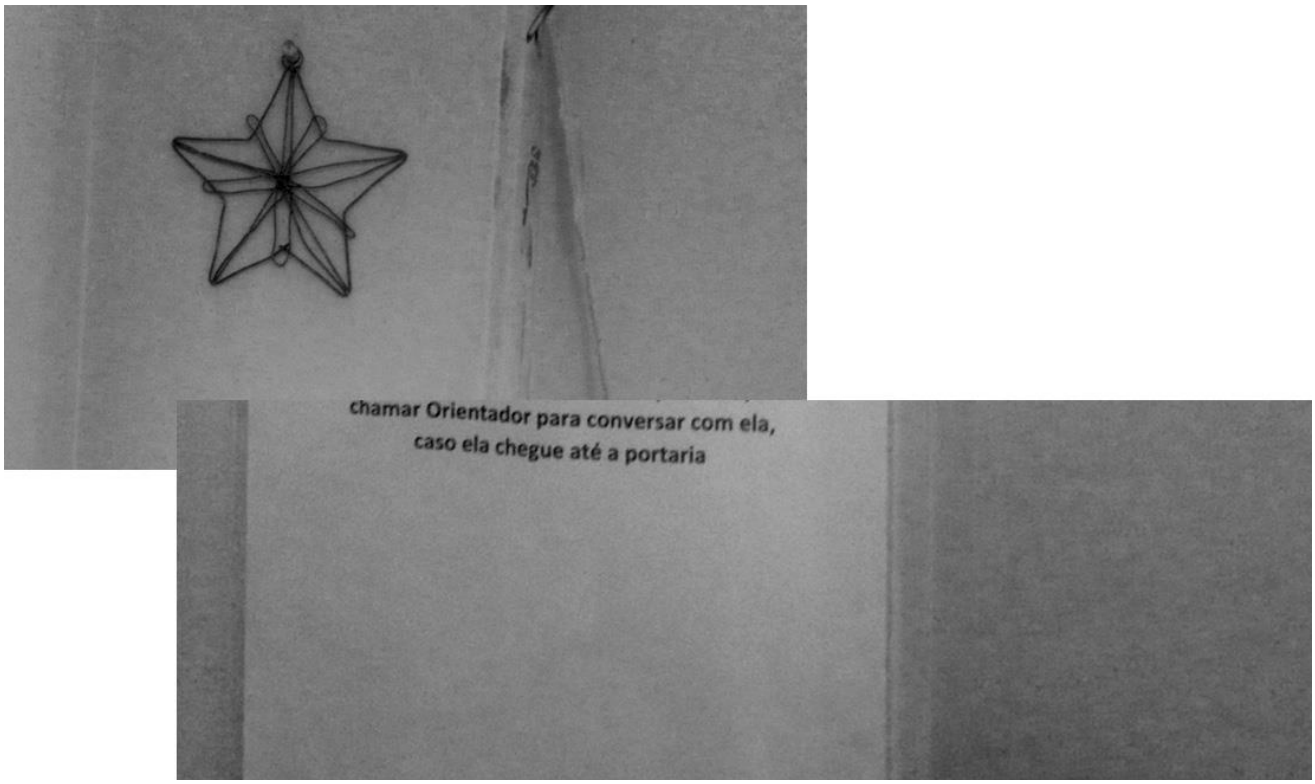


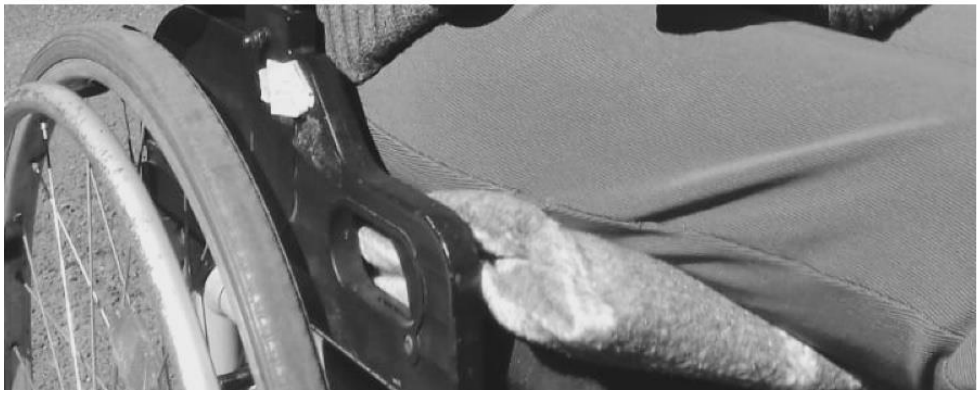






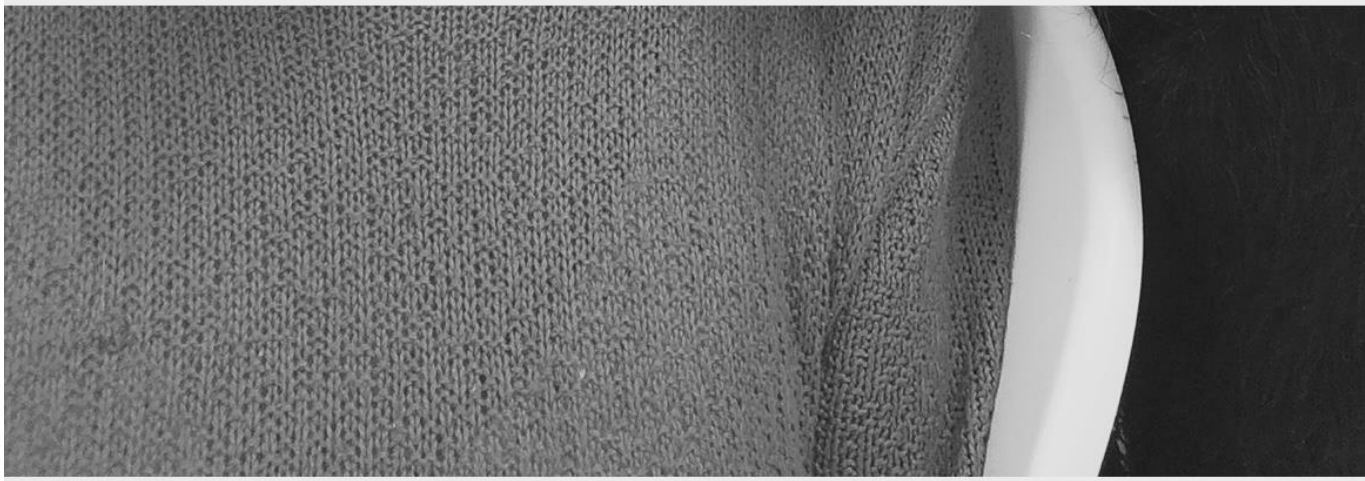

O Jorna
o mundo d
a liberdade


chamar Orientador para conversar com ela,
caso ela chegue até a portaria

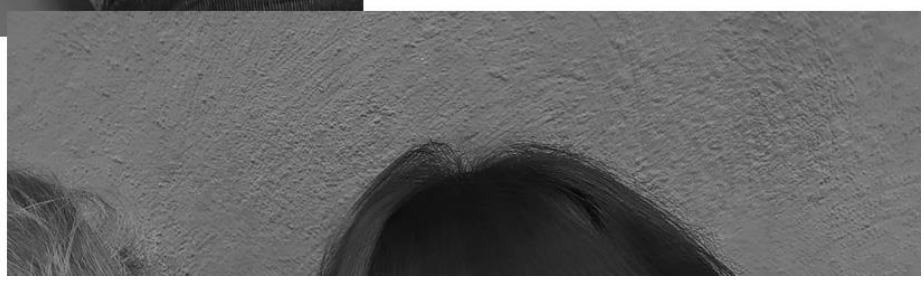






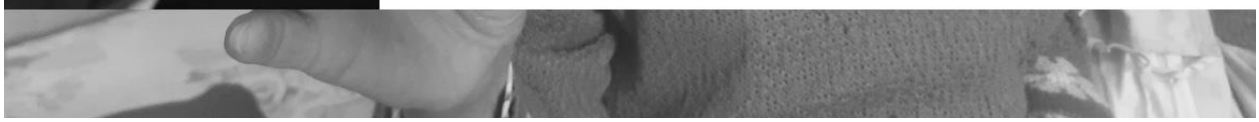








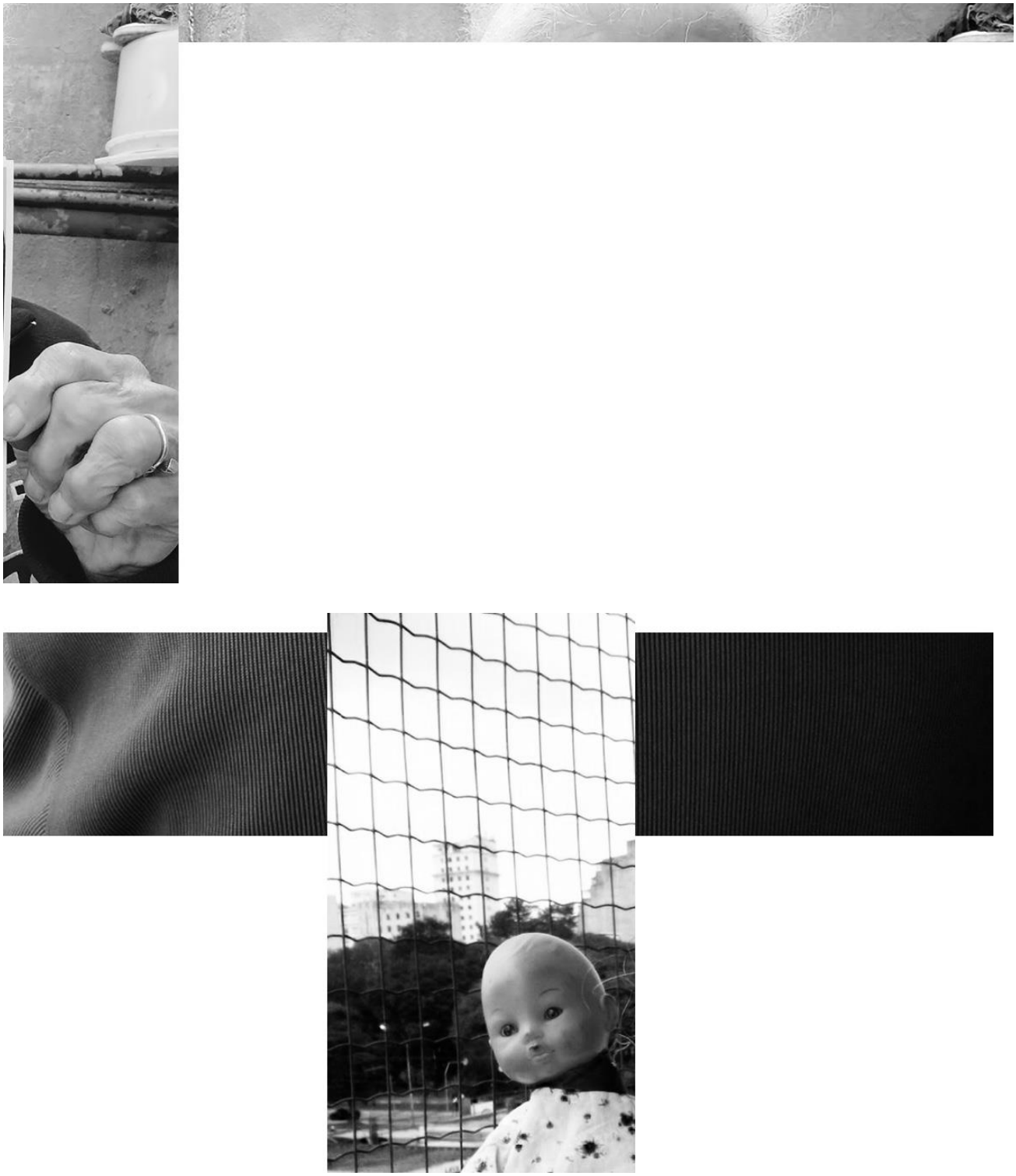






















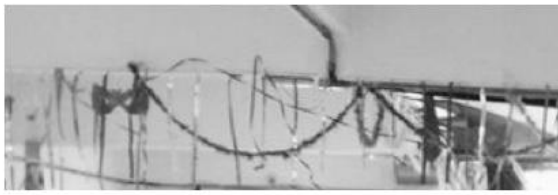
























Referências Bibliográficas

ACHUTTI, Luiz Eduardo. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre. Torno Editorial; Palmarinca: 1997.

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castoñon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos R. Fotografar, documentar, dizer com a imagem. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Núcleo de Antropologia e Imagem. N. 18. Rio de Janeiro: Contra Capa/ UERJ/NAI, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), 1995, p. 07-41.

KOFES, Suely. As grafias – traços, linhas, escrita, gráficos, desenhos - como perturbação no conhecimento antropológico. **Revista De Antropologia Da UFSCar**, 12(2), 12–26, 2020. https://doi.org/10.52426/rau.v12i2.345

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2a edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, 2, 2008.

PORTELLO, Alessandro. **História Oral como arte de escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROSALDO, Michele Zimbalist. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 54, pp. 31- 49, dezembro de 2019.

SAMAIN, Etienne. O que vem a ser um olhar? Prefácio. In: ACHUTTI, Luiz Eduardo. **Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho**. Porto Alegre. Torno Editorial; Palmarinca: 1997, p. XVII-XXI.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial: Ferrari, Florencia. Tradução: Dullei, Iracema; Pinheiro, Jamille; Valentini, Luísa. São Paulo: Cosac Naify, 2014.